


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**GEDRA – GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL
E AGROPECUÁRIA**

Elicardo Heber de Almeida Batista



**ENTRE TRÂNSITOS PERMANENTES E
PERMANÊNCIAS TRANSITÓRIAS:** Estudo sobre a
reprodução social de famílias rurais pobres em Itinga, Minas
Gerais, Brasil.

Presidente Prudente - SP
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**GEDRA – GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL
E AGROPECUÁRIA**

Elicardo Heber de Almeida Batista

ENTRE TRÂNSITOS PERMANENTES E PERMANÊNCIAS TRANSITÓRIAS:

Estudo sobre a reprodução social de famílias rurais pobres em Itinga, Minas Gerais, Brasil.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente para obtenção do título de Doutor em Geografia, sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol.

Presidente Prudente - SP

2016

RUA ROBERTO SIMONSEN, 305 - TEL. (0XX18)3 229-5375 - FAX (0XX18) 3221-8212 - CAIXA POSTAL
467 - CEP 19060-900 - PRESIDENTE.PRUDENTE (SP). *E Mail:* posgraduação@prudente.unesp.br

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dr.^a ROSÂNGELA AP. DE MEDEIROS HESPANHOL
ORIENTADORA



Prof. Dr. ELISEU SAVERIO SPOSITO
(FCT/UNESP)



Prof. Dr. NÉCIO TURRA NETO
(FCT/UNESP)



Profa. Dra. ALICE YATIYO ASARI
(UEL)



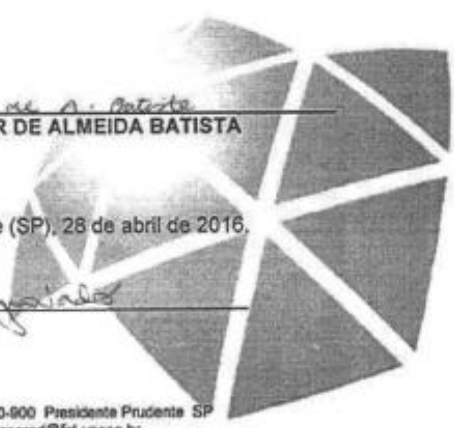
Profa. Dra. ANDREA M. N. ROCHA DE PAULA
(UNIMONTES)



ELICARDO HEBER DE ALMEIDA BATISTA

Presidente Prudente (SP), 28 de abril de 2016.

RESULTADO: Aprovado



FICHA CATALOGRÁFICA

Batista, Elicardo Heber de Almeida.

B336e Entre trânsitos permanentes e permanências transitórias : estudo sobre a reprodução social de famílias rurais pobres em Itinga, Minas Gerais, Brasil / Elicardo Heber de Almeida Batista. - Presidente Prudente : [s.n.], 2016
374 f. : il.

Orientadora: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Lugar. 3. Famílias rurais. 4. Pobreza. 5. Mobilidade espacial. 6. Migração. 7. Permanência. I. Hespanhol, Rosângela Aparecida de Medeiros. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Dedico essa tese às famílias rurais do Vale do Jequitinhonha, sobretudo às mulheres do lugar.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições contribuíram para que a pesquisa que resultou nesta tese fosse realizada, mas correrei o risco de citar alguns nomes, como forma de agradecimento.

Não poderia começar a agradecer nominalmente sem citar minha orientadora do doutorado, a professora Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol. A concretização desta tese só foi possível pelo voto de confiança, aceitando orientar o projeto de tese de um investigador por ela desconhecido. Obrigado pela oportunidade do convívio, pelas aulas, pelas leituras atenciosas dos vários relatórios FAPESP, pelo apoio às minhas escolhas teóricas e metodológicas, sempre com intervenções precisas, e pela serenidade nas orientações ao longo desses quatro anos. Junto com minhas orientadoras Gildete Fonseca, na graduação, e Maria José “Zezé” Carneiro, no mestrado, a Rosangela faz agora parte da minha trajetória acadêmica. São mulheres às quais, no convívio e na partilha, aprendi a ter profunda admiração e afeto.

Agradeço aos professores Antônio Nivaldo Hespanhol, Nécio Turra Neto e Elpídio Serra, com quem pude conviver e aprender durante as disciplinas na pós-graduação. Muito da minha formação se deve aos debates com os colegas e os professores Rosangela e Nivaldo, no âmbito do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) e, por isso, agradeço.

Sou bastante grato aos professores Nécio Turra Neto (FCT/UNESP) e Jones Dari Goettert (UFGD), pela atenciosa leitura e pelas sugestões para a tese, na ocasião do exame de qualificação. O convívio com o professor Nécio me fez sentir cada vez mais confortável com minhas escolhas teóricas e metodológicas.

Em Coimbra, Portugal, meu carinho e agradecimento aos professores do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT/Universidade de Coimbra), sobretudo ao Lúcio Cunha e Rui Missa Jacinto. Rui, obrigado pela atenção despendida, pelo auxílio nas leituras e por ter tornado mais serena minha estadia no outro lado do Atlântico.

Meus agradecimentos aos membros da banca de avaliação deste trabalho pelas leituras e contribuições: Eliseu Savério Sposito (FCT/UNESP), Nécio Turra Neto (FCT/UNESP), Alice Yatiyo Asari (Universidade Estadual de Londrina - UEL) e Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES).

Em Presidente Prudente fiz a tese, mas também fiz amigos. Obrigado aos meus novos amigos, pelos momentos de partilha e convívio, em especial, Maryna Antunes, Keith Braga, Reginaldo Souza, Willian Gregório, Jânio Gomes, Robson Munhoz, Jessica Kurak, Eliane Carvalho, Mary Roldan (*mon petit chou*), Bruno Felipe Oliveira, Xiomara Moreno Lorenzo e Anderson Marioto. Jessica, Keith, Maryna, Willian e Regis foram fundamentais para tornar minha estadia em Presidente Prudente menos solitária.

Em Portugal, meus agradecimentos aos colegas, Davi Abre, Fernando Oliveira, Audo Morel, Ruud Sliphorst, Miguel Angel Garcia, Lina Hurtado, Jémisson Mattos, Hubert Lemaréchal, Raissa Lopes, Paulo Zangalli e Josué Viegas. Vindas de diversas partes do mundo, essas pessoas me ensinaram que, apesar das distintas origens geográficas, somos muito parecidos. No fundo, apesar de algumas diferenças culturais, somos, antes de tudo, gente. E isso quer dizer muita coisa.

Dizem que os mortos recebem mais flores que os vivos, porque o remorso é mais forte que a gratidão. Mesmo nas atuais circunstâncias, é impossível não lembrar Evandro Brèal e prestar-lhe meu agradecimento. Jovem aluno do doutorado, lia com atenção meus textos e sugeria alterações e até mesmo leituras. Por fatalidade do destino, não concluiu sua tese, mas contribuiu imensamente para o desenvolvimento da minha. Ev, espero que este meu trabalho tenha pelo menos parte da qualidade que desejava.

Em Itinga, meu carinho a Pierre Gusmão, Jô Pinto, Márcia Esteves, Anderson Souza e Marcio Jardim, de quem sinto saudade. Certamente, o convívio com essas pessoas, essenciais para a realização dos trabalhos de campo, deixou a estadia no Vale do Jequitinhonha mais leve durante a pesquisa.

Agradeço muitíssimo às famílias de Itinga, que me receberam em seus lugares de vida. Em especial, meu agradecimento a Paulo Jardim, Jailson Jardim, Sr. Nô, Dona Pretinha e Sr. Reinaldo, por terem me agregado a suas respectivas famílias durante as pesquisas de campo. Fiz pesquisas, mas também fiz amigos.

Um obrigado ao meu hoje amigo André Bersani (USP/Geografia Humana), pelo companheirismo na primeira etapa do trabalho de campo em Itinga.

Um obrigado a Claudinei Silva (FCT/UNESP), pelo auxílio na elaboração dos mapas e a Junior Wesz (UNILA) e Paulo Rogers (Université Laval), pelos diálogos no decurso da pesquisa de campo e da escrita da tese.

Agradeço a todas as instituições pelo apoio financeiro ao longo desses anos: à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nos primeiros dois meses do doutorado; à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo: 12/05014-7), pelo financiamento do doutorado; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT), pela concessão de uma bolsa de doutorado “sanduíche”, em Coimbra (PT), no âmbito do projeto de cooperação binacional Norte-Sul: Geografia, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Portugal.

“...chorou, mas estava invisível, e ninguém percebeu o choro.”

Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, 1991.

RESUMO

Esta tese tratará dos meios, modos e condições de vida de famílias rurais localizadas na base da estrutura social brasileira, ou seja, daquelas classificadas como pobres pelo governo brasileiro. De forma mais específica, serão discutidas as estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres economicamente, residentes no município de Itinga, Vale do Jequitinhonha, mesorregião bastante emblemática por se apresentar no cenário nacional como um “bolsão de miséria”, definida a partir dos indicadores de alta incidência de pobreza (econômica) e por ter se estabelecido como uma espécie de “viveiro de migrantes”. O deslocamento temporário dos migrantes do trabalho precário e a migração definitiva de parte das famílias e indivíduos dali originados, para as mais diversas regiões do Brasil, são elementos que vêm sendo utilizados como indicativo de um processo de desruralização. O referido município está localizado em um ambiente social e econômico marcado pelo pouco dinamismo socioeconômico, por altos índices de carências sociais e materiais e pelo predomínio de população rural envolvida em atividades agrícolas, principalmente para o autoconsumo. Baseada em metodologias qualitativas na produção de evidências, e tendo as famílias residentes em comunidades rurais como unidade de análise, a pesquisa parte de dois princípios hipotéticos: I- mesmo as regiões rurais menos dinâmicas do país não estão passando por um processo de esvaziamento social, cultural, demográfico e econômico, e a migração, sobretudo do trabalho precário, é parte das estratégias de reprodução social, para a própria permanência nos lugares de origem, e de forma mais ampla, é elemento constitutivo da cultura local; II- a ampliação de políticas sociais em regiões carentes impactam consideravelmente as dinâmicas sociais e econômicas das famílias rurais, possibilitando melhora na economia das unidades familiares, permitida pelos rendimentos não contributivos. Esses rendimentos interferem nos sentidos e significados da mobilidade espacial, condicionando inclusive a permanência desses possíveis migrantes em suas localidades de origem.

Palavras-chaves: Políticas públicas, Lugar, Famílias rurais, Pobreza, Mobilidade espacial, migração e permanência.

RESUMEN

Esta tesis se ocupa de los medios, modos y condiciones de vida de los hogares rurales ubicados en la base de la estructura social brasilera, es decir, aquellos clasificados como pobres por el gobierno. Analizaremos las estrategias de reproducción social de las familias rurales pobres, residentes en la ciudad de Itinga, en el Valle del Jequitinhonha, mesorregión emblemática por presentarse en el escenario nacional como "foco de miseria", que se define sobre la base de indicadores de alta incidencia de pobreza económica y por haberse establecido como una especie de "vivero de migrantes ". El desplazamiento temporal de los migrantes con trabajo precario y la migración definitiva por parte de las familias e individuos originarios de Itinga para diversas regiones de Brasil, se han utilizado como indicadores de un proceso de desruralización. El referido municipio se encuentra localizado en un entorno social y económico caracterizado por un bajo dinamismo socioeconómico, altos índices de necesidades sociales y materiales y por el predominio de la población rural involucrada en actividades agrícolas, principalmente para autoconsumo. Basado en metodologías cualitativas para la producción de evidencias, y teniendo como unidad de análisis las familias que viven en las comunidades rurales, la investigación parte de dos principios hipotéticos: I- las regiones rurales menos dinámicas del país no están pasando por un proceso de desocupación del espacio social, cultural, demográfico y económico, y la migración, especialmente la relacionada al trabajo precario, es parte de las estrategias de reproducción social, para permanecer en sus lugares de origen, y elemento de la cultura local; II- la expansión de las políticas sociales en las zonas pobres afectan significativamente las dinámicas sociales y económicas de la población rural, lo que permite una mejora en la economía de las unidades familiares, como consecuencia de las rentas no contributivas. Estos rendimientos interfieren en los sentidos y significados de la movilidad espacial, condicionando inclusive la permanencia de esos posibles migrantes en sus localidades de origen.

Palabras llave: Políticas públicas, familias rurales, pobreza, movilidad espacial, migración y permanencia.

ABSTRACT

This thesis treats of the means, manners and living conditions of rural households located at the base of the Brazilian social structure, i.e. those people classified as poor by the Brazilian Government. More specifically, it will be discussed the social reproduction strategies of poor rural families economically, residents in the municipality of Itinga, Jequitinhonha Valley, a mesoregion rather emblematic for performing on the national scene as a "pocket of misery", defined from the high incidence of poverty (economic) and because it was established as a kind of "migrant nursery". For the most diverse regions of Brazil, the temporary displacement of migrants working in precarious situations, the final migration as part of families and individuals from there originated are elements which have been used as indicative in a deruralization process. This municipality is located in a social and economic environment known by its little socioeconomic dynamism, high levels of social and material deprivation, and the predominance of the rural population engaged in agricultural activities, mainly for self-consumption. Based on qualitative methodologies in production of evidences, and having families residing in rural communities as the unit of analysis, the research begins of two hypothetical principles: I- even less dynamic rural regions of the country are not going through a process of the social, cultural, economic demographic and migration emptying, especially at precarious work, is part of the social reproduction strategies in order to stay in their own places of origin, and more broadly, element of the local culture; II- the social policies expansion in poor areas impact considerably the social and economic dynamics of rural peoples in poor areas, enabling improving the economy in family units, allowed for non-contributory income. Such income interfere with senses and meanings spatial mobility, including conditioning potential migrants in their home localities.

Key Words: Public policies, town rural families, poverty, spatial mobility, migration and permanence.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

	Página
Fotografia 1: Parte de uma chapada (terras altas e vegetação rasteira) nos tempos da chuva ...	113
Fotografia 2: Residência localizada em uma gruta na bacia do rio Água Fria (Comunidade Rural da Gangorra).....	124
Fotografia 3 : Abrigo físico e redes de comunicação e informação - Parte externa de uma residência de uma família beneficiária do Programa “Luz para Todos”, na Comunidade Rural Ponte dos Pasmados.	167
Fotografia 4: Parte externa de uma residência de família beneficiária do Programa “Luz para Todos”, na Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas. Foto tirada nos “tempos das águas”, ou no período das chuvas, entre novembro e fevereiro.	168
Fotografia 5: Família na parte frontal de uma casa na Comunidade rural dos Hermógenes.	169
Fotografia 6: Utilização de fogão a lenha pela família da comunidade do Hermógenes.....	172
Fotografia 7: procissão das festas do sagrado.....	175
Fotografia 8: Idosa portuguesa pedindo esmolas nas ruas de Lisboa.	267
Fotografia 9: Crianças em momento de sociabilidade num campo de futebol precário localizado à margem esquerda do Rio Jequitinhonha, na Comunidade Rural dos Hermógenes.	308

LISTA DE IMAGENS

Página

Imagem 1: A questão da pobreza extrema e a desnutrição infantil170

LISTA DE MAPAS

	Página
Mapa 1: Mesorregiões Geográficas do Estado de Minas Gerais.....	91
Mapa 2: Vale do Jequitinhonha e seus municípios.....	105
Mapa 3: Recorte espacial da pesquisa: o município de Itinga e as comunidades rurais	127
Mapa 4: As comunidades rurais pesquisadas e os biomas.	156

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1: História oral e a produção de documentos orais	65
Quadro 2: Três principais abordagens da migração.....	191
Quadro 3: O conceito de pobreza na experiência europeia.....	270

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1: Indicadores socioeconômicos das mesorregiões do Estado de Minas Gerais (2010) ..95	
Tabela 2: Porcentagem de populações pobres nas distintas mesorregiões mineiras (1991, 2000 e 2010).....98	
Tabela 3: Redução no tamanho da população vivendo abaixo da linha de pobreza99	
Tabela 4: Distribuição relativa da população total e pobre conforme as mesorregiões nos períodos 1991-2000 e 2000-2010.100	
Tabela 5: População residente no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais e Brasil em 1991, 2000, 2010.117	
Tabela 6: População em situação de extrema pobreza por faixa etária no Município de Itinga (MG)129	
Tabela 7: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Município de Itinga - 2013130	
Tabela 8: Transferência de renda no Município de Itinga (MG).....134	
Tabela 9: Repasse de recursos para o município de Itinga (MG) - 2013139	
Tabela 10: Comunidades rurais, número de famílias residentes e pesquisadas.149	
Tabela 11: Bens e infraestrutura das famílias residentes nas comunidades165	
Tabela 12: População Total, por Gênero e Rural/Urba - Itinga/MG208	
Tabela 13: Migração temporária e definitiva: a mobilidade do trabalho217	
Tabela 14: Trajetória social e de mobilidade: uma experiência emblemática.....219	
Tabela 15: Países com maior desigualdade de renda no ano 2000.....301	
Tabela 16: População pobre e não pobre e local de residência - Brasil 2003 e 2009.302	

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AMAI - Associação Amigos de Itinga

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BR - Brasil Rodovias

BVCE - Benefício Variável de Caráter Extraordinário

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CPDA/UFRRJ - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EFA - Escola Família Agrícola

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EUROSTAT – *European Statistic*

FAO – *Food and Agriculture Organization* (Organização das Nações Unidas para Alimentação e agricultura)

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSE – Fundo Social Europeu

FAPESP - Fundação de Amparo  Pesquisa do Estado de São Paulo

FJP - Fundação João Pinheiro

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira

GEDRA – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

ICA/UFMG - Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais

IDH - ndice de Desenvolvimento Humano

IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária

IDHM - ndice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IEF-MG - Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais

IESA - Instituto Estadual de Saúde Animal

INE - Instituto Nacional de Estatística (Portugal)

MESOVALES - Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONGs - Organizações não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS- Organização Mundial da Saúde

PBF - Programa Bolsa Família

PIB - Produto Interno Bruto

PBDS - Programa Brasileiro de Desenvolvimento Social

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF - Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar

RSI - Rendimento Social de Inserção

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1. GEOGRAFIA HUMANA: OS TEMAS E OS PROBLEMAS DE UMA TESE	29
1.1. Pesquisador migrante: uma breve trajetória de vida	49
1.2. Caminho metodológico: fontes orais como meio para produção de evidências	56
1.3. A pesquisa de campo: uma experiência	68
PARTE I: REGIÃO, LUGAR E SOCIEDADES RURAIS: OS PROCESSOS SOCIAIS... 88	
2. ASSIMETRIAS REGIONAIS E POBREZA ECONÔMICA: BREVE GEOGRAFIA DAS DESIGUALDADES NO ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL.....	89
2.1. Região da pobreza? Vale do Jequitinhonha, caracterização do ambiente social e econômico	102
2.2. Mobilidade espacial no Vale do Jequitinhonha: uma sociedade em movimento	109
2.3. Pecuária extensiva: das terras policultoras às terras do gado.....	119
2.4. <i>pinus</i> e eucalipto: a destruição do complexo grota-chapada.....	122
2.5. A cafeicultura: da produção para o autoconsumo à produção modernizada.....	125
2.6. Itinga, no Vale do Jequitinhonha: indicadores sociais e econômicos – a extrema pobreza econômica	126
3. HABITAR, RESIDIR, SER E ESTAR: O RURAL COMO ESPAÇO DE VIDA.....	140
3.1. Comunidade e comunidades rurais: espaços de vida no mundo rural	145
4. DINÂMICA POPULACIONAL: MOBILIDADE ESPACIAL, MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS, RETORNOS E PERMANÊNCIAS.....	177
4.1. Mobilidade espacial e migração: uma abordagem das ciências sociais.....	178
4.2. Mobilidade espacial e migração: uma abordagem.....	179
4.3. Migração: abordagem macro e microestrutural	185
4.4. Migração e experiência brasileira: de 1950 a 1980	193
4.5. Migração, permanências e circularidades: expressões de trajetórias sociais e de mobilidade	198
4.6. Migração e permanência: experiências locais em Itinga	205
5. PERMANÊNCIA E RETORNO: O DILEMA COTIDIANO ENTRE FICAR E SAIR	231
5.1. Permanência: os benefícios sociais, o retorno e a contramobilidade – novos processos sociais em decurso	254
PARTE II: ESTADO E SOCIEDADE: POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	262
6. ESTADO, ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E SOCIEDADE: AS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA POBREZA EM UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR	263
6.1. Pobreza e suas expressões: algumas conceituações.....	274
6.2. As causas da pobreza e da exclusão social: os indicadores globais.....	285
6.2.1. Os fatores globais	285
6.2.2. Os fatores meso (locais ou setoriais)	287
6.2.3. Fatores micro (familiares e pessoais)	287
6.3. Medir a pobreza: critérios e indicadores globais do fenômeno	288
7. ESTADO E SOCIEDADE: POLÍTICAS SOCIAIS E SUAS INCIDÊNCIAS NOS LUGARES DE VIDA	296
7.1. Estado e sociedade: o sistema de proteção social no Brasil.....	296
7.2. Políticas sociais e intervenção no combate à pobreza e as rendas não agrícolas: o enfoque nas experiências do Programa Bolsa Família (PBF)	307
CONSIDERAÇÕES FINAIS	335
REFERÊNCIAS	347
ANEXOS.....	365

INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, sobretudo após 2003, difundiu-se no Brasil um conjunto de pesquisas e relatórios técnicos que apontam para transformações sociais e econômicas que estariam em decurso no país. Uma das principais mudanças diz respeito à redução dos índices de pobreza e de desigualdade, sobretudo, mas não apenas, nos primeiros anos do século XXI. Tal fato, segundo os dados, estaria associado à expansão de políticas públicas, entre elas, as de transferência direta de renda aos domicílios mais pobres do país, localizados em regiões com baixo dinamismo econômico e alto índice de problemas sociais.

Em um país marcado por profundas desigualdades regionais, tanto sociais quanto econômicas, as famílias rurais serão o ponto de partida para o entendimento dos referidos processos sociais. Embora a pobreza, no Brasil, seja um fenômeno presente em distintas realidades, sua distribuição tem um forte elemento espacial: em termos relativos, ela está concentrada no meio rural.

Esta tese tratará dos meios, modos e condições de vida de famílias rurais localizadas na base da estrutura social brasileira, ou seja, aquelas entendidas como pobres pelo governo brasileiro, ou seja, que vivem com poucos recursos monetários, nas incertezas, por um fio. De forma mais específica, abordará as estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres economicamente, residentes no município de Itinga-MG.

O referido município está localizado no Vale do Jequitinhonha, uma mesorregião mineira conhecida nacionalmente por suas carências sociais, materiais e econômicas. Está presente no imaginário social brasileiro e nas distintas mídias, sobretudo a televisão, como uma região marcada por um profundo estigma socioeconômico: a miséria. Detentora de fortes indicadores de pobreza e baixo dinamismo socioeconômico abriga um significativo número de pessoas residentes no meio rural que vivem do trabalho agrícola (produção animal e vegetal), com produção voltada principalmente para o autoconsumo.

Esta representação do Vale é reforçada inclusive por políticos de expressão nacional, como por exemplo, o ex-presidente Lula que, em Itinga, afirmou sua intenção de concentrar esforços para que o “Vale do Jequitinhonha deixe de ser a região mais pobre do Brasil e passe a ter cidadania”¹. A primeira viagem do Presidente Lula ao município de Itinga teve como objetivo, segundo ele, mostrar aos seus ministros, entre eles a então ministra de Minas e Energia e futura presidente, o que é “ter fome e não ter o que comer, o que é ficar doente e

¹ Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação. Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em Itinga, 11/01/2003.

não ter remédio nem hospital”, resumindo, assim, o ambiente social considerado um dos mais pobres economicamente, no universo dos 853 municípios mineiros (FJP, 2010), e que detém um dos mais baixos índices de desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais².

O nordeste do Estado de Minas Gerais é considerado, portanto, no cenário nacional, como um “bolsão de miséria” que, além dos indicadores de alta incidência de pobreza (econômica), apresenta-se também como uma espécie de “viveiro de migrantes”, com o deslocamento permanente de parte de seus habitantes rurais para as mais diversas cidades brasileiras (e suas distintas tipologias) e para o trabalho no corte de cana-de-açúcar, sobretudo no interior paulista, fenômenos sociais que parecem indicar um processo de desruralização nas localidades de origem desses migrantes.

Mesmo considerando o cenário acima retratado, a proposta da pesquisa teve por base dois princípios hipotéticos: I- as regiões rurais menos dinâmicas do país não estão passando por um processo de esvaziamento social, cultural, demográfico e econômico; ao contrário, a ampliação de políticas sociais nas regiões carentes, em especial os programas de transferências de renda, impacta consideravelmente nas dinâmicas sociais e econômicas dessas localidades, possibilitando uma melhora na economia das unidades familiares, em decorrência da obtenção de rendimentos não contributivos; II- esses rendimentos interferem nos sentidos e significados da mobilidade espacial, condicionando inclusive a permanência de famílias e/ou indivíduos em suas regiões de origem.

Em face do exposto, foi estabelecido como objetivo geral da pesquisa:

- Compreender as estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres, com destaque para as dinâmicas de mobilidade espacial (“trânsitos permanentes e permanências transitórias”), os sentidos e os significados da permanência no meio rural como lugar de trabalho e moradia, e o processo de territorialização de políticas sociais em regiões rurais carentes.

Como objetivos específicos, propõem-se:

- a) entender os diferentes significados atribuídos às mobilidades espaciais no contexto das permanências e saídas transitórias, considerando os deslocamentos e as permanências como elementos multidimensionais;

² Com a análise dos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e da Fundação João Pinheiro (FJP), percebe-se que o IDHM de Itinga teve um considerável avanço, em apenas sete anos, passando de 0,276 (muito baixo), em 2003, para 0,600 (médio), em 2010. A carência econômica, material e social, somada à baixa qualidade de vida, foi decisiva para que, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado no ano de 2003, fosse lançado, nessa cidade, o Programa Fome Zero, embrião do Bolsa-Família.

- b) analisar as diversas políticas públicas existentes na área de estudo e seus possíveis impactos nos meios, modos, ritmos e condições de vida; ou seja, como a presença do Estado em regiões carentes, mediante políticas de transferência de renda, altera a dinâmica das economias regionais, criando um contexto próprio à permanência;
- c) compreender de que maneira as interações de diversas políticas públicas no espaço modelam as relações das famílias rurais com o seu lugar de origem, induzindo uma possível diminuição da mobilidade espacial, e quais são os elementos (materiais e imateriais) que contribuem para a permanência, ainda que transitória, em seu lugar de origem.

No cenário de permanente disseminação de trabalhos acadêmicos e dados de institutos que propagam estar a maioria da população brasileira situada na condição de classe média, o foco desta pesquisa é a população reconhecida como pobre ou extremamente pobre³. Apesar da opção por desenvolver o estudo no Vale do Jequitinhonha, conhecido por seus índices de pobreza, cabe ressaltar que os dados sobre esse fenômeno no Brasil são consideravelmente expressivos. Em 2007, estavam concentrados no país, 30% da pobreza latino-americana, ou seja, 58 milhões de pessoas (IPEA, 2013). As pessoas em condição de extrema pobreza somam um total de 16,27 milhões, número que representa 8,5% da população nacional (IBGE 2012; MDS, 2013). Esses números são significativos e a dramaticidade torna-se ainda maior, considerando que a linha de pobreza extrema adotada pelo governo é bastante baixa:

³ O governo brasileiro utiliza o critério da renda para definir quem são as famílias pobres ou extremamente pobres, o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria. Até o ano de 2012, Famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 70 eram consideradas extremamente pobres e famílias que detinha rendimento de até R\$ 140 *per capita*/mês eram classificadas como pobres. O grande foco do Plano Brasil Sem Miséria eram os brasileiros que residiam em lares com rendimento familiar de até R\$ 70 *per capita*, o que, conforme o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) representavam um total de 16,2 milhões de brasileiros. Deste universo total de extremamente pobres (16,27 milhões), a grande maioria estava localizada no nordeste brasileiro (9,6 milhões), seguido pela região sudeste (2,72 milhões), em terceiro lugar o norte (2,65 milhões) e, por último, as regiões sul (715,9 mil) e centro-oeste (557,4 mil). Deste total, 4,8 milhões de pessoas não possuíam qualquer tipo de rendimento e 11,4 milhões tinham um rendimento *per capita* entre R\$ 1 e R\$ 70. No ano de 2012, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) no governo da presidente Dilma Rousseff, dividiu os pobres em 2 grandes grupos, baseado também na renda *per capita*/mês: famílias com renda *per capita* de R\$ 81,00 passam a ser considerados como extremamente pobres e famílias com renda *per capita*/mês de 162,00 são considerados como pobres. No Brasil, o Programa Bolsa Família é a principal medida de combate à pobreza, dentro do plano Brasil sem Miséria. No ano de 2013, havia 25,3 milhões de famílias brasileiras incluídas no cadastro único (CadÚnico), sendo que 23 milhões delas tinham renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. Um total de 13,9 milhões de famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, recebendo em média R\$ 149,71 pelo benefício, 50,2% das quais residiam no nordeste brasileiro (MDS,2013). O CadÚnico foi criado no ano de 2001 como meio de identificação das famílias brasileiras de baixa renda (localização), as possíveis beneficiárias de programas e plano brasileiro contra a pobreza econômica (focalização), ou seja, é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda.

Se apenas os extremamente pobres brasileiros constituíssem um país, este ocuparia, no ano de 2014, o 60º lugar em termos populacionais, situado entre o Chile (16.454.143) e o Cazaquistão (15.340.533 habitantes). É nesse “país de extremamente pobres” que o governo brasileiro tem concentrado suas ações, baseado na tríade transferência direta de renda, acesso a serviços públicos (principalmente ligados à educação e saúde) e inclusão produtiva, para tentar retirar esses brasileiros da condição de pobreza econômica, mas, sobretudo de miséria.

Os debates sobre desenvolvimento rural e, recentemente, sobre desenvolvimento territorial, centram-se, entre outros aspectos, na ideia da persistência, no cenário brasileiro (e de forma expressiva no meio rural), da pobreza econômica que, aliada às desigualdades sociais e regionais, remete ao fato de inexistir desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Nesse sentido, a temática da pobreza, com suas diversas expressões, tem ocupado uma posição privilegiada, sobretudo no campo acadêmico e nas agendas de governos nacionais e internacionais que, através de programas e ações, se propõem a enfrentar esse fenômeno. A experiência brasileira aponta para um conjunto de inovações institucionais e para a implantação de políticas que têm por base ações de caráter cooperativo, considerando os próprios pobres como um elemento fundamental no enfrentamento à pobreza. Essa opção representa um amadurecimento da democracia brasileira e estabelece um ambiente positivo para a consolidação do esforço de combate à pobreza. Pobreza essa que não é mais entendida estritamente em seu caráter econômico, mas, sim, como um fenômeno que afeta amplamente o desenvolvimento social e, pelo menos, dois direitos fundamentais: os humanos e os sociais.

Ainda que a pobreza seja um fenômeno recorrente em todo o país, e em seus dois mundos (o rural e o urbano), os objetivos de análise desta pesquisa estão voltados para a vertente rural. Em termos relativos, a pobreza no campo é consideravelmente expressiva no Brasil. Dos 30,7 milhões de pessoas que residem no meio rural, 8,4 milhões eram classificadas como pobres (PNAD, 2009). A distribuição espacial da pobreza aponta que 54% da população brasileira rural eram pobres economicamente.

Meio rural, porém, é uma categoria heterogênea, que encobre, sob uma mesma etiqueta, uma diversidade de entidades, de tipologias de unidades de produção, de grupos familiares, de relações com a terra, de atividades agrícolas e não agrícolas (não necessariamente ligadas à produção animal e vegetal), distintas formas de ocupações e usos do solo, relações (ou não) de identidade e sentimento de pertencimento e, de forma mais ampla, um conjunto de dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais, que são expressas na escala local.

Considerando essa variedade de elementos, o estudo no Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, buscou compreender os processos sociais que ocorrem em um ambiente social e econômico que é marcado, por um lado, pela riqueza cultural (música e artesanato) e paradoxalmente, por outro, pelos indicadores que sinteticamente expressam consideráveis carências de infraestrutura social e pobreza econômica, como mencionado anteriormente. Nesse cenário, as abordagens relacionadas à reprodução social são uma tentativa de compreensão das condições de existência social das famílias no meio rural, sobretudo seus meios, modos e condições de vida, bem como suas práticas cotidianas em contexto de poucos recursos monetários.

Simplificando, este estudo pretende apresentar as experiências locais de como vivem os mais pobres economicamente do país e de como orientam cotidianamente suas ações na definição de estratégias de reprodução social, a partir do ambiente social e econômico em que estão inseridos e de um conjunto de capitais (monetário, social, cultural etc.) de que dispõem (ou não). As famílias rurais foram escolhidas como unidade de análise para a compreensão dos processos sociais discutidos ao longo do texto. Tal opção, todavia, não elimina as relações sociais e econômicas exteriores às unidades familiares. As articulações entre os universos macro e microssociais, entre o geral e o particular, entre sociedade e indivíduos serão pensadas a partir do contato com processos microssociais.

O entendimento das estratégias de reprodução social das famílias consideradas mais pobres no contexto da estrutura social brasileira pode elucidar os modos como os indivíduos se relacionam com estruturas e processos sociais mais amplos em curso no país, como a relação Estado e sociedade, e de que maneiras esses processos podem alterar a própria existência dessas famílias, sobretudo nos aspectos referentes às suas condições, modos e meios de vida, os quais expressam, em determinada medida, a diversidade local e regional.

Para as famílias rurais que lidam no cotidiano com a incerteza dos rendimentos monetários oriundos da atividade agrícola no Vale do Jequitinhonha, a implementação de programas sociais e de políticas públicas de combate à pobreza tem ocupado posição central nas estratégias de reprodução social por elas acionadas. No contexto da experiência brasileira, no período contemporâneo, chama a atenção um elemento importante para tratar da relação entre sociedade e Estado. A introdução de programas de transferência de renda no espaço intradoméstico, como o Programa Bolsa Família, representa não só a ampliação da presença do Estado, como também um novo componente entre as distintas estratégias de reprodução social, permitindo o acesso das famílias pobres ao consumo. A inserção da família no Programa Bolsa Família tem viabilizado novas possibilidades de obtenção de renda, o que

aponta para novas dinâmicas sociais, entre elas, a possibilidade de permanência dos migrantes temporários em suas localidades de origem, ao longo de todo o ano, e até o retorno dos migrantes aos seus locais de partida⁴.

Se os rendimentos oriundos das políticas sociais podem assumir distintos significados em conformidade com diferentes lógicas de reprodução social das famílias rurais, parece ser uma importante questão de pesquisa avaliar o seu papel na definição de modos e condições de vida e/ou na configuração das dinâmicas populacionais entre indivíduos ou famílias potencialmente migrantes por falta de opção de trabalho em suas localidades de origem. O que se coloca é: assim, até que ponto se pode afirmar estar em curso um novo fenômeno social que relaciona a permanência e a diminuição da migração temporária às políticas sociais, sobretudo aos programas de transferência direta de renda?

A abordagem centrada na reprodução social parte do pressuposto que sua compreensão pode expressar dinâmicas internas a um ambiente familiar, como também a relação de famílias com o ambiente social e econômico em que estão imersas, e a interação deste com elementos externos às famílias, entre eles, os rendimentos das transferências de renda e a migração, em suas mais distintas tipologias. As migrações temporárias, tanto as mais longas quanto as mais curtas, são um fato social sempre existente e parte constitutiva da dinâmica social no Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais. Nesse cenário, surge a importância de entender os processos em torno da migração, considerando os elementos modeladores desse fenômeno social e seus efeitos correlatos, entre eles, os significados que lhes são atribuídos, seja pelos agentes sociais envolvidos nessa prática social, seja pelos membros das famílias que permanecem na localidade de origem.

A migração é tratada neste trabalho principalmente como resultado de um universo social marcado pelo baixo dinamismo no mercado de trabalho, e a saída passa a ser uma escolha que tem, todavia, em seu mais íntimo sentido, a insistência em permanecer na localidade de origem. Como um fenômeno que representa uma prática social, a migração, seja em sua forma transitória e/ou definitiva, assume uma diversidade de significados para as famílias ou para os indivíduos, dependendo de um conjunto de variações, entre elas, seu ciclo demográfico e as condições subjetivas (individuais e familiares) e objetivas do mercado de trabalho local (ou a inexistência deste). Na análise das estratégias de reprodução social, a migração, a permanência e a circularidade são expressões da articulação entre o local de

⁴ Esse processo social será detalhado ao longo do texto.

partida e o local de destino, que marcam a dinâmica populacional, um fenômeno não necessariamente novo.

O acesso a determinados serviços e bens de consumo depende dos rendimentos obtidos com o trabalho no local de origem e da renda possibilitada pela migração. Os significados da migração e o seu papel nos processos de reprodução social não podem ser negligenciados, na medida em que a própria migração fortalece a possibilidade de permanência e expressa até mesmo um caráter de resistência: sair para permanecer.

A compreensão de distintas experiências migratórias e de seus objetivos pode auxiliar no entendimento do contexto socioeconômico e cultural das localidades de origem dos migrantes. As assimetrias regionais, as dinâmicas do mercado de trabalho, as possibilidades de emprego/renda e, de forma mais ampla, melhores condições de existência social são fatores que podem, até certo ponto, explicar as razões que levam as pessoas e/ou famílias a optarem pela migração. Entretanto, não explicam satisfatoriamente o fenômeno, uma vez que entre pessoas/famílias com condições sociais e econômicas parecidas, algumas tendem a migrar, enquanto outras tendem a permanecer em suas localidades de origem, o que indica haver outras variáveis em jogo na decisão de partir ou permanecer.

Uma possível contribuição da Geografia Social, nesse sentido, é a de entender as mais distintas variáveis presentes na multideterminação dos fenômenos da permanência e da partida, como por exemplo, a existência de recrutadores de mão de obra, ou a própria decisão da família sobre a partida de todo o grupo ou de apenas um de seus membros. Ou seja, explicar o conjunto de fenômenos sociais que ocorrem no espaço como um projeto familiar ou do grupo doméstico. A migração é parte constitutiva de um projeto maior que está relacionado à própria permanência das famílias em suas localidades de origem, mesmo entre as que são consideradas pobres pelo governo brasileiro. Nessa perspectiva, as análises dos fenômenos centrados no indivíduo não são suficientes. Nas tramas sociais da migração, os indivíduos podem vivenciar o processo como resultado de uma decisão pessoal, mas a construção social do fenômeno envolve todo o grupo familiar. A própria condição de migrante e as razões que impulsionam sua saída expressam, em grande medida, as condições materiais e monetárias do grupo de origem do indivíduo.

Considerando que no Vale do Jequitinhonha, as pessoas com recursos monetários também saem de suas localidades de origem, a pobreza econômica por si só também não explica o fenômeno da migração. Diferente do que possa parecer, quanto mais pobre economicamente é a família, menor é sua tendência a se inserir no fenômeno da migração. Em face dessas aparentes contradições, cabem aqui as questões: até que ponto a pobreza

econômica dificulta ou potencializa a migração? A ausência de renda e o baixo nível de educação formal são elementos que determinam a decisão por permanecer? A pobreza econômica é fator que fortalece a saída em situações consideravelmente extremas, como longos períodos de seca, perda da produção animal e vegetal etc.?

Nas incertezas existentes nas trajetórias sociais largamente marcadas por carências sociais e materiais, um ponto a ser considerado é o papel das aposentadorias rurais na viabilização (ou não) de melhorias nas condições de vida dos grupos sociais em que um de seus membros recebe esse benefício social. Se a atividade exclusivamente agrícola exerce uma forte pressão no sentido de “expulsar” os jovens para outras atividades fora de sua localidade de origem através da migração, até que ponto a existência de um rendimento fixo tende a mantê-los, ainda que temporariamente, em suas localidades de origem? Teriam as aposentadorias rurais um peso na manutenção dos jovens por mais tempo vinculados às suas famílias, ou, em outros termos, seriam elas um fator que atua consideravelmente no sentido de favorecer a permanência dos jovens e das famílias rurais em suas localidades de origem?

No que concerne ainda às estratégias de reprodução social das famílias rurais, cabem também as seguintes indagações: que papel tem nesse processo a atividade agrícola? Qual é a importância do trabalho cotidiano na produção agrícola, fortemente centrada no autoconsumo familiar, com renda instável e indivisível (trabalho familiar e renda de todo o grupo), adquirida com as vendas esporádicas da produção animal e vegetal? Há uma relação entre atividade agrícola e a permanência de famílias em suas localidades de origem? E quais são, entre as famílias rurais mais pobres do país, os efeitos de programas como o Bolsa Família (PBF), um programa brasileiro de transferência direta de renda?

Procurando responder essas questões, o texto, a partir de um estudo de caso no Estado de Minas Gerais, discorrerá sobre políticas públicas (federais, estaduais e municipais) de combate à pobreza rural, sua dinâmica, implicações socioculturais e econômicas, assim como suas especificidades e seus impactos nos meios, modos, ritmos e condições de vida das populações rurais no âmbito regional. Tendo por base a produção de dados por meio de metodologia qualitativa (entrevistas e história de vida), serão apresentados os processos sociais, econômicos e culturais de famílias rurais mineiras que não possuem um rendimento fixo e que recorrem, sobretudo, a um conjunto de políticas públicas como tentativa de melhoria de vida. O texto demonstrará como um conjunto de políticas públicas interage no espaço e repercute nos modos e nas condições de vida dessas famílias (principalmente entre os grupos familiares mais pobres).

O trabalho, enfim, procurará demonstrar *como múltiplas fontes* de rendimentos no espaço intradoméstico – agrícolas, não agrícolas, e, sobretudo os benefícios sociais, aposentadoria rural, pensões e Bolsa Família – interferem na possibilidade (ou não) da saída desses grupos familiares da condição de pobreza (material e econômica), bem como nos projetos de vida dessas famílias, com reflexo nas dinâmicas de mobilidade espacial, condicionando a permanência das pessoas em sua região de origem, onde a migração é um fenômeno cultural.

1. GEOGRAFIA HUMANA: OS TEMAS E OS PROBLEMAS DE UMA TESE

Eu me chamo de excluído como alguém me chamou
 Mas pode me chamar do que quiser seu doutor
 Eu não tenho nome
 Eu não tenho identidade
 Eu não tenho nem certeza se eu sou gente de verdade
 Eu não tenho nada
 Mas gostaria de ter
 Aproveita seu doutor e dá um trocado pra eu comer...
 Eu to com fome
 Tenho que me alimentar
 Eu posso não ter nome, mas o estômago tá lá...
 Eu sou o resto do mundo
 Eu não sou ninguém
 Eu não sou nada
 Eu não sou gente
 Eu sou o resto do mundo
 Eu sou mendigo um indigente um indigesto um vagabundo
 Eu sou o resto
 Eu não sou ninguém...
 É o resumo do meu ser
 Eu sou filho da miséria e o meu castigo é viver
 Eu vejo gente nascendo com a vida ganha e eu não tenho uma chance
 Deus, me diga por quê?
 Eu sei que a maioria do Brasil é pobre
 Mas eu não chego a ser pobre eu sou podre!
 Um fracassado
 Mas não fui eu que fracassei
 Porque eu não pude tentar
 Então que culpa eu terei....
 Eu não sou registrado
 Eu não sou batizado
 Eu não sou civilizado
 Eu não sou filho do Senhor
 Eu não sou computador
 Eu não sou consultado
 Eu não sou vacinado
 Contribuinte eu não sou
 Eu não sou comemorado
 Eu não sou considerado
 Eu não sou empregado
 Eu não sou consumidor
 Eu não sou amado
 Eu não sou respeitado
 Eu não sou perdoado
 Mas também sou pecador
 Eu não sou representado por ninguém...
 Eu não sou apresentado pra ninguém
 Eu não sou convidado de ninguém
 E eu não posso ser visitado por ninguém
 Além da minha triste sobrevivência eu tento entender a razão da minha existência
 Por que que eu nasci?
 Por que eu to aqui?
 Um penetra no inferno sem lugar pra fugir...
 O Resto Do Mundo, Gabriel O Pensador
 (adaptado)

Este capítulo tratará principalmente dos procedimentos metodológicos acionados durante a pesquisa, que tem enfoque nas fontes orais como meio para produção de evidências e de uma experiência de pesquisa no Vale do Jequitinhonha. O texto está organizado em quatro grandes partes. A primeira abrange uma discussão sobre a Geografia e as temáticas de cunho social. Na segunda, são apresentadas a trajetória social do investigador e a análise de como essa trajetória pode influenciar no desenvolvimento de pesquisas tratadas pelo campo acadêmico. As metodologias utilizadas na investigação são o tema da terceira parte, e a última traz a descrição da experiência de campo realizada no Vale do Jequitinhonha (MG).

Em uma tese que trata da reprodução social de famílias pobres, as leituras sobre determinada realidade trazem à baila temáticas relativas a grupos sociais desfavorecidos, tais como pobreza, exclusões, vulnerabilidades sociais, mobilidade precária de trabalhadores e precariedade das condições sociais de existência de determinado estrato da sociedade brasileira, conferindo à pesquisa um caráter social.

Essas temáticas, como a pobreza e as migrações, por exemplo, estão e permanecem na ordem do dia, presentes tanto na paisagem Social dos países quanto nas agendas de pesquisas no campo acadêmico, por pelo menos dois fatores basilares: I- pela generalidade desses fenômenos sociais: ainda que tenham características específicas e expressões distintas, apresentam-se nas paisagens sociais de todos os países, em especial e de forma mais profunda e dramática, nos subdesenvolvidos (SANTOS, 2009; DAVIS, 2006; LAVINAS, 2014); II- por se tratar de problemas que permanecem nesses distintos países, inclusive, entre os ricos (GONZÁLEZ E ESPARCIA, 1992).

No contexto mundial, sobretudo no campo acadêmico europeu, e de forma ainda mais específica, na França, estudos de caráter social sempre foram tendência da Geografia Social, fragmento da Geografia Humana que estabelece um diálogo com as ciências sociais, notadamente a Sociologia, tendo como objeto o espaço social⁵ e, em especial, as questões

⁵ Rochefort (1983, p.13) na década de 1980 definiu que: « [...] “Ce qui est premier en géographie sociale, c'est la société et non l'espace. Ce sont les mécanismes, les processus sociaux et sociétaux, le jeu des acteurs publics ou privés de toutes espèces. Si l'on ne cherche pas la société au départ, on ne la trouve pas à l'arrivée [...]. Le moteur, la clé, c'est la société. L'espace est toujours second et si l'on commence par lui, on risque de ne pas comprendre. Mais il est bien évident que l'espace à son tour rend bien compte de tout un jeu de variations qui renforcent ou atténuent les décalages et les tensions entre société locale et société globale.” / O ponto principal na Geografia Social é a sociedade e não o espaço. Trata-se, sobretudo da análise dos mecanismos, dos processos sociais e societais, do jogo de atores públicos e privados de todos os tipos. Se não pesquisarmos a sociedade como ponto de partida, nos a encontraremos como ponto de chegada [...] O motor, a chave, é a sociedade. O espaço é sempre secundário e se começarmos por ele, nos arriscamos de não compreender o fenômeno. Porém, é evidente que o espaço, em seus termos, está imbricado em um jogo de variações que reforçam ou atenuam os conflitos e as tensões entre a sociedade local e a sociedade global (tradução minha). Já no século XXI, Pain *et alii* (2001, p.1), em uma coletânea mais recente sobre a Geografia Social, iriam definir que o objeto de parte da

sociais⁶, entre elas, as assimetrias expressas nas sociedades, as desigualdades, a pobreza, as exclusões sociais etc. Apesar da divulgação de alguns trabalhos dispersos, elaborados nos períodos anteriores aos anos 1960 por geógrafos norte-americanos influenciados pelos sociólogos da Escola Ecológica de Chicago, foram as mudanças sociais e econômicas do final dessa década que afirmaram a temática social no âmbito da Geografia. Nesse contexto, com inspiração marxista, uma perspectiva da Geografia, denominada Geografia Radical, Crítica ou Marxista, passou a entender a organização espacial como um produto das relações sociais de produção que, juntamente com as estruturas de classe, configurariam os dois fenômenos nevrálgicos para o entendimento desse processo.

Nesse sentido, a Geografia Social desenvolve-se em um contexto de alterações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas temporalmente na transição entre os anos 1960 e 1970, com uma forte centralidade de estudos voltados às assimetrias territoriais. Ou seja, “após meados da década de 80 assiste-se a uma recuperação da centralidade das temáticas sociais em Geografia Humana muito associada à emergência de novas correntes como o realismo, ou os projetos das Geografias Pós-Modernas” (MALHEIROS, 1995, p. 116). Malheiros chama a atenção para a necessidade de diversificar os sujeitos a serem pesquisados na Geografia Humana e afirma que os pesquisadores sociais (e os geógrafos) passaram a assumir uma posição crítica em relação às grandes tipologias usadas para classificar as sociedades e os grupos sociais, o que acabou exigindo um debate e permanente ajustamento referente à escala de preocupação, passando a incorporar com maior frequência estudos de pequenos grupos diversificados, gestados a partir do próprio funcionamento do sistema econômico contemporâneo (MALHEIROS, 1995).

De um ponto de vista da empiria, as preocupações sociais da Geografia Radical centravam-se, não exclusiva, mas essencialmente, em dois pontos: I- nos processos de formação do espaço urbano, com enfoque nos conflitos existentes no meio urbano e na segregação socioespacial; II- nas desigualdades do desenvolvimento na escala mundial, tratando, sobretudo, das temáticas relativas às relações de dependência e subdesenvolvimento.

Após relevante presença de geógrafos nos debates relativos à temática social, ocorre, durante os anos 1970 e 1980, um arrefecimento das questões relacionadas à justiça social na produção geográfica (MALHEIROS, 1995). Esse processo se deu na medida em que a

Geografia são os modos como as relações sociais, as identidades sociais e as desigualdades sociais são produzidas, bem como sua variação espacial e o papel do espaço em sua produção (grifo nosso).

⁶ A Geografia Social, ao tratar de suas questões, considera que os pesquisadores têm um papel social a desempenhar com suas pesquisas. Nessa perspectiva, os geógrafos sociais também são concebidos como geógrafos militantes, posição que muitos assumem de fato.

Geografia Marxista, ao interpretar as desigualdades socioterritoriais, considerando a produção e as estruturas de classes como elementos estruturais basilares,

Viu-se impossibilitada de incorporar outras dimensões da injustiça social (designadamente o patriarcado e o racismo) que, apesar de relacionadas com as estruturas de classes, não decorrem, necessariamente, dela. Por outro lado, a crise estrutural [...] veio reforçar o domínio da temática econômica em Geografia, desenvolvendo-se os estudos relativos às implicações territoriais dos processos de reestruturação econômica, bem como as análises urbanas e regionais centradas nos elementos de competitividade econômica. (MALHEIROS, 1995, p. 116)

Além dos fatores citados por Malheiros (1995), o declínio do *Welfare State* e a ampliação de políticas de caráter liberalista como, por exemplo, o Thatcherismo, que apregoavam a redução do intervencionismo público e do papel do Estado na criação de um ambiente favorável ao funcionamento dos agentes econômicos privados e dos mecanismos de mercado, conduziram a um recuo dos estudos que tratavam de experiências empíricas relacionadas às questões sociais.

Em período seguinte, porém, há no âmbito da Geografia Humana uma maior presença das temáticas sociais, muito associadas às ditas “geografias pós-modernas”, nas quais se incluem, por exemplo, os estudos de Soja (1989), que trouxe à Geografia a relevância do debate relacionado às questões sociais gerais e, em particular, aos grupos sociais desfavorecidos, marginalizados e oprimidos. Entre estes, a mão de obra explorada como parte do capitalismo, populações tiranizadas e mulheres excluídas, três grupos que exemplificam a tríade classe-raça-gênero que configurou parte central na discussão da Geografia Social.

Ganham força, então, nas Ciências Sociais, e também na Geografia, temas relacionados ao racismo e ao patriarcado, para pensar as relações entre os grupos sociais na sociedade capitalista, enfocando, além das posições nas estruturas de classe, outros elementos, tais como sexo, raça/cor e idade. Se já havia exclusões e discriminações relativas a sexo e raça, entendia-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista reforçava posições de subalternidade e assimetrias sociais em relação a mulheres e pessoas não brancas.

Como exemplo, se no âmbito do grupo familiar, o trabalho feminino e, de forma mais específica, o trabalho doméstico, possibilitava as condições de reprodução social que, por sua vez, permitia o funcionamento da esfera da produção que era considerado um domínio exclusivamente masculino e *par excellence* com maior valoração positiva, a mulher e o trabalho doméstico permaneciam desvalorizados ou marginalizados. Trata-se aqui de uma das

discussões centrais da Geografia Social: a que envolve gênero, trabalho e desvalorização social⁷.

Diante dessa breve revisão sobre as discussões relacionadas à Geografia Social, é importante destacar que, ao pretender analisar e compreender as estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres economicamente, este estudo trata de questões relativas a grupos sociais desfavorecidos.

Diferentemente dos estudos de Geografia do gênero, que não raro são conduzidos por mulheres ou outros grupos marginalizados ou excluídos, tais como os negros, os homossexuais etc., os que tratam de grupos sociais desfavorecidos, como as famílias rurais do Vale do Jequitinhonha, são desenvolvidos, em geral pelo outro, ou por alguém externo à sua condição econômica e social. Considerando que fazer pesquisa é um ato político, cabe ao investigador “de fora” tentar entender as condições, os modos e meios de vida de famílias cuja existência é permeada por grande invisibilidade ou quando vista, por exemplo, as define como pobres ou migrantes do trabalho que sintetizam uma determinada condição e posições dentro da estrutura social.

Todavia, além da afirmação de uma determinada condição social e posicioná-las na estrutura social, é preciso entender as dinâmicas e os processos de formação socioespacial que as empurram para essa situação ou as fazem nela permanecer.

Dessa forma, na análise do processo de formação socioespacial das cidades, com os problemas nelas presentes, como a exclusão social, a gentrificação, o desemprego, a marginalização, a pobreza urbana etc., deve-se dar visibilidade também aos grupos marginalizados no mundo rural, ao ambiente social em que vivem e aos processos de que participam. Se há, no mundo urbano, distintos grupos sociais desfavorecidos e, entre estes, um subconjunto de parcelas marginalizadas, entende-se ser igualmente importante identificar os marginalizados do campo. Antes, porém, cabe esclarecer o que se entende por marginalização.

A marginalização pressupõe um desvio em relação aos comportamentos-padrão, estabelecidos pelo grupo-dominante (homens de meia-idade, brancos e da classe média ou média alta) e que podem ser definidos enquanto um conjunto de normas e valores que regulam os sistemas econômico, social, político-administrativo. Enquanto a maioria das mulheres, dos idosos e, em larga medida, dos membros das minorias étnicas tem uma atuação funcional conforme os papéis sociais que lhes são reservados pela sociedade contemporânea, existem diversos outros grupos que ocupam uma posição claramente marginal face ao conjunto de normas e valores que constituem os padrões sociais de referência, assumindo-se que podem pôr em causa,

⁷ No campo acadêmico brasileiro, no caso específico da Geografia Humana, trata-se de temas de pesquisa da Geografia do Gênero.

ou mesmo ameaçar, certas dimensões da ordem social vigente. (MALHEIROS, 1995, p.119)

Como um fenômeno relativo, a marginalização abarca um conjunto de grupos sociais, que embora variados, podem ser identificados por alguns fatores:

I - Grupos marginalizados pela condição econômica: compostos por aqueles, por exemplo, que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas mínimas, as vítimas da fome, uma das mais expressivas e elementares formas de pobreza. Os desempregados urbanos e as famílias de agricultores descapitalizados podem compor esses grupos que conformam indivíduos e famílias vulneráveis à insegurança alimentar;

II- Grupos marginalizados por uma condição social: compostos por pessoas que não correspondem ao padrão hegemônico dominante, tais como os migrantes pobres, os analfabetos (sem educação formal), os negros, as mulheres, os homossexuais, entre outros;

III- Grupos marcados por atividades econômicas desvalorizadas: como, por exemplo, os pequenos agricultores pobres, marginalizados social e economicamente.

Não raro, há pessoas que reúnem mais de uma dessas condições, o que as coloca numa posição de extrema marginalidade, como por exemplo, mulheres agricultoras, negras, analfabetas e inseridas em famílias monoparentais. Isso significa que no interior de grupos desfavorecidos, alguns indivíduos agregam um conjunto de elementos em níveis distintos, como aqueles que além de ter uma determinada condição social e econômica, seguem religiões de matriz afro, fator que amplia o grau de marginalidade dentro do seu próprio grupo social. Grupo social este que, por sua vez, carrega outros elementos de marginalização.

Essa tipologia de grupos marginalizados, sob as óticas econômica e social e das atividades econômicas, representa divisões que têm proposição heurística extremamente sintética. A realidade social, no entanto, é consideravelmente mais complexa do que podem demonstrar os instrumentais de análise e explicação que temos à nossa disposição.

Se focarmos, por exemplo, os estudos que envolvem gênero, sexualidade, idade, condição física etc., surgirá, nas geografias do cotidiano, um conjunto diversificado de grupos sociais excluídos baseados na condição de gênero (sobretudo as mulheres e transexuais), na orientação sexual (sobretudo os homossexuais), na idade (destaque para idosos e crianças), numa determinada condição social marginal (pobres rurais e urbanos, migrantes pobres), na cor da pele (negros, e entre eles, os quilombolas, os indígenas etc.), bem como na religião e na cultura.

Dentre os grupos excluídos e marginalizados, destacam-se os jovens negros e pobres, os transexuais e os travestis, grupos que até mesmo inconscientemente participam de processos de categorização que também são construções sociais de exclusão e de poder de uma sociedade heteronormativa, as quais incluem e excluem pessoas de uma vida digna em sociedade, por carregarem em sua corporeidade características que não escolheram, mas que limitam as oportunidades empurram-nas para a marginalidade e a inviabilidade social, podendo, assim, definir drasticamente até mesmo o fim de suas existências⁸.

Se há distintas categorias marginalizadas, entende-se, portanto, ser preciso distinguir desfavorecidos e marginalizados. Uma agricultora pobre, negra, mãe solteira e seguidora de religião de matriz afro agrega em si um conjunto de desvantagens que a marginaliza. Mas, já mulheres jovens, brancas, de classe média, residentes no Vale do Jequitinhonha, embora carreguem em sua corporeidade uma condição de mulher, que as desfavorece, têm bastante reduzido seu processo de marginalização. Nesse contexto, a marginalização é uma classificação relativa, uma vez que depende principalmente das normas e dos valores da sociedade em que o indivíduo está inserido.

Os marginalizados são fruto de uma construção social desigual de poder baseado em relações sociais, às quais:

Os geógrafos sociais têm dedicado a sua atenção a classe, gênero, sexualidade, raça, idade e deficiência – estão em torno do poder, opressão e distribuição de recursos na sociedade. A geografia social está também preocupada com as identidades, que estão sempre associadas a modos de vida, e por isso não são apenas relacionadas com ideologias, mas também poder e recursos (Pain *et alii*, 2001, p. 4).⁹

Em uma sociedade desigual, como a brasileira é importante pontuar que há outras pobreza para além dos rendimentos, considerando que em maior ou menor grau pessoas e grupos são excluídos considerando o gênero, raça e etnias. Tratar dos pobres (rurais e

⁸ No ano de 2013, de um total de 8.153 adolescentes brasileiros mortos, com idade entre 16 e 17 anos, quase a metade foi vítima de homicídio (3.749 - 46%), ou seja, uma média de 10,3 adolescentes assassinados por dia no Brasil. Geralmente são jovens, negros e moradores das periferias das grandes cidades. No ano de 2014, 61% das mortes violentas no Brasil foram de negros. Os negros e pardos correspondem a 61% da população carcerária nacional. Em 2012, a população carcerária nacional era predominantemente jovem (266.356), num universo de 480.393 pessoas, e com largo predomínio de negros (295.242). Em 2013, o Brasil liderou o *ranking* entre os países onde mais se matou a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Naquele ano, a homotransfobia foi à causa da morte de 312 representantes desses grupos e, entre 2008 e 2013, foram assassinados 486 transexuais no Brasil. Fonte: Mapa do encarceramento (2015); Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), Grupo Gay da Bahia (GGB, 2014); Internacional Transgender Europe (2015).

⁹ Tradução livre realizada por Renato Ferreira do Centro de Estudos de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC).

urbanos), dos migrantes pobres e de outros grupos sociais desfavorecidos é dar visibilidade aos excluídos da sociedade.

Obviamente, nos meios urbanos, sobretudo nas grandes cidades, os marginalizados são mais facilmente identificados, devido, entre outros fatores, às relações sociais mais formais, tendendo a serem mais frágeis, à forte segregação socioespacial, com significativos níveis de precarização da vida, ao desemprego, às relações flexíveis de trabalho, à menor coesão social, com sociedades mais diversificadas, bem como à forte mobilidade social e ocupacional das pessoas. No entanto, há de se entender que as populações rurais também estão sujeitas a distintos tipos de marginalização e outras expressões que empobrecem a vida, tais como a vulnerabilidade e a exclusão social. Diferente de outros fenômenos sociais, a exclusão social não está necessariamente ligada a fatores econômicos. Pode-se viver em condições materiais confortáveis e encontrar-se, ao mesmo tempo, consideravelmente excluído da vida em comunidade ou incapacitado de frequentar escolas, por exemplo.

O entendimento da reprodução social de famílias pobres passa, pelo menos, por esses três fenômenos: a marginalização, a vulnerabilidade e a exclusão social. Eles auxiliam, em grande medida, a entender a posição dos indivíduos ou grupos na estrutura social. Ainda que a marginalização esteja ligada a fatores que o indivíduo não escolhe, como, por exemplo, a cor e o gênero, ela pode ser também produto de processos que excluem os mais pobres. Nesse sentido, torna-se foco do estudo, entender:

- I- o processo de formação socioespacial e a formação de diversos grupos marginalizados;
- II- os reflexos das desigualdades sociais dentro da estrutura da sociedade;
- III- a definição de estratégias de reprodução social em um contexto de marginalização, exclusão e vulnerabilidade social, considerando os lugares de vida e os destinos, por exemplo, dos migrantes do trabalho;
- IV- a forma como as famílias pobres organizam a vida social do trabalho familiar no lugar de vida e como se apoiam na mobilidade espacial como um projeto de reprodução do grupo familiar;
- V- os meios, modos e condições de vida das pessoas do lugar;
- VI- as relações entre Estado e sociedade num contexto de políticas sociais que são acessadas por famílias marginalizadas, excluídas e vulneráveis.

O desafio decorrente desses seis pontos, no entanto, encontra-se no fato de que, no domínio teórico e metodológico, a opção é por apoiar a análise dos fenômenos numa abordagem amplamente qualitativa para o entendimento das estratégias de reprodução social das famílias rurais pobres.

De forma geral, os estudos sobre reprodução social preocupam-se com as formas pelas quais se dá a continuidade de estruturas, práticas e instituições sociais (SACCO DOS ANJOS, 2003; BRUMER, 2007). Reprodução social pode ser entendida, então, como um processo pelo qual uma determinada sociedade, mediante diferentes mecanismos, reproduz a sua própria estrutura.

Para alguns autores, como por exemplo, Luxemburg (2003), a reprodução abarca o plano da sociedade como um todo e seu ponto essencial estaria no ciclo de produção e consumo. Na perspectiva marxista, a reprodução remete à continuidade de produção de bens de consumo em um longo tempo (temporalidade da reprodução), que é modificada historicamente tendo como base, por um lado, uma articulação entre tecnologia, matéria-prima e trabalho e, por outro, as formas sociais de produção, incluindo a organização social, ou seja, a relação do homem com a natureza e dos homens entre si (LUXEMBURG, 2003, p. 4).

Há autores que entendem a reprodução como processo social que abrange três formas: I- a humana ou biológica; II- a da força de trabalho; III- a “das condições de produção social na sua totalidade” (EDHOLM; HARRIS; YOUNG, 1977, p. 105). Numa abordagem próxima à de Edholm *et alii* (1977), outros pesquisadores destacam determinadas dimensões da reprodução social, por exemplo, a reprodução biológica que, no âmbito familiar, refere-se ao nascimento de filhos, no plano social, aos aspectos sociodemográficos da fecundidade e à reprodução cotidiana, como por exemplo a dedicação de diferentes elementos da população ao trabalho e à produção para a subsistência e a reprodução social (JELIN, 1995).

Bourdieu contribui para o debate, quando foca seu estudo nos sistemas de estratégias de reprodução social por meio das quais diferentes categorias reproduzem sua posição no espaço social a partir das socializações que geram determinadas e distintas posições (BOURDIEU, 1994, p.3). Diferentemente da perspectiva de Edholm, Harris e Young, e também de Jelin, as estratégias de reprodução social de Bourdieu contemplam não só a reprodução biológica/fecundidade¹⁰, mas incluem as relacionadas ao matrimônio e à educação, as econômicas (orientadas para aumentar ou conservar os capitais disponíveis), as simbólicas e de sucessão (BOURDIEU, 1994), todas produzidas nas/pelas famílias. Articuladas de forma sistêmica, essas estratégias são empregadas conjuntamente e em diferentes momentos, por meio de práticas que objetivam a reprodução social, por exemplo,

¹⁰ Indicadores de natalidade/fecundidade, mortalidade e as migrações são importantes para retratar uma determinada dinâmica populacional. Indo além, pode até mesmo ser utilizado como indicador de pobreza de uma sociedade, como exemplo, quando há altos índices de mortalidade.

as relativas aos mercados econômico, matrimonial, de trabalho e regras jurídicas, enfim, as possibilidades de ganhos que esses diferentes mercados possam oferecer às famílias e/ou aos indivíduos (BOURDIEU, 1994). Elas são implementadas de acordo com o estado dos mecanismos socialmente objetivados de reprodução social, tais como os mercados econômico, escolar, matrimonial, de trabalho e as regras jurídicas e as possibilidades de ganhos que esses distintos mercados podem oferecer as famílias ou indivíduos.

Essa concepção pode ser acionada para entender as diferentes formas pelas quais os membros de famílias rurais, inseridas em contexto de poucos recursos monetários, precárias condições materiais de existência e limitado campo de possibilidades de inserções laborais, reproduzem-se socialmente e dão continuidade a sua vida e as atividades sociais. Neste ponto, é possível trazer à baila duas questões importantes para analisar a reprodução social: a reprodução cotidiana (ou no curto prazo) e/ou a geracional (ou no longo prazo).

Na perspectiva da reprodução cotidiana de famílias rurais que se dedicam às atividades agrícolas, pode-se tratar das formas como elas se reproduzem no ciclo anual, como uma prática espaço-temporal, efetiva nas relações sociedade-natureza, combinando trabalho familiar, um conjunto de relações sociais dos homens entre si e com a natureza, por meio de mediações materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos etc.) e imateriais (conhecimentos, saberes etc.), para atender o consumo familiar, para as trocas de alimentos entre vizinhos e parentes e a venda de excedentes nas feiras locais.

É uma visão que envolve uma dinâmica econômica da unidade familiar que a entende via trabalho e consumo. A reprodução cotidiana de famílias agrícolas no curto prazo pode tratar das questões relativas a formas e meios de produção, tais como apropriações (concreta e simbolicamente) do espaço geográfico e uso de determinadas tecnologias (na unidade de produção), bem como sua organização na divisão do trabalho entre os membros da família e as relações sociais estabelecidas no espaço intradoméstico ou com os membros da comunidade, outros agentes sociais e instituições.

Entretanto, a identidade entre unidade familiar e unidade de produção pode ser questionada a partir da dimensão dos laços familiares e da própria unidade familiar nas distintas sociedades. Nos espaços rurais, por exemplo, observa-se uma queda expressiva da endogamia, a dificuldade de inserção dos filhos ou da permanência nas atividades agrícolas e na propriedade como local de produção (agrícola) ou de morada, e até mesmo uma ampliação das atividades não agrícolas no rol das ocupações dos filhos de agricultores, principalmente a partir da queda generalizada das rendas agrícolas (BRUN, 1989; SCHNEIDER, 2003).

Pesquisas apontam o enfraquecimento ou até mesmo a perda de centralidade das atividades agrícolas, seja em experiências no Brasil (SACCO DOS ANJOS, 1995; SCHNEIDER, 2003, 2009) ou internacionais (DELORD E LACOMBE, 1990; CARNEIRO, 1998). Nesse sentido, deve-se considerar que a reprodução social da família (de parentesco ou consideração) é influenciada por fatores internos a ela (número de membros, presença de jovens, terras disponíveis para o trabalho familiar etc.) e pelo ambiente social e econômico em que está inserida, inclusive com a possibilidade de haver ou não empregos em atividades não agrícolas. Nessa direção, a permanência da lógica que funde a unidade familiar com a unidade profissional (atividade econômica) e a restrita diversificação das atividades agrícolas pode explicar o pouco dinamismo nos mercados de trabalho locais. Nesse sentido, deve-se ter clareza que em determinadas experiências locais no Brasil há ainda um forte peso das atividades agrícolas dentro das estratégias de reprodução social, seja por opção ou pela impossibilidade de diversificação das fontes de renda e ingresso dos membros existentes nas famílias e disponíveis para o trabalho (intra ou extra unidade de produção).

Partindo de uma análise da família como um grupo de indivíduos que coabitam um determinado lar, não necessariamente uma unidade em si ou para si, o desafio é tentar entender como, a partir da interdependência pessoal, conseguem integrar-se num projeto comum (ou não) que mantém a vida em grupo. Por exemplo, entender até que ponto a migração de trabalhadores precários (ou não) pode ter significados distintos se praticada pelos filhos jovens, pela esposa ou pelo agricultor considerado o chefe da unidade produtiva, e em que medida os recursos advindos da migração dos distintos membros do grupo familiar são utilizados para satisfazer as necessidades individuais ou do grupo. Entende-se por família um determinado conjunto de parentes, tipicamente constituído por um núcleo familiar, ainda que sejam possíveis outras formações e grupos domésticos, como uma unidade residencial, de consumo e, às vezes, de trabalho, que compartilham uma casa e trabalham conjuntamente (ALMEIDA, 1986).

Os estudos da reprodução cotidiana levam em consideração as formas de utilização da terra, a distribuição do trabalho da família (de forma consciente ou não) e os usos dos recursos naturais, bem como, de forma concomitante, outros elementos atuantes no cotidiano das famílias, como por exemplo, a presença do Estado e as políticas sociais, estes, até certo ponto novos nas dinâmicas das famílias e que podem ser incorporados às estratégias familiares, como exemplo, as rendas das transferências diretas, do tipo Bolsa Família.

Em uma análise da reprodução em longo prazo, pode-se considerar como a unidade familiar se perpetua como tal (as continuidades), mas também as mudanças (e as rupturas),

contemplando, por exemplo, as lógicas de parentesco, caminho pelo qual se estabelecem as estratégias de casamentos e heranças, o que remete a análises dos processos sucessórios sobre a herança da terra. De forma mais ampla, pode-se analisar as regras ou estratégias definidas no âmbito da família que se apoiam na migração e suas distintas tipologias, baseadas nas diferenças entre os sexos e na posição dos membros na hierarquia familiar.

De certa forma, a reprodução social está relacionada às relações sociais que incluem desde elementos mais palpáveis, como as condições materiais de existência e modos de produção, mas também elementos espirituais e formas distintas de consciência social, mediante a qual o indivíduo tem sua posição na vida social. Aqui, a abordagem da reprodução social centra-se em família inseridas em contextos de pobreza econômica e até mesmo de vulnerabilidade social e limitado campo de possibilidades que limitam consideravelmente os projetos de vida.

Velho (2003, p. 101) compreende a noção de "Projeto" como uma "conduta organizada para atingir finalidades específicas", tornando-se uma antecipação da futura trajetória e biografia do sujeito. Na definição do seu projeto, esse sujeito utiliza-se da dimensão da memória, (Velho, 2003), considerando não apenas as ações do presente, como também as significações impressas nos acontecimentos pretéritos.

A memória é fragmentada, sendo que o sentido que o indivíduo confere a si mesmo depende consideravelmente da organização dos seus fragmentos no decorrer de sua trajetória. No passado, descontínuo, a memória é também parte da construção de um projeto que é uma construção posterior, partindo dos próprios significados que o sujeito confere aos acontecimentos. Trata-se de um processo não linear, muito menos contínuo ou homogêneo, portanto, que deve ser entendido em sua multiplicidade. O indivíduo define seu projeto influenciado por um campo de possibilidades a qual está inserido.

Campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée*. (VELHO, 2003, p.28).

Nessa perspectiva, o campo de possibilidade é, portanto, um conjunto de alternativas possíveis e disponíveis ao indivíduo a partir dos processos sócio históricos mais gerais que também passam pelo potencial interpretativo da sociedade. É algo que é dado, mas simultaneamente também passa pelas ressignificações em distintos contextos, mostrando o

potencial de metamorfose do indivíduo. O campo de possibilidade pode possibilitar um entendimento sobre as formas como os projetos movimentam-se no decurso de uma trajetória de vida, de forma coerente ou não.

Pelo seu “potencial de metamorfose” (VELHO, 2003), o indivíduo pode no decorrer de sua trajetória de vida, alterar seus projetos, negociando sua realidade, contemplada por outros projetos, individuais ou de grupos, neste último caso, projetos coletivos, englobando traços de família, grupos, instituições, passíveis de distintas interpretações individuais em decorrência as particularidades de *status*, trajetórias e, no contexto da família, de gênero e geração. Os projetos coletivos são heterogêneos. Ser um projeto coletivo não quer dizer que são igualmente compartilhados por todos, uma vez que, os projetos são reinterpretados descontinuamente. “Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos” (VELHO, 2003, p. 46). Sendo assim, os projetos de vida são complexos, e os indivíduos, podem ser portadores de projetos distintos e até mesmo contraditórios.

No âmbito da família, seus distintos membros podem ter diferentes projetos de vida, que pode apontar tanto para um projeto individual ou para um projeto coletivo, mesmo que desenvolvido por um membro constitutivo do grupo familiar. Trata-se também de um jogo dos papéis que o indivíduo traça para transformar seu próprio projeto, ao desenvolver seu potencial de metamorfose. A viabilidade de decisões do indivíduo depende de um jogo de interações com os projetos individuais e coletivos. O projeto é passível de transformação e é único ao sujeito: é parte característica de sua individualidade, uma orientação no caminho por entre os campos de possibilidades e, por fim, um instrumento base de negociação da realidade. Nessa direção, um dos elementos chaves na trajetória de vida é a metamorfose.

As distintas sociedades, por menor que seja não será totalmente homogênea. A vida social está muito pautada na interação das diferenças, o que é ainda mais expressivo nas sociedades complexas, inclusive pela existência simultânea de um conjunto de identidades. Este fato implica em uma permanente adaptação dos atores, produzidos e produtores por “escalas de valores e ideologias individualistas constitutivas da vida moderna” (VELHO, 2003, p.44). No plano do indivíduo, a participação nesses diferentes mundos desenvolve um potencial de metamorfose.

Há um conjunto de perspectivas para o que se entende por identidade, por exemplo, na psicologia social, na Sociologia e até mesmo na Geografia. Na psicologia social há abordagens da identidade como uma categoria (CIAMPA, 1987). Na sociologia, alguns

autores trabalham na perspectiva da identidade do trabalho (DUBAR, 1997), e esta é uma das principais abordagens presente nos trabalhos acadêmicos. Zygmunt Bauman (2005), sociólogo polonês, focaliza o tema na perspectiva da modernidade líquida e, Stuart Hall (2006), sociólogo, mas inglês, estuda as identidades sociais na perspectiva da pós-modernidade.

Para Ciampa (1987), identidade é uma metamorfose, ou seja, defende que a identidade está em permanente transformação, como o resultado provisório do encontro entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos de vida. Essa identidade apresenta um caráter dinâmico e seu movimento pressupõe a existência de um personagem. Esse personagem, na perspectiva do autor, é a vivência pessoal envolto em um papel antecipadamente padronizado por uma cultura, elemento fundamental na construção de uma identidade, ou seja, como um construto social. Alguém representa a sua identidade pela reificação da sua atividade em um determinado personagem que, por fim, termina por ser independente da atividade. As distintas formas de se estruturar as personagens são resultantes dos diferentes modos de produção de identidade. Nesse sentido, identidade é a articulação entre igualdade e diferença. A identidade entendida como um movimento. Uma vez que a identidade é uma resposta aos ritos sociais, ela passa a ser entendida com algo como dado e não como se dando. A reposição, entretanto, sustenta o mesmo, a partir da ideia de que a identidade é atemporal e continua, ou seja, uma identidade-mito. A superação dessa identidade pressuposta é denominada como metamorfose

Dubar (1997) entende a identidade como resultante de um processo de socialização, que é entendido como o cruzamento dos processos relacionais (o sujeito é analisado pelo outro dentro dos sistemas de ação nos quais os sujeitos estão inseridos) e biográficos (que trata da história, de suas habilidades e seus projetos). A identidade para si não se separa da identidade para o outro, pois ambas são correlatas: reconhece-se pelo olhar do outro. A relação entre as identidades é um problema, na medida em que não se pode viver diretamente a experiência do outro, que ocorre dentro dos processos de sociabilização. A identidade não é dada, mas uma construção e (re) construção, em contextos de maior ou menor durabilidade (DUBAR, 1997). Essa perspectiva aproxima-se consideravelmente de Ciampa (1987) quando o autor afirma que a identidade é construída na e pela atividade. Se a identidade ocorre pelo outro ou no contato com o outro, pode haver a recusa e a criação de outra identidade. Essa identificação ocorre a partir das categorias sociais disponíveis.

Partindo da premissa que as identidades sociais são constituídas mediante processos e que é recorrente falar em formação identitárias (DUBAR, 1997), é entender também que

assumimos diversas identidades no decurso de nossas trajetórias de vida, dentro de um movimento de tensão contínua entre atos de atribuição (que refere aos que os outros dizem ao sujeito o que ele é – identidades virtuais) e os atos de presença (como o sujeito se identifica mediante as atribuições recebidas e adere a essas identidades atribuídas). A atribuição é referente a identidade para o outro e a pertença indica a identidade para si, e o movimento de tensão, e o ponto (movimento de tensão) se dá na oposição entre as identidades que esperam que o sujeito assuma e seja e o desejo próprio do sujeito em assumir determinadas identidades. Logo, o que está no centro do jogo é o processo de formação identitárias, que corresponde a identificação ou não identidade referente as atribuições que são sempre dos outros, uma vez que esse processo só é viabilizado no âmbito da socialização.

A constituição das formas identidades na perspectiva de Dubar (1997) ocorre no âmbito de dois processos: um relacional e o biográfico. A relacional diz respeito a identidade para com outro e possui um caráter mais objetivo e genérico. A biográfica referente propriamente à identidade para si, com caráter mais subjetivo e compreender as identidades herdadas e identidades visadas. Os processos relacionais e biográficos concorrem para a produção das identidades. Uma identidade social é marcada por uma dualidade entre esses dois processos e a dialética entre o relacional e biográfico deve ser a cerne na análise sociológica da identidade.

Bauman (2005) entende a identidade como autodeterminação. Nessa perspectiva a identidade é definida como o “eu postulado”. O elemento novo na perspectiva de Bauman se dá na medida em que as identidades comumente referem-se as comunidades. Comunidades que por sua vez define as identidades. Haveria dois tipos de comunidade: a de vida e destino, em contextos nas quais os membros vivem juntos em uma ligação absoluta e as comunidades de ideais, constituídas por uma variedade de princípios. A questão da identidade só é posta nas comunidades quando ocorre uma grande diferença de ideias e, como consequência, a necessidade de escolhas. A identidade passa a se revelar como uma invenção e não como uma descoberta, resultado de um esforço, um objetivo e uma construção. É um algo não conclusivo, precário, com uma tendência de construção de identidades individuais e não coletivas. O pensamento sobre ter uma identidade não acontece enquanto se acredita em um pertencimento, mas quando se pensa em uma atividade que deva ser permanentemente realizada. Essa perspectiva de identidade surge no âmbito da crise do pertencimento (BAUMAN, 2005).

Uma questão essencial da identidade é que ela é construída tendo como referencial os vínculos que conectam as pessoas umas com as outras e considerando esses vínculos como

sendo estáveis. O habitat da identidade é o campo de batalha, ou seja, apenas se apresenta no tumulto. É inevitável sua ambivalência: é uma luta contra a dissolução e a fragmentação, com a intencionalidade de devorar e uma forma de recusa para não ser devorado. Trata-se de uma batalha que ao mesmo tempo une e divide. As intenções de inclusão e segregação nesta batalha misturam-se e complementam-se (BAUMAN, 2005).

Na perspectiva da modernidade líquida, Bauman afirma haver uma infinidade de identidades à escolha, e outras a serem inventadas (BAUMAN, 2005). Nesse sentido, apenas é possível falar em construções identitárias como experimentação infundável.

Com uma abordagem próxima a Bauman, mas tratando da identidade cultural, Hall (2006) define as identidades culturais como aspecto de nossas identidades culturais que são constituídos a partir de nosso pertencimento: cultural, étnica, racial, linguística, religiosas e, sobretudo, nacionais. Para o autor, as condições atuais da/na sociedade estão fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. (BAUMAN, 2006, p. 9). Essas transformações tem alterado as identidades pessoas, interferindo na ideia de sujeito integrado que temos de nós próprios. É a perda de sentido de si estável que Hall (2006) denomina de duplo deslocamento ou descentração do sujeito. O duplo deslocamento que contribui para à descentração dos indivíduos tanto no seu lugar do/no mundo social e cultural quanto de si mesmo, resulta no que é denominado de “crise de identidade”.

Em determinados contextos, a identidade apenas se torna uma questão mais relevante quando está em crise ou a mesma é iminente. Ou seja, quando há uma coisa que supostamente é tida como fixo, coerente e estável e está sendo direcionada para uma experiência de dúvida e incertezas. Como exemplo, em experiências locais no Brasil, trabalhadores rurais que acionam uma identidade de agricultor como parte de um processo de luta para permanecer na terra e até mesmo nas atividades agrícolas.

Na perspectiva de Hall (2006) há 3 (três) perspectivas de identidade que se relacionam as visões do sujeito no decurso de sua história. Uma identidade do sujeito do iluminismo, que se expressa em uma visão individualista de sujeito, pautada na centração e unificação e predomínio da razão e a consciência. Há um entendimento que o sujeito é portador de um núcleo interior que emerge em seu próprio nascimento e que prevalece no decorrer do seu desenvolvimento, de uma maneira contínua e idêntica. Uma segunda identidade do sujeito sociológico, considerando toda uma complexidade do mundo moderno e um reconhecimento de que é o núcleo interior do sujeito é construído em uma perspectiva relacional com outras pessoas, e isso, tem importante papel na mediação da cultura. O sujeito se constitui na

interação na e com a sociedade, em um diálogo permanente entre os mundos interno e externo. Mesmo que haja a permanência do núcleo interior, este é também conformado pelo social, que simultaneamente o constitui. O sujeito é ao mesmo tempo individual e social. O sujeito é a parte e também é o todo. E, por fim, um entendimento de identidade do sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade fixa, essencial e permanente, mas constituída e transformada continuamente, a partir das influências/interferências das formas como é representado ou interpretado nos e pelos distintos sistemas culturais de que toma parte. As visões dos sujeitos assumem contornos históricos e não biológicos, e esses sujeitos aderem as distintas identidades em contextos diversos, que são, geralmente, contraditórios, exercitando suas ações em diversas direções, de uma forma que suas identificações (diversas) são permanentemente deslocadas. De frente a um conjunto múltiplo de significações e representações sobre o que é esse homem na pós-modernidade, o sujeito se defronta com uma grande diversidade de identidades, que são possíveis de identificar, mas quase sempre de forma temporária. Nesse sentido, o sujeito pós-moderno pode ser caracterizada pela mudança, pela alteridade, pela não constância e as identidade tem um caráter de estarem permanente abertas. É uma perspectiva que aponta para as incertezas e imprevisibilidade que é fruto de um constante deslocamento, mas que tem elementos positivos na medida em que se pode desestabilizar identidades estáveis pretéritas e isso abre a possibilidade de desenvolvimento de novos sujeitos/de novas identidades.

As identidades que correspondem a determinados mundos sociais estão em declínio. A sociedade não pode mais ser percebida como determinada, mas em um contínuo processo de mutação e movimento, e, nesse sentido, há um processo contínuo de surgimento de novas identidades, em um processo de fragmentação do indivíduo moderno. Tratamos dessa forma, de mudanças tanto no conceito de identidade quanto de sujeito, uma vez que as identidades estão sendo continuamente deslocadas e fragmentadas e como consequência, não é possível tecer conclusões sobre identidade ou uma identidade, que envolve uma grande complexidade e uma multiplicidade de fatores (HALL, 2006).

Em sociedades onde há rápidas mudanças rápidas, que possibilita ou criar formas altamente reflexivas da vida, em contextos em que as informações promovem uma permanente avaliação e transformação das práticas sociais alterando constitutivamente suas características e, por consequência, as identidades em relação. Identidade, sociedade e cultura são inseparáveis.

As identidades também estão relacionadas as diferenças, sem se desconectar das temporalidades, por isso, é também multidimensional, dito isto, porque corresponde as

relações sociais, as praticas espaciais, as intencionalidades e aspirações e as praticas espaciais, temporais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. As alteridades são definidas na relação entre identidades, entre “nós” e os “outros”.

Quando há a mobilidade espacial, quem migra, quem desloca, pode incorporar *habitus* e fragmentos do lugar de destino, para onde se foi. Na migração há inevitavelmente um encontro (misturas) de cultura entre lugares de origem e destino. Nessas misturas, identidades são reconstruídas. Identidades reconstruídas nos movimentos e nas pausas, mas necessariamente a partir dos deslocamentos. Sempre (voluntario ou involuntariamente) doamos um pouco de nós e recebemos um pouco do outro. É no movimento, estar em movimento, entre objetividades e subjetividades, que o migrante reconstrói sua identidade e dificilmente retorna ao lugar de origem da mesma forma que partiu. No decurso, da partida, dos trânsitos e das pausas, novas identidades são construídas.

A migração pode ser um fenômeno social importante para refletirmos sobre as identidades (no plural). Na trajetória social de um migrante, que se identifica enquanto um agricultor ou trabalhador rural pobre oriundo do norte de Minas (identidade regional) há sucessivos deslocamentos para o trabalho precário. Esse tipo de trabalho surge como a possibilidade de uma busca de vida melhor. Deslocamento/andanças que reflete em sua própria identidade social. Há previamente uma identidade regional e social orientada por uma origem geográfica e uma forma laboral: Norte de Minas e agricultor (uma forma particular de identidade social). Uma identidade regional, com forte vínculo a uma origem territorial, portanto, de base espacial. “ser de certa região” não exprime necessariamente uma vinculação de propriedade, mas uma teia de relações baseado em um espaço onde teve (e pode ter) um conjunto de relações sociais (primárias e secundárias), de comunicações, de relações laborais e afetivas, enfim, uma rede de relações, que dá organização do sentido. Caçando um lugar no mundo, mas deparando com trajetos de exclusões sociais, esses migrantes do trabalho precário tem “sua região de origem” como base para o retorno, mas dificilmente retornam com uma mesma identidade social, essa por si só, algo que não é fixo ou imutável ou algo inerente que também possa ser perdido. A identidade social é antes de qualquer coisa uma representação e esta relacionada a posição do indivíduo no mundo. Envolve processos de percepção, pensamentos e linguagens, com coordenadas que são geridas social e culturalmente.

Entre os migrantes do trabalho precário oriundos do Jequitinhonha, há uma identificação como agricultor e não como migrante. As pessoas não se definem como migrantes. A construção das identidades está estreitamente vinculada com as condições de

existência, com a cultura e obviamente com as relações sociais. Também remete a possibilidade de elaboração pessoal de uma realidade, que tende a negar situações degradantes e altamente penosas, tais como o migrante do trabalho precário. Entende-se esse processo como uma flexibilidade, jogando com a realidade e com os elementos disponíveis. Ninguém nasce agricultor, torna-se agricultor, por opção ou pela falta dela. Mesmo sendo igualmente ou até mesmo mais degradante que o trabalho nos trechos, esses migrantes reforçam sua identidade de agricultor, por possivelmente esse fato reforça a posição que ocupa e as práticas que desenvolve em sua comunidade rural de origem. Também há significados distintos entre ser agricultor em sua local de origem e força de trabalho nos locais de destino. No local de origem, são agricultores, pais de família, irmãos, primos, compadres, festejam, celebram a vida (nas festas sagradas e profanas), enfim, um conjunto de relações sociais que interferem na forma de reconhecer e ser reconhecido pelo próprio grupo social, que expressa dentre outras obviedades que os trabalhos braçais são humanos e isso pode refletir nos processos de reforçar determinadas identidades.

A identidade não é um destino. Ela é uma construção social. Vivemos em um mundo complexo, que voluntário ou involuntariamente, de forma explícita ou não, sempre será exigido que assumamos posições (e relações) sociais. É fato, que os outros podem nos colocar em determinadas posições sociais, mas também assumimos posições, inclusive rejeitando posições que os outros nos colocam como uma espécie de classificação. Dito isso, descobrimos que há múltiplas identidades que são construídas socialmente a partir de um conjunto de elementos: condição de gênero, raça/cor, religiões/crenças, trabalho, dentre outros. Há em uma pessoa várias identidades que são exaltadas em determinadas circunstâncias. As múltiplas identidades, quando correlacionadas, podem ampliar ou diminuir a miséria de um sujeito. Com isso, uma pessoa que expressa fortemente uma identidade de agricultor está de forma explícita reforçando sua posição social, dentre tantas outras possíveis. Mas há outras identidades que podem ser escondidas em determinadas circunstâncias, por possivelmente, deixá-lo vulnerável devido a certas circunstâncias, como por exemplo, um agricultor seguidor de relógios de matriz afro. Ser pai de santo pode o deixar vulnerável e isso abre portas para julgamentos públicos (ou até mesmo privado). Reforçar uma condição de agricultor (e uma identidade) pode ser menos problemático que assumir uma identidade religiosa. Um homem preto, pobre, residente nos rincões do Brasil tem uma condição que amplia sua miséria existencial, mas dentre tantas possibilidade de vulnerabilidade, expressar abertamente a identidade de agricultor pode minorar essas outras posição que o mesmo ocupa na sociedade, dentre elas, a de migrante.

A migração é um processo social que em seu dinamismo aponta para a transformação (mudanças, deslocamentos, destruições e recriações) tanto dos modos de vida e das relações das pessoas entre si (entre os que partem e permanecem), dos referenciais materiais e simbólicos que marcam a experiência pessoal, mas também interfere nas diversas identidades, incluso em contexto de vulnerabilidade social e determinados modos de vida.

Modo de vida surge no campo acadêmico em distintos contextos: Modo de vida tradicional, na pós-modernidade, camponês, operária, migrante, dos negos em guetos, dos homossexuais, de sociedades secretas, etc. No geral, mostra que há uma grande pluralidade de modos de vida, mas não se restringe a um determinado grupo ou classe social. Foucault (1981) tratou a amizade como um modo de vida (*De l'amitié comme mode de vie*) e no decorrer do seu raciocínio trata de um modo de vida homossexual no contexto de uma sociedade heteronormativa, para lidar, dentre outros temas, da amizade e o amor.

Para determinados antropólogos, o alcoolismo é tido muito mais como um modo de vida, um traço da cultura e tratado muito menos como uma patologia. Ora, alcoolismo e homossexualidade não são traços exclusivos de um modo de vida de agricultor ou de um grande empresário. Wirthn (2005) considera o urbanismo como um modo de vida. Nessa perspectiva, uma condição define profundamente esse modo de vida baseada em uma vida moderna distinta de uma tradicional-rural (não há modernidade no rural?).

Para Worth (2005), o que define esse modo de vida não é uma condição espacial e tampouco uma delimitação demográfica ou produtiva. Está pautada em uma conduta ou uma forma de vida. Para o autor, trata-se de uma forma de vida que é determinada por algumas características singulares: especialmente seu tamanho, densidade e heterogeneidade existentes na cidade, certo caráter social da vida coletiva e que pode ser entendida em termos de contatos sociais, impessoais, superficiais, transitórios e segmentados, certa debilitação das relações primárias e consequentes substituição por outras mais secundarizadas e a promoção de uma perspectiva de uma promoção de uma perspectiva relativista e maior tolerância da diferença e liberdade de ação.

Nos estudos rurais, alguns autores tratam de um modo de vida rural. Entretanto, observa-se que existem distintos modos de vida no meio rural, se considerar o contexto histórico, econômico, social e cultural. Navarro (2001) trata de distintos sistemas agrícolas e de um modo de vida rural, deixando subentendido que o modo de vida remete muito as características socioculturais, mas não deixa claro para o leitor sobre o que caracteriza, ou melhor, qual a natureza desse tal modo de vida rural.

O que está claro é que não existe um conceito de modo de vida, mas definições que depende de cada autor que define o conceito a partir dos instrumentos analíticos e as evidências empíricas que os mesmos dispõem. Entende-se aqui que modo de vida está relacionado ao contexto social, econômico e cultural aos quais os indivíduos ou grupos sociais estão inseridos e principalmente, pela permanência ou mudança de estilos de vida dentro de um determinado ambiente social e econômico. Esse ambiente social e econômico, somado as condições materiais de existência além de um campo de possibilidade define as condições de vida. Obviamente que essas condições de vida mudam consideravelmente entre os distintos grupos: entre os membros que compõe a elite, a classe média e os mais pobres em contexto de vulnerabilidade social.

Por fim, torna-se importante adiantar uma nota sobre a vulnerabilidade social. Entende-se que ela pode ser influenciada por fenômenos socionaturais, sobretudo o que os pesquisadores denominam de *unnatural disasters*, mas também é resultado de fatores sócio-históricos, e seus efeitos se distribuem de forma desigual entre a população (ALEDO; SULIMAN, 2005)¹¹. Como um fenômeno multideterminado, a vulnerabilidade é resultado de marginalização e de exclusões e, portanto, também uma construção social. Nesse sentido, reforça-se o desafio do pesquisador, “externo” a uma determinada realidade social e econômica, para entender os fenômenos ali existentes.

1.1. Pesquisador migrante: uma breve trajetória de vida¹²

Tenho pelo menos dois pontos em comum com as famílias da pesquisa: sou um migrante e originário de uma das regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais, a parte norte, com uma trajetória pessoal e familiar marcada pela mobilidade espacial. Residente no sertão de Minas Gerais, as migrações, chegadas e partidas, sempre fizeram parte do meu cotidiano. Neto de agricultores, sou filho de migrantes retornados. Quando jovens, meus pais foram impelidos a migrar, a fim de continuarem seus estudos. Minha mãe migrou para concluir o ensino secundário, depois a graduação em Biologia e, posteriormente, em

¹¹ Aledo e Suliman (2014) tratam de uma vulnerabilidade social em contextos de riscos ambientais. Entretanto, o conceito dos autores pode contribuir consideravelmente para definir distintos tipos de vulnerabilidade social. Em relação às questões ambientais, é importante ressaltar que a seca/estiagem ainda é um fenômeno natural persistente em experiências empíricas no Brasil, e seus impactos são diferentes, conforme as condições sociais e econômicas dos distintos grupos sociais.

¹² Este tópico, especialmente, será narrado na primeira pessoa do singular, por se tratar de minha própria trajetória de vida. Foi incluído na tese, por sugestão da banca, na ocasião do exame de qualificação. Entretanto, ter inserido minha própria trajetória de vida na tese é de minha inteira responsabilidade.

Matemática. Suas irmãs também migraram para se tornarem professoras. Meu pai, por sua vez, residia em Belo Horizonte, onde concluiu o curso técnico-científico (atual ensino médio) e, posteriormente, o curso técnico em Agronomia. Formados, ele e minha mãe retornaram a São Francisco (MG), local de origem de ambos, casaram-se, formaram um lar, depois acrescido por três filhos.

Durante quinze anos, residi em São Francisco, cidade pequena¹³, bonita e pacata, localizada às margens do rio homônimo. Mas, minha relação com esse lugar sempre foi paradoxal. Não gostava de estar lá. São Francisco, a cidade, era uma espécie de prisão. São Francisco, o rio, era a liberdade. Para muitas pessoas, o Rio São Francisco representa a integração nacional. Para mim, ele era o lugar para onde “fugia” nos dias tediosos. São Francisco, a cidade, era o fixo, o rio, o movimento, o correr. Às margens do São Francisco, imaginava quando iria embora e para onde. Já sabia quando devia partir: o fim do ensino fundamental seria o momento. Sendo o ensino público precário na pequena cidade, as famílias com um pouco mais de recursos, seja dinheiro ou patrimônio fundiário, enviavam seus filhos, e ainda hoje permanecem enviando, a Montes Claros ou Belo Horizonte, para a progressão nos estudos.

Sabia, então, que logo iria embora. Iniciaria uma primeira experiência migratória. Aguardava ansioso por isso. Não achava agradável residir em São Francisco: cidade pequena, com os mesmos lugares, pessoas e músicas. Viver toda a minha trajetória de vida em São Francisco não era meu destino, nem desejável. Enquanto isso, ali permanecia, ainda que com a sensação de não pertencimento. O fato é que jamais experimentei o sentimento de pertencer completamente a qualquer outro lugar. Estrangeiro em toda a parte, não me sinto, entretanto, particularmente isolado em lugar algum.

São Francisco era um lugar de partidas, o que configurava uma espécie de viveiro de migrantes. Quando ali residia, um dos lugares mais interessantes da cidade era a rodoviária. Observava as famílias com suas malas e caixas indo embora. São Paulo era o principal destino, um “mundo” que parecia mais interessante que meu próprio lugar de origem. Não compreendia o choro daqueles que partiam.

Partiam indivíduos ou famílias, geralmente em ônibus precários, em direção aos seus novos destinos, vistos como uma possibilidade de melhoria de vida. Entretanto, eles iam e vinham. Migravam e retornavam, definitivamente, ou em períodos de festas.

¹³ São Francisco (MG) tem uma população total de 53.828 habitantes (IBGE, 2010).

Os meses de seca, no norte de Minas, são os tempos mais difíceis para os que vivem da agricultura. Entre fevereiro e setembro, sem grandes regularidades, ocorrem longas estiagens, quando as árvores perdem as folhas, como uma espécie de “morte” para a sua sobrevivência. Os rios intermitentes secam. Os animais que não resistem às condições extremas de ausência de chuva padecem, mas é nesse período que se concentram as festas religiosas e os eventos, como as cavalgadas, relacionados ao retorno dos parentes, amigos e vizinhos que partiram.

A tristeza da paisagem seca, dos animais magros e da incerteza da vida na roça contrasta com as festas e a volta dos ausentes. A cidade e as comunidades rurais ganham dinamismo com os retornados. Muitos desses migrantes retornam com roupas coloridas, óculos escuros e outros apetrechos chamativos, símbolos de certa dignidade que, para os que permanecem no lugar, passam a impressão de que a migração é o caminho para a ascensão ou a mobilidade social. Essa percepção, no entanto, se desfaz ou é relativizada, quando migrantes retornam relatando a insustentabilidade da permanência ou a precariedade das condições de vida nos destinos.

Os migrantes pobres, quando partem, carregam consigo sua condição. Nos lugares de destino, passam a vivenciar a pobreza urbana, a exclusão social, o desemprego, além de um conjunto de outros elementos que configuram a vulnerabilidade social. Trocam a vida na roça ou na pequena cidade por residências precárias nas cidades médias e nas metrópoles do país. São desempregados no lugar de origem que passam a ser desempregados ou subocupados nos grandes centros urbanos ou cidades de porte médio. Situação essa agravada pelo fato de não poderem se dedicar à ampliação de seu capital cultural, visto terem que enfrentar os problemas imediatos do cotidiano, que impedem, por exemplo, essas pessoas acessarem mercados de trabalho e ocupações não precárias e que também possibilite melhores rendimentos. Se no lugar de origem as possibilidades de melhoria de vida são restritas, no novo destino elas são também limitadas, acrescidas aos custos com moradia, energia, alimentação etc. e, não raro, sem o apoio de redes familiares e de vizinhança existentes no lugar de origem. Movimentam-se no espaço, mas não na estrutura social.

Em pequenas sociedades marcadas por uma grande movimentação da população, com idas e retornos, migrações com distintas tipologias, tanto os que partem quanto os que permanecem participam, de alguma forma, do referido processo. Durante grande parte de minha própria trajetória de vida, participava das migrações, mas, em meu lugar de origem. Nas tramas do cotidiano, observava a migração de vizinhos e colegas, seus sucessos e fracassos, suas idas definitivas e seus retornos.

Dessa perspectiva, a migração é comparável a uma cena de teatro. Os que permanecem assistem ao desenrolar da cena e às vitórias e derrotas. Vencer, em geral, está relacionado a ter um emprego, uma boa residência no lugar de destino, enfim, um conjunto de bens materiais e simbólicos distintos das condições, dos meios e modos de vida existentes no lugar de origem. E as pessoas do lugar, através de visitas, redes sociais, ou de “ouvir” falar, conseguem avaliar a situação dos migrantes em seus lugares de destino.

Os mais pobres tendem, geralmente, a migrar para áreas mais pobres, sobretudo nas cidades de porte médio e grandes metrópoles¹⁴. Acabam por se instalar em áreas urbanas caracterizadas pela pobreza, ausência de infraestrutura, violência etc. São migrantes que permanecem excluídos do mercado de trabalho, do ensino e de empregos formais. Já as famílias com mais recursos procuram migrar para bairros melhores e até mesmo para áreas consideradas “da elite”. Nas tramas do cotidiano, os pobres migram e tendem a permanecer pobres ou com uma pequena mudança em suas condições de vida. A mobilidade espacial, em raríssimos casos, significou ou significa mobilidade social.

Ter morado em São Francisco e em uma das regiões mais carentes do país, o norte de Minas Gerais, colocou-me diante da diversidade das condições sociais existentes no lugar e, de certa forma, presenciei as desigualdades sociais existentes no país, mas numa escala micro. Na escola pública local, tive colegas com condições de vida muito distintas. Havia aqueles cuja permanência na escola era justificada pela merenda. Não havia comida em suas casas ou sua presença era muito incerta. Essas crianças não tinham material escolar. Um dos melhores alunos na disciplina de matemática no ensino fundamental “era da roça”. Não tinha energia elétrica em casa e precisava estudar durante o dia para aproveitar a luz solar. Permanentemente elogiado pelo seu esforço e estimulado à progressão nos estudos, migrou para Montes Claros para trabalhar como moto-taxista.

Durante parte da infância e pré-adolescência, convivi com colegas que tinham condições sociais e econômicas muito desfavoráveis. Alguns residiam em casas bastante precárias e não tinham brinquedos. Para além das estatísticas, eram pessoas que estavam expressando em seu aspecto físico, com suas roupas e sapatos simples, enfim, na carência

¹⁴ Como resultado da comunicação via redes sociais, os migrantes mais carentes de São Francisco tendem, sem grande regularidade, a migrar para as mesmas áreas de determinadas cidades, como por exemplo, Jardim Miriam, em São Paulo, Duque de Caxias, na Baixada Fluminense - RJ, ou Ceilândia, cidade-satélite do Distrito Federal. Nesses lugares, além da discriminação, eles convivem com carência de infraestrutura, violência, guerra pelo controle do tráfico de drogas (disputa por território pelos poderes paralelos) etc. A partir dos relatos dos que partem, os que permanecem avaliam que a migração em busca por melhores condições de vida pode ser uma ilusão e pouco modifica a posição do indivíduo na estrutura social: de pobres nos lugares de origem continuam pobres e excluídos nos lugares de destino.

material, uma pobreza que definiria seus destinos. Por outro lado, havia colegas que tinham residências confortáveis, brinquedos, boa alimentação e viajavam nas férias. Era a minoria, composta, sobretudo, por filhos de agricultores capitalizados, comerciantes locais ou funcionários públicos.

O tempo foi passando e alguns de meus amigos começaram a partir com suas famílias. A cada ano, minha turma no colégio não se compunha dos mesmos alunos. As partidas eram constantes, e comecei a entender o significado do choro na estação rodoviária de São Francisco. Terminei o ensino fundamental e, como esperado, era o meu momento de partir. O destino: Montes Claros. Era madrugada, ainda noite, quando fui acordado para a viagem. Com as malas no automóvel, dei-me conta que iria mudar de cidade. Seria, a partir daquele momento, eu também um migrante.

Aos 15 anos, iniciando minha primeira migração, deveria dividir uma casa com mais dois amigos, ficando aos cuidados de uma senhora. Não tinha mais um lar¹⁵, e São Francisco passou a ser ressignificada. Não tinha mais certeza se esse era meu desejo, mas a mudança para uma cidade maior, com melhores escolas e cursos de idiomas, era apresentada como uma oportunidade para um futuro melhor¹⁶. Minha família já estava me preparando para a partida, cumprindo o destino de muitos jovens de classe média daquela região: migrar para estudar. Assim como minha avó, minha mãe, meu pai, meus primos, agora seria minha vez de realizar esse tipo de mobilidade. Futuramente chegaria o tempo dos meus irmãos. Ficar era uma escolha, mas não aconselhável.

Desde então, tenho sido um permanente migrante, envolvido em deslocamentos espaciais, porém, com temporalidades, sentidos e significados distintos: de São Francisco, para Montes Claros (MG), de Montes Claros, para Pirapora (MG), de Pirapora, para o Rio de Janeiro (RJ), do Rio de Janeiro, para Paracatu (MG), de Paracatu, para Presidente Prudente (SP) e de Presidente Prudente, para Coimbra (Portugal). Um mineiro sertanejo, com uma trajetória de vida marcada por constante mobilidade, com deslocamentos espaciais, errâncias

¹⁵ Mesmo numa migração com apoio familiar e com condições materiais e econômicas favoráveis, há outros elementos que tornam a migração um drama. Com o deslocamento espacial, perde-se ou distancia-se de um lar, de uma rede familiar, de vizinhança e de referências espaciais que não existem nos lugares de destino. Num primeiro momento, a migração empobrece as relações sociais. Novas relações sociais serão (e muitas vezes não são) construídas nos lugares de destino. Até a constituição de uma nova rede de amigos e de vizinhança, há um empobrecimento das relações sociais. Muitos migrantes têm dificuldade em construir novas relações de amizade e de vizinhança em seus lugares de destino e, nesse sentido, a migração, mesmo de jovens de classe média, empobrece a vida, pois antes de qualquer coisa, somos seres sociais.

¹⁶ Com a permanência, restaria apenas dentro do meu campo de possibilidades, a conclusão do ensino médio e o trabalho na atividade agrícola ou nos pequenos comércios locais.

por lugares em que vivi ou pelos quais apenas passei. Lugares de ficar e de estar. Lugares de vida, que fizeram e fazem parte da minha Geografia do cotidiano.

No ato de se deslocar de um ponto para outro estamos de alguma forma deixando nos locais de onde saímos algo de nós, e ao chegarmos ao outro espaço encontramos também algo do outro. É no confronto do novo e diferente e do conhecido e do antigo que traçamos nossa geografia do cotidiano. Podemos traçar, descrever, mapear os caminhos, os itinerários dos lugares em que vivemos, os espaços por onde apenas passamos, os lugares mais atrativos e significativos. Os lugares reconhecidos e permitidos e os espaços não frequentados e evitados. Viajamos em/entre espaços e tempos que podem ser materiais e simbólicos ou só materiais ou apenas simbólicos. Podemos viajar através da literatura, da internet, da música, das experiências das outras pessoas, por diversas e complexas formas. (DE PAULA, 2009, p.22-p. 23)

Minha trajetória de vida, marcada pelos trânsitos permanentes e as permanentes transitórias por Minas, Rio de Janeiro, interior paulista, por Coimbra, Lima, Paris, Roma, Lisboa, Amsterdã, entre outros lugares topofílicos, e as reflexões da professora Andrea de Paula (2009), me remetem à música dos novos baianos:

*Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso,
Jogando meu corpo no mundo,
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
E passo aos olhos nus
Ou vestidos de lunetas,
Passado, presente,
Participo sendo o mistério do planeta.*

Em minha migração, parte de uma experiência corporal¹⁷, desloquei-me por diversas partes do mundo, conhecendo pessoas, lugares, enfim, vivendo um conjunto de experiências singulares viabilizadas pelas travessias curtas e/ou mais longas.

Meus amigos de classe média e alguns dos mais carentes da escola de ensino fundamental também migraram. Meus amigos de classe média também migraram para a progressão nos estudos. Com uma trajetória permeada por oportunidades, todos os jovens oriundos de família de classe média concluíram o ensino superior. Entre eles há engenheiros, professores, advogados e uma médica, que teve parte de sua formação desenvolvida na França. Os dotados de menos recursos, porém, não conseguiram vencer a barreira que a falta de oportunidade lhes impôs: nenhum deles concluiu o ensino superior, e alguns, sequer o

¹⁷ Corporeidade entendida como a forma com que o cérebro reconhece e utiliza o corpo como um instrumento relacional *no* e *com* o mundo (BATISTA, 2010). A corporeidade apresenta pelo menos três dimensões complementares: 1-fisiológica, 2-psicológica (emotivo/afetivo) e 3-espíritual-mental espiritual (RABINOVICH, 1997).

ensino médio. Para eles, a saída foi a inserção no mercado de trabalho informal ou em ocupações precárias. Para os muitos que permaneceram em São Francisco, apesar da carência, a vida tem, no entanto, melhorado. Não há mais casas sem energia elétrica e as condições de alimentação são também consideravelmente melhores. Esse fato está certamente relacionado ao acesso a um conjunto de políticas públicas, sobretudo sociais, desenvolvidas na região.

Grande parte dos temas desta tese está presente no cotidiano de pessoas do meu próprio lugar de origem, e muitas delas fizeram parte da minha trajetória de vida, já na referida escola pública localizada no sertão de Minas Gerais. Os migrantes abordados neste trabalho poderiam ter sido colegas de escola.

Antes de pertencerem a essas categorias transitórias, seja como migrante, seja em situação de carências monetárias, são indivíduos que não tiveram oportunidades para quebrar o ciclo de pobreza e miséria que persiste por gerações. Parece-me que coisas aparentemente simples, como a conclusão de um ensino superior, são vistas praticamente como uma revolução para as pessoas do lugar, do meu lugar, que não tiveram e permanecem não tendo chances de avançar, de alcançar distintas posições sociais de prestígio, como exemplo, de um estudante universitário. Os que migraram em busca de trabalho, sobretudo nas grandes e médias cidades, veem-se empurrados para exclusão social: mudam de lugar, mas continuam vivenciando as carências sociais e a falta de oportunidades para melhorar as condições de vida. Os que ficaram, por sua vez, desdobrando-se entre cursos (ensino fundamental, médio e tecnológico) e serviços braçais, tiveram pouca ou nenhuma mobilidade social. Filhas de domésticas permanecem domésticas. Filhos de trabalhadores na construção civil permanecem ocupando-se de trabalhos precários. Há baixa mobilidade social e profissional. Não vai aqui nenhum demérito a essas ocupações. A questão, todavia, é que as próprias pessoas nelas envolvidas expressam a vontade de ter empregos melhores e de progredir na vida.

Como migrante, entendo o drama de estar longe do lar, da família, dos amigos, do rio, da praça, das festas no lugar de origem. A cena do drama da partida está presente na trama das relações. Partir, voltar, estar, ou ficar, enfim, um conjunto distinto de mobilidades espaciais e temporalidades, são parte inerente do cotidiano e da dinâmica populacional das pessoas do lugar. Ao longo de minha trajetória migrante, São Francisco sempre esteve em minha vida e a considero também o meu lugar. Para concluir esta seção, faço minhas as palavras de Fernando Pessoa¹⁸: “Quanto fui, quanto não fui, tudo isso sou. Quanto quis, quanto não quis, tudo isso me forma. Quanto amei ou deixei de amar é a mesma saudade em mim”. Saudade, substantivo

¹⁸ PESSOA, F. *Poesias de Álvaro de Campos*. Fernando Pessoa. Lisboa: Ática. 1993.

feminino, define o sentimento de um migrante que partiu, mas que deseja sempre voltar, mesmo que para estar. Como diz Guimarães Rosa¹⁹: “É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia”.

1.2. Caminho metodológico: fontes orais como meio para produção de evidências

Neste tópico, o leitor encontrará uma sucinta discussão acerca das opções metodológicas acionadas ao longo da pesquisa. As metodologias que serão aqui apresentadas são originárias de outras áreas do mundo acadêmico, sobretudo da Antropologia Social, da História e da Sociologia, ciências em cujo escopo encontra-se um importante fator que pode contribuir para o presente estudo: a preocupação com as questões metodológicas.

Para a presente pesquisa, foi considerada como a opção metodológica, ouvir sistematicamente as famílias rurais, elementos chave da pesquisa, por meio de conversas informais e entrevistas semiestruturadas proporcionadas pela convivência com essas pessoas em seus espaços de vida (nas estruturas, tramas, relações e práticas sociais, nos ritmos de vida, nos cenários, nos lugares de estar, trabalhar e viver), conferindo um caráter empírico a este estudo.

A proposta buscou privilegiar as famílias como unidade de análise, na tentativa de compreensão das condições, dos meios e modos de vida desses grupos inseridos em determinado contexto socioeconômico, considerando a diversidade de condições materiais e simbólicas e os fatores que interferem em suas trajetórias sociais e na dinâmica de existência desses grupos sociais. Para tanto, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: 1) pesquisa de campo (contato direto com a realidade social analisada); 2) história oral de vida e história oral temática (como mecanismos para validação de algumas experiências não registradas em documentos históricos/escritos, bem como para dar centralidade à entrevista na produção de evidências empíricas; e 3) aplicação de um questionário socioeconômico a cada uma das 35 famílias envolvidas.

No geral, foram enfatizadas as fontes orais, a partir de entrevista, a fim de trabalhar com trajetórias sociais, sob a perspectiva de Bourdieu (2004), que as entende como séries de posições ocupadas de forma sucessiva por um agente (ou membros de um grupo). A natureza

¹⁹ ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Nova Aguilar. 1994.

do ciclo de vida familiar (FORTES, 1958) também foi analisada, para entender a relação entre número de membros, filhos pequenos, filhos adultos, idosos, jovens e carência material. Parte-se, portanto, da compreensão de que a vida tem um ciclo marcado por transformações: nos meios e modos de vida das famílias, na composição dos grupos e nas diferentes condições, entre outros fatores de mudanças perceptíveis nos relatos de sua vivência no espaço e tempo.

Trajетórias sociais são distintas de trajetórias de mobilidade espacial. Enquanto estas relacionam-se a migração, ou deslocamentos espaciais, sucessivos ou não, aquelas são trajetórias de vida. A trajetória social de uma família ou de indivíduos pode ou não estar associada à mobilidade espacial, ou seja, a imobilidade ou fixação, e se contextualiza a partir das falas das pessoas, nem sempre seguindo etapas temporais lineares. Utilizar a noção de ciclos de desenvolvimento dos grupos domésticos não implica trabalhar com o processo vital do ser humano de forma linear, em enquadramentos representativos de cada etapa da vida, partindo das características desses grupos em dado momento. Pretende-se compreender a natureza do ciclo familiar, isto é, a possível relação entre os componentes dos grupos e seus meios e modos de vida.

Questões que incluem trajetórias de vida (sociais) e de mobilidade espacial, sentimentos de pertencimento, identidade(s), natureza do ciclo de vida familiar e a relação do poder público com a vida das famílias definem-se como elementos da escala micro, para entender processos sociais e econômicos. Assim, a utilização de metodologias de pesquisa como o relato oral das histórias de vida e as entrevistas semiestruturadas podem oferecer uma relevante gama de informações, mesmo considerando determinado grau de subjetividade, pois elas são, antes de tudo, construções sociais.

A construção da teoria e da metodologia é resultado do entrelaçamento entre os pressupostos teóricos e a pesquisa empírica. Por um lado, no universo social pesquisado (região nordeste do Estado de Minas Gerais), há evidências que apontam para determinados processos sociais e a “permanência(s)” de famílias rurais em regiões de migração, que talvez seja o caso mais emblemático. Por outro, trata-se de uma região desconhecida pelo pesquisador. Os dados disponibilizados pelo governo brasileiro apresentam um panorama parcial da realidade a ser tratada. Para superar essa dificuldade, é necessária uma sistemática pesquisa local, com deslocamento físico para essa região, numa tentativa de mergulho no cotidiano dessas sociedades rurais, geralmente formadas por famílias de agricultores que ocupam a maior parte do tempo na roça/lavoura, ou seja, na produção animal e vegetal. Nesse sentido, foi importante um contato prévio com essa realidade.

No decurso da pesquisa, foi importante, a princípio, o estabelecimento de relações com as pessoas do lugar, para conhecer os grupos sociais, mapear o campo, selecionar informantes, anotar informações percebidas ao longo da estadia no local, tendo em mãos um diário (de campo) e estando aberto a ouvir as impressões do outro sobre o mundo ao qual ele pertence. O pesquisador pretendeu deixar-se ser ensinado por outra cultura, em uma relação de alteridade. O trabalho de campo, como uma relação de troca, é o momento de adquirir novas pistas, não determinadas inicialmente pela pesquisa, ou como fez Geertz, procurar respostas às diversas indagações nos “pequenos detalhes da vida vivida” (GEERTZ, 1989, p.09). Considerando os espaços de vida e a interdependência entre trajetórias sociais e de mobilidade no espaço, é certo que cada trajetória tem uma especificidade inerente a uma realidade social concreta.

Nos caminhos da pesquisa, o entendimento das narrativas desses grupos sociais sobre suas trajetórias deve ser confrontado com outros dados surgidos de pesquisas documentais e de observações de campo. Esta dinâmica de interpretação de determinadas realidades sociais permite o entrelaçamento de aspectos presentes na fala desses grupos sociais com outras fontes, como uma tentativa de analisar fragmentos de vida que podem também auxiliar no entendimento das dinâmicas sociais e econômicas de famílias rurais residentes em uma determinada região do país. Trabalhar com trajetórias de vida é uma tentativa de entender a diversidade de determinados universos sociais que podem parecer inicialmente homogêneos-monocromáticos. Trata-se, assim, de uma “pesquisa artesanal”, para tratar de biografias, histórias de vida e dos contatos realizados pelos pesquisados dentro das estruturas sociais (MILLS, 1969, p. 116).

Como perspectiva de pesquisa, a opção pelos estudos biográficos é uma forma de “trazer à luz” os significados dos meios e modos de vida de famílias rurais de certa sociedade e, de forma mais ampla, suas estratégias de reprodução social. Ou seja, entender os eventos cotidianos de alguns grupos e o ambiente social e econômico nos quais estão inseridos, com abordagem qualitativa e, no plano secundário, procedimentos estatísticos. É preciso que se destaque a relevância das subjetividades para a compreensão dos processos sociais, econômicos e culturais, levando em consideração, como ponto de partida da pesquisa, os pontos de vista dos sujeitos. O conhecimento do aspecto humano e de suas dinâmicas intrínsecas é possível quando compreende os significados e os sentidos que os grupos sociais atribuem a esse “universo social”, adquiridos ao longo de uma trajetória social, definida por Bourdieu (2004) como:

[...] uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um sujeito cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. (BOURDIEU, 2004, p. 81)

Lidar com trajetórias sociais e de mobilidade contidas em biografias é um processo problemático, visto tratar-se da transposição dos sentidos existentes nas histórias de vida para um trabalho científico. O problema (perigoso) decorre do fato que o “sujeito” (entrevistador) e o “objeto” (o entrevistado) “têm de certo modo o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência contada (e, implicitamente, de qualquer existência)” (BOURDIEU, 2004, p.75). Para resolver esse “problema da pesquisa” e se afastar desse perigo, Bourdieu orienta o pesquisador a intervir sobre as condições de pesquisa, tentando mitigar ao máximo a dominação simbólica existente nas relações entre entrevistadores e entrevistados no nível da linguagem, escolhendo adequadamente os pares da pesquisa (entrevistador e entrevistado) e o tema a ser tratado, mantendo o respeito e o interesse (do pesquisador) pelo discurso do outro (o entrevistado). Essa posição do pesquisador não está necessariamente relacionada à adesão ao discurso do entrevistado e, muito menos, a uma posição acrítica. Como segundo ponto, é necessário que o pesquisador se livre da obsessão pela cronologia e de tudo que seja inerente à representação da vida como história (BOURDIEU, 2003).

Ainda segundo o autor, é importante considerar os acontecimentos biográficos como “alocações e como deslocamentos no espaço social” (BOURDIEU, 2004, p. 81-82). Ou seja, entendê-los como um jogo. Por essa perspectiva, os movimentos dos “jogadores” são definidos e decididos em relação a sua posição, interesses, recursos e avaliação dessa posição, frente aos interesses e recursos dos outros jogadores. Para o pesquisador, há o desafio de compreender o *campus* no qual o entrevistado se move e as condições em que se encontra nesse *campus*, tendo como ponto de partida a análise da “estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado”. Nesse sentido, é importante reafirmar a concepção de trajetória proposta por Bourdieu como “um conjunto das relações objetivas que vincularam o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço de possíveis” (BOURDIEU, 2004, p. 81-82). Dessa forma, a trajetória individual é sempre relativa às condições objetivas de existência de um grupo social ao qual o indivíduo pertence.

Partindo desse ponto de vista, a trajetória de vida pode possibilitar uma análise da interação entre contextos objetivos e significados subjetivos, entre escolhas individuais (e coletivas) e projetos de vida de indivíduos e de grupos, além de um campo de possibilidades a partir do universo social em que estão inseridos os agentes da pesquisa. O pesquisador deve ter em mente, portanto, que as “trajetórias particulares” estarão sempre relacionadas à trajetória social de uma coletividade na qual o agente está inserido.

Considerando a pesquisa de campo como um “caleidoscópio” e buscando a “experiência da alteridade” (LAPLANTINE, 2003), é importante, sobretudo, evitar a “naturalização das coisas”, o estranhamento e o não reconhecimento de uma pluralidade de aspectos inimagináveis em uma determinada sociedade. No universo social rural, as famílias geralmente tendem a ser extremamente diversificadas, raramente homogêneas, apesar de sua condição comum de famílias rurais. Nesse sentido, não se pode compreender uma dinâmica ou um caso específicos, e muito menos utilizá-los para justificar a totalidade. Reconhecer a diversidade é entender que cada situação tem uma especificidade em si mesma. E, para reconhecer essa diversidade, é fundamental permanecer durante dias no campo, observar mais, perguntar e ouvir mais e “não ficar fechado” em respostas preestabelecidas.

É necessário, ao pesquisador, perambular. Perambular, escutar, observar, experimentar e expor teorias e biografias a situações e relações sociais novas (não familiares), com o objetivo de ampliar seu entendimento, mergulhando na realidade a ser pesquisada. Participar das teias e tramas da vida das famílias rurais, para tentar entender o não dizível, a vida dessas pessoas, suas vivências, seus dilemas cotidianos e suas compreensões de mundo. Participar de suas práticas cotidianas, permanecer por um longo tempo com esses grupos sociais em seus cenários, em suas realidades sociais, culturais e econômicas, tentar perceber os encontros (e desencontros) entre o dito e o feito (no convívio diário, nas entrevistas). O engajamento na cena social, enfim, é uma tentativa de experienciar e entender os meios, modos e condições de vida do outro, incorporando os sujeitos à pesquisa, como agentes. Participar das práticas cotidianas desses grupos, conviver com essas estruturas sociais por um longo tempo, tentar perceber os encontros (e desencontros) entre o dito e o feito (no convívio diário, nas entrevistas), vivenciar um novo mundo social para demonstrar os meios, modos e condições de vida do outro.

A entrevista, por sua vez, é um processo de interação social, no qual o entrevistador objetiva obter informações de determinado informante (ou informantes). Como uma relação interessada, ele procura, no contato com as pessoas, coletar dados que possam elucidar as questões surgidas ao longo da pesquisa (COLOGNESE E MELO, 1998). Entre as várias

conformações, a entrevista diretiva ou semiestruturada, por exemplo, possibilita ao entrevistador uma “maior liberdade”, ainda que a presença de um roteiro contextual (obviamente elaborado com antecedência) tenha um importante papel no direcionamento desse processo de interação entre o entrevistador e seu informante. Sendo ele flexível, possibilita ao entrevistador adicionar novas questões que julgar pertinentes.

Ao longo da realização das entrevistas no intuito de entender os processos sociais, econômicos e culturais de uma determinada sociedade, cabe, neste caso, destacar o papel dos informantes como importante fonte de informações. Os fatos, os acontecimentos e as tramas sociais presentes no cotidiano dos grupos são compreendidos com maior profundidade a partir dos próprios atores sociais dessa referida sociedade. O pesquisador, ao optar por ouvir mais os seus informantes, pretende dar a oportunidade para que o dizível (e o não dizível) venha à tona nas entrevistas, quando se expressam acontecimentos, fatos e outros elementos que, possivelmente, apenas essas famílias rurais vivenciaram. Por serem os protagonistas das tramas do cotidiano, parte-se do princípio que são as pessoas do lugar que melhor conhecem seu mundo social.

O pesquisador, que é “forasteiro”, originário de “fora” dessa sociedade, ao alçar os entrevistados a “uma posição privilegiada” como o centro da pesquisa de campo, busca dar maior “visibilidade social” a esses grupos. No entanto, tal postura constitui um desafio para a pesquisa social, pois a “posição privilegiada não coincide com a maior visibilidade social de um agente [...] localizar estes informantes não é uma tarefa fácil, porém decisiva em entrevista oral” (COLOGNESE E MELO, 1998, p.145). Dessa forma, em que pese a ativa participação do entrevistador na produção de informações através da entrevista, é fundamental destacar o papel dos informantes como o principal elemento desse processo. O local e a duração da entrevista, o uso (ou não) de mídias de informação, a participação de indivíduos e/ou membros do grupo familiar (de sangue ou por afinidade), entre outros aspectos, devem ser determinados pelos informantes, na tentativa de diminuir uma possível violência simbólica.

O pesquisador deve utilizar e interpretar a entrevista como uma fonte oral. Para a facilitação do trabalho, é orientado a transcrever as entrevistas e “analisar a fonte oral como qualquer documento, fazendo perguntas e verificando como se pode usufruir dessa fonte, tirando dela as evidências e os elementos que contribuirão para resolver o problema de pesquisa” (SILVEIRA, 2007, p. 38). Trabalhar com fontes orais é uma possibilidade de acessar informações de pessoas ou grupos sociais anônimos e excluídos. A entrevista surge, nesse contexto, com um instrumento ou técnica importante para o trabalho com história oral,

um recurso moderno, inaugurado principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, com o avanço da tecnologia e o acesso ao gravador.

A história oral passou a ser uma ferramenta para validar algumas experiências que nem sempre são registradas em documentos históricos escritos. Trata-se de um tipo de narrativa a qual, por meio de entrevista, e particularmente entrevista gravada ou filmada, adquire fundamento de registro de um assunto, constituindo suporte material que permite uma reflexão quase sempre variada em relação às possibilidades da documentação escrita. Devido à sua abrangência, a história oral, comporta quatro tipos de abordagens: história oral de vida, temática, tradição oral e testemunhal (MEIHY, 2012).

Enquanto a história oral de vida rearranja a narrativa a partir da trajetória existencial de uma pessoa, na temática há um tema central em torno do qual as entrevistas são desenvolvidas. A tradição oral, por sua vez, deriva dos contatos com grupos onde as tradições (místicas, receitas culinárias, medicinais etc.) extrapolam o espaço biográfico, carregam uma memória com certa antiguidade. E na história oral testemunhal, misturam-se traços da biografia pessoal e a existência de um trauma ou problema nodal trágico mais evidente. Cada uma possui um procedimento correlato: entrevistas abertas, programadas, com roteiro e combinação de ambas.

A entrevista se configura como principal instrumento (ou técnica) do método de história oral. Para realizá-la, não há uma única receita ou diretriz. Contudo, Alberti (2004) apresenta algumas observações que podem orientar a conduta do pesquisador:

I- não há neutralidade do pesquisador no processo de aquisição de evidências baseadas em entrevistas; isso fica claro na escolha do tipo de entrevista, e até mesmo na opção por qualquer outro instrumento para a coleta de dados, bem como na elaboração das questões e na seleção dos informantes;

II- a entrevista apresenta limites: de fato, não há nenhum método que dê conta de abranger satisfatoriamente todas as dimensões de uma determinada realidade. A entrevista não representa somente uma técnica de coleta de dados, mas é parte integrante da construção do objeto de estudo. Ao trabalhar com entrevistas, o pesquisador deve respeitar os princípios éticos;

III- a entrevista não deve ter uma estrutura rígida: embora haja questões previamente definidas, elas podem sofrer alterações, em conformidade com o andamento da investigação. Nesse sentido, é preferível que o pesquisador se disponha a trabalhar com perguntas abertas e um roteiro flexível. A temporalidade do contato entre informante e pesquisador é um elemento que pode influenciar na qualidade das informações e das evidências coletadas ao

longo da pesquisa, por isso, é importante reservar um longo tempo para a realização da entrevista;

IV- durante a realização da entrevista, é importante fazer uso de um diário de campo para o registro de anotações que podem ser utilizadas como complemento das informações obtidas;

V- ao longo das entrevistas, determinados elementos podem evocar a memória, tais como fotografias, que auxiliam os entrevistados a se lembrarem de fatos específicos;

VI- construção de fichas que organizem e orientem as análises das fontes orais é também recurso útil, entre outros.

Há um consenso entre os pesquisadores que tratam da produção de evidências baseadas em fontes orais, que atribui o sucesso das entrevistas mais à obtenção da confiança dos entrevistados por parte dos pesquisadores, que propriamente às técnicas empregadas. A riqueza do material coletado, analisado e interpretado dependerá dessa relação de confiança. É preciso lembrar que as relações de pesquisa, mesmo que distintas das demais trocas existentes no contato humano, não deixam de ser uma relação social e, nesse sentido, não deixam de exercer, sobre os resultados da investigação, os efeitos relacionados aos contextos de poder e submissão na relação entre pesquisador e pesquisado.

Um dos principais desafios para o pesquisador consiste, portanto, em estabelecer uma relação de confiança no contato com os sujeitos sociais, visto que as entrevistas podem expor o mais íntimo (muitas vezes o indizível) dos entrevistados. Em determinados universos sociais, onde as fontes de pesquisas são escassas, elas contribuem consideravelmente para o entendimento de uma determinada realidade social.

Não se pode esquecer também que as entrevistas são construções sociais que envolvem dois lados: o entrevistador e o entrevistado. Em uma relação pautada na comunicação entre esses “polos” diferenciados, um dos problemas que enfrenta o entrevistador refere-se a manter uma comunicação menos “truncada” nesse processo de captação de informações. A manutenção de um diário de campo, para anotações de “fenômenos” que podem ocorrer em momentos anteriores ou posteriores à entrevista é importante para a superação dessa dificuldade. Como um instrumento de sociabilidade (ainda que transitória), a entrevista permite uma inserção no mais íntimo de uma cultura para entender os processos a partir da voz das pessoas.

No processo de produção de documentação oral, a história oral temática pode contribuir consideravelmente para a riqueza dos dados produzidos ao longo da pesquisa de campo. Com um caráter mais objetivo que o da história oral de vida, ela permite a articulação dos diálogos com outros documentos, favorecendo o entendimento das trajetórias de vida de

grupos sociais a partir do relato de suas experiências, pois “se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto, é direta” (MEIHY, 2002, p.145). Considerando certas especificidades que distinguem uma da outra, foi aplicado um questionário, ao longo da pesquisa de campo, como um instrumento para acessar determinados detalhes daquele universo social. A opção pela história oral temática não excluiu, no entanto, a possibilidade de se trabalhar também com histórias de vida. Os diálogos mais longos ou mais curtos dependeram do contexto do contato entre o pesquisador e o pesquisado e da disposição do “outro” em falar sobre sua própria vida, este, aliás, um aspecto dificultoso para os pesquisadores envolvidos nesse tipo de estudo.

Apesar das dificuldades apontadas, as histórias de vida passam a ser um importante meio para produção de evidências de uma determinada sociedade marcada pela escassez de outros tipos de fontes, como por exemplo, as documentais. Dessa forma, ao lado da história oral de vida (com um caráter mais subjetivo), em que os grupos sociais apresentam acontecimentos relativos à sua vida social de forma mais livre, optou-se por utilizar a história oral temática (mais objetiva), com uma maior interferência do pesquisador, que direciona parte do diálogo para centrar os discursos em determinados aspectos da vida social do entrevistado.

Quadro 1: História oral e a produção de documentos orais

História oral (utilizada como técnica, referência, método ou até mesmo disciplina independente)	Algumas características	Utilização na pesquisa	Limites
<p>História oral de vida (maior subjetividade/menor intervenção do investigador)</p> <p>História oral temática (maior objetividade/amplo uso como técnica)</p> <p>Ambas trabalham com a memória entendida como um fenômeno não individual, mas resultado de determinantes sociais complexas (HALL, 1992)</p>	<p>História oral de vida</p> <ul style="list-style-type: none"> - O investigado discorre sobre um conjunto de experiências de sua vida. - Tem total ou maior liberdade para discorrer sobre as experiências de que participou ou participa. - Fortemente baseado na oralidade e forte peso da memória relativa a reminiscências e esquecimentos. <p>História oral temática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articulação de documentos orais com outros documentos com intuito de buscar esclarecimentos. - Forte presença do entrevistador como condutor. 	<ul style="list-style-type: none"> - História oral como método, combinada com história de vida - Utilização da história oral temática para entendimento das estratégias de reprodução social de famílias rurais e das diversas experiências sociais em um determinado contexto. - Forte centralidade da análise dos processos nas entrevistas - As entrevistas podem ser consideradas o “nervo da pesquisa” - Os resultados apresentados são baseados nas entrevistas - Importante para interpretação dos fatos - Mesmo que individual e subjetiva, possibilita ter acesso relativo a um conjunto de elementos do qual o indivíduo faz parte, como por exemplo, as condições e modos de vida no lugar. - A memória, mesmo quando influenciada pela coletividade, é única e original. 	<ul style="list-style-type: none"> - As narrativas não refletem, necessariamente, as experiências vividas pelos informantes - Forte interferência da memória e dos esquecimentos - Desencontros entre o dito, o imaginário e a realidade - Recordações sujeitas às experiências posteriores dos informantes - Desencontro entre o vivido (experiência concreta) e a memória (recriação do passado/construção social dos fatos baseados nas reminiscências)

Fontes: Hall (1992); Meihy (2002); Turra Neto (2008).

Org: Elicardo Heber de Almeida Batista

A narrativa de vida (ou particularidades de uma vida) baseada em aspectos subjetivos e os desencontros entre o dito e o real (em decorrência da memória não necessariamente fiel à veracidade dos fatos) por parte dos pesquisados, bem como posicionamentos não muito severos no uso da história oral por parte dos pesquisadores podem contribuir para uma perda na qualidade da produção dos dados. Histórias de vida são vinculadas a histórias orais, e a oralidade é um recurso para obter testemunhos e compreender e interpretar culturas a partir de elementos subjetivos. O desafio para o pesquisador encontra-se no fato de ter que desenvolver novos conhecimentos e fundamentar sua análise a partir de fontes inéditas, baseadas em elementos subjetivos (oralidade, memória etc.). A utilização da história oral possibilita oferecer interpretações de caráter qualitativo dos processos sociais – históricos, econômicos e culturais – a partir de determinadas técnicas em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante para analisar as “visões de mundo” presentes no mais profundo da experiência dos sujeitos sociais.

O uso sistemático da oralidade pode permitir que o pesquisador obtenha um maior esclarecimento de trajetórias individuais (ou de grupos sociais), eventos e processos, que possivelmente não seria possível a partir de outras fontes, como por exemplo as documentais, como citado anteriormente. Os depoimentos de pessoas com pouca escolaridade, de mulheres, crianças, deficientes visuais, pobres e miseráveis, entre outros, são histórias de vida de grupos que, muitas vezes, foram menosprezados e que, por meio da narrativa oral, podem contar a “história dos excluídos”. Baseada em pontos de vista expressos no contato com os entrevistados, a história oral, além do valor informativo, possui também um valor simbólico, quando possibilita ao outro “contar” sobre sua vida a partir da subjetividade, da memória, da emoção e das práticas cotidianas.

Entretanto, outro desafio para o pesquisador é a construção de narrativas. É importante considerar que, nesse processo (história oral, história de vida, história oral temática), os relatos podem sofrer a interferência de fatores inerentes ao(s) sujeito(s), determinando consideravelmente tanto o interesse quanto a seletividade do que será (ou não) dito pelos pesquisados:

As leis que regem a produção dos discursos na relação entre um *habitus* e um mercado se aplicam a essa forma particular de expressão que é o discurso sobre si; e o relato de vida varia, tanto em sua forma, quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do mercado no qual é oferecido – a própria situação de investigação contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido. Mas o objeto desse discurso, isto é, a apresentação pública e, logo, a oficialização de uma representação privada de sua própria vida, pública ou privada, implica um aumento de coações e de censuras específicas (das quais as sanções jurídicas contra as usurpações de

identidade ou o porte ilegal de condecorações representam o limite). (...) (BOURDIEU, 2006, p. 190).

É importante, no momento da pesquisa de campo, ter em mente essa crítica que Bourdieu (2006) apresenta em relação aos aspectos subjetivos das fontes orais, como também atentar para os campos em que houve a construção social da história do sujeito. Daí a necessidade de contextualizar e entender o cenário em que se desenrolou a trajetória de vida do indivíduo. Além disso, há que se considerar as limitações decorrentes dos aspectos relativos à memória (muitas vezes, biológicas). O recordar ou não é pautado por continuidades e descontinuidades. Nos relatos orais, os significados das falas também não são auto evidentes, nem fixos, mas dinâmicos, e precisam ser compreendidos na prática, ou seja, em pesquisa de campo, no contato com os entrevistados.

Apesar das críticas à utilização da história oral, que enfatizam a subjetividade, a ausência de contexto em muitos dos estudos e os limites da memória (BOURDIEU, 2006), as histórias de vida podem propiciar a interpretação (possivelmente até mesmo nova) sobre certos universos sociais. As fontes orais, por meio de depoimentos, representam a oportunidade de, a partir de determinados olhares e perspectivas, “trazer” para o campo acadêmico o “olhar” de outros indivíduos, os “excluídos” da história, cujas informações não são encontradas em outras pesquisas históricas.

Com o intuito de compreender os fenômenos a partir das práticas cotidianas das famílias rurais, ou seja, as tramas da vida, nas relações sociais, no trabalho, nas organizações sociais locais, nas ações do dia a dia, o pesquisador deve assumir um papel participante na cena a ser estudada na coleta dos dados, que ocorrerá no ambiente natural de vida dos grupos a serem pesquisados. Pesquisador e o pesquisado, no contato *vis-à-vis*, desenvolvem uma relação contínua e sistemática, durante uma convivência demorada. No processo de coleta de dados, numa pesquisa participante, o pesquisador é parte do contexto. Nesse sentido, o pesquisador é um elemento presente (ainda que transitório) no cotidiano do grupo social, inclusive desempenhando atividades regulares naquele universo, com o intuito de entender, a partir de seu interior, os fenômenos sociais, econômicos e culturais que ali ocorrem. Ou seja, entender, nas práticas do cotidiano, como os grupos sociais imprimem suas marcas em seus lugares de vida e expressam os seus modos e meios de vida.

Na observação participante, o modelo de interação é dialógico e, nele, o pesquisador não detém uma posição privilegiada, em relação aos pesquisados, na produção do conhecimento. O levantamento de dados decorre no contato com o outro, nas interações sociais, nas experiências do cotidiano, nos diálogos, nos cenários, nos lugares, nos espaços e

nos tempos em que são “amarradas” as tramas sociais dos grupos pesquisados (GEERTZ, 1978) de uma determinada sociedade e uma determinada cultura. Na pesquisa pautada na observação participante (como também em outras metodologias qualitativas), o contato entre o pesquisador e a sociedade onde será realizada a pesquisa é marcado pela alteridade, o que lhe impõe o desafio de se fazer aceito e inserido no interior dos grupos sociais que serão pesquisados e exige que tenha clareza sobre os elementos presentes no momento de negociar sua entrada no campo.

Essa negociação subentende dois processos (não excludentes), a entrada e a permanência nos locais da pesquisa, os quais requerem um envolvimento dos sujeitos sociais que serão “afetados” pela pesquisa. É necessário que os propósitos e procedimentos da pesquisa sejam explicitados, bem como os sentidos e significados do pesquisador ao pretender se inserir no “mundo social” dos grupos sociais pesquisados. A permanência (ou não) do pesquisador no campo demanda negociação continuada. Sua saída (prematura) do local, por razões diversas (com destaque para a relação de não confiança), é um elemento que pode apontar para o insucesso do trabalho.

A pesquisa junto a famílias rurais de Minas Gerais pretendeu pôr em prática “um modelo artesanal de ciência” (BECKER, 1999), considerando que, embora a observação participante seja um “tipo” de metodologia qualitativa marcada por um certo grau de improvisação, estaria adequada ao estudo proposto no doutoramento. Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa é vista como um “caleidoscópio” que, quando ajustado segundo as diferentes técnicas disponíveis, apresenta, a cada movimento, situações e contextos diversificados. Nesse sentido, a realização de *surveys* é importante para demonstrar quais metodologias e teorias são mais eficazes no processo de entendimento de determinadas realidades sociais, para não correr o risco de se apropriar de conceitos, noções, ideias e metodologias que “engessam” a realidade como uma espécie de “camisa de força”, transfigurando os fenômenos pesquisados.

1.3. A pesquisa de campo: uma experiência

Em uma pesquisa baseada em fontes orais, tão importante quanto apresentar as metodologias é descrever o contexto em que ela se desenrolou, com a apresentação dos acontecimentos e dos sentimentos vividos nos contatos entre investigador e colaboradores, ou seja, as interações sociais ocorridas ao longo do trabalho de campo. Sobre ele, adiantam-se dois pontos: I- para além dos manuais de metodologia, é na experiência que aparecem os

problemas específicos relativos à pesquisa empírica e os contornos de um conjunto de entraves que poderá interferir na qualidade das informações; II- daí ser fundamental o registro dos problemas vivenciados nas interações com os outros e no processo de investigação. Destaca-se, dessa forma, que os acontecimentos e eventos esporádicos, os relatos dos entrevistados e os interesses do investigador, as atitudes que marcam as interações, as emoções vivenciadas nos contatos entre investigador e informantes e os problemas enfrentados nos lugares da pesquisa são elementos que, no conjunto, definem os caminhos do estudo.

Uma ampla discussão na Antropologia, sobretudo na etnografia clássica, e também entre os historiadores, aponta para o fato de que estabelecer laços íntimos e relações com os informantes constitui um dos segredos para a qualidade dos dados em pesquisas que se apoiam em fontes orais. Considera-se, todavia, que enquanto relacionamentos próximos podem não definir nem garantir confiança, diferenças entre investigador e investigado, tais como idade, gênero, capital cultural e econômico, podem interferir na relação entre ambos e na produção de evidências para uma pesquisa.

Para enfrentar o desafio de contornar essas assimetrias, uma das possibilidades é conhecer o outro e entender o contexto político do trabalho de campo em que se presume certa autoridade do investigador na negociação com os informantes. Reforça-se que os dados da pesquisa não são objetivos, mas antes de qualquer perspectiva, constructos sociais. Encerrado esse preâmbulo, passa-se, a seguir, à descrição de algumas interações com os lugares e com as pessoas desses lugares no decorrer do trabalho de campo.

A pesquisa de campo foi fundamental para estabelecer relações com as famílias rurais, conhecer os grupos sociais, selecionar informantes, mapear o campo, conhecer os agentes de extensão rural e as instituições que atuam no âmbito local (ONGs, secretarias municipais das respectivas prefeituras, entre outros), realizar pesquisas documentais nos órgãos locais e nas bibliotecas em Itinga (MG) e Araçuaí (MG), esta, cidade polo do Vale do Jequitinhonha, onde estão sediados os órgãos públicos e as ONGS que atuam na região. Dentre essas ONGs, é importante destacar a Pastoral do Migrante e a Visão Mundial, por terem uma maior atuação nas mais diversas localidades no Vale do Jequitinhonha.

As questões gerais que nortearam a ida a campo foram referentes à como vivem as famílias rurais consideradas pobres economicamente pelo próprio governo brasileiro. Ou seja, quais são as condições, os meios e os modos de vida de famílias pobres residentes numa região mineira em que os indicadores sociais e econômicos apontam para uma condição de profunda miséria e pobreza.

Tendo essas como questões iniciais, a proposta da pesquisa foi entender os processos sociais, econômicos e culturais locais, tomando como opção metodológica o contato sistemático com esse universo, a fim de avaliar seus sentidos e significados a partir das experiências de vida de determinados grupos sociais em seu ambiente de vivência. Ou seja, entender como esses grupos compreendem os processos que vivenciam e dos quais participam, como por exemplo, as próprias dinâmicas de reprodução social do grupo familiar.

A primeira ida a Itinga, no Vale do Jequitinhonha, lugar da pesquisa, foi marcante. Era janeiro de 2013. No norte e nordeste de Minas, esse recorte temporal é o que abriga o período das chuvas. Partindo de Montes Claros, uma cidade de porte médio, empreendi²⁰ uma viagem de ônibus, seguindo o trecho Montes Claros-Salinas, Salinas-Araçuaí e Araçuaí-Itinga. No primeiro contato com o lugar, as expectativas eram grandes, mas o medo do novo trazia um sentimento na mesma proporção. Entre Montes Claros e Salinas, comecei a colher as primeiras impressões em contato com as paisagens. No período das chuvas, a mata seca, característica da região, estava verde. Aos poucos, essa vegetação nativa ia desaparecendo e surgiam na paisagem grandes plantações de pinus e de eucalipto, predominantes em grande parte do trecho Montes Claros-Salinas. Partindo de Salinas, veio em seguida a pequena cidade de Rubelita²¹ e, logo depois, Coronel Murta, no Vale do Jequitinhonha. A paisagem mudou.

As primeiras imagens remetem ao imaginário que tinha do Vale do Jequitinhonha. Entre Salinas e Araçuaí, próximo às rodovias, viam-se pequenas propriedades rurais, os currais, as vacas leiteiras, as serras e as grotas. Cheguei a Araçuaí, que embora uma pequena cidade²², tem sua importância por sediar órgãos públicos e uma instituição federal de ensino médio e tecnológico. Após uma longa espera e uma viagem que durou nove horas, finalmente estava em Itinga.

Numa primeira impressão, a sede urbana de Itinga se assemelhava mais à imagem de vila²³ ou distrito²⁴ que a uma cidade, mas havia uma agência bancária, o correio e a prefeitura.

²⁰ Por se tratar do relato de uma experiência pessoal, a narração deste tópico será feita na primeira pessoa do discurso, destacando, porém, que parte do trabalho de campo foi realizado com outros pesquisadores.

²¹ Rubelita, localizada no norte de Minas Gerais, tem uma população total (rural e urbana) de 7.257 habitantes (IBGE, 2010), que vivem basicamente do trabalho na agricultura, na mineração e no setor público, sobretudo na prefeitura municipal. Coronel Murta, já no Vale do Jequitinhonha, com uma população total (rural e urbana) de 9.394 habitantes (IBGE, 2014), detém um mercado de trabalho parecido com Rubelita.

²² Araçuaí tem uma população total de 36.013 (IBGE, 2010).

²³ Conforme o Decreto-Lei 311 de 1938, uma localidade para ser uma vila (sede distrital) deve ter, no mínimo, trinta moradias para o seu reconhecimento como tal. Conforme o Art. 2º da referida lei “Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal. [...] Art. 4º. O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila. *Parágrafo único.* No mesmo distrito não haverá mais de uma vila. [...] Art. 11. Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias” (Decreto-Lei 311 de 1938). Para

A maioria das residências era de alvenaria, com telhas coloniais de cores diversas, mas predominantemente claras, com janelas de frente para as ruas e as calçadas, que as pessoas utilizam nos fins de tarde para se socializar.

O desembarque na cidade ocorreu em um bar, que é utilizado como uma espécie de rodoviária. Em frente ao local, havia uma praça com coreto e algumas poucas pessoas, uma igreja católica, alguns outros bares e uma pousada. A pousada em frente à praça seria nosso ponto de apoio. Era precária, organizada para hospedagens curtas, principalmente para atender vendedores viajantes e caminhoneiros que ali paravam para descanso das longas viagens pela rodovia próxima à cidade (BR-367), que interliga Minas Gerais ao Estado da Bahia, bem como funcionários de órgãos públicos, membros de ONGS, ou pessoas ligadas a instituições religiosas, entre elas, os neopentecostais, que vão ao lugar para fazer caridade, principalmente entregar cestas básicas, roupas e sapatos.

Após me estabelecer na pousada, fui ao único restaurante da cidade. O proprietário, Sr. Tadeu, tem uma filha, migrante, que é juíza do trabalho em Belo Horizonte, e um filho, que permaneceu no lugar, trabalhando com o pai. Esse primeiro contato representou o início do envolvimento com as pessoas do lugar. Conversando, pude apreender um pouco da história da cidade, da passagem do presidente Lula²⁵ com uma comitiva de políticos e de figuras nacionais, de sua rotina de viver em uma cidade pacata, mas muito acolhedora, e de sua pretensão de viver toda a vida ali.

entender mais sobre o tema, indica-se a Dissertação (Mestrado em Geografia) de Antunes (2016) intitulada “Agricultura e a organização espacial dos distritos municipais: estudo de caso em Jamaica e Jaciporã/Dracena (SP)”, defendida na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

²⁴ No contexto brasileiro, de uma forma extremamente simplista, sobretudo, mas não apenas, para o poder público, as sedes administrativas dos municípios (onde há, por exemplo, uma prefeitura) juntamente com os distritos, ou seja, os aglomerados de casas fora da malha urbana do município, são considerados como áreas urbanas. Todo o restante, no município, é considerado rural (tudo o que não é urbana – sede administrativa e os distritos).

²⁵ Trata-se da Caravana da Cidadania, quando o então candidato à presidência do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, percorreu o país de ônibus e passou por lugares como Itinga, refazendo o mesmo caminho que realizara de pau-de-arara entre Caetés (PE) e São Paulo, como retirante. Da passagem do candidato, resultou um fato concreto. A sede urbana do município de Itinga é dividida ao meio pelo rio Jequitinhonha. Até então, o transporte de bens e pessoas era realizado por remadores em canoas precárias, o que dificultava a vida e isolava a maior parte das pessoas da cidade. O então candidato aventou a possibilidade de construção de uma ponte que ligasse os dois lados da pequena cidade. Essa ponte foi, no ano de 2003, a primeira obra inaugurada pelo presidente Lula. Com 312 metros de comprimento, ela facilita a movimentação das pessoas, inclusive o acesso à rodovia que liga o município às principais cidades regionais e ao restante do país. Tal melhoramento favoreceu o escoamento da produção de minério, a grande base da economia local. Além da inauguração da ponte, duas outras iniciativas iriam impactar os modos e condições de vida dos mais pobres na localidade e, obviamente, na escala do país. A então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, anunciou a parceria do governo federal com o de Minas Gerais, para a implementação do Programa Luz para Todos que, num prazo de três anos, levaria energia elétrica a todas as famílias (rurais e urbanas) da região. Na mesma ocasião, houve o anúncio da criação do Bolsa Família (PBF), um programa de transferência direta de renda aos mais pobres do país, sob condicionalidades, entre elas, a permanência dos filhos das famílias beneficiárias na escola.

De fato, a cidade inicialmente parecia ser muito pacata. Ao anoitecer, porém, o lugar se transformou. A praça, antes sem grande movimentação, foi tomada por pessoas de diversas idades. Crianças, jovens e idosos se reuniam para sociabilizar. Chamava a atenção um público constituído predominantemente por jovens e crianças. Predominavam pessoas negras ou pardas. Aos poucos, começaram a chegar os carros, que tocavam músicas, principalmente de ritmos baianos, durante grande parte da noite. Os poucos bares da praça estavam lotados, as pessoas preferiam mesmo a praça, local onde se concentravam as sociabilidades, ou seja, as formas espontâneas de interações sociais.

A referida praça, única existente em Itinga, tem uma grande centralidade no cenário local, sobretudo para as socializações. A concentração de pessoas ocorre durante todos os dias da semana, principalmente aos sábados e domingos. Essa experiência é resultado da ausência de outros lugares ou infraestruturas que poderiam ser lugares de encontros dos jovens e crianças. Por ser local público, viabiliza uma maior convivência com o local e com o outro, ou seja, encontro de amigos, colegas, paqueras, vizinhos, parentes e namorados (ou talvez, possíveis romances). Por ser o único local de encontros, essa praça, passa a ter grande importância nos diversos tipos de experiências e envolvimentos. Em uma comparação grotesca, se jovens de classe média de cidades de porte médio marcam os seus encontros nos *shoppings*, cinemas, bares e restaurantes, as pessoas em Itinga, se encontram na praça. Se leva tempo para conhecer um determinado lugar, uma visão imediata possibilita enxergar a importância dessa praça. E isso se deve pelo menos dois fatores: I – É um espaço público/gratuito; II- trata-se de uma pequena cidade com um aglomerado de casas e alguns órgãos públicos, mas que carece de infraestrutura que atenda as demandas dos jovens, dentre elas, a necessidade de lugares diversos para socializarem, ou seja, a importância de espaços físicos para uma diversificação dos lugares de convivência por parte das pessoas do lugar e também pelos “de fora”. No cenário posto, a praça, como espaço imediato da vida, tem um grande peso nas relações cotidianas – ali estão as relações de vizinhança, parentesco, o encontro dos conhecidos (e dos desconhecidos), as brincadeiras, as brigas, pequenos atos corriqueiros, e aparentemente triviais que podem criar laços de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. Trata-se acima de um lugar localizado na sede urbana do município, mas havia a necessidade de conhecer o mundo rural Itinguense.

Na primeira tentativa de conhecer as famílias rurais, uma surpresa inicial. Desejava locar um carro e conhecer as comunidades. Não havia a possibilidade de obter um carro *full-time* em Itinga: ou o aluguel era muito caro, ou limitado a poucas horas do dia. Os poucos donos de automóveis os utilizam para o trabalho ou passeio e grande parte dos veículos é

utilizada para transportar pessoas entre cidades. Soube, então, que a locomoção entre a sede do município e as comunidades rurais, sobretudo as mais distantes, é bastante difícil. A opção foi permanecer em Itinga e conversar com lideranças locais e funcionários públicos. Nesse período, conheci Pierre Gusmão, jovem historiador, um migrante retornado e presidente da principal associação local²⁶, a Associação Amigos de Itinga (AMAI).

Por seu intermédio, informei-me sobre as diversas comunidades existentes no município e entrei em contato com a comunidade situada mais próxima à sede urbana municipal: a comunidade rural dos Hermógenes. Uma de suas características peculiares consiste no fato que, diferentemente do que ocorre na maioria das comunidades rurais locais, as pessoas ali residentes tendiam a migrar menos que as das demais. Com um carro de passeio, e após uma curta viagem por uma estrada vicinal, cheguei ao local. Seus habitantes eram pequenos proprietários de terra, descendentes de quilombolas, espremidos entre grandes fazendas de gado (pecuária extensiva) e o rio Jequitinhonha. Homens e mulheres, jovens e crianças residiam em pequenas casas de pau a pique autoconstruídas. Ali seria realizada a primeira entrevista do doutorado. Era o primeiro contato com as pessoas residentes no meio rural que já foi um dos piores IDHs do Estado de Minas Gerais. Em uma residência muito simples, a entrevistada, matriarca da família, uma senhora que viveu grande parte de sua vida na pobreza e em permanente condição material de precariedade. Descendente de escravos, viu, ao longo de sua trajetória, a tomada progressiva de suas terras por grandes fazendeiros locais. A entrevista giraria em torno da existência no lugar, da pobreza, da perda das terras, da expropriação e da melhoria de vida com a chegada do “dinheiro que o governo manda”, ou seja, do Programa Bolsa Família.

Considerando que o relacionamento entre investigador e investigado é marcado por diferenças sociais, sobretudo quanto ao capital cultural, e também pela ausência de controle e de interpretação das impressões dos informantes sobre o investigador, procurei, desde o início, identificar-me como um estudante da universidade que queria entender como vivem as pessoas do lugar. A principal preocupação era desligar a imagem do investigador da de certas outras categorias em que os informantes poderiam me enquadrar, principalmente as de funcionários públicos ou membros de ONGs. Visto que determinados agentes públicos têm a

²⁶ O fato de estar acompanhado pelo representante dessa ONG foi fundamental para a “abertura de portas” junto às famílias locais. Com grande parte da trajetória de vida Pierre Gusmão foi no lugar, faz parte de uma família nuclear respeitada no município de Itinga. Os próprios projetos sociais que o presidente da ONG desenvolve nas comunidades remetem a uma pessoa com respeito e confiabilidade pelas pessoas do lugar. Ter sido apresentado por ele foi importante na medida em que não se percebia uma constrangimento e importante na construção de uma relação de confiança com o pesquisador (de fora).

função de fiscalizar, a inclusão do investigador nesse grupo poderia prejudicar as informações, pois se sabe que discursos e ações podem mudar, conforme quem fala e para quem se fala. Estar acompanhado por uma conhecida liderança local, com respeito adquirido pelo trabalho numa ONG, facilitou o acesso às pessoas do lugar e, conseqüentemente, a obtenção de informações.

Após essa primeira visita, retornei a Itinga e esperei até a próxima quarta-feira, quando faria uma viagem mais longa. Nesse período, conheci Anderson, jovem residente de Itinga, técnico agrícola do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), que se ofereceu a me acolher em sua casa, na comunidade rural de Gangorra, durante o trabalho de campo. Residir nas comunidades rurais foi uma escolha acertada, considerando o isolamento dos núcleos e a precariedade dos transportes, disponíveis em poucos dias da semana, e as distâncias entre os lugares de vida e a sede urbana do município.

Saí de Itinga de manhã, em direção à comunidade rural da Gangorra, num tipo de veículo que remete aos paus-de-arara, um caminhão, com carroceria coberta com lona, que as pessoas residentes nas comunidades usam para se deslocar até as cidades a fim de realizar suas compras, dentre eles, bens industrializados, retirar os benefícios sociais no Banco do Brasil (BB) e cumprir um conjunto de outras obrigações. Em um trajeto de 25 quilômetros, fui conhecendo as pessoas do lugar²⁷. Não tinham clareza sobre o motivo de minha presença ali, vindo de tão longe para visitar suas comunidades. No percurso, foram narrando as dificuldades da vida na agricultura. Era o tempo das chuvas, mas a safra, sobretudo de feijão e milho, não tinha rendido o que os agricultores esperavam, tanto em termos de produção, quanto de recursos econômicos.

A primeira impressão que se tem dos modos de vida das famílias rurais locais é a forte relação existente entre a natureza e a sociedade, em que a produção agrícola está fortemente ligada ao consumo familiar. É nessa atividade, relacionada ao cultivo de feijão, milho, mandioca e alguns outros produtos, a base da alimentação familiar, que esses grupos dão sentido à sua existência social e, até mesmo, intensificam as relações de vizinhança, com a ajuda mútua em determinados momentos da produção, sobretudo no plantio e na colheita. O cultivo ocorre geralmente no período de chuvas, entre setembro e fevereiro, mas sem grandes regularidades. As famílias inseridas num contexto ambiental marcado pelas secas e pela ausência de infraestruturas, tais como redes de irrigação, enfrentam, porém, uma circunstância

²⁷ Baseado em uma rede de relações rurais/urbanas de apoio, os agricultores residentes nas comunidades mais isoladas tendem a pernoitar ou permanecer por um tempo na casa de amigos ou familiares residente na sede urbana do município de Itinga aguardando o dia de partida para sua comunidade. A irregularidade nos transportes entre as comunidades e a sede urbana do município justifica tal fenômeno.

que limita o próprio trabalho familiar na agricultura ou o torna até certo ponto impraticável, onde há escassez de água até mesmo para o consumo humano.

O isolamento das famílias, sobretudo as residentes nas grotas, e a precariedade e a irregularidade do transporte entre a sede urbana do município de Itinga e as localidades rurais foram alguns dos entraves à pesquisa. Solucionado o problema com o transporte e instalado o pesquisador numa pousada local para o período da estadia no município, foi possível circular pelas localidades rurais em carros e motos alugadas e/ou em ônibus e caminhões que transportam as pessoas do meio rural para a sede do município. Os deslocamentos dos moradores até a cidade têm os mais distintos objetivos. Os relatos mais comuns referem-se à necessidade de resolver problemas burocráticos (como por exemplo, a emissão de documentos), receber o benefício do Programa Bolsa Família, comprar alimentos nos mercadinhos etc. Considerando que as famílias residentes no meio rural tendem a ter recursos financeiros limitados, a ida à cidade ocorre esporadicamente.

Além da dificuldade de encontrar meios de locomoção, é importante ressaltar a precariedade dos veículos que prestam esse serviço. A maioria dos caminhões que transportam pessoas diariamente (inclusive crianças), o fazem sem um mínimo critério de segurança. Aproximam-se bastante da imagem dos paus-de-arara, aqueles que, ao longo do século XX, transportaram famílias inteiras, do nordeste brasileiro, para dois destinos principais: as mais distantes fronteiras agrícolas (principalmente do Norte do país) e as grandes cidades do Sudeste (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro). Para as famílias do norte e nordeste do Estado de Minas Gerais, esses meios de transporte precários são uma opção para os seus deslocamentos. Para o pesquisador, a única forma de chegar até as famílias dessas localidades. Não aceitar a oferta de viaturas da prefeitura local foi decisão inicial, e mantida ao longo de todo o trabalho de campo. Transitar nesses carros pelas localidades poderia levar as pessoas do lugar a nos confundir com um funcionário da prefeitura, ou com agentes responsáveis por algum projeto que viesse mudar suas vidas de alguma forma. O trabalho foi desenvolvido, portanto, com a utilização dos meios citados e, não raro, fazendo parte dos trajetos a pé.

Uma experiência de isolamento faz parte das trajetórias sociais de muitas das famílias visitadas ao longo do trabalho de campo. Isolamento social e invisibilidade.

O contato com os informantes foi consideravelmente amistoso. Entretanto, acredito que esses informantes, em grande parte, permaneciam alheios as formas distintas que seus discursos poderiam ser interpretados.

Durante o percurso entre Itinga e a comunidade rural da Gangorra, ficou evidente o fato de que as pessoas eram acessíveis e comunicativas. O sotaque²⁸ do lugar era diferente de qualquer outro que já houvesse escutado no Estado de Minas Gerais. Mesmo utilizando termos muito específicos, tais como “deupa”, “sacumé”, não foi difícil à comunicação e, no contexto das falas, era possível entender a mensagem.

Percorrendo uma estrada vicinal, entre serras, grotas e chapadas, chega-se à entrada da comunidade de Gangorra. Dali, são mais dois quilômetros a pé, pois a comunidade está localizada numa grotta, entre chapadas, aonde os carros não têm acesso. Após alguns minutos de caminhada, avistei a casa de Dona Pretinha e seu Reginaldo, que seria meu local de pouso em Gangorra por doze dias, até a partida para a comunidade rural de Jacaré.

Gangorra é uma comunidade formada basicamente por famílias que são parentes de sangue e/ou por casamento. A casa de dona Pretinha fica perto de um pequeno rio perene, circundada por uma vegetação que é resquício da Mata Atlântica. A proximidade do rio perene possibilita à família cultivar hortaliças durante todo o ano. Com o excedente agrícola comercializado nas feiras locais, eles conseguem ter uma condição material um pouco melhor em relação às demais famílias agrícolas proprietárias de pequenos patrimônios fundiários, localizadas nas áreas de caatinga ou cerrado.

Na casa de alvenaria, com luz elétrica, água encanada e banheiro com sanitário, residem o casal e quatro de seus sete filhos, pois dois deles migraram para Itatiaia (RJ) após a conclusão do ensino médio em uma escola localizada numa comunidade vizinha, e um reside na sede do município, trabalhando como técnico agrícola da prefeitura local.

Apesar do acolhimento imediato por parte da família, foi desconcertante estar em sua residência, na medida em que sentia estar invadindo sua privacidade, violando o cotidiano e, até mesmo, alterando-o. Para me auxiliar, por exemplo, apresentando-me às famílias do lugar, os jovens deixavam seus afazeres na atividade agrícola. A chegada abrupta, sem um prévio aviso, aumentou a sensação de invasão. Entre residentes de comunidades rurais isoladas e sem

²⁸ O sotaque das pessoas do lugar representou depois um problema, para a transcrição das entrevistas. Na primeira parte do trabalho de campo, alunos do curso de pós-graduação da FCT/UNESP propuseram-se a me ajudar nessa tarefa. Por serem paulistas ou do Mato Grosso do Sul, tiveram grande dificuldade em entender o que falavam os entrevistados e desistiram de tal empreitada. Por sorte, alunos do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES-MG) e uma aluna do mestrado no CPDA/UFRRJ, mas, de origem mineira, dispuseram-se a ajudar nas transcrições. Na inserção de fragmentos das falas ao longo da tese, algumas tiveram que ser adaptadas. Por exemplo, a frase “cê sabe cumê, a vida deupa” foi trocada por “você sabe como é, a vida era muito difícil”. Para facilitar a compreensão, mudaram-se as palavras, mas as ideias originais da mensagem foram mantidas.

acesso a serviços de telefonia, a comunicação em geral se dá por meio de recados. Apesar da situação, não houve tensão no convívio com a família.

De repente, estava ali um mineiro, acompanhado de um paulista, André Bersani, colega de pós-graduação (Geografia Humana/USP), em uma casa sertaneja, acolhido por pessoas com quem dificilmente cruzaria em outras circunstâncias. Dona Pretinha é uma senhora que nunca migrou. Sua trajetória social é marcada pela imobilidade espacial. Seu esposo, Reginaldo, quando jovem e solteiro, migrou para trabalhar no norte do Paraná, mas retornou, casou e nunca mais deixou o lugar.

Estabelecido nessa residência, comecei a conhecer outras casas e famílias, deslocando-me em pequenas motos ou a pé. Cruzei as chapadas e as grotas por estradas vicinais arenosas que interligam as comunidades com níveis distintos de isolamento, mas geralmente muito isoladas. As pessoas me recebiam com atenção e não tinham dificuldade, mesmo diante do gravador, em falar sobre as suas vidas, sobre o cotidiano, a pobreza, as políticas sociais etc., nem se sentiam invadidas ou sofrendo qualquer violência simbólica. Era comum ouvir a frase: “pode gravar porque não falarei mentiras”.

Entretanto, ao longo da tese os nomes dos informantes foram substituídos por personagens das obras de Sagarana, Grande Sertão Veredas e Corpo de Baile do escritor mineiro João Guimarães Rosa (2001; 2001a; 2006), Vidas Secas do romancista alagoano Graciliano Ramos (1991) e o Quinze da romancista cearense Raquel de Queiroz (1982). Ao subsistir os nomes, teve-se o cuidado em manter as relações de parentesco existentes nas obras, como exemplo Maria Rita, a Ritinha, esposa do Lalino na obra Sagarana de Rosa. Conceição, a professora na obra de Raquel de Queiroz, nesta tese será a assistente social da prefeitura Itinga. Fabiano, o rapaz rude, sem instrução formal, trabalhador rural que sofre com os dramas da seca, será o nome utilizado para um jovem com características parecidas com o personagem da obra. Estes mesmos critérios foram utilizados para os outros casos que aparecerão ao longo da tese.

Quando o colega investigador definiu as comunidades em que desenvolveria seu trabalho de campo, segui minha viagem pelo sertão, sozinho ou acompanhado por pessoas do lugar, mas não me sentia só, num lugar com gente tão receptiva e comunicativa. As dificuldades de locomoção contrastavam com a facilidade de comunicação com as pessoas ou a abertura delas a “uma pessoa de fora”. Também não foi difícil encontrar uma casa onde pudesse dormir. Era comum as pessoas me convidarem para almoçar ou jantar e até mesmo oferecerem pouso.

Ao visitar as famílias sem anúncio prévio, sentia, por parte de seus membros, certo desconforto e até vergonha, pelas condições humildes de suas moradias. Numa ocasião, uma família sentiu-se envergonhada por não ter um banheiro, outra, por não ter um copo melhor para oferecer água, ou por não poder servir carne no almoço. Segundo Scott (1985), essas são expressões do que ele define como “decência cultural mínima”, isto é, o cumprimento de alguns rituais relacionados a determinados eventos, como casamentos e funerais, e também à reciprocidade no que diz respeito a presentes e favores, ou a obrigações mínimas que se deve ter com parentes, crianças e vizinhos. No imaginário daquelas pessoas, o tal investigador era uma visita e deveria receber um tratamento que eles, no entanto, não estavam preparados para oferecer.

Por isso, sempre que possível, tentava marcar antecipadamente as visitas, avisando que teríamos então apenas uma rápida conversa sobre sua vida. Temia que as pessoas gastassem seus poucos recursos fazendo compras para me receber e me propunha a aceitar somente um café. Se o trabalho de campo é marcado por dificuldades, incertezas e até alguns riscos, receava que minha chegada repentina nas casas configurasse o que podemos entender como “descumprimento do ritual” e causasse nas pessoas do lugar sentimentos como humilhação, vergonha ou constrangimento²⁹.

Dormir em suas residências, participar das refeições e de outras práticas cotidianas permitem ao pesquisador perceber como essas famílias vivem. Mas, é certo que há toda uma “arrumação” para receber quem vem de fora. Almoço de terça-feira, com carne de frango, é consideravelmente raro (frango é “mistura” do domingo). A escassez de “mistura” nas refeições realizadas ao longo da semana revela a dificuldade dessas famílias em garantir o alimento diário. Entretanto, foi veemente a recusa a qualquer oferta de ajuda financeira para os gastos com o visitante.

Diferentemente de Crapazano (1985), que realizou pesquisas com brancos racistas em uma pequena comunidade ao norte da cidade do Cabo, na África do Sul, ou de Carneiro (1998), antropóloga brasileira que pesquisou camponeses nos Alpes Franceses, acredito que tenho alguns elementos em comum com os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha.

²⁹ Em uma ocasião, após uma manhã de viagens pelas comunidades, cheguei inesperadamente à comunidade rural do Jacaré. Senti certo constrangimento da família que iria me receber, visto não poderem, em sua opinião, servir à visita um almoço à altura. Noutro dia, percebi que mobilizaram vizinhos e recursos para preparar uma refeição. Predispus-me a ajudar com dinheiro para cobrir os gastos, o que não foi aceito. Tentei ajudar, lavando a louça, o que também não foi permitido. Além de ser inaceitável que as visitas ajudem na arrumação da casa após as refeições, é estranho para as pessoas do lugar que homens se ocupem de certas atividades domésticas, como lavar a louça, por exemplo, tarefa atribuída às mulheres, sobretudo às mais jovens.

As diferenças de capital social/cultural e econômico se dissolvem, em grande medida, quando temos em comum a origem geográfica (sou também do Norte de Minas Gerais) e social (neto de agricultores), e por ser eu também um migrante. Acredito que até as características físicas, moreno, pardo, cabelos lisos, além de um forte sotaque mineiro, que felizmente permanece, me aproximam consideravelmente das famílias do Vale do Jequitinhonha. Em meu caso, mesmo sendo possível comunicar em Francês ou Espanhol, no fundo, os sotaques do interior de Minas Gerais traz um sentimento de pertencimento, de familiaridade e até mesmo de prazer. Sentimentos que não é possível sentir, particularmente, quando me comunico em outro idioma. Ter esse forte sotaque mineiro, acredito, me aproxima das pessoas da “Minas do Norte” e até mesmo, muita das vezes, acredito ter facilitado os diálogos nos encontros em Itinga.

Ser jovem e estudante de pós-graduação, até determinado ponto me aproximou dos jovens locais. Não raro chegavam à porta de suas casas para me receber. Interessaram-se por meu modo de vida e pela escolha por migrar constantemente, como uma forma de progredir nos estudos e adquirir capital cultural.

Ter sido acolhido nas casas das pessoas do lugar, adentrando seus lares – quartos, banheiros, cozinhas – e suas intimidades, enfim, participar do seu cotidiano, dissolveu consideravelmente a formalidade dos encontros. Não que não estivesse posta, mas nunca foi tão evidente quanto a que experimentei com outras pessoas, em ambientes mais formais, como por exemplo, vereadores e prefeitos. Estar na casa dessas pessoas possibilitou diálogos mais informais, conversas menos apressadas e não monossilábicas. As respostas não eram curtas nem carentes de conteúdo. A descontração do convívio e do ambiente facilitou o contato com os diferentes membros das famílias, ainda que a idade e o gênero tenham tido seu peso nas interações sociais ao longo do trabalho de campo: ser homem e jovem contribuiu para que interagisse mais com os jovens das comunidades.

Ao visitar as famílias, o primeiro contato era sempre com o homem, o chefe da família. Depois, conversava com as esposas. Quando o tema girava em torno da agricultura, geralmente falavam os homens. Quando o foco era o Programa Bolsa Família, falavam as mulheres. Penso que a minha presença no lugar, portador de uma determinada posição social e de nível distinto de escolaridade, não marcou fortemente o encontro “eu”/ “eles”. Busquei, ao máximo, eliminar o estranhamento, a desconfiança e o medo que pudessem existir no contato entre o investigador e investigado. Por isso evitei falar inicialmente sobre certas questões, tais como políticas sociais ou rendimentos, visto ter consciência de quanto uma entrevista pode ser invasiva e de quanto pode ser constrangedor falar com estranhos sobre a

própria vida e a família. O tema Bolsa Família sempre era inserido nas conversas após contatos mais longos e que ficaria claro para as pessoas do lugar que minha estadia não teria um caráter de realizar sanções, dentre elas, o corte do referido benefício.

Em relação à informação sobre a renda familiar, entende-se que, além de ser um ponto delicado, pode contribuir muito pouco no contexto de pesquisas baseadas em fontes orais. Por um lado, as pessoas podem não ter certeza sobre quanto ganham, ou, por vergonha, não ser tão sinceros; por outro, basta estar com elas, em suas casas, para se ter uma ideia de suas condições materiais de existência. A casa, os móveis, os veículos estão ali presentes, como o conjunto de bens que a família possui, dispensando-se perguntas que podem constranger as pessoas ou ser respondidas de forma vaga.

Outro ponto a ser considerado é que os depoimentos das pessoas foram mais ricos quando houve a oportunidade de estabelecer um contato mais prolongado. Um dos grandes êxitos de trabalhos de campo que utilizam entrevistas é ter obviamente acesso às informações mais profundas, sinceras e verdadeiras. Nesse sentido, a duração do contato e os relacionamentos estabelecidos nesse processo podem interferir na qualidade das informações da pesquisa. Desse modo, em que pesem as óbvias diferenças entre investigador e informantes, as relações construídas, os eventos e as circunstâncias específicas geradas ao longo do trabalho de campo representam alguns dos elementos cruciais para a:

[...] compreensão dos conteúdos e as estratégias narrativas dos documentos produzidos. O relacionamento nos trabalhos de campo é um processo de permanente negociação, demarcado pelas diferenciações sociais entre o pesquisador e os informantes, bem como os interesses de ambos os lados. (MENEZES, 2002, p.26)

No geral, percebia que as pessoas estavam felizes em me receber em suas casas e ter alguém interessado em escutar suas histórias de vida. Orientaram-me a visitar outras famílias, geralmente parentes ou vizinhos, ou a evitar determinadas pessoas que não eram bem-vistas no lugar³⁰. Assim, a realização do trabalho de campo em dois contextos – o lar (mais íntimo) e a comunidade (mais público) – foi muito orientada pelos moradores do lugar, que me apresentavam às pessoas cujo contato consideravam interessante para mim.

A pesquisa de campo, apoiada em técnicas qualitativas, tais como entrevistas e observação participante, resultou na produção de documentos, como por exemplo, registros de campo (anotações em cadernetas), de histórias de vida e de entrevistas semiestruturadas que,

³⁰ Em uma ocasião, na comunidade rural do Jenipapo, orientaram-me a não visitar a casa de uma família que, segundo eles, fazia rituais satânicos. Depois, dei-me conta que se tratava de uma senhora seguidora do candomblé, religião de matriz afro. Percebi, então, que escolher estabelecer relacionamentos com determinadas pessoas, poderia resultar em “fechar portas” para outras.

em conjunto, acredito, dão conta de apresentar dados sobre os modos, meios e condições de vida das pessoas do lugar. O uso de procedimentos metodológicos como história de vida e entrevistas semiestruturadas resulta em depoimentos que trazem uma visão dos informantes. Neste ponto, cabe destacar um aspecto: apesar da importância das estatísticas, houve o cuidado de não “transformar” as pessoas em números ou dados, a exemplo de como se apresentam nos planos governamentais, mas, antes, tratá-los, sobretudo como agentes sociais, indivíduos que atuam em seus lugares de vida e neles produzem mudanças, atingindo até mesmo a dinâmica do país, como trabalhadores migrantes dentro da mobilidade do trabalho.

Um dos pontos positivos do trabalho com entrevistas semiestruturadas ou histórias de vida é que elas permitem obter informações sobre experiências individuais ou coletivas aos grupos sociais. É certo que o indivíduo, ao relatar a sua história, trata também de um conjunto de relações (sociais, pessoais e políticas) que dizem respeito ao seu grupo familiar, vizinhança, comunidade, ou até mesmo da abordagem relacional com outros lugares, espaços e tempos.

Uma dificuldade, porém, é estabelecer o que distingue depoimentos orais como entrevistas semiestruturadas e histórias de vida. A entrevista semiestruturada se caracteriza como um diálogo fortemente orientado pelo interesse do investigador, que conduz o investigado numa conversa sobre pontos/temas/assuntos específicos. Durante parte do trabalho de campo, as interações entre investigador e investigado ocorreram por meio de entrevistas semiestruturadas. Mas houve também momentos de diálogo mais direcionado pelos informantes, com depoimentos contendo fatos e acontecimentos que, embora sem uma ordem cronológica, entendiam ser importantes em suas trajetórias de vida e até mesmo do seu grupo familiar e de vizinhança, caracterizando, assim, uma história de vida.

Um ponto a ser destacado em relação a ambas é que questões não estabelecidas *a priori* surgiram durante o processo, como por exemplo, a ameaça permanente de expulsão dos agricultores, dos seus lugares de vida. Essas técnicas também podem trazer à baila lembranças boas ou ruins, por isso, elas ora representavam um momento prazeroso, ora evocavam tristeza, ante o relato da perda da condição de agregados nas fazendas locais, ou da tentativa de tomada das terras dos pequenos proprietários por parte das empresas de reflorestamento.

O local de realização das entrevistas também pode interferir em seus resultados. Considerando que requerem atenção, para que as pessoas possam se concentrar, organizar ideias e relembrar fatos, locais barulhentos podem ser um empecilho às entrevistas. Quando ocorriam nas residências, as pessoas estavam imersas nos problemas do cotidiano e, não raro, a entrevista acontecia enquanto realizavam seus afazeres na roça ou na casa, e isso, às vezes,

as distraiam. Entretanto, o mais comum era as pessoas manterem-se totalmente envolvidas na entrevista, distraíndo-se apenas em determinados momentos, tais como, no preparo do almoço ou no cuidado com as crianças. Em nenhum caso, as pessoas interromperam as entrevistas. O investigador intervinha colocando questões, mas era extremamente comum as pessoas fazerem longas explicações sobre as condições, meios e modos de vida, sendo necessário apenas algumas intervenções para esclarecer fatos e detalhes pontuais.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e reunidas em cinco grupos, cujos temas foram comuns em todas elas e possibilitam vislumbrar a condição social dos informantes:

I - o trabalho na agricultura e a condição de agricultor;

II - modos e condições de vida;

III - políticas sociais e o Programa Bolsa Família (PBF);

IV - migração e seus distintos tipos;

V- permanência no lugar de vida.

Como um estranho no lugar de vida dessas pessoas, identifiquei-me como um pesquisador que queria entender como vivem as pessoas do “sertão” de Minas Gerais, para depois escrever um “livro”³¹ sobre o que veria após minha estadia nessas localidades. A proposta foi bem aceita pelas famílias. Entenderam os motivos que me levaram até elas e em nenhuma circunstância sentiram-se ameaçados com minha presença.

Essa aceitação foi perceptível não só pelo fato de terem essas pessoas (homens, mulheres, idosos, adultos, jovens, crianças) me proporcionado o privilégio de entrar em suas casas e tentar entender suas condições, seus meios e modos de vida, mas, principalmente, por terem me recebido em suas casas como um hóspede. Convivi com famílias residentes nas chapadas, nas grotas, nas vilas, nos povoados e nos distritos, e entendo que esse relacionamento mais próximo possa ter facilitado à construção de uma relação de confiança, ainda que a diferença de capital cultural (sobretudo a educação formal) entre o pesquisador e as pessoas dessas localidades seja sempre um obstáculo.

Estar com cada uma dessas famílias permitiu-me compreender as situações sociais e relações produtivas e de trabalho, as práticas do cotidiano, as sociabilidades e as mais diversas

³¹ Algumas pessoas do lugar tinham inclusive maior interesse em participar da pesquisa após a afirmação que a pesquisa serviria para a escrita de um “livro”. Acostumadas com a invisibilidade, participar de um “livro”, que tratasse de suas vidas parecia ser instigante para elas. Em nenhum momento surgiram perguntas do tipo: Em que medida esse livro vai mudar minha vida ou de minha família? Vamos ganhar dinheiro participando do “livro”? Parecia-me que a participação e uma possível visibilidade era o mais importante para essas pessoas, nesse caso, em específico. Em uma experiência, na Comunidade Rural do Jacaré, Manuelzão, um jovem solteiro, queria participar do livro para que as jovens de São Paulo lessem sobre sua vida e dessa forma, acreditava poder arranjar um casamento. Participar como informante de um livro como uma forma de encontrar um casamento.

experiências (individuais e coletivas), pontos esses que serão mais explorados ao longo dos capítulos.

A chegada de um estranho (de uma pessoa de fora) foi recebida com admiração e logo se estabeleceu uma rápida conexão de cooperação (com a pesquisa e com a necessidade de facilitar minha permanência em suas localidades). Como já citado anteriormente, o almoço com frango caipira em uma terça-feira (geralmente “mistura” especial para a refeição de domingo), o empenho em apresentar o pesquisador à vizinhança, as conversas na cozinha (espaço íntimo de encontro da família, vizinhos e pessoas afetivamente próximas) são indicativos que essas famílias aceitavam-me no grupo e mostravam interesse em fazer parte da pesquisa.

Dos seis municípios visitados no Vale do Jequitinhonha – Itinga, Araçuaí, Coronel Murta, Itaobim, Pontes dos Volantes e Rubelita – o primeiro foi onde centralizamos o trabalho, mantendo contato com 35 famílias, distribuídas por oito comunidades. O intuito era entender a dinâmica social e econômica da região, marcada pelo alto peso da produção de autoconsumo e por fortes indicadores de carências sociais e materiais. Nesse contexto, ressalta-se a importância singular da ajuda em dinheiro enviada pelos migrantes para as famílias que lá permaneciam e dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

A possibilidade de receber (e aceitar) o convite de duas famílias (uma, residente na Comunidade Rural Gangorra, e outra, na Comunidade Rural Jacaré) para ficar hospedado em suas casas representou um importante fator para observar o seu cotidiano: condições de moradia, divisão do trabalho familiar, alimentação etc. Assim, no retorno ao Vale do Jequitinhonha, fiquei hospedado numa casa localizada na grota e noutra, na chapada.

Ainda que as entrevistas tenham sido gravadas, e posteriormente transcritas, grande parte da produção dos dados deu-se a partir de conversas informais. Estas duraram um tempo consideravelmente maior, devido ao permanente contato entre pesquisador e informantes. A transformação de depoimentos orais em textos escritos compromete, em grande medida, o vigor da realidade descrita. As entrevistas transcritas e os fragmentos que aparecem ao longo do texto representam o relato de uma condição social e são considerados os componentes mais significativos ou paradigmáticos do trabalho. No entanto, apesar de apresentarem ao leitor uma condição de pobreza e miséria, de trajetórias sociais marcadas pela fome, pela dor da ausência decorrente da migração de membros do grupo familiar, de um conjunto de experiências (profissionais, econômicas, sociais etc.), não dão conta de expressar a riqueza do contato com o real – a linguagem corporal, os gestos, as pausas, os choros, os silêncios, os

esquecimentos, os detalhes das cores e dos odores, às vezes não tão agradáveis, dos que vivem em condições precárias, às vezes tão bons, como o do almoço feito para receber os visitantes, ou “os de fora, que devem ser bem tratados”.

Mesmo que uma descrição detalhada possa igualmente apresentar o contexto de apropriação das plantações de eucalipto e a expropriação de pequenas famílias proprietárias de terras, não conseguirá traduzir a noção mais profunda da dor e do choro de um homem do “sertão” que viveu um processo paulatino de tomada de suas terras nas chapadas do Vale do Jequitinhonha. Na resistência para permanecer em seu local de vida, ele viu a morte de seu pai, lutando pelo seu pedaço de terra. O sofrimento, a perda, a impotência e a indignação são sentimentos cuja tradução em forma de texto se torna muito difícil.

O universo social constituído por famílias que vivem do trabalho na atividade agrícola e em condições de pobreza econômica revela, a princípio, uma aparente homogeneidade, mas há uma diversidade no elenco encontrado, seja em relação ao tamanho da propriedade e à renda familiar, ou aos projetos individuais e coletivos, à perspectiva de vida, às estratégias distintas de sobrevivência etc. A linguagem pode expressar uma dimensão quase dramática em alguns relatos presentes ao longo do texto, mas é preciso que se percebam esses fragmentos de vida como parte de trajetórias sociais. O leitor não encontrará a totalidade de uma vida (ou de vidas), mas depoimentos de informantes, agrupados por temas, como já mencionado. Os detalhes transcritos das histórias de vida (migrações, pobreza, exclusão, miséria etc.) são elementos destacados pelos próprios entrevistados.

O trabalho de campo possibilitou acessar dados empíricos, coletados junto a famílias situadas na base da estrutura social brasileira, que têm como especificidade a condição de extrema pobreza material e, conseqüentemente, de marginalização social. Teve como objetivo propiciar uma reflexão sobre parte da sociedade brasileira, profundamente marcada pela privação de recursos. Os dados que fundamentam a tese apresentam um Brasil que, em grande medida, é pouco conhecido. A própria indolência atribuída frequentemente aos pobres brasileiros pelo imaginário social, quando se trata dos benefícios do Programa Bolsa Família, é um dos indicativos desse desconhecimento.

No cotidiano brasileiro, não é rara a repetição de adjetivos consideravelmente negativos com que a classe média e a mídia (em seus distintos veículos) retratam os pobres. Tidos como preguiçosos, indolentes, que vivem à custa dos programas de transferência de renda, representariam um grupo (geralmente, tratado como homogêneo) que, apesar de sua condição social e econômica desfavorável, não se esforça para mudar. A pobreza econômica, as privações sociais e a marginalização seriam, assim, uma espécie de escolha. O relato das

histórias de vida representa uma tentativa de apresentar os processos sociais a partir da perspectiva dos próprios agentes sociais. A decisão “de dar palavra” aos entrevistados é uma tentativa de aproximação para se apreender melhor uma determinada realidade social. Dessa forma, os dados são, em sua essência, uma construção social. E a elaboração de um texto, a partir das evidências colhidas, acaba por configurar uma peça ficcional, não no sentido de algo falso ou fantasioso, mas como uma criação em que o autor faz uma leitura particular e original da realidade (GEERTZ, 1989).

Em grande medida, os pobres são marcados pela invisibilidade social. Um grupo heterogêneo e com demandas consideravelmente distintas não raro representa um coletivo sem voz, principalmente quando se trata de tomar decisões sobre políticas públicas que sejam de seu próprio interesse (SIMMEL, 1984). Em geral, os pobres são reduzidos a dados estatísticos, quantitativos ou macroeconômicos. Detêm uma condição material e econômica de existência que deve ser eliminada ou reduzida, seja por iniciativa do Estado, de ONGs ou da própria sociedade civil organizada. Nesse sentido, a pobreza é entendida como uma situação que pode ser transitória. Em outros contextos sociais, os pobres são indesejados. Mesmo tendo sentido profundamente subjetivo, o termo *pobre*, quando utilizado em contextos sociais diversificados, remete sempre aos outros. Mas, afinal quem são os pobres brasileiros?

Como afirmado anteriormente, a renda é a síntese de uma determinada condição social, utilizada pelo governo brasileiro para definição de quem são os pobres e extremamente pobres. Como é possível conhecer as condições, os meios e os modos de vida dessas famílias pobres? Reconhecendo, por distintas circunstâncias (entre elas a pobreza, pobreza extrema/miséria), a dificuldade que esse grupo tem para se organizar e constituir um representante que fale em seu nome (como, por exemplo, na questão das políticas públicas de combate à pobreza), a melhor forma de conhecer essas famílias parece ser dar-lhes voz e que elas próprias descrevam suas situações vividas no cotidiano e em suas trajetórias de vida.

As famílias (e os indivíduos) que ocupam uma posição desfavorável na estrutura social são capazes (e as evidências apontam para isso) de apresentar a realidade vivida e sentida. As exclusões, os sofrimentos, as injustiças, as frustrações, a pobreza material, as distintas necessidades e privações socioeconômicas, as migrações (e a dor da ausência), assim como os sonhos de melhoria de vida e as expectativas são alguns elementos de seu cotidiano que podem ser satisfatoriamente expressos pelos agentes sociais nele envolvidos.

Cabe ressaltar, no entanto, que a opção por apreender os processos a partir do ponto de vista dos que os vivem, não invalida a importância de outros agentes sociais (religiosos, ONGs, funcionários públicos etc.). Bourdieu (1997) e um conjunto de pesquisadores das ditas

ciências humanas têm empregado recorrentemente essa proposta em suas pesquisas. Tê-la escolhido para o estudo das famílias rurais do Vale do Jequitinhonha tem um peso considerável, na medida em que a existência desses pobres se materializa em forma de estatísticas (percentual de pessoas) e na citação de determinados fenômenos socionaturais (os migrantes da seca) ou inserções laborais (os cortadores de cana-de-açúcar). Mas, será que apenas a pobreza econômica ou certas inserções laborais seriam suficientes para definir grupos sociais tão heterogêneos? Até que ponto os pobres (ou “os outros”) são tão diferentes dos que compõem as outras classes da estrutura social?

Para responder essas questões, o mais adequado parece ser permitir que essas próprias pessoas (ou famílias) destaquem os aspectos relevantes de sua vida, ou apresentem o universo social construído por eles mesmos, considerando tanto os elementos internos, quanto os externos aos grupos (entre eles, a migração). Ou seja, que demonstrem ao leitor (quem quer que seja esse leitor) quais são os seus modos, meios e condições de vida, considerando a especificidade de viverem com tão poucos recursos.

A expressão de modos de vida de uma parcela da população brasileira inserida em condições de miséria, escassez e precariedades remete, todavia a outras indagações. Poderia a pobreza econômica definir um determinado grupo social? Em outros termos, seria possível, através da pobreza econômica, classificar ou agrupar socialmente um determinado grupo? A experiência da pobreza econômica marca, evidentemente, a vida humana, conferindo ao indivíduo um mal-estar social, esse, por si só, um conceito consideravelmente subjetivo, visto incluir uma gama de carências ou ausências, como de bens materiais (alimentos, roupas, moradia), ou de acesso a lazer, assistência médica e hospitalar, escolas etc. Os critérios que definem o mal-estar social mudam consideravelmente segundo o contexto em que se faz presente. Geralmente, o que o determina é a impossibilidade de acesso a um conjunto de bens (materiais e simbólicos) que resulta da ausência de capital econômico (renda monetária).

Partindo do critério econômico, entende-se que ser pobre é situação transitória, pois ganhos de rendimento alterariam essa condição socioeconômica. Mas a pobreza é conceito relativo, dependendo de sob quais recortes ou grupos sociais se faz essa avaliação. Entre os mais pobres economicamente, a migração e a distância da família, dos amigos e do lugar de vida são indicativos de um tipo de pobreza. O isolamento no lugar de destino, a exploração no trabalho, a rejeição, a exclusão, as frágeis relações sociais na cidade grande, por outro lado, configuram um tipo de pobreza que afeta a autoestima e provoca sentimento de insegurança, vulnerabilidade, angústia, medo, impotência e frustração. Ou seja, mesmo que o indivíduo, migrando, tenha uma melhoria em suas condições de vida (condições materiais de

existência/capital material e monetário) e não seja mais considerado pobre pelos critérios econômicos do governo brasileiro, ele estará imerso em contextos onde se mantêm o mal-estar social e distintos tipos de pobreza, não necessariamente relacionados a carência de recursos.

Há que se considerar ainda que fatores como determinadas condições de habitação, ausência de um conjunto de necessidades básicas, baixo nível de renda e de educação formal podem ser considerados indicativos de pobreza para pessoas de classe média que vivem em grandes cidades, mas não necessariamente para as pessoas que os detêm. Em muitos contextos, os considerados pobres não estão preocupados com uma mudança em sua posição social e econômica, conformados que estão a esse modo de vida. Entre eles, entretanto, os jovens em geral compartilham visões de mundo de outros jovens, de classe média ou alta, e almejam cursar uma universidade (ou progredir nos estudos), ter um emprego estável e ganhar o respeito das pessoas com quem convivem. Os meios para atingir esses objetivos, porém, são por certo consideravelmente distintos entre os grupos.

Fechando esta parte do trabalho, reitera-se que o que dirigiu a pesquisa foi o interesse em escutar essa parcela da população, muitas vezes invisível, ignorada, sem voz, silenciada, estigmatizada, esses “pobres” ou esses “outros” que mesmo marcados por falta de recursos e um conjunto de privações, detêm uma riqueza de existência para além da falta de renda monetária / recursos econômicos.

**PARTE I: REGIÃO, LUGAR E SOCIEDADES RURAIS: OS
PROCESSOS SOCIAIS.**

2. ASSIMETRIAS REGIONAIS E POBREZA ECONÔMICA: BREVE GEOGRAFIA DAS DESIGUALDADES NO ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL.

“Sendo, se diz, que minha terra representa o elevado reservatório, a caixa-d’água, o coração branco, difluente, multivertente, que desprende e deixa, para tantas direções, formadas em caudais, as enormes vias: o São Francisco, o Paranaíba e o Grande que fazem o Paraná, o Jequitinhonha, o Doce, os afluentes para o Paranaíba, e ainda; — e que, desde a meninice de seus olhos-d’água, da discricção de brejos e minadouros, e desses monteses riachinhos com subterfúgios, Minas é a doadora plácida.

Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas”. Guimarães Rosa (1975, p.217).

O Estado de Minas Gerais é uma unidade da federação que reflete de forma considerável os problemas relativos à coesão econômica e social. Com uma área de 586.522,122 km² (a 4^o maior do país, ou quase equivalente à da França) e detendo a segunda maior população do país, com 19.595.309 habitantes (IBGE, 2010), abriga contrastes sociais e econômicos que evidenciam uma assimetria regional e o posicionam no cenário nacional como uma das unidades da federação mais heterogêneas do país (QUEIROZ, 2011). Contribuem para o quadro de desníveis regionais, entre outros fatores, a distribuição desigual da população mineira pelo seu território e também de infraestruturas sociais, especialmente escolas, universidades e hospitais, bem como os níveis de renda e de empregos formais e os índices sociais relativos à população pobre e miserável no conjunto da população.

O objetivo desse capítulo é apresentar a diversidade existente no Estado de Minas Gerais, mas centrando, sobretudo na segunda parte do texto, no que pode ser considerado a “Minas profunda”, ou seja, o Vale do Jequitinhonha, na parte nordeste do estado, mesorregião que apresenta de forma expressiva as desigualdades regionais existentes na referida unidade da federação brasileira.

Com uma dimensão continental, o Brasil detém desequilíbrios regionais que não se limitam às assimetrias entre as unidades da federação e, muitas vezes, ampliam-se no interior delas. No caso do Estado de Minas Gerais, há uma ambivalência que se expressa em duas mesorregiões: por um lado, a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, dinâmica, moderna e com grande peso no cenário econômico nacional; por outro, a do Vale do

Jequitinhonha, considerada já na década de 1970 como um dos piores lugares do mundo para o nascimento de uma criança (ONU, 1970), entre outros fatores, em decorrência dos baixos indicadores sociais, da carência de infraestrutura social (sobretudo escolas e hospitais) e dos altos índices de pobreza econômica.

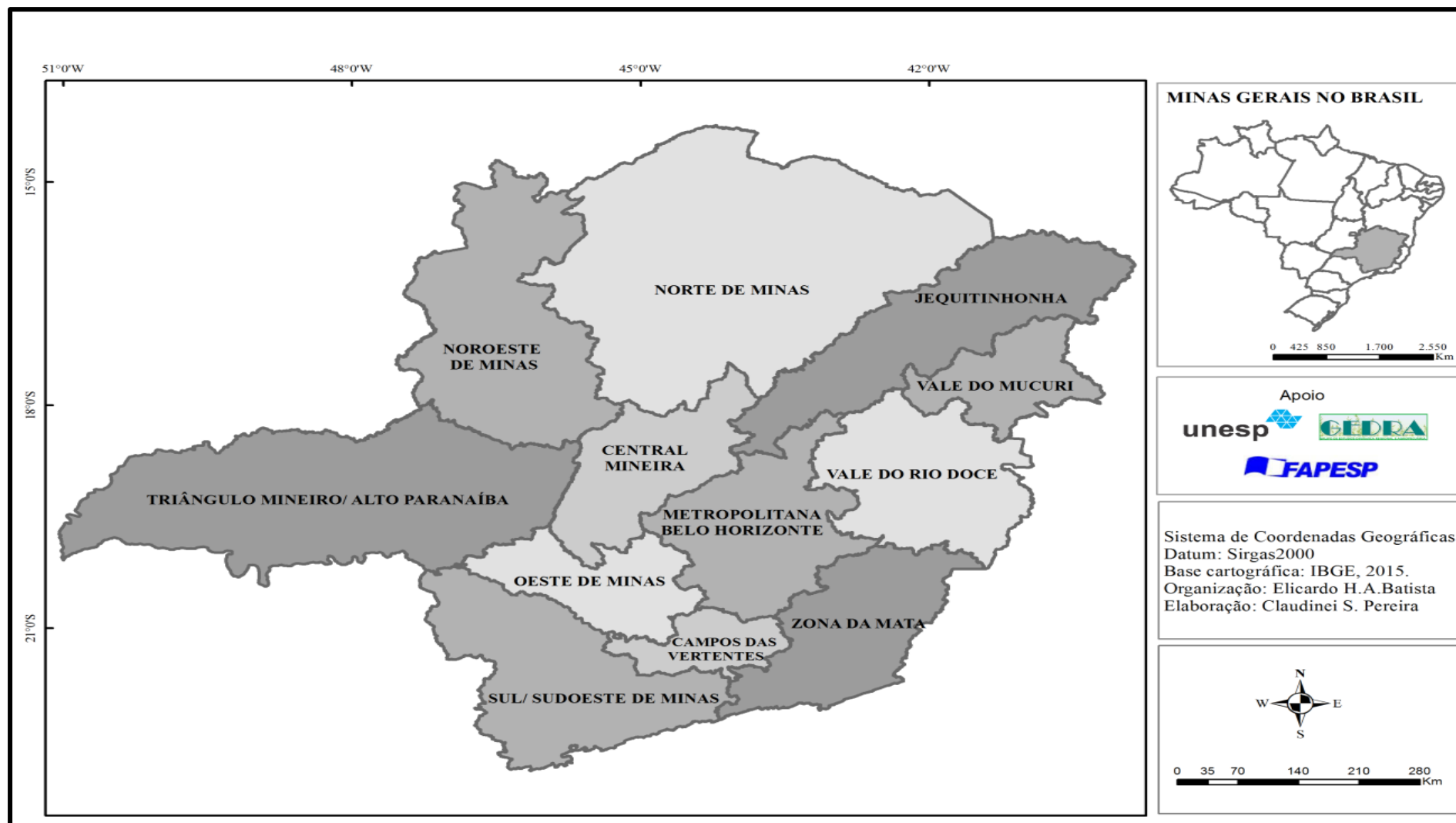
Os 853 municípios mineiros são agrupados pelo IBGE, para fins estatísticos, em 66 (sessenta e seis) microrregiões que, por sua vez, compõem 12 (doze) mesorregiões, assim descritas por esse órgão:

As microrregiões são um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma unidade da federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da sua produção e de sua integração. As mesorregiões são um conjunto de microrregiões também agrupadas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicação e de lugares como elementos de articulação espacial. (IBGE, 1990, p.9)

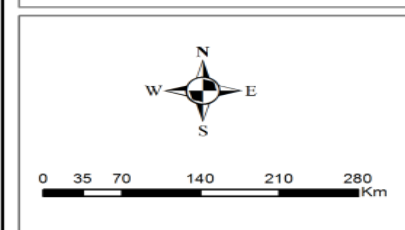
Os três aspectos referidos formam, em conjunto, o que se entende por mesorregião e define sua especificidade no espaço delimitado. Diferentemente dos municípios, que têm um forte significado político e administrativo, e cuja gestão requer, ou é desejável que se tenha, um profundo conhecimento de sua realidade social e econômica, as micro e mesorregiões, organizadas de acordo com suas especificidades, são utilizadas como base para o planejamento supramunicipal e estadual. Os dados a elas relativos, portanto, têm grande importância, na medida em que são utilizados para o planejamento, a elaboração e a implementação de políticas públicas de intervenção espacial.

Nesse tipo de regionalização, o IBGE considera e respeita os limites político-administrativos estaduais e municipais, baseando-se no conceito que entende a “organização do espaço” como distintas estruturas espaciais resultantes da dinâmica de uma sociedade sobre um suporte territorial (IBGE, 1990). Dessa forma, as unidades da federação foram definidas como universo de análise e, mediante processos analíticos, foram delimitadas as micro e mesorregiões. De acordo com os critérios do IBGE, o Estado de Minas Gerais foi dividido, como já citado, em 12 mesorregiões geográficas (Mapa 1) e 66 microrregiões geográficas.

Mapa 1: Mesorregiões Geográficas do Estado de Minas Gerais.



Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: Sirgas2000
 Base cartográfica: IBGE, 2015.
 Organização: Elicardo H.A.Batista
 Elaboração: Claudinei S. Pereira



Embora ao longo da história o estado tenha passado, desde o período colonial, por várias divisões espaciais (DINIZ; BATELLA, 2005), neste estudo, a opção é por apresentar ao leitor principalmente a regionalização proposta pelo IBGE, considerando sua importância para a compreensão dos dados relativos às distintas mesorregiões de Minas Gerais³², que serão apresentados neste tópico.

As 12 mesorregiões do Estado de Minas Gerais agrupam um total de 853 municípios e apresentam, em seu conjunto, uma grande diversidade geográfica, econômica e social. Tomando-se como indicador o Produto Interno Bruto (PIB), o que se percebe são pelo menos duas grandes subáreas: o norte e o nordeste, mais carentes, e uma parte sul, mais rica e dinâmica. Como exemplo, o Norte de Minas Gerais, região de 1,6 milhão de habitantes, possui um PIB de pouco mais de 7,5 bilhões de reais, menor que o de Uberlândia (município do Triângulo Mineiro), que tem uma população de 600 mil habitantes e um PIB próximo a 10 bilhões de reais (FJP, 2010).

O Norte e Nordeste de Minas Gerais caracterizam-se por aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais peculiares que os projetam no conjunto das sub-regiões mineiras como uma espécie de “Minas Nordestina”. Isso se explica, entre outras razões, pelo fato de apresentarem atraso econômico e carência social que remetem genericamente ao Nordeste brasileiro, incluindo-os na “região da seca”, área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Atravessando o estado no sentido norte-sul e passando pelo paralelo 18, portão simbólico de entrada no “sertão de Minas”, as distinções entre as duas porções ficam evidentes e reforça-se a afirmação permanente de que as “Minas são muitas”, pois no englobamento das mesorregiões em uma unidade da federação, o que se percebe são profundas alteridades e diferenciações regionais.

A grande parte norte do estado que engloba as mesorregiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri tem como características gerais fortes indicadores de pobreza, o destaque das atividades agrícolas na ocupação e na renda das famílias e o baixo peso do setor industrial na dinâmica do emprego e da renda regional, além da importância dos trabalhos formais na área dos serviços públicos, principalmente nas prefeituras locais. A parte

³² Ao longo da história, as principais regionalizações oficiais do Estado de Minas Gerais foram produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e pelo órgão estadual, a Fundação João Pinheiro (FJP), sobretudo as regiões fisiográficas, funcionais, micro e mesorregiões do IBGE e as regiões de planejamento e administrativas da Fundação João Pinheiro (FJP). Para um debate mais apurado sobre as distintas regionalizações, indica-se o texto “O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização”, de Diniz e Batella, publicado no ano de 2005.

norte do estado englobando as 3 mesorregiões, tem uma grande projeção midiática (escrita e televisionada) durante parte do ano por uma razão ambiental, tornada drama social, que se repete permanentemente na escala regional: as secas.

Nos períodos de estiagem, surge, na mídia televisionada e impressa, a imagem de uma gente pobre e desassistida, vivendo em condições materiais e sociais que colocam em questão a própria dignidade humana. Essa projeção midiática reforça no imaginário social brasileiro, a imagem de uma terra de pobreza nesta porção mineira.

Esse retrato social e econômico contrasta diametralmente com o dinamismo e a riqueza do agronegócio no Triângulo Mineiro, ou com a economia diversa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde está sediada a capital do estado.

Além da pobreza, da miséria e dos aglomerados de exclusão que caracterizam a grande parte norte do estado, há também uma considerável parcela de sua população que migra para as regiões mais dinâmicas do estado (Região Metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro e Sul de Minas) e para as grandes cidades, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília³³, onde assume postos de trabalho precários na construção civil (pedreiros), no comércio (caixas de supermercado) ou no serviço doméstico, configurando um processo social que remete a uma dupla condição de pobreza: na região de origem e na de destino. Nesse sentido, a porção norte do estado é também conhecida como terra dos migrantes precários do trabalho.

As disparidades observadas entre as mesorregiões mineiras são notadas também no interior das próprias sub-regiões. A questão da falta de coesão se amplifica, quando consideradas as diferenciações internas às próprias mesorregiões. Na sub-região norte, por exemplo, próxima a municípios altamente carentes de infraestrutura social, encontra-se Montes Claros, cidade que concentra indústrias, postos de trabalhos no setor de serviços e razoável infraestrutura social, sediando um conjunto de instituições públicas e privadas, entre elas, duas instituições de expressão nacional, a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e o Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais

³³ Esse tipo de mobilidade espacial relacionada a trabalhadores que assumem ocupações precárias refere-se apenas a um tipo de agentes sociais do fenômeno e, obviamente, não representa todos os tipos de mobilidade espacial, muito menos os significados distintos da mobilidade espacial de pessoas oriundas do Norte, do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. É importante ressaltar que essa exemplificação geral, relativa ao destino dos que migram e à sua inserção no mercado de trabalho nas localidades de destino, demonstra uma pequena parte da dinâmica populacional desses trabalhadores migrantes, ainda que esses destinos e essas ocupações tenham sido recorrentes na dinâmica migratória dessas pessoas, mesmo quando novos destinos, como Três Lagoas-MS, e outras ocupações, como nas siderúrgicas, têm surgido nas tramas das ocupações e destinos dos migrantes.

(UFMG)³⁴. Esta cidade, de porte médio regional, concentra também importantes unidades públicas e privadas de saúde, com hospitais que atendem populações do norte de Minas, Jequitinhonha e parte da Bahia³⁵. A diversidade de origem de pacientes pode ser expressão da ausência de determinadas infraestruturas sociais na escala regional, em decorrência das carências dos outros 89 municípios norte-mineiros, 23 municípios do Vale do Mucuri e 51 que compõem o Vale do Jequitinhonha, ainda que nessas mesorregiões haja municípios com boas infraestruturas sociais, tais como Diamantina (Vale do Jequitinhonha) ou Teófilo Otoni (Vale do Mucuri).

Considerando-se o contexto brasileiro, as assimetrias existentes entre as mesorregiões não são exclusividade do estado mineiro, ainda que nessa unidade da federação as grandes diferenças sociais, econômicas, culturais e ambientais apresentem-se de forma consideravelmente emblemática. Os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) do Estado de Minas Gerais encontram-se, em sua maioria, nos municípios localizados nas mesorregiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, com valores entre 0,568 a 0,707. Tomando novamente o Produto Interno Bruto (PIB) como indicador dessa assimetria regional, observa-se que, no ano 2001, as mesorregiões Noroeste, Norte e Jequitinhonha/Mucuri, que compõem 31% do território mineiro, respondiam por apenas 7% do PIB estadual. Por outro lado, as mesorregiões Central, Triângulo e Sul, ocupando um

³⁴ Das onze universidades federais existentes no Estado de Minas Gerais, apenas uma está realmente sediada na parte norte. Trata-se da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), instalada em Diamantina (Vale do Jequitinhonha), criada e ampliada em 2005, a partir da transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina em universidade, com campi localizados nas cidades de Janaúba (Norte de Minas); Unai (Noroeste de Minas); Capelinha, Araçuaí e Almenara (Vale do Jequitinhonha); Teófilo Otoni e Nanuque (Vale do Mucuri). O Instituto de Ciências Agrárias (ICA), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma unidade acadêmica instalada no Campus Regional de Montes Claros (Norte de Minas), com a oferta de alguns cursos de graduação, tais como Administração, Agronomia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Florestal e Zootecnia, e pós-graduação centrada nas necessidades do semiárido norte-mineiro.

³⁵ Mesmo que Montes Claros atraia um conjunto expressivo de migrantes em busca de trabalho, progresso nos estudos ou acesso a hospitais especializados, como o hospital dos olhos, historicamente, é mais comum que pessoas do Vale do Jequitinhonha e Mucuri tenham como destino a cidade de Belo Horizonte. Entretanto, um dos fatores que tem favorecido a migração de pessoas do nordeste de Minas Gerais para essa região é a existência de uma rede de transporte público que liga Montes Claros às cidades do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Obviamente, a ampliação da importância de Montes Claros na escala regional e do estado, em decorrência da oferta de postos de trabalhos e da infraestrutura ali existente, tem colocado o município na mira de migrantes. Ao mesmo tempo, em grande parte dos municípios mineiros localizados nas mesorregiões Vale do Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas, houve uma considerável diminuição da população residente no meio rural, sem aumentar, porém, ou impactar a população residente nas sedes de seus municípios, o que confirma a migração para outras regiões. Exemplificando, a população de Montes Claros cresceu de 102.117, na década de 1960, para 361.915, em 2010, segundo os Censos Demográficos do IBGE. Esse crescimento é resultado dos intensos fluxos migratórios para essa cidade, notadamente após a década de 1970. Entretanto, com o aumento populacional, ampliaram-se também a pobreza urbana e a exclusão social. Montes Claros, a cidade mais rica da parte norte do estado, detém índices altos de pobreza, como demonstram os 31,37% dos residentes na área urbana considerados como pobres economicamente (IBGE, 2010).

território consideravelmente menor, produziam 66% do PIB de Minas Gerais (ALEMG, 2001). A análise dos indicadores econômicos apresentados na Tabela 1 demonstra a grande diferença entre o PIB das mesorregiões Norte e do Jequitinhonha em relação às demais.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos das mesorregiões do Estado de Minas Gerais (2010)

Mesorregião	Área (km ²)	População hab. 2013	Densidade demográfica hab./m ²	PIB (milhões de R\$)	PIB per capita (Reais)	Cidade regional
Noroeste de Minas	62.381,061	385.045	6,2	8,186	22.050,44	Paracatu
Norte de Minas	128.454,108	1.686.913	13,1	16,456	10.106,66	Montes Claros
Jequitinhonha	50.143,249	725.358	14,5	5,100	7.259,64	Diamantina
Vale do Mucuri	20.080,657	398.126	19,8	3,508	9.086,06	Teófilo Otoni
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	90.545,534	2.274.420	25,1	63,507	29.052,14	Uberlândia
Central Mineira	32.751,901	432.668	13,2	6,250	14.970,26	Curvelo
Metropolitana de Belo Horizonte	39.486,678	6.578.179	166,6	174,508	27.550,76	Belo Horizonte
Vale do Rio Doce	41.809,873	1.690.428	30,4	22,438	13.730,75	Governador Valadares
Oeste de Minas	24.043,467	1.011.376	42,1	15,997	16.447,94	Divinópolis
Sul/Sudoeste de Minas	49.523,893	2.556.874	51,6	49,617	20.111,17	Poços de Caldas
Campo das Vertentes	12.563,667	581.224	46,3	7,753	13.823,93	Barbacena
Zona da Mata	35.747,729	2.272.725	63,6	30,230	13.772,55	Juiz de Fora

Fonte: Dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) e do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS).

Disponível no site do Ministério da Saúde: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>

Os grandes desníveis regionais relativos ao PIB e ao PIB *per capita* apontam o problema da coesão social e econômica, e isso se reflete em indicadores divergentes de desenvolvimento econômico e de condições de vida da população (NOGUEIRA JUNIOR, 2010; QUEIROZ *et alii*, 2010). Considerando suas condições sociais e econômicas, as

mesorregiões mineiras são classificadas por Queiroz *et alii* (2010) em três grandes grupos que refletem as disparidades regionais existentes no interior do estado: o primeiro, composto pelas mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, onde os indicadores apontam para uma população com melhor qualidade de vida; o segundo, que reúne as mesorregiões Noroeste de Minas, Central Mineira, Vale do Rio Doce, Campo das Vertentes e Zona da Mata, com níveis intermediários; e o terceiro, abrangendo as mesorregiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, onde se encontram os piores indicadores sociais.

Quando se avalia qualquer indicador para medir a qualidade ou condições de vida da população, como por exemplo, acesso a infraestruturas sociais (hospitais, instituições de ensino, do infantil ao superior), escolaridade da população, alimentação, esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, mercado de trabalho ou infraestrutura para idosos, entre outros, a configuração é sempre a mesma: num extremo, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas; no outro, o Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Apesar dos vários aspectos que as diferem, este estudo foca um ponto que é um drama consideravelmente presente na realidade brasileira e no Estado de Minas Gerais: a questão da pobreza.

A identificação da população considerada pobre economicamente envolve a medição de determinados níveis de bem-estar numa sociedade. No entanto, o conceito *pobreza* não comporta uma definição única.

O indicador renda (e sua insuficiência) é a abordagem mais utilizada para a medição do que se entende por pobreza. Entretanto, é largamente defendido por pesquisadores do campo acadêmico e técnico que níveis de bem-estar não estão necessariamente atrelados a níveis de renda. Se há distintos tipos de pobreza, para além da renda, essa escolha metodológica tem sua relevância na medida em que possibilita conhecer situações de pobreza associadas a condições mínimas de consumo.

A partir de uma perspectiva unidimensional, é possível também comparar a insuficiência de renda em distintas realidades ou regiões. Mesmo que se entenda não haver uma relação unívoca entre condições de vida/bem-estar e níveis de renda do indivíduo ou do grupo familiar, é evidente que contar com uma renda é fundamental para o acesso a bens e serviços e para a satisfação das necessidades básicas no âmbito do consumo privado, como por exemplo, alimentação e vestuário.

A insuficiência de renda, portanto, foi o indicador selecionado para tratar do fenômeno social da pobreza e de sua expressão nas diferentes mesorregiões do Estado de Minas Gerais, a partir da distribuição espacial da população pobre entre as doze mesorregiões.

Para determinar a população em situação de pobreza, tendo como abordagem o indicador selecionado, usa-se o critério da linha de pobreza, uma vez ser ela a principal ferramenta utilizada pelos órgãos oficiais responsáveis por tais levantamentos. A linha de pobreza é um indicador monetário que separa a população em pobres e não pobres, em conformidade com os níveis de renda familiar (ROCHA, 2006). Populações com renda abaixo da linha da pobreza, ou com nenhuma renda, além de ter determinado rendimento (ou nenhum), detêm a condição de não poder satisfazer suas necessidades de consumo consideradas mínimas, como por exemplo, os aspectos relativos a alimentação e a um padrão de vida digno.

Os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disponibilizam informações sobre a população brasileira pobre em todos os municípios, considerando os dados empíricos dos anos de 1991, 2000 e 2010. Na publicação de 2013, a partir de dados de 2010 e considerando os valores correntes em agosto deste ano, uma renda no valor de R\$ 140,00 mensais é a que estabelece a linha de pobreza para classificar a população em situação de pobreza³⁶.

De acordo com as informações metodológicas do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, os dados sobre a população pobre dos municípios brasileiros não são apresentados pelo número absoluto de indivíduos, mas em termos relativos à proporção da população que sobrevive em domicílios particulares permanentes. Dessa forma, o número de indivíduos que vivem em situação de pobreza é obtido com base na proporção entre a população pobre nos municípios e o total da população que vive em domicílios particulares permanentes.

Resumindo, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) entende por populações pobres, indivíduos com renda familiar *per capita* inferior à linha de pobreza (R\$140,00 mensais), e os dados apresentados são baseados no universo de indivíduos que vivem em domicílios particulares permanentes, excluindo os residentes em domicílios coletivos, tais como pensões, hotéis, prisões, quartéis, hospitais (PNUD; IPEA; FJP, 2013). A

³⁶ Essa explicação metodológica é importante na medida em que este valor é adotado como padrão, mas o valor da linha de pobreza de 2010 é ajustado referente aos anos de 1991 e 2000 considerando a inflação do período.

tabela 2 apresenta a dimensão quantitativa da pobreza nas distintas mesorregiões, considerando os residentes em domicílios particulares permanentes.

Tabela 2: Porcentagem de populações pobres nas distintas mesorregiões mineiras (1991, 2000 e 2010)

Mesorregião	1991	2000	2010
Noroeste de Minas	51%	30%	13%
Norte de Minas	67%	51%	27%
Jequitinhonha	72%	57%	31%
Vale do Mucuri	66%	50%	27%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	24%	13%	4%
Central Mineira	45%	24%	10%
Metropolitana de Belo Horizonte	29%	18%	7%
Vale do Rio Doce	53%	34%	16%
Oeste de Minas	37%	15%	5%
Sul/Sudoeste de Minas	34%	16%	7%
Campo das Vertentes	45%	25%	11%
Zona da Mata	47%	25%	12%

Fonte: Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Os indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) apontam para uma maior expressão da pobreza nos domicílios permanentes localizados nas mesorregiões do Norte, Jequitinhonha e Mucuri, situação que se manteve em três distintos recortes temporais (1991, 2000 e 2010). Por outro lado, os números revelam uma mudança altamente positiva: uma considerável redução da população em situação de pobreza em todas as mesorregiões mineiras. Nesse caso, o Estado de Minas Gerais segue a tendência do que ocorreu em todo o país, quando entre 2001 e 2012, houve uma redução de 75% da extrema pobreza, considerando as pessoas que vivem com menos de um dólar/dia, e de 65% da pobreza, considerando as pessoas que vivem com menos de dois dólares/dia.

Em Minas Gerais, entre os anos de 1991 e 2000, o número de indivíduos em situação de pobreza foi reduzido de um total de 6,3 milhões para 4,3 milhões e, entre 2000 e 2010, essa redução foi ainda mais expressiva, com a permanência de 2,1 milhões de pessoas inseridas

nessa faixa. Em termos relativos, a população mineira pobre vivendo abaixo da linha de pobreza foi reduzida de 41%, no ano de 1991, para 11%, no ano de 2010. A redução da pobreza em Minas Gerais, e também no conjunto do país, pode ser explicada, entre outros motivos, pelas mudanças demográficas favoráveis, principalmente em relação a um maior planejamento familiar e à redução dos números de corresidentes, bem como pela implantação de políticas públicas (previdenciária e assistencial), com destaque para uma política de transferência direta de renda, o Programa Bolsa Família (PBF).

A partir da aplicação dessas políticas públicas nas escalas mesorregionais, mas que impactam na escala micro, como, por exemplo, no orçamento doméstico, e considerando que embora os critérios para definição de pobreza (menos de dois dólares/dia) e extrema pobreza (menos de um dólar/dia) adotados no país sigam padrões internacionais, são valores extremamente baixos, o que se percebeu no caso de Minas Gerais foi o declínio no número de pobres nas doze mesorregiões do estado. Se a contribuição das mesorregiões para totalizar o número dos pobres é desigual, chama a atenção a expressiva diminuição de pessoas que detêm essa condição na mesorregião mais pobre do estado, o Jequitinhonha, cujo percentual caiu de 72%, em 1991, para 31%, em 2010. Entretanto, foram as mesorregiões da Zona da Mata, Metropolitana de Belo Horizonte, Sul/Sudoeste de Minas e Vale do Rio Doce que mais contribuíram para a diminuição do número de pobres no conjunto do estado, conforme apontam os dados da tabela 3.

Tabela 3: Redução no tamanho da população vivendo abaixo da linha de pobreza

Mesorregião	Redução da pobreza entre 1991-2000	Contribuição para redução da pobreza entre 1991-2000 para o conjunto do estado	Redução da pobreza entre 2000-2010	Contribuição para redução da pobreza entre 2000-2010 para o conjunto do estado
Noroeste de Minas	-54.285	2,7%	-50.550	2,3%
Norte de Minas	-145.513	7,3%	-330.170	14,7%
Jequitinhonha	-83.645	4,2%	-167.253	7,5%
Vale do Mucuri	-70.468	3,5%	-83.502	3,7%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	-142.369	7,1%	-150.590	6,7%
Central Mineira	-64.052	3,2%	-52.248	2,3%
Metropolitana de Belo Horizonte	-314.064	15,7%	-577.802	25,8%
Vale do Rio Doce	-249.093	12,5%	-258.303	11,5%

Oeste de Minas	-145.029	7,3%	-75.012	3,4%
Sul/Sudoeste de Minas	-294.871	14,8%	-185.957	8,3%
Campo das Vertentes	-81.202	4,1%	-68.001	3,0%
Zona da Mata	-352.793	17,7%	-239.148	10,7%

Fonte: Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Os indicadores apontam que a redução da pobreza ocorre de modo desigual nas diferentes regiões, sendo mais expressiva nas mesorregiões Noroeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira, Oeste de Minas e Campo das Vertentes, e menos relevante nas mesorregiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Entre 2000 e 2010, 2,2 milhões de pessoas, no conjunto do estado, deixaram de ser inseridas na faixa de pobreza.

As mesorregiões, Zona da Mata, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce e Norte de Minas foram as que mais contribuíram para a redução da pobreza, com um número superior a 230 mil pessoas. A queda no número de pessoas que se encontravam abaixo da linha da pobreza foi superior a 40% em todas as 12 mesorregiões (tabela 4), entretanto, os menores percentuais de redução da população pobre referem-se às mesorregiões do Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Se ocorreu um declínio generalizado da pobreza no Estado de Minas Gerais, a distribuição da pobreza permaneceu apresentando expressivas diferenças mesorregionais, concentrando-se sobretudo no Norte, Nordeste (Vale do Jequitinhonha) e Vale do Mucuri.

Tabela 4: Distribuição relativa da população total e pobre conforme as mesorregiões nos períodos 1991-2000 e 2000-2010.

	População total	População total	População total	População pobre	População pobre	População pobre
Noroeste de Minas	1,9%	1,8%	1,9%	2,4%	2,2%	2,2%
Norte de Minas	8,6%	8,3%	8,2%	14,2%	17,3%	20,0%
Jequitinhonha	4,2%	3,8%	3,6%	7,3%	8,8%	10,1%
Vale do Mucuri	2,5%	2,1%	2,0%	4,0%	4,3%	4,9%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	10,1%	10,5%	10,9%	6,0%	5,5%	4,3%
Central Mineira	2,2%	2,1%	2,1%	2,4%	2,1%	1,8%

Metropolitana de Belo Horizonte	29,2%	31,2%	31,8%	20,5%	22,7%	19,4%
Vale do Rio Doce	9,3%	8,6%	8,3%	12,0%	11,8%	12,1%
Oeste de Minas	4,6%	4,7%	4,9%	4,2%	2,8%	2,2%
Sul/Sudoeste de Minas	12,5%	12,6%	12,4%	10,2%	8,2%	8,0%
Campo das Vertentes	2,9%	2,9%	2,8%	3,3%	2,9%	2,7%
Zona da Mata	11,8%	11,4%	11,1%	13,4%	11,5%	12,3%

Fonte: Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

A população pobre do Estado de Minas Gerais está concentrada principalmente em cinco mesorregiões: Zona da Mata, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Jequitinhonha e Norte de Minas. Juntas, agrupam aproximadamente 70% da população vivendo abaixo da linha de pobreza no estado. Cada uma, porém, tem parcela distinta na composição da população total. Na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte encontra-se grande parte da pobreza do estado, mas é ela também que contribui significativamente para a população total do estado, o que não acontece nas demais, Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Jequitinhonha e Norte de Minas. Em outros termos, a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte reúne 1/3 da população do estado, mas é local de residência de apenas um 1/5 da população pobre. Por outro lado, as mesorregiões Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Jequitinhonha e Norte de Minas concentram também 1/3 da população total do estado, mas metade da população de pobres. As demais mesorregiões completam o total da população, mas menor proporção de pobres.

É visível, portanto, que embora haja pessoas vivendo em situações de pobreza ou abaixo da linha da pobreza em todas as mesorregiões mineiras, o fenômeno se expressa mais intensamente em algumas delas. Em 1991, nas três mesorregiões, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, mais de 65% da população vivia em condições de pobreza. Em 2010, apesar de manterem os maiores níveis de pobreza regional, seus indicadores apontam para um índice de 30% de pobres. Esse é uma das razões por que são consideradas “regiões da pobreza”.

A produção de tipologias a partir das diferenciações regionais é um trabalho complexo. Entretanto, apoiar-se no critério de pobreza para definir uma região parece não ser a melhor medida, considerando que esse fenômeno não se restringe a uma determinada região do mundo, do Brasil ou do próprio Estado de Minas Gerais. Parece igualmente não ser

possível estabelecer fronteiras, diferenciações ou especificidades de determinadas áreas geográficas considerando as desigualdades no acesso à renda, ainda que algumas regiões sejam constructos sociais baseados na ideia de áreas estagnadas e pobres, como por exemplo o Vale do Jequitinhonha, ou o “Vale da pobreza”. Da mesma forma, também não é possível definir sociológica ou geograficamente um grupo social a partir da ideia de pobreza econômica ou da combinação de um ou vários recortes de rendimentos.

2.1. Região da pobreza? Vale do Jequitinhonha, caracterização do ambiente social e econômico

O Vale do Jequitinhonha expressa a diversidade e a desigualdade que caracterizam o Estado de Minas Gerais, ocupando, no conjunto das mesorregiões, a posição de “região da pobreza”, tão alardeada nos diagnósticos estatais e nos meios de comunicação, que a tornam nacionalmente conhecida pela miséria do povo ali residente, atribuindo-lhe uma imagem negativa, construída principalmente a partir da década de 1970 (SOUZA, 2010).

Essa visão negativa sobre a região tinha como proposta denunciar os graves problemas referentes às assimetrias existentes no Brasil e, de forma mais específica, no Estado de Minas Gerais. O Jequitinhonha se assemelhava, na década de 1970, ao nordeste brasileiro, pois a região era também marcada pela ausência de infraestruturas sociais (em especial escolas e hospitais), pela desigualdade social, pelas secas, e pela migração de seu povo como alternativa de fuga da miséria e da fome. Essa imagem foi projetada em nível nacional e, desde então, tem estigmatizado toda a região e até mesmo afetado a autoestima e a autoimagem das populações que nela residem.

O que se entende por Vale do Jequitinhonha tem diferentes recortes cujas fronteiras possuem distintos limites estabelecidos por agências governamentais ou não governamentais públicas ou privadas. Não existe uma definição precisa do que se entende por Vale do Jequitinhonha. O que existe são distintos vales definidos a partir dos agentes que atuam neste recorte espacial do país. Nesse sentido, até mesmo os pesquisadores ligados aos centros de pesquisa de distintas universidades brasileiras definem o que se entende por Vale do Jequitinhonha, ou seja, um recorte regional.

O Vale do Jequitinhonha é uma região de planejamento do Estado de Minas Gerais, ou uma mesorregião definida pelo IBGE, considerada, no imaginário social brasileiro, a terra da pobreza/“vale da miséria”, de onde se originam fluxos populacionais de um tipo de mão de

obra, os migrantes temporários, que saem de suas localidades de origem com o intuito de trabalhar no corte de cana-de-açúcar, sobretudo no interior do Estado de São Paulo³⁷. Esses dois fenômenos sociais e econômicos são utilizados quase que como adjetivação para essa determinada realidade. Woortmann (1990), em pesquisas sobre o meio rural sergipano, afirma que os camponeses, além de produzir alimentos, produzem também migrantes. O mesmo poderia ser dito para caracterizar o Vale do Jequitinhonha: uma região com forte peso nas atividades agrícolas e produtora de potenciais migrantes, definida muitas vezes como a “Minas Nordestina”, ou seja, a parte mais ao norte do estado, componente da antiga área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A literatura sobre a região divide o Vale do Jequitinhonha, seguindo o curso do rio homônimo, em três partes – alto, médio e baixo Jequitinhonha – as duas primeiras, em território mineiro, e o baixo Jequitinhonha já em terras baianas. Dessa forma, o que se percebe são distintos recortes regionais e sub-regionais para dar conta de apreender as grandes diferenciações internas do Vale do Jequitinhonha, seja sob a perspectiva de uma região baseada em uma bacia hidrográfica, seja do ponto de vista governamental (do IBGE e FJP) ou, ainda, uma região identitária.

Ao longo do tempo, diferentes demarcações foram estabelecidas para identificar o Vale do Jequitinhonha:

I - Criação do chamado Vale do Jequitinhonha oficial, delimitado em 1966 como área de atuação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), entidade criada em 1964, que tinha como objetivo principal promover o desenvolvimento da referida região. Tal iniciativa foi entendida como a redescoberta de uma porção esquecida de Minas Gerais.

³⁷ Essa visão generalista impregnada no imaginário social brasileiro tem fundamento empírico, mas obviamente trata-se de um processo social que não é exclusivo do nordeste do Estado de Minas Gerais. A pobreza econômica e as assimetrias regionais são recorrentes nas mais diversas unidades da federação no Brasil. A mobilidade espacial dos cortadores de cana-de-açúcar é apenas um dos muitos tipos de migração. Há tipos diversos de mobilidade espacial (migração) na própria região do Vale do Jequitinhonha e com diferentes significados para os agentes envolvidos no processo. A inserção dos que saem (ou migram) no mercado de trabalho no local de destino é consideravelmente mais complexa, ainda que o corte de cana-de-açúcar seja uma alternativa muito recorrente para grande parte de trabalhadores oriundos principalmente dos estados do nordeste do Brasil e das partes norte e nordeste de Minas Gerais, aos quais se juntam, porém, outros trabalhadores com origens geográficas muito distintas. Se há tipos diversos de mobilidade espacial, seus significados também diferem, definidos a partir de um conjunto de capitais (sociais, culturais, econômico etc.) que o ser migrante dispõe previamente ao processo de deslocamento espacial.

II - Subdivisão do Vale do Jequitinhonha em microrregiões geográficas que, em 1990, eram conhecidas como microrregiões homogêneas (MRH³⁸): Alto Rio Pardo, Mineradora do Alto Jequitinhonha, Pastoril de Pedra Azul, Pastoril de Almenara e Mineradora de Diamantina.

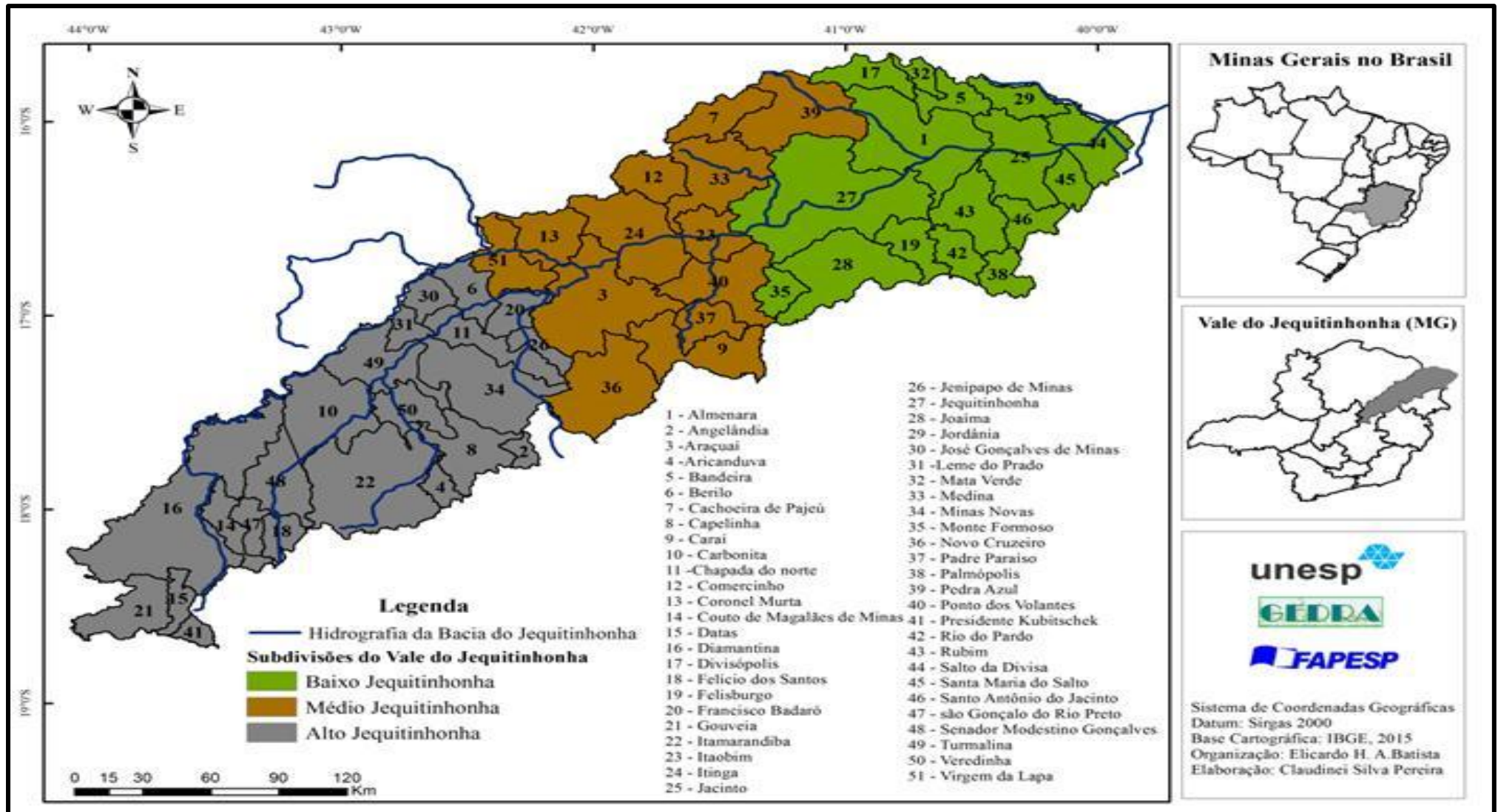
III - Criação de 10 regiões de planejamento para o Estado de Minas Gerais, na década de 1990 (Lei 1.590 de 26/08/93), nas quais foram agrupados os municípios mineiros: Central (I), Mata (II), Sul de Minas (III), Triângulo (IV), Alto Paranaíba (V), Centro-Oeste de Minas (VI), Noroeste (VII), Norte de Minas (VIII), **Jequitinhonha/Mucuri (IX)** e Rio Doce (X).

IV - Criação da mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (MESOVALES), em 1999, pelo Ministério da Integração Nacional, com o propósito de promoção de políticas de desenvolvimento regional em áreas de fronteiras. Ocupa uma área de aproximadamente 106 mil km², na porção nordeste do Estado de Minas Gerais, no norte do Espírito Santo e no extremo sul da Bahia, onde vivem quase dois milhões de pessoas distribuídas em 105 municípios, agrupados em 10 microrregiões: Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina, Nanuque, Pedra Azul e Teófilo Otoni, em Minas Gerais; Montanha e São Mateus, no Espírito Santo; e a Microrregião de Porto Seguro, na Bahia.

V- Criação das 12 mesorregiões mineiras do IBGE (1990): Campo das Vertentes, Central Mineira, **Jequitinhonha** (mapa 2), Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata.

³⁸ Até 1990, o IBGE utilizava a denominação microrregiões homogêneas (MRH). A partir de 1990, passa a adotar a denominação microrregiões geográficas. Para o IBGE, as mesorregiões correspondiam a áreas individualizadas, em uma unidade da federação, que apresentava formas de organização do espaço geográfico definidas pelos seguintes critérios: o processo social como determinante, um quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elementos de articulação espacial. Estas três dimensões eram entendidas como critérios que possibilitavam delimitar o espaço como uma mesorregião que tinha uma identidade regional. As microrregiões eram definidas como parte dessas mesorregiões. Entre os principais critérios para definir as microrregiões, estavam as estruturas de produção (estrutura de produção primária baseada na utilização da terra, orientação da agricultura, estrutura dimensional dos estabelecimentos, relação de produção, nível tecnológico e emprego de capital e grau de diversificação da estrutura agropecuária e a estrutura da produção industrial) e a interação regional, considerando sobretudo as áreas de influência dos centros sub-regionais e os centros de zona (...) “enquanto elementos articulares dos processos de coleta, beneficiamento e expedição de produtos rurais, de distribuição de bens e serviços ao campo e a outras cidades” (IBGE, 1990, p.09).

Mapa 2: Vale do Jequitinhonha e seus municípios



Além desses distintos recortes regionais, é importante ressaltar que o Vale do Jequitinhonha apresenta diferenças internas definidas a partir de sua formação socioeconômica e histórica. No Alto Jequitinhonha, a ocupação do território se deu, sobretudo em decorrência da mineração de ouro e diamante, com a chegada dos bandeirantes paulistas às “minas dos matos gerais”, na parte final do século XVII. Já a parte do médio Jequitinhonha (Serro, Diamantina, Itacambira e Minas Novas) e sua porção localizada mais ao norte do estado (Rio Pardo de Minas e Salinas) foram ocupadas a partir do início do século XVIII. As pesquisas históricas indicam que a ocupação do Baixo Jequitinhonha ocorreu com um século de diferença, em decorrência principalmente do lento processo de avanço da pecuária para o norte e nordeste do estado. É a chamada “sociedade do couro” mineira. Apenas no início do século XIX, com a abertura do Rio Jequitinhonha para a navegação, é que o baixo Jequitinhonha (Pedra Azul, Jequitinhonha, Almenara e Salto da Divisa) passa a compor a história do Estado de Minas Gerais.

Ao longo do século XX, a economia do Vale do Jequitinhonha permaneceu centrada nas atividades agrícolas. O cultivo de eucalipto passou a ter grande presença na ocupação das terras do Vale e a mineração tradicional concentrou-se no Alto Jequitinhonha. No baixo Jequitinhonha, predomina a pecuária e, no médio, mesclam-se a agricultura, a pecuária e a mineração, inclusive com novos tipos de exploração, como a de grafite, lítio e granito, no eixo Araçuaí, Pedra Azul e Medina.

No âmbito social, o Vale do Jequitinhonha é descrito com ambivalência: à miséria, à pobreza, ao abandono e à estagnação, apresentados nos trabalhos acadêmicos, contrapõe-se a riqueza em termos culturais, expressa no artesanato (sobretudo de barro e madeira), na música e nas festas sagradas e profanas. Entretanto, oficialmente, a região, como uma marca das assimetrias econômicas sociais no estado, passa a representar uma porção de Minas Gerais caracterizada por altos índices de pobreza, estagnação econômica histórica, por um baixo dinamismo econômico e social e intensos movimentos migratórios (RIBEIRO; GALIZONI, 1998 e 2000), assumindo uma posição desfavorável em relação às outras regiões de planejamento. Devido a esses fatores, desde a década de 1970, tem sido local de experiência de políticas públicas com o objetivo de promover o seu desenvolvimento.

O Vale do Jequitinhonha, como região distante dos grandes centros urbanos do Estado de Minas Gerais e do país, carrega em si pelo menos quatro grandes características, descritas por Sevilha (2012), que as entende como um conjunto de significados com valorações negativas:

1. Região tipicamente rural, oposta ao “urbano etnocêntrico”. Nesse sentido, é vista como um resíduo do atraso, a ser superado pelo desenvolvimento e pelo progresso.
2. Região inserida (em parte) no semiárido nordestino brasileiro, por isso também é o sertão, “(...) estigmatizado negativamente (por uma característica natural) enquanto área a ser dominada, transformada e agregada” (SEVILHA, 2012, p.39).
3. Região interiorana, que traz em si um conjunto de valorações sociais construídas a partir do processo de ocupação territorial brasileiro que tem como um dos seus pontos centrais a litoralização do poder político em detrimento do interior do país (em grande medida estruturado mediante ações das elites oligárquicas regionais). Interior e litoral, espaços antagônicos e desarticulados, mas elementos de um mesmo sistema econômico, político e cultural.

A construção social de estigmas regionais no Brasil é entendida como parte de um sistema arquitetado mediante alianças entre elites regionais (poderes regionais) e centrais com o objetivo de expropriar as potencialidades regionais (humanas e naturais) para atender projetos políticos de interesse de uns poucos (OLIVEIRA, 1987; CASTRO, 1992).

Essa região “inventada” a partir da descoberta de sua pobreza econômica na década de 1970 e, simultaneamente “(...) do discurso de sua superação, produzido e articulado, em especial pelo Estado. Discursa-se sobre o fim da pobreza regional, mas não sobre o modelo socioespacial produtor de tais condições” (SEVILHA, 2012, p.39);

4. Região que carrega o estigma da miséria. Na década de 1970, o Vale do Jequitinhonha era conhecido como o “vale da miséria”, denominação cunhada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que permanece sendo utilizada para definir a região.

Em síntese, pobreza, miséria, sertão, sertanejo, atraso e povo avesso ao progresso passam a qualificar uma região marcada por conotações negativas.

O Vale do Jequitinhonha, como uma região produzida a partir da criação da CODEVALE, é descoberta como uma porção de Minas Gerais e divulgada principalmente por sua pobreza. Os agentes políticos, inseridos na região, delimitada como Vale do Jequitinhonha ou não, “constroem o discurso em torno da ideia de superação de sua miséria, angariando adeptos, apoiadores e, em especial, votos a partir da tão proclamada “redenção do Vale” (SEVILHA, 2012, p.42), que passa a ser conhecido como o “Vale da Miséria”, o “Vale da Fome”, o “Vale da Morte”, denominações apoiadas nos indicadores sociais e econômicos em contextos em que se discursa sobre o fim da pobreza regional, mas não sobre o modelo socioespacial produtor de tais condições” (SEVILHA, 2012, p.39).

Essa nova realidade, no entanto, começa a atrair a atenção de diferentes agentes (políticos, midiáticos, pesquisadores etc.), que procuram entender os fenômenos sociais que ali têm lugar. Apesar de ser uma região com uma bacia marcada por distintos ecossistemas (cerrado, caatinga e mata atlântica) e com uma grande diversidade social, econômica e cultural, é vista, pelos “de fora”, como palco da pobreza econômica, da seca, dos migrantes pobres e da exclusão. Esse retrato do Vale estereotipa as pessoas e impregna na região características que homogeneízam uma determinada realidade.

Cabe aqui indagar qual é o interesse em perpetuar na mídia (impressa e televisionada) a imagem do Vale do Jequitinhonha como uma região da pobreza. Segundo Sevilha, uma das questões centrais é que:

O discurso da “pobreza jequitinhonhense” se torna alicerce na história da região para duas racionalidades e práticas a partir delas. Uma é construída por alguns grupos socioeconômicos (não apenas da região) que, a partir do discurso regional, angariam recursos governamentais para investimentos, por vezes em forma de isenção via Estado, em empreendimentos produtivos. Outra, construída a partir dos interesses desses grupos (e utilizadas por eles estrategicamente), caracterizada pela produção de uma baixa estima social, pessoal e coletiva na “população regional” (das populações locais), que legitima projetos de intervenção desenvolvidos de “cima para baixo”. (SEVILHA, 2012, p.42)

A construção de uma região e suas imagens projetadas em nível nacional são geralmente produzida pelos outros. O Vale do Jequitinhonha pode ser visto e identificado, conforme o agente, como uma bacia hidrográfica (do rio Jequitinhonha), uma região estatal (da CODEVALE) ou, ainda, como uma região identitária, onde tem lugar um movimento cultural expressivo. Esta é a visão de artistas e militantes socioculturais que propõem outra representação que não seja a pobreza e a miséria, para além de um olhar economicista, com outros significados e outras conotações.

A celebração da cultura popular e da identidade do Vale do Jequitinhonha tenta apresentar outro olhar sobre a região. Vista como uma região extremamente diversificada, tanto pelo histórico de ocupação, quanto pelas características geográficas e atividades econômicas existentes (SOUZA, 2010), há movimentos culturais que entendem sua diversidade, mas reconhecem como elementos comuns as influências dos negros, a religiosidade popular, o artesanato (de madeira e barro), a produção para o autoconsumo e as formas de sociabilidade comunal. As diversas expressões da arte popular passam a representar um modelo de vida e resistência, e constituem também um forte componente para que a própria região possa ser reconhecida, nascendo assim uma região com uma identidade cultural. As manifestações culturais do Vale, como, por exemplo, o FESTIVALE, mobilizam

os agentes sociais locais (e os de “fora”) para apresentar a riqueza das expressões artísticas ali existentes.

Diante dessas diferentes representações, outras indagações se apresentam: seria possível propor uma diferenciação socioespacial considerando apenas a pobreza econômica? Em que medida a pobreza econômica apresenta especificidades regionais? E de forma mais específica, é possível tratar uma região homogeneamente como pobre sem considerar as diversidades regionais? Até que ponto os “projetos de desenvolvimento” ampliar a pobreza no âmbito da região?

Entretanto, há quatro fenômenos que marcam consideravelmente os processos existentes no Vale do Jequitinhonha, sobretudo na década de 1970, que contribuíram consideravelmente para sua forma sócioespacial. Trata-se da chegada de “projetos de desenvolvimento” com a justificativa do “desenvolvimento” do Vale e um forte fenômeno regional que se refere a uma sociedade em movimento através dos processos migratórios, as chegadas e partidas.

2.2. Mobilidade espacial no Vale do Jequitinhonha: uma sociedade em movimento

A mobilidade espacial, com suas distintas tipologias (temporária e definitiva) ou temporalidades (mais curtas ou mais longas), sempre foi um fenômeno presente nas estratégias de reprodução social de famílias e indivíduos do Vale do Jequitinhonha. Historicamente, o Vale do Jequitinhonha caracteriza-se como uma região mineira de emigração, representada pela grande perda “líquida” de sua população, sobretudo a partir da década de 1960. No período entre 1970 e 1980, o Vale sofreu uma perda populacional de cerca de 266 mil pessoas, o equivalente a um terço da população recenseada em 1980 (MEDEIROS SILVA, 1986).

Todas as famílias conhecidas durante o período de desenvolvimento da pesquisa de campo, independentemente de suas diferentes condições econômicas, sociais e culturais, tinham um elemento comum, que é parte constitutiva da dinâmica dessas populações: a migração de membros do grupo familiar, de vizinhos e/ou parentes. No entanto, não foi e não parece ser possível estabelecer uma relação entre pobreza econômica e migração. Pessoas oriundas de famílias com boas condições materiais de existência migravam da mesma forma que os mais pobres, ainda que sua partida tivesse significados muito distintos. Jovens de

classe média migravam para a progressão nos estudos em outras regiões brasileiras, ou até mesmo no exterior, sobretudo Inglaterra e Portugal.

Entre os mais pobres, é muito mais comum à migração de trabalhadores, ou a migração campo-cidade pela impossibilidade da permanência, dentre eles, devido à seca, ou a expulsão de seus locais de morada.

Há uma afirmação recorrente nos estudos sobre dinâmicas migratórias que atribui ao mercado de trabalho e à questão da renda um papel definidor na opção pela migrar, e isso está atrelado aos desequilíbrios regionais dos fatores de produção e o dinamismo do mercado de trabalho. Mas, na experiência do Vale do Jequitinhonha, a migração não está relacionada apenas a esses dois fatores: renda e trabalho, elementos que são particulares do Vale do Jequitinhonha, mas também esta presente na dinâmica migratório daquela região. Se esses elementos estão presentes na escolha pela partida e são fatores propulsores da mobilidade espacial, há outros que interferem nesse processo, como por exemplo, o que move mulheres e homens homossexuais, marginalizados numa sociedade machista patriarcal. Preferem migrar como escolha ou possibilidade de viverem com maior liberdade. São casos em que a migração não tem como motivo a busca de emprego e rendimentos, ainda que ambos sejam fundamentais para a permanência dessas pessoas nos locais de destino, principalmente no caso dos que trocam o Brasil por países da União Europeia.

No Vale do Jequitinhonha, é possível perceber algumas regularidades empíricas sobre a mobilidade espacial: I- forte mobilidade de trabalhadores temporários, sobretudo homens jovens e com baixa escolaridade; II- forte mobilidade espacial de jovens (mulheres e homens) com idades entre 17 a 35 anos, com diferentes condições materiais de existência; III- forte migração de jovens de classe média para a progressão nos estudos, tendo como destino principalmente Diamantina (MG), Teófilo Otoni (MG) e Belo Horizonte (MG), no Brasil, bem como Alemanha, Estados Unidos, Canadá e Itália, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras do Governo Federal Brasileiro; IV- migração de famílias em busca de melhores condições de vida.

Os destinos e os significados dessas mobilidades são diversos, mas alguns pontos parecem ser comuns:

1. o enfoque neoclássico que relaciona a migração à busca de melhores empregos, salários e oportunidades explica grande parte dos processos migratórios, mas há outras variáveis altamente subjetivas, tais como questões de gênero, sexualidade ou religião etc.;

2. pessoas de todas as idades migram, mas os jovens solteiros são mais propensos a migrar;
3. os significados da migração mudam consideravelmente entre famílias com condições financeiras diferentes; aquelas com mais recursos têm objetivos definidos, por exemplo, a progressão de estudos, além de condições melhores e escolha mais ampla de destinos;
4. não é possível estabelecer uma relação estreita entre migração e pobreza: contrariamente, a pobreza é um forte elemento de imobilidade, mesmo que a migração seja altamente desejada; entretanto, chegadas e partidas, o estar e ficar ou estar, ficar e partir estão presentes no cotidiano de todas as famílias.

Um fenômeno populacional consideravelmente expressivo no Vale do Jequitinhonha refere-se a uma mobilidade do trabalho do tipo sazonal, observada principalmente nos grupos domésticos residentes no meio rural, que produz trabalhadores híbridos: parte do ano eles se assalariavam em trabalhos precários (sobretudo no corte da cana-de-açúcar e na construção civil), e no restante do tempo, retornam a suas localidades de origem e continuam trabalhando em suas pequenas propriedades, desenvolvendo atividades ligadas à produção animal e vegetal, visando tanto ao consumo, quanto à comercialização de pequenos excedentes em feiras locais e regionais. Essa dinâmica de trânsitos permanentes e permanências transitórias é entendida como uma estratégia para a permanência na terra e a reprodução enquanto grupo social, ou seja, se assalariam temporariamente para manterem a condição de agricultor (RIBEIRO, 1996; MAIA, 2004).

A escolha do membro da família para assumir esse tipo de mobilidade do trabalho, todavia, segue algumas regras, e depende da posição do indivíduo na estrutura familiar, cabendo esse papel em especial ao pai/principal provedor e aos filhos maiores (homens), seguidos dos demais. Os membros que permanecem, as mulheres/esposas (conhecidas nacionalmente como as “viúvas da seca”), filhas e filhos pequenos seguem trabalhando na roça e garantindo a ligação do grupo com seu patrimônio. A mobilidade espacial, portanto, resulta de uma negociação intrafamiliar. Se por um lado, a migração dos trabalhadores é motivada pelo assalariamento que garante os recursos para a reprodução social das famílias, por outro, essa saída é possível devido à permanência das mulheres e dos filhos na propriedade e na localidade de origem, condição para a continuidade da família na agricultura.

As migrações temporárias e a mobilidade dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha tiveram maior impulso a partir da década de 1970, época em que teve início também a

implantação de projetos de reflorestamento nas áreas planas das chapadas mineiras. A apropriação das chapadas pelo *pínus* e o eucalipto é considerada um dos principais impulsionadores da migração. A permanência tornou-se impossibilitada e até mesmo um ato de resistência.

Historicamente, o Vale do Jequitinhonha foi ocupado por famílias descendentes de escravos ou famílias pobres em busca de áreas para mineração. As chapadas, terras de uso livre e menos férteis, eram apropriadas por essas famílias de lavradores e mineradores que residiam nas grotas, áreas mais próximas aos rios e mais férteis, criando uma simbiose entre ambas. A produção agrícola para o autoconsumo da família nas grotas (áreas mais úmidas próximas aos rios e riachos – perenes e intermitentes) tinha como complementaridade os frutos retirados da chapada, junto com a madeira e a lenha. A grilagem e o mercado das terras nas chapadas limitaram ou até mesmo destruíram a dinâmica grotas e chapada. Esse processo é denominado por Moraes Silva (1999) como a chegada do estranho nos grandes sertões e veredas. Os projetos de reflorestamento eram parte dos grandes planos de modernização elaborados no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970, no período dos governos militares. A apropriação de áreas do Vale do Jequitinhonha para as grandes plantações de *pínus* e eucaliptais³⁹, notadamente nas chapadas, representou, por um lado, a limitação de seu uso pelos agricultores do Jequitinhonha e, de forma mais dramática, sua expropriação, mediante a tomada da terra que “(...) não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implantaram os projetos de modernização nesta região” (MORAES SILVA, 1999, p.27). Nesse sentido, a migração da população ocorreu a partir da chegada dos grandes “projetos de modernização”, em um contexto, em que a permanência das pessoas que estavam historicamente instaladas nas chapadas e grotas, não era uma opção.

³⁹ Há um conjunto de autores que tratam dessa relação entre reflorestamento, empobrecimento e migração/proletarização. Para entender melhor os projetos de modernização no Vale do Jequitinhonha, a apropriação de grandes empresas de reflorestamento e a expropriação dos lavradores dessa região, indica-se a leitura dos trabalhos de Moura (1988), Moraes Silva (1988 e 1999) e Ribeiro (1999, 2002 e 2008), entre outros.

Fotografia 1: Parte de uma chapada (terras altas e vegetação rasteira) nos tempos da chuva



Fotógrafo: Elicardo Heber, 2013.

Com a expulsão dos lavradores de suas terras, a limitação do uso dos recursos naturais das chapadas, restringindo a relação sociedade e natureza, e/ou com a ampliação da vulnerabilidade social com a migração para as sedes urbanas dos municípios ou pequenas aglomerações populacionais (sobretudo povoados e distritos) na região, restou, às pessoas antes residentes nas grotas ou chapadas, a migração temporária para São Paulo (SP) como uma alternativa para sobreviver. Os migrantes temporários que eram pequenos agricultores, mas permaneciam em seus lugares de vida de forma precária, deslocavam-se em busca de trabalho.

Eram as “as andorinhas do Jequitinhonha”, ou seja, migrantes do trabalho precário, que transitavam em distintos lugares como seres híbridos: parte do ano, lavrador, noutra parte, proletário em trabalhos precários, sobretudo, na construção civil e no corte da cana-de-açúcar. As andorinhas eram forçadas a migrar. Foi principalmente a partir de 1960 que as migrações, em especial as do tipo sazonal e para o interior de São Paulo, se intensificaram, condicionadas às desigualdades regionais, à estagnação econômica no Vale e à alteração nos usos da chapada.

A migração é um aspecto constitutivo da dinâmica populacional do Vale do Jequitinhonha, mas não é um movimento único, geral e obrigatório (RIBEIRO, 1993). Em grande medida, ela é resultado de elementos muito particulares da região, entre outros, a

presença de áreas de reflorestamento e de cultivo do café ou de pecuária, bem como de terras concentradas ou distribuídas em pequenas propriedades, de ocupações mais antigas ou mais recentes. As especificidades de cada área e suas formas de ocupação interferem nas estratégias de sobrevivência dos lavradores empobrecidos, entre elas, a migração.

A chegada dos eucaliptais é considerada uma espécie de inauguração da migração no Vale do Jequitinhonha, com as viagens dos lavradores para “o sul”, tendo como destinos preferenciais as capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. Mas, se há uma forte relação entre o reflorestamento e a migração, esse fenômeno social não teve seu início na segunda parte do século XX. Desde os últimos anos do século XIX, eram comuns as migrações temporárias de lavradores do Vale do Jequitinhonha, que se empregavam nas colheitas do café na Zona da Mata Mineira (LANNA, 1989), em substituição à mão de obra escrava, o que viabilizou a permanência desse cultivo na área.

Eram os cacaieiros⁴⁰, ou seja, trabalhadores temporários que permaneciam parte do ano em suas lavouras no Vale do Jequitinhonha e, noutra parte, trabalhando nas colheitas do café na Zona da Mata, ou na derrubada das matas no Vale do Mucuri. Os destinos dos trabalhadores temporários eram mais diversos que a clássica migração para o Rio de Janeiro ou São Paulo. Entretanto, esses agricultores estiveram entre os trabalhadores temporários que se dirigiram praticamente a todas as frentes agrícolas de trabalho do Centro-Sul ao longo do século XX: Vale do Mucuri (1930-1960), Paraná (1950-1960), Sul de Goiás (1960-1970) e Mato Grosso (1950-1970); assim como na construção civil e no corte da cana-de-açúcar (1980-1990), depois de esgotadas as outras frentes citadas anteriormente.

É certo que os grandes projetos de reflorestamento tiveram forte impacto nas movimentações populacionais no Vale do Jequitinhonha, mas não se pode atribuir-lhe a responsabilidade pelo início do fenômeno migratório, seja ele temporário ou definitivo, por escolha ou compulsória. As dinâmicas populacionais apresentadas anteriormente apontam a necessidade de compreender a história do fenômeno sem cair em generalizações como a que o relaciona univocamente à chegada dos eucaliptais.

Em grande medida, os estudos sobre a migração nessa região analisam o fenômeno relacionando-o à expansão do capitalismo, às empresas de reflorestamento e à partida para São Paulo como resposta a esses problemas. Os migrantes surgem como seres passivos frente aos elementos “vindos de fora”. Se a migração é um fenômeno muitas vezes compulsório, é preciso considerar que esse movimento é também resultado das escolhas dos agentes do

⁴⁰ Trabalhadores que migravam com um saco (“cacaí”) nas costas.

processo e parte constitutiva do que definem para seu próprio destino. Ele não representa necessariamente uma ruptura entre o lavrador e o trabalhador na construção civil. Os agentes que transitam entre mundos distintos, geralmente movidos pela necessidade de trabalho, eventualmente são pedreiros, mas também lavradores. Há que se ponderar ainda que essas pessoas não são apenas um conjunto de força de trabalho. São seres humanos que mantêm contato entre o mundo de lá (local de trabalho) e o mundo de cá (localidade de origem), e que, no geral, não se identificam como migrantes. Essa é muito mais uma classificação dos campos acadêmicos ou políticos que dos próprios agentes do processo. Isso explica porque, em grande medida, quando se tenta definir um sujeito como migrante, confronta-se, não raro, com situações transitórias. Não se identificam enquanto migrantes, mas agricultores, que em determinadas épocas do ano, detêm outras ocupações esporádicas.

As migrações, enfim, presentes há muito tempo no cotidiano do Vale do Jequitinhonha, detêm um aspecto cultural que marcou e permanece marcando trajetórias sociais por gerações. Ao longo do século XX, por exemplo, foi recorrente a migração de famílias do nordeste de Minas Gerais (como também de outras regiões brasileiras) para as terras livres das fronteiras agrícolas (nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do país), ou a clássica migração de indivíduos e/ou famílias para as grandes cidades do Sudeste brasileiro, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo.

Determinados programas implantados com vistas ao “desenvolvimento” do Vale do Jequitinhonha nas décadas de 1970/1980, como os grandes projetos de reflorestamento, acabaram por fomentar a migração forçada das famílias de agricultores dessa região. O fenômeno esteve, nesse caso, intrinsecamente relacionado ao processo de modernização da atividade agrícola e à mudança no padrão técnico produtivo. A chegada dos projetos de modernização agrícola foi acompanhada por um processo de expulsão de pequenos agricultores que não detinham a titularidade da terra. No meio rural mineiro, houve a saída (não raro compulsória e acompanhada de violência física e simbólica) de famílias e indivíduos que migraram progressivamente para os espaços urbanos (pequenas e médias cidades mineiras) e para uma diversidade de outros destinos urbanos no país, com destaque para as grandes metrópoles brasileiras, sobretudo São Paulo. Nesse cenário, populações de origem rural migraram em direção a cidades que já passavam por um acelerado processo de urbanização (sem planejamento). Embora a migração de agricultores do nordeste mineiro para os grandes centros urbanos tenha se revelado um processo crescente desde o início da industrialização, a partir dos anos 1940-50, o elemento novo, no período de 1970/1980, é que

a permanência das famílias em suas terras foi inviabilizada com a chegada dos “projetos de modernização”.

As cidades, por sua vez, e o processo de industrialização que nelas ocorria (especialmente no eixo SP-RJ) demandavam grande contingente de mão de obra, atraindo assim, parte expressiva de indivíduos e/ou famílias vindos do campo em busca de melhor remuneração. Com a migração, cresce o número de pessoas oriundas do Vale do Jequitinhonha empregadas na construção civil e, posteriormente, na colheita de cana-de-açúcar, os denominados boias-frias, trabalhadores rurais temporários que residem fora das fazendas (geralmente habitam as periferias das cidades e vilas) e se deslocam pendularmente para os seus locais de trabalho para a execução de tarefas em regime de empreitadas. Desprovidos dos meios de produção necessários à sua própria sobrevivência, ou donos de um pequeno patrimônio territorial fundiário, esses trabalhadores precisam vender temporariamente sua força de trabalho para a garantia de sua reprodução social (com destaque para a reprodução material) e de seu grupo social (GONZALES, 1982; MORAES SILVA, 1999; MORAES SILVA; MENEZES, 2007). No cenário do Vale do Jequitinhonha, a intensa mobilidade espacial e a diminuição do número de famílias e pessoas residentes no meio rural representam o que a literatura acadêmica denomina um processo de desruralização (MORAES SILVA, 1999).

A migração, que se expressa por meio de diferentes movimentos, é um fenômeno multideterminado, conformado a uma realidade social historicamente definida e específica. No contexto social do Vale do Jequitinhonha, ele se mostrou sob os mais variados arranjos. A migração definitiva, a migração temporária e a circularidade (idas e retornos mais longos ou mais breves) representam tipos de mobilidade espacial que dependiam e, permanecem dependendo, de conjunturas tanto internas quanto externas às próprias famílias, de que são exemplos: o dos grupos domésticos; os patrimônios prévios ao empreendimento para o deslocamento (sobretudo terra para a venda); algum recurso monetário/condições do próprio grupo familiar para apoiar o empreendimento; meios de transporte; mercados de trabalho no país. Além desses aspectos, a pressão decorrente dos grandes empreendimentos agropecuários, a existência de redes sociais de apoio ao indivíduo ou família migrante no lugar de chegada, a abertura de novas fronteiras agrícolas, a possibilidade de ter uma ocupação nas cidades são também outros fatores consideráveis no processo de deslocamento no espaço.

Histórica e proporcionalmente a população do Vale do Jequitinhonha cresce menos que a população do Estado de Minas Gerais, sobretudo em decorrência as sucessivas perdas populacionais resultantes das migrações inter-regionais (Matos e Garcia, 2010). Entretanto,

dados censitários do IBGE (tabela 5) mostram que não está ocorrendo uma perda populacional generalizada, inclusive, com um incremento populacional no intervalo de 30 anos. Se analisarmos separadamente o comportamento das populações residentes nos distintos municípios localizados no Jequitinhonha, percebe-se que ocorreu nessa mesorregião uma progressiva diminuição da população residente no meio rural. Contudo, proporcionalmente, houve um aumento da população residente nas sedes urbanas. No Vale do Jequitinhonha, os dados do IBGE (2010) apontam que 62,22 % residem no meio urbano e 37,78% no rural. Entretanto, na Microrregião de Araçuaí⁴¹, onde está localizado o município de Itinga, 49,09 % reside no meio urbano e 50,91 % no rural. O comportamento das famílias e pessoas do lugar no sentido das permanências e os deslocamentos apontam para pelo menos dois fenômenos: I – Forte deslocamento rural-urbano, mas principalmente dentro de uma mesma mesorregião, com a predominância do meio rural para as pequenas cidades locais e; II – Na referida mesorregião não está ocorrendo um esvaziamento populacional (tabela 5).

Tabela 5: População residente no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais e Brasil em 1991, 2000, 2010.

Sub – regiões	1991	2000	2010
Vale do Jequitinhonha	658.238	679.850	699.413
Minas Gerais	15.743.536	17.905.134	19.597.330
Brasil	146.815.815	169.872.856	190.755.799

Fonte: Censos demográficos (IBGE, 1991, 2000, 2010). <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

Desde o século XX, as viagens e as estradas fizeram parte das práticas cotidianas das famílias do Vale do Jequitinhonha (RIBEIRO, 2001). Esses migrantes eram e são parte de categorias sociais distintas: sitiantes chefes de família ou filhos jovens migravam temporariamente sempre que possível, se constituindo em dois tipos sociais inseridos nesse fenômeno. Trabalham parte do ano no pequeno patrimônio fundiário familiar e migram na outra parte, deixando a incumbência de cuidar das terras (produção animal e vegetal) com as esposas, mulheres jovens ou vizinhos que permanecem na localidade de origem. Após as passagens por cidades para o trabalho na construção civil ou no corte da cana-de-açúcar, retornavam para a família e suas práticas cotidianas no local de origem.

⁴¹ Na Mesorregião do Jequitinhonha há 5 (cinco) microrregiões: Almenara, **Araçuaí**, Capelinha, Diamantina e Pedra Azul.

A migração definitiva forçada ou por opção (decorrente da falta de perspectivas de melhoria das condições de vida ou de mudança na estrutura social na localidade de origem) marca as trajetórias de vida das famílias do Jequitinhonha. A permanência ou a saída (temporária ou definitiva), ainda que muitas vezes realizada individualmente, é um fenômeno sempre coletivo. A própria decisão de migrar muito se deu em decorrência da existência de um parente ou vizinho na localidade de destino, ou pelo próprio aporte dos poucos recursos monetários dos que permanecem.

As possibilidades de inserção para os que migravam (e permanecem migrando temporariamente), como a construção civil, o corte da cana-de-açúcar (processo menos comum no século XXI), ou a venda de comida nas praias baianas não são necessariamente excludentes. Cada oportunidade de migrar pode viabilizar um novo tipo de ocupação. A transitoriedade ocupacional é um traço característico desses migrantes que circulam. São distintas experiências de vida que possibilitam a combinação de um conjunto de categorias (vendedor, trabalhador da construção civil, cortador de cana) e uma diversidade de destinos (Porto Seguro-BA, Três Lagoas-MS, Andradina-SP, Ribeirão Preto-SP) que espalham esses seres migrantes pelo território brasileiro, para os quais, no entanto, está sempre presente a possibilidade de retorno à localidade de origem e a reunião, ainda que em apenas parte do ano, com a família e grupos de vizinhança.

Entre os indivíduos e famílias que conformam a base da estrutura social brasileira, a migração temporária é um forte elemento na definição de suas estratégias de reprodução social. A impossibilidade de viverem apenas da atividade agrícola, a dificuldade de acessar diferentes tipos de créditos e a ausência de um mercado de trabalho nas localidades de origem, entre outros motivos, forçam esses indivíduos a migrarem, a fim de garantir uma melhor condição de vida para sua família, assim como, muitas vezes, a manutenção de sua própria condição de agricultor (a).

A ação estatal no Vale do Jequitinhonha, principalmente após a década de 1960, concentrou esforços para “homogeneizar as condições de intercâmbio intra e inter-regionais de mercadorias e de impor as bases capitalistas ao uso da terra e das forças locais” (SILVA, 1990, p. 108), com o objetivo de integrar economicamente o Vale do Jequitinhonha à acumulação de capitais dominante no país. Uma das medidas do poder público foi a abertura de estradas, com destaque para a MG-2 e a pavimentação da Rodovia Rio-Bahia, que corta a mesorregião. A criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) representou uma tentativa de articulação regional e de inserção do Vale na economia de mercado. A chegada de órgãos públicos, como a Companhia Energética de

Minas Gerais (CEMIG), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), o Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF-MG), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) e uma rede bancária tinha como objetivo o desenvolvimento regional induzido pelo Estado, com a criação de infraestrutura de transportes, comunicação e eletrificação e de uma política econômica baseada em incentivos fiscais e crédito rural, subsidiando as atividades econômicas consideradas estratégicas, principalmente as ligadas a agricultura, pecuária e mineração.

As medidas tomadas para o desenvolvimento regional tiveram, como um dos efeitos, a transformação da estrutura agrária e econômica da região. A pobreza econômica e a ausência de um dinamismo regional justificavam a existência de projetos de desenvolvimento que, no âmbito local, representaram a apropriação de grandes áreas, em especial pelas empresas de reflorestamento, e a expulsão dos pequenos proprietários rurais ou, como Moura (1988) os denominou, os deserdados da terra. Se por um lado, a migração no Vale do Jequitinhonha é consideravelmente influenciada pela capacidade de absorção de mão de obra em regiões mais prósperas do país, por outro, esses projetos de desenvolvimento e a chegada das grandes empresas contribuíram para expropriar produtores agrícolas posseiros e empurrá-los à condição de migrantes. A permanência não era a opção. Mas, quais eram as atividades relacionadas aos projetos de desenvolvimento do Vale?

2.3. Pecuária extensiva: das terras policultoras às terras do gado

A pecuária bovina extensiva é uma das principais atividades econômicas do Vale, mormente no médio e baixo Jequitinhonha, áreas caracterizadas por um relevo com terras baixas, aplainadas e um solo favorável à atividade agropastoril. O avanço da pecuária ocorreu principalmente após a década de 1970, impulsionada por ações governamentais, mediante recursos subsidiados, incentivos e assistência técnica, bem como pela instalação na região de determinados órgãos públicos, tais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo de Minas Gerais (EMATER-MG) e o Instituto Estadual de Saúde Animal (IESA), cuja atuação visava potencializar a produtividade e a rentabilidade da produção animal.

Como uma das consequências da pecuária incentivada pelo poder público ressalta-se o impacto das intensas transformações ecológicas, sociais e econômicas resultantes da intensificação da organização empresarial da atividade, somada à redução da população

agrícola e da força de trabalho nas fazendas (MEDEIROS, 1990; MAIA, 2004). As paisagens naturais da caatinga e do cerrado, terras apropriadas por famílias de pequenos produtores familiares com códigos e costumes próprios, foram transformadas em grandes extensões de pastagem, substituindo a terra de trabalho familiar por terra de gado, que exclui os pequenos produtores agrícolas.

Esses trabalhadores eram distribuídos em pelo menos três categorias, todas consideravelmente vulneráveis: I- os pequenos produtores, policultores, que residiam em áreas dificilmente superiores a 20 hectares, as quais exploravam mediante o trabalho familiar, com eventual ajuda de terceiros, mas sem posse legal da terra; II- os pequenos proprietários, com posse legal da terra e as mesmas características quanto à sua exploração, mas com uso das chapadas ou áreas devolutas como parte de suas estratégias de sobrevivência; III- os posseiros, que residiam no interior nas fazendas. Pequenos proprietários da terra, os posseiros, os agregados e os arrendatários foram grupos sociais consideravelmente vulneráveis, seja pela relação com a terra, seja pela pobreza material de existência. O avanço das grandes fazendas sobre as pequenas propriedades familiares (transmitidas de geração a geração) representou, entre os mais vulneráveis, o processo de expropriação de famílias inteiras que não detinham o título das terras. A grande fazenda amparada judicialmente se impôs pelos documentos, pela violência física e simbólica ou pelos três elementos combinados (MOURA, 1988).

Dessa forma, a chegada da propriedade pecuarista provocou dois movimentos: paralelamente à expulsão de algumas famílias, ocorreu também a permanência seletiva de outras que, embora dentro das propriedades, restaram presas a um rol de obrigações relacionadas à atividade pecuária, prestando serviços para os novos donos da terra. Esse novo arranjo, porém, inviabilizou a reprodução das formas tradicionais de cultivar a terra, isto é, a policultura destinada ao autoconsumo.

A princípio, os grandes e médios fazendeiros, em face da necessidade de formar grandes áreas de pastagem para o gado, cediam áreas para agregados, posseiros e arrendatários, nas quais deveriam derrubar a mata, facultando-lhes o direito de cultivar arroz, milho, mandioca, feijão etc., por um tempo determinado e combinado verbalmente. Findo o prazo acordado, a policultura existente nas roças era substituída pelo capim colônia. Concluía-se o ciclo da roça com cultivos diversificados e iniciava-se a terra do gado e do capim, dando lugar a uma nova racionalidade, de cunho empresarial, com a expansão das fazendas baseada em uma lógica capitalista em relação ao uso da terra, que exclui o pequeno produtor, o trabalho na roça e a morada permanente (MOURA, 1988).

A chegada das fazendas e das terras de gado é um dos elementos fundamentais para entender a migração no Vale do Jequitinhonha. Houve, após a década 1970, um processo progressivo de expulsão dos agregados dos interiores das fazendas, quando se retira dos pequenos produtores a permissão de cultivos no interior das fazendas. As fazendas agropastoris passam a se especializar no pastoreio puro e simples. Para ampliar os lucros, toda a área é destinada ao cultivo do capim, e o trabalho se concentra em um ou dois vaqueiros para os cuidados da criação (SILVA, 1988, MAIA, 2004).

As terras de gado e sua apropriação dos espaços de vida, trabalho e produção das famílias de sitiantes alteram os cenários, os tempos e as paisagens e implantam outra racionalidade, a partir de outros usos das terras, do trabalho e até mesmo das pessoas. Uma racionalidade centrada no lucro, na especialização e numa visão de “progresso” que, entre outros impactos, quebra as vivências tradicionais de tempo e espaço no meio rural, como bem descreve Santos:

Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistério onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto, de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção e da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e de sua distribuição respondem pelo modelo mundial e são calcados em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na escolha e na sua implementação. É desse modo que se produzem nexos estranhos à sociedade local e, mesmo nacional, e que passam a ter um papel determinante, apresentando-se tanto como causa, quanto consequência da inovação técnica organizacional. O todo é movido pela força (externa) dos mitos comerciais, essa razão do mercado que se impõe como motor do consumo e da produção. Nesse mundo rural assim doméstico, implanta-se um império do tempo medida, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando tem êxito a vontade de se subtrair as leis naturais. O respeito tradicional às condições naturais (solo, água, insolação etc.) cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento. (SANTOS, 1999, p.243)

No Vale do Jequitinhonha, as fazendas de gado e a racionalidade no uso e apropriação das terras, a partir de programas de modernização da agricultura que pelo menos no discurso tinham como objetivo eliminar a pobreza regional e inserir a agricultura na economia de mercado, representaram, no âmbito local, a expulsão dos agricultores de suas terras. Na verdade, ampliaram a pobreza e dificultaram a existência de formas tradicionais de uso da terra (meação, agregação, parcerias e arrendamentos), forçando as famílias a buscarem novas estratégias de reprodução social, entre elas a migração, seja sazonal ou definitiva (MAIA, 2004).

A pecuária e a monocultura (sobretudo do *pínus* e do eucalipto), com sua lógica e ideologia, ao invadir o meio rural, invadiram também outros campos, com novos saberes, valores, sentimentos e sociabilidades que modificam os modos de vida dos sitiantes locais, defrontados com a possibilidade real de perda da sua condição de agricultor, das formas de vida em comunidade, dos lugares de viver, resistir e sobreviver. Se as terras de gado não eliminaram totalmente as pequenas áreas de famílias rurais agrícolas policultoras, a desigualdade social, a expropriação e o empobrecimento de grupos sociais que já eram pobres economicamente passam a ser uma realidade no universo de pessoas que, além de pobres e excluídas, acabam por compor outra categoria social excluída: os migrantes.

2.4. *pínus* e eucalipto: a destruição do complexo grota-chapada

Na década de 1970, atividades de reflorestamento iniciam uma progressiva ocupação de áreas, com o plantio de espécies exóticas ao Vale do Jequitinhonha. Entre 1970 e 1980, foram implantados 314 mil hectares de florestas homogêneas de *pínus* e eucalipto, sobretudo no alto Jequitinhonha, devido à existência de terras altas (as chapadas), baratas e próximas ao Vale do Aço, polo siderúrgico no Estado de Minas Gerais, que absorvia os carvões dos maciços florestais (MAIA, 2004). O reflorestamento ocorreu em todo o Vale, com menor proporção no médio Jequitinhonha, onde predominava a pecuária bovina de corte. Mediante incentivos fiscais⁴² e a ampliação de infraestrutura básica (como estradas vicinais), o Estado incentivou a expansão da atividade na região, inclusive com a atuação da RURALMINAS, determinando as condições legais das áreas a serem reflorestadas, classificando as terras como devolutas (públicas), desocupadas e sem aptidão agrícola. Após a classificação, as terras foram distribuídas, cedidas ou arrendadas, a longo prazo e a preços simbólicos, para que companhias implementassem seus projetos, principalmente em áreas planas, mais propícias à mecanização, as chapadas.

A atividade reflorestadora representou a intensificação dos conflitos pela posse da terra, que quase sempre resultaram na expropriação dos pequenos produtores agrícolas. Essa situação era justificada pelas empresas florestais na medida em que as famílias de posseiros não possuíam nenhum documento cartorial que lhes garantisse qualquer “direito” sobre as

⁴² “A política de incentivos fiscais concedia a pessoas físicas e jurídicas com descontos de até 50% no imposto de renda, se tal quantia fosse aplicada em projetos de reflorestamento próprios ou de terceiros. Essa medida insuflou os investidores, já que as pessoas jurídicas podiam abater as quantias dos impostos antes mesmo de executarem seus projetos, e as pessoas físicas podiam ter acesso a empréstimos para realizarem os investimentos” (CALIXTO, 2005).

terras ou de nelas permanecerem. Do mesmo modo como ocorreu nas terras de gado, nas áreas de reflorestamento, os sitiantes eram expulsos de terras cuja propriedade se transmitia verbalmente entre gerações. Surgiram novas regras para o uso da terra e também novas relações de trabalho, com os sitiantes recebendo salário para trabalhar em suas antigas propriedades, ou enfrentando a migração compulsória para as sedes urbanas dos municípios da região, baseada na violência física ou simbólica (MOURA, 1988). O reflorestamento e a pecuária extensiva mudaram os cenários do Vale, com a substituição de quase toda a vegetação natural e a ocupação das chapadas pelos desertos verdes, destruindo o complexo grotachapada (GRAZIANO DA SILVA; GRAZIANO NETO, 1983). Na organização social dos pequenos produtores agrícolas, o complexo grotachapada era um importante elemento em suas estratégias de reprodução social. As grotas são consideradas áreas de terras férteis, localizadas nos vales profundos e bem drenados, por isso, bastante propícias a uma grande diversidade de cultivos agrícolas, sobretudo, mas não apenas, para o autoconsumo. Em um cenário de transição de cerrado para mata atlântica, a topografia acidentada das grotas culmina e marca uma diferença com a planura das chapadas:

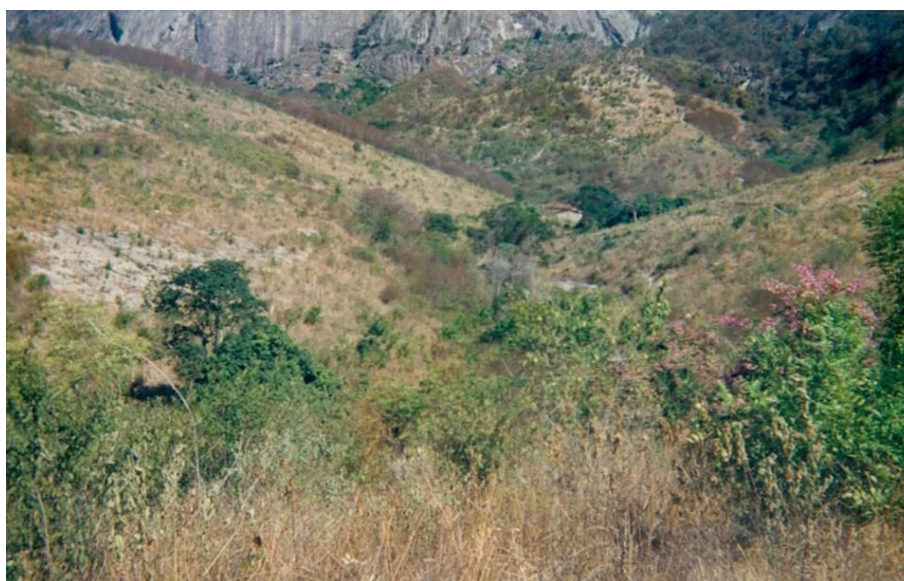
[...] esta [as chapadas] por sua vez com uma vegetação rasteira ou arbustiva e terra “madrasta”, que não serve para botar lavouras mas é panacéia para diversas outras necessidades. As grotas, além de boas terras de cultura, têm abundância de água e algumas áreas de matas. Cada grotas, com seu entorno de chapadas, abrigou a rede extensa de parentesco que foi compartilhando a vida e o domínio da terra, e é essa junção de família com história e terra que é conhecida por comunidade rural, quase sempre batizada com o nome do córrego que a irriga ou do primeiro morador do lugar. As terras altas dos campos – áreas de topo de grotas, cascalhentas – e chapadas geralmente são áreas comuns, terras de reduzida fertilidade natural transformadas em largas de gado ou soltas cobertas por capins nativos e árvores retorcidas de campo-cerrado (Ribeiro *et alii*, 2005, p. 82)

Além da topografia distinta das chapadas (terras altas), as grotas (terras nas baixas e úmidas), são mais propícias a determinados tipos de cultivos agrícolas e nelas (nas grotas) são embutidas certa noção de pertencimento e exercitados nos sentimentos de oposição e diferença (RIBEIRO *et alii*, 2005). As pessoas vivem, trabalham (plantam e colhem) nas grotas. Nelas socializam, trocam sementes, estabelecem relações de parentesco e compadrio, ou seja, parte de elemento que contribuem para a conformação de uma identificação: “vivo e sou de certa grotas”⁴³

⁴³ No decurso do trabalho de campo muitas pessoas afirmavam ser de determinadas comunidades rurais, mas também era consideravelmente comum algumas afirmações do tipo “sou da grotas da Água Fria”. Ser de determinada Grotas difere de outros que residem em outras grotas ou comunidades. Entretanto, a afirmação de ser de determinada grotas não aponta apenas para uma localização. Marca uma identificação: ser de um lugar.

A apropriação das grotas (foto 2), áreas baixas e mais próximas aos cursos dos rios (áreas úmidas), era familiar ou privada. Nelas, as famílias construía suas residências (geralmente de pau-a-pique), cultivavam suas roças (milho, feijão, fava etc.), sua “manga⁴⁴” (pasto natural cercado), e tinham suas fontes de água.

**Fotografia 2: Residência localizada em uma grotta na bacia do rio Água Fria
(Comunidade Rural da Gangorra)**



Fotógrafo: Elicardo Heber, 2013.

As chapadas (áreas planas e altas), por sua vez, eram áreas de apropriação coletiva, ou seja, consideradas de uso comum, definido por regras locais (relações costumeiras), para a caça de animais e a coleta de frutos diversos, madeiras e plantas medicinais. Na chapada também era criado o gado “solto na larga” e realizados determinados cultivos, sobretudo da mandioca. O que definia o uso privado das chapadas, como por exemplo, o plantio de mandioca, não era a cerca, mas o trabalho das pessoas, ou seja, o trabalho familiar na terra é que definia o direito privado de uso do bem (GRAZIANO DA SILVA; GRAZIANO NETO, 1983).

A expansão da pecuária e do reflorestamento no Vale do Jequitinhonha representou o desequilíbrio do complexo grotta-chapada e a desarticulação da economia familiar, bem como

⁴⁴ A manga é um espaço destinado à criação extensiva das matrizes leiteiras e de outros animais que auxiliam na pecuária, como cavalos, burros, jumentos, enfim, animais que são utilizados na atividade leiteira, mas não apenas (BATISTA, 2010). . Diferentemente da roça, que é espaço da policultura, a manga é o espaço da especialização na pecuária leiteira e onde predomina as pastagens, sobretudo, de capim do tipo colômbio, mas não apenas. Em grande medida, Enquanto a roça é o espaço de cultivo para o autoconsumo (principalmente de grãos), a “manga” é o espaço de cultivo mercantil.

limitou as condições físicas e culturais de sua reprodução social. Novamente a migração surge como estratégia de reprodução social.

2.5. A cafeicultura: da produção para o autoconsumo à produção modernizada

A cafeicultura foi uma atividade econômica incentivada no Vale do Jequitinhonha a partir dos anos 1970, mediante subsídio e apoio governamentais, com financiamento do Banco do Brasil para cultivos em escala industrial, aplicando-se técnicas agronômicas avançadas e insumos (SILVA, 1990). Essa cafeicultura caracterizada pela intensa modernização, diferencia-se da produção de café para o autoconsumo historicamente existente no Vale, voltada basicamente a atender as necessidades da família, com eventual comercialização de excedentes em feiras locais.

A apropriação da produção agrícola baseada no café teve na escala regional, dois efeitos: devido à necessidade de grandes extensões de terra para essa lavoura, empreendedores oriundos do sul de Minas Gerais, do Estado de São Paulo e do Paraná adquiriram pequenas propriedades por preços exíguos; em decorrência da demanda ampliada pela presença de agentes externos à região, ocorreu, paralelamente, uma elevação dos preços das terras (SILVA, 1990; MAIA, 2004). Desses fatos resultaram a concentração da estrutura fundiária e o aumento do processo migratório. Parte dos trabalhadores que se mudaram para as vilas ou cidades do Vale do Jequitinhonha retornavam a essas terras para trabalhar como assalariados no cultivo do café, constituindo uma mão de obra barata, com ocupação temporária nessas lavouras, sobretudo na colheita. Outros, não absorvidos no cultivo do café, migravam temporariamente para a colheita da cana no interior de São Paulo.

As três atividades, a pecuária extensiva, o reflorestamento e a cafeicultura mecanizada, são expressões do modo capitalista de produção implantado por agentes econômicos e com forte apoio dos agentes políticos, tendo como objetivo o desenvolvimento regional, com vistas principalmente à superação da estagnação econômica regional e à geração de emprego para as pessoas do lugar. Em uma região com base industrial inexistente ou consideravelmente incipiente, o progresso se daria por intermédio da produção animal e vegetal.

No entanto, na escala regional, o que se percebeu foi um processo contínuo de transformações estruturais que se traduziram na concentração de terras e na modificação da estrutura fundiária, com a expulsão de pequenos produtores e de antigas relações de produção não necessariamente dirigidas pelo ganho, como a produção para o autoconsumo. Em uma perspectiva micro, no âmbito familiar e dos grupos domésticos, a expulsão das terras

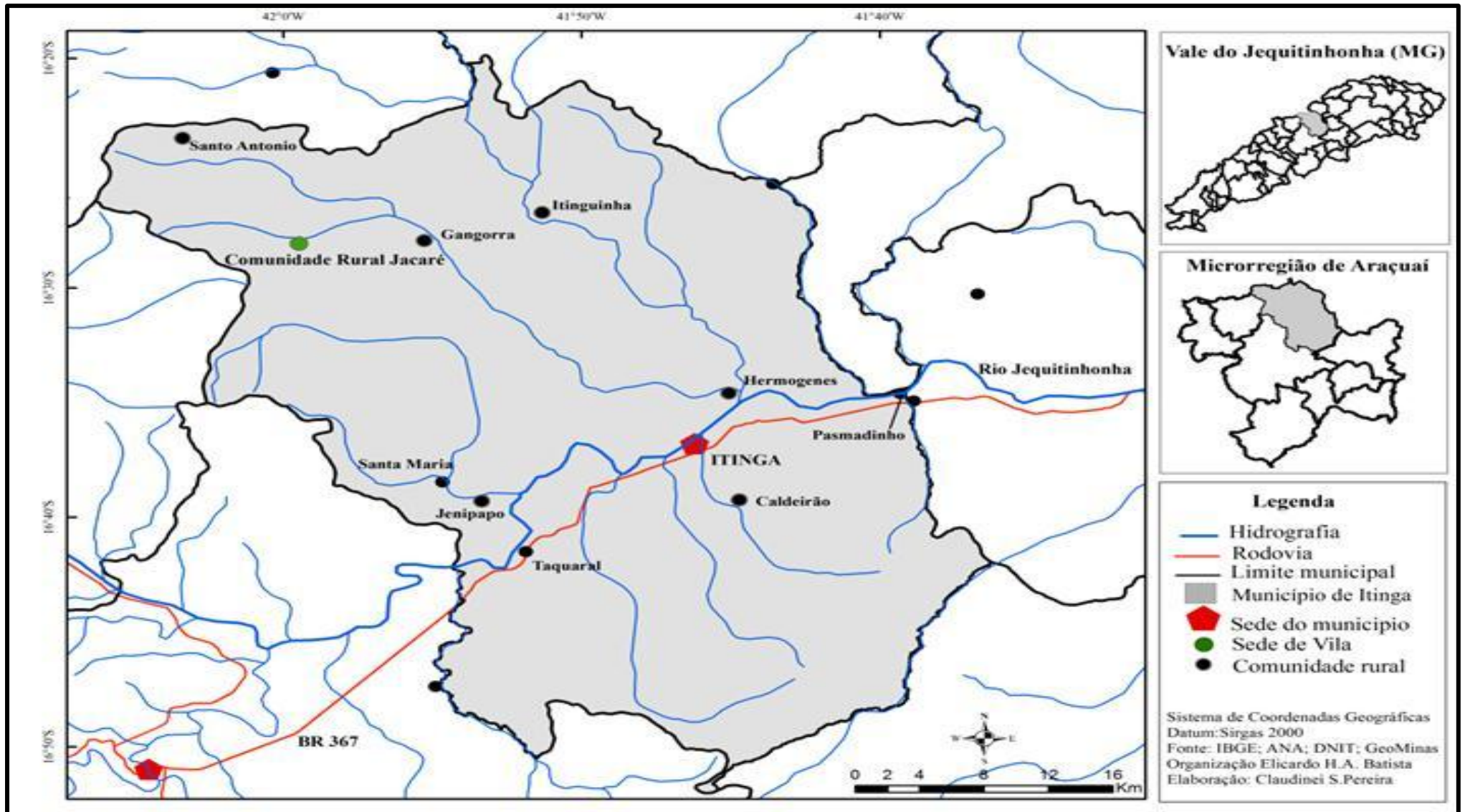
representou a exigência de buscar novas estratégias de reprodução social, notadamente o assalariamento temporário na produção animal e vegetal na própria região, ou a inserção no mercado de trabalho volante em outras regiões do país. Com isso, em uma sociedade agrícola e agrária, o que houve foi, para as famílias, a passagem de uma condição de pobre, à de miserável. Apesar de sua condição social desfavorecida, elas tinham terras para residir e cultivar. Tornam-se, então, “os vaqueiros sem chão para plantar, peões de empresas reflorestadoras, diaristas e empreiteiros de semeaduras e grandes capinas de pastos” (MOURA, 1988, p.198).

A extinção da produção de autoconsumo e a presença da produção integrada ao mercado capitalista resultam no empobrecimento das famílias locais e no surgimento de outros fenômenos sociais, entre eles, a migração temporária como uma tentativa de reprodução social de famílias pobres e excluídas do Vale do Jequitinhonha, como as residentes no município de Itinga.

2.6. Itinga, no Vale do Jequitinhonha: indicadores sociais e econômicos – a extrema pobreza econômica.

O município de Itinga (mapa 3), localizado na microrregião de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, detém duas características bem particulares que o diferenciam da maioria dos municípios brasileiros: 1º) o predomínio da população residente no meio rural; e 2º) a ocupação de maior parte de sua população ativa em atividades consideradas essencialmente agrícolas (relacionadas à produção animal e vegetal).

Mapa 3: Recorte espacial da pesquisa: o município de Itinga e as comunidades rurais



A população total do município de Itinga (MG), em 2010, era de 14.407 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 6.554 (45,5%) residiam na área considerada urbana pelo IBGE, e 7.853 (54,5%), na área rural⁴⁵.

Com alta incidência de pobreza⁴⁶ (59,19 %) (IBGE, 2010), a realidade social e econômica é marcada pelo pouco dinamismo na geração de emprego e renda, uma forte presença do poder público federal, com políticas de transferência de renda, intensa mobilidade espacial de sua população e carência de bens materiais e de infraestrutura, sobretudo a social. O município ganhou repercussão nacional por ter sido o local de lançamento do que é considerado o maior programa de combate à pobreza e à fome do mundo – o Fome Zero – e por deter, conforme relatório da Fundação João Pinheiro, o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 0, 624) no universo de todos os municípios do Vale do Jequitinhonha (FJP, 2010).

Do total de 14.407 habitantes do município de Itinga, 2.846 (19,8%) encontravam-se na faixa que define extrema pobreza, com uma renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Em relação ao local de residência, enquanto 828 pessoas (29,1%) viviam na sede urbana do município, 2.019 (70,9%) eram moradores rurais. Esse é um dado importante, visto ser a pobreza econômica mais expressiva no meio rural. Ainda que o recorte para definir extrema pobreza seja extremamente baixo (menos de R\$ 70,00 *per capita*), há um número considerável de famílias inseridas em uma realidade de baixíssima renda (tabela 6), o que reflete sobre outros indicadores, como o acesso à alimentação, por exemplo.

⁴⁵ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Dados disponíveis no site <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

⁴⁶ Segundo os critérios utilizados pelo IBGE, que trabalha com duas perspectivas para a noção de pobreza: 1º) pobreza absoluta - que se refere a não capacidade de consumo das pessoas, sobretudo pelo não acesso à cesta alimentar e a bens mínimos para a sobrevivência do indivíduo; 2º) pobreza subjetiva - quando as próprias pessoas avaliam suas condições de vida a partir de suas percepções.

Tabela 6: População em situação de extrema pobreza por faixa etária no Município de Itinga (MG)

Idade	Número de pessoas
0 a 3	215
4 a 5	135
6 a 14	780
15 a 17	250
18 a 39	881
40 a 59	488
65 ou mais	98
Total	2.846

Fonte: Dados do IBGE (Censo Demográfico de 2010) e Secretaria da Assistência Social-Itinga (MG).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, encontram-se em situação de extrema pobreza, principalmente as pessoas com idade entre 6 e 14 anos (780), 18 e 39 anos (881) e 40 e 59 anos (488). Os indicadores apresentados na tabela permitem as seguintes interpretações: I- 48,5% dos extremamente pobres do município estão localizados em uma faixa etária entre zero e 17 anos; II- o maior índice de pessoas nessa situação é de indivíduos com idade entre 18 e 39 anos, justamente a faixa etária em que se encontram aqueles mais propensos a migrar temporariamente para determinados trabalhos precários, como o do corte da cana-de- açúcar; III- já o número de pessoas com 65 anos ou mais inseridas no grupo dos extremamente pobres é consideravelmente menor (3,4 % do total), visto ser a parcela da população que atende determinados requisitos para acessar políticas sociais ou benefícios, como a aposentadoria.

Considerando ainda os indicadores do IBGE, verifica-se que não há grande distinção entre os mais pobres a partir do recorte de gênero. Do total de extremamente pobres, no caso do município de Itinga, 1.478 são mulheres (51,9%) e 1.368 são homens (48,1%). O dado interessante é que entre os mais pobres há uma larga maioria de indivíduos que se autodeclararam negros (85,2%).

Entre os mais pobres, 20,3% da população localizada na faixa etária acima de 15 anos não tiveram qualquer educação formal, ou seja, não conseguiam ler ou escrever. Entretanto, é considerável o percentual de jovens e crianças matriculados e frequentadores de alguma instituição de ensino. Na faixa etária de 6 a 14 anos, por exemplo, apenas 33 crianças (ou

4,2%) não estavam matriculadas ou frequentando escola ou creche. Entre os jovens de 15 a 17 anos, na condição de extrema pobreza, 34 (13,4%) estavam fora da escola. Entre os mais pobres, é relativamente baixo o número de pessoas sem acesso a energia elétrica (5,2% do total), dado que se altera quando se trata da ausência de água encanada (29,5%). Seguindo a realidade brasileira, entre os mais pobres de Itinga, 77,1% não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica, 1.974 (69,3%) pessoas não tinham o lixo coletado e 54,8% do total delas não tinham banheiro em seus domicílios.

No universo dos mais pobres do município de Itinga, que os insere entre os mais pobres da própria estrutura social brasileira, é considerável o número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Como se trata de um programa condicionado de transferência de renda, sua existência justifica, em grande medida, a matrícula e a permanência de crianças e jovens no ambiente escolar. Chama a atenção o peso desse programa para a realidade local. Com um total de 2.239 famílias atendidas, o valor do repasse para o acumulado de 2013 foi de R\$ 4.834.910,00. Essa política social tem sido um dos principais fatores de mudança, tanto nas economias familiares dos mais pobres quanto na própria economia de um município marcado por pouco dinamismo. A importância do Bolsa Família se sobressai, comparado a outros programas, como por exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ligado à própria questão da segurança alimentar, como se vê na tabela 7.

Tabela 7: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Município de Itinga - 2013

Total de Agricultores (Municipal + Estadual + Conab + Leite + Conab/MDA)	15
Total de Entidades Beneficiadas (Municipal + Estadual + Conab)	0
Total de Atendimentos (Municipal + Estadual + Conab)	0

Fonte: MDS/MDA

Percebe-se, pelos indicadores apresentados, a inexpressividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No cenário de Itinga, é expressivamente pequena a participação dos agricultores nas políticas públicas direcionadas a categorias sociais muito específicas, a exemplo da agricultura familiar. Ações de apoio à produção agropecuária (crédito rural), como o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), acumularam um total de R\$ 2.154.969,30 para o ano de 2013, repassados a 89 projetos de investimentos em unidades familiares de produção. Esse valor é

consideravelmente inferior ao repassado às 2.239 famílias contempladas no ano de 2013 com repasses do Programa Bolsa Família.

Nesse universo, a inovação científica e tecnologia (EMBRAPA) são inexistentes, e a atuação da assistência técnica (EMATER) é bastante limitada. O próprio acesso ao crédito rural não representa necessariamente investimento na unidade de produção (animal e vegetal). É comum a utilização de recursos do PRONAF para a quitação de dívidas com o mercado, sobretudo as acumuladas com a compra de alimentos, mas também aquelas contraídas com a aquisição de determinados bens, como por exemplo, as motos. A produção agrícola, portanto, embora diversificada, é marcada pela baixa produção/productividade, devido, entre outros motivos, ao peso da produção para o autoconsumo, a ausência de mecanização ou de técnicas modernas, como a irrigação, e à limitação do trabalho na atividade agrícola em virtude da mão de obra de que a família dispõe, apesar da ajuda temporária dos vizinhos (na época do plantio e da colheita).

O tempo de cultivo, geralmente relacionado ao tempo da natureza, apresenta uma íntima relação entre esta e a sociedade. O preparo da terra e o plantio (de milho e feijão) são feitos em setembro e outubro. A colheita ocorre em janeiro e fevereiro. Nos períodos de longas estiagens/secas, perde-se praticamente toda a produção. Na época de chuvas torrenciais, há também uma considerável perda, principalmente nos cultivos de várzea ao longo dos rios perenes, como o próprio Jequitinhonha, ou dos rios intermitentes, como o Itinguinha. A instabilidade da produção agrícola favorece o pouco sucesso, na escala local, de determinadas políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O mês de fevereiro⁴⁷ era para ser o tempo da chuva e, como tal, tempo da colheita. Entretanto, no ano agrícola de 2012-2013, estava ocorrendo a maior estiagem registrada desde 1974. A falta de chuvas e a ausência de infraestrutura nas unidades de produção, como redes de irrigação, foram dois elementos que se conjugaram para que os grupos familiares que trabalham na atividade agrícola em pequenos patrimônios fundiários (os sítios, como são denominados no Vale do Jequitinhonha) não conseguissem colher o suficiente para o consumo. Tal situação só veio agravar as condições do universo social em que a pecuária e a agricultura constituem a base econômica dos grupos familiares, ou seja, as principais ocupações de seus membros e fator principal para o ingresso das famílias no mundo do trabalho em suas localidades de vida.

⁴⁷ Momento em que ocorreu a primeira etapa da pesquisa de campo em Itinga (MG) para um contato inicial com o universo social (com os cenários e os agentes sociais da pesquisa).

Nesse contexto, no que respeita à relação entre Estado e sociedade, o pouco sucesso das ações públicas para o fortalecimento da agricultura familiar confere um peso maior às políticas de transferências de renda direcionadas à base da estrutura social brasileira, como o Programa Bolsa Família, um dos componentes do Plano Brasil sem Miséria⁴⁸, cujas propostas incluem:

I- Transferência de renda: considerando os dados do MDS, em fevereiro de 2014 havia, no município de Itinga, 3.714 famílias registradas no Cadastro Único, das quais 2.238 (50,42 % de sua população) estavam incluídas no Programa Bolsa Família, representando uma transferência de R\$ 408.676,00 em fevereiro de 2014, tendo sido registrado um aumento de 10,46% no total de famílias beneficiárias entre junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) e fevereiro de 2014. Além desse programa, foi criada, em 2012, a Ação Brasil Carinhoso, uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria voltada ao atendimento a crianças de zero a seis anos, que estendeu um benefício adicional a todas as famílias do Bolsa Família ainda em situação de extrema pobreza, com pelo menos um filho de até 15 anos, de forma a garantir uma renda equivalente a um valor *per capita* superior a R\$ 70,00, oferecendo também mais vagas em creches, fortificação da alimentação infantil e suplementação vitamínica. Para o governo federal, os recursos empregados nessas duas ações permitiram às famílias envolvidas superar a extrema pobreza. Destacam-se ainda: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício individual, não vitalício e intransferível, que concede um salário mínimo mensal aos idosos acima de 65 anos e às pessoas com deficiência, independentemente da idade; os benefícios variáveis a gestantes e nutrízes, concedidos a mães, com idade entre 14 e 44 anos, inseridas em família com renda mensal *per capita* de até R\$ 140⁴⁹. Segundo dados do MDS, em fevereiro de 2014, um total de 44 famílias recebiam o

⁴⁸ O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado no ano de 2011, como estratégia para a superação da pobreza existente no Brasil, com foco nos grupos sociais entendidos como extremamente pobres, ou seja, com rendimento familiar mensal inferior a R\$ 70 *per capita*. Entendendo que a extrema pobreza se manifesta de distintas formas e que a insuficiência de rendimentos é apenas um de seus elementos definidores, a proposta foi estruturada em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. Sob forma de mais de 100 ações, programas e políticas, o Plano envolveu 22 ministérios, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Com adesão de todos os estados brasileiros, foi atribuída aos municípios a responsabilidade de elaborar o Cadastro Único, ferramenta de grande importância para a oferta de um conjunto de serviços sociais relativos a saúde, educação e assistência social, considerados essenciais para a superação da extrema pobreza na experiência brasileira. O Cadastro Único fornece dados individualizados, atualizados a cada dois anos (ou dois anos como período máximo) sobre os brasileiros com um rendimento familiar de até meio salário mínimo *per capita*. Através dele é possível identificar o perfil das famílias pobres e extremamente pobres, a localização geográfica/local de moradia e as características domiciliares/condições de vida.

⁴⁹ Conforme o site do governo brasileiro [...] “Entre as modalidades de benefício está prevista nesta lei a concessão do benefício variável, com limite máximo de valor a ser pago de acordo com a composição familiar. O Benefício Variável é de caráter temporário, direcionado às unidades familiares que se encontrem em situação

benefício variável à gestante (BVG) e 43 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no município de Itinga.

II- **Acesso a serviços:** considerando a extensão territorial brasileira e o universo abrangido pelo Plano Brasil Sem Miséria (grupos sociais mais vulneráveis do país), essa política tem como referência a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Consequentemente, o sucesso do Brasil Sem Miséria depende de um bom funcionamento do SUAS, além de uma ação integrada entre as secretarias municipais de assistência social, trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas nas estratégias para a superação da extrema pobreza. Os recursos para a ampliação da rede e a qualificação dos serviços municipais são disponibilizados pelo MDS. Essa lógica segue o modelo do federalismo descentralizador inaugurado com a Constituição Brasileira de 1988, que estabelece a transferência de recursos e um conjunto de encargos para os governos estaduais e, principalmente, para os municípios. Ao mesmo tempo em que se reduz a abordagem centralizadora e cresce a participação dos estados e municípios na implementação de políticas públicas e programas de âmbito regional, há também uma transferência de encargos aos municípios, a exemplo da prestação de serviços como saúde e educação, considerados essenciais para o desenvolvimento social. Em fevereiro de 2014, no município de Itinga, havia dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciados pelo MDS.

III- **Inclusão produtiva:** visando ampliar a produção de alimentos e de animais para o autoconsumo familiar e a geração de excedentes comercializáveis, foi criado o Programa Água para Todos, para garantir o fornecimento de água potável às populações rurais. Seu objetivo também se estende ao problema da insegurança alimentar e nutricional das famílias rurais mais pobres. A fim de contornar o problema da seca durante parte do ano, que impede as famílias de produzir em seu patrimônio territorial fundiário, o Programa teve como principal ação a implantação de cisternas de armazenamento de água para o consumo humano.

Entretanto, de todas as propostas inseridas no Plano Brasil Sem Miséria, as de maior expressão são, sem dúvida, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), como indicam os dados contidos na tabela 8.

Tabela 8: Transferência de renda no Município de Itinga (MG)

Programa	Cobertura	Repasse total em 2013 (R\$)
Bolsa Família	2.238 famílias (fevereiro de 2014)	R\$ 4.834.910,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	334 pessoas (janeiro de 2014)	R\$ 2.658.098,49

Fonte: MDS, 2013

Em 2013, o total de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 7.493.008,49), de acordo com a tabela, representava o equivalente a 81,85% do valor recebido do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 9.154.887,68). De 2004 a 2013, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 501,68 % (MDS, 2014). Todas as famílias residentes nas oito comunidades rurais visitadas nas três etapas da pesquisa de campo recebiam repasses do PBF.

Nas tramas do cotidiano, a mobilidade espacial também é um fenômeno comum a todas as famílias residentes nessas diferentes localidades. Nos municípios visitados no Vale do Jequitinhonha (por exemplo, Berilo, Itinga e Pontes dos Volantes), percebe-se uma circulação maior de dinheiro com o retorno dos migrantes temporários que foram trabalhar no corte da cana-de-açúcar (em especial no interior do Estado de São Paulo) nos meses de setembro e outubro. Esse processo social e econômico tem representado um importante elemento para a composição da renda do grupo familiar. Com o aumento relativo da renda e do poder de compra, tem ocorrido uma dinamização das economias regionais (principalmente devido à aquisição de eletrodomésticos, carros e motos por parte dos migrantes), o que favorece, no âmbito local, a abertura de estabelecimentos comerciais, como mercados, supermercados, concessionárias e lojas de eletrodomésticos e roupas, (principalmente na cidade de Araçuaí), entre outros.

Esse fenômeno da saída refere-se a um tipo de migração temporária de indivíduos oriundos do meio rural (geralmente agricultores) que se proletarizam parte do ano no setor da construção civil, no corte da cana-de-açúcar e em uma diversidade de empregos temporários, com destaque para a migração temporária mais recente (início do século XXI) de pessoas do Vale do Jequitinhonha, que se dirigem ao litoral catarinense (região sul do Brasil) para

trabalhar como vendedores ambulantes nas praias. Essa mobilidade espacial temporária é praticada, principalmente, por indivíduos que detêm uma ocupação de natureza híbrida: parte do ano é agricultor e quando possível mantêm temporariamente a condição de proletário nas cidades ou nas regiões de agricultura mais dinâmica no Brasil (principalmente no corte da cana-de-açúcar).

Essa mobilidade espacial é parte de uma diversidade de estratégias de reprodução social de famílias rurais que, além do trabalho do grupo familiar nas atividades agrícolas, incluem tentativas de emprego no pouco dinâmico mercado de trabalho urbano local, em pequenas atividades comerciais (vendas) e o trabalho com artesanato.

Esses deslocamentos temporários referem-se ao movimento de trabalhadores (migrantes do trabalho) que é constante, envolve as diferentes gerações (pais migrantes, filhos migrantes, parentes migrantes) e representa um tipo de mobilidade que coloca em xeque os próprios conceitos de região de origem e destino e de região de repulsão e atração.

Ao longo dos episódios da vida dos indivíduos (casamentos, nascimentos, formação de novas residências pela contração do matrimônio etc.), eles saem (migram) e retornam aos seus locais de origem. Essa mobilidade é a marca de suas histórias e de suas famílias. Embora a saída possa influenciar na mudança de residência para a cidade ou para outras regiões do país, essa mobilidade espacial é recorrentemente motivada pelo desejo de retorno à terra de origem. É também um dos mecanismos de sustentabilidade econômica dessas famílias, que deve ser entendida como um forte elemento para a manutenção do grupo familiar na unidade de produção e um dos fatores que pode determinar a própria fixação do migrante no campo, na atividade agrícola e em seu lugar de origem. Sair para ficar. Ficar no mundo rural.

No campo acadêmico brasileiro, o “mundo rural” é estudado considerando a diversidade que esse universo social apresenta, diversidade perceptível também em microescalas de análise. O meio rural é descrito pelos estudos como heterogêneo e multifacetado. Tal classificação funciona quase como uma espécie de “etiqueta” que rotula uma grande diversidade de estruturas produtivas, de tipologias de famílias rurais e grupos domésticos, de relações com a terra, de atividades agrícolas e não agrícolas, de formas de ocupações e usos do solo, de relações (ou não) de identidade e pertencimento, de modernização (ou não) da base técnica de produção, entre outros elementos. A dinâmica da agricultura, em grande medida, reflete as diferenciações regionais de um país com dimensões continentais.

Em uma apresentação bastante sintética, as regiões Sul e Sudeste do país apresentam estruturas produtivas caracterizadas pela modernização, através de mudanças substanciais na

base técnica de produção (DELGADO, 1985; HESPANHOL, 2008). Na Região Sul do Brasil⁵⁰, residem produtores rurais que se apropriam de modernas tecnologias (para otimização do cultivo agrícola), utilizam insumos e maquinários agrícolas e diversos outros recursos que demonstrar haver nessa região uma “modernização da agricultura” (SACCO DOS ANJOS, 1994; SCHNEIDER, 2003). Já no Estado de São Paulo, “símbolo” da modernização da atividade agrícola, é expressiva a mudança ocorrida nos padrões técnicos de produção. A conformação de um complexo agroindustrial, com a “unificação das relações interdepartamentais com ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrícolas” (MULLER, 1985, p. 23), apresenta um processo de integração indústria-agricultura-comércio com um novo padrão agrário característico da realidade do centro-sul do país.

Na direção contrária, o nordeste do Estado de Minas Gerais é marcado por uma agricultura onde há pouca incorporação de elementos dos chamados “pacotes tecnológicos”. Nos tempos dos “homens lentos”, há uma grande dependência dos tempos da natureza. É uma região conhecida pelos altos índices de pobreza (carências sociais e materiais) e por uma agricultura em que há pouca expressão da aplicação das conquistas da ciência moderna. No campo de possibilidades das famílias rurais que nela residem, os rendimentos decorre, em grande medida, da presença, no espaço intradoméstico, de programas de transferência de renda, como do tipo Bolsa Família (PBF), de remessas de dinheiro pelos migrantes e de benefícios sociais como aposentadorias rurais e pensões. Esse conjunto de rendimentos tem interferido nos modos, meios e condições de vida das famílias dessas localidades rurais, inclusive conformando fenômenos socioculturais bastante expressivos, de que é exemplo emblemático a permanência de famílias no meio rural, trabalhando na produção para o autoconsumo e comercializando esporadicamente a produção excedente nas feiras locais.

Nas comunidades rurais visitadas durante a pesquisa de campo, dois elementos podem ser considerados importantes na interpretação do conjunto de meios de que essas famílias dispõem para definir suas estratégias de reprodução social: a) no cenário local, são bastante expressivos os fenômenos sociais relativos à constante mobilidade espacial das pessoas do lugar, fato que está presente na dinâmica de todas as famílias pesquisadas, embora seja muito comum a permanência de indivíduos no meio rural; já o Programa Bolsa Família e a disseminação de benefícios sociais não contributivos, especialmente as aposentadorias e as

⁵⁰ A Região Sul é caracterizada pelo peso social, econômico, político e cultural da agricultura familiar na sua formação econômica. A diversificação da agricultura, somada à combinação das atividades agrícolas e não agrícolas, entre outros fatores, fizeram do Sul a região com índices de desenvolvimento humano mais elevado do país (GUANZIROLI *et alii*, 2001).

pensões, beneficiando indivíduos que não contribuíram para a previdência durante sua vida ativa, têm interferido consideravelmente nas condições, nos meios e modos de vida das famílias do lugar, permitindo inferir que há um fenômeno em curso; b) no universo social, há a incidência de uma diversidade de políticas públicas que interagem no espaço e repercutem consideravelmente nas dinâmicas das famílias rurais pobres, inclusive nas dinâmicas de mobilidade espacial, condicionando a permanência de pessoas em seus locais de origem e na atividade agrícola. Nesse sentido, é importante deixar claro que tanto no município quanto nas comunidades pesquisadas é mais comum à saída de indivíduos que de famílias inteiras. Entretanto, entre as famílias que residem em comunidades onde o acesso à água é mais difícil, a migração de famílias inteiras é também mais recorrente.

A oportunidade de migrar, porém, não depende apenas do desejo de mudança. A mobilidade espacial de famílias e/ou de indivíduos exige um acúmulo de recursos monetários. Para aqueles a quem a migração (da saída da localidade de origem) não se apresenta como possibilidade, uma das poucas opções é permanecer trabalhando nas atividades agrícolas. A migração de famílias inteiras é dificultada pelo fato de que, para viabilizar a saída de todos os membros do grupo social da localidade de origem, são necessários, não só uma reserva de dinheiro, mas também a existência de certa infraestrutura no local de destino. A pobreza econômica acaba, assim, por ser um elemento que favorece a permanência (ainda que não necessariamente desejada) na localidade de origem.

Nesse universo social, o trabalho na roça (a atividade agrícola) desempenha importante papel na reprodução social das famílias e/ou grupos domésticos. Para estes, *roça* é o lugar de morada/lugar de vida e representa um espaço socialmente construído por vínculos afetivos, familiares e comunitários, termo indicativo do local de origem e, em outras situações, da cultura local. No imaginário social, porém, *roça* é vocábulo usado, em geral, em oposição à ideia de urbano (campo/cidade). As pessoas que residem fora da sede do município são vistas como gente da roça (inclusive os residentes em vilas, distritos e povoados). Para os jovens do meio rural, tal caracterização carrega um sentido de inferioridade (“aquele povo é da roça”, “bicho do mato”, “bicho da roça” “são estranhos”, “diferente do povo da cidade”, “arredios”, “esquisitos” etc.), por isso, preferem utilizar outros termos para definir o local de morada (sítio, fazenda e campo são os mais utilizados). Os mais idosos, por sua vez, referem-se à roça para definir tanto o local de morada quanto o espaço onde praticam as atividades agrícolas.

O meio rural adquire o sentido duplo de lugar de morada e trabalho, e em certa medida, uma das poucas oportunidades de trabalho para os membros do grupo familiar. As

falas dos entrevistados apontam evidências de que a permanência das famílias no meio rural e seus projetos de vida atuais e futuros (de inserção laboral) estão relacionados às atividades agrícolas. Outro ponto a ser destacado em relação as unidades familiares de produção é envolvimento de todos os membros da unidade familiar nessas atividades, incluindo os jovens. Sendo essa uma das poucas possibilidades de trabalho, porém, a juventude rural dessas localidades tende a migrar (tanto temporariamente como de forma definitiva), em face das dificuldades vividas da lavoura, sobretudo a instabilidade dos rendimentos e da produção, e do baixo dinamismo dos mercados de trabalhos urbanos regionais.

Em uma região de seca (geralmente nove meses são marcados pela ausência de chuvas), a atividade agrícola fica comprometida durante grande parte do ano nas propriedades que não contam com irrigação. A agricultura desenvolvida pelos grupos familiares é baseada no sistema de coivaras, e a utilização de técnicas modernas de cultivo é praticamente inexistente nas propriedades, dificultando a geração de excedentes agrícolas que possam ser comercializados. Para as famílias mais pobres, a produção de feijão dos três meses de chuva é estocada para o consumo do grupo familiar, e a produção de milho, para manter a criação de animais (galinhas, porcos e vacas leiteiras) destinados ao sustento do grupo familiar, caracterizando o binômio produção e consumo familiar.

A partir da avaliação do grupo familiar, o excedente de produção, ou seja, a parte além da necessária para o autoconsumo do grupo familiar, é comercializado nas feiras locais. Todavia, em virtude da dificuldade da família em comprar equipamentos de irrigação, a produção agrícola é consideravelmente pequena, tanto em termos de área de cultivo quanto da quantidade colhida. Com uma produção limitada, é mais comum o estoque dessa produção do que a venda para auferir uma renda da terra. O principal sentido do trabalho das famílias na roça é a garantia de sua própria alimentação. O plantar para consumo acaba configurando uma “fonte de renda não-monetária” (GRISA; SCHNEIDER, 2008) que possibilita melhores condições de vida para essas famílias rurais e diminui a vulnerabilidade alimentar desses grupos sociais.

Analisando as evidências a partir do trabalho de campo em Itinga e do primeiro contato com as famílias, é possível citar quatro elementos comuns a todos os grupos sociais: a pobreza material; a importância da produção para o autoconsumo; a presença da ação estatal no interior das famílias, sobretudo através de rendimentos não contributivos, tendo como caso emblemático o Programa Bolsa Família (PBF); e a mobilidade espacial de parte dos membros do grupo familiar. Entretanto, percebe-se na realidade local um forte peso das transferências diretas de renda, sobretudo oriundos do programa Bolsa Família (tabela 9).

Tabela 9: Repasse de recursos para o município de Itinga (MG) - 2013

Origem dos repasses	Ano: 2013
Transferência do tesouro nacional Total repassado pelos fundos (FPM, ITR, IOF, LC 87/96, LC 87/96 - 1579, CIDE, FEX, FUNDEB.	R\$ 12.591.966,65
Programa Bolsa Família	R\$ 4.834.910,00
Linhas creditícias do PRONAF Total acumulado para o ano de 2013 PRONAF alimentos/ PRONAF investimentos	R\$ 2.154.969,3

Fonte: MDS, MDA, EMATER (MG).

Considerando duas políticas públicas, uma de fortalecimento da agricultura familiar, o PRONAF, e outra, que transfere renda aos mais pobres economicamente, o Bolsa Família (PBF), percebe-se a expressividade deste programa, tanto no que se refere aos valores totais repassados às famílias (R\$ 4.834.910,00), quanto ao número de famílias atendidas (2.239 famílias).

Esta descrição socioeconômica aponta para um grande número de grupos sociais dependentes de um programa de transferência direta de renda, o que pode ser entendido como uma das expressões da pobreza econômica, para o caso brasileiro e, em particular, para todas as comunidades rurais visitadas em Itinga-MG.

3. HABITAR, RESIDIR, SER E ESTAR: O RURAL COMO ESPAÇO DE VIDA

“O senhor vá lá, verá. Os lugares sempre estão aí em si, para confirmar”. Guimarães Rosa (1986, p. 19).

A noção de espaços de vida remete aos espaços praticados, onde há a presença de emoções e raízes. Remete às práticas concretas nos lugares, nos percursos diários e rotineiros de um conjunto de categorias sociais (habitantes, trabalhadores, consumidores de bens, serviços e lazer etc.) É “o espaço da ancoragem, de pertença, o espaço praticado, percorrido, sentido e representado, segundo diferentes condições de existência efetiva, seja ela econômica, social, etária etc.” (CAVACO, 2004, p.39), as quais afetam os comportamentos espaciais, delimitando o particular no âmbito geral.

O objetivo deste capítulo é apresentar o rural como espaço de vida, tendo como evidências empíricas, as comunidades localizadas em Itinga.

Os espaços de vida englobam os lugares cotidianos e da familiaridade, em decorrência das experiências pessoais (práticas pessoais e particulares), o que é apropriado, mas também trata da experiência contada pelos outros (memória), portanto, tanto do real, como também do imaginado/sonhado, em um passado distante ou não, ou seja, espaço vivido para além das fragmentações reais e das referências sensoriais, entendido também como mental e imaginado.

É no espaço de vida que se têm as relações afetivas e racionais e onde se expressam determinadas características da vida no lugar: os modos de vida e suas particularidades, dentro da fragmentação espacial, e as redes sociais (contínuas ou não).

Habitar remete a frequência, permanência, descanso, prática do espaço, criação de laços pela atuação, familiaridade do vivido. Remete a um conjunto de experiências geográficas que englobam tanto a prática dos lugares visitados, como também a relação com os lugares imaginados ou praticados. As formas de habitar podem ser sedentárias (fixas) ou móveis (STOCK, 2007). O habitar é resultado de múltiplas relações (sociais e com o espaço) baseadas em intencionalidades e práticas. Há uma multiplicidade de lugares com distintos significados para cada indivíduo. Nas sociedades contemporâneas, inseridas em redes

sociais⁵¹, técnicas e informacionais, os indivíduos praticam uma multiplicidade de lugares em circunstâncias e com intencionalidades distintas. As práticas dos lugares contribuem para o habitar dos lugares e detêm diferentes significados definidos a partir das relações com os vários lugares que são integrados na espacialidade dos indivíduos, seja elas corriqueiras, cotidianas, ocasionais ou ritualísticas.

Em seu significado mais íntimo, a noção de espaço de vida (CAVACO, 2004), espaço vivido e o conceito de habitar (STOCK, 2000) remetem aos múltiplos significados dos lugares.

Um indivíduo não habita apenas o lugar de domicílio e não habita apenas quando reside. O mesmo lugar tem múltiplos significados conforme as distintas intencionalidades de suas práticas, em conformidade com as diferentes situações e indivíduos, para diferentes práticas. Cavaco (2004) afirma que a sociedade moderna é marcada por uma mobilidade cotidiana e de trajeto de residências de vida não mais esmagada pela sedentariedade, marcada cada vez menos pelo nascer e morrer no mesmo lugar e, com isso, marcada por novas competências geográficas. Dessa forma, houve uma profunda mudança nas relações com o espaço e igualmente nos valores dos deslocamentos e no sentido das relações com os espaços de vida. Mudaram também os significados de proximidade e distância (perto/longe).

O habitar também é um conceito que se apresenta como fenômeno espacial, o fenômeno da multiplicidade de habitantes, do cotidiano (e não cotidiano), das intencionalidades das práticas dos lugares e do sentido que estes assumem (residência, trabalho, lazer, consumo, recreação etc.). Remete também às questões sociais e culturais, considerando que os indivíduos não são livres, tanto em matéria de prática espacial, quanto em frequência de lugares (acesso, valores, informação). O habitar expressa uma diversidade nos espaços e nos tempos de vida: estilos de vida, frequência e prática de um grande número

⁵¹ **Redes sociais** é recorrentemente acionada para tratar de conexões. Os indivíduos e os grupos sociais estão conectados por meio de amplas e complexas redes sociais, às vezes não tão amplas ou complexas, mas essas redes sempre existem nas relações humanas. As redes sociais se manifestam em distintas circunstâncias e escalas, por exemplo, nas migrações internas e internacionais. Funciona também como uma espécie de circuito de deslocamento humano no espaço, possibilitando a liga de certos agentes e nós e viabilizam, dessa forma, oportunidades de deslocamento. De forma bastante sintética, para Tilly (1990), as unidades efetivas da migração não são os indivíduos ou as famílias, mas um conjunto de pessoas interligadas por uma rede pautada nas relações de amizade, (inter) conhecimento, parentesco e trabalho, ou seja, redes sociais. Por sua vez, Massey (1987), com uma análise próxima a Tilly, afirma que as redes sociais mais relevantes são construídas a partir das relações de parentesco, amizade, trabalho e uma origem comum. Essas relações não são construídas no decurso do processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas por uma experiência comum: a migração. A migração, por ser um processo social, é também organizada por redes reforçadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam os grupos humanos.

de lugares, com conhecimento e intensidade diversos. “Os homens são geograficamente plurais” (CAVACO, 2009, p. 40), não são sedentários e dispõem de intensas e distintas mobilidades (circulação, migração, migração circulatória, entre variadas residências etc.) e se relacionam com os lugares.

Nesse sentido, as diferentes mobilidades e as relações com os lugares podem apontar para as condições sociais e a posição (diversas posições) do indivíduo na estrutura social. Os habitantes temporários portugueses, que detêm uma segunda residência no Algarve ou no Litoral (Portugal), a migração temporária de mexicanos coletores de laranja nos Estados Unidos, ou os cortadores de cana-de-açúcar oriundos do Nordeste Brasileiro ou do Vale do Jequitinhonha, que residem em alojamentos precários no Estado de São Paulo, enfim, mobilidades profissionais ou de lazer, contêm em si sentido e significados distintos e também um forte indicador dos lugares de estar e habitar como um elemento de exclusão social. Os indivíduos que se relacionam com diferentes lugares, multiresidência e multilocalização, por necessidade e/ou por escolha, apontam para uma mudança na relação com o espaço e no valor dos deslocamentos, assim como para o sentido de relação com os espaços de vida.

O próprio sentido dos deslocamentos aponta para as assimetrias entre os indivíduos, como por exemplo, os migrantes temporários da construção civil ou os estudantes que migram para estudar. Se os homens são plurais pela mobilidade, física, eletrônica e digitalmente, há uma imobilidade de indivíduos que residem permanentemente em um único lugar, devido à ausência de rendimentos monetários. A não mobilidade expressa uma carência econômica e a limitação de novas experiências a quase sempre numa mesma vila, aldeia, comunidade etc.

Residir remete ao lugar de domicílio, ou seja, onde se permanece habitualmente, e até mesmo onde se estruturam os territórios pessoais e se têm suas raízes. É da residência que são definidas as estratégias de deslocamentos diários para as práticas do cotidiano, o que pode ser entendido como a espacialização dos modos de vida. O lugar de domicílio é um elemento estruturante (um centro) dos espaços de vida, mas também de suas identidades espaciais. É um lugar de habitar e também de trabalhar. O lugar de residência é apenas uma questão de estatística, presente nos recenseamentos, ou seja, o lugar em que se habita.

A valorização do lugar provém de sua concretude; embora seja passível de ser engendrado ou conduzido de um lado para outro, é um objeto no qual se pode habitar e desenvolver sentimentos e emoções. Tal realidade concreta é atingida por meio de todos os nossos sentidos, com todas as nossas experiências, tanto mediante a imaginação, quanto simbolicamente. (OLIVEIRA, 2012, p.12)

O habitar é uma das dimensões significativas do lugar. Está relacionada também com outras dimensões relativas ao lugar, como os ritmos da experiência. A familiaridade com partes específicas do espaço, mediante as experiências (triviais ou não), o torna lugar. Os significados do lugar apresentados por Oliveira (2012), aproximando-se do raciocínio de Tuan, apontam para sua multidimensionalidade. Os lugares são múltiplos e dotados de sentimentos topofílicos ou topofóbicos.

Relph entende o lugar como reunião, localização, fisionomia, espírito (*genius loci*), sentido, raízes e enraizamento, interioridade, lar, lugar-sem-lugaridade, nós, exclusão/inclusão, um sentido contaminado, uma construção e uma fabricação ou uma construção social dos lugares. Uma das características do homem reside no fato de que, de uma maneira essencialmente diversa, ele toma os espaços que lhe são dados (ou apropriados) e os transforma para nele viver. Há, nesse sentido, as estruturas físicas, como por exemplo, as casas, que trazem certo conforto, estabilidade e proteção, e há também as estruturas sociais, que marcam a presença de pessoas, as ações, as interações e os sentidos dados a si mesmo e aos outros que compartilham natural e culturalmente suas vidas. Nesse sentido, o lugar é dotado de significâncias:

Qual o papel da emoção e do pensamento na ligação do lugar?

Considerem o animal como movendo-se ao longo do caminho, parando de tempo em tempo. O animal para por uma razão, usualmente para satisfazer uma necessidade biológica importante – a necessidade de descansar, beber, comer, acasalar. A localização da parada torna-se para o animal um lugar, um centro de significância que para ele pode defender contra intrusos. Este modelo de comportamento animal e sentimento de lugar é prontamente aplicável aos seres humanos. Nós paramos para atender as exigências biológicas; cada pausa estabelece uma localização como sendo significativa, transformando-a em lugar. O humanista reconhece a analogia, mas novamente está disposto a perguntar como a qualidade da emoção e do pensamento humano dão ao lugar uma gama de significação humana inconcebível no mundo animal. Um caso que esclarece a peculiaridade humana é a preocupação que as pessoas dão aos eventos biológicos do nascimento e da morte. Santuários dedicados ao nascimento e a morte são unicamente lugares humanos. (TUAN, 1976, p.2)

Ao habitar os lugares (provisórios ou não), diferimos dos animais na medida em que eles estão nos espaços onde habitam, vivem e se reproduzem, enquanto os humanos transformam os espaços para viverem. Enquanto os animais vivem nos espaços onde são criados, os humanos criam os espaços onde vivem. O antropólogo Brandão considera que ao construí-los, construímos interiormente a nós mesmos. E uma “cartografia da pessoa” haveria de entrever que:

(...) cada um de nós habita e é habitado por espaços e lugares, terras e territórios, regiões e paisagens interiores. E, também, ao construí-las criamos entre nós, interativa e socialmente, nossos sistemas e ações e de coisas, de signos, símbolos e palavras que condizem em nossas diversas culturas os nossos saberes, nossos significados, nossas sensibilidades e nossas sociabilidades. (BRANDÃO, 2007, p.13)

Nesse sentido, na construção social dos lugares, nos mais distintos cenários e contextos culturais, há uma atribuição de um ou mais sentidos aos espaços de vida que são gerados, bem como aos mundos sociais que são criados, destruídos e recriados, socializando porções da natureza socializada e transformada em fragmentos e sistemas de cultura (BRANDÃO, 2007). É essa cultura que nos toma como indivíduos biológicos (seres da natureza) e nos transforma em pessoas sociais (sujeitos de uma cultura). Humanos que constroem espaços e lugares, casas (e nomes para as casas), músicas, canções que retratam as casas, casas que são habitadas e onde também se sociabiliza e festeja, e é cenário de dramas individuais e coletivos, entre outras ações humanas.

Yi-Fu Tuan lembra que:

Espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Vivemos no espaço. Não há lugar para outro edifício no lote. As grandes planícies dão a sensação de espaciosidade. O lugar é a segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. Os geógrafos estudam os lugares. Os planejadores gostam de evocar um “sentido do lugar”. Estas são expressões comuns. Tempos e espaços são componentes básicos do mundo vivo, nós os admitimos como certos. Quando, no entanto, pensamos sobre eles, podem assumir significados inesperados e levantamos questões que não nos ocorria indagar (TUAN, 1982, p. 3.)

Conhecer um lugar subentende o desenvolvimento de um sentimento. Sendo um local natural ou construído, a pessoa liga-se a ele quando adquire um significado mais profundo ou mais íntimo. “Os lugares íntimos, como os nossos lares, são mais aconchegantes no inverno, nos dias chuvosos, nos momentos de doenças ou de festividade, de atendimento as nossas festividades” (OLIVEIRA, 2012, p. 12). Oliveira afirma que uma das dimensões significativas do lugar ou o sentido que se atribui a este ou aquele (o meu, o seu ou o nosso lugar) são pensados em termos geográficos mediante uma experiência do habitar, do falar, dos ritmos e transformações. “Ou o lugar do consciente do tempo social histórico recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior” (OLIVEIRA, 2012, p. 15-16).

Entende-se que se vive em momentos num mesmo lugar, numa mesma época. Pode-se habitar em um lugar que é resultado de uma construção ao longo de um tempo. Habita-se uma mesma cidade, rua, comunidade rural, casa etc. É no lugar que as pessoas se encontram ao longo de suas vidas. Os encontros da vida cotidiana. É o lugar também o cenário das interações sociais, o que transforma em locais sociais da vida (individual, coletiva, da vida em comunidade etc.). As interações estáveis ou passageiras, uniformes ou múltiplas, harmoniosas ou conflituosas existem tanto na dimensão de uma casa ou de uma comunidade, como em ambas.

3.1. Comunidade e comunidades rurais: espaços de vida no mundo rural

Comunidade é um termo que pode ser usado para definir um grupo humano localizado territorialmente e interligado por laços de interação social e interdependência, e por um conjunto de sistemas integrados de valores e normas, aceitos pelo grupo social, tendo seus membros à consciência de serem distintos de outros grupos delineados por linhas idênticas (SHANIN, 1972; COMERFORD, 2005).

Comunidade rural⁵², por sua vez, é uma expressão que apresenta grande diversidade de acepções. Geralmente, em uma definição “clássica”, indica um grupo social delimitado territorialmente – a população de uma localidade, de um povoado ou de um distrito, instalada fora da sede de uma municipalidade – bem como as atividades ocupacionais desses grupos

⁵² No geral, a terminologia comunidade é vaga, larga e ambígua. Muito disso, se deve ao fato que comunidade é um termo utilizado em distintos contextos, sobretudo, pelo Estado, pela igreja, pelas associações (rurais e urbanas), pelos movimentos revolucionários, por determinados profissionais e pelas cooperativas. Há alguns usos mais restritos de comunidade, como exemplo, comunidades rurais (distritos, povoados e aldeias) ou urbanas (comunidades de bairro e as favelas), comunidades tradicionais (povos das florestas, povos rurais), grupos raciais e étnicos (comunidade negra, gay, quilombola, indígena, etc), que não necessariamente, mas geralmente tende a apresentar um sentido de comunidades locais. Comunidade também é utilizada para designar determinados grupos de profissões (comunidade médica, científica, etc), organizacionais (escolar), ou até mesmo para definições mais amplas e que apresentam maior complexidade e diversidade (comunidade econômica, nacional, internacional/mundial), apresentando um uso mais amplo para a palavra comunidade. Durante parte do século XIX e, sobretudo ao longo do século XX, há nas teorias sociais a presença do termo comunidade com um sentido que abrange todas as formas de relacionamento marcadas por um profundo grau de intimidade pessoal, emotividade (profundidade emocional), engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo (NISBET, 1973). A comunidade encontra o fundamento no homem visto em sua totalidade e não apenas no papel que ele possa desempenhar na ordem social, visto de forma separada. A comunidade é [...] fusão de sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição (NISBET, 1973, p. 256). Pode encontrar sua expressão simbólica na religião, na nação, na raça, na profissão, nas cruzadas. Para ele, o protótipo (histórico e simbólico), da comunidade é a família, cuja nomenclatura ocupa uma posição predominante em quase todos os tipos autênticos de comunidade. Em seguida o autor afirma que o elemento fundamental no liame comunitário é “a antítese, real ou imaginária, representada no mesmo ambiente social pelas relações não comunitárias de competição e no conflito, utilidade ou consentimento contratual”.

sociais – principalmente as relacionadas à produção agropecuária. É uma terminologia presente no cotidiano de pessoas residentes nas mais diversas localidades (rurais e urbanas) e também no universo linguístico das agências⁵³ que têm a população do campo como foco de atuação, como igrejas, órgãos municipais, estaduais e federais, sindicatos e organizações não governamentais.

Além dos aspectos citados anteriormente, o termo comunidade rural sugere que há grupos sociais que mantêm, nas práticas cotidianas, relações sociais pautadas na proximidade e na participação em atividades lúdico-religiosas, assim como em determinadas ações coletivas de cooperação no trabalho agrícola, como os mutirões nos períodos de limpeza da área a ser cultivada. Está presente no cotidiano e no vocabulário das pessoas do Vale do Jequitinhonha e de várias outras regiões do Estado de Minas Gerais, utilizado nos discursos dos moradores, das igrejas, dos órgãos estatais (sobretudo a prefeitura local) e dos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-EMATER-MG.

Os usos do termo comunidade rural remetem a diversos significados. Por um lado, refere-se ao recorte territorial e administrativo delimitado para a atuação de determinados órgãos públicos como a EMATER-MG e as prefeituras. Por outro, indica local em que os interesses comuns estão relacionados à ordem religiosa, sobretudo da igreja católica, e também às inserções ocupacionais (atividades agrícolas).

Uma comunidade rural, cujos limites territoriais são um recorte menor dentro de um território maior (o município), representa uma situação específica de encontro de diversos elementos – sociedade, ocupações, aspectos religiosos, políticos e administrativos etc. Trata-se, portanto, de referência ao local de morada (identificação de um lugar geográfico), de realização de festas e confraternizações (sociabilidades), de agrupamento de pessoas que residem próximas entre si (reflete uma coletividade), bem como para a realização de planos e programas governamentais, organização com finalidade política ou econômica (com proposições de intervenção na realidade), entre outras (SOUZA, 2005).

No Vale do Jequitinhonha, o termo comunidade é utilizado para se referir a um agrupamento de pessoas residentes em áreas urbanas equivalentes a bairros ou de pessoas que residem fora das sedes urbanas dos municípios. Comunidade rural, por sua vez, traz os sentidos de delimitação territorial, religiosa e profissional, assim como de uma organização

⁵³ Nessa perspectiva, trata-se de um uso do termo comunidade que não tem pretensões científicas, mas “recortar” o município para determinados fins, como exemplo, projetos de extensão rural, atuação de grupos religiosos (sede de igrejas), dentre outros.

social fortemente baseada em laços de parentesco e vizinhança. Entretanto, na prática, as comunidades rurais não são universos sociais fechados em si mesmo, como uma espécie de “bolha” ao mesmo tempo em que a comunidade é circunscrita como um local delimitado, há um conjunto de relações sociais e institucionais que são ocorrem nesses lugares. As pessoas residentes nas comunidades estabelecem contatos com as pessoas residentes em outras comunidades, na sede urbana do município e em outros municípios vizinhos, dentre eles, Araçuaí, Coronel Murta, Itaobim e Rubelita. Mesmo as comunidades rurais mais isoladas desenvolvem intensa troca material e simbólica com outros lugares para além do que são definidas como as fronteiras da comunidade. As trocas e vendas de alimentos (dentre eles os grãos de feijão e milho), o trabalho de camarada⁵⁴ nas comunidades e cidades vizinhas e os encontros para as festas (sagradas e profanas), são alguns exemplos que apontam que as comunidades não estão fechadas em si mesmo. A própria migração, os trânsitos permanentes e as permanências transitórias, mostram uma dinâmica populacional, com deslocamentos que estão para além da delimitação territorial.

Para o poder público, as comunidades rurais são utilizadas como unidades administrativas para a implementação de projetos que procuram atender distintas demandas locais, como o acesso à água, construção de banheiros, medidas para o fortalecimento da produção agrícola familiar etc. No âmbito dos municípios do Vale do Jequitinhonha, as comunidades e as comunidades rurais representam o agrupamento de pessoas com distintas posições hierárquicas que, a partir de ações coletivas, identificam problemas locais (sobretudo as carências) e procuram o poder público em busca de soluções. Geralmente nas comunidades rurais há as associações. A maior parte dessas associações são organizadas e presididas por mulheres que, na ausência dos maridos migrantes, buscam, em conjunto com outras mulheres e homens do lugar, resolver problemas que afetam o cotidiano da comunidade, como por exemplo, o acesso à água encanada, que interfere diretamente em suas condições e qualidade de vida.

Cada associação possui uma diretoria, eleita pelos membros para um determinado período, e também um salão onde acontecem as reuniões. Espaço que é a materialização da comunidade, além das reuniões, abriga igualmente as celebrações religiosas e as festas. Nas reuniões são debatidos os temas de interesse do grupo e tomadas às decisões coletivas, as quais, em grande medida, expressam os conflitos, as diferenças e as discordâncias que estão em jogo na vida e na comunidade. Se as reuniões na comunidade buscam o consenso na

⁵⁴ Camarada é o trabalhador temporário em propriedade rural.

elaboração de propostas que melhorem a vida na escala local, essa organização representa a possibilidade de transformar a vida das pessoas através de ações coletivas. Nesses encontros são expostas publicamente as demandas locais e os conflitos entre os componentes do grupo. Ambos são definidos por uma temporalidade que está intrinsecamente ligada à capacidade dos líderes e dos membros da comunidade em buscar soluções para problemas que ocorrem no cotidiano. Nas comunidades ocorrem contatos sociais intensos/intimidade, conflitos, evitação e hierarquizações. Esses elementos são componentes da convivência e de diferentes níveis de socialização e organização social, que interligam as pessoas de formas distintas, seja por laços consanguíneos, de casamento ou de amizade.

Ainda que existam autoridades locais, como os líderes ou os coordenadores da comunidade, grande parte do que ali ocorre, todavia, é influenciada por agentes externos, sobretudo a igreja católica e o poder público, principalmente no que respeita a projetos religiosos e a propostas de possíveis melhorias nas condições de vida. As comunidades estabelecem distintas relações com grupos sociais ou instituições externas a elas, de que são exemplo às secretarias das prefeituras locais, a arquidiocese de Araçuaí ou as organizações não governamentais (ONGs).

No interior das próprias comunidades, a integração de seus membros ocorre de forma distinta. Para determinados grupos sociais, a vida comunitária é mais intensa, como na ajuda mútua no trabalho agrícola; para outros, ela se dá mais no âmbito político ou religioso; para alguns, ainda, ela é quase inexistente. No plano das relações, é bastante comum indivíduos ou famílias que optam pelo isolamento social. Os conflitos, que se expressam de distintas formas, ajudam a entender as difíceis relações sociais entre membros de uma mesma comunidade. A vida em comunidade envolve prestígios e reputações. Se a postura de determinadas lideranças, de coordenadores ou membros da comunidade não agrada, o que ocorre, no limite, é o distanciamento daqueles que os julgam e que optam pelo distanciamento social.

Mesmo considerando as especificidades de cada uma, definidas por seus recursos humanos, as comunidades rurais em Itinga-MG representam uma forma de organizar a vida a partir do momento em que indivíduos e famílias se identificam, e passam a ser identificados, como uma comunidade que abriga questões sociais, econômicas, políticas e culturais. As pessoas se identificam ou são identificadas como pertencentes a determinadas comunidade. Dessa forma, as comunidades entram na elaboração das identidades. A identidade não é uma essência, mas sentida afetivamente, inclusive, mas não apenas, pela força do lugar. No mais profundo de seus significados, comunidade representa a união de pessoas que buscam

melhorar de vida ou resolver problemas do cotidiano, ainda que isso represente enfrentar conflitos, ou acessar elementos externos para tentar minimizar suas dificuldades.

Em Itinga (MG), foram selecionadas oito comunidades rurais para a pesquisa de campo (tabela 10), tendo por base alguns critérios: a) predomínio de famílias que trabalham na atividade agrícola (em todos os casos eram pequenos proprietários de terra, com áreas inferiores a 20 ha); b) presença do fenômeno da migração, mas com pessoas que tendiam (por diversas circunstâncias) a ter migrado menos (tanto de forma definitiva como temporária); c) grande número de jovens e de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Com o auxílio de Pierre Gusmão, Presidente da Organização Não Governamental “Associação dos Amigos de Itinga” (AMAI), foram selecionadas as comunidades rurais que contemplavam os critérios citados e onde residiam grupos sociais com específicas diferenciações sociais, econômicas espaciais entre si:

Tabela 10: Comunidades rurais, número de famílias residentes e pesquisadas.

Comunidade Rural	Número de famílias residentes nas comunidades.	Distância da sede do município.	Número de famílias entrevistadas e às quais se aplicou um questionário socioeconômico.	Média de⁵⁵ pessoas por casa.	Média de renda/Família(Mês).
Comunidade Rural do Jacaré	88	44 km	4	5,24	R\$ 212,00
Comunidade Rural Gangorra	18	25 km	2	6,32	R\$ 415,00
Comunidade Rural de Jenipapo	45	20 km	7	3,79	R\$ 180,00
Comunidade Rural de Itinguinha	42	39 km	8	3,21	R\$ 320,00
Comunidade Rural Hermógenes	11	7 km	2	9,21	R\$ 370,00

⁵⁵ Média de pessoas por casa dentre as famílias pesquisadas.

Comunidade Rural Ponte do Pasmado	84	31 km	9	4,23	R\$ 270,00
Comunidade Rural do Caldeirão	6	7 km	1	6	R\$ 280,00
Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas	39	70 km	2	3	R\$ 220,00

Fonte: Pesquisa de campo (2013, 2014 e 2015).

A questão espacial é importante na medida em que, quanto mais distante da sede urbana do município, mais isolada é a comunidade. Na Comunidade da Gangorra, só é possível chegar a pé, a cavalo ou de moto. Na Comunidade Rural de Santana das Pindobas, o transporte público é limitado a dois dias da semana, o que dificulta o trânsito de seus moradores, por exemplo, para a sede urbana do município. Tal isolamento fortalece o convívio entre eles, mas dificulta o contato com “pessoas de fora”. A dificuldade se amplia, quando há a necessidade de acessar hospitais e/ou instituições de ensino. Crianças e jovens podem cursar o ensino fundamental e médio na Escola Família Agrícola (EFA), localizada na Comunidade Rural do Jacaré. Funcionando em regime de internato, essa escola possibilita aos alunos a progressão nos estudos, mas devido ao isolamento, é inviável a permanência desses jovens em suas comunidades rurais e a progressão nos estudos posterior ao ensino médio.

Visto serem as comunidades rurais espaços de vida cotidiana, a distância e o isolamento definem, em grande medida, os ritmos de vida e o contato com o “mundo externo”. Não se deve compreender, porém, que o isolamento define a comunidade com uma “bolha” fechada em si mesma. O trânsito das pessoas pelas sedes urbanas regionais ou por outras comunidades existe, mas os deslocamentos dependem de transportes, frequentemente não diários, e presentes em apenas alguns dias da semana. Os transportes públicos mais escassos e as distâncias são fatores que convergem para uma permanente espera. A espera do dia de ir à cidade para a compra de alimentos industrializados, roupas, sapatos, remédios ou algum bem para o uso agrícola, tais como a enxada.

As famílias com mais recursos, obtidos seja com o dinheiro da migração ou do trabalho como diaristas em propriedades rurais próximas às suas, conseguem comprar uma moto, o que diminui o isolamento, mas não resolve o problema com o transporte de determinados bens, como móveis, por exemplo. Trata-se de uma sociedade muito sedentarizada, em decorrência tanto da precariedade da rede de transportes, que limita os deslocamentos, quanto da pobreza econômica, que dificulta arcar com os custos das viagens para a sede urbana do município. Esse aspecto, porém, tem sido influenciado por um elemento recente: o Programa Bolsa Família. Com a inserção no programa, os beneficiários e, sobretudo as mães da família, têm tido a possibilidade de sair de sua casa e de sua comunidade para receber o benefício na cidade e comprar certos produtos (principalmente alimentos industrializados) para o consumo familiar.

São famílias com restritos deslocamentos pelas cidades e com raras mudanças de residência. Entre esses grupos sociais mais pobres, as pessoas geralmente nascem e vivem toda a vida em uma mesma casa. A mudança de local de residência não ocorre com a contração do matrimônio, que geralmente ocorria, e não raro permanece ocorrendo, entre pessoas de uma mesma comunidade. A pobreza limita o trânsito entre a comunidade e a cidade e restringe ainda mais a migração. Quanto mais evidente é a pobreza econômica, maior é a possibilidade de viver uma vida inteira numa mesma comunidade. Nesses casos, a migração de trabalhadores só é viabilizada se as empresas custeiam os trânsitos. Inicia-se uma viagem com dívidas, que serão descontadas nos futuros pagamentos pelo trabalho. Quando essas pessoas terminam seus contratos temporários, é comum retornarem à mesma comunidade de onde saíram.

Tal mobilidade do trabalho não representa necessariamente uma mobilidade social e/ou mudança de residência. Se esses lugares são de exclusão e dificultam o acesso das famílias a determinados bens e serviços, sobretudo ligados a saúde e educação, a imobilidade interfere no enraizamento construído socialmente a partir de uma experiência cotidiana de estar e viver em uma mesma comunidade, a permanência em uma mesma casa, pois, “estar em casa é, para muitas pessoas, a forma mais intensa de interioridade” (RELPH, 2012, p.12). Para o autor, isso remete à transformação da casa em lar, considerando que ele entende como lar o lugar em que as raízes são mais profundas e fortes, onde se conhece e é conhecido por todos e onde se pertence. Se Relph (2012) vê os sem-teto como uma enfermidade social, nessas comunidades rurais, as famílias têm pelo menos dois pontos que são importantes destacar: mesmo que muitas casas sejam bastante precárias, elas são, antes de tudo, um lar. É nele que pessoas residem permanentemente e são conhecidas por toda a comunidade.

Diferente do migrante, que é apenas uma força de trabalho, nessas comunidades, as pessoas têm identidades e são reconhecidas como categorias sociais: agricultores, lavradores, parteiras, professoras etc. São também parentes de sangue ou de consideração, formam grupos de vizinhança que se conhecem e mantêm uma íntima proximidade, não apenas geográfica, mas, sobretudo, social.

R: Aqui [na comunidade] todos se conhecem. É tudo parente ou amigo [...]. Fui nascido, criado aqui. Nunca saí. Meus irmãos já foram para o corte da cana, mas sempre fiquei. Criei meu povo tudo aqui nessa cabeceira [12 filhos]. Eles [os filhos] foram crescendo e corria [migrava temporariamente] para São Paulo. Agora não é mais São Paulo, vão pra outro canto.

E: Vão para onde?

R: Feira de Santana, na Bahia e Montes Claros (MG). [...] trabalhar como pedreiro. Seis dos meus moços moram aqui. Criam a família com esse dinheiro de pedreiro e mascateando também. Compram feijão dos vizinhos e revendem em Coronel Murta [pequena cidade do vale].

E: Não trabalham na roça?

R: Trabalham, mas o pedacinho de terra é pouco. [...] tem que arrumar outras formas de viver.

E: E os outros seis filhos?

R: Três Deus levou pequeno. Era tudo fraquinho. Dois vivem em Campinas e um, em Salvador.

E: E o senhor não quis ir embora da comunidade?

R: Nunca calculei isso. Mais novo, até queria ir, mas casei, fui trabalhando na roça, foi nascendo os meninos e fui parando com essa ideia de ir embora. [...] gosto daqui. Vida sossegada. Tem a família, tem os vizinhos que ajuda na roça, tem tido a melhoria das coisas [...] não penso ir embora.

E: O que melhorou?

R: Agora está bom viver na roça. Tem água [do Programa Minas sem Fome] Tem luz [Do Programa Luz para Todos]. Tem melhorado demais a vida aqui na roça. [...] a vida aqui está muito boa. Não penso mais ir embora e também estou velho pra isso.

E: O senhor nunca sai aqui da comunidade?

R: Muito pouco, quase nada. Vou até a rua pegar o benefício [aposentadoria rural] e já fico doído para voltar. Lá é barulhento. Gosto do meu sossego...

(Sr. Reinaldo, agricultor, Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas, 59 anos, ensino fundamental incompleto)

Se há nas Ciências Sociais (Antropologia, Geografia, Sociologia etc.) um proeminente debate sobre a ausência de lugar, o desenraizamento, sobretudo, no âmbito das mobilidades espaciais, e a existência de fenômenos socioespaciais, tais como desterritorializações, migrações, cruzamento de distintas fronteiras, nomadismo, instabilidade dos lugares de viver e estar que afetam os pobres, a trajetória do Sr. Reinaldo aponta para a imobilidade, a fixação e um conjunto de práticas baseadas em um lugar. Uma vida construída em uma “cabeceira” de rio, entre as chapadas e os vales cujo significado vai além da fisionomia de um lugar.

É um lugar que resulta da reunião do trabalho na roça, do casamento, da criação dos filhos e de um permanente estar numa mesma localidade, o que confere um conjunto de experiências nesse espaço de vida. Há, na fala do Sr. Reinaldo, uma percepção particular de

melhoria das condições na roça. Essa percepção, por certo, está muito ligada às suas leituras de mundo, pois não decorre da comparação com outras realidades ou com outros lugares específicos, tendo como elemento comparativo a própria história do lugar onde vive: ausência de infraestruturas e de renda, enfim, de um conjunto de elementos que, quando se mostra presente no lugar, altera não apenas as condições de vida, mas também as experiências de lugar. Nesse lugar, há um elemento profundamente particular e familiar que se refere ao lar. As experiências de lar são experiências de um lugar.

Energia elétrica, água encanada, aposentadoria para a compra de bens e móveis melhoram o lar, e mudam a experiência e a leitura de lugar. Para uma pessoa “de fora”, o olhar sobre o lugar, as estruturas físicas das casas (dos lares) e os modos de vida é influenciado por comparações com diferentes lugares do mundo, mas, para as pessoas do lugar, os elementos nele presentes possibilitam uma leitura muito específica: o lugar das atividades econômicas (trabalho na roça), de uma história particular dotada de significados, como por exemplo, onde se criam os filhos, onde há a vivência espiritual na igreja, onde se enterraram ou se enterram os mortos, enfim, elementos que, com seus significados, confundem-se com a própria existência das pessoas do/no lugar.

E quais são as principais características que diferenciam as comunidades rurais, que são, em seu mais profundo significado, lugares de vida?

I- Comunidade Rural do Jacaré: sede de uma Escola Família Agrícola (EFA), principal localidade produtora de leite no município de Itinga (MG). Há o predomínio de pequenas propriedades rurais familiares (média de 16 ha) que têm a pecuária leiteira como principal fonte de rendimentos, somada aos repasses do Programa Bolsa Família (PBF).

II- Comunidade Rural da Gangorra: é onde estão localizadas as famílias que trabalham com hortifrutigranjeiros. A produção é destinada às feiras locais (sobretudo nas cidades de Itinga, Araçuaí e Itaobim). Pequenas proprietárias de terra (média de 8 ha), as famílias que cultivam hortas conseguem ter um maior poder de capitalização do que as outras famílias da comunidade, e também em relação às que trabalham em outros cultivos agrícolas, como por exemplo, o feijão.

III- Comunidade Rural de Jenipapo: tem o garimpo como uma ocupação complementar à atividade agrícola.

IV- Comunidade Rural de Itinguinha: o artesanato (barro e madeira) corresponde à principal atividade complementar à atividade agrícola.

V- Comunidade Rural Hermógenes: abriga famílias remanescentes de quilombolas. Vivem basicamente da aposentadoria dos mais idosos e de repasses do Programa Bolsa

Família. A principal ocupação é a produção para o autoconsumo (principalmente milho e feijão).

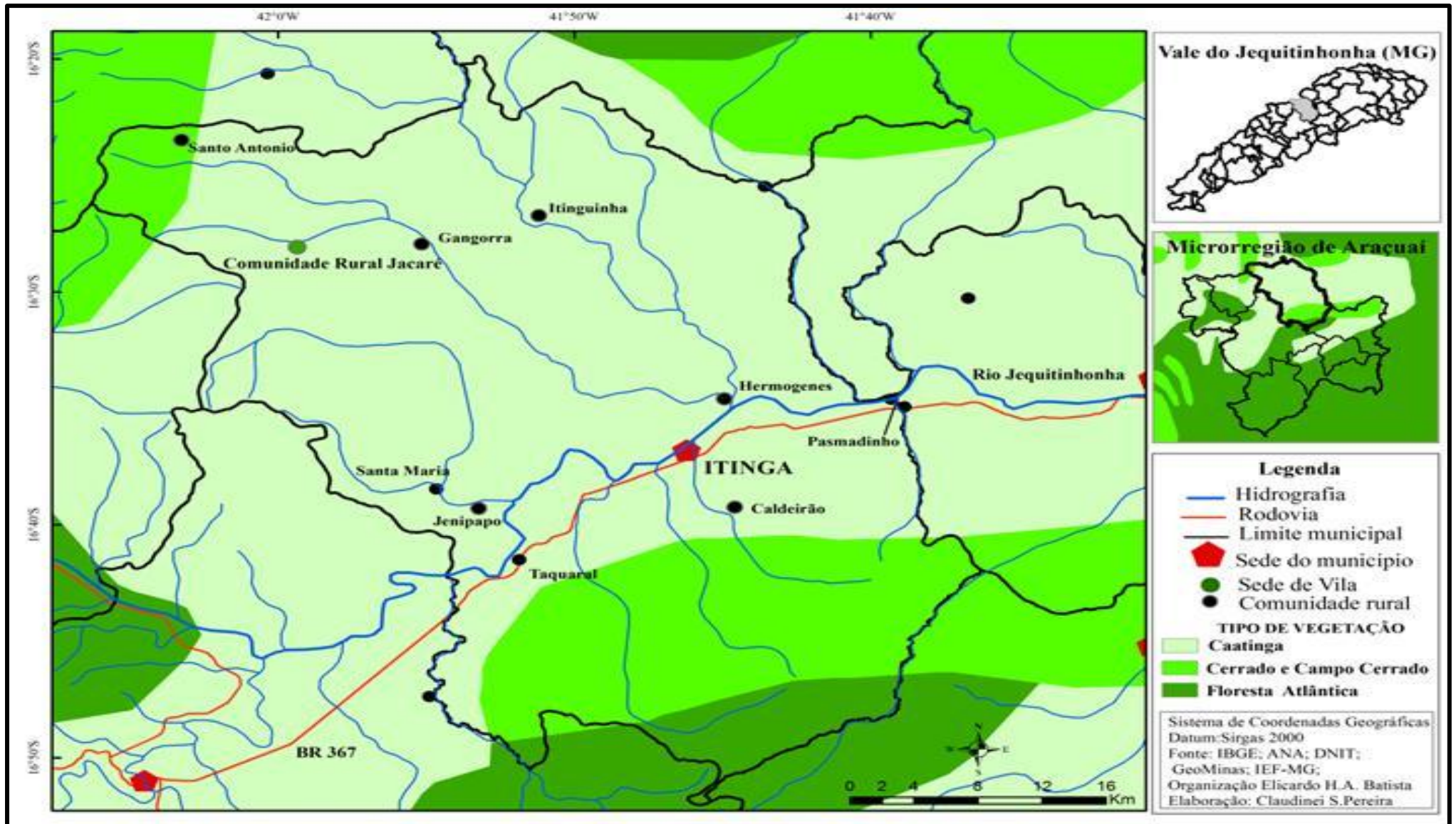
VI- Comunidade Rural Ponte dos Pasmados: forte permanência de jovens, que não tem condições de migrar, em decorrência da pobreza (econômica).

VII- Comunidade Rural do Caldeirão: forte migração de homens, chefes de família, sobretudo para o corte da cana-de-açúcar, e a permanência das esposas, que cuidam da atividade agrícola, e dos filhos pequenos;

VIII- Comunidade Rural de Santana das Pindobas: marcada pela forte migração de famílias para a sede do município de Itinga (MG). Nos últimos anos (sobretudo após 2003), a migração campo-cidade diminuiu, em grande parte, devido à chegada do Programa Bolsa Família e à instalação de infraestrutura mínima, como poços artesianos, que reduz o problema da falta de água nos períodos de estiagem/seca.

Essas comunidades estão localizadas em distintos biomas existentes no município de Itinga (mapa 4), e este fator interfere consideravelmente nos modos de vida e nas atividades econômicas, como por exemplo, se o lugar sofre maior incidência de falta d'água. Há uma forte concentração do cultivo de hortifrutigranjeiros em comunidades localizadas nas áreas com manchas de mata atlântica, sobretudo na Comunidade da Gangorra. Esses cultivos se concentram principalmente nas grotas que, localizadas às margens dos pequenos cursos d'água, são áreas propícias ao cultivo de produtos alimentícios. As grotas continuam sendo importante lugar de morada e trabalho, com um forte peso da produção para o autoconsumo e de excedentes de hortaliças, rapadura e frutas, que são comercializadas nas feiras locais. Em comunidades rurais localizadas em áreas de caatinga ou mata seca, há um forte predomínio da pecuária extensiva. Nas áreas de cerrado e, sobretudo nas chapadas, é grande a presença de plantação de espécies exóticas, notadamente *pínus* e eucalipto.

Mapa 4: As comunidades rurais pesquisadas e os biomas.



As comunidades envolvidas na pesquisa apresentam diferentes dimensões populacionais, mas têm como característica comum constituírem uma sociedade rural, onde, por limitação de oportunidades, as pessoas estão fortemente ligadas à agricultura (produção animal e vegetal). Ou seja, há o predomínio de famílias que se reproduzem socialmente por meio da atividade agrícola, o que ocorre na totalidade dos casos analisados. Nos aglomerados populacionais, sobretudo em Jacaré e Ponte dos Pasmados, há escolas que ofertam ensino do nível pré-escolar até o médio, representando aqueles que a elas têm acesso, a possibilidade de obter no futuro uma ocupação fora das atividades agrícolas, empregos em geral ocupados por pessoas “de fora” das comunidades. As professoras, por exemplo, são da “rua”, ou seja, residem em Itinga e se deslocam cotidianamente para lecionar.

A centralidade das atividades agrícolas é resultado do ambiente social e econômico em que essas famílias estão inseridas. A análise das trajetórias sociais demonstra haver uma baixa mobilidade ocupacional. Exceto os indivíduos ou famílias que migraram do campo para a cidade, as pessoas que permaneceram em suas comunidades de origem continuavam, e continuam na condição de agricultores. O lugar que essas pessoas ocupam na sociedade não é determinado essencialmente pelo lugar que ocupam os seus pais [de agricultores]. A baixa mobilidade do trabalho está muito mais relacionada à falta de alternativas para mudar essa situação.

Ao contrário da realidade das médias ou grandes cidades mineiras, ou de outras regiões do país, onde há um número maior de ocupações e possibilidades de empregos em distintas áreas, nas comunidades rurais, as pessoas que não migram têm como opção o trabalho na agricultura e, raras vezes, algumas ocupações não agrícolas, como certos cargos no funcionalismo municipal, ou no comércio, na sede do município. Esses empregos, todavia, requerem no mínimo um nível médio de escolaridade, e as vagas existentes são poucas e não atendem a demanda. Além disso, o comércio local é marcado pela informalidade e pelo descumprimento de direitos trabalhistas, sobretudo o registro e o pagamento de salário mínimo, configurando uma precarização do trabalho.

Nesse cenário, para as pessoas que não desejam permanecer na atividade agrícola, a migração é a melhor alternativa e, com frequência, a única possibilidade para uma mobilidade profissional. A limitação de alternativas ocupacionais é, portanto, aspecto indutor da mobilidade espacial, principalmente para os jovens. A questão que se coloca não é o simples abandono da atividade agrícola pelos indivíduos ou famílias. O que está em pauta é que o desejo de deixar a agricultura e, ao mesmo tempo, permanecer no local de origem, é possibilidade consideravelmente limitada devido ao ambiente em que essas famílias estão

inseridas, um dos fatores fundamentais, portanto, no dilema entre ficar e sair. Geralmente, uma experiência de vida marcada pela imobilidade social está intrinsecamente relacionada a outros elementos, tais como: condição de extrema pobreza, ausência de nutrição suficiente, com consequências no desempenho físico e mental, exclusão do mercado de trabalho com rendimentos regulares, ou impossibilidade de assumir atividades intelectuais, como na educação, por exemplo.

Entre as famílias de agricultores pobres, os filhos tendem a permanecer de geração em geração como agricultores, devido ao limitado campo de possibilidades, o que nem sempre ocorre dependendo dos grupos sociais em questão. Se entre as famílias de agricultores, a mobilidade profissional é extremamente rara, o mesmo não se dá entre famílias rurais que detêm certo patrimônio. Um fenômeno comum no Vale do Jequitinhonha e no Norte do Estado de Minas Gerais é a mobilidade estudantil, que leva jovens rurais com idades entre 15 e 20 anos a migrar para cidades com melhores escolas para a progressão nos estudos, seja para a conclusão do ensino médio, para cursar o pré-vestibular ou o ensino superior. No caso do norte de Minas Gerais, os destinos são Montes Claros, Araçuaí, Diamantina, Teófilo Otoni e Belo Horizonte. São jovens oriundos de famílias rurais cuja renda advém de mais de uma fonte – comércio e agricultura, comércio e prestação de serviços, agricultura e trabalho no funcionalismo público – ou de famílias grandes proprietárias rurais, especializadas na pecuária leiteira ou no cultivo de feijão e capim. Trata-se de um tipo de migração de estudantes que causa um considerável impacto no grupo familiar: a saída de uma força de trabalho de que a família dispõe gera a necessidade de contratação de mão de obra extrafamiliar para os trabalhos na atividade agrícola ou na atividade comercial da família. Além disso, os custos com a migração (aluguel, transportes, alimentação, mensalidades dos cursos etc.) são assumidos pelas famílias.

Essa mobilidade estudantil possibilita uma ampliação das relações sociais e culturais, além de realizações pessoais e, geralmente, representam uma oportunidade de mobilidade profissional. São jovens que *nos e entre* os múltiplos espaços e tempos de vida, com rendas oriundas da atividade agrícola, dificilmente permanecerão como agricultores. Tanto no Norte de Minas Gerais quanto no Vale do Jequitinhonha, a migração para progressão nos estudos é um projeto de famílias residentes no meio rural ou em pequenas cidades, que detêm uma renda um pouco melhor e desejam que os filhos tenham acesso às instituições de ensino como meio de ampliar as opções de escolhas profissionais. Para as famílias agricultoras, essa migração para os estudos é uma alternativa para a saída dos filhos da própria atividade agrícola. É possível concluir, assim, que a dificuldade de mobilidade entre os jovens rurais

está mais relacionada a um fator financeiro que a uma questão geográfica, o fato de terem nascido no meio rural.

A dinâmica de migração⁵⁶ dos jovens estudantes é um fenômeno importante para entender privilégios e oportunidades que apontam para as assimetrias nas condições de vida das famílias residentes nas comunidades rurais. Expressa também um tipo de mobilidade espacial que se amplia consideravelmente a cada geração, que acaba por vivenciar uma experiência singular. A mobilidade estudantil de jovens rurais é um fenômeno recente no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas Gerais. Por um lado, está relacionado à crescente valorização que as famílias rurais atribuem à educação formal e, por outro, à maior possibilidade de migração do campo para a cidade, viabilizada pelos rendimentos da família de origem. Ressalta-se também que a abertura de estradas e rodovias, após a década de 1970, e as tecnologias de comunicação, especialmente a televisão e a internet, acessíveis até mesmo nas pequenas cidades do Vale do Jequitinhonha, permitem aos jovens visualizar outras dinâmicas, outros modos de vida e experiências que extrapolam as relações sociais da/na comunidade, levando-os ao conhecimento de outra realidade, onde são outros os comportamentos sociais.

A partida de jovens, filhos de agricultores, em direção às cidades tem se intensificado nos últimos anos (após a década de 1990), inclusive daqueles que desejam seguir a profissão dos pais (agricultor), mas têm dificuldade de viver na/da agricultura. A decisão pela migração ganha complexidade se analisada da seguinte perspectiva: a decisão da saída não é estritamente individual, e as famílias preferem diminuir os investimentos na atividade agrícola para sustentar os filhos em cidades onde possam receber um ensino que entendem ser de qualidade. São jovens rurais de classe média que são impelidos a sair do rural e da atividade agrícola. O objetivo é construir um futuro profissional fora da agricultura, ou mesmo permanecer na atividade agrícola, porém, na condição de profissional especializado, uma vez que um número considerável de jovens opta por cursos ligados às ciências agrárias, como agronomia, medicina veterinária e zootecnia. Se a saída e o retorno são lados de uma mesma moeda, não são também excludentes. Jovens de classe média, com uma situação social mais privilegiada e bem formados, dificilmente retornam às suas localidades de origem.

No entanto, há entre os jovens o desejo de permanecer em suas comunidades rurais de origem, motivado, entre outros elementos, pelas relações sociais mais diretas e contínuas entre famílias, amigos e vizinhos, e pelos espaços de sociabilidade, sobretudo as festas. A

⁵⁶ A migração para progressão nos estudos como um privilégio ficou bastante evidente nas conversas informais com as pessoas do lugar no decorrer da pesquisa de campo.

mobilidade espacial para a progressão nos estudos é desenhada em função das condições materiais e econômicas das famílias. Ocorrem também casos de jovens que, embora as famílias tenham recursos (sobretudo terra e renda) para apoiar sua migração para a progressão de estudos, optam pela permanência no meio rural e na atividade agrícola, o que é visto pelo grupo familiar e vizinhança como atitude negativa, ou seja, um indivíduo que não deseja um futuro melhor, fora da atividade agrícola.

A família incentiva a migração desses jovens mesmo que isso represente aumento de custos. Essa migração tem um significado específico, na medida em que representa uma diferenciação social tanto para a família, que detém recursos para coletivamente financiar um projeto individual, quanto para os jovens que migram como uma possibilidade de ampliação de seu capital cultural. Nesse sentido, essa migração pode também significar diferenciações sociais, econômicas e culturais das famílias rurais residentes nas regiões mais carentes do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, essa mesma opção de mobilidade profissional visando a mobilidade social não é parte das dinâmicas das famílias pobres ou extremamente pobres, menos em decorrência da questão geográfica, do que resultado da desigualdade, presente inclusive entre as próprias famílias rurais. Uma alternativa muito específica que se coloca para os jovens dessas famílias é viabilizada por redes religiosas que incentivam sua migração para a cidade (sobretudo Diamantina) para estudarem filosofia em seminários. Trata-se da existência de outros tipos de redes, para além das sociais, que englobam um número reduzido de jovens do sexo feminino, atraídas para esse tipo de formação como uma tentativa de sair da pobreza do seu grupo doméstico e ampliar sua educação formal, mesmo que em áreas não tão desejadas.

Enquanto as de classe média têm condições que permitem aos filhos migrar, dedicando tempo integral aos estudos, o que futuramente possibilitará melhores opções de trabalho e meios de se sustentarem, para as famílias mais pobres, sem acesso a recursos monetários, a escolha em relação aos filhos se resume em migrar, ou com o apoio das redes religiosas para estudar, ou para ocupar postos de trabalho precários (cortadores de cana, construção civil, atendentes de supermercado), que dificilmente poderão ser conciliados com uma vida estudantil (devido aos preços dos cursos, ao tempo, à disponibilidade etc.), perpetuando a vulnerabilidade social e econômica.

Quatro falas de jovens residentes em distintas comunidades rurais corroboram essa dificuldade:

Eu queria ir embora da comunidade [...] queria mudar para Itinga ou Araçuaí, mas não temos condições de comprar uma casa. Não gosto da comunidade porque fica muito isolada. Não tem transporte, e sinto falta de ter telefone. Quando fui visitar

minha tia [em Belo Horizonte], era tudo mais fácil: tinha telefone e ônibus na porta. Se pai passa mal, tem que ir na “rua” [Itinga] atrás de médico [...] às vezes, nem Itinga tem médico e temos que ir para Araçuaí ou Itaobim. O que segura pai aqui é esse pedacinho de terra de onde tiramos nosso sustento, mas não quero ficar nessa vida de roça direto, não. (Diadorim, 16 anos, comunidade Rural do Jacaré, filha de agricultores, estudante do ensino médio).

Eu estou aqui [na comunidade] não é porque estou bem, mas porque não posso sair. Se pudesse, ia embora buscar oportunidade. Quero sair em busca de emprego e de uma vida melhor. Gosto de morar aqui [na comunidade], mas não quero ficar a vida toda na roça. Roça não dá futuro. Planta as coisas e não dá. Nunca tem certeza se vai colher, ou se vai render que dá pra vender na feira. As coisas não rendem [...] quero ir embora para ganhar meu dinheirinho. (Otacília, 17 anos, Comunidade Rural Santo Antônio das Pimbobas, estudante do ensino médio).

Só moro aqui porque nasci aqui, mas quero mudar. [...] quero ir pra Itatiaia (RJ) morar com minhas tias. Eu gosto da roça, da tranquilidade, da vida aqui, mas viver da roça é muito sofrido. Nunca tem dinheiro pra nada. Queria ter minhas roupas, comprar um sapato novo, mas nunca sobra [...] quero sair daqui. (Emílio, 15 anos, comunidade Rural do Jacaré, filho de agricultores, estudante do ensino médio).

Nós não temos condições de morar na cidade, mas eu gosto de morar na comunidade. Aqui é tranquilo. Só é ruim porque falta transporte e é longe de tudo. [...] falta assistência dos vereadores e do prefeito. Nós precisamos de um monte de coisas e não podemos contar com eles. Se eu pudesse eu ia embora para ajudar meus pais. Eu queria ter uma vida melhor. [...] quero estudar para ser professora [...] se tivesse emprego e estudo queria ficar na comunidade [...] aqui é tranquilo, bem sossegado e dá pra plantar o alimento [feijão, milho e mandioca] (Doralda, 15 anos, comunidade rural Santo Antônio, estudante do ensino médio).

Os depoimentos dos jovens expressam dois significados para a palavra roça: primeiramente, o lugar de morada, onde residem e estudam; em segundo lugar onde são praticadas as atividades agrícolas, o que remete a uma ligação com o mundo rural agrícola, em que seus dias são dedicados às atividades agrícolas na pequena propriedade da família. As entrevistas e o contato com esses jovens revelam um desejo de viver o melhor dos dois mundos: a tranquilidade, os amigos, a vizinhança e as festas na roça, mas também a possibilidade de ter um emprego e uma renda própria, ambição que em seu imaginário só pode ser concretizada com a migração para as cidades. Não há uma visão negativa da roça como lugar de morada. Há uma negação da roça como local de trabalho, pois pequenas produções agrícolas e rendimentos incertos não são atrativos para esses jovens.

A escola, ao mesmo tempo em que amplia, ainda que temporariamente, a permanência dos jovens em suas localidades de origem, é também um forte elemento impulsionador da migração. Pode-se perceber que em comunidades rurais onde há estabelecimentos de ensino que oferecem até o ensino médio, muitos jovens permanecem nas propriedades rurais, e residindo com a família. Contudo, a conclusão do ensino médio é vista por eles como uma possibilidade de migrar, de ter uma renda e uma autonomia – “quero ir embora para ganhar

meu dinheirinho” – autonomia associada à mobilidade espacial, do campo para a cidade, como uma ampliação de possibilidades, entre elas, outras opções de emprego, de sociabilidade e liberdade.

As comunidades rurais, apesar de ter amplos espaços físicos, oferecem limitadas possibilidades de uma vida mais dinâmica, sob a ótica do trabalho e da sociabilidade. Ainda que os jovens agricultores gostem de morar no campo, preferem uma dinâmica social urbana. A partir das comunidades rurais e de seu modo de vida, avaliam seus projetos de vida reais e os desejados. Para eles, não há uma negação por completo do mundo rural, mas almejam ter acesso a bens e serviços da vida moderna, o que só pode ocorrer através da migração para as cidades. Mas, as cidades, sobretudo as cidades grandes, que ampliam as oportunidades de empregos, ampliam também as ameaças às liberdades, seja pela violência urbana ou pela impossibilidade de atingir seus objetivos, pela falta de dinheiro, de emprego ou de tempo.

Com a vivência nas comunidades rurais, esses jovens desenvolvem sentimentos e projetos de vida que, obviamente, são resultado das diversas experiências vividas em suas trajetórias. Se as comunidades rurais são o lugar de trabalhar e de estudar, são também lugar das festas, das paqueras, dos amigos, da vizinhança e amizade, ou seja, é lugar da liberdade dos encontros e de uma sociabilidade.

São jovens que constroem seus projetos de vida em um contexto que o meio rural é um dos elementos centrais em suas vidas. Essa centralidade se materializa pela residência no campo e pode se expressar também pelo trabalho na atividade agrícola. Conhecem poucas cidades, geralmente Itinga (sede urbana do município) ou outras cidades regionais, tais como Itaobim, Araçuai ou Rubelita, que possuem baixa densidade populacional e são caracterizadas por uma forte presença do mundo rural em suas dinâmicas, não têm muito claro como seria a experiência de viver em cidades maiores. Fica evidente, porém, a vontade desses jovens de experimentar um novo modo de vida, que passa pela mudança da comunidade, possibilitada pela mobilidade espacial.

É certo que não se pode, sociológica ou geograficamente, definir as comunidades rurais com base em uma única característica, seja o tamanho de sua área, a densidade populacional, a composição ocupacional da população, ou os indicadores de renda. De fato, elas são constituídas por um conjunto de elementos que lhes conferem semelhanças ou diferenças. No entanto, o cotidiano de incertezas em relação a rendimentos e a precária condição material de existência são o que tem em comum uma população, composta predominantemente por pessoas negras ou pardas, cujos históricos estão ligados à agricultura e à pecuária e, em casos específicos, à mineração.

Outro elemento comum às comunidades rurais é que elas remetem a um lugar de pertencimento geográfico dos indivíduos e famílias. Como são lugares de morada, as pessoas se identificam como pertencentes àquele determinado grupo. Nas comunidades mais isoladas, tais como Santo Antônio das Pimdobas, Jacaré e Gangorra, as pessoas são, na maioria, parentes de sangue, e é comum o casamento entre parentes, sobretudo primos. São comunidades com pequenas populações, ora agrupadas em distrito (Jacaré), povoado (Ponte do Pasmado) ou mais dispersas (Santo Antônio dos Pasmados).

Não há uma grande diferenciação ou estratificação social. Numa mesma comunidade, as relações sociais são marcadas pela proximidade social e pessoal e pela intimidade (harmonias e conflitos são elementos constitutivos das relações sociais). Mesmo considerando a hierarquia pautada em idade ou no *status* de determinados moradores, como por exemplo os que detêm maior patrimônio territorial fundiário, as relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade rural tendem a ser mais próximas, não raro informais (por exemplo, se conhecem por apelidos), nas mais diversas interações sociais, marcadas por um sistema interativo, caracterizado por relações face a face, primárias e diretas.

Não há diferenças notáveis quanto à linguagem, às crenças, aos padrões comportamentais e às tradições. De certa forma, essa relativa homogeneidade está relacionada ao isolamento, ainda que a abertura de estradas vicinais e o acesso aos meios de transportes (ônibus, motos etc.) e telefones celulares o tenham reduzido. Entretanto, o isolamento, a dispersão populacional e o menor contato com as cidades regionais não implicam um enfraquecimento da convivência e do contato entre pessoas da mesma comunidade ou das mais próximas.

Uma vida social fortemente marcada pelos encontros e festas religiosas é mais uma das características das comunidades. As festas de junho (Santo Antônio, São João e São Pedro), as missas, os leilões e as novenas são eventos de grupos de vizinhança e parentesco, mas que agregam também pessoas de outras comunidades. Com isso, não há, mesmo no caso de comunidades mais isoladas, um empobrecimento da vida social.

As festas, os trabalhos na roça, a construção de casas, entre outras, são atividades realizadas em comunidade. Numa sociedade composta quase em sua totalidade de indivíduos (inclusive mulheres e crianças) ativamente envolvidos em uma atividade agrícola (agropecuária), é recorrente o trabalho trocado entre as pessoas. Ou seja, vizinhos e parentes se organizam para a ajuda mútua, tendo como troca a força de trabalho. Em um sistema de mutirão, todos trabalham nas terras de todos, sem remuneração em dinheiro. As trocas de dia dos camaradas foi e ainda continuam presentes no cotidiano das famílias das comunidades

rurais, ainda que cada vez menos comum, devido à presença de relações capitalistas materializadas na figura do diarista. A própria centralidade das atividades agrícolas no mundo do trabalho dessas sociedades, a carência de recursos monetários que impede a contratação de mão de obra fora da família nuclear e a dependência dos tempos da natureza (tempos da chuva) forçaram essas pessoas a se ajudar mutuamente no preparo da terra para o cultivo, ou nos momentos da colheita.

A construção de casas para abrigar os novos casais após o casamento também é realizada com a ajuda dos vizinhos. Nesse sentido, a carência material e monetária possibilita a existência de outras relações, não monetarizadas, que intensificam a vida em comunidade e até mesmo fortalecem laços e relações sociais. Os mutirões, baseados na reciprocidade e na ajuda mútua, além de caracterizar prática que não envolve pagamento, representam também o interesse da coletividade e não de um beneficiário particular. São outros os valores morais, fundados na palavra, no respeito e na reciprocidade e que, no limiar, apresentam relações sociais pautadas na igualdade, pois, ainda que haja diferenças em relação a determinados bens (como exemplo, o patrimônio fundiário), essas relações são entre pessoas que se encontram na mesma posição, ou seja, na ajuda mútua.

Entre as famílias rurais mais carentes, não há uma grande discrepância em relação à posse de bens materiais e de rendimentos monetários. Não é fácil estabelecer uma faixa de renda, devido à incerteza e à inconstância dos ganhos, mas todas as famílias têm em comum o fato de serem beneficiárias do Programa Bolsa Família. Pelo baixo valor pago pelo programa, em média R\$ 250,00/mês por família, esse rendimento representa, frequentemente, um complemento a outras fontes de rendimentos. Entre as famílias envolvidas na pesquisa, 28 somavam os recursos do PBF à renda da lavoura; cinco (5), à renda de atividades não agrícolas, sobretudo na função de pedreiro e de pequenos comerciantes; e dois (2), à renda da lavoura e da aposentadoria.

A considerável incidência de rendimentos atrelados a políticas sociais, notadamente o Programa Bolsa Família, rendas (irregulares e incertas) advindas das atividades agrícolas (produção animal e vegetal), com a comercialização dos produtos nas feiras e o trabalho de diarista (média de R\$ 35,00 ao dia), são os principais formas de ganho de rendimentos que favorece o acesso das famílias aos bens que possuem em seus lares (tabela 11).

Tabela 11: Bens e infraestrutura das famílias residentes nas comunidades

Bens	Total	Porcentagens (%)
Casa própria	32	91,0
Casa cedida/alugada	3	9,0
Casa de alvenaria	20	57,0
Casa de barro/ pau a pique	5	14,0
Casa mista- Alvenaria e pau a pique	10	29
Energia elétrica	35	100
Água encanada	35	100
Água tratada	0	0
Fossa séptica	35	100
Máquina de lavar	8	23
Chuveiro elétrico	8	23
Geladeira	31	89
Televisão	30	86
Antena parabólica	26	74
Aparelho de DVD	2	6
Rádio	10	29
Computador	2	6
Computador com internet	1	3
Telefone	0	0
Telefone celular	8	23
Carro	2	6
Moto	9	26
Bicicleta	16	46
Fogão a gás	30	86

Fonte: Pesquisa de campo (2013 e 2015).

A existência de um conjunto de políticas públicas nas comunidades rurais, tais como “Minas sem Fome” (governo de Minas Gerais), “Luz para Todos” (governo federal) e programas de habitação rural (da prefeitura local), incidem consideravelmente sobre as famílias e definem as condições de vida.

O “Minas sem Fome” tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional da população, com a redução da pobreza, resgate da cidadania e inclusão produtiva. Esse programa tem tido como uma de suas principais ações, a abertura de cisternas para que as famílias possam ter acesso à água para consumo ou para ser utilizada na criação dos animais e das plantações. Outra medida é a instalação de sistemas comunitários de abastecimento de água, com a construção de reservatórios com motobombas hidráulicas, tubulações, cloradores, hidrômetros etc., que tem ajudado a diminuir o problema da falta de água. Com o programa “Luz para Todos”, que é uma reformulação do “Luz no Campo”, houve a extensão da energia elétrica para as comunidades rurais, inclusive as mais remotas, abrindo a possibilidade de as famílias terem em seus lares outros bens, tais como televisão e geladeira, entre outros. Devido à chegada do programa “Luz Para Todos”, houve inclusive, por questões de segurança, melhorias nas casas, com a troca das coberturas de palha de coqueiro por telhas, para evitar incêndio em casos de curto-circuito.

Considerando que o meio rural do Vale do Jequitinhonha sempre foi caracterizado pela construção de residências de pau a pique, a prefeitura de Itinga segue a tendência de outras prefeituras municipais de facilitar o acesso das famílias a materiais de construção para a melhoria de suas residências e construção de casas de alvenaria. Casas de pau a pique são propícias a hospedar o “barbeiro” (*Triatoma infestans*), inseto que dissemina a doença de Chagas que, comum na região, reflete, entre outros fatores, as condições de pobreza de habitações, como as casas de barro (fotografia 3). A construção de banheiros nas residências, pela prefeitura, também é outro fator que tem promovido a melhoria das residências. Os programas citados têm, dessa forma, facilitado a todas as famílias o acesso a água encanada, energia elétrica e fossa séptica.

Fotografia 3 : Abrigo físico e redes de comunicação e informação - Parte externa de uma residência de uma família beneficiária do Programa “Luz para Todos”, na Comunidade Rural Ponte dos Pasmados.



Fotógrafo: Elicardo Heber, 2013.

Entre as famílias rurais das comunidades, sobretudo as mais isoladas ou distantes da sede urbana do município, permanece sendo comum a existência de residências construídas com materiais disponíveis na natureza, principalmente o barro e a madeira. As autoconstruções de residências e a precariedade das estruturas indicam a carência material de existência das famílias, mas as casas são predominantemente próprias e construídas pelas famílias com a ajuda de parentes e vizinhos (fotografia 4).

Fotografia 4: Parte externa de uma residência de família beneficiária do Programa “Luz para Todos”, na Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas. Foto tirada nos “tempos das águas”, ou no período das chuvas, entre novembro e fevereiro.



Fotógrafo: Elicardo Heber (2013).

Possuir uma casa de alvenaria representa certa diferenciação social. Casas de barro são habitadas pelas famílias mais empobrecidas, construídas em geral para abrigar um novo par conjugal conformado a partir do matrimônio. Moças ou rapazes que conseguem juntar recursos com a migração pré-matrimonial têm uma reserva em dinheiro que viabiliza a construção de residências melhores. Geralmente, as áreas onde se constroem as casas são doadas pela família do noivo ou da noiva. Com a proximidade do casamento, parte das terras da família é separada, para que o futuro casal possa ter sua residência e trabalhar nas atividades agrícolas, no roçadinho.

Nas comunidades, todos, pelo próprio isolamento e/ou intenso convívio, são parentes de sangue ou de consideração, e as “pessoas de fora”, são as que chegam após o casamento com alguém do lugar. As doações de terras da família para o novo casal formado pelo matrimônio não segue uma lógica de gênero. Os pais do noivo ou da noiva podem e fazem essas doações, ainda que seja mais comum o noivo residir nas terras do futuro sogro. Por certo, isso depende exclusivamente da área disponível de cada família.

As casas autoconstruídas têm comumente o mesmo padrão: são de barro, com sala, dois quartos, uma cozinha e um quintal, onde se cultivam frutas e hortaliças e os roçadinhos

de feijão, milho e fava. O crescimento da família, em virtude do nascimento dos filhos, não é acompanhado, porém, da ampliação da casa. A família é distribuída nos espaços já existentes ou nos “puxadinhos”. Quando é muito numerosa, por exemplo, e a casa tem apenas dois quartos, os filhos mais novos dividem o quarto com os pais, e os mais velhos compartilham outro ambiente da casa. A disposição dos membros pela casa e o uso de certos bens, tais como roupas, sapatos e chinelos, são definidos a partir do que está disponível, sem a noção de posse individual do que quer que seja.

Fotografia 5: Família na parte frontal de uma casa na Comunidade rural dos Hermogenes.



Fotógrafo: Elicardo Heber (2013).

Parte das residências da Comunidade dos Hermógenes foi apresentada ao país por uma revista de circulação nacional⁵⁷ sob o título “Miséria, o grande desafio do Brasil”. No ano de 2002, dois filhos de uma das famílias foram fotografados deitados em uma cama de palha, sintetizando a condição de 23 milhões de brasileiros que viviam, então, em condições de pobreza absoluta. As crianças foram escolhidas para estampar a capa da edição, por estarem desnutridas e serem portadoras do mal de Kwashiorkor⁵⁸, doença associada à má alimentação.

⁵⁷ Revista Veja, edição 1.735, de 23 de janeiro de 2002.

⁵⁸ Kwashiorkor é uma doença resultante da carência de proteínas e vitaminas. A palavra é originária de um dialeto ganês (África) e significa “mal do filho mais velho”, devido ao fato de os filhos mais velhos serem desmamados precocemente e passarem a ter uma dieta precária, resultando em deficiências energéticas e de nutrientes, que caracterizam a referida doença.

Imagem 1: A questão da pobreza extrema e a desnutrição infantil



Fonte: Revista Veja, edição 1.735, de 23 de janeiro de 2002.

Na foto, os irmãos estampavam as condições de precariedade em que viviam. No interior da casa, havia o problema da fome e da desnutrição e, diferentemente das crianças do lugar que se tornaram “os querubins”, estes sobreviveram. No Vale do Jequitinhonha é comum a existência de cemitérios para crianças. Quando faleciam por fome ou doenças, sem serem batizadas na igreja católica, a população local acreditava que se transformavam em “querubins”. Para as crianças que viviam na extrema miséria, a fome era a associada a outros elementos que amplificam a pobreza, sobretudo a impossibilidade de acesso a creches ou a outros tipos de estabelecimentos de ensino.

De 2002 a 2013, as famílias do Hermógenes pouco tem melhorado suas condições materiais de existência. Vivem basicamente das transferências diretas de renda e da produção para o autoconsumo (feijão, milho, abóbora, hortaliças e árvores frutíferas), em uma área de três hectares, espremidos entre grandes fazendas de criação de gado e o rio Jequitinhonha. Ao

longo de sua trajetória, a família, que sempre residiu no mesmo lugar, viu progressivamente suas terras sendo ocupadas pelo capim e pelo gado. Sem documentação, esses descendentes de um quilombo foram sendo expropriados por grandes fazendeiros locais. Com a renda do Bolsa Família, os Hermógenes conseguem comprar alimentos e financiar certos bens para a família (televisão, alguns móveis e roupas). Com a existência de transporte estudantil ofertado pela prefeitura, ainda que precário, os filhos estudam em colégios públicos na sede urbana do município. Para os jovens da família, o desejo maior é a migração e a vontade de melhorar de vida. As carências sociais, materiais e econômicas são fatores que tornam a vida na comunidade rural difícil e menos desejada.

Entretanto, a pobreza econômica dificulta a migração dos jovens que tem sua própria liberdade de escolha tolhida, de forma que a permanência na localidade de origem acaba resultando da falta de oportunidades para a saída. A migração dos homens do Hermógenes sempre esteve atrelada à mobilidade do trabalho e a um tipo muito específico de trabalhador: os cortadores de cana. Tratava-se de um tipo de migração por temporada, pois, com o fim das safras, eles retornavam para os seus espaços de vida. Mas, com o pouco dinheiro ganho, traziam junto problemas de saúde decorrentes desse tipo de trabalho, tais como dores nas costas e pulmões comprometidos. Muitos homens do Hermógenes deixaram de migrar, seja pela saúde debilitada, seja pela ausência de empresas contratantes dos cortadores de cana. Agora, mesmo na pobreza material evidente, com o Programa Bolsa Família e o trabalho na roça, conseguem ter acesso ao alimento que vai para a mesa.

Fotografia 6: Utilização de fogão a lenha pela família da comunidade do Hermógenes.**Fotógrafo: Elicardo Heber (2013).**

Entre as famílias mais carentes, é comum a utilização de fogões de lenha, devido ao menor custo em relação ao fogão a gás, considerando que a lenha é mais acessível e mais barata. Em suas casas, a cozinha é separada dos outros cômodos por questões de segurança e para que a fuligem resultante da queima da lenha não escureça as paredes de barro. Apesar de ficar fora da casa, é na cozinha que acontece a socialização entre os membros da família ou com as visitas. Em residências onde os fogões ficam fora, há outro cômodo que é destinado a guardar, dispostas em prateleiras, as vasilhas que são compradas ou produzidas pela família com madeiras disponíveis nas proximidades, o filtro de barro para a água potável e uma mesa que é usada para preparar os alimentos e tomar as refeições. Para as reuniões familiares ou para receber os “de fora”, utilizam a sala da residência ou a sombra das árvores. Nas casas das famílias com mais recursos, há sempre uma varanda, que é o local de descanso, das visitas e da confraternização. Entre as famílias que têm fogão a gás, a cozinha é anexa à residência e não tem a finalidade de receber visitas. Ela é restrita à família e a vizinhos que têm maior familiaridade e afinidade com os moradores. As visitas são recebidas na varanda e na sala da casa.

Dentre um conjunto de significados das comunidades rurais, destaca-se:

I – Onde se tem um lar. O lar, mesmo precário (de adobe ou pau a pique), é lugar de abrigo, de proteção contra a chuva, o vento, o sol, enfim, uma forma concreta de abrigar a família. É no lar, onde há experiências únicas, particularizadas, onde há história(s) e um significado(s).

É referência para a rotina do cotidiano. Nos lares, é lugar de cuidado com as vasilhas, com as mobílias, com as flores nos quintais e com as pessoas;

II - É o lugar do convívio e solidariedade - As pessoas, sobretudo, as residentes nas comunidades convivem intensamente entre si. Geralmente, os vizinhos são parentes de sangue ou por consideração. São pessoas que se conhecem por nomes, não raro se tratam por apelidos. Se ajudam mutuamente nos trabalhos nas roças, nos roçados, nas construções das casas, na melhoria das cercas e nas festas (sagradas e profanas). Enfim, uma rede de solidariedades que pode ser entendida com uma riqueza das relações humanas nas tramas no/do cotidiano. Convivem intensamente em distintos lugares, sobretudo nas escolas, nas igrejas (católicas e neopentecostais), nas roças e roçados;

III- Lugar onde há uma hierarquia familiar fortemente centrada e materializada na figura do pai e uma dominação masculina que se expressa de distintas formas, dentre elas, sobre os usos dos recursos da família (geralmente com exceção para a renda do Programa Bolsa Família), ou na permissão para receber e conversar com pessoas de fora, dentre esses, os pesquisadores das universidades. Na migração de membros da família, por exemplo, tendem a migrar primeiro os filhos homens e depois as filhas. As filhas apenas migram primeiro que os filhos quando há nos empregos nos lugares de destino uma seletividade de gênero, como exemplo, as domésticas e as babás. Quando é possível a migração temporária do pai (chefe da família)⁵⁹, os filhos permanecem nos lugares de vida, entretanto, não é rara, uma migração dos pais com os filhos, mas é consideravelmente rara uma migração dos pais com as filhas, sobretudo, devido a um elemento objetivo, uma vez que se trata de empregos precários e pesados (construção civil, carvoarias, vaqueiros, etc) que esses migrantes do trabalho irão assumir nos trechos (lugares de destino/trabalho). Mulheres casadas não migram. O casamento é um forte indutor da permanência dessas mulheres nas comunidades rurais. É entendido que é papel do homem migrar para buscar o sustento da esposa e dos filhos, tendo ela o papel de permanecer cuidando do lar, do roçado e dos membros da família que permanecem;

IV – Lugar de trabalho nas atividades agrícolas (produção animal e vegetal);

V – Lugar de exclusão e de difícil acesso a um conjunto de serviços e infraestruturas (sobretudo escolas e hospitais);

VI – O lugar como encontro de história de grupos e como produto de um conjunto de intra e inter-relações, conformado por diversas relações, desde as globais até as mais locais, ora

⁵⁹ No capítulo quatro (4) o leitor encontrará evidências empíricas sobre a migração e seletividade de gênero.

conflitantes, ora de cooperação. Lugar de conflitos entre as pessoas do lugar e a presença de grupos nacionais e internacionais, de grandes proprietários de terra, que apropriam do lugar para prática da pecuária extensiva, mineração (o lugar apenas como recurso) e plantio de *pinus* e eucaliptais (os desertos verdes). A chegada das grandes empresas, que apropriam dos recursos (sobretudo as terras), interfere diretamente nos fenômenos, no cotidiano das pessoas, ora retirando os não proprietários da terra (sem a titularidade da terra) dos seus lugares de vida, que historicamente utilizavam as chapadas e grotas para o trabalho na agricultura, criação dos filhos, etc, ora limitando os trânsitos das pessoas das comunidades, principalmente, devido a privatização das áreas de usos comum (sobretudo as chapadas) que passam a ser o controladas por essas empresas. Até mesmo as comunidades rurais mais isoladas, ficam vulneráveis à influência e interferência direta do mundo mais amplo, por exemplo, as áreas propícias ao cultivo de *pinus* e eucaliptais, que são de interesse das empresas de reflorestamento. Estar no lugar é um processo contínuo de luta e resistência⁶⁰;

VII- Comunidades rurais como referência para atuação de instituições religiosas, sobretudo, a igreja católica) e de órgão públicos, principalmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e a prefeitura;

VIII - O lugar como a possibilidade de existência de um grupo de pessoas, famílias e instituições (públicas e privadas), que o apropriam com sentidos diversos, ora como recurso (sobretudo as empresas) ora com um sentido material-simbólico-identitário (as pessoas do lugar);

IX – Lugar das festas sagradas e profanas. No lugar o sagrado e o profano formam pelo menos duas formas de ser no mundo. São situações existência assumidas pelas pessoas ao longo de suas trajetórias. Nas comunidades rurais, as duas formas de estar no mundo, o profano e o sagrado, se imbricam e as fronteiras entre ambas não estão muito claras. De fato,

⁶⁰ Neste sentido, há pelo menos dois grandes grupos: I- **pequenos proprietários de terras nas grotas e chapadas** (com a titularidade) e; II – **Famílias que não tem a propriedade da terra**, ou seja, famílias que ocuparam as grotas e chapadas, repassando as terras aos seus descendentes, mas **sem uma titularidade da propriedade**. De fato, famílias que não são titulares da terra são cada vez menos comum no meio rural de Itinga. Em grande medida, o aumento da população residente nas Vilas, povoados e sede urbana do município muito se deve a expulsão dessas famílias dos seus lugares de vida, seja baseada em violência física, simbólica ou ambas. O fim dos agregados nas grandes fazendas locais (residência “por favor”, mas com obrigações, dentre elas, trabalho e ajuda dos membros das famílias de agregados nas fazendas dos donos da terra), também justifica o aumento desse deslocamento da população do meio rural para os aglomerados urbanos, sobretudo no período pós década de 1980.

os encontros nas comunidades estão muito baseados no sagrado⁶¹. Encontram-se para as rezas, mas não apenas. O profano é também parte dos encontros para as festas sagradas.

Nas festas do sagrado, há uma paralização do tempo das práticas cotidianas para entrada no tempo mítico. Se há o carnaval na sede do município que atrai pessoas das cidades próximas e são incrementadas com a chegada dos migrantes, as festas religiosas mudam a rotina das crianças, dos jovens e dos idosos, atraindo pessoas de “fora” das comunidades para os festejos. As novenas de festas juninas são um dos exemplos dessas mudanças. Diariamente, as famílias deslocam-se para a casa dos vizinhos para as rezas. A família que recebe os vizinhos deve se preparar. As preparações para receber a vizinhança ocorrem ao longo de todo o dia: na arrumação da casa, na varredura do quintal, na preparação das comidas e do altar, que receberá os santos que chegarão juntamente com os vizinhos que participarão do ato.

Fotografia 7: procissão das festas do sagrado



Fotógrafo: Elicardo Heber (2015).

Toda a arrumação do cenário para as festas do sagrado conta com a ajuda das mulheres, seja da família ou não. Enquanto as mulheres preparam a casa para receber os

⁶¹ Exceto o carnaval, que se concentra nas praias do Rio Jequitinhonha próxima a sede urbana do município, as principais festas ocorrem nas comunidades rurais de Itinga, principalmente, mas não apenas, a Folia de Reis, São Sebastião, Semana Santa, Festas Juninas, sobretudo, de Santo Antônio e São Pedro com as missas, novenas, leilões (para angariar recursos para as igrejas católicas das comunidades), levantamentos de mastros, os forrós e Vaquejadas. No mês de setembro ocorre a festa de Nossa Senhora D’ajuda, com quermesses, liturgias e, após os encontros religiosos, os forrós.

convidados, os homens tocam violão, cantando músicas (profanas) acompanhados por bebidas alcoólicas (ou não). Os homens não ajudam na preparação das comidas ou na arrumação da casa. Permanecem, geralmente, debaixo das árvores ou em locais onde não atrapalhem as arrumações dos lugares para os festejos, geralmente, pausando a cantoria no momento em que chegam os convidados para as rezas. Ao término da reza, retornam as cantorias e as bebidas, ou se reúnem em rodas para as conversas e “causos”. No geral, seja o carnaval (na cidade) ou as festas sagradas e profanas, principalmente nas comunidades rurais, tem-se a impressão que as pessoas estão todo o tempo celebrando algo, mas, sobretudo uma aproximação com o sagrado, com Deus. Para essa sociedade rural, os lugares têm uma função de abrigo e base de “recursos”, sobretudo para o trabalho na agricultura, mas há também um conjunto de referências simbólicas que são fundamentais para a manutenção de sua cultura e denota os lugares de outros significados.

X – Lugar como referência para as partidas e retornos para os migrantes, seja de forma temporária ou definitiva.

4. DINÂMICA POPULACIONAL: MOBILIDADE ESPACIAL, MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS, RETORNOS E PERMANÊNCIAS.

Eu atravesso as coisas — e no meio da travessia não vejo! — só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada.

Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto mais embaixo, bem diverso do que em primeiro se pensou.

[...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia... Guimarães Rosa (1986, p. 26-52).

Este capítulo trata da dinâmica populacional, com ênfase no par migração e permanência, entendidas, ambas, como fenômenos complementares. Grande parte da discussão teve por base teórica a literatura das Ciências Sociais, da Economia e da Geografia no tocante à mobilidade espacial e migração.

Migração e permanência são elementos que podem auxiliar na compreensão dos modos como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade contemporânea, sobretudo, no início do século XXI. Na análise das evidências empíricas sobre os significados da mobilidade espacial de migrantes do trabalho precário oriundos de famílias carentes, a migração surge como uma das estratégias de reprodução social, em especial no Vale do Jequitinhonha, e de forma mais ampla, como parte da cultura local.

Em um universo social marcado por grande movimento de pessoas, com saídas e retornos ao meio rural, mormente migrantes temporários do trabalho, observa-se o fenômeno das permanências transitórias e dos trânsitos permanentes, que põe em questão a premissa de que esteja ocorrendo um processo de esvaziamento populacional nos lugares de vida dos migrantes. Nesse sentido, deve-se entender que em grande medida a permanência no próprio lugar de origem é sustentada pelas migrações temporárias em espaços e tempos distintos.

Considerando o campo restrito de possibilidades nos lugares de vida, no que concerne a trabalho e rendimento, o texto propõe uma discussão sobre até que ponto as políticas sociais e, de forma mais específica, as transferências diretas de renda, como o Programa Bolsa Família, estão interferindo no retorno desses migrantes do trabalho aos seus lugares de origem, ou até mesmo evitando que partam. Dessa forma, a tríade benefícios sociais, retorno e permanência no lugar de origem será tratada como novos processos sociais em decurso numa sociedade em que o dilema entre ficar e sair é permanente.

4.1. Mobilidade espacial e migração: uma abordagem das ciências sociais

A mobilidade espacial e seus mais distintos tipos, entre eles, a migração, não é um fenômeno novo. Experiências locais no Brasil apontam para o fenômeno da migração como contínuo e parte das estratégias de reprodução social, inclusive o de indutor da permanência das famílias de migrantes (sobretudo os temporários) em suas localidades de origem.

A mobilidade espacial e suas diversas tipologias (entre elas a migração e as circularidades) é um fenômeno construído socialmente e multideterminado (pela sociedade, pela economia, por governos nacionais e internacionais, por questões ambientais etc.), presente em diferentes contextos sociais. Não raro, a mobilidade espacial é vista pelos agentes do processo como uma possibilidade de mobilidade social, ainda que não haja necessariamente uma relação entre os dois tipos de mobilidade, a espacial e a social.

No sentido mais amplo, mobilidade social é uma expressão que descreve a passagem de indivíduos ou grupos de uma classe social para outra, ou a possibilidade de se mover para assumir posições diferentes dentro de uma determinada ou determinadas estruturas sociais. Mudanças de *status*, melhoria de renda e de condições materiais de existência de uma família ou indivíduos são exemplos da ideia de mobilidade social empregada aqui. Se a mobilidade espacial pode ser uma possibilidade de mobilidade social, vários outros fatores devem também ser considerados, tais como escolaridade (capital cultural), profissão, renda, acesso a determinados bens de consumo etc. Neste ponto, mobilidade social aponta para diferenciações sociais e até mesmo distinção social.

O migrante é uma categoria diversificada que é produzida e reproduzida no contexto de uma série de relações (familiares, com o mercado de trabalho, com a sociedade em geral), mas, em contextos de pobreza e ambiente econômico pouco dinâmico, a migração tem grande peso em uma possível garantia das condições materiais necessárias à própria existência do indivíduo e de seu grupo familiar.

Em face de um cenário com poucas oportunidades de geração de renda e baixo dinamismo do mercado de trabalho, as pessoas são impelidas a adotar a mobilidade espacial como uma estratégia de reprodução do seu grupo. O migrante é produzido, portanto, como resultado de um determinado ambiente econômico, e a migração surge como uma possibilidade de ampliar novas experiências de trabalho e de vida, bem como de buscar alternativas para proporcionar melhores condições de vida ao grupo familiar.

4.2. Mobilidade espacial e migração: uma abordagem

A mobilidade espacial e suas mais diversas tipologias e significados é um tema recorrente no campo acadêmico. Demografia, História, Sociologia, Direito, Economia, Psicologia, Ciências Políticas e Geografia têm empreendido consideráveis esforços para entender os sentidos, os contextos e, ainda em menor proporção, os significados dos deslocamentos populacionais. Mesmo a mobilidade espacial, ou a migração, para usarmos termos convencionais, tendo claramente uma abordagem interdisciplinar, há uma tendência predominante a um enfoque macroestrutural no processo de entendimento da dinâmica dos fluxos populacionais (MENEZES, 2002). No sentido mais amplo e mais vago, a migração é um dos vários tipos de mobilidade espacial e pode ser entendida como o movimento de relocação de pessoas de uma região para outra que ocorre de formas distintas, mais ou menos precárias no que concerne a meios de transporte, como um exemplo, entre outros fatores.

As análises econômicas e demográficas em torno do fenômeno da migração tendem a explicar o processo a partir da ideia de fatores de atração e repulsão (SASSEN, 2010). Dentro dessa perspectiva, a pobreza econômica, a ausência de um mercado de trabalho (formal e até mesmo informal) e baixos salários seriam alguns dos indicadores que configurariam um cenário de repulsão. Determinadas regiões seriam, portanto mais repulsivas, devido a seu ambiente social e econômico. A ausência de um mercado de trabalho dinâmico seria um dos elementos centrais que configuraram o fenômeno da repulsão.

Nas Ciências Humanas, sobretudo nas Ciências Sociais, a migração surge com diversas expressões em tempos e espaços distintos, não havendo apenas uma única definição para o fenômeno. Esse fato cria um obstáculo à sua compreensão, o que, em grande medida dificulta, por exemplo, a sistematização e o levantamento de dados e estimativas a ele relacionados.

As leituras nacionais e internacionais sobre o tema migração apontam que os fluxos migratórios detêm algumas características universais e estruturalmente parecidas. Entretanto, cada fluxo migratório ocorre dentro de uma particularidade histórica e social. Os deslocamentos humanos são influenciados por relações sociais, culturais, econômicas, políticas e até mesmo ambientais, muitas vezes bastante diferentes.

Os processos sociais em torno da migração são envoltos por determinadas particularidades que dotam o fenômeno de características muito particulares, mesmo que alguns elementos se repitam, como, por exemplo, a busca por melhores condições de vida, entre os mais diversos fluxos migratórios em sociedades consideravelmente distintas.

Migração é recorrentemente utilizada como sinônimo de mobilidade espacial (BECKER, 2003) na qual se envolve parcela de uma determinada população, tendo como resultado um conjunto de alterações nos ambientes social (relação entre pessoas), produtivo (relações de produção) e físico. Como um processo social, provoca rearranjos, uma vez que o deslocamento de indivíduos (acrescentaria famílias) representa transpor uma série de fronteiras, não apenas geográficas, mas também culturais, políticas e linguísticas (sobretudo, no caso dos imigrantes internacionais). Sendo assim, tanto para os que migram, quanto para os que permanecem, assim como para as localidades de origem e destino dos agentes sociais envolvidos, o fenômeno adquire um conjunto diverso de significados.

Os fluxos populacionais, a distribuição populacional e os grupos mais propensos a migrar, juntamente como os denominados fatores de expulsão (*push factors*) e atração (*pull factors*) têm constituído importantes elementos para a compreensão das assimetrias regionais e as diferenças salariais⁶², por exemplo. Distintas correntes teóricas se apropriam da ideia de atração e repulsão, como , por exemplo, as neoclássicas e as estruturalistas (SOARES, 2002).

As teorias neoclássicas centram a análise do processo de migração no indivíduo, como um ser dotado de racionalidade que opta pela mobilidade espacial a partir da análise das desvantagens e vantagens contidas no processo. Pela abordagem neoclássica, há um cálculo individual que leva em conta os custos e benefícios da migração (PORTES, 2008). Nesse sentido, o território é entendido como um espaço da liberdade, e a migração, como um movimento onde se exercita essa liberdade (VAINER, 2002).

Os elementos que interferem nas dinâmicas de mobilidade espacial são diferentes a partir de determinadas realidades históricas. Um dos primeiros estudos sobre o tema foi realizado por Ravenstein (1885), na Grã-Bretanha, que publicou seus resultados apresentando as “leis empíricas da migração” para explicar processos gerais de deslocamentos populacionais, considerando determinados elementos como tecnologia, sexo, fatores econômicos etc. e, também, determinadas dinâmicas populacionais ocorridas na Grã-Bretanha

⁶² As pesquisas sobre migrações tendem a construir um arranjo teórico e metodológico que sustente uma pesquisa em determinado ou determinados universos sociais. Baseado na perspectiva macroestrutural, como por exemplo nos enfoques neoclássicos e marxistas, a mobilidade espacial surge como face de um desequilíbrio das economias regionais (LEE, 1966; TODARO, 1976; GAUDEMAR, 1977; CARLEIAL, 1994). Os fluxos populacionais surgiram como um elemento balizador das assimetrias regionais pelas diferenças de rendimentos, salários, dinâmica do mercado de trabalho, entre outros. Nessa abordagem social da mobilidade no espaço, a constituição desses fluxos é, na perspectiva macroestrutural, resultado de decisões individuais. Como elementos modeladores da mobilidade espacial, essa migração seria resultante das características regionais: regiões de atração e regiões de repulsão (*pull-push factor*), determinados por elementos relativos à economia e infraestrutura.

que não se repetem necessariamente em outras realidades empíricas, ou que ocorreram em contextos históricos e sociais muito concretos e distintos.

Pela “lei da distância”, presente no trabalho de Ravenstein, a maioria das mulheres tendia a fazer movimentos de curta distância, diferentemente dos homens cujos deslocamentos eram mais longos. Os fatores que configurariam essa dinâmica populacional estariam ligados aos custos mais altos da migração, às questões materiais e às informações. O distanciamento da localidade de origem ampliaria as incertezas e os custos do ser migrante. Fatores psíquicos e de adaptação em uma nova residência ou novo emprego poderiam também interferir no processo migratório.

Outro ponto levantado por Ravenstein (1885) é a migração por etapas, como uma alternativa para diminuir os custos relativos aos distanciamentos. No caso dos migrantes rurais, por exemplo, primeiro migrariam para cidades de pequeno e médio porte para, numa outra etapa, chegar às grandes cidades. Esse processo era facilitado em decorrência da existência de novas tecnologias e melhorias dos meios de transporte, inclusive facilitando a quebra de certas etapas do processo migratório, por exemplo, migrantes rurais que migravam para as cidades médias antes de chegarem às grandes cidades.

Se a aplicação da ideia de etapas migratórias (migrações mais curtas seguidas de outras mais longas) já não é totalmente adequada para entender os fenômenos migratórios contemporâneos, haja vista as mudanças/melhorias nos sistemas de transportes e informações que facilitam a migração de longa distância por pessoas ou famílias que detêm recursos para tal empreendimento, há dois elementos no estudo de Ravenstein que, direta ou indiretamente, estão presentes em quase todas as pesquisas sobre as dinâmicas populacionais: a existência de correntes e contracorrentes migratórias (migrantes de retorno).

As dinâmicas migratórias para a realidade europeia (nesse caso a Grã-Bretanha) seriam caracterizadas por movimentos populacionais de idas e retornos. Ao se deslocarem para determinadas direções (corrente), haveria, para os migrantes, um movimento na direção contrária (contracorrente), ainda que com menor intensidade. Apesar de um conjunto de variáveis presentes no processo migratório (idade, sexo, distâncias etc.), o autor considerava o fator econômico como o principal determinante do processo.

Os estudos de Ravenstein foram realizados no contexto da revolução industrial, numa época em que a migração para as cidades configurava uma possibilidade para a obtenção de melhores salários nas regiões urbano-industriais, confirmando a premissa de que as correntes migratórias tinham principalmente motivações econômicas. Justamente por ser marcado pelo contexto, o clássico trabalho de Ravenstein serve para mostrar como comportamentos

migratórios (individuais ou coletivos) são influenciados por ambientes socioeconômicos muito específicos e caracterizados pelas particularidades de uma determinada época/recorte histórico.

Três abordagens podem ser utilizadas para estudar a migração:

- 1- A partir **do olhar do indivíduo** (abordagem microestrutural/ modelos neoclássicos);
- 2- **Abordagem histórico-estrutural** (conjuntura econômica e social vigente);
- 3- **Perspectiva domiciliar** (a partir do olhar das famílias ou dos domicílios que passam a ser o elemento referencial para entendimento e análise dos processos migratórios).

Alguns estudos tendem a explicar os movimentos migratórios sob o modelo neoclássico, que entende a migração como uma opção do indivíduo, após calcular racionalmente os custos ou benefícios dessa decisão. Faz parte desse cálculo o retorno financeiro e material dentro de um determinado recorte de tempo, considerando os gastos com a migração e os possíveis ganhos na localidade de destino. As possibilidades de conseguir emprego e obter renda são altamente consideradas no processo decisório pela migração (MASSEY; 1990), assim como as influências de determinados custos (moradia, alimentação, transportes etc.) e benefícios (empregos, melhores salários, condições e vida etc.).

Contudo, na decisão por migrar, não há uma separação entre família e indivíduo. Ainda que a migração de toda a família seja menos comum que a individual, e que esta esteja relacionada a um conjunto de fatores internos ao próprio grupo de família de origem (número de pessoas, tamanho do patrimônio fundiário familiar, renda, escolaridade dos membros etc.), a decisão pela migração (inclusive do indivíduo) é geralmente uma deliberação coletiva⁶³, inclusive porque muitas vezes a família tem que arcar com os gastos necessários.

Uma dificuldade que parece latente na análise dos significados da mobilidade espacial é a de diferenciar os ganhos do indivíduo migrante e os da família que permanece. Apesar da distância geográfica entre eles, as remessas de dinheiro por parte dos migrantes para as

⁶³ A decisão por migrar ou ficar deve sempre ser analisada no seio do grupo familiar se pensarmos o fenômeno dentro de uma perspectiva mais micro. Estudos antropológicos em distintos recortes espaciais e temporais no Brasil, tais como os de Garcia Jr. (1989); Woortmann (1990); Felix (2008); Desconsi (2009), entre outros, têm mostrado que a decisão por migrar é muito discutida no âmbito da família e não raro é um “projeto familiar”. Como exemplo, nos estudos com camponeses no Nordeste brasileiro, Klass Woortman (1900) mostrou como a migração de indivíduos tinha um papel importante para a família de origem do migrante e era um dos aspectos fundamentais para a sua permanência na condição de camponeses, mesmo num contexto em que se tratava da migração de apenas membros do grupo familiar. Dos três tipos de mobilidades identificados - a migração pré-matrimonial, a migração do chefe de família de tipo circular e a emigração definitiva ainda que individual - estavam intrinsecamente relacionadas às tramas familiares e modificavam as condições de existência no lugar de origem, entre elas, a ampliação do patrimônio familiar, com a compra de terras, e um reforço da presença da família nas atividades agrícolas.

localidades de origem não é um fenômeno raro. A migração do indivíduo é muitas vezes motivada pelo intuito de enviar dinheiro aos familiares que permanecem na localidade de origem do migrante. Assim, uma decisão que pode inicialmente parecer individual revela-se uma espécie de projeto coletivo. Os que permanecem dependem, consideravelmente, da remessa de recursos dos que migram. O fato de os jovens e os solteiros serem mais predispostos a migrar que os casados (MINCER, 1978) pode ser explicado, portanto, pelo desejo de conseguir um emprego e ajudar a família.

De acordo com a histórico-estrutural, a migração é entendida com um processo influenciado pela conjuntura social, econômica e política existente num determinado contexto histórico. A contextualização econômica e social do universo em que está inserido o migrante ou um potencial migrante é utilizada para apontar as causas subjacentes ao deslocamento populacional. Uma das principais perspectivas dessa abordagem tem por base as assimetrias regionais, que teriam papel fundamental no fenômeno da migração (HARRIS;TODARO, 1970), visto que regiões mais prósperas, mais dinâmicas e com maior oferta de trabalho tenderiam a atrair mais pessoas.

Um ponto importante dessa abordagem é a relação entre oferta de trabalho e escassez de mão de obra. Contextos onde há escassez de mão de obra atraem mais migrantes, uma vez que oferecem mais oportunidades tentadoras de trabalho. Em regiões com excedente de mão de obra, ao contrário, a tendência é pagar salários mais baixos. Essa relação tem como resultado certa equalização dos salários pagos nas distintas regiões, provocada pelos processos migratórios: a migração de trabalhadores faz aumentar os salários nas regiões perdedoras de mão de obra, e o fenômeno inverso ocorre nas regiões receptoras desses migrantes.

Para exemplificar a abordagem, Lewis (1954) procura elucidar seu modelo de migração a partir de dois contextos: um, capitalista (sociedade urbana e industrial), e outro, de subsistência (sociedades agrárias/atividades agrícolas). Neste, por apresentar um excesso de mão de obra, os salários seriam menores que os pagos na sociedade urbana/industrial, este por sua vez, com salários fixos, maiores e mais atraentes. Com a migração para a cidade e a escassez de trabalhadores no meio rural, a remuneração no setor agrícola seria ampliada, diminuindo a diferença entre os salários rurais e urbanos. Dessa forma, o ajuste na diferença de salários entre mundos distintos (rural e urbano) ocorreria em virtude da migração.

Entretanto, essa explicação é consideravelmente limitada para compreender o que acontece em determinadas realidades empíricas brasileiras, considerando o peso da ocupação familiar na atividade agrícola visando ao autoconsumo, em que geralmente predomina o

trabalho dos próprios membros da família, sendo rara a presença de trabalhadores pagos (temporários e/ou permanentes). É o que ocorre, para nos atermos apenas a alguns exemplos, no Nordeste do Brasil, no norte e nordeste do Estado de Minas Gerais e no interior do Espírito Santo. Além disso, na própria realidade brasileira, são consideravelmente elevadas as taxas de desemprego no meio urbano, apesar de os dados relativos a 2013 indicarem o menor índice registrado no país desde 2002 (IBGE, 2013). Nesse sentido, há uma diferença entre a existência de salários atrativos e a empregabilidade, sendo que o primeiro fator não implica a existência do segundo.

Uma terceira vertente tende a reunir as duas abordagens, ou seja, as teorias neoclássica (micro) e histórico-estrutural (macro), sob uma perspectiva domiciliar (ou familiar) de análise dos processos. Um dos elementos centrais dessa abordagem é o entendimento de que a decisão a respeito da migração é tomada não individualmente, mas por um conjunto de pessoas (famílias ou domicílios) que atuam coletivamente para potencializar a renda esperada, diminuir os riscos e enfrentar as dificuldades de um mercado não perfeito. A decisão pode ser pela migração do indivíduo ou de toda a família (dependendo das possibilidades) que, neste caso, procura inserir os membros familiares em setores produtivos diferentes como uma possibilidade de minimização dos riscos. O ponto chave dessa abordagem, portanto, é que a família, e não apenas o indivíduo, passa a ser o elemento referencial para a análise tanto dos processos migratórios, quanto dos fatores relacionados à permanência.

Na literatura, são vários os autores brasileiros que consideram a migração um processo social e, por isso, apropriam-se da abordagem histórico-estrutural para entendimento dos processos migratórios (SOARES, 2002). Brito (2000), como um exemplo, entende que as migrações interestaduais ocorrem devido às assimetrias regionais e sociais e como resultado de processos relativos ao capitalismo brasileiro. Confirmando essa tese, os fluxos migratórios, entre 1940/60 eram predominantemente originários das regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro, com destino aos centros industriais (São Paulo e Rio de Janeiro) e às regiões caracterizadas como de fronteira agrícola (Paraná e Região Centro-Oeste).

A partir de 1960/80, a própria atuação do poder público, através de investimentos e da política agrícola, acentuou essas assimetrias regionais, reforçando a migração do campo para a cidade, que já despontava como tendência. Entre as políticas públicas implantadas, merece destaque a melhoria dos transportes e da comunicação que, em grande medida, integraram as regiões brasileiras e potencializaram as migrações internas, em decorrência das facilidades de deslocamento e de informação.

Na década de 1980, em cenário brasileiro de crise econômica e o processo de desconcentração espacial das indústrias reconfiguraram o fenômeno migratório. Com a mudança de localização das indústrias, houve o arrefecimento dos fluxos migratórios do Nordeste e de Minas Gerais para as ditas regiões de atração (sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo), mas a migração para os grandes centros urbanos se manteve, trabalhadores passaram a ser absorvidos pelo mercado de trabalho informal, mormente na prestação de serviços. Conseqüentemente, a atração exercida pelos grandes centros urbanos em decorrência da oferta de trabalho (formal ou informal) provocou uma maior circulação de pessoas, a qual, por sua vez, agravou os problemas das grandes cidades, principalmente a violência urbana, a redução de empregos formais e o aumento da demanda por serviços públicos.

Embora historicamente o país tenha sido marcado pelo fluxo migratório rural-urbano, algumas mudanças são observadas ao longo da década de 1990, como a predominância de um tipo de migração urbano-urbana, a redução da migração para os grandes centros urbanos e o retorno de migrantes para as regiões de origem, sobretudo Minas Gerais e Nordeste. Nesse sentido, Minas Gerais passou a reter os prováveis migrantes e exercer inclusive certa atração, devido ao dinamismo do setor agroindustrial, principalmente no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba, e às oportunidades de emprego nas áreas metropolitanas, notadamente na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte.

Brito (2000) relaciona claramente os movimentos migratórios às próprias dinâmicas da economia e da sociedade brasileira. Uma destas refere-se à restrição das ofertas de emprego e à geração de novas possibilidades de ocupação e de acesso à terra, o que tem contribuído, por um lado, para uma substancial mudança social e cultural dos fluxos migratórios e, por outro, diminuído a própria oportunidade de mobilidade social no Brasil.

4.3. Migração: abordagem macro e microestrutural

No campo acadêmico brasileiro, a mobilidade espacial e suas diversas tipologias sempre foram e continuam sendo um tema recorrente (GARCIA JR., 1989; WOORTMANN, 1990; BECKER, 1997; MAIA, 2004; BRUMER, 2007; FELIX, 2008). Sua constante presença no cenário acadêmico nacional pode ser entendida pelo fato de que a mobilidade no espaço, em tempos distintos, é aspecto característico da dinâmica populacional no Brasil. No que concerne a famílias rurais, a movimentação espacial foi e permanece como um elemento constitutivo das estratégias de reprodução social, ainda que com significados diversos,

conforme a realidade de cada grupo familiar (GARCIA JR., 1989; WOORTMANN, 1990; FELIX, 2008).

A mobilidade espacial é apreendida como importante elemento na dinâmica das famílias rurais, visto que a migração de alguns membros das famílias do campo para a cidade e do campo para outras áreas rurais é uma alternativa, como exemplo para diminuir a excessiva fragmentação do patrimônio fundiário familiar. Sua saída, em busca de renda, ainda que mínima, visa garantir a sobrevivência para os excluídos da herança da terra (MAIA, 2004; BRUMER, 2007).

Os estudos sobre a migração, no caso brasileiro, têm privilegiado determinados aspectos da mobilidade espacial, conforme a realidade social, econômica, política e cultural do país no momento de realização da pesquisa⁶⁴. Entretanto, do ponto de vista da abordagem, é possível, como citado anteriormente, proceder as pesquisas sob duas perspectivas, a micro e a macroestrutural. Ainda que em muitas investigações ambas estejam presentes, sempre se destaca uma ou outra.

Na perspectiva macroestrutural, Lopes (1971) analisou a migração no Brasil como um processo de transferência da população de regiões “estagnadas” para regiões “modernas”, numa dinâmica representativa do avanço do capitalismo no país. As migrações internas resultariam da conformação de uma desigualdade entre as regiões brasileiras, a partir da centralização das atividades industriais em determinadas cidades, a exemplo das capitais São Paulo e Rio de Janeiro⁶⁵.

Na análise de Singer (1976), na década de 1970, o campo constituía um espaço de repulsão populacional, principalmente em decorrência da concentração de terras em mãos de grandes proprietários e da predominância, em certas áreas do país, de culturas de subsistência com produção limitada, resultado da insuficiência de terras para cultivo, de limites de crédito

⁶⁴ O próprio entendimento do fenômeno migratório no país mudou conforme foram se alterando as circunstâncias históricas, econômicas e políticas. Becker (1997) afirma que a migração urbana no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, era entendida como um fenômeno altamente positivo, tanto para os migrantes, quanto para o desenvolvimento nacional, que refletia na crescente expansão econômica do país. Esse cenário propiciava a absorção de um grande contingente de mão de obra decorrente da política industrial de substituição das importações do Pós-Guerra e da deflagração do Plano de Metas (1956-61) do governo Juscelino Kubitschek. Entretanto, na década de 1970 e sobretudo após os anos 1980, o que se observou no país foi a existência de um contingente de trabalhadores sem emprego ou subempregados, com a expansão de mão de obra excedente. Esse contexto favoreceu o crescimento da pobreza e a exclusão, nas grandes cidades brasileiras, forçando a migração de retorno, principalmente para o Nordeste do Brasil, ou mantendo o cenário de exclusão social dos migrantes que permaneceram nas grandes cidades.

⁶⁵ Entretanto, a maior mudança na estrutura empregatícia no Brasil se deu com a passagem de trabalhadores do setor primário para o terciário sem passar pela industrialização e com forte peso de ocupações informais, ainda que “a partir dos anos 60, a concentração da atividade industrial urbana e o estímulo à modernização da agricultura foram fenômenos que caminharam juntos no país, produzindo fluxos de grandes magnitudes para os contextos urbanos” (BECKER, 1997, 349).

e da dificuldade de comercialização, entre outros motivos. Nas palavras do autor, essas regiões eram “produtoras” de mão de obra para as regiões mais dinâmicas do Brasil, que atraíam os mais importantes fluxos migratórios.

Bem próximo ao pensamento de Singer⁶⁶, Durham (1978) reitera que a migração é resultante das desigualdades regionais, que levam as populações a se deslocar de áreas atrasadas e estagnadas para regiões “desenvolvidas” e “modernas”. No Brasil, a partir da década de 1930 e intensificado na década de 1950 com o crescimento do setor industrial, ocorre um grande deslocamento populacional em direção às cidades, assumindo o campo o papel de um “criatório” de migrantes.

Para alguns autores, a mobilidade populacional brasileira está relacionada principalmente à industrialização e ao processo de urbanização do país. Essas análises macroestruturais evidenciam uma relação funcional entre as regiões, de modo que, na distribuição da população brasileira, certas regiões, como Nordeste, seriam fornecedoras de mão de obra, principalmente para a Região Sudeste industrializada. Essa visão foi responsável pela construção de certo consenso, quando aponta que a mobilidade socioespacial era motivada por questões econômicas, de forma que os migrantes, ao saírem de seus locais de origem, tinham como objetivos a inserção no mercado de trabalho e o aumento da renda e do bem-estar (MARTINE, 1982), a fim de melhorar suas condições de vida.

Outros autores, no entanto, entendem o fenômeno como estratégia de reprodução social das famílias, incorporando assim os significados da migração para os próprios grupos e/ou agentes envolvidos nesse processo social. Garcia Júnior, por exemplo, em seu livro, *Sul: a caminho do roçado*, demonstra como a migração representa uma condição para a reprodução social de famílias camponesas no Nordeste. Publicada na década de 1990, a obra mostra que a saída de camponeses do Nordeste para o Sudeste não representa necessariamente uma saída definitiva do agente de seu local de origem, visto haver sempre a possibilidade de retorno, o que comprova ser o fenômeno delimitado temporalmente.

No âmbito geral, não se pode ignorar que os fatores econômicos têm um grande peso quando uma família ou um indivíduo escolhem migrar, ainda que em determinados contextos sociais, permanecer não se coloca como possibilidade. Segundo as abordagens macroestruturais, as dinâmicas do mercado de trabalho, as assimetrias regionais, as diferenças

⁶⁶ Baseado em uma perspectiva materialista, Singer (1973) analisa as migrações internas no Brasil associadas às transformações estruturais. Como qualquer fenômeno social, as migrações internas são historicamente condicionadas como resultado de um processo global de mudanças. Para o autor, há uma diferença entre as condicionantes estruturais (que estimulam os deslocamentos) e os fatores subjetivos e características pessoais dos migrantes. De acordo com Singer, as causas da migração devem ser buscadas na origem, nos elementos que a estimulam e nos que tornam outras localidades atrativas.

salariais e inter-regionais e a possibilidade de obtenção de emprego têm grande influência na definição da localidade de destino e podem ser decisivas no processo migratório.

Entretanto, mesmo havendo um forte peso do fator econômico no referido processo, é preciso considerar igualmente a multideterminação tanto da migração quanto da permanência. Questões de gênero/sexo, educação formal/escolaridade, idade, aspirações individuais e de grupos sociais, sentimento de pertencimento (ou não) e muitos outros aspectos perceptíveis nas biografias e/ou histórias de vida podem qualificar o fenômeno da saída e da permanência. Aceitando que o agente da migração avalia racionalmente a sua localidade de origem frente as outras e considera que a decisão de sair pode ser uma alternativa, essa mesma avaliação pode também determinar que a saída será temporária, e isso dependerá do campo de possibilidades presente em cada universo social específico.

Se há uma prevalência dos fatores econômicos, os não econômicos, como o sentimento de não pertencer ao mundo social de origem, podem auxiliar no entendimento de que nem sempre a migração se dá pela insatisfação com o trabalho ou os rendimentos existentes na localidade de origem, bem como no esclarecimento das possíveis influências na decisão tanto de permanecer quanto de migrar.

Em pesquisa com camponeses no estado de Sergipe, Woortmann (1990) concluiu que a migração não era apenas consequência da precariedade das condições de existência, mas prática integrante das próprias estratégias de reprodução desse grupo social. Garcia Jr. (1989) e Woortmann (1990), diferentemente dos autores envolvidos em estudos macroestruturais, privilegiam em suas análises os agentes sociais da migração e defendem que a saída de alguns indivíduos pode representar uma condição para a permanência da família camponesa no seu local de origem. Ao demonstrarem a circulação de pessoas, com saídas e retornos, afastam-se do conceito de regiões de atração e repulsão, entendendo a mobilidade social como parte da dinâmica da reprodução social dessas famílias.

Na mesma direção dessas abordagens “microestruturais”, Silva e Menezes (1990) demonstraram que o migrante pertence a uma realidade social, definida por laços familiares e de vizinhança, valores e ideologias que configuram uma relação de pertencimento a determinado espaço social e cultural, um conjunto, portanto, de situações concretas e particulares. Essa afirmação conduz a uma reflexão, a partir de realidades empíricas, que impede de restringir a dinâmica de “sair e ficar” a fatores econômicos, mas a entende como um fato social total (SAYAD, 2000). Ou seja, a mobilidade espacial pode ter significados diversificados e não restritos apenas à possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou de aumento de renda.

Considera-se que os indivíduos ou as famílias às quais pertencem não podem ser tratados simplesmente como índices estatísticos (cifras), nem que sejam passivos em relação às forças econômicas determinadas por contextos externos à família. Em grande medida, são agentes ativos nos processos, em que a saída pode ser decorrente de inúmeros fatores não estritamente econômicos, ainda que a busca por emprego possa ser, muitas vezes, um dos principais fatores modeladores desse fenômeno.

Nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais, localizam-se os 30 municípios mais pobres economicamente do estado (SILVA *et alii*, 2005), e essa pobreza está presente, sobretudo, entre os povos rurais. Uma carga de leituras adquirida ao longo da graduação e do mestrado e pesquisas anteriores desenvolvidas nessa região apontam para a necessidade de ampliar as investigações, a fim de entender a mobilidade espacial, envolvendo tempos e espaços diferenciados e significações diversas, visto que esses dados conferem uma maior complexidade aos fluxos demográficos.

Outra questão relevante a ser pesquisada refere-se à permanência das famílias rurais na região de origem (por escolha ou pela impossibilidade de migrar) e os elementos que a condicionam. Em especial, o “sentido” da permanência deve ser analisado com maior profundidade. No âmbito regional, aos fluxos migratórios estão ligados a dois fenômenos socioculturais: a mobilidade espacial, principalmente de famílias rurais, movida por razões econômicas (busca por trabalho e renda) e o processo de desruralização (COSTA *et alii*, 2008) em decorrência do abandono do campo como lugar de trabalho e morada. Toda essa discussão corrobora o pensamento de Haesbaert (2009, p. 246), quando afirma que “migrante é uma categoria muito complexa e, no seu extremo, podemos dizer que há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios”.

Entender os sentidos e significados da mobilidade espacial, tomando como base a situação material e econômica do grupo familiar de origem do agente, remete à teoria microeconômica neoclássica (SJAASTAD, 1962; TODARO, 1969). Sob essa perspectiva teórica, a migração é o resultado das assimetrias regionais, marcadas sobretudo pelas diferenças salariais entre regiões (a de origem e a de destino dos migrantes) e pelas taxas de empregabilidade (HARRIS E TODARO, 1970). Não se discute que o mercado de trabalho e suas dinâmicas constituem elemento importante na conformação da mobilidade espacial, como apontam os Novos Economistas da Migração do Trabalho (STARK; BLOOM, 1985; STARK; TAYLOR, 1989); todavia, é importante considerar todos os outros elementos (materiais e simbólicos) que podem estar por trás do fenômeno da mobilidade espacial, por

exemplo, a saída orientada pelo sentido de não pertencimento ao lugar de origem, motivado por motivos imateriais diversos, tais como homofobia, racismo e machismo.

A dinâmica do mercado de trabalho, a falta de uma infraestrutura social, os baixos rendimentos oriundos da inserção no mercado laboral local, dentre outros, na região de origem do agente da mobilidade espacial, pode influenciar na saída de pessoas e/ou indivíduos dessas regiões. Entretanto, há outros elementos presentes no fenômeno da mobilidade, como a saída de jovens como uma tentativa de não permanecer subalternos no campo familiar em relação aos pais. Ou seja, é necessário entender um conjunto de elementos que conformam as práticas de mobilidade. Dentre elas, a saída de indivíduos como uma tentativa de permanência do grupo familiar em seus locais de origem.

Quadro 2: Três principais abordagens da migração

Abordagem	Centralidade da análise	Algumas características
Abordagem macro e fatores histórico-estruturais	Movimentos migratórios analisados sob a perspectiva dos grupos sociais	<p>Migração como fenômeno resultante das desigualdades econômicas entre as regiões.</p> <p>Migração motivada pelas assimetrias regionais: regiões mais prósperas tenderiam a atrair migrantes de regiões onde há recessão econômica ou a dinâmica é menos expressiva.</p> <p>Migração motivada pelo mercado de trabalho: em decorrência da diferença entre oferta e demanda existente.</p> <p>Migração motivada por fatores econômicos centrados nas diferenças salariais inter-regionais.</p>
Abordagem micro	Movimentos migratórios analisados sob o ponto de vista do indivíduo	<p>Há também forte influência dos fatores econômicos, mas ressaltam-se as razões não econômicas da migração.</p> <p>Migração a partir da insatisfação do indivíduo com os rendimentos, com o trabalho no local de origem, com o desemprego, ou a existência de empregos mais atraentes em outras regiões. É uma abordagem economista da migração. Prevaecem os aspectos econômicos na opção pela migração individual.</p> <p>Consideram-se custos e benefícios que são contabilizados a partir do ponto de vista do indivíduo e, em algumas circunstâncias, do ponto de vista da família.</p> <p>Investimentos em educação, treinamento e migração são normalmente entendidos como investimentos em capital humano, e visam principalmente à ascensão social (mobilidade social, profissional, etc.) e a melhoria das condições de vida.</p> <p>No modelo de custo/benefício, sob o ponto de vista individual, são levados em conta, em um determinado tempo, os gastos com a migração e os ganhos esperados na região de origem e destino, sobretudo emprego e renda. O indivíduo pondera racionalmente e, se o retorno esperado na região de destino for positivo, decide pela migração.</p>
Abordagem familiar ou domiciliar	Abordagem familiar /domiciliar	<p>As decisões relativas à migração não são tomadas individualmente, mas por um grupo de pessoas, geralmente famílias ou domicílios. A centralidade da análise dos processos passa do indivíduo para a família ou domicílios que atuam coletivamente para maximizar uma renda esperada com a migração e minimizar os riscos e dificuldades em um mercado imperfeito, sobretudo o mercado de trabalho.</p> <p>A migração pode ser uma das estratégias adotadas pelas famílias como resposta aos problemas econômicos. Na migração de distintos membros da família há uma diversificação de suas inserções em atividades produtivas, a fim de minimizar certos riscos.</p>

FONTE: Harris e Todaro (1970); Garcia Jr.(1989); Massey (1990); Silva e Menezes (1990)

Esta pesquisa, que teve como uma das propostas privilegiar os aspectos subjetivos da mobilidade espacial e da permanência, pretende contribuir para o debate, apresentando os tipos de mobilidade e os tipos e condições de permanências, qualificando-os. O uso do conceito de migração sem uma qualificação força uma perda do seu valor heurístico, tornando-o muitas vezes, vago e sem sentido. Ao selecionar uma região de “migração”, é necessário se concentrar nas pessoas que permanecem nos seus lugares de origem, ainda que as permanências sejam transitórias, para elucidar que elementos estão por trás dessa permanência, considerando que a própria mobilidade pode ser motivada pelo desejo de “ficar” no lugar de vida. Um lugar dotado de sentimentos, preferencialmente topofílicos (TUAN, 1983). Tal perspectiva corrobora, portanto, a natureza multidimensional tanto da mobilidade espacial quanto da permanência.

A mobilidade espacial, como elemento constitutivo das próprias dinâmicas de reprodução social e econômica das populações, tem especificidades que devem ser bem identificadas e qualificadas, como um fato social, determinada por inúmeros elementos e emoldurada por uma realidade histórico-social e geográfica concreta.

A análise parte da premissa de que uma trajetória social pode ser longamente marcada por uma história de mobilidades espaciais, com saídas que sofrem variações *nos* e *entre* tempos e espaços, assumindo diferentes significados, como a possibilidade de melhoria das condições materiais (alimentação, vestimenta, meio de transporte, acesso a medicamentos etc.) e também das condições imateriais (possibilidade de aquisição de *status* pelo indivíduo que sai de seu grupo familiar e da comunidade para “ganhar o mundo”). Considerando os diversos tipos de mobilidade e a eventual existência de determinadas redes (sociais, políticas, religiosas, econômicas e de trabalho) que os sustentam, o par *permanências transitórias e trânsitos permanentes* é introduzido no debate para demonstrar a dinâmica de ir-ver-viver-estar-voltar, ou até mesmo ir-ver-viver-ficar, mas sem desconsiderar a possibilidade do retorno.

A migração aparece neste estudo como um processo social que reflete parte da complexidade da própria sociedade de origem dos migrantes, mormente o ambiente social e econômico. A partir do fenômeno migratório pode-se perceber contextos históricos muito específicos e elementos da escala local/regional, e até da global, que interferem na configuração da mobilidade espacial e na permanência.

A pesquisa, portanto, foi orientada pelos seguintes pressupostos: I- entender a razão por que pessoas ou famílias migram ajuda a explicar, em grande medida, o universo social/cultural, econômico e até mesmo ambiental de seu local de origem; II- a migração

(temporária ou definitiva) tem um grande peso para a própria permanência de pessoas e/ou famílias em suas localidades de origem; III- em localidades marcadas por forte migração, algumas pessoas ou famílias com capital cultural, econômico/monetário parecido ao dos que migram permanecem, caracterizando, muitas vezes, uma i-mobilidade; IV- entender a migração pode ser uma possibilidade para entender a permanência e as condições em que se encontram determinados grupos sociais que optam por essa alternativa.

Se há uma dimensão positiva da migração tanto do ponto de vista social, quanto econômico (BRITO, 2009), em relação a quem parte, que serve como base para uma decisão calculada pela migração, ela pode, ao mesmo tempo, ser uma opção para a melhoria nas condições de vida dos que permanecem. As remessas em dinheiro para as localidades de origem e a compra de determinados bens (fogão, geladeira, roupas, sapatos etc.) são indicadores de que o fenômeno migratório pode ocorrer individualmente, mas a deliberação pela partida é definida pensando no grupo de pertencimento do indivíduo. As experiências migratórias podem significar, ao final, um projeto de permanecer na localidade de origem, e a mobilidade espacial passa a ser um dos determinantes desse fato social.

4.4. Migração e experiência brasileira: de 1950 a 1980

Para a realidade brasileira, a migração é considerada uma tradição e componente do “equipamento cultural tradicional” (BRITO, 2009). Como parte de um projeto do indivíduo (e famílias), representa uma alternativa para a melhoria de vida. Brito (2009) entende que a movimentação no espaço geográfico equivale ao deslocamento no espaço social, organizado a partir de um conjunto de relações primárias (família, parentes, vizinhança e amigos), que acumulam informação importante para a redução dos riscos relativo à migração. Essas redes sociais auxiliam o indivíduo no local de destino, geralmente na adaptação à sociedade urbana e, ao mesmo tempo, possibilitam a não dissolução das relações do migrante com a região de origem.

Segundo Duhram (1984), a mobilidade espacial era a única alternativa de que dispunham os residentes em regiões agrícolas tradicionais para atingir uma possível mobilidade social. A cidade aparece como uma opção para a melhoria de vida, principalmente as cidades grandes. Considerando o desenvolvimento do capitalismo ou a modernização social, a migração seria um fenômeno constitutivo da cultura brasileira e um caminho para a mobilidade social. Se há razões econômicas que impulsionam a decisão por migrar, parte do fenômeno da mobilidade espacial é resultado de razões sociais presentes na própria cultura

nacional. A migração, ainda que individual, é resultante de um processo social maior, que está relacionado à própria sociedade a que o indivíduo pertence. Duhram (1984) trata em especial da migração predominantemente familiar e definitiva. O agente do processo migratório não é o indivíduo, mas o grupo familiar, imbricado em redes de interações sociais que facilitam a integração na localidade de destino (geralmente as cidades). Quanto mais tempo a pessoa permanecesse nas cidades, teria aumentadas as possibilidades tanto de assimilação da cultura urbana, quanto de inserção no mercado de trabalho remunerado.

O fenômeno da migração se expressa na transferência das populações rurais oriundas das atividades agrícolas, para as regiões urbanas industrializadas. Num determinado momento, como um processo social inerente ao desenvolvimento da economia capitalista e à modernização da sociedade, a migração foi considerada positiva e favorável. Para as famílias, a mudança definitiva era uma possibilidade real de movimentação em direção a melhores condições de vida e/ou de mobilidade social. Ainda que não haja sempre uma relação de causa e consequência entre elas, no imaginário social, a mobilidade espacial significava a mobilidade social. Esse pensamento social brasileiro foi muito forte no período compreendido entre o pós 1950 e ao longo da década de 1980, sobretudo porque (...), “as oportunidades foram tantas nas grandes cidades e, em particular, nas regiões metropolitanas. Com o desenvolvimento acelerado da economia, os empregos e as ocupações se multiplicavam e a esperança dos migrantes podia, muitas vezes, se transformar em realidade” (BRITO, 2009, p.14).

A migração do campo para a cidade significava uma possibilidade de melhoria de vida, nem sempre ocorria. As grandes metrópoles apareciam, assim, como um ambiente social, econômico e cultural onde seria possível a articulação entre as duas mobilidades, a espacial e, posteriormente, a social. O autor aponta as características relativas ao período (década de 1980): I- “o desenvolvimento da economia e da sociedade abria caminhos para a articulação da mobilidade espacial, ou da migração, com a mobilidade social”; II- “a migração de todo o grupo familiar para outro município diferente do de origem ou estado era uma opção estimulada pela economia e com a possibilidade de se obter êxito na melhoria de vida”; III- mesmo que em casos específicos migrantes tenham aproveitado as oportunidades econômicas e sociais e atingido a mobilidade social a partir da mobilidade espacial, “os obstáculos postos pela rígida estrutura social foram extremamente seletivos e o processo de integração social foi muito diferenciado” (BRITO, 2009, p.15).

Considerando que a migração no Brasil esteve sempre relacionada às próprias dinâmicas da economia e da sociedade nacional, o padrão dos processos migratórios que

ocorreram até 1980 sofreu consideráveis transformações. Os paradigmas e as teorias existentes para analisar a realidade brasileira e os fenômenos relativos às dinâmicas populacionais, entre elas, a migração, já não davam conta de entendê-los nem de explicá-los de forma satisfatória.

A partir dos anos 1980, o ritmo da urbanização no Brasil, ainda que permanente, arrefeceu, assim como o do crescimento das grandes cidades e dos aglomerados metropolitanos. Mesmo com a intensa internacionalização da economia e a reestruturação produtiva que modificaram consideravelmente a acumulação de capital, não houve alterações consideráveis nos desequilíbrios regionais e nas desigualdades sociais. Assim, a economia e a sociedade “não exigiam mais uma transferência inter-regional do excedente populacional na forma como aconteceu no terceiro quartel do século passado” (BRITO, 2009, p. 16).

Nesse sentido, as migrações deixaram de ser tão importantes para o desenvolvimento do capitalismo e para a própria modernização da sociedade. Inclusive as grandes cidades e os aglomerados metropolitanos já contavam, dentro dos seus limites territoriais, com um excedente populacional que possibilitava o funcionamento satisfatório do mercado de trabalho, fato esse resultado das próprias migrações intergeracionais, intra e inter-regionais que ocorreram nos períodos anteriores à década de 1980.

A partir da modernização das comunicações, que favoreceu o acesso a informações por meio de interações sociais/redes sociais, a imagem da realidade urbana deixa de ser sempre tão positiva. As desigualdades, a pobreza econômica nas cidades, a violência urbana, o desemprego ou a dificuldade de inserção laboral são alguns fatores que levam possíveis migrantes a optar pela permanência na localidade de origem. Outras “externalidades negativas”, como o difícil acesso aos serviços públicos básicos e à habitação são também elementos que diminuem o sentido da migração do campo para as grandes cidades. A mobilidade social como resultado da mobilidade espacial em direção às grandes cidades passa a ser uma ilusão. A redução na capacidade de geração de emprego e renda e de novas oportunidades ocupacionais desconectou a mobilidade espacial da mobilidade social.

Outro ponto importante é que o novo mercado de trabalho passa a exigir um trabalhador mais qualificado, do qual se espera, além da educação formal, um conjunto de capacidades técnicas adquiridas apenas através de cursos específicos, o que dificultou (e permanece dificultando) a entrada de uma mão de obra desqualificada neste mercado do trabalho. A migração de uma mão de obra sem qualificação representa, nesse contexto, a exclusão da maioria da população que se desloca no espaço em busca de oportunidade. Um nível de educação formal passa a ser condição imprescindível para conseguir um trabalho.

Nesse sentido, é basicamente impossível, “(...) para o migrante pobre e sem um nível educacional elevado, sair do interior nordestino, ir para São Paulo e lá conseguir alguma forma de ascensão social, mesmo dentro dos estreitos limites da classe trabalhadora” (BRITO, 2009, p. 18).

Se a inserção na sociedade urbana é o espaço de esperança para uma melhoria nas condições de vida, a ausência de solidariedade nas relações sociais, pautadas pelo distanciamento e pela competitividade, bem como a discriminação em relação aos migrantes podem representar, para o indivíduo que deixa seu local de destino, pode representar a perda das relações sociais primárias e mais intensas e o não acesso à cidade e aos bens (materiais e simbólicos) que ela possa oferecer. Em vista da dificuldade de ascensão social nas cidades e dos grandes riscos que o indivíduo (ou a família) assume ao optar pela migração, sem grandes qualificações, por uma própria racionalidade econômica, não há muito sentido em permanecer migrando para os grandes centros urbanos nacionais.

Nos anos após a década de 1980, os processos sociais, econômicos e culturais em decurso no país passavam por mudanças expressivas. Os sentidos e significados da migração também estavam se transformando. A dificuldade de mobilidade social (movimento dentro da estrutura social brasileira) e de integração à moderna sociedade urbana eram obstáculos reais no mundo social dos migrantes. Dessa forma, a impossibilidade de ascensão social e de inserção no mercado de trabalho e nas sociedades metropolitanas contribuíram para a conformação do fenômeno do retorno, ou seja, o movimento da população que deixava as grandes regiões metropolitanas tomando o caminho de volta às suas localidades de origem, o que é confirmado em diversos estudos.

De fato, a opção por migrar, tomada como possibilidade de ajudar os que permanecem como, por exemplo, com remessas de dinheiro, já trazia em si a ideia do retorno, haja vista que os migrantes procuravam manter vivos os laços com a família, amigos e vizinhos que permaneciam em suas localidades de origem.

Por outro lado, se as grandes desigualdades sociais e econômicas, os consideráveis desequilíbrios regionais e o baixo dinamismo econômico em determinadas regiões do Brasil se mantêm, continuam existindo migrantes “potenciais” ou a conformação de uma espécie de viveiro de migrantes, mas os deslocamentos hoje adquirem novas características, com migrações bem datadas, de curto prazo, com o mesmo objetivo de melhoria de vida, porém, agora, no lugar de origem⁶⁷. Esses trânsitos provisórios pelas cidades (médias e grandes), de

⁶⁷ Os estudos de Woortmann (1990) e Garcia Jr. (1989) no Nordeste do Brasil e, mais recentemente, as pesquisas de Menezes (2002), Menezes e Silva (2006), também no Nordeste do país, e Maia (2004), no Vale do

curto prazo, de trabalhadores temporários na colheita da batata em Goiás, ou no corte da cana-de-açúcar no interior paulista (atividade que tem diminuído pela mecanização agrícola), apresentam dinâmicas bem diferentes das migrações anteriores à década de 1980. Configuram um processo em curso no país ao longo do século XXI, influenciado não só pelo cálculo de benefícios entre o ficar e partir, como também por uma substancial melhoria nas regiões de origem dos migrantes ocorrida a partir dos anos 2000.

Políticas públicas que promovem o acesso à energia elétrica, como o projeto “Luz para Todos”, e as transferências de renda, como o Programa Bolsa Família, são exemplos emblemáticos de como as regiões mais pobres passaram a ser mais atrativas para os residentes nessas localidades. Diante de trajetórias sociais marcadas pela fome, a mobilidade espacial tem representado uma corrida desesperada em busca da própria sobrevivência. Ao aceitar trabalhos consideravelmente degradantes, como o do corte da cana, os trabalhadores se submetem a precárias condições de vida no local de trabalho, pensando numa melhora de vida, ainda que mínima, para os que permanecem nas localidades de origem. No entanto, com o Programa Bolsa Família, o acesso a um rendimento, mesmo que pequeno, leva as pessoas a reavaliar a importância de aceitar trabalhos degradantes, como por exemplo, o corte da cana. A permanência passa a ser uma opção. A chegada da energia elétrica e a possibilidade de ter televisão, geladeira, rádio e outros bens de consumo, representam também uma ampliação do conforto da família.

Há que se pensar a diminuição da migração, portanto, e sua redução, não apenas a partir dos processos que ocorrem nas grandes cidades/nos grandes aglomerados urbanos, mas considerando também os fenômenos sociais, econômicos e culturais que estão em decurso nas regiões tradicionalmente conhecidas como “viveiros de migrantes” ou viveiro de mão de obra barata, como o Nordeste do Brasil ou o norte e nordeste do Estado de Minas Gerais.

Políticas sociais de transferência direta de renda e programas estruturais como o “Luz para Todos” têm provocado pelo menos dois impactos importantes nas regiões de migrantes: certa melhoria nas condições de vida dos indivíduos mais pobres da estrutura social brasileira e, conseqüentemente, influência considerável na permanência dessas pessoas em suas localidades de origem.

Jequitinhonha, apresentam claramente a relação permanente entre o migrante com seu grupo e localidade de origem, inclusive aplicando os recursos advindos da migração na localidade de origem e não na localidade de trabalho. Dentre esses investimentos, destaca-se a melhoria das casas e, de forma mais geral, das condições materiais de existência dos grupos, inclusive a aquisição de terras, o que fortalece sua condição de agricultores.

4.5. Migração, permanências e circularidades: expressões de trajetórias sociais e de mobilidade

A mobilidade espacial em determinadas regiões rurais do país representa aspecto constitutivo das culturas locais⁶⁸. Essa mobilidade espaço-temporal abrange sentidos e significados diversificados, definidos a partir do contexto social, cultural e econômico, presente no interior dos mais diversos grupos familiares, como também por condições socioeconômicas externas aos grupos, por exemplo, as dinâmicas do mercado de trabalho.

O fenômeno, com seu caráter multidimensional, expresso por uma sociedade em movimento, envolve um conjunto de fatores que podem ser apreendidos privilegiando os agentes do processo (famílias e/ou indivíduos) envolvidos diretamente com ele. Nas sociedades marcadas por diferentes trânsitos, em que os territórios são construídos no processo de deslocamento, a mobilidade material (sobretudo de pessoas), a imaterial (como telefones celulares que interferem na compressão espaço-tempo) e a imobilidade humana (por opção ou pela impossibilidade de deslocamento espacial) são elementos presentes no interior da própria mobilidade espacial e determinantes da permanência de pessoas em suas localidades de origem, ainda que possuam capital (social, financeiro, econômico etc.) semelhante aos do que migram.

Por isso, considerando os diferentes tipos existentes de mobilidade de pessoas no espaço, como os nômades, os refugiados, os imigrantes, os turistas (passeio, negócios etc.), os professores universitários, os estudantes universitários etc., é preciso qualificar o tipo de mobilidade espacial de que se fala, com seus distintos significados e temporalidades. A mobilidade espacial não pode ser entendida apenas como um simples deslocamento. Os deslocamentos por si só já detêm vários significados. Deslocar-se do meio rural para a sede urbana do município próximo tem um significado consideravelmente diverso do deslocamento de pessoas e/ou famílias de suas localidades de origem no Nordeste do Brasil ou no nordeste do Estado de Minas Gerais, para o interior paulista, em busca de trabalho, ainda que temporário.

⁶⁸ Considerando que a migração é um fenômeno constitutivo da dinâmica populacional brasileira, Vainer e Brito (2001) afirma que a abolição da escravatura (1888) e a proclamação da República (1889) são dois recortes temporários que podem ser considerados os marcos iniciais da migração do Brasil, enquanto nação. Esses dois recortes históricos são norteadores para discutir os processos no país, entre outros, o desenvolvimento do capital, a urbanização, a própria distribuição da população pelo território e o intervencionismo estatal no sentido de restringir ou promover a migração. Considerando o indivíduo ou a família o que se percebe é uma mobilidade espacial como parte constitutiva da dinâmica populacional brasileira, seja intra ou inter geracionalmente.

Num sentido amplo, mobilidade é definida como “a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelos quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares” (LÉVI, 2002, p.7). Como a mobilidade espacial está presente em diferentes universos sociais, o que deve ser esclarecido é o conteúdo de um determinado tipo de deslocamento, bem como os diversos agentes envolvidos e o significado do fenômeno para esses agentes, seja a família ou o indivíduo, para os que partem e os que permanecem (ainda que temporariamente).

O entendimento sobre os deslocamentos pode ser útil, portanto, para compreender as próprias condições de permanência de pessoas em suas localidades de origem. Como já citado anteriormente, a mobilidade espacial não representa necessariamente um fim em si mesma. Muitas vezes, configura uma das estratégias de reprodução social de membros do grupo que permanecem nas localidades de origem. A migração passa a ser um empreendimento centrado na perspectiva de uma estabilidade, que se traduz na possibilidade de permanência desses migrantes trabalhadores e de sua família na localidade de origem, a partir da aplicação dos recursos obtidos na ocupação transitória.

O investimento em pequenos mercados ou lojas de roupas, mercadinhos, salões de cabelereiro, borracharias, ou outros tipos de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços às populações locais, assim como a compra de terras para o trabalho da família na atividade agrícola são alguns exemplos. Evidências empíricas em comunidades rurais no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha apontam que o fenômeno de retorno às regiões de origem e o investimento dos recursos adquiridos com a migração podem proporcionar (e têm proporcionado) melhores condições de vida às famílias dos migrantes e diminuído as chances de novas incursões migratórias, devido às atividades que desenvolvem e que os seguram em suas localidades de origem. Este fenômeno é considerável entre os migrantes temporários e expressa um dos significados da migração. Os migrantes de retorno, que abrem e mantêm pequenos empreendimentos em suas localidades de origem são, em sua maioria, componentes do que o governo brasileiro e parte do campo acadêmico entendem por uma nova classe emergente no país⁶⁹.

⁶⁹ A emergência de uma nova classe média no Brasil tem sido recorrentemente utilizada como *marketing* político no país, e a ampliação dessa referida classe média brasileira tem sido propagada por pesquisadores nacionais, sobretudo nas Ciências Sociais e na Economia. Conforme informações do governo brasileiro, entre 2003 a 2013, 44,7 milhões de brasileiros ingressaram na nova classe média (SAE, 2013). Nesse mesmo período, 12,5 milhões de brasileiros ascenderam à classe média tradicional. O governo brasileiro, baseando-se no critério de renda, divide a classe média em cinco (5) grupos: I- **Baixa classe média**: renda *per capita* de até R\$ 441 e renda familiar de até R\$ 1.764; II- **Média classe média**: renda *per capita* de até R\$ 641 e renda familiar de até R\$ 2.564; III- **Alta classe média**: renda *per capita* de até R\$ 1.019 e renda familiar de até R\$ 4.076; IV- **Baixa classe alta**: renda *per capita* de até R\$ 2.480 e renda familiar de até R\$ 9.920,00; V- **Alta classe alta**: renda *per*

Em comunidades rurais localizadas em Itaobim, Araçuaí e Itinga (Vale do Jequitinhonha), Icarai, São João das Missões e São Francisco (Norte de Minas), há pequenos empreendimentos comerciais e de prestação de serviços abertos e mantidos por pessoas com uma longa trajetória como migrantes temporários que conseguem proporcionar melhores condições de vida a suas famílias (qualidade das residências, das vestimentas, da alimentação etc.), inclusive com melhores condições materiais em relação aos pequenos proprietários de terra que vivem exclusivamente da renda agrícola acrescida das transferências de renda do Programa Bolsa Família.

No âmbito da comunidade, devido a essas condições materiais, há até mesmo uma diferenciação social. Grande parte dessas famílias empreendedoras são exclusivamente monoativas não agrícolas, mas residentes no meio rural e, não raro, oriundos de famílias de agricultores. Uma trajetória social marcada pelas migrações temporárias geralmente se finda com a existência desses empreendimentos familiares. Entretanto, trata-se mais propriamente de uma nova classe trabalhadora que de uma nova classe média (SOUZA, 2010).

Outro aspecto novo nessas comunidades rurais mais empobrecidas é a implantação de programas de transferência de renda às famílias mais pobres, o que lhes confere certo poder de compra e viabiliza essas outras atividades nessas localidades, como, por exemplo, os trabalhos nos supermercados. Essa nova classe de trabalhadores, sobretudo os comerciantes, depende dos recursos repassados pelo governo aos mais pobres, um dos principais componentes para garantir sua existência.

No entanto, embora essas famílias detenham uma renda melhor que as demais da comunidade, pouco incorporam ao grupo familiar determinados capitais importantes numa sociedade moderna, sobretudo o capital cultural. Mesmo que para o governo brasileiro elas compoñham a classe média, com base no critério de rendimentos e poder de consumo, trata-se de um grupo dotado de certa fragilidade, na medida em que depende, entre outros pontos, do cenário econômico e político do país, ou seja, das transferências de renda aos mais pobres.

Considerando a complexidade e as discordâncias presentes no rico debate que se desenvolve no país sobre a nova classe média, o fenômeno a que iremos nos ater é relativo a indivíduos que conseguem, com a migração, um capital monetário para abertura de pequenos

capita acima de R\$ 2.480,00 e renda familiar acima de R\$ R\$ 9.920,00. Há um conjunto de outras estratificações sociais no Brasil, mas geralmente baseando-se em renda familiar ou renda *per capita* para agrupar distintas classes. Entretanto, concorda-se com Jessé de Souza, quando afirma que “(...) Classes sociais não são definidas pela renda – como para os liberais – nem pelo simples lugar na produção – como para o marxismo clássico, mas sim por uma visão de mundo ‘prática’ que se mostra em todos os comportamentos e práticas (...) há um tipo de pseudociência que associa classe a renda, uma associação que mais encobre que explica. Acreditamos estar diante de um fenômeno social e político [no Brasil] da constituição não de uma nova ‘classe média’, mas sim de uma nova classe trabalhadora” (SOUZA, 2010, p. 45-47).

empreendimentos comerciais nas localidades de origem, o que desempenha papel importante para que nelas permaneçam. Ilustra muito bem essa realidade, a fala da Conceição, assistente social de Itinga:

C. Tem famílias que já saem com o propósito de voltar, não é? Adquire algum recurso em São Paulo, lá em Belo Horizonte e aí quando já está com condição de adquirir um bem aqui [em Itinga], voltam. Tem aquelas famílias que todo ano vem para o carnaval, para as festas da igreja e quando chega um determinado tempo, aí vem mesmo pra ficar.

E. Conseguiria traçar o perfil dos que retornam definitivamente?

C. São pessoas que voltam pra abrir comércio [...] pessoas que voltam pra morar depois que saíram para trabalhar durante um tempo. Tem aqueles que conseguem fazer a casa e voltam em definitivo porque às vezes tem aquela terrinha pequena e a ideia de trabalhar na propriedade [...] Tem gente que aprende uma profissão, tipo cabeleireiro, mecânico, borracheiro e aí tenta montar um negócio aqui [...]. Já vem com esses propósitos de montar um pequeno negócio. São várias as situações. E tem muitos que não teve condições nenhuma de ficar lá, condição de pagar aluguel, sem emprego, sem ganho e teve que retornar mesmo porque aqui tem os pais que são aposentados e que às vezes dão um subsídio principalmente na questão da alimentação, porque fora daqui sabe que tem que pagar aluguel. Lá às vezes é mais difícil do que aqui. Muitos por isso que eles retornam. (Conceição, filha de agricultores, assistente social da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Itinga, curso superior completo).

A assistente social fala de dois tipos de retornos, com significados consideravelmente distintos. Um, mais curto, mais fácil de datar, e outro, com sentido mais definitivo. Nas comunidades rurais do Jequitinhonha é comum o retorno de famílias ou pessoas migrantes nos períodos de festas (sobretudo as religiosas), durante as férias escolares e de trabalho, ou ambas. Sua permanência é restrita a esses períodos, após os quais retornam aos seus locais de trabalho e estudo. O perfil dessas famílias é diversificado, mas pessoas originárias do lugar que constituem família no lugar de destino tendem a retornar apenas nessas circunstâncias mais específicas. Migrantes casados com pessoas “de fora”, dificilmente retornam definitivamente, principalmente se tiverem empregos fixos, carteira assinada e residência própria.

Entretanto, há um retorno com caráter mais definitivo. Em grande medida, está mais atrelado ao fracasso da saída do que necessariamente a uma ideia romântica de “retorno à terra natal”. A literatura sobre migrantes interestaduais de retorno⁷⁰ descreve o perfil dos que

⁷⁰ A migração interestadual de retorno tem se apresentado como um fenômeno expressivo na realidade brasileira no início do século XXI. Como exemplo, em um trabalho publicado em 2006, Siqueira mostra que entre 1999 e 2004, o Estado de São Paulo, tradicionalmente uma região de atração de migrantes sofreu uma perda líquida de 156 mil pessoas. Por outro lado, a Região Nordeste, tradicionalmente um “viveiro de migrantes”, apresentou em sua dinâmica populacional um saldo migratório positivo e uma forte participação de remigrados no referido processo (SIQUEIRA, 2006). O processo do retorno está muito relacionado à exclusão nos locais de destino,

voltam: são jovens, solteiros e com baixos níveis de escolaridade, características que reforçam a ideia de que o retorno é resultado da frustração pela ausência de emprego e de renda na localidade de destino (CUNHA, 2000; BRITO; CARVALHO, 2006).

Em Itinga, jovens solteiros ou casados, quando retornam à localidade de origem, têm como destino a comunidade rural e o lar de onde partiram. O deslocamento desses indivíduos não indica necessariamente uma mudança de residência ou uma ruptura entre eles e os que permanecem. Contrariamente, o deslocar-se, na maioria dos casos, significa intimamente uma possibilidade de reforçar a permanência. Mesmo estando em movimento, o lugar de origem é o destino. Ainda que uma diversidade de fatores impulse a mobilidade espacial, como a busca por trabalho, as questões ambientais (períodos de seca/perda da produção para o autoconsumo) e a carência de recursos financeiros, o que move os mais pobres é a intenção de enviar recursos para os que permanecem. Devido a questões culturais, porém, ocorre, ao mesmo tempo, a saída de determinados tipos de pessoas que optam por não manter contato com as famílias, como é o caso dos jovens homossexuais ou moças solteiras que migram para ter certa liberdade nas médias e grandes cidades brasileiras, ou seja, uma relativa liberdade para viverem diferentes estilos de vida.

Obviamente, os elementos que interferem na opção pela mobilidade espacial mudam conforme os diferentes grupos sociais e distintos indivíduos. Haverá tantos tipos de mobilidade e elementos envolvidos na decisão de partir quanto mais grupos sociais/agentes estiverem inseridos ou propensos a se inserir no processo. Da mesma forma, os aspectos sociais que levam os mais pobres a migrar não são necessariamente os mesmos envolvidos na migração de membros da elite do nordeste de Minas Gerais, como os filhos de funcionários públicos ou de grandes proprietários de terra locais.

Entre os migrantes que são excluídos socioeconomicamente, com baixa escolaridade, proprietários de pequenos patrimônios fundiários, condições ambientais adversas (sobretudo relativo aos impactos da seca na produção animal e vegetal), baixos níveis tecnológicos, que aceitam a mobilidade espacial como uma condição de acessar determinados mercados de trabalho, não raro, trabalhos precários como na construção civil, o que está em jogo é a

sobretudo de pessoas menos escolarizadas, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, e ao descompasso entre oferta de mão de obra e emprego, entre outros fatores. O direcionamento dos fluxos migratórios está muito atrelado ao dinamismo das economias regionais. Conforme os indicadores da Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCRN, 2014), no ano de 2014, enquanto o Brasil teve o seu crescimento estagnado, o Nordeste do país apresentou um crescimento econômico de 3,7 %. No mesmo período, a Região Sudeste apresentou uma retração de menos 0,8%. O crescimento econômico do Nordeste foi influenciado pelo setor de serviços e varejo, mas a indústria de transformação teve forte impacto no crescimento econômico regional. Esse dinamismo regional tem também contribuído para o retorno dos migrantes.

sobrevivência de seu próprio grupo familiar. Dessa forma, não há uma ruptura entre o mundo da partida e o mundo do trabalho. O ser migrante é um elo entre esses dois mundos que se entrelaçam a partir da trajetória do indivíduo.

O migrante, ao se deslocar, assume, no local de destino, condições sociais e identitárias consideravelmente distintas das que detinha no local de origem (da família, dos amigos). Se no mundo de origem, o indivíduo possui uma posição privilegiada na sociedade e, muitas vezes, na hierarquia do grupo familiar, como os pais de famílias, no mundo do trabalho, ele pode representar única e exclusivamente uma força de trabalho e/ou uma mão de obra que pode aceitar trabalhos precários. Considerando a diversidade de grupos ou agentes sociais envolvidos no processo de migração, sua trajetória de mobilidade estará relacionada a alguns pontos chaves, tais como:

I- as condições sociais e econômicas do seu grupo de origem e um conjunto de capitais (social, econômico, cultural etc.);

II- a existência de um espaço físico de referência para o migrante ou uma família de migrantes, geralmente a localidade de origem: ainda que não seja dotada de infraestruturas (sobretudo as sociais, como escolas e hospitais/serviços básicos), essas localidades aparecem como possibilidade de o migrante retornar em caso de migrações malsucedidas (incluindo as definitivas);

III- os diversos objetivos que direcionam a opção pela migração: a de jovens estudantes de classe média para progressão nos estudos; a de pobres em busca de trabalhos precários (ou os mercados de trabalho que o indivíduo consegue acessar a partir de um conjunto de capitais que ele detém (ou não), como o capital cultural) ou de conseguir recursos que garantam a sobrevivência física cotidiana; e/ou da elite que migra em busca de um estilo de vida diferente do de suas rotinas cotidianas;

IV- a i-mobilidade espacial: nas tramas das dinâmicas sociais, há indivíduos que não têm uma trajetória social marcada pelos deslocamentos físicos, ainda que sua permanência seja marcada pela precariedade em suas condições básicas de vida ou pelo exercício pleno de suas opções sexuais e/ou simbólico-culturais (por exemplo, os adeptos do candomblé).

Se a mobilidade espacial não significa necessariamente uma mobilidade social, numa sociedade marcada por intensa saída de pessoas, também pode haver a fixidez, ainda que isso represente uma instabilidade (de emprego, de residência etc.). A imobilidade espacial pode ser tanto uma opção, quanto o resultado da impossibilidade de migrar. A opção pela imobilidade, além de ser determinada pela falta de recursos para tal empreendimento, é muitas vezes possível em decorrência dos migrantes temporários (em empregos temporários e sem

estabilidade) que enviam recursos monetários a parentes (de sangue e /ou por afinidade) em suas localidades de origem. Nesse sentido, até as pessoas que não migram participam de certa forma da migração e se beneficiam do referido processo. São trajetórias sociais entrelaçadas com trajetórias de mobilidade espacial. Para entendê-las, é interessante retomar o conceito de trajetória apresentado por Bourdieu:

Uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (...). O sentido dos movimentos que conduzem [o indivíduo] de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 1998, p.189-190)

As trajetórias sociais marcadas pela mobilidade expressam maneiras particulares de percorrer diferentes mundos sociais. São experiências de vida que conformam a biografia de um indivíduo, que ocupa distintas posições em distintos universos sociais no decorrer de seu ciclo de vida, configurando-se como um processo socioespacial realizado por famílias e indivíduos que transitam e transpõem fronteiras não só geográficas, mas também políticas, de língua, de uma cultura etc. Essas trajetórias espaciais marcadas por trânsitos/migrações conformam distintas relações sociais, econômicas e culturais e implicam não apenas deslocamentos físicos, mas promovem a relação entre distintos mundos sociais e uma diversidade de relações que lhes são próprias, possivelmente encontradas nas particularidades da realidade empírica.

(...) Não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como caso particular do possível (...), isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (BOURDIEU, 2007, p.15).

Nesse sentido, a saída do lugar de origem teria múltiplos significados, conformados a partir da realidade social e econômica dessas famílias e com distintas temporalidades. A

temporalidade das saídas e permanências seria marcada por tempos de presença e ausência no espaço social, compondo um círculo contínuo de movimentos, em que o retorno é o início do tempo para a próxima partida: ir-ver-viver-estar-ficar, ir-ver-viver-voltar, demarcando dinâmicas de trajetórias sociais determinadas por trajetórias de mobilidade espacial. Permanências e trânsitos são como lados de uma mesma moeda, posto que a saída não anula a possibilidade de retorno, e o retorno não anula a possibilidade da próxima saída. O ir e vir, enfim, como parte constitutiva de uma dinâmica de estratégia de reprodução que transformaria os meios e modos de vida.

O uso das expressões *permanências transitórias* e *trânsitos permanentes* pretende descrever as dinâmicas de ir-ver-viver-estar-voltar ou até mesmo ir-ver-viver-ficar, mas sem desconsiderar, um dia, a possibilidade do retorno. O retorno, temporário ou definitivo, mais curto ou mais longo, seria baseado na ponderação dos agentes, que avaliam os objetivos de suas decisões e definem o momento de findar as constantes mobilidades. Dessa forma, a mobilidade espacial e o retorno são elementos provisórios e multidimensionais, conformados a uma realidade social historicamente definida e não necessariamente um fenômeno influenciado apenas pela pobreza material das famílias rurais e pelos desníveis no desenvolvimento das regiões brasileiras.

4.6. Migração e permanência: experiências locais em Itinga

Não é tarefa fácil qualificar o fenômeno da permanência no nordeste do Estado de Minas Gerais. A migração e suas mais distintas temporalidades, as sazonais (temporárias) e as definitivas, são componentes do cotidiano dos agricultores desde pelo menos os últimos dois séculos (RIBEIRO, 1996).

A utilização do verbo permanecer, para tratar de dinâmicas populacionais, seja em sua predicação intransitiva ou transitiva indireta, apresenta um problema quando se trata da migração. Se ele traz um si um forte sentido de estabilidade, duração, continuidade etc., migração remete a mudança, deslocamentos e instabilidade (temporária ou não). Entretanto, em determinadas experiências empíricas, migração e permanência são complementares. Nesse sentido, a ideia de *trânsitos permanentes* e *permanências transitórias* pode auxiliar no entendimento dos constantes deslocamentos populacionais, com um sentido de estar, estar tanto no lugar de origem quanto no lugar de destino.

No que concerne ao recorte espacial estudado, a migração já ocorria no final do século XIX, quando trabalhadores se deslocavam para se empregarem na lavoura de café no leste de Minas Gerais (atual Zona da Mata mineira e Vale do Mucuri). Na década de 1950, o destino eram as fronteiras agrícolas do Paraná e o interior de São Paulo, para a colheita de algodão. No início dos anos 1970, a migração se deu principalmente em direção a Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), devido aos empregos oferecidos na construção civil e, no começo dos 1980, foi expressivo o número de migrantes temporários, sobretudo a migração da força de trabalho do nordeste do Estado de Minas Gerais para o interior paulista, atraídos pela expansão do setor sucroalcooleiro. Esses são exemplos emblemáticos de tipos de migrações praticadas pelos pobres economicamente que transitam pelo espaço como potenciais vendedores de mão de obra barata e com pouca ou sem nenhuma qualificação/educação formal, num contexto em que a inclusão precária no mercado de trabalho e exclusão social não são dissociáveis.

Os trânsitos de pessoas que vendem sua força de trabalho são parte integrante da dinâmica regional, com distintos significados, definidos a partir do gênero, da idade, das condições sociais e econômicas do grupo de origem dos que saem e pela posição do migrante na hierarquia familiar. Entretanto, eles são comuns a todas as famílias, inclusive entre aquelas com mais recursos (monetários e patrimoniais)⁷¹ no âmbito da comunidade. A mobilidade espacial dessa sociedade, portanto, está relacionada a elementos relativos tanto ao ciclo de vida familiar (ou ciclo de vida dos grupos domésticos), às motivações e aspirações individuais, quanto às mudanças conjunturais e estruturais que ocorrem no país, como a infraestrutura de transportes e comunicações que possibilita a mobilidade espacial dos indivíduos (e, mais raro, de famílias).

Em face da complexidade dos processos sociais que envolvem a mobilidade espacial, as abordagens teóricas sobre a migração, que se subdividem em dois níveis analíticos a partir dos elementos macro e microestruturais do fenômeno, não dão conta de analisá-los. Um

⁷¹ A saída de membros dos núcleos familiares para progressão nos estudos é comum entre os jovens de classe média do Vale do Jequitinhonha. Até certo ponto, esse fenômeno explica a falta de uma infraestrutura regional, sobretudo a social. Entre os mais pobres economicamente é mais comum a migração para o trabalho temporário na colheita, praticada por chefes de família, para garantir o sustento da família, e por homens jovens que, entre outros objetivos, almejam a compra de bens duráveis, como uma motocicleta. É comum a saída de jovens mulheres para os grandes centros urbanos, ou para trabalharem como domésticas a fim de juntar recursos para contrair matrimônio, ou enviarem esporadicamente algum dinheiro para os familiares que permanecem no local de origem, e até para os que estão na mesma condição de migrante, mas sem estabilidade no emprego ou com rendimentos insuficientes. Esses são alguns elementos que influenciam a partida ou a permanência de indivíduos que têm uma trajetória social marcada por circulação/mobilidade espacial. Os motivos do empreendimento pessoal numa trajetória de circularidade são diversificados, mas essa saída pode ser motivada por uma meta de retorno em condições diferentes. De forma que a trajetória social pode ser profundamente marcada por uma trajetória de mobilidade.

fenômeno complexo, multideterminado e multifacetado como o da mobilidade espacial (de famílias e/ou de indivíduos) pode ser satisfatoriamente compreendido em uma abordagem que traga os determinantes macro e microestruturais e considere vários níveis analíticos, uma vez que ele é processual e marcado por diversas dimensões. Por isso, como já mencionado, a compreensão dos elementos macro e microestruturais e dos aspectos intra e extragrupos que interferem no dilema cotidiano entre ficar e sair passa a ser um desafio.

Outro ponto importante nos estudos de mobilidade espacial refere-se à concepção do conceito de migração. Considerar as diversas temporalidades das saídas e retornos, e ter em mente que a migração enquanto mudança permanente de residência (para locais distintos dos de origem do indivíduo e/ou da família) pode representar um processo social com significados distintos de saídas mais curtas (migrações temporárias ou sazonais).

Uma dimensão importante nos estudos de mobilidade espacial é relativa à unidade de análise. Nesta pesquisa, a opção foi focar no grupo familiar como unidade de observação, numa tentativa de desvelar o significado da saída para os mais distintos agentes sociais do processo. O desafio para o pesquisador é o de entender os sentidos e significados da mobilidade espacial para esses mais diversos agentes sociais, considerando suas posições na hierarquia familiar. É tentar apreender o significado da mobilidade para os que partem e para os que permanecem, analisando as trajetórias sociais (e de mobilidade espacial) dos membros que compõem os grupos familiares.

A escolha da família como unidade de investigação social parte da premissa que a mobilidade espacial é projeto que envolve o coletivo, uma vez que a decisão da saída (do local de origem) é tomada no grupo familiar. A migração de pessoas que ocupam diferentes posições na hierarquia familiar (chefes de domicílio, filhos jovens, esposas etc.) adquire diferentes significados, mas num contexto em que o que está em jogo é a garantia (ou não) das condições de reprodução social de todo o grupo.

Mas, será que as localidades rurais onde a mobilidade espacial é uma constante estão passando por um forte processo de esvaziamento social/cultural? E como ele ocorre no meio rural? Está havendo um esvaziamento do rural?

Os indicadores populacionais para Itinga (MG) apresentam um cenário consideravelmente interessante se comparados à realidade brasileira. No aspecto da distribuição populacional, há um predomínio de residentes rurais em relação aos residentes na sede administrativa do município. Analisando os dados da tabela 12, percebe-se que no ano de 1991, a população total do município era de 14.013 habitantes, dos quais 9.601 (68,51 %) residiam no meio rural e 4.412 (31,49 %), pessoas residiam no que é considerado pelo IBGE

como área urbana. Passados 20 anos, apesar de uma pequena redução da população rural, o número de pessoas que residem fora da sede do município ainda é predominante. Ou seja, em Itinga (MG), no ano de 2010, o meio rural reunia 7.853 (54,51%) pessoas enquanto a população urbana era composta por 6.554 (45,49%) habitantes.

Tabela 12: População Total, por Gênero e Rural/Urbana – Itinga/MG

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	14.013	100,00	13.894	100,00	14.407	100,00
Homens	7.088	50,58	7.080	50,96	7.352	51,03
Mulheres	6.925	49,42	6.814	49,04	7.055	48,97
Urbana	4.412	31,49	5.738	41,30	6.554	45,49
Rural	9.601	68,51	8.156	58,70	7.853	54,51

Fonte: Pnud, Ipea e Fundação João Pinheiro.

Os dados mostram que a maioria da população permanece no meio rural, num ambiente social, econômico e cultural, em que a produção animal e vegetal é a principal forma de ocupação, sobretudo a produção para o autoconsumo. Entretanto, a progressiva diminuição da população residente no meio rural no período entre 1991 e 2010 pode ser explicada pela migração motivada, entre outros motivos por:

- I- Baixo dinamismo do mercado de trabalho local, provocando deslocamentos intra e inter-regionais;
- II- Migração de famílias para a sede urbana do município e para outros destinos a partir de suas expulsões de seus lugares de vida e trabalho por fazendeiros mineiros e paulistas, sobretudo, para cultivo de capim, *pínus* e eucalipto, criação de gado e mineração;
- III- Meio rural caracterizado predominante por atividade agrícola, com grande peso na produção para o autoconsumo, configurando uma atividade pouco atrativa;
- IV- Dificuldade de mobilidade entre as comunidades, espaços de vida, e a sede urbana do município, possível local de trabalho;
- V- Fatores ambientais, notadamente, as secas/estiagens, com a conseqüente dificuldade de acesso à água para consumo humano e o trabalho na produção animal e vegetal;

VI- Ausência ou precariedade de infraestruturas nos lugares de vida, principalmente escolas e hospitais.

Num ambiente marcado pela presença de famílias com poucos recursos econômicos, não é possível estabelecer uma relação forte entre pobreza e mobilidade espacial, como meio de ampliar as possibilidades de melhorar de vida, oportunidades de emprego ou renda. Embora a pobreza seja um forte motivo a impulsionar a migração, ela tem também um efeito contrário, a fixação de pessoas e famílias configurando uma imobilidade. Há, neste ponto, um elemento objetivo. A migração é um processo custoso. Os deslocamentos, a necessidade de uma reserva de dinheiro até uma eventual colocação no mercado de trabalho, o pagamento de aluguel, água, energia etc. são alguns fatores que impedem de migrar as famílias mais pobres, com menos recursos (monetários e patrimoniais).

A permanência ocorre, mesmo quando indesejada. Nessas famílias mais empobrecidas, o que normalmente ocorre é a migração de parte de seus membros, e seguindo alguns critérios decididos internamente no grupo: o gênero, a idade e o estado civil, com migração temporária ou definitiva sendo mais expressiva entre homens solteiros e casados e homens e mulheres jovens. São famílias agricultoras, pequenos produtores agrícolas que, através de equipamentos simples e do trabalho de seus membros, produzem para o próprio consumo. São proprietárias de pequenos patrimônios fundiários que não têm a capacidade de absorver todo o grupo familiar na unidade de produção. As dificuldades da vida no meio rural, somadas à pouca atratividade da atividade agrícola, são fatores de expulsão.

É certo que os aspectos apresentados são uma realidade no que respeita à migração de famílias e/ou indivíduos. Entretanto, como já mencionado, o foco da análise deste estudo voltou-se aos *trânsitos permanentes e permanências transitórias*.

Nas tramas do cotidiano dessas famílias, é constante o estar. Estar no lugar, partir em “busca de melhorias” e de trabalho temporário e estar de volta ao lugar de origem, que é o ponto de referência. Estar, partir, retornar e partir novamente é parte constitutiva da vida das pessoas do lugar. Estar a “correr os trechos” é pensar nos que permanecem nos lugares de vida, os quais, por sua vez, esperam os que estão no lugar de trabalho. Estar no lugar de trabalho, através de idas e vindas, é uma busca muitas vezes dramática para a garantia da reprodução do grupo familiar. Os que permanecem esperam. Esperam o retorno dos que foram e esperam melhorias em suas próprias condições de vida, assumindo a mobilidade espacial como a possibilidade de mobilidade social (saída de uma condição de pobreza material), seja no lugar de origem ou de destino, no caso dos migrantes definitivos.

Os trânsitos permanentes é um fenômeno constituído por pessoas do lugar que, imersas em um ambiente de carências sociais e materiais, deslocam-se pelo país, configurando um tipo específico de mobilidade, a mobilidade do trabalho, para atingir suas aspirações pessoais ou do seu grupo familiar. Integrados em redes sociais ou, de forma mais precária, em redes de circulação, mediante trabalhos temporários, deslocam-se pelo país ocupando distintas posições empregatícias, conformando um sujeito com múltiplas funções: parte do ano, é agricultor; no restante do tempo, pedreiro, pintor, marceneiro etc. Não se trata, assim, necessariamente de migrações sazonais. São trânsitos de pessoas que “caem no mundo” em face de um conjunto de possibilidades disponíveis. A existência de empresas ligadas à construção civil ou ao agronegócio que financiam a migração temporária, custeando as passagens e moradia, ou de redes sociais que são constructos sociais entre vizinhos e parentes são fatores que favorecem a migração temporária em qualquer tempo do ano, independente da atividade agrícola. Este tipo de migração baseada nas redes sociais é facilitado pelos meios de transporte relativamente baratos e pelo apoio de vizinhos e parentes no local de trabalho.

Nesse universo social, a saída temporária é um fenômeno comum entre os mais diferentes membros da hierarquia familiar. São trabalhadores migrantes com baixa escolaridade, que até recentemente tinham o trabalho no corte da cana-de-açúcar no interior de São Paulo como a principal forma de inserção laboral. Entretanto, com o processo de mecanização dessa atividade, surgem no campo de possibilidades desses agentes sociais novos destinos para a migração temporária, sobretudo o litoral de Santa Catarina, do Espírito Santo e da Bahia, onde há demanda para o mercado de trabalho informal – vendedores ambulantes de bebidas e comidas em praias – assim como postos de trabalho temporário, como garçom, arrumadeira de hotéis e faxineiras (no caso das mulheres), nos períodos de férias (dezembro a março e em julho), destacando-se ainda a oferta de empregos na construção civil.

Como já mencionado, a migração temporária e/ou definitiva está relacionada a um conjunto de elementos existentes no lugar de origem das pessoas. O ambiente social e econômico marcado pelo baixo dinamismo e com poucas opções de trabalho foi apontado em todas as entrevistas como uma das razões da migração. Como um elemento multidimensional, a questão do emprego e renda é um dos principais desencadeadores do fenômeno da saída definitiva e/ou temporária. A fala do assistente social sintetiza a “fraqueza do lugar”:

F. Aqui no município não temos indústrias, o comércio não absorve a quantidade de mão de obra disponível. O lugar é fraco pra emprego. O que mais emprega é o comércio, mas paga muito pouco [...] tem pouca possibilidade das pessoas terem oportunidades de trabalhos e crescer num emprego bacana [...]. Aqui [em Itinga] quem emprega formalmente é a prefeitura e o governo do Estado [...] quem não é professor, tenta trabalho na prefeitura [...] agora tem as mineradoras, que contratam bastante, mas contratam mais homens, pra mulher é sempre mais difícil trabalhar nas mineradoras. Pra mulheres é só o comércio mesmo ou na prefeitura. Quem não trabalha nesses lugares fica na roça [atividade agrícola] ou no artesanato, que são trabalhos com dinheiro incerto.

E. O trabalho no comércio é formal? É um trabalho que paga salário mínimo?

F. O trabalho no comércio não é totalmente legalizado. Geralmente não tem registro em carteira, muitos não pagam salário mínimo. Não atende as exigências da lei trabalhista. Os salários variam e o contrato é “de boca”. Pela realidade do município, a gente sabe, os pequenos comércios não estão legalizados. [...] ou as pessoas aceitam esses trabalhos ou não têm emprego.

E. E as pessoas que não têm emprego no lugar?

F. Elas vão embora de vez ou ficam fora uns tempos trabalhando para ter um ganho e, depois de um tempo, voltam. (Fabiano, 32 anos, filho de agricultor, assistente social da prefeitura de Itinga, residente na Comunidade Rural do Taquaral, curso superior completo).

Na geografia do lugar, parte-se de dois pressupostos: é um espaço físico diferenciado e específico que é o lugar onde se vive (particularidades de um modo de vida e referências identitárias); é também o lugar onde se vê e vive o mundo (a cidadania e a inserção do homem na sociedade em seus distintos estratos). Dependendo da posição que o indivíduo nele ocupa, esse lugar pode ou não representar a exclusão.

Itinga faz parte de um conjunto de municípios brasileiros que compõem um mundo rural: um pequeno agrupamento populacional marcado por uma particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento. Possuem um conjunto de instituições, entre elas, a prefeitura, que organiza, gere e representa a sua área de influência e constitui um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral da cidade. A sede do município organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana, mas essa cidade, pela sua própria dimensão, impõe limites a uma experiência de vida urbana. É uma cidade marcada pela precariedade de oferta de bens e serviços socialmente necessários, bem como de ocupações não agrícolas. O baixo dinamismo no mercado de trabalho local, a seletividade nos empregos considerando os gêneros e a escolaridade, o desencontro entre oferta de mão de obra e demanda são alguns dos indicadores que afetam as pessoas do lugar em sua vida cotidiana, tanto no que se refere às possibilidades de emprego, quanto, de forma mais ampla, às condições materiais de existência e vida.

A precariedade na oferta de empregos é um dos fatores que interferem na dinâmica social, seja das pessoas residentes no mundo urbano, seja das do mundo rural: por um lado, há uma relação com a casa (famílias e grupos domésticos), com vizinhanças (comunidades rurais

e comunidades urbanas/os bairros e a cidade), e esses distintos lugares os colocam em experiências que apontam para um outro movimento: a migração como possibilidade de obter uma ocupação. Pessoas residentes no meio rural e/ou urbano, na impossibilidade de inserção no mercado de trabalho no lugar de vida, inserem-se em diferentes tipos de mobilidade espacial, em busca de, através dos trânsitos, conseguir uma ocupação. Este processo, objetiva e subjetivamente, pode representar a ruptura ou a continuidade de relação com o lugar de origem.

Entre as pessoas do lugar, os residentes no mundo rural, predominantemente pequenos agricultores, com famílias numerosas, entre 6 e 14 pessoas por residência, e cuja propriedade tem área que dificilmente ultrapassa 15 ha, desenvolvem estratégias de sobrevivência, as quais podem ser descritas nos seguintes eixos principais:

I- arranjos familiares que garantem o acesso à terra aos membros da família, ainda que de forma precária: faz-se uma distribuição igualitária entre filhos homens e mulheres, com a divisão da propriedade, geralmente após o matrimônio, o que representa uma progressiva fragmentação do patrimônio familiar, mas viabiliza um terreno para a construção da residência do novo casal e sua área para a produção agrícola;

II- produção agrícola marcada por uma grande diversificação de produtos (culturas agrícolas e criação), de maneira a garantir o consumo da família e a comercialização de possíveis excedentes em feiras locais;

III- trabalho dos membros das famílias em um conjunto de atividades centradas no estabelecimento familiar e uma indivisibilidade da renda oriunda de possíveis excedentes agrícolas comercializáveis nas feiras locais.

Os três itens resumem as principais estratégias de reprodução social dos pequenos produtores agrícolas, mas representam, igualmente, os fatores que reforçam a migração temporária ou definitiva das pessoas do lugar. O relato do senhor Silvino, 48 anos, agricultor da Comunidade Rural do Jacaré, comprova as afirmações anteriores.

Meus irmãos foram embora e depois meus filhos foram também. Éramos 15 irmãos. Vivo mesmo, são 12. Dois irmãos moram na região [residem em Itaobim, pequena cidade do Vale] e outro mora lá em cima [reside na chapada]. Oito foram pra longe. Dois moram em Belo Horizonte, tem um em Rondônia e os outros estão lá Campinas. Aqui na roça mesmo, só Tiãozinho e eu. Meus meninos [os filhos] moram em Ribeirão Preto, trabalhando com metalurgia. Eles até queriam ficar aqui. Tentaram de todo jeito, mas não tinha serviço [...] não tinha ganho nenhum [...] não tinha como ir pra frente porque o lugar é fraco. Eles são estudados [técnico agrícola] e não queriam trabalhar na roça porque não estava dando dinheiro [...] Agora está até bem. Tem carteira assinada, tem férias [...] eles falam que gostam daqui, que têm saudades, queria ficar perto de nós, mas não dá jeito voltar. [...] tem outro moço meu que trabalha em uma borracharia. Tem carteira assinada também,

mas ganha pouco. O dinheirinho fica tudo no aluguel porque lá é caro [...]. Ele está vendo outros serviços. Se não arrumar nada melhor, vai voltar. [...].

E. O senhor e sua esposa nasceram e cresceram aqui na comunidade?

M: Isso, eu toda vida, eu nasci e criei aqui. Ela nasceu e criou na terra do pai dela, depois veio para cá [...] O pai dela é outro que não aguentou roça. Vendeu a terra e também foi embora. Na comunidade dele [Comunidade de Itiguinha], não tinha gado que resistia. A seca era muito brava e o gado morria direto. Os filhos foram casando e foram tudo embora. Os velhos não tinham como trabalhar a terra sozinhos, foi desanimando e mudaram pra Itinga [sede município]. Meus irmãos também venderam a parte deles. Era pouquinho a terra. Não deu quase nada pra ninguém, Ficou só essa terrinha para mim e ela e o pedaço lá em cima pro Tiãozinho. [...] Minha terra não vou vender porque não tenho cálculo de ir embora. [...] Os filhos vão crescendo e cai no mundo. Os filhos não ficam, porque sempre as famílias é meio grande e a terra é pouca e difícil de tirar renda [...] tem uns igual a gente que ainda consegue manter, faz uma horta. Planta um feijão pra vender na feira. Vai pelejando na vida [...] mas tem gente que não tem como manter a família e o jeito é ir embora [...] Luzia e eu vamos ficar. (Sr. Silvino, 48 anos, agricultor da Comunidade Rural do Jacaré, analfabeto funcional).

A prática de distribuição de terra é um fator responsável pela dificuldade de reprodução social dos pequenos agricultores. Pequenas áreas limitam a capacidade produtiva dos estabelecimentos e as próprias possibilidades de ocupação da força de trabalho dos membros da família. Utilizando foices, enxadas e a força familiar, produzem feijão, milho e hortifrutigranjeiros que serão consumidos pela família e eventualmente comercializados em caso de haver pequenos excedentes, quando existentes⁷².

A renda incerta resultante do trabalho familiar é indivisível, e as decisões relativas aos seus usos são fortemente centradas na figura do pai. Em uma sociedade patriarcalista, exceto o dinheiro do Bolsa Família, que é considerado “assunto de mulher” e é ela quem decide como será gasto o recurso, geralmente é o pai que administra o dinheiro oriundo do trabalho da família na roça ou no roçadinho. Nesse sentido, a migração dos jovens em busca de “ter o seu dinheiro” representa a conquista da autonomia que dificilmente ocorreria com a permanência no lugar de origem e com sua força de trabalho aplicada nos espaços de produção familiar. Em resumo, a migração dos jovens locais está baseada em pelo menos duas grandes reivindicações: a necessidade de acesso a uma renda própria, cuja utilização possa ser decidida pelo próprio sujeito, e a autonomia em relação aos pais. Tais conquistas dificilmente serão atingidas dentro de uma economia familiar onde os recursos são indivisíveis. A falta de renda e autonomia é um dos fatores desencadeadores da migração desses jovens.

⁷² Todas as famílias proprietárias de pequenos patrimônios fundiários trabalham com culturas agrícolas e criações centrada em uma lógica de autoconsumo, comercializando nas pequenas feiras agrícolas realizadas na sede urbana do município os eventuais excedentes da produção.

A terra insuficiente, a penosidade do trabalho na agricultura e a falta de estímulos à pequena produção para autoconsumo e/ou comercialização são alguns pontos que explicam o fato de os jovens não terem pretensão de continuarem na atividade agrícola, o que coloca em questão a própria sucessão geracional na agricultura familiar e sua concretização. A precariedade ou inexistência de atividades não agrícolas nos arredores das propriedades rurais familiares impedem a abertura de novos campos profissionais para os jovens. Sendo assim, a migração surge no horizonte como uma possibilidade de um novo projeto de vida, mesmo que muitos migrantes acabem assumindo ocupações relacionadas a atividades agrícolas nos locais de destino, tais como motoristas de caminhão em fazendas, vaqueiros, coletores de tomate, batata etc.

Entretanto, é preciso ressaltar que a existência de escolas que ofertam o ensino do fundamental ao médio nas vilas e distritos próximos às pequenas propriedades dão a esses jovens a possibilidade de conclusão do ensino médio em seus locais de origem, o que pode ampliar suas possibilidades profissionais, o que muitas vezes isso ocorre quando, por exemplo, conseguem trabalho em metalúrgicas, e afastá-los de certos trabalhos mais degradantes, seja no corte de cana seja em carvoarias.

A migração do meio rural de Itinga, além de resultar dos motivos já mencionados, é em grande medida explicada também por outros dois fatores: a expulsão dos agregados das grandes fazendas locais e a expulsão, seja de fato ou por meio de aquisição de pequenas propriedades por fazendeiros locais, ou de outras partes de Minas Gerais e de cidades do interior de São Paulo, como Sorocaba e Campinas. A formação de pequenos vilarejos e distritos e o aumento da população residente na sede do município de Itinga estão associados à expulsão de agregados do interior de fazendas, antes estabelecimentos agropastoris, que tendem à concentração de criação extensiva de gado.

Para retirar as famílias de agregados de suas terras, os fazendeiros as realocam, como compensação, doando pequenos terrenos fora de suas propriedades (fazendas). Permanecem nas propriedades apenas os vaqueiros que são contratados para cuidar das criações, alguns são contratados nos períodos de trato do solo e plantio do capim e, em casos muito mais raros, transformados em caseiros, que permanecem nas propriedades com suas famílias e recebem salário para cuidar do lugar. Entretanto, um processo que ocorre desde pelo menos os anos 1970 e que permanece ocorrendo nesse mundo rural é a investida de empresas reflorestadoras que se propõem a comprar áreas pertencentes a pequenos proprietários e, por meio de diferentes estratégias, acabam por expulsá-los de suas terras.

Pela contundência do relato, justifica-se o longo fragmento da fala do senhor José, 58 anos, agricultor residente na Comunidade Santo Antônio das Pindobas. Ele tem insistentemente resistido às pressões de uma empresa reflorestadora de *pínus* e eucalipto que tenta, seja por meio da compra, seja pelo uso de violência simbólica (sobretudo ameaças), retirá-lo de uma propriedade onde sempre viveu, trabalhou e criou os filhos.

J. O pessoal da empresa de eucalipto veio aqui falar bravo comigo [...] estão querendo invadir minha propriedade [...] falaram que é pra eu sair daqui porque tem que plantar eucalipto. Esse povo não está mais respeitando as propriedades dos outros, não. [cita nome de uma fazendeira local] é uma ladrona de terra dos outros. É uma invasora [...]. Fui lá em Itinga falar com meu outro irmão para saber o que nós vamos fazer. Tenho que caçar meu direito. Ele falou que ela não pode invadir [...] Vamos procurar a justiça. Porque só saio da minha terra, carregado.

E. O eucalipto está bem próximo à casa do senhor.

J.. Para você ver. Aquela parte da terra era minha também. Me perturbam direto. Tem uma parte que eu vendi pra eles. Ainda me roubaram, moço. Se a terra valia uns 80 mil, eles me deram só 14 mil. Mas eles querem mesmo é roubar meu resto de terra. Eles ficam gritando que eu tinha que sair porque não tinha o documento da terra. Tem 64 ano que moro no mesmo lugar, como eu não tenho documento dela? Não tem 10 anos que essa fazendeira chegou aqui e quer tomar minha terra. Nessa chapada tem tanta confusão, tanta coisa que não acerta que se fosse noutra lugar já tinha era muito morto [...] Tem duas propriedades que eles invadiram lá na chapada. Estão querendo tirar a chapada toda para eles.

E. Qual pedaço o senhor vendeu da chapada?

J. Do mata-burro pra cima [...] essa terra aqui era de herança, era do meu avô.

E. O senhor acha que a empresa não pagou metade do que a terra vale?

J. Não pagou. Mas tem gente pior. Eles invadiram a propriedade de um povo lá no município de Coronel Murta. Lá eles não pagaram um centavo pela terra.

Esposa. Isso aqui [a chapada] não tinha cerca. Eles vieram e tiraram tudo na chapada. Até o cemitério. É difícil ficar aqui. Tem gente de olho querendo tirar a terra de nós.

E. O senhor acha que eles ainda vão insistir para comprar o restante das terras?

J. O pedaço que ficou aqui, acho que não. Querem mesmo é tomar. Falam que não tenho o documento. [...] O pedaço que vendi tomei prejuízo de tudo [...] fiz o negócio e arrependi, mas já estava feito, homem é homem, mas eu tinha que receber mais. Tenho o papel da terra. Se a cerca passar do mata-burro [parte vendida para a empresa], eu vou tirar porque é pedaço meu. (Sr. José, 58 anos, agricultor residente na Comunidade Santo Antônio das Pindobas, analfabeto).

O fragmento apresentado expõe claramente o nível de conflito entre as famílias do lugar e as empresas de reflorestamento que se apropriam de lugares de vida e os reorganizam e reproduzem através de meios legais ou extralegais, com o objetivo de se apropriarem de determinados espaços, sobretudo as chapadas, para o plantio de *pínus* e eucalipto. A chegada

dessas empresas mostra os choques existentes no lugar e que a permanência no lugar de vida é ameaçada por grupos com acesso a tecnologias, dinheiro e informações, dispostas a implantar no lugar os “desertos verdes”.

A expropriação dos pequenos proprietários de terra é parte do processo. Para as famílias do lugar, permanecer é resistir. Muitas, todavia, viram suas terras serem paulatinamente tomadas por empresas ligadas ao reflorestamento, à pecuária bovina e à mineração. Para aquelas que tiveram suas terras expropriadas, postas à margem dos processos de produção, o seu lugar de vida passa a conformar o que Haesbaert (2000) denomina de aglomerado de exclusão ou lugar-sem-lugaridade (RELPH, 2012). Com a impossibilidade de permanência e com a migração compulsória, passam a viver em mobilidade e insegurança. A formação de vilas e distritos em Itinga está muito relacionada à expulsão das famílias de suas terras.

Um exemplo mais claro é o da comunidade rural dos Hermógenes, onde as pessoas residem espremidas entre grandes fazendas de pecuária extensiva e o rio Jequitinhonha. Em um movimento que se repete no Vale do Jequitinhonha, a migração definitiva de famílias ou a temporária de alguns de seus membros estão relacionadas à dificuldade de viver em suas terras, devido à expulsão definitiva ou à ocupação de parte de suas propriedades. As empresas que ali se instalam retiram a biodiversidade, bem como os elementos que dão sentido espiritual (*genius loci*) ao lugar, tais como os cemitérios e as pessoas, como uma espécie de “limpeza” da área, e assim empurram as famílias para um conjunto de mudanças. A migração para as cidades e vilas mais próximas, a perda ou fragilização da condição de agricultor e a proletarização de parte dos membros dessas famílias expropriadas representam alguns dos elementos desses aglomerados de exclusão que conformam categorias sociais igualmente excluídas: de proprietários da terra a proletários, de proprietários da terra a desocupados ou migrantes temporários ou definitivos (tabela 13), configurando uma mobilidade do trabalho, um fenômeno que fragiliza as pessoas.

Tabela 13: Migração temporária e definitiva: a mobilidade do trabalho

Categorias sociais	Escolaridade	Principais destinos	Principais ocupações
Homens casados	Analfabetos e/ou com ensino fundamental completo	Porto Seguro (BA) Rio de Janeiro (RJ) Cidades mineiras: Montes Claros, Uberlândia, Unai, Perdizes, Patrocínio, Teófilo Otoni Belo Horizonte - Capital do Estado de Minas	Construção civil Vendedores Ambulantes em praias baianas e catarinenses Coletores de batata
Jovens solteiros (homens)	Ensino médio incompleto ou completo	Rio de Janeiro (RJ) Itatiaia (RJ) Belo Horizonte (MG) Campinas (SP) Ribeirão Preto (SP) Barreiras (BA) Vitória (ES)	Metalurgia Construção civil (pedreiro e ajudante de pedreiro) Caixas de supermercado Telemarketing Motoristas de caminhões e tratores
Jovens solteiras (mulheres)	Ensino médio incompleto ou completo	Porto Seguro (BA) Salvador (BA) Brasília (DF) Belo Horizonte (MG) Campos do Jordao (SP)	Empregadas domésticas Diaristas Babás Caixas de supermercado Estoquistas em supermercados Manicures Cabelereiras

Para as pessoas do lugar, a migração de homens casados tem mais um sentido temporário que a migração de jovens (homens e mulheres) solteiros, entretanto, homens casados podem migrar definitivamente sozinhos (abandonando a família anterior) ou com sua esposa e filhos e jovens solteiros podem migrar temporariamente, marcando tempos de presença e ausência no lugar de origem..

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2013).

Os migrantes temporários compõem uma categoria que obtém rendimentos de empregos fora de sua comunidade, mas também retornam a ela quando se encerram as temporadas em trabalhos cuja existência é inerentemente instável, como as ocupações na construção civil e nas safras. Geralmente, é constituída por homens, os principais provedores das famílias, que mantêm uma dupla jornada, nas atividades agrícolas e não agrícolas, como estratégia de reprodução social do seu grupo familiar.

São os **migrantes do trabalho**, que se deslocam temporariamente a cada safra, ou para empreitadas na construção civil, mas permanecem fortemente vinculados aos seus lugares de origem. São provenientes de famílias que detêm um pequeno patrimônio fundiário, mas dependem do trabalho assalariado para ter acesso a uma renda. Outros ainda são os sem-terra, ex-agregados das fazendas locais, que residem em vilas ou distritos relativamente

próximos às antigas fazendas onde residiam anteriormente. O deslocamento de trabalhadores assume, entre outros sentidos, o objetivo de satisfazer as necessidades mais básicas da família.

Ainda que as migrações temporárias ou definitivas sejam motivadas por fatores objetivos e subjetivos, tais como mobilidade social/profissional, ou questões de credo, gênero, sexual etc., a mobilidade espacial para atender as necessidades básicas tem um peso importante, na medida em que o que está em jogo é a própria vida, ou seja, a possibilidade de ter uma renda para a compra de alimentos nos mercadinhos locais. A existência desses trabalhadores é resultado de um conjunto de fatores internos e externos à família e à unidade de produção, que se expressam no lugar de vida e nos distintos trechos / locais de destino:

I- fatores internos à família e ao lugar de vida: pequenos patrimônios fundiários, ciclo de vida do grupo/familiar ou grupos domésticos, número de membros em idade ativa, sobretudo jovens, baixos índices de escolaridade, poucas perspectivas de emprego no lugar, reserva de valor em animais (bois, cavalos, porcos etc.) que financiam viagens por conta própria etc.

II- fatores externos: assimetrias regionais, dinâmica do mercado de trabalho, o dinamismo econômico em diferentes regiões do país, a existência de contratos temporários e jornadas flexíveis de trabalho, uma rede de transportes que viabiliza deslocamentos de curtas, médias e longas distâncias, conexão dos trabalhadores temporários em redes sociais⁷³, processos de produção que viabilizam a condição temporária de assalariados etc.

A mobilidade do trabalho confere uma característica própria a esses agricultores que se apoiam no lugar de origem, seja na atividade agrícola, seja em pequenos comércios, mineração ou artesanato de barro e madeira, mas dependem da migração, o que os coloca numa posição híbrida de agricultor-operário, agricultor-artesão, enfim, operário que assume diferentes estratégias para a reprodução social do seu grupo. Trata-se de trabalhadores migrantes, migrantes do trabalho, circulares ou temporários, mas não necessariamente migrantes sazonais, pois não planejam a migração para o período de secas ou devido às dificuldades de produzirem na terra. Migram nos momentos em que há demanda por mão de obra temporária em quaisquer épocas do ano, em decorrência do dinamismo de certos setores da economia, como por exemplo, na função de pedreiro na construção civil. Originários de atividades agrícolas e tendo baixos níveis de escolaridade, via de regra, esses agricultores-

⁷³ Geralmente, os trabalhadores temporários de uma mesma comunidade migram para um mesmo destino. Quando o deslocamento e a moradia não são financiados por empresas, compartilham a mesma casa e dividem gastos com aluguéis, alimentos e outras despesas no lugar de trabalho. Os migrantes definitivos seguem a mesma lógica: migram para uma mesma localidade e dividem os custos relativos a estar fora da comunidade.

trabalhadores migrantes têm na construção civil uma das principais possibilidades de emprego.

Tal categoria, agricultores-trabalhadores migrantes, contém em si uma dinâmica que coloca em cheque ou limita as análises baseadas em dualidades: locais de origem e locais de destino. Para esses agentes, não há, na realidade, oposições exclusivas, mas complementares. Esses grupos, com uma natureza híbrida, ora agricultores, ora assalariados, são obrigados a migrar porque geralmente os trabalhos temporários são oferecidos em lugares distantes de suas comunidades. E essa dinâmica se repete ao longo da vida e através de gerações. Informações sobre uma família da Comunidade Rural da Gangorra, por exemplo, demonstram que o pai trabalhou parte de sua vida no corte da cana e, atualmente, o filho migra para trabalhos temporários na construção civil. São pessoas que se envolvem em distintos tipos de trabalhos e um ou mais membros de uma mesma família podem estar, ou geralmente estão, inseridos nessa variedade de movimentos. O caso da família da Comunidade Rural da Gangorra exemplifica consideravelmente as migrações temporárias que permanecem por gerações. A trajetória individual do Sr. Argemiro (tabela 14) ilustra uma história marcada pela mobilidade.

Tabela 14: Trajetória social e de mobilidade: uma experiência emblemática

Nome comunidade	Nome	Escolaridade	Condição	Número de filhos	Primeira migração/ Idade	Número de idas às áreas canavieiras	Outros lugares e ocupações
Comunidade Rural da Gangorra	Sr. Argemiro Nascimento: 1958	Analfabeto	Proprietário de 3 hectares. Agricultor aposentado. Ex-migrante temporário	6 filhos: quatro homens (20, 23, 38, 41 anos); duas mulheres (35, 32 anos)	Destino: Rio de Janeiro (RJ) 1978 20 anos (solteiro)	Oito Destino: áreas canavieiras no interior paulista e fluminense	Pedreiro: Vitória da Conquista (BA); Cruzeiro (MG); Almenara (MG); Vaqueiro: Araçuaí (MG)

Observação: com relação à primeira migração, o agente do processo não tem clareza sobre o ano e a idade. Acredita-se ter ocorrido em 1970, portanto, com 20 anos. A certeza é em relação ao destino, Rio de Janeiro, onde se empregou na construção civil, ainda solteiro.

Fonte: Dados da pesquisa de campo em Itinga (2013).

A primeira migração do Sr. Argemiro seguiu uma tendência dos movimentos migratórios existentes no Brasil desde o começo dos anos 1930, e que foi se acentuando a partir da década de 1950 (MARTINE, 1990), tendo São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) como um dos principais destinos, sobretudo para os oriundos do Nordeste. Filho de pequenos proprietários de terra, Sr. Argemiro, desde muito cedo, migrou temporariamente. Custeado por um tio, empreendeu a primeira viagem ao Rio de Janeiro, tendo permanecido “uns tempos lá” e retornado depois à sua comunidade de origem. Com o casamento, “aquietou um pouco”, mas precisou sair novamente para “buscar melhoras”. Durante parte da vida de casado, sua esposa, dona Tereza, agricultora aposentada, era uma “viúva de marido vivo”. Seu esposo permaneceu realizando migrações de longas distâncias e duradouras até se inserir em redes sociais que o direcionaram para migrações temporárias em regiões mais próximas ao seu lugar.

Em sua avaliação, apesar de o trabalho na construção civil ser pesado, as condições de trabalho na agricultura canavieira eram consideradas mais degradantes, pois trabalha-se “que nem bicho”. As variações do clima (sol e chuva), as intensas jornadas de trabalho no corte da cana e as condições de moradia e alimentação (preparada pelos próprios trabalhadores) deixavam a vida mais dura e o trabalho mais penoso. Com o casamento, o nascimento dos filhos, e depois, quando estes atingiram a idade produtiva, iniciou-se a migração temporária dos outros membros da família. As filhas migraram temporariamente até se casarem com um homem do lugar, e os filhos, mesmo os casados, permanecem migrando temporariamente.

Como fica evidente, os trânsitos dessas pessoas, com idas e retornos, não implicam a saída definitiva do lugar de origem.

As experiências de migrações temporárias ao longo do tempo assinalam uma continuidade do fenômeno e, de certa maneira, esse fenômeno tem sido transmitido de geração em geração. Migra-se temporária ou definitivamente, exceto em casos em que as pessoas são tão pobres que não há a possibilidade do deslocamento. Trata-se de uma cultura que é social, mas conduzida e realizada por indivíduos.

Já no que concerne à migração definitiva, é necessário um conjunto de fatores que extrapolam o controle dos agentes da migração: emprego/dinâmica do mercado de trabalho, condições de custear a vida na cidade ou no lugar de destino, qualificação para ocupar trabalhos formais (carteira assinada), entre outros. Pessoas analfabetas ou pouco escolarizadas relativizam a migração, entendendo que tal situação mudaria apenas o lugar de sua vulnerabilidade: do meio rural, para a cidade. Entretanto, a vulnerabilidade social no meio urbano tende a ser pior, visto incluir outros elementos, entre eles a ausência de uma forte rede

familiar e de vizinhança em que podem se apoiar nos momentos de dificuldades financeiras, materiais e de saúde.

Uma pessoa da família pode estar trabalhando na construção civil no Rio de Janeiro, outra, como doméstica em Brasília (DF), ou na coleta da batata no sul de Minas Gerais. Esses movimentos ocorrem simultaneamente ou não, já que a escolha do destino não depende apenas do desejo de migrar temporariamente, mas também da existência desses trabalhos.

A ocorrência de múltiplos deslocamentos na trajetória de vida desses trabalhadores migrantes coloca em questão noções cristalizadas nos estudos migratórios, sobretudo as de origem e destinos. São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF) representam, no contexto migratório nacional, locais tradicionalmente de destino. Entretanto, são também locais de origem, quando os migrantes retornam aos seus lugares de vida. Montes Claros (MG), por exemplo, município localizado na parte norte do Estado de Minas Gerais, é conhecido nacionalmente como viveiro de migrantes, mas, pelo seu dinamismo econômico, tem atraído migrantes temporários e definitivos.

Migrantes temporários diferem dos migrantes tratados nos estudos clássicos que abordam dicotomicamente os processos migratórios a partir dos conceitos de origem e destino e não representam um tipo de deslocamento que pode ser caracterizado como uma aventura. Trata-se principalmente de estratos de trabalhadores que se deslocam, com o objetivo de encontrar meios para sua sobrevivência, indivíduos que compõem a base da estrutura social brasileira, pobres residentes em um lugar carente que apostam nas circularidades como tentativa de melhorar sua situação social e econômica. Esses trânsitos são permanentes porque não ocorrem uma única vez. Geralmente se repetem durante grande parte das trajetórias sociais e findam com a velhice e/ou obtenção de benefícios sociais, como a aposentaria rural⁷⁴. Enquanto caracterizados como população ativa, são permanentemente migrantes temporários, vivendo entre “trechos”, e essa é a marca das trajetórias de vida dessas pessoas. Essa é sua história.

A circularidade presente nesses movimentos é um dos principais fatores que interferem na composição demográfica e contribuem consideravelmente para a variabilidade numérica das famílias e/ou grupos domésticos residentes nos lares. Ou seja, o número de pessoas residentes na casa altera-se ao longo do tempo. Quando partem, o número de corresidentes diminui, mas, quando retornam ao lugar de origem, voltam à mesma casa, ou

⁷⁴ A obtenção de uma aposentaria rural atrelada ao salário mínimo vigente no país e o fim de uma trajetória social marcada pela mobilidade espacial confirmam a afirmação dos migrantes temporários sobre o fato que, se houvesse possibilidades de trabalho e renda no lugar de origem, não migrariam ou migrariam com menor frequência.

seja, a mobilidade na mudança de residência não possui a mesma intensidade das mobilidades espaciais transitórias. No lugar de origem, a casa é a referência no momento do retorno.

Mudança de residência está mais presente no contexto de migrações definitivas ou na constituição de novos grupos familiares, quando os jovens se casam. Entretanto, entre as famílias pobres, o casamento de pessoas sem recursos acumulados com a migração promove outras configurações familiares, com a permanência do novo casal na casa do chefe de família, seja a do pai do noivo (fenômeno mais comum), seja a da família da noiva. A falta de recursos do par conjugal para a construção de uma casa, as rendas fixas dos pais do noivo ou noiva (sobretudo aposentadoria rural), ou a existência de um maior patrimônio fundiário são alguns elementos que contribuem para os arranjos de coabitação.

A transitoriedade do “ficar e partir” constitui as tramas do cotidiano das famílias rurais no Vale do Jequitinhonha. Mesmo que a mobilidade espacial faça parte da dinâmica populacional, como um aspecto cultural local, a permanência também é um dado relevante. Há um intenso fluxo de pessoas, com distintas temporalidades do “estar” e do sair, com saídas e retornos ao meio rural e certa contramobilidade, com indivíduos que permanecem na “roça” como lugar de trabalho e morada e, ao mesmo tempo, vivem permanências transitórias nos locais de trabalho.

As permanências transitórias e os trânsitos permanentes não são apenas parte do processo de reprodução social das famílias ou uma de suas diversas estratégias de reprodução. No âmbito das comunidades, e até mesmo do município e da mesorregião do Vale do Jequitinhonha, as idas e retornos se contrapõem à ideia disseminada de que está em curso um processo de desertificação social, ou seja, a progressiva saída de pessoas da região, com o consequente esvaziamento populacional. As contramobilidades ou contracorrentes migratórias, a imobilidade de uma parcela das pessoas do lugar e o retorno dos migrantes temporários são evidências que apontam para o fato de que a permanência, até mesmo desejada, está presente na realidade das pessoas.

Os relatos de famílias ou indivíduos que passaram e estão a passar por um processo intenso de expropriação, de tomada de suas terras – seus lugares de referência, de produção agrícola e de vida – mostram que estar no seu lugar é também estar em processo contínuo de resistência. Resistir para permanecer. Permanecer nos lugares de vida, na pequena propriedade rural, relacionando-se com vizinhos e parentes, tendo a vida pautada numa forte sociabilidade da/na comunidade, mesmo que a partida temporária faça parte das trajetórias de indivíduos do lugar.

O estar no local de origem e o partir para os mais diversos “trechos”, o retornar nas entressafas, após a conclusão de obras, nos momentos de festas religiosas, e o partir novamente são momentos constitutivos da vida dessas famílias. São ações complementares, que não se anulam. A saída é uma possibilidade de retorno e não um fim em si mesmo, uma ausência permanentemente provisória. É um fenômeno de que participam pessoas ou famílias com trajetórias sociais marcadas por trajetórias de mobilidade espacial. Há uma distinção entre ambas. Trajetórias sociais são trajetórias de vida. As de mobilidade espacial estão relacionadas a diversos e distintos deslocamentos realizados por um indivíduo ou uma família. Nesse sentido, a mobilidade espacial é parte constituinte das histórias de vida das pessoas que estão migrantes. Porém, há trajetórias sociais que não são marcadas pela mobilidade espacial.

Há famílias tão pobres economicamente que os deslocamentos espaciais são dificultados em decorrência de sua condição. Entretanto, o pequeno patrimônio fundiário, as dificuldades de diversificar as inserções laborais ou de ampliar os ganhos da família forçam a migração temporária de parte dos seus membros.

O indivíduo que sai tem a possibilidade de modificar os modos de vida de sua família que permanece no lugar de origem e, mesmo que se insira na mobilidade espacial por destinos diversos e distintos, ele conta com um lugar de origem, um lugar de partida e partilha, uma condição estrutural e simbólica para a construção de uma identidade territorial e uma “base”, o ponto inicial de saídas e o destino dos retornos. O espaço de trabalho fora do local de origem é a alteridade, o outro, o diferente. O indivíduo se reconhece como pertencente ao seu “mundo” de origem.

Dessa forma, ao sair, esse indivíduo não tem a possibilidade de transformar apenas os modos de vida de sua família, mas também a si mesmo. Ao irem para os “espaços da alteridade” necessariamente não deixam a “roça”, o seu lugar de origem. O convívio com novos cenários, espaços, lugares e pessoas possibilita viver o diferente e um dia retornam após a experiência com a alteridade. Esse retorno pode ser definitivo ou um momento transitório para a realização de novas partidas para esses espaços de alteridade.

Nas tramas do cotidiano desses homens (sobretudo os chefes de família), é constante o estar. O “estar aqui”, o partir, o “estar lá” (na localidade de trabalho temporário), retornar e partir novamente como dinâmica constitutiva das vidas dessas pessoas. O estar lá (nos “trechos”) é pensando nos que estão aqui (nos lugares de vida). Os “daqui” por sua vez esperam os que “estão lá”. Os que permanecem no lugar de vida esperam os que estão no lugar de trabalho. Estar no lugar de trabalho, através de idas e vindas, é uma busca não raro

marcada pela dramática busca pela garantia de reprodução social do grupo familiar. Os que permanecem esperam. Esperam o retorno dos que foram e esperam por melhorias em suas próprias condições de vida. E a mobilidade espacial surge como a marca da ilusão de uma possível mobilidade social (saída de uma condição de pobreza material).

No cenário de baixo dinamismo do mercado laboral existente no Vale do Jequitinhonha deve se entender que as assimetrias regionais têm desempenhado um importante papel indutor da intensa circularidade dessas localidades. Entretanto, não há uma regularidade empírica relativa a um padrão etário desses agentes da mobilidade, como a saída apenas de jovens com idades entre 15 e 29 anos, por exemplo. Considerando que há um cálculo racional-econômico na opção pela saída e por um ou outro local de destino, há no fenômeno da saída uma grande diversidade de agentes sociais, ocupantes de diversas posições na estrutura familiar (homens chefes de família, mulheres solteiras chefes de famílias, jovens solteiros sem filhos, jovens solteiros com filhos, entre outras). Ou seja, não há no contexto da mobilidade espacial um perfil etário e sexual rígido. Assim como há distintos perfis de deslocamentos considerando os mais diversos destinos (litoral brasileiro, interior do Estado de São Paulo, a capital de Minas Gerais, interior de Goiás, entre outros).

Dentre os distintos agentes dessa migração temporária, homens casados e solteiros e jovens solteiras, porém, conformam o grupo com maior predisposição ou tendência à migração temporária, visto existir no país uma demanda por trabalhadores com baixa qualificação, ou até mesmo qualificados, mas que estão dispostos a ocupar postos de trabalho instáveis. Baseados em contratos temporários ou por conta própria, caso dos vendedores na praia, são seres híbridos que tem em suas trajetórias ocupações que podem ser inerentemente instáveis. Em grande medida, são migrantes que ocupam funções não agrícolas, com uma vida dupla: dividindo seu tempo entre o trabalho temporário fora da comunidade para dar conta de suas obrigações como provedor do lar, no caso dos homens casados, e o trabalho na agricultura e pecuária no momento do retorno.

A migração temporária tem um peso relativamente em uma sociedade agrícola que tem dificuldades de ganhar dinheiro na produção animal e vegetal. São migrantes do trabalho que se deslocam para os trabalhos temporários, mas permanecem fortemente vinculados aos seus locais de origem e obviamente as pessoas. Dependem dessa migração temporária como uma resposta defensiva a um ambiente de precariedade econômica que estão imersos em suas localidades de origem.

O campo de possibilidades relativo ao trabalho nas comunidades rurais está, geralmente, relacionado à atividade agrícola. Pelas características de intensa instabilidade (de

rendimentos) e pela incerteza do plantar e colher, a migração (definitiva e/ou temporária) em busca de um trabalho remunerado acaba por ser um fator de peso na opção pela mobilidade espacial para esses jovens rurais.

No cenário onde residem as famílias, a mobilidade espacial é um elemento constitutivo da cultura local. Essa mobilidade no espaço é caracterizada por tempos de presença e ausência no espaço social, configurando um movimento permanente (*permanências transitórias e trânsitos permanentes*). Essa mobilidade espacial apresenta sentidos e significados diversificados. Nesse *mix* de significados, a ausência do local de origem do agente no processo social de mobilidade tem como um dos seus sentidos centrais a tentativa de permanecer no próprio local de origem, mas em condições de vida diferenciadas, que pode ser possível mediante a remessa de dinheiro pelos que partem para os “trechos” (locais de trabalhos temporários).

Como um elemento característico da cultura local, a mobilidade inter geracional surge como uma possibilidade de transformar os meios, os modos e as condições de vida dessas famílias rurais. Considerando o contexto social, cultural e econômico presente no interior dos mais diversos grupos familiares, essa mobilidade espacial é também uma possibilidade real de mudança da realidade social e econômica dessas famílias. Saem membros dos grupos para que a família possa permanecer nessas localidades. Entende-se que a conformação desse fenômeno é possível em contextos específicos em que a saída dessas pessoas é um projeto coletivo e pensado como uma possibilidade de ajudar o próprio grupo familiar com as remessas esporádicas de dinheiro. No processo social de mobilidade espacial dos membros dessas famílias, a saída não representava necessariamente uma ruptura do indivíduo com a família e/ou a mudança definitiva dessas pessoas de seus locais de origem.

Em todas as famílias conhecidas ao longo do trabalho de campo, a migração temporária ou definitiva foi e continua sendo um forte elemento presente na dinâmica do grupo por gerações. Um exemplo elucidativo é o da família do Sr. Lalino, agricultor aposentado, 72 anos, morador da Comunidade Rural de Itinguinha, cuja trajetória social foi marcada pelo “correr os trechos”.

Em sua residência, uma casa de adobe, teto de telha colonial, chão de cimento e banheiro com vaso sanitário, foi realizada uma entrevista. Na sala havia uma mesa de madeira e um móvel com uma televisão ligada à antena parabólica. Na parede, imagens de santos e uma foto da família: pai, mãe e nove filhos (cinco mulheres e quatro homens). Em um canto da parede havia alguns vasilhames de alumínio cuidadosamente arrumados. Na parte frontal da casa, chamavam a atenção as plantas floríferas (sobretudo rosas) e algumas mangueiras e

goiabeiras, e no quintal, um cultivo de hortaliças e plantas medicinais. Em 12 ha, a família cultivava feijão (uns 5 pratos⁷⁵) e milho (para a criação de porcos) e cria seis vacas leiteiras. Da década de 1970 até o início dos anos 2000, Maria Rita, a Ritinha permaneceu na casa, em seu lugar de origem, enquanto o marido migrava, colocando-a na posição nacionalmente conhecida como “viúva de marido vivo”.

Na ausência do esposo, passou a acumular ao trabalho na lida doméstica, os cuidados com o roçadinho de milho e feijão e com a horta, com o trabalho no espaço de produção que normalmente era ocupado pelo esposo com o cultivo de feijão, milho, fava e mandioca.

E. Maria Rita, a senhora nunca migrou?

MR. Não, as mulheres não iam pros trechos. Por essas bandas não iam [colheita da cana]. Quando ia, era para arrumar emprego em casa de família, mas muito difícil. As mulheres [da comunidade] nos tempos de hoje saem mais, mas para o corte de cana mesmo, eu não conheço nenhuma que já foi.[...] mulher casada sair é muito difícil. Quando Lalino ia pro trecho eu tinha que ficar para tomar conta disso tudo. Era um sacrilégio. Tinha que dar um jeito de criar sozinha os meninos [...], dar o que comer pros meninos. Tudo pequeno. [...] Teve uns tempos que Lalino sumiu. Não escrevia carta, não mandava o dinheiro pros mantimentos e eu aguentava sozinha essa dificuldade toda. Era um tempo bem difícil. Pra mim, a dificuldade maior era água [...] a água era bem difícil. Criei os meninos [9 filhos] praticamente sozinha. Lalino voltava, mas vira e mexe saía de novo. Tinha que ganhar o sustento.

E. E quem cuidava da roça?

MR. Eu, com ajuda dos meninos. Ia tudo pra roça. Plantava o feijão, o feijão catador, a fava e, tinha vezes, que só tinha isso pra pôr no prato. [...] olha, ver meus filhos tudo crescido é uma graça de Deus, porque a dificuldade já foi grande. Era uma labuta só. Era difícil, uma época bem difícil, mas a gente tinha que viver assim e tinha que concordar.

E. Seus filhos, onde estão?

MR. Dois moram aqui na comunidade. [...] casaram com as moças daqui e quietaram o facho [...] iam muito pra São Paulo cortar cana. Outro filho meu mora em Montes Claros [Domador de cavalos] e outro foi pra Salvador [trabalhador na construção civil]. Minhas moças casaram e moram em Itinga. Arrumaram marido da cidade e foram embora [...] duas moram em Brasília [doméstica e cuidadora de idosos].

E. E os filhos do Sandoval e do Claudomiro moram com eles?

MR. Os filhos de Sandoval estão lá em Campinas. Mexe com supermercado [caixas de supermercado], mas estão falando de voltar. O dinheiro que ganham fica tudo no aluguel e pra comprar comida. Os meninos de Claudomiro falam de ir embora, mas são pequenos ainda. A menina de Claudomiro disse que quer ir pra Salvador pra tentar a sorte, mas só depois de terminar a escola.

E. Aqui todos migram?

MR. É [risos]. Fica nesse vai e volta. [...] Quando a coisa aperta, volta pra cá. Quando não tem jeito de ficar lá [nos lugares de estar e trabalho].

E. O senhor [Lalino] tem saudades dos tempos do trecho?

L. Tenho, não. [...] falar procê que o maior sofrimento que Deus pode dar prum homem é deixar ele longe da família. Ritinha ficava sozinha tocando as coisas e cuidando dos meninos, e eu longe. Tinha noite que batia um desespero lá no alojamento. Morava num quarto com um monte de cabra que não conhecia bem. Ficava pensando como estavam as coisas aqui. E Ritinha, como será que tá? Mas tinha que sair pra ganhar a vida. Você precisava ver como as coisas aqui eram

⁷⁵ Com uma pequena produção agrícola as medidas são em pratos (pratos de comida) ou em litros (litros de refrigerantes).

difíceis. Tinha que sair, senão penava mais, mas vou falar procê: não há lugar melhor que nosso canto, não é?. (Sr. Lalino e Sra. Maria Rita, agricultores, Comunidade Rural de Itinguinha, analfabetos).

Em face da impossibilidade de migração de todo o grupo familiar, os trânsitos do esposo entre o lugar de origem e distintos trechos (locais de trabalho), é alternativa negociada e considerada como solução para a reprodução social do grupo, tornam-se viáveis porque há uma figura feminina (a mãe) que permanece no lugar de origem acumulando suas obrigações com as do esposo. Esse é um dos aspectos relevantes na seleção dos que migram: homem, casado, chefe de família, agricultor e proprietário de um pequeno patrimônio fundiário. Enquanto o homem transita por distintos destinos, ocupando diferentes posições profissionais (pedreiro, carpinteiro, cortador de cana), a mulher aparece como um elemento fundamental que o liga ao lugar de origem, à família e à sua propriedade. Cabe ressaltar aqui a atuação dos “gatos”⁷⁶, agentes que favorecem a migração dos homens, deixando para trás a pobreza econômica no lugar de origem para enfrentar outros tipos de pobreza presentes de forma dramática nas tramas da migração, como a distância, a saudade, as precárias condições de trabalho e a exclusão social.

A mobilidade espacial temporária, com a fluidez (saídas e retornos) dos corresidentes (os que dividem a mesma casa), interfere, portanto, na organização do trabalho familiar e na flexibilidade da divisão social do trabalho independente de gênero ou idade. Esposas, moças e crianças são incorporadas ao trabalho na lavoura quando os rapazes e dos chefes de famílias se ausentam. Os relatos da família da Comunidade de Itinguinha indicam que grande parte das dinâmicas sociais se desenvolve em torno das mulheres, desde que homens jovens, solteiros ou casados, em pleno potencial produtivo são os que se inserem na mobilidade espacial, assumindo determinadas ocupações, como o corte de cana. Na falta dos esposos migrantes, elas assumem a importante responsabilidade de manter a família na atividade agrícola.

Para as mulheres do lugar, o tempo é o da espera. Espera de uma melhoria de vida, da vinda das chuvas, de plantar, colher e comer, do retorno do esposo⁷⁷. Em um modo de vida

⁷⁶ Maia (2004) explica que os “gatos” ou “turmeiros” tinham importante papel na migração dos homens do Vale para os trechos (locais de trabalho). Eram os empreiteiros que contatavam esses trabalhadores, organizavam as viagens e os contratos dos trabalhadores com as usinas em São Paulo. Segundo a autora, tinham a função de supervisionar os serviços internos nos alojamentos, zelar pelo bom comportamento de seus ocupantes e de seus interesses junto aos administradores das usinas.

⁷⁷ O retorno dos esposos é um capítulo doloroso na história das “viúvas de marido vivo”. Não são raros os casos de migrantes que constituíam novas famílias nas localidades de destino (os trechos), não retornavam, abandonando suas esposas e filhos. Entre os que retornavam, muitos apareciam doentes, principalmente com problemas pulmonares, viciados em álcool, crack e outras drogas ilícitas, para serem cuidados pelas mulheres, muitas delas acometidas de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Duas mulheres residentes nas comunidades rurais de Ponte dos Pasmados expressaram sua desilusão. A migração temporária dos maridos

orientado pelo trabalho na roça, a ausência do marido possibilitou a divisão do trabalho cada vez menos baseada na divisão sexual do trabalho construída socialmente e orientada pelas possibilidades existentes na localidade de origem.

No Vale do Jequitinhonha, foi e permanece sendo recorrente, nas propriedades familiares, a divisão de tarefas e de trabalhos entre os membros disponíveis da família nas atividades do roçado, para as quais dificilmente contratam trabalhadores. Mulheres e homens trabalham na capina, no plantio e na colheita. Às crianças, com 5 ou 6 anos, já são atribuídas tarefas mais leves como separar a palha do feijão, alimentar a criação (porcos, galinhas etc.) e levar as marmitas às pessoas que trabalham nas roças mais distantes da residência da família. Mulheres utilizam machados e outros instrumentos tidos como tipicamente masculinos, tais como a foice.

Grande parte do dinamismo do lugar depende da força das mulheres que, além do trabalho na roça, assumem também os cuidados com a casa e com a família, sobretudo os idosos e as crianças. Apesar disso, são marcadas por certa invisibilidade e é rara sua presença em determinados lugares, tais como as feiras de sábado⁷⁸. A ausência dos esposos possibilitou maior visibilidade (desejada ou não), dessas mulheres alçando-as a um protagonismo, diante das dificuldades encontradas na família e na comunidade. Em todos os municípios do Vale do Jequitinhonha há uma ou mais associações⁷⁹ que nasceram da necessidade das mulheres de se organizarem para, mediante ações coletivas, solucionar problemas que constataram ser comuns, sejam os relacionados à geração de renda, ou a carências das comunidades, como a falta d'água, estradas e transportes, entre outras.

Não se pode, entretanto, afirmar que haja uma migração maciça de homens, do que resulta uma feminilização do lugar. Não é possível estabelecer uma rígida relação entre

tornou-se definitiva. Casaram-se com outras mulheres nos lugares de destino e não há esperança que retornem às suas comunidades. Para as pessoas do lugar, esses homens representam uma vergonha numa sociedade em que eles [os homens] estão fortemente associados à figura do provedor do lar. As novas famílias formadas no correr dos trechos não são aceitas pelas pessoas da comunidade, visto existirem a partir da decomposição de outras. Para essas mulheres, cabe a resignação e a espera por um improvável retorno dos esposos aos seus lares de origem e à sua família.

⁷⁸ Em Itinga, todos os sábados do mês, a prefeitura disponibiliza um galpão em que pequenos agricultores comercializam os produtos agrícolas cultivados em suas propriedades. Entre os vendedores, há visivelmente um predomínio de homens (esposos) e/ou rapazes, entretanto, a ausência das mulheres nas feiras não significa sua ausência nos roçados ou roçadinhos da família.

⁷⁹ Uma das principais e mais dinâmicas associações de Itinga, a Associação dos Moradores e Amigos de Itinga (AMAI), nasceu da necessidade de as mulheres buscarem fonte de renda para a família em face da dificuldade dos esposos em enviarem dinheiro nos momentos em que estavam nos “trechos”, seja pela dificuldade de acesso a redes bancárias, seja pela impossibilidade de enviar o dinheiro por meio de parentes ou vizinhos e/ou junto com as cartas que podiam levar notícias, mas também o recurso. Até o fim do século XX, as cartas foram largamente utilizadas pelos migrantes para o envio de notícias, dinheiro e sugestões de como aplicá-lo na propriedade familiar ou na compra de bens para família. Obviamente, nas cartas tratava-se também de assuntos “imateriais”, entre eles, a saudade do lugar e, sobretudo, das pessoas.

migração e permanência baseada na questão de gênero, ainda que ela interfira consideravelmente nas migrações temporárias, ou o que Lee (1989) entenderia como uma seletividade migratória na origem⁸⁰. Apenas os homens, por exemplo, empregavam-se no corte da cana e na construção civil (esta, uma atividade ainda recorrentemente comum entre os migrantes do trabalho precário). Para as mulheres, as ocupações predominantes são de empregadas domésticas, babás, manicures, cabelereiras etc.

Um fator que contribui consideravelmente para a permanência das mulheres no lugar de origem é o casamento. Mesmo aquelas que migram para vários destinos e assumem diferentes ocupações laborais tendem a findar sua trajetória migratória quando se casam com rapazes de suas comunidades de origem⁸¹. Os casamentos demandam também alguns novos arranjos. Entre as famílias que detêm um pequeno patrimônio territorial, é muito comum que para abrigar as novas unidades familiares sejam construídas residências próximas à casa do pai da noiva (mais comum). Já entre as famílias consideravelmente pobres (economicamente), cujos membros migrantes – o jovem, no corte da cana, e a jovem, no serviço doméstico – não conseguiram juntar recursos para a construção de uma nova residência, é comum a permanência do novo casal na casa do chefe de família, pai da noiva ou do noivo.

A contração do casamento e a coabitação do novo par conjugal com os pais do noivo e /ou da noiva são arranjos, no universo social das famílias pobres materialmente, que acabam por dificultar a mobilidade social do grupo familiar, situação que se agrava com a chegada dos filhos do novo casal e, conseqüentemente, o aumento do número de dependentes em idade produtiva, que não conseguem, todavia, um rendimento estável. A própria conformação de várias residências em um pequeno sítio (com áreas menores que 3 ha) é resultante da dificuldade da compra de terras para a instalação das novas famílias, entre as quais não há o sentido de uma casa e uma renda, visto não haver uma divisão dos rendimentos. As famílias que residem no mesmo sítio (mas em residências distintas) compartilham as rendas como uma própria estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, o rendimento dos idosos (aposentado rural), mesmo sendo estável e atrelado ao salário mínimo vigente no país, não significa a superação da pobreza, mas permite uma ajuda aos parentes, mormente os mais próximos.

⁸⁰ A proposição de seletividade migratória é desenvolvida por Lee (1980) ao afirmar que os fatores que envolvem a decisão pela migração estão na origem, no destino, nas dificuldades intervenientes e nos fatores pessoais. Para o autor, a análise das causas na origem permite identificar grupos sociais que são migrantes potenciais, entretanto, nem todos os indivíduos potencialmente migrantes respondem da mesma forma às “causas” relacionadas à migração.

⁸¹ A dificuldade da migração das mulheres casadas está muito atrelada a uma cultura machista. Um agricultor da Comunidade de Jenipapo afirma que mulheres casadas não “devem estar soltas no mundo”. O seu papel seria o de “cuidar da família”.

Se o casamento dos filhos torna a migração da família toda mais difícil, os jovens recém-casados encontram na mobilidade espacial temporária a possibilidade de garantir a reprodução social de seu grupo familiar. Esses trânsitos permanentes correspondem àquele tipo de mobilidade que não é satisfatoriamente captada pelas pesquisas do IBGE. Colocam em xeque também o próprio conceito de migração das Nações Unidas, que define como migrante todos os indivíduos que mudam de residência, considerando determinados limites políticos e administrativos. Confrontado com o que ocorre no Vale do Jequitinhonha, o sentido de migração apresentado pelas Nações Unidas perde o seu valor heurístico, ou não dá conta de explicar os movimentos migratórios presentes em determinadas regiões do Brasil.

No Vale do Jequitinhonha, o que se observa são deslocamentos de populações, de agentes que saem de suas regiões para a inserção em mercados de trabalho precários. Nesse constante fluxo para os mais diversos locais do país, esses agentes sociais da mobilidade espacial entendem que o seu local de morada é sua comunidade de origem. São, portanto, trânsitos permanentes, que não implicam mudança de residência. Ainda que se desloquem para as diferentes regiões do país, sabem que o lar (o local de morada) é o Vale do Jequitinhonha e que o local de origem (a roça), além de ser o universo social em que as pessoas trabalham e do qual tiram o seu sustento, é também o lugar de vida. É onde ocorrem as festas (principalmente as religiosas), onde estão as tradições, a família, a solidariedade entre vizinhos (no trabalho coletivo na roça, na ajuda com alimentos e dinheiro, quando possível), enfim, onde as pessoas não são apenas força de trabalho. Se há o desinteresse dos jovens pela permanência no local para trabalharem nas atividades agrícolas, esse desinteresse não existe quando se trata do local de origem em si. Não raro há relatos de famílias e indivíduos que deixaram o Vale do Jequitinhonha por um longo período de sua vida, mas retornaram, depois de aposentados, tornando realidade o sempre presente sonho de retorno⁸².

⁸² Caso de uma família que migrou há mais de 16 anos para o Estado de São Paulo, retornou para o Vale do Jequitinhonha nos períodos de férias e está esperando se aposentar para retornar para a cidade de Itinga.

5. PERMANÊNCIA E RETORNO: O DILEMA COTIDIANO ENTRE FICAR E SAIR

“...Eu vou e vou e vou e vou e volto! Por que se eu for. Por que se eu for. Hei de voltar...”

Guimarães Rosa (2006, p.45)

O retorno ao lugar de origem é um sonho do migrante. Para ele há em seu projeto de deslocamento um sentido em que o ciclo vital da migração se fecha no instante de retorno à sua terra natal (FAZITO, 2010).

O retorno é um princípio simbólico que inscreve a circularidade nas migrações. Este movimento apenas deixa de estar presente quando o imigrante não se reconhece como tal (SAYAD, 2000).

Interligado por uma noção de lugar, grupos sociais e tempo, o migrante se refugia em uma nostalgia, na saudade de sua terra, das pessoas ou até dele mesmo, tal como existia de fato ou imaginado, antes do momento de sua partida. A volta do migrante ao seu lugar de origem remete, essencialmente, à sua saída, em outros tempos. Retornar é tratar de idas e vindas, transitoriedades, de origens e destinos, de fluxos e contra fluxos, de pessoas em movimento, de desejo (ou não) de sair e retornar, da possibilidade de deslocar.

A temporalidade das saídas, dos retornos e das permanências resulta em tempos de presença e ausência nos lugares de origem, configurando um círculo contínuo de movimentos. O retorno pode marcar o instante ou o tempo de uma nova próxima partida. Ir-ver-viver-estar e ficar, ir-ver-viver e ficar, mesmo um dia podendo ou querendo voltar, delimitando dinâmicas de trajetórias sociais marcadas por trajetórias de mobilidade espacial. Permanência e trânsitos como faces de uma mesma moeda. Dando continuidade ao capítulo anterior, o objetivo deste é qualificar o fenômeno do retorno, entendendo-o assim como a migração, como um elemento multideterminado.

O desejo, não só pessoal como também do grupo familiar, de juntar recursos econômicos e comprar determinados bens é um dos elementos que determinam a constante mobilidade espacial (trânsitos permanentes e permanências transitórias), assumida pelos homens, com o intuito de mudar as condições de vida de suas famílias e conseguir *status* em suas localidades de origem.

A inserção no mercado de trabalho através dos trânsitos (migrações) deve ser entendida também como uma possibilidade de o indivíduo conseguir um destaque na estrutura social de seu lugar de origem e, principalmente no caso dos jovens, ter maior poder de barganha no mercado matrimonial local. Nesse contexto, é emblemático o significado que adquire, por exemplo, a posse de uma motocicleta. Seu proprietário tende a ser visto como um “bom partido” pelas moças das comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha. A compra desses bens só é possível a partir dessa vida profissional em trânsito.

No caso específico dos jovens rurais inseridos numa realidade de escassez material, a moto é um bem que possui valor não apenas material, mas também simbólico. No retorno à localidade de origem, a compra de um bem material tão valorizado, após a acumulação de recursos (possibilitada pela migração), implica um processo que transforma um produto num bem simbólico, como se pode observar na fala de Pedro, um jovem rural⁸³:

E. Por que você não migrou como seus irmãos e primos?

P. Todos jovens daqui estão melhores que os que migraram. Tenho minha casa e os meios de ganhar dinheiro [...] mas tem aquela ideia do mais jovem sair. Os jovens sai para o corte de cana, para colher tomate, laranja, e ali ele trabalhava quase como escravo [...] fica lá um ano trabalhando, só juntando dinheiro, e compra uma moto, um aparelho de som e chega aqui com um tênis de marca, então criou aquela sensação do jovem que na casa dele não tinha essa ascensão rápida [...] jovem vê o amigo dele com um tênis novo, um sapato novo, uma moto e pensa que é melhor ir embora mesmo [...] mas eu prefiro ficar aqui na roça.

E. Saíram com objetivo de comprar roupa e moto?

P. Eles saíam uns tempos para comprar essas coisas, agora, hoje, eles estão saindo mais definitivo para trabalhar na cidade. [...] eles estudaram na EFA [Escola Família Agrícola], tem estudo e acha que roça não é pra eles, daí vão embora [...]. Tenho um primo que foi pra Itatiaia (RJ), não conseguiu adaptar, arrumar um bom serviço porque não tinha estudo, voltou para cá para concluir o ensino médio, fez o técnico agrícola na EFA, conseguiu trabalho aqui na região, na própria área técnica e não quer ir embora porque gosta daqui. Voltou pra estudar e depois foi pra Belo Horizonte [construção civil] e tá lá passando necessidade. Esse negócio de ir embora

⁸³ Há um largo debate sobre o que se entende por Juventude e Juventude Rural. Para Bourdieu (1983), Juventude é “apenas uma palavra” relacionada de forma indissociável à idade biológica e social. A idade é uma construção da sociedade que varia conforme diferentes momentos históricos e distintas idades, gêneros e classes, ou seja, a ideia de juventude e de não pertencimento perpassa construções simbólicas. As fronteiras entre juventude e velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades. Castro (2005 e 2007), no estudo sobre jovens rurais fluminenses, defende que juventude é uma categoria social constituída a partir das disputas presentes nas representações sociais. Juventude é uma construção social (resultado de múltiplas construções) e varia nos espaços, por onde transitam em conformidade com diferentes posições sociais que ocupam, dentre elas a da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares. No geral, o que se entende por juventude perpassa aspectos sociais, econômicos e políticos. Para Durston (1994, p.14-5), tal fase da vida “se caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis de adultos em todas as sociedades, tanto rurais quanto urbanas [...] A juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo”. Os limites variam em diferentes classes sociais e sociedades e também no tempo, mas há certo entendimento que jovem é composto pela faixa etária entre 15 e 24 anos, mesmo que o pertencimento à categoria dependa tanto de uma autoidentificação como de um reconhecimento dos outros.

é muito incerto. Meu primo e eu estamos mais estabilizados que os que foram embora. [...] ficam lá batendo cabeça.

E. É difícil para você viver da agricultura?

P. Por mais que tem vários programas de fortalecimento da agricultura familiar, é pouco. Não consegue manter. Não tem condição de manter na agricultura familiar. [...] quem elabora esses programas, não tem conhecimento, não vem à zona rural saber a realidade, não está aqui pra elaborar o programa, elabora lá de uma visão panorâmica distante da realidade e despeja o programa, quando o cara vai acessar, não tem lógica isso, não existe isso.

E. Por quê?

P. O PRONAF, por exemplo. O cara pega 2.500 reais, não tem assistência técnica, não tem acompanhamento nenhum, o cara faz um projeto lá, não tem ninguém fiscalizando se implantou ou não esse projeto [...] o que o agricultor faz é botar esse dinheiro no banco pagar as contas, o que é realidade. [...] vai comprar uma moto, vai fazer alguma outra coisa, menos investir na agricultura familiar [...] falta muito pra manter na agricultura.

E. Então se fosse pra você ir embora hoje, você não iria?

P. Pretendo sair, por enquanto eu não vou sair porque ainda tenho dificuldade de conseguir emprego lá fora. [...] faço uma faculdade aqui próxima que é em Araçuaí, um pouco distante, mas está próximo, mas quando terminar quero ir embora. Não quero é ir sem estudo pra sofrer como meus primos. (Pedro, técnico agrícola, universitário (tecnólogo em Gestão Ambiental), agricultor em tempo parcial, 26 anos, Comunidade Rural da Gangorra).

O retorno dos jovens aos seus locais de origem e sua presença em determinados contextos sociais na roça ou na sede urbana do município, principalmente as festas, passam a ser um elemento até mesmo de diferenciação social. Nesse sentido, a migração temporária constitui uma estratégia desses jovens para a aquisição de determinados bens materiais (roupas, sapatos e motos) que, adquirindo significado simbólico, representam a possibilidade de serem “vistos” como “um bom partido” pelas moças das comunidades rurais, o que pode influenciar em uma maior visibilidade no mercado matrimonial, ou seja, a posse de determinados bens que podem ter uma potência simbólica. A própria análise dos dramas do cotidiano possibilita perceber uma hierarquia entre dois mundos: o rural e o urbano.

A entrevista transcrita abaixo mostra os valores atribuídos ao rural e ao urbano operada no cotidiano das pessoas. A permanência na localidade de origem, uma comunidade rural localizada em uma grota, aponta para o estigma de viver no campo, com as qualificações simbólicas que associam o rural a atraso e desvalorização e que interferem inclusive nas relações amorosas. Permanecemos com o relato do Pedro:

P. Penso ir embora daqui da roça porque a cidade oferece indiretamente vamos dizer, emprego fixo e relacionamento. Aqui na Gangorra todo mundo é parente. Tem duas meninas, só. O pessoal tem que estar saindo pra namorar. Não posso namorar

as meninas daqui. Tenho que ir à cidade [sede urbana do município]. Então isso é uma desvantagem por morar aqui [na comunidade de Gangorra]. Mas lá [Itinga] eu não falo que sou da zona rural.

E. Você percebe que os meninos escondem o fato de serem da roça?

P. Escondem.

E. Por quê?

P. Porque tem o preconceito. Se eu falo que sou da roça, as meninas automaticamente me exclui. Não quer namorar. Não quer envolvimento. Há preconceito.

Entrevistador: As meninas falam que são da roça?

P. As meninas do rural não falam que é do rural. [...] vejo isso nas festas passada aqui. [...] as meninas que veio de lá da Gangorra mesmo, pobre, não falava que era menina da zona rural. Dá pra esconder porque não tem aquela diferença (moças da cidade e do meio rural). Urbanizou totalmente. Porque antigamente as meninas da zona rural eram mais recatadas, né? Você não as via com roupa curta e tal. Não tem diferença. Não seria melhor a cidade acatar, pegar pelo menos essa questão recatada, pegar essa jeito da zona rural?! E então urbanizou, a cidade não ruraliza não, a zona rural urbaniza.

E. E no caso dos meninos que são do rural, e que têm dificuldade de conseguir namorada no rural porque é quase tudo parente. E como que eles fazem pra se relacionar com as meninas e as meninas com os meninos? Mesmo quando os outros sabem que eles são do rural, você acha que isso atrapalha o relacionamento?

P. Atrapalha muito o relacionamento. Tem caso da zona rural arrumar uma namorada aqui, fica uns dois meses mentindo, aí, depois, a menina acaba descobrindo, ela não vai querer ficar saindo com ele com o grupinho de amigo dela, todo mundo vindo da roça? As meninas têm esse preconceito, aí a menina vai ficando, se afasta dele, se afastando. Os meninos da roça vêm tudo com brinquinho, todo playboy [...] aí a menina já queria apresentar pro grupinho porque é da roça, mas está organizado.

E. Então as meninas da cidade namorariam com os meninos da roça desde que eles não se pareçam com o menino da roça?

P. É isso. Justamente. Olha pra você ver, minha namorada hoje, ainda bem que a raiz dela é de zona rural também, ainda bem, mas quando eu comecei a namorar com ela, ela era da zona urbana, bom. No meu caso não aconteceu nada que eu sou bem aberto, ah, isso, eu não namoraria uma menina que tinha um preconceito desses nunca, não tem lógica.

E. Você preferia ficar na roça trabalhando na atividade agrícola ou pensa ir pra cidade?

P. Se tivesse como eu permanecer na roça hoje, trabalhando na roça, bom, perfeito, ficaria aqui. Não vou dizer na atividade agrícola porque não tem como. Fica na agricultura e não tem como subir na vida. O agricultor familiar não tem acesso a máquina, se eu sou do agronegócio eu tenho uma máquina agrícola pra eu trabalhar. Mas eu sou agricultor familiar. Sou técnico agrícola. Formei, mas não tem como melhorar na agricultura. Não tenho problema em morar no rural. Sei que tem preconceito, mas se for pra ficar nessa vida sem melhoria, prefiro ir embora.
(Pedro, técnico agrícola, universitário (tecnólogo em Gestão Ambiental), agricultor em tempo parcial, 26 anos, Comunidade rural da Gangorra)

Se há adjetivações ou qualificações negativas associadas aos residentes rurais que os definem como “rudes”, “atrasados”, “sem educação” e “malvestidos”, bem como outras expressões que remetem esse universo social à condição de atraso, os próprios jovens incorporam essa desqualificação simbólica de seu lugar de vida. Ou seja, essa construção social de imagens sobre o meio rural é reproduzida pelos próprios jovens e interfere nas relações sociais, resultando ainda na negação de pertencimento a esse universo. A desvalorização passa a ter um peso maior na medida em que a pobreza do lar é somada a essa visão negativa do local de origem. É o mundo rural sendo desvalorizado diante do mundo urbano. A dificuldade de acesso a serviços e bens de consumo e a programas de fomento à produção agrícola, o isolamento geográfico e a ausência de políticas públicas contribuem para fomentar entre os jovens o desejo de deixar o meio rural.

Ainda que a circulação esporádica pela cidade possibilite ampliar as fronteiras de sociabilidade e de convivência, a hierarquização mental da divisão social entre o mundo urbano e rural, em que este, pautado na atividade agrícola, é inferiorizado, leva os jovens à negação de seu lugar. Como consequência, preferem migrar a permanecer em um local carregado de adjetivações conceituações negativas. Se a cidade mais próxima não possibilita o acesso ao mercado de trabalho formal ou à progressão nos estudos, os jovens migram para os grandes centros urbanos do país, sobretudo as capitais, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, ou outros destinos para os quais as redes sociais preexistentes viabilizam essa mobilidade espacial. Nesse sentido, os estigmas negativos relativos ao mundo rural explicam, em grande medida, o dilema entre a migração, a permanência, ou a saída do campo, a circulação. Ainda que haja por parte dos jovens rurais um forte desejo de permanência em suas localidades de origem, esses estigmas são um dos elementos que influenciam na escolha pela migração, seja definitiva ou temporária.

Entre os jovens rurais que cogitam migrar, as relações sociais, familiares, de parentesco e amizade, somadas às festas religiosas, à sociabilidade no campo e ao matrimônio são importantes elementos que podem favorecer a permanência do indivíduo no lugar de origem. A roça figura no discurso com ambiguidade: ao mesmo tempo em que é vista como lugar de morada, “tranquila, lugar fresco, sossegado”, é pouco atrativa como lugar de trabalho, o que certamente favorece a saída. No entanto, a lida na roça não é inteiramente negativa: o jovem cogita a possibilidade de retorno para o campo, inclusive demonstrando atração pela atividade agrícola, porém, não quer mais trabalhar com o pai como antes, almeja ter uma renda própria, sua autonomia. Se a decisão da saída pode ser motivada por objetivos

próprios (como a compra da moto, do carro e de outros bens de consumo), ou seja, um projeto individual, não é raro o envio de dinheiro aos parentes que permanecem no lugar de origem.

O processo de saída dos jovens é justificado, entre outros motivos, porque “a região é muito pobre”, “não tem emprego”, “não tem internet”, “não pega celular”, “não chega transporte”, “o trabalho na roça (nas atividades agrícolas) é pesado e não rende”. Tais afirmações expressam, em conjunto, a carência social que há nos municípios do Vale do Jequitinhonha, a visão relativamente negativa da atividade agrícola e o baixo dinamismo do mercado de trabalho formal local. O desejo dos jovens de eventualmente permanecer na localidade de origem contrasta com as poucas possibilidades de inserção ocupacional nela existentes. Um dos grandes dilemas das pessoas do lugar encontra-se, portanto, no fato de que numa sociedade rural em que se têm cada vez menos interesse em trabalhar na lavoura, a lida na roça aparece como a principal ocupação no rol de possibilidades para essas pessoas e famílias.

Como já mencionado anteriormente, a consolidação de algumas políticas sociais como a aposentaria rural, bem como a implantação do Programa Bolsa Família têm trazido, por meio da concessão de um rendimento, benefícios econômicos às famílias pobres, sobretudo a melhoria nas condições de alimentação, retirando-as da condição de miséria. Paralelamente à garantia de renda, repercutiram também no espaço intradoméstico algumas melhoras estruturais, com destaque para o Programa Luz para Todos, que têm mudado as condições de vida na roça. A presença de todos esses fatores contribui para que as pessoas fiquem mais seletivas na tomada de decisão entre permanecer (temporariamente) ou sair para trabalhar em serviços precários.

Pode-se dizer que a chegada dos programas sociais teve dois efeitos principais: em primeiro lugar, famílias beneficiárias do Bolsa Família, ou com um aposentado rural tendem a não cogitar mais do trabalho no corte da cana-de-açúcar, optando por permanecer no meio rural (na produção para o autoconsumo), desde que contam com os recursos das transferências de renda; em segundo lugar, adquiriram maior poder de barganha ao negociar o valor referente ao dia de trabalho de camarada (trabalho diário na lavoura de vizinhos no Vale do Jequitinhonha) pago pelos sitiantes e fazendeiros. Ou seja, tendem a não aceitar mais trabalhar das seis às dezesseis horas, por menos de 30 reais/dia, considerando que antes dos anos 2000, um camarada recebia oito reais/dia para uma carga horária média de 10 horas.

A presença do poder público no espaço doméstico dos pobres tem, pois, forte impacto na vida das famílias. A obtenção de um benefício por algum membro do grupo interfere na economia familiar (fonte de rendimento estável) e nas condições materiais de vida, com a

possibilidade de melhorias na residência e nas vestimentas, e de aquisição de bens de consumo, como geladeira e fogão, entre outros.

No âmbito local, marcado pelo pouco dinamismo da economia e pela baixa capacidade de geração de emprego e renda, os aposentados acabam por “dar um fôlego” ao comércio do lugar. No universo das famílias rurais pesquisadas, que combinam uma diversidade de rendimentos (Bolsa Família + agricultura, agricultura + rendimentos não agrícolas, apenas agricultura etc.), a população idosa é a que tem maior potencial de redução expressiva da pobreza (econômica). Não são raros os casos de acumulação da aposentadoria com outras fontes de renda, como as pensões por morte, o trabalho na atividade agrícola e não agrícola (comerciantes rurais). A obtenção de uma aposentadoria em geral fortalece a permanência das pessoas na atividade agrícola. E esta adquire um significado simbólico, pois, excluindo o caso de portadores de problemas físicos ou mentais, é no trabalho na roça que muitas pessoas constroem sua própria existência social e lhe dão sentido.

Nesse cenário, os recursos previdenciários estão se transformando, entre os pequenos agricultores, em uma espécie de seguro-agrícola. Ou seja, com a aposentadoria, esses indivíduos têm viabilizado o investimento na produção para o autoconsumo e certa modificação nos meios e condições de vida, fortalecendo, nesse sentido, sua permanência na atividade agrícola.

Os impactos da previdência rural na esfera local podem ser sentidos na ampliação do campo de possibilidades de permanência das famílias em sua própria localidade de origem e na atividade agrícola, expandindo e sustentando consideravelmente as estratégias das famílias para nela se manterem, com a compra de insumos, de equipamentos de irrigação (que minimizam os efeitos da seca) e de outros produtos que possibilitam a manutenção do grupo familiar durante todo o ano na atividade agrícola, tanto no intuito de produção para o autoconsumo, quanto para a geração de excedentes comercializáveis. Com esse benefício, aposentados rurais proprietários de terra, com poucos dependentes no espaço intradoméstico, muitas vezes conseguem ampliar a atividade agrícola mediante a contratação de empregados temporários que os auxiliam principalmente na limpeza da roça ou nos cuidados dos animais (as matrizes leiteiras e os animais de carga), no plantio de sementes nos períodos de chuvas, na colheita e na construção de cercas.

Em que pese o ambiente social e econômico retratado, marcado por uma intensa circularidade de pessoas, há indivíduos que sempre residiram no mesmo local. Se a permanência no meio rural pode ser, em alguns casos, decorrente da falta de oportunidade de sair, existe, por outro lado, uma contramobilidade que retém as pessoas no lugar, motivada,

em grande medida, por certa melhoria nas condições de vida no campo resultante da implantação de um conjunto de políticas públicas nessas regiões, como os programas Minas sem Fome⁸⁴ e “Luz para Todos”, do governo federal, que favoreceram e continuam favorecendo o acesso de famílias rurais à água encanada e energia elétrica, respectivamente. Esses serviços são apenas dois exemplos dos diversos benefícios que a “chegada do poder público” permite às famílias acessar. Pode-se dizer que os processos sociais, econômicos e até mesmo culturais são reconfigurados a partir do momento em que há a “presença” do poder público nos “mundos rurais” com altos índices de pobreza.

Corroborando essa afirmação, o êxodo rural no âmbito nacional sofre uma redução, a partir do início da década de 1980. Além disso, passa a ser um fenômeno recorrente o retorno de parte dos migrantes rurais a suas regiões de origem, e até mesmo uma retomada do crescimento populacional em determinadas regiões do país (HESPANHOL, 2008). Tal tendência na dinâmica populacional brasileira confirma-se na década de 1990, quando se observam uma diminuição da migração do campo em direção às cidades e, ainda que pequeno, um aumento da população rural em diversas localidades do país (DEL GROSSI *et alii*, 2001).

Certa imagem negativa em relação aos locais de destino, relacionado principalmente a violência urbana, poluição, vida agitada e alto custo de vida, são aspectos que pesam na hora de decidir entre ficar e partir. Determinadas condições desses agentes sociais (por exemplo a baixa escolaridade) e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal são outras variáveis que interferem no processo de contramobilidade.

As coisas aqui na roça mudou bastante [...] hoje tem energia elétrica, que antigamente não tinha [...] é difícil um lugar que não tem energia [...] a vida fica muito melhor. Na roça, o mais difícil é a água mesmo, porque aqui é muito seco, aqui quase não chove, mas tem a cisterna, que dá pra ir levando. Morrer de sede, não morre [...] Eu estou aqui nesse barraquinho [casa de adobe], mas se me oferecer uma casa mobiliada na cidade pra saí daqui, eu não quero. Aqui o negócio é mais sossegado, poder deitar na cama e dormir em paz. Quando morava em São Paulo, estava dormindo e começa o tiroteio, o povo vendia droga na porta [...] a casa era bagunçada, tudo amontado, trabalhava o dia todo e não tinha meu sossego na casa e o dinheiro não rendia [...] não podia sentar na frente da casa porque era perigoso, podia levar um tiro perdido. A gente tá ali ante a casa e podia morrer a toa, sem saber de nada. Pra mim, cidade grande agora, só de passagem, porque eu criei ranço

⁸⁴ O Minas Sem Fome é um programa do governo mineiro, executado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), que tem quatro objetivos centrais: I- propiciar a segurança alimentar e nutricional; II- garantir a redução da pobreza econômica; III- favorecer o acesso à cidadania; IV- propiciar a inclusão produtiva em conformidade com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2007-2023.

de cidade [...] eu sou mais a rocinha sossegada [...] um canto sossegado pra criar os filhos [...] cidade grande é só ilusão. (Alice, 32 anos, agricultora, Comunidade Rural Santo Antônio das Pindobas, ensino fundamental incompleto).

As notícias televisionadas (com o anúncio das tragédias que ocorrem no mundo urbano) e as próprias investidas malsucedidas de alguns migrantes acabam por interferir na permanência das pessoas em suas localidades. Deve-se considerar que a sociedade a que o indivíduo pertence observa atentamente a experiência do sujeito que sai em busca de emprego ou de outro objetivo e tem notícia do sucesso ou não dessa empreitada. Na relação sociedade/indivíduo, há uma troca de informações que permite compreender como é a vida na cidade ou no espaço em que o migrante esteve, o que pode ou não favorecer a saída de outros, construindo as redes sociais da migração. No universo rural em que a proximidade física também é, muitas vezes, social, as pessoas conseguem avaliar a viabilidade (ou não) de sair, tendo por base a experiência de seus vizinhos ou conhecidos. A mobilidade espacial persiste, ao mesmo tempo em que a avaliação sobre esse ato perdura. O sair não anula a possibilidade do retorno, e o retorno não restringe a possibilidade de novas saídas.

Numa realidade marcada por uma intensa mobilidade socioespacial, é possível reconhecer diferentes dinâmicas populacionais: há os indivíduos que migram por um tempo mais longo; há os que migram e retornam para o campo, em períodos mais curtos (os cortadores de cana-de-açúcar); há os que ainda irão sair (ou desejam migrar); e há também aqueles que migraram e não desejam retornar. Entretanto, essa classificação não esgota a análise. Encontram-se migrantes, por exemplo, que moraram em cidades ao longo de grande parte de sua vida e retornaram ao local de origem após adquirirem a condição de aposentados, inclusive retornando com a esposa com quem se casou em sua trajetória de mobilidade.

Nessa mesorregião, com grande diversidade de grupos sociais e condições de vida tão diferentes, não é uma tarefa fácil trabalhar com a ideia de permanência, pois ficar na localidade de origem ou dela sair são lados da mesma moeda. Nesse cenário, a ideia de *permanências transitórias e trânsitos permanentes* aponta para a dinâmica populacional de uma comunidade marcada por saídas e retornos. Os deslocamentos espaciais *nos* e *entre* tempos e espaços distintos são, em grande medida, temporários, mas podem se estender por longo tempo, não anulando a possibilidade do retorno.

Como um aspecto cultural, essa mobilidade é constitutiva da dinâmica dessas famílias. Contudo, os fatores que impulsionam a mobilidade ou a permanência são diversificados e perceptíveis apenas se observado o íntimo de cada família e a partir dos mais distintos projetos de vida de cada indivíduo.

Uma dinâmica populacional marcada por intensa “circularidade” pode, por exemplo, ser motivada pela necessidade do indivíduo de ampliar seus “horizontes”, conhecer novos espaços, lugares, paisagens, cenas e cenários, enfim, conhecer “o mundo”, e a mobilidade espacial como uma forma de uso do corpo (com significados e sentido diversificados), como exemplo, a saída na perspectiva de dar um novo sentido à vida desses indivíduos.

A migração também pode ter como objetivo central a possibilidade do retorno para a própria comunidade. Sair para voltar, mas retornar em condições diferenciadas. Acumular recursos para casar, mais comum entre as moças, ou para a compra da moto, mais comum entre os rapazes, são elementos que justificam um projeto de mobilidade no espaço e através dos tempos. Entre chefes de família, a saída temporária, tem um maior sentido de propiciar uma melhoria nas condições de vida das famílias. É estar circulando, trabalhar de forma temporária, mas sempre cogitando a possibilidade do retorno, pois é no lugar de origem que está à família, o que justifica a migração temporária desses homens.

O retorno temporário ou definitivo, mais curto ou mais longo, é baseado em uma calculabilidade dos agentes sociais, que avaliam os objetivos de estar circulando e percebem quando é o momento de findar uma trajetória social com constante mobilidade. A velhice com acesso à aposentadoria tem sido um elemento de facilitação do regresso de pessoas e até mesmo famílias inteiras a localidade de origem. Entretanto, tanto a mobilidade espacial quanto o retorno podem ser elementos provisórios. Mais permanentes são os desejos, tanto o desejo de estar na comunidade de origem, quanto o de partir quando puder. Querer estar, voltar ou partir são permanentemente provisórios. Os vínculos com o lugar de origem, a relação com as pessoas que permanecem, as percepções e os sentimentos de pertencimento adquiridos na vivência com o lugar de onde se parte, favorecem o retorno à região de origem ainda que de forma provisória. E com esse sentido, a transitoriedade do partir e do ficar acabam sendo elementos presentes nas dinâmicas migratórias das famílias rurais no Vale do Jequitinhonha.

Mas há também, na “região de emigração”, na “região da pobreza e da miséria”, pessoas e até mesmo famílias que optam por não migrar. Ainda que para muitos a “imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança” (BAUMAN, 1999, p.8), a fixidez/i-mobilidade é a escolha de certos indivíduos que veem a permanência como sinônimo de estabilidade, em face da avaliação que fazem sobre o campo de possibilidades de que eles dispõem. É certo que suas oportunidades são limitadas, devido a circunstâncias e condições específicas, como a baixa escolaridade que, se não impede

necessariamente a migração, representa obstáculo para o acesso a postos de trabalho do meio urbano que exigem determinadas formações técnicas, por exemplo.

Para os sujeitos mais pobres economicamente e sem uma educação formal, a migração e a inserção em uma sociedade competitiva (como o mercado de trabalho urbano) significam uma possibilidade real de exclusão social, econômica e espacial. A migração e a troca de local de morada pode representar uma piora nas condições de vida do indivíduo e/ou da família. Por isso, muitos consideram que driblar as dificuldades do trabalho agrícola parece ser mais seguro do que se arriscar no mercado de trabalho urbano e que morar na roça parece ser melhor que ter de viver num bairro pobre e violento de uma grande cidade. Assim, na dúvida entre o certo e o provável (uma nova vida), optam por permanecer em seu local de origem. Contribuem também para a tomada dessa decisão, além da falta de recursos monetários e a carência educacional, os cuidados com pais idosos e com o patrimônio fundiário familiar.

A migração pode ser uma opção, mas é uma possibilidade mais distante para os extremamente pobres. Jovens solteiros, oriundos de famílias numerosas, proprietárias de um pequeno patrimônio territorial fundiário, e com pouco interesse pelo trabalho na atividade agrícola, constituindo força de trabalho ociosa e com algum recurso financeiro são mais propensos às partidas. Nesse contexto, a migração surge como a melhor alternativa, facilitada, dentre outros fatores, pela existência de redes sociais (sobretudo as familiares) que dão suporte a partida.

As redes de comunicação e as inter-relações pessoais reúnem formas particulares de contato entre os que partem e os que permanecem, conectando mundos distintos, o de saída e o de chegada.

A migração, como um fenômeno social que ocorre em espaços e tempos distintos, possibilita a transformação de relações, inclusive com a experiência dos que partem e se desconectam fisicamente das pessoas (parentes, vizinhos e amigos) e dos locais de origem (e das práticas sociais que ali são desenvolvidas), num processo em que há, como ideal, a possibilidade de uma mudança (até mesmo radical) nos modos de vida dos que permanecem.

A inserção, por exemplo, dos migrantes rurais em sociedades urbanas e as novas experiências ali vividas podem viabilizar, aos que permanecem, o acesso a um conjunto de bens materiais (motos) e culturais (televisão) que transformam os modos de vida na localidade de permanência, propiciando a construção de novas experiências decorrentes da migração, pelos que ainda não a concretizaram, como mostra a trajetória de Inácio.

E.. Por que você permanece aqui e ainda não foi embora? O que fez você permanecer morando no meio rural de Itinga?

I. Aquela questão de ter sido nascido e ser criado aqui [...] identificar com aqui. Na realidade eu gosto daqui, aqui e de morar. Eu já tive uma oportunidade de sair também [...] entre sair e ficar, eu prefiro ficar aqui. Eu tenho pavor de capital, sempre vou para Belo Horizonte, fazer curso em Vitória, ficava lá, a cada ano eu ficava 60 dias, 30 dias em janeiro e 30 dias em junho, e creio que não me adapto na cidade grande, não. [...] tem aquela questão que eu trabalho [...] tenho emprego [...] acho difícil eu sair.

E. Você saiu para estudar na cidade?

I.. Eu estudei em Itinga, quando eu concluí o ensino fundamental, o quarto ano, não tinha escola de 5ª a 8ª série, concluí a 8ª série lá em Itinga. De Itinga eu fui para Araçuaí, estudei no colégio Nazaré, bonito, só que na época estava fechando o colégio lá, e eu transferi para Salina, para a agrotécnica, onde fiz o ensino médio. Resolvi vim para cá, fiz faculdade no Espírito Santo voltei e não saí mais.
(Inácio, Comunidade Rural do Jacaré, 30 anos, professor de ensino fundamental e médio. Agricultor em tempo parcial, curso superior completo)

O local de origem é uma referência espacial que dá sentido à existência social do indivíduo. Para os migrantes transitórios, que passam grande parte do ano (geralmente nove meses) fora para trabalharem no corte da cana, o seu local de morada permanece sendo as grotas e as chapadas do Vale. A saída da terra natal não provoca necessariamente um desenraizamento. O fato de lá terem vivido, estabelecido laços familiares e comunitários e participado de práticas culturais relativas ao trabalho (trocas de dia)⁸⁵ ou às festas religiosas permite que esses indivíduos construam socialmente uma valoração positiva de seu lugar de origem.

Se a literatura sobre a migração aponta que universos sociais marcados pela pobreza econômica, pela dificuldade de os indivíduos acessarem determinadas infraestruturas sociais (como escolas e hospital), ou a migração causada por determinantes naturais (como as secas), no Vale do Jequitinhonha há histórias de vida marcadas pela i-mobilidade. A permanência aparece em determinados relatos como uma opção de vida, orientada principalmente pela identificação com a localidade de origem, somada ao temor de passar, no local de destino, por uma experiência de exclusão, tanto econômica como social, como mostra a experiência do Sr. Joca Ramiro.

⁸⁵ Prática que consiste no trabalho realizado na propriedade do vizinho, nos picos da produção animal e vegetal (plantio e colheita), ou seja, nas trocas recíprocas de trabalho (trocas de dia), experiências de vida em comunidade que reforçam as relações entre as pessoas e também entre as pessoas e famílias.

E. Quanto tempo o senhor mora aqui?

JR. Eu fui nascido e criado aqui e nunca saí. Meu avô morava aqui [...] essas terras era do meu avô [...] ele casou com a filha de um dono de terra e ficou com direito da terra. Nós éramos dezesseis pessoas, contado por menos. Nessa cabeceira aqui, pai criou esse povo tudo [...] ele [o pai] não saiu [migrou]. Os meninos [os irmãos], quando foram crescendo, foram para São Paulo (SP) [...] corria os trechos [...]. Agora de velho estão por aqui [voltaram para a comunidade].

E. E os seus filhos? Quantos são?

JR. Eram seis, e quatro trabalhava na lavoura. Agora tem dois comigo, um trabalha em Montes Claros (MG) e os outros em Belo Horizonte, como pedreiro. Quero que eles trabalhem aqui, mas não tem nada pra fazer, só a roça, mesmo. Eles me ajudam aqui, mas dinheiro não tira muito.

Entrevistador. O senhor gosta de morar aqui?

JR. Eu gosto, eu gosto, eu gosto assim, por causa do movimento, que não tem muito barulho, eu não gosto de movimento, não. Eu gosto de ir na rua [Itinga] só pra ir no comércio, mas eu fiz minha compra, eu volto. Minha vontade é de não sair daqui. (Joca Ramiro, agricultor, 47 anos, Comunidade Rural da Itinginha, ensino fundamental incompleto).

Os fragmentos de histórias de vida relatam a construção estável de uma relação com a localidade de origem. As atividades na agricultura, as condições sociais de existência e o campo de possibilidades de que essas pessoas dispõem colocam o seu lugar de origem como o centro de organização de suas práticas sociais e a base social de suas construções identitárias. Mesmo que seja marcado por um conjunto de questões conjunturais ou climáticas, fenômenos estruturais e simbólicos que determinam um contexto de pobreza econômica: pequeno patrimônio territorial fundiário, secas/escassez de água para consumo humano e animal, baixa tecnologia empregada no trabalho agrícola e a precariedade do transporte nos deslocamentos do local de morada à sede dos municípios.

No entanto, em face dessas dificuldades e por haver no local poucas opções de trabalho fora da atividade agrícola, alguns indivíduos, em que pese sua ligação com o lugar, tomam a decisão de migrar, na perspectiva de que sua passagem temporária pelo mundo do trabalho assalariado no local de destino seja um elemento importante para reforçar a permanência no local de origem.

O mundo da migração apresenta um conjunto de efeitos e causas próprias, bem como condições próprias de funcionamento e perpetuação do fenômeno (SAYAD, 1998). Em universos sociais muitos específicos da realidade brasileira, como é o caso de Itinga-MG, o ficar e o sair são partes constitutivas das dinâmicas locais e imprimem um conjunto de efeitos,

como os psicossociais (ausência e distância do grupo familiar e de vizinhança de origem) e os econômicos (remessas em dinheiros), que se revelam parte fundamental para a própria permanência da estrutura social. Quando se trata das migrações temporárias de curto prazo (3 a 9 meses), como é o caso emblemático dos cortadores de cana-de-açúcar, o indivíduo estabelece a ligação entre os dois mundos (o de partida e o de chegada/de estar), desde que detém dois locais de trabalho, e ambos com significados consideravelmente distintos. As melhorias das condições de vida no seu local de origem dependem desses trânsitos temporários.

As pessoas que moram aqui gostam de tranquilidade e o ambiente muito familiar (...) criminalidade é muito baixa, assim, relacionada a outras cidades também pequenas do mesmo porte que aqui da região. Itinga é um lugar gostoso, tem praia, tem cachoeira, todo mundo se conhece, então as pessoas, todo mundo que sai, sai já no propósito de voltar mesmo, né?! Assim, adquire alguma coisa em São Paulo, Belo Horizonte e aí, quando está já na fase já adulta, tem filhos e família grande, parte da população volta, né, tem aqueles que voltam todo ano, que fielmente vem, carnaval, para as festas e tudo, e aí, quando chega um determinado tempo, aí vem mesmo pra ficar (...) são pessoas que voltam pra abrir comércio, pessoas que voltam pra morar aqui, mas saem normalmente pra trabalhar durante um tempo. (...) Tem aqueles que conseguem fazer a casa e voltam em definitivo, porque às vezes tem aquela terrinha pequena e tem a proposta de trabalhar, né, naquela propriedade, tem gente que aprende uma profissão, tipo cabeleireiro, mecânico, borracheiro, e aí tenta montar um negócio aqui, né. Já vem com esse propósito de montar um pequeno negócio aqui. São várias as situações. E tem gente que também, muitos que não teve condições nenhuma de ficar lá e pagar aluguel, e teve que retornar mesmo, porque aqui tem, como te falei, tem os pais, que são aposentados, que às vezes dão um subsídio aí, né, principalmente na questão da alimentação, porque fora daqui, sabe que tem que pagar aluguel, quem tem filho é muito difícil, então lá, às vezes, é mais difícil do que aqui. Muito por isso que eles retornam. (Conceição, filha de agricultores, assistente social da Secretaria de Assistência Social do Município de Itinga-MG, curso superior completo).

O fragmento exposto apresenta aspectos gerais e particulares da dinâmica populacional em Itinga-MG. A própria informante, filha de pai aposentado que trabalhou como torneiro mecânico, é um exemplo de migrante que fez o caminho de volta à região de origem nos anos 1990, depois de ter migrado com o grupo familiar na década de 1980. O retorno foi influenciado não só por aspectos materiais, como a própria aposentadoria do pai, que garante melhores condições materiais de existência do grupo familiar, mas também por aspectos imateriais: a tranquilidade de uma cidade pequena, as praias do rio Jequitinhonha, as cachoeiras, as festas, as intensas relações interpessoais etc.

Dessa forma, morar perto dos parentes, no sossego da “roça”, ter um ritmo de vida mais calmo e um custo menor, mais a chegada de alguns melhoramentos como a energia elétrica e a água encanada, entre outros, são elementos relevantes na “migração de retorno”. O

lugar, vivido e experimentado contrasta com a itinerância de alguns membros da família que enfrentam travessias na tentativa de melhorar as condições de vida. É nesse lugar que se estabelece a ligação com objetos físicos, os símbolos constituintes de uma das diversas identidades possíveis: a roça, a foice, o machado e o forno de carvão. É ali que o real é percebido por todos os sentidos, um mundo vivido e não sonhado, mas compreendido.

As entrevistas com os agricultores e agricultoras migrantes acabam por confirmar que as pessoas e/ou famílias migram para juntar recursos e retornar à localidade de origem. Quando o objetivo da migração é o retorno, mas em condições diferenciadas, é mais comum a migração de apenas parte de membros da família. Já aqueles que voltam com capital para abrir estabelecimentos comerciais e/ou de prestação de serviços (cabeleireiro, mecânico, borracheiro, mercado) ou para construir casas (fenômeno muito comum entre os imigrantes mineiros para Boston-EUA) o fazem depois de saídas mais longas.

Entre os migrantes rurais com menor qualificação (ausência de educação formal), as experiências expressas nos relatos orais apontam que o retorno ao local de origem é, em grande medida, influenciado por determinados dinamismos urbanos pautados num conjunto de instituições, práticas cotidianas e relações sociais menos próximas, assim como costumes, valores e hábitos consideravelmente diferentes do mundo de origem do agricultor. A migração temporária como uma tentativa de fuga da miséria insere o indivíduo num mundo urbano que o torna quase um estrangeiro em seu próprio país.

O sentimento de ser o outro, de ser de “fora”, de não ser do mundo urbano, e a compreensão que a conquista de um direito ao trabalho não garantirá um direito a uma vida digna, reforça o desejo de retorno à localidade de origem. A discriminação por ser “baiano”, “matuto”, “roceiro”, “sem educação” imprime no indivíduo adjetivações que amplificam o sentimento de estranhamento ao mundo urbano e de não pertencimento a um universo que, ao mesmo tempo em que oferece inúmeras oportunidades, também exclui e marginaliza os migrantes pobres economicamente e com baixa educação formal.

Tal situação é agravada pelo fato de que o mundo urbano, para esses indivíduos, passa também a significar um universo com alto custo de vida (aluguéis, alimentação, água, luz) e com empregos precários (sobretudo na construção civil e como frentistas), que não lhes permite o acesso a um conjunto de bens e serviços existentes na cidade, nem a determinados grupos sociais urbanos. Esses são alguns elementos, que em conjunto, apontam para uma exclusão social, que contribui para a avaliação do migrante que o retorno é a melhor opção.

Lá [trabalho na construção civil em São Paulo-SP] eles só não espancava a gente [...] era sofrido demais. [...] trabalhar, trabalhar e trabalhar. Era minha vida em São Paulo. Parava um pouco pra descansar e já mandava a gente trabalhar. Não tinha esse negócio de sentar, igual tá aqui, e ficar batendo papo, não. Lá nós tínhamos é que trabalhar [...] não ia em festa ... e as pessoas de lá olhavam feio toda vez que eu ia dar uma volta por perto [...] Aí meu pai falou assim: o meu filho, isso aqui não é vida pra nós, não (...) nós somos pessoas... não somos escravo, não. Voltei com a roupa do corpo dentro do ônibus e vim pra essa terrinha que estamos até hoje [...]. Já vai fazer mais de seis anos que nós está aqui [esposa e esposo sem filhos], na luta de trabalhar na terra sem sair mais. Se fosse lá, pra eu voltar lá [...] só pra passar, comprar alguma coisinha lá [...] mas pra morar em São Paulo, nesses negócios de cidade grande, não sou muito chegado, não. Aqui eu faço minha cuié [colher de madeira/artesanatos], junto e vendo quando aparece um filho de Deus pra comprar [...] pra tudo Deus dá um jeito [...] daí eu fico aqui trabalhando na terrinha, fazendo meus artesanatos e vivendo com o benefício (Bolsa Família) da mulher (esposa). (Josias, 32 anos, agricultor artesão, Comunidade Rural de Itinguinha, ensino fundamental incompleto).

A trajetória de vida do informante expressa um passado de miséria e fome ao longo da década de 1980. A primeira decisão por migrar foi tomada pensando no grupo familiar. Josias, então com 19 anos, migrou para o Estado de São Paulo (região de Ribeirão Preto) para trabalhar no corte da cana-de-açúcar, em face da possibilidade real de ver sua família ser desintegrada pela fome. A mobilidade espacial era a alternativa para que o grupo familiar não sucumbisse à fome.

[...] Lembro de um tempo difícil demais [...] meu irmão estava fraco... vomitando uma água e bem magro... ali eu vi a fome. Já fiquei dois dias sem ter o que comer. Quando morávamos lá no Itinguinha [comunidade rural de Itinga], meu pai foi vender as coisinhas que tinha da terra ... o cara comprou e disse que ia pagar no outro dia e não pagou. O pai veio embora, aí nós ficamos o resto do dia e a noite sem comer nada [...] para nós aguentar, mainha [a mãe] cozinhou maxixe só com água, para todo mundo comer. Era só isso que tinha. Meu irmão ficou de cama, doente, com fome, sem ter o que comer. Pai tinha as coisas de valor para vender, mas não achava quem comprava. Ele queria vender a charrete e o arriado do cavalo, mas ninguém podia pagar. Nós não podíamos roubar pra comer, mas nem tínhamos de quem roubar...era uma pobreza geral [...]. Tinha gente que fala assim ó: “ qué cume, qué cume, vai trabaiá”, mas tinha hora que não achava trabalho. Tive que ir embora pra trabalhar, pra não deixar minha família morrer de fome. Daí eu fiquei 4 anos nessa vida (cortador de cana-de-açúcar) [...] isso não é vida, não [...] Meu pensamento, quando saí, era de ganhar meu dinheirinho para ajudar minha família aqui, ajudar a alimentar meus irmão pra não morrer tudo aqui. (Josias, 32 anos, agricultor artesão, Comunidade Rural de Itinguinha, ensino fundamental incompleto).

O relato apresentado elucida as relações estabelecidas a partir de um contexto social e econômico muito específico: a miséria familiar e a ausência de condições materiais de um grupo social. A migração não representa uma ação individualizada. A partida e a proletarianização do migrante agricultor são expressões da luta desesperada pela vida de sua

própria família. Se o trabalho na atividade agrícola e as vendas esporádicas da produção nas feiras já não são suficientes para que a família possa adquirir alimentos nos mercados locais, uma mudança social para a condição de cortador de cana amplia as possibilidades de sobrevivência do grupo familiar. Se a migração é um processo social que possui condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais que atinge os indivíduos independente de suas vontades (MORAES SILVA, 1988), as experiências retratadas expressam uma migração rural-rural condicionada a uma perspectiva de melhoria, ainda que tênue, nas condições de vida do grupo de origem do agente da migração.

A permanência no lugar de origem foi tentada até em situações extremas. Todavia, secas prolongadas ao longo dos anos de 1980, a perda da lavoura, os calotes nas feiras, a ausência de um mercado de trabalho formal e, até mesmo informal, configuraram um cenário em que a migração aparece com uma alternativa. Uma última alternativa. A pobreza econômica e seus efeitos de segurar as pessoas em suas localidades de origem em decorrência dos custos do deslocamento de famílias e/ou indivíduos forçou uma migração indesejada. Neste caso, a migração temporária/circular só foi possibilitada em decorrência da existência de uma rede de contatos (“gatos” /agenciador de cortadores de cana e usineiros) que facilita a migração dos mais pobres, ainda que isso represente custos para eles relativos ao deslocamento e à estadia em alojamentos precários como tem sido largamente denunciado pelos pesquisadores da geografia do trabalho.

A partida e a ausência do lugar de origem, por períodos de 4 a 8 meses, de pequenos proprietários de terra que se assalariam temporariamente para enviar dinheiro aos seus familiares (que permanecem) expressam a impossibilidade de viverem exclusivamente do trabalho familiar nas pequenas plantações nas grotas e chapadas do Jequitinhonha.

O trabalho nas terras altas e irregulares do planalto mineiro, conhecidas localmente como chapadas, configuraram um distinto modo de vida e organizações sociais muito específicas. Nas relações entre sociedade e natureza, esta não era vista como uma fonte de rendimentos. A retirada de frutos e carnes de caça das chapadas fornecia (e ainda fornece) uma variedade de alimentos para as famílias do Vale do Jequitinhonha. Para as famílias residentes nas áreas de chapada e de mata seca⁸⁶, porém, a falta da água era e permanece sendo uma questão consideravelmente dramática. Nos períodos de longas secas e na

⁸⁶ As matas secas caracterizam-se por um elevado grau de deciduidade foliar e são localizadas em distintas regiões tropicais. Geralmente encontram-se em regiões marcadas por duas estações anuais bem definidas, seca e chuvosa. Quando há uma associação entre potencial hídrico, temperatura e características físicas e químicas, as matas secas respondem com fisionomias vegetacionais distintas.

impossibilidade de retirada do alimento para o consumo familiar, a fome era um fenômeno não muito raro.

Já para as famílias que residem nas áreas úmidas das grotas (apropriação privada) a falta da água nos períodos da seca é um fenômeno mais raro. Na apropriação das grotas, o trabalho familiar na unidade de produção resultava em uma pequena produção de alimentos destinada principalmente para o consumo familiar. Assim, os pequenos cultivos em áreas úmidas (grotas e várzeas dos rios) e a coleta de frutos, a caça de animais silvestres e a criação de animais para o consumo familiar são presentes de que as pequenas famílias de agricultores dispõem para a garantia de sua reprodução social. Entretanto, ao mesmo tempo em que esses elementos são importantes para atender as necessidades (ainda que mínimas) do grupo familiar, a existência de fenômenos climáticos, como as secas, facilmente quebra o equilíbrio dessa relação sociedade e natureza, dando lugar ao surgimento de fenômenos sociais e econômicos consideravelmente dramáticos, como a fome.

A própria visão que as famílias de agricultores têm de suas terras é consideravelmente especial. A terra não consiste necessariamente em meio de obter mercadorias ou bens que serão comercializados, ela é o local de trabalho de onde a família tira o seu próprio sustento. A comercialização esporádica de um excedente de produção agrícola não é prioridade. A combinação de unidade de produção e unidade de consumo, a forte presença do trabalho familiar e de grupos de vizinhança e a pequena importância de valores mercantis conformam distintas relações sociais e até mesmo econômicas. As relações entre vizinhos e famílias estão baseadas em princípios de ajuda mútua (mutirões e trocas do dia no trabalho agrícola) e configuram uma estratégia de sobrevivência. Os mutirões, para as construções das casas, em determinados momentos do trabalho na terra, sobretudo no plantio e colheita e nas organizações e realizações das festas religiosas, é uma instituição, onde o organizar necessita de uma resposta rápida e uma eficiente cooperação para a realização das tarefas. A solicitação dos vizinhos e parentes para a realização de determinados serviços, significa também um comprometimento de uma retribuição em uma mesma circunstância, logo que seja solicitada a retribuição.

A troca de sementes e de alimentos entre unidades de produção nos períodos da seca aponta para o fato que a fome nunca é um fenômeno individual, mas coletivo⁸⁷. Vizinhos não

⁸⁷ A fome é considerada um fator de destruição da saúde e do vigor físico, mas principalmente de desagregação moral. Morgulius (1923) aponta que na áspera luta pela manutenção da vida, todos os escrúpulos ficam esquecidos. Vizinhos lutam contra vizinhos e os fortes sem nenhuma contemplação lutam com os mais fracos. Contudo, as evidências empíricas nas comunidades rurais em Itinga apontam para outros fenômenos no contexto de pobreza: a carência material favorece e até mesmo intensifica a vida em comunidade, dentre elas, através das

comercializam alimentos entre si, vizinhos trocam alimentos. Quando a troca não é possível, o fenômeno da fome se estabelece.

Minha infância foi muito sofrida. Foi a época mais difícil de minha vida. Tenho irmãs que não voltam aqui [localidade de origem em Itinga-MG] por conta do que passaram quando eram criança. Perdi meu pai com 11 anos. Mãe ficou pra cuidar sozinha de 8 filhos. Criou nós tudo sem salário nenhum. Só com o trabalho na roça e com a ajuda dos parentes e vizinhos. Eu passei necessidade mesmo [...] faltava o que comer [pausa]... não adianta esconder uma coisa que a gente viveu. Já passei fome. Minhas irmãs já passaram fome. Existe muita gente boa por aqui. Que não deixa passar necessidade [...] ajudava com o que podia. Os vizinhos ajudavam com comida. Mas quando não podia ajudar, não ajudava. Tinha gente que não tinha o que dar, passava fome também. Era uma peleja geral. Dinheiro nunca dava. Era pouco, as famílias não tinham dinheiro, não. Mas ajudava com um bocado de farinha, de feijão, de fava, com o que tinha da roça e aí, ia levando. Era difícil demais. Minha irmã foi pra São Paulo pra fugir disso... sair daquela pobreza... Foi levando minhas irmãs e depois eu fui..., mas como era difícil ficar lá (Campinas-SP), voltei e estou aqui fazendo o que fazia antes [trabalho na atividade e recebe o benefício do Bolsa Família]. (Vitória, 35 anos, agricultora, moradora da comunidade Taquaral, Itinga-MG, ensino fundamental incompleto).

O trabalho na unidade de produção e os instrumentos utilizados são relativamente simples: a foice, o machado, o enxadão e a mão de obra disponível para a realização das atividades na roça. Como já mencionado anteriormente, não há uma rígida distribuição do trabalho baseada na condição de gênero. A divisão social do trabalho não está necessariamente relacionada à divisão sexual do trabalho. Em grande medida em decorrência da migração de membros (homens) da família, mulheres, moças e até crianças são incorporadas no trabalho na roça, mas somente às mulheres cabem as lides domésticas (lavar, passar, cozinhar) e os cuidados com a horta nos quintais das casas. A venda esporádica dos alimentos geralmente é feita pelos homens e os rapazes das famílias. Embora a esfera doméstica seja feminina, todas as atividades são consideradas trabalho. As atividades da indústria doméstica – cachaça, rapadura, farinha e artesanato de barro – são realizadas igualmente por homens e mulheres, e mais em conjunto com os membros da comunidade rural. Mutirões envolvendo a comunidade são feitos para a moagem da cana e a produção do melaço ou da cachaça, tendo como objetivo otimizar o tempo e baratear os custos com eventuais contratações de mão de obra fora da unidade familiar. Com a impossibilidade de ter

ajudas mútuas nos mutirões. A troca de alimentos entre vizinhos, até mesmo nos períodos de maior escassez, sobretudo nos períodos das secas, aponta para uma forte solidariedade e cooperação entre os mais pobres. A ausência da possibilidade das trocas mostra um aprofundamento da pobreza. Na impossibilidade das trocas, ocorriam as ajudas, principalmente com a doação de alimentos. Quando toda a comunidade estava impossibilitada de trocar ou doar alimentos, a possibilidade da fome era maior. Entretanto, o cenário muda com a chegada do Programa Bolsa Família e a possibilidade de compra de alimentos nos mercadinhos locais

uma mão de obra paga, a ajuda mútua aparece com a melhor alternativa para as pessoas do lugar.

Essa é a realidade tanto para as pessoas que migram temporariamente ou que tem quanto para as que têm sua trajetória social marcada pela i-mobilidade (os poucos que nunca migraram). Se a atividade agrícola/produção para o autoconsumo pouco contribui para que as pessoas mudem sua posição na estrutura social, mantendo-as na pobreza econômica e material e até mesmo em condição de extrema pobreza, então por que essas pessoas e/ou famílias resistem e tendem a permanecer em suas localidades de origem? Moraes Silva (1988) pondera que, para entender essas famílias de agricultores (ou camponeses, na terminologia utilizada pela autora), deve-se considerar “não só o trabalho na terra enquanto meio de vida, mas entender a terra num universo simbólico” (MORAES SILVA, 1988, p.9). Sob esse prisma, a localidade de origem remete ao pertencimento e à identidade: “a terra da gente é o lugar da gente, lá que é o lugar da gente. Aqui a gente tá no meio do desconhecido” (agricultor migrante do Vale do Jequitinhonha). A terra não significa uma simples mercadoria, e a relação com ela envolve aspectos sociais, espirituais e culturais. A própria atividade agrícola tem um significado para além da comercialização. É na produção animal e vegetal que as famílias veem sua fonte de sobrevivência. A secundarização da comercialização reflete a dificuldade de haver uma produção excedente. Entretanto, a atividade agrícola dá um sentido à existência social para muitos desses indivíduos; é no trabalho no roçado que surge um dos principais meios de reprodução social desses grupos. A fraqueza da terra é a fraqueza da vida e do lugar. Este cenário é mais presente em grupos familiares que não têm a possibilidade de contar com outras fontes monetárias para comprar alimentos, sejam as remessas dos migrantes, o trabalho assalariado na própria região (sobretudo na sede dos municípios) ou os benefícios sociais (Bolsa Família, aposentadoria ou pensões).

A simbiose sociedade e natureza constrói um distinto modo de vida. Plantar, colher e comer, preparar a terra, esperar a chuva e colher novamente marcam ciclos produtivos de dependência do homem a que a natureza oferece. A centralidade da atividade agrícola na vida social é que exprime aspectos da cultura e configurações espaciais distintas de outras regiões brasileiras, como por exemplo onde se realiza uma atividade agrícola altamente mecanizada.

Entre as pessoas que permanecem em suas localidades de origem, com pouco contato com o mundo externo, num relativo isolamento social (pouco acesso a computadores, internet, celulares, telefones fixos etc.) que intensifica as relações sociais entre os habitantes das comunidades rurais (quase sempre grupos de vizinhança formados por parentes sanguíneos), há uma intimidade entre o ambiente físico e social que as rodeiam. O conhecimento dos

fenômenos naturais, os tempos da natureza, os ciclos produtivos, a divisão do tempo entre a caça, a pesca, o cultivo da terra, as festas religiosas e os contatos com a família e vizinhança marcam o cotidiano que expressa um modo e uma condição de vida.

Numa pesquisa que tem como recorte essa região, com tão grande diversidade de grupos sociais e condições de vida tão diferentes, não é uma tarefa fácil trabalhar com a ideia de permanência, pois ficar na localidade de origem ou dela sair são lados da mesma moeda, mesmo não sendo possível generalizar, ou seja, trata-se de um tipo de dinâmica populacional. Nesse cenário, as *permanências transitórias e trânsitos permanentes* apontam para uma dinâmica populacional marcada por saídas e retornos.

A permanência e a pouca circularidade por outras localidades para fora da comunidade rural de origem, com passagens esporádicas pela sede urbana do município, expressam um tipo de vida que é, em grande medida, marcado por uma carência econômica que impossibilita os deslocamentos espaciais. Entretanto, mesmo que a migração e suas mais distintas tipologias sejam um fenômeno presente em todas as famílias visitadas, a opção pela permanência está presente. O casamento com as pessoas do lugar, a rotina de trabalho na agricultura, na pesca e na caça, a baixa escolaridade e a própria pobreza econômica são fatores que contribuem para a permanência.

Contudo, ainda que o ambiente social e econômico seja marcado por um mercado de trabalho pouco dinâmico, altos índices de pobreza econômica ou falta de infraestrutura social, seu peso na decisão entre ficar e sair é relativo. Famílias optam por permanecer em suas localidades de origem mesmo em condições de vida consideravelmente adversas, como morar em casas de pau a pique, sem energia elétrica nem água encanada. Se, para o olhar externo, esse modo de vida pode ser considerado desconfortável ou até mesmo degradante, para as pessoas do lugar a avaliação pode ser, e muitas vezes é, consideravelmente distinta. Se a “terra é forte” e a chuva permite plantar e colher, não há para esses grupos um sentido em migrar da “terra que Deus dá”.

Quando se analisa a migração de famílias que abandonam suas terras, a seca e a infertilidade dos solos são apontadas como os principais fatores. Essa saída representa deixar para trás um modo de vida que é a marca da trajetória social das pessoas do lugar. Por outro lado, a resistência dos que permanecem muito se explica pela avaliação dessas pessoas que a mudança para a cidade não possibilitará necessariamente um acesso aos bens e serviços que ela pode oferecer. As informações que as pessoas residentes em comunidades rurais mais isoladas recebem vêm de fontes secundárias, ou seja, os que migraram de forma definitiva ou temporária, ou através de jornais apresentados na televisão, assistidos nos aparelhos existentes

em algumas residências (sobretudo as de famílias que recebem algum benefício do governo ou remessas de dinheiro dos parentes que estão “fora”).

Para esses indivíduos, a cidade pode ser um meio para a mobilidade social, mas pode ser também uma ilusão. Não lhes parece ser muito atraente ser excluído nas cidades e, na incerteza do cenário que lá encontrarão, eles optam por permanecer.

A própria manutenção da propriedade rural é uma estratégia para ter um lugar de referência, em caso de insucesso da migração e da possibilidade real de retorno. Sobretudo os jovens (homens e mulheres), que são mais propensos a migrar, quando não obtém sucesso na empreitada migratória retornam para suas localidades de origem na chapada ou na grotta. A venda de uma propriedade rural pode representar a perda de um local de morada, de trabalho na roça e de referência para um possível retorno para o local de partida.

A volta ao lugar de origem que marca o retorno à terra e a um mundo social que expressa mais uma relação entre iguais, ao contrário do assalariamento, que é entendido como exploração ou exclusão, por “ser diferente das pessoas da cidade”.

A migração definitiva também é refutada, no sentido que não parece ser muito atraente para as pessoas de baixa escolaridade e com experiência na produção de autoconsumo, pois elas trocam suas propriedades rurais por uma vida distinta nas localidades carentes nas cidades médias e grandes do país. Se a seca e a fraqueza da terra (sem fertilidade) são considerados fatores que levam as famílias a optar por abandonarem suas comunidades rurais de origem, a chegada de um conjunto de políticas sociais e estruturais nas comunidades rurais, como Luz para Todos, Programa Mais Cisternas, Minha Casa, Minha Vida Rural e, sobretudo, o Programa Bolsa Família, tem interferido na avaliação das pessoas do lugar que entendem estar em decurso um processo de melhoria em suas condições de vida. O Programa Bolsa Família, por exemplo, tem influenciado na diminuição da migração temporária de chefes de família e também no retorno dos migrados que haviam se deslocado para diferentes cidades do Brasil em busca de melhores condições de vida.

Em situações menos extremas, como longos períodos de secas/estiagens, ou a expulsão das terras pela não titularidade do pequeno patrimônio territorial familiar, a decisão de permanecer torna-se mais forte, sobretudo pela incerteza das condições de vida dos grupos familiares nas localidades para onde se dispõem a migrar. Mesmo as famílias que se dispõem a migrar, não raro enfrentam condições degradantes de vida nos locais de destino, tais como precárias condições de moradia, empregos indesejáveis, contato com a violência urbana (áreas dominadas pelo tráfico), ausência de saneamento básico, entre outras. Entretanto, é consideravelmente difícil a migração de toda a família.

Determinadas conexões, como as cartas (hoje substituídas por telefones celulares) e as redes bancárias, favorecem a troca de informações e de dinheiro entre os que partem e os que ficam. O dinheiro enviado pelos que partem facilita a saída de outros membros e até mesmo de todo o grupo familiar.

Deve-se considerar que cada localidade tem suas singularidades e que cada decisão por migrar ou permanecer é construída socialmente a partir de condições muito específicas das próprias famílias, dos momentos e dos lugares. As variáveis que auxiliam no entendimento do processo devem estar relacionadas a processos locais, mas também elementos externos, como por exemplo, a própria dinâmica do mercado de trabalho nacional, fator certamente relevante. Estudos localizados sobre as dinâmicas populacionais específicas são importantes para abstrair particularidades e entender tendências gerais. Entretanto, essa análise impossibilita explicar características gerais dos fenômenos migratórios presentes nas diferentes migrações brasileiras. E, apesar de que alguns elementos da migração se repitam ao longo da história brasileira, como a seca, o desemprego e a ausência de salário, cada movimento migratório é construído por particularidades muito distintas. Logo, as condições que configuram o fenômeno da migração e da permanência de determinadas famílias são significativas para um determinado ponto do recorte temporal.

Na mobilidade espacial, os agentes da migração participam do processo tendo como uma de suas motivações uma possibilidade de melhoria das condições de vida de sua família que permanece no lugar de origem. Mas, ainda que se dirijam a destinos diversos e distintos, na base de sua decisão há um lugar de origem, uma comunidade rural, uma propriedade rural, uma unidade de produção onde podem desempenhar sua função de agricultor, uma casa, uma família e grupos de vizinhança e parentesco que possibilitam uma condição estrutural e simbólica de construção de uma identidade com um lugar, ou um ponto inicial de saídas e lugar de destino quando dos retornos.

O lugar de trabalho fora do local de origem é a alteridade, o outro, o diferente. Como num espelho, o indivíduo se reconhece e é reconhecido como pertencente ao seu lugar de origem, ou seja, está lá, mas é daqui/do lugar. Ao partir, o indivíduo não tem possibilidade (mesmo ilusória) de transformar apenas as condições de vida ou as condições materiais de existência de sua família, mas também as próprias. No trânsito pelos “espaços da alteridade”, os migrantes temporários não deixam necessariamente a “roça”, o seu lugar de origem. Conviver com diferentes pessoas e em cenários, espaços e lugares diversos possibilita adquirir novas experiências, munidos das quais retornam um dia ao seu lugar. Esse retorno pode ser

definitivo ou um momento transitório, quando se prepara para novas vivências nesses espaços de alteridade.

5.1. Permanência: os benefícios sociais, o retorno e a contramobilidade – novos processos sociais em decurso

As especificidades dos impactos das políticas públicas no âmbito regional exprimem parte de um processo de mudança nos processos sociais em regiões caracterizadas pela migração. Se a migração é um aspecto fortemente presente na vida social em Itinga, até mesmo parte do cotidiano de uma região como o Vale do Jequitinhonha, o retorno para a localidade de origem tem se constituído num fenômeno considerável ao longo da primeira e parte da segunda década do século XXI.

A migração de retorno não é um fenômeno novo. Moraes e Silva (1999), Ribeiro (1998, 2004, 2009) e Galizoni (2007), entre outros, apresentaram o fato de que na migração e suas mais distintas tipologias (definitiva, temporária, pendular etc.) havia e permanece havendo o regresso, o retorno. O elemento novo, porém, que vem influenciando esse fenômeno na região foco deste estudo é a implantação de políticas públicas, sobretudo as de transferência direta de renda, como é o caso do Programa Bolsa Família.

Entrevistador: Acredita que está ocorrendo um retorno que é influenciado pela chegada do Programa Bolsa Família? Que as pessoas veem que existe o programa e voltam já na possibilidade de ter uma renda, ainda que mínima, para sobreviver?

Entrevistada [assistente social]: Tenho percebido muito isso aqui [em Itinga-MG]. As pessoas estão voltando por causa do Bolsa Família. (...) a maioria dessas famílias que estão voltando já recebiam esse benefício nos estados onde estavam (...) aí transferem o benefício pra cá (...) porque esse benefício, pra se manter aqui, é muito mais fácil do que lá (...) pagando aluguel, e aqui dificilmente eles vêm pra pagar aluguel: tem a casa dos pais, quem não tem seu imóvel próprio, né, mora na casa da sogra, ou na casa de um avô que faleceu e deixou ali de herança, né, geralmente são essas situações.

(Rachel, assistente social na prefeitura de Itinga, ensino superior completo).

O retorno das famílias as suas localidades de origem é uma estratégia para lidar com a escassez. Algumas ocupações laborais, como as de faxineira, doméstica, ajudante na construção civil etc. são marcadas pela instabilidade de renda e expressam a incerteza da vida nas cidades. Para os pobres economicamente oriundos do meio rural e que não possuem qualificações técnicas para a inserção no mercado de trabalho formal, a migração não representa e/ou não possibilita a mobilidade social e, na maioria dos casos, significa o

deslocamento de sua condição social anterior para as cidades: pobres no campo, permanecem pobres na cidade. A aceitação de empregos precários é o resultado da diminuição do campo de possibilidades de inserções laborais que a cidade pode oferecer.

Um programa de transferência de renda como o Bolsa Família representa uma nova situação, a possibilidade de acesso à renda monetária para famílias que precisam garantir o pagamento de bens e serviços (luz, água, transporte etc.) e adquirir alimentos. Os custos da vida urbana (nesse caso, em bairros carentes das cidades Rio de Janeiro-RJ, Itatiaia-RJ, Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP, Águas de Lindoia-SP, entre outras), os problemas da coabitação de distintas famílias para redução do custo do aluguel, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e informal são alguns dos elementos que interferem na escolha pelo retorno dos migrantes. E contar com o benefício do Bolsa Família certamente traz uma maior liberdade de escolha para as famílias. Se os recursos do programa são a principal fonte de renda no universo urbano e se eles podem ser transferidos para o local de origem, a opção pelo retorno fica mais fácil.

Como o custo de vida no Vale do Jequitinhonha é menor, o benefício do programa confere às famílias um maior poder de compra para adquirir (a prazo) alguns bens considerados essenciais, como eletroeletrônicos, e também outros itens que têm um forte peso simbólico para os grupos sociais mais pobres economicamente, como é o caso da moto, que não representa apenas um meio de transporte. É um fator de diferenciação social. O trabalho como “camarada” (diarista nas lavouras), somado ao benefício do Bolsa Família possibilitam a compra financiada de um item que passa a ser uma necessidade da vida, como o caso de Riobaldo, um pequeno proprietário de terra.

R. Aí então dá, porque você tem o benefício e dá pra comprar uma televisão. Parcelando. [...] Igual, muita gente mesmo comprou televisão, geladeira, com o dinheiro do Bolsa Família porque é importante pra gente dentro de casa, uma geladeira, né, e a gente tendo condição de comprar, mesmo que apertava um pouquinho, né, mas o dinheiro do Bolsa Família é certo, você sabe que todo mês você tem ele, né. Aí vai lá e pode comprar.

E. É um dinheiro certo. E aí parece que mudou bastante a vida das pessoas?

R. É, pra melhor. Igual eu estou te falando. Geladeira é uma coisa que a gente precisa bastante, a gente, né, sem uma geladeira, é difícil de mais, aí com o dinheiro do Bolsa Família já dá pra gente comprar. Dá pra gente comprar.

E. Como era sem geladeira, você lembra?

R. Era difícil, a gente tinha que tomar água do filtro, né, tinha que a carne tinha que salgar ela, se a gente comprasse mais, tinha que salgar, porque não podia deixar, perdia. É assim, uma fruta, a gente não podia comprar. Era desse jeito, era difícil de mais. (Riobaldo, 31 anos, agricultor e beneficiário do Programa Bolsa Família, Comunidade Rural Ponte dos Pasmados, ensino fundamental incompleto).

Outro efeito da renda do Bolsa Família, de um posto de vista menos materialista, é a função social de reaproximar as pessoas separadas pela necessidade de deslocamento espacial. O retorno ao local de origem e até mesmo um rearranjo da residência, com distintas gerações dividindo um mesmo teto, possibilitam o reencontro entre os que partem e os que permanecem. Mesmo que os recursos do programa não sejam suficientes para a retirada das famílias de uma condição de pobreza, neste sentido, ele tem tido peso considerável no retorno a um modo de vida rural e na retomada das próprias atividades agrícolas, que volta a ser a principal ocupação laboral, ou no desenvolvimento de determinadas atividades aprendidas ao longo das passagens pela cidade (sobretudo pedreiros).

Se os motivos que impelem as pessoas à migração (possibilidade de inserção no mercado de trabalho, de melhoria nas condições de vida e de uma eventual mobilidade social reasentada pela saída de uma condição de pobreza econômica) deixam de ser concretizados em face da realidade com que se deparam (desemprego, incapacidade de usufruir bens e serviços urbanos, exclusão socioeconômica e distanciamento do grupo familiar de origem) o retorno à localidade de origem passa a ser uma alternativa considerável, principalmente no caso dos beneficiários do Bolsa Família, visto ser possível a transferência dos recursos.

Eu saí do Vale do Jequitinhonha pra procurar emprego. Fui para Águas de Lindoia-SP pra ver se tinha um trabalho. Aqui não tem muitas opções de emprego. Queria melhorar de vida. Vê se conseguia alguma coisa [...] poder ter algum bem. Eu até cheguei a trabalhar um tempo como empregada doméstica. Tem muito trabalho de doméstica lá [...] fiquei 10 anos trabalhando de doméstica, até não conseguir mais emprego nisso [...] ficou difícil morar lá [no interior de São Paulo] porque o custo de vida era alto demais. Não imaginava que era tão caro viver lá [...] decidi voltar [para Itinga-MG]. O momento não estava sendo muito fácil. Meu esposo ficou sem emprego e não conseguia trabalho de diarista. Voltei e estou tentando me adaptar aqui [...] tem nove meses que eu voltei. Aqui é o lugar que eu nasci. Não dá pra esquecer...tive minha infância aqui. Casei aqui e fui pra lá com o meu filho, que tá com onze anos agora, e com meu esposo. [...] Lá é mais complicado pra conviver com as pessoas. Aqui todo mundo é humilde. Aqui todo mundo ajuda. Lá, você depende do serviço e é cada um por si só. É você, sua família e Deus. As pessoas não são muito prestativas. Você depende do trabalho para sobreviver. Aqui, você precisa de uma coisa, o vizinho ajuda. Quando tem doença, ou alguma outra precisão, o vizinho ajuda. As pessoas são bem amigas. Aqui é uma região boa, mas não tem emprego nenhum. A maioria vai pra fora por conta de um emprego que não tem por aqui. Meu filho tem 11 anos. Quando ele crescer, ele vai pra fora porque aqui não tem emprego e não tem muitas oportunidades. Nesse ponto é complicado porque não tem muito comércio. Muita forma de trabalhar. A maior dificuldade de morar aqui é que não tem emprego para todos. Mas lá, é mais caro, não é? Lá, você não anda a pé. Tudo tem que gastar. Gastava tudo no aluguel e no transporte. Sobrava pouco pra comer e vestir. Com o desemprego lá, foi melhor morar por aqui, ficar por aqui. Eu quero mesmo é um emprego que paga um salário e ficar por aqui de vez. Um salário dá pra sobreviver bem ... em 2014, eu consegui o Bolsa Família

lá em Águas de Lindoia. Isso ajudou bastante. [...] eu voltei pra cá porque posso viver do Bolsa Família e esperar melhorar a vida. Pra mim, que não tem ganho de nada certo, o Bolsa Família ajuda muito. Posso comprar alimento pro meu filho, um material escolar. Criar o filho aqui é mais fácil. Não fica preso na casa... é criado livre... não tem tanta droga, tiroteio, violência, tráfico, essas coisas que tem em cidade grande, não é? Eu sempre quis mesmo é morar aqui. Eu quero mesmo é morar onde nasci [...] onde tenho minhas raízes. Mas se aperta a vida, vamos ter que sair novamente... Tem que sair até melhorar e, se puder, voltar. (Lourdinha, 30 anos, Comunidade Rural de Taquaral-Itinga, ensino fundamental incompleto).

A fala da entrevistada remete à relação que existe entre migração e ciclos de vida, mormente os tempos pré e pós matrimônio. Muitos jovens oriundos de famílias proprietárias de pequenos patrimônios fundiários do Vale do Jequitinhonha inserem-se no fenômeno da mobilidade espacial, ainda que os significados da migração sejam distintos, dependendo do contexto social, econômico e cultural do indivíduo e do seu grupo. Há uma distinção social que marca os indivíduos que migraram e acumularam o capital espacial “dos que saem e conhecem o mundo”, e uma valoração positiva de indivíduos que migram em busca de uma melhoria das condições de vida de sua família (pais, mães e irmãos e, depois, esposa e filhos).

Se a migração está fortemente relacionada aos ciclos de vida e a primeira migração ocorre na solteirice (jovens solteiros) não raro para acumular patrimônio (dentre eles a terra) para casarem, as ações práticas e situações vividas nas trajetórias de mobilidade espacial são pensadas em todo o grupo familiar que permaneceu no espaço social de origem. Essas trajetórias individuais de mobilidade são uma resposta a um conjunto de necessidades (dentre elas as materiais) que a família possui e que a migração para busca de trabalho pode satisfazer, ainda que pontualmente. A relação entre trajetórias sociais, trajetórias de mobilidade e ciclos de vida se confirma pelo fato de que a migração não finda com a contração do matrimônio. Jovens recém-casados permanecem migrando sozinhos, até que seja possível “tentar a vida” com todo o novo grupo familiar (esposa e filhos).

Os estudos sobre campesinato em experiências locais no Brasil mostram que a racionalidade camponesa⁸⁸ é constituída mediante uma relação entre número de trabalhadores e número de consumidores na unidade doméstica. Há contextos em que o grupo familiar tem um grande número de trabalhadores e uma potencialidade maior de produzir e acumular patrimônio. Entretanto, no ciclo de vida dos camponeses do agreste paraibano, por exemplo, a existência de muitos trabalhadores, sobretudo homens, possibilitava o crescimento da

⁸⁸ Está sendo utilizada aqui a mesma denominação presente no texto brasileiro sobre o rural. Entretanto, o que interessa são os fenômenos e não uma discussão sobre o uso de uma ou outra terminologia que defina categorias sociais existentes no mundo rural.

produção agrícola e a acumulação de recursos, mas isso não garantia que todos os herdeiros tivessem acesso a esses recursos ou pelo menos a uma parcela suficiente para reproduzir uma nova unidade doméstica (GARCIA JR, 1989).

No Vale do Jequitinhonha, a existência de muitos filhos jovens é um fator que potencializa a migração. Um excesso de possíveis trabalhadores na atividade agrícola, inseridos num pequeno patrimônio fundiário, além da impossibilidade de trabalhar fora da unidade de produção familiar, são potencializadores do fenômeno da migração com o objetivo de juntar recursos para retornar depois e reproduzir novas unidades domésticas: isso se inicia com o acúmulo prévio de recursos da migração, passando pela contração do casamento e se estende até a chegada dos filhos. Tenta-se, dessa forma, a constituição de uma nova unidade doméstica com uma posição igual ou até melhor que a de origem. Se a fragmentação da terra pela herança dificulta a permanência na atividade agrícola, a migração e os rendimentos desse processo podem facilitar a manutenção da condição de agricultor e constituir uma possibilidade real de ter onde construir uma casa. Ou seja, na trajetória migratória é que esses agentes sociais encontram um caminho social que pode facilitar a permanência em sua própria localidade de origem, em condições mais ou menos parecidas com a realidade pré-matrimônio. Na trajetória de mobilidade espacial em que o agente ocupa distintas posições sociais (cortador de cana e/ou trabalhador da construção civil), vislumbra-se a possibilidade de acumular patrimônio e retornar a sua terra, como agricultor.

Os investimentos oriundos do trabalho da migração não ocorrem no local de destino, mas no local de partida. Se o acesso à terra e o trabalho familiar nela não possibilita uma permanência, há uma migração de toda a família como tentativa de melhorar o quadro social existente de privações econômicas e sociais. Entretanto, as evidências apontam que é mais comum a migração de indivíduos e a permanência de parentes que esperam pelos que partem e, obviamente, as remessas em dinheiro resultante de tal empreendimento. Entretanto, a migração para a cidade de famílias pode representar a permanência de um quadro de exclusão.

A trajetória social e de mobilidade espacial apresentada mostra a permanência da exclusão socioeconômica e da pobreza econômica em um universo social distinto: no mundo urbano. Um indivíduo oriundo de trabalho nas atividades agrícolas e de uma larga experiência no trabalho doméstico no lar de origem, com dificuldades de acessar a educação formal ou a preparação técnica para a inserção no mercado de trabalho urbano, passará em sua vida por constantes experiências de incertezas. Os dados surgidos das histórias orais apontam para a dificuldade de indivíduos pobres economicamente de atingirem outras posições distintas de sua posição social de origem. Há um significado diferente entre ser uma trabalhadora

doméstica ou uma trabalhadora no lar do seu próprio grupo social, mas a ascensão na escala social urbana torna-se difícil para esses grupos sociais marcados por uma vida de exclusão.

A pobreza econômica, a instabilidade e as incertezas permanecem como um traço cotidiano. Outro indicativo que está presente na experiência da família migrante, no contexto dos aglomerados sociais urbanos, se expressa na medida em que na complexidade das relações entre grupos secundários ou na multiplicidade de relações que o recorte urbano pode possibilitar, há um traço de individualização nas relações “é cada um por si só”.

A distinção da experiência urbana e de uma experiência de uma localidade rural (de origem) aponta para uma maior proximidade social entre os indivíduos e famílias e outros aspectos correlatos como ajuda, troca e apoio mútuo entre esses grupos sociais. Obviamente que as comunidades rurais por serem menos densamente povoadas e menos móvel, inclusive com alguns membros permanecendo nesse recorte espacial por toda a sua vida, os membros desse universo social tendem a estabelecer maiores contatos intencionais ou não-intencionais, o que pode estabelecer uma relação mais estreita, duradoura e sólida e possíveis ajudas entre os membros em momentos de necessidade. E, por fim, a instabilidade no mercado de trabalho (sobretudo o informal), o alto custo da vida nas cidades somado a violência urbana e seus efeitos agregados, dificultam a permanência desses grupos em seus locais de destino. O retorno à localidade de origem passa a ser a melhor opção (ainda que momentânea). Nesse sentido, ser beneficiário do Bolsa família e a possibilidade de transferir o benefício com a mudança de morada são alguns dos elementos que interferem na decisão pelo retorno à localidade de origem. Entre as camadas mais desfavorecidas e destituídas, um dos efeitos do programa Bolsa Família é o de facilitar esse processo do retorno (migração de retorno) para a sua própria localidade de origem.

Os deslocamentos espaciais no e entre tempos e espaços distintos entre os migrantes trabalhadores são em grande medida temporários. Mesmo entre os definitivos não é anulada a possibilidade do retorno. É recorrentemente comum o retorno de famílias ao lugar de origem mesmo após uma longa parte de sua trajetória social residindo e trabalhando fora das comunidades de origem. A aposentadoria e a velhice fortalecem o processo de retorno ao lugar e inclusive para a atividade agrícola que é desenvolvida em pequenas propriedades compradas com os recursos da migração. Na dinâmica da população retratada, as migrações e os retornos são parte do processo e se complementam. Trata-se um aspecto cultural local constituída por famílias ou indivíduos.

Idas e retornos e os fenômenos complementares sair-ir-ver-viver e voltar ou sair-ir-ver-viver e ficar, mas um dia voltar, apontam para um fenômeno de não esvaziamento do

mundo rural. Em uma sociedade rural é nas comunidades onde há as principais festas religiosas e não religiosas. Há as pessoas que retornam ou que permanecem nessas comunidades e dão vida a um lugar que não é apenas localidades onde se produz alimentos. Nas comunidades rurais, as pessoas convivem, trabalham, constituem famílias, trocam entre si dias de trabalho, alimentos, roupas, remédios, etc. que dão um tom ao lugar que o tornam atrativos para essas pessoas. Grande parte do retorno está apoiada na riqueza das relações familiares e de vizinhança existentes no lugar de vida.

A migração dos trabalhos, em tempos e espaços distintos é uma das condições nevrálgicas para a reprodução social das famílias. Mesmo que o processo seja realizado individualmente, ele é parte de um projeto da família. Ainda que a migração tenha outros sentidos, este é um dos principais na medida em que o que está em jogo é a própria vida. Entretanto, nos lugares carentes, a existência de elementos novos, tais como as transferências diretas de renda, têm sido um fator de peso na escolha pela permanência ou em uma maior seletividade nos destinos e nas inserções laborais com as exclusões das mais degradantes, antes o corte da cana, hoje o trabalho nas carvoarias.

A existência dos trabalhos temporários migrantes é um dos indicadores da heterogeneidade nas condições socioeconômicas dos que saem do Vale do Jequitinhonha. Evidencia as desigualdades nas condições sociais e econômicas de suas famílias considerando que este tipo de mobilidade espacial difere, por exemplo, da migração de jovens de classe média que saem de seus lugares de vida para a progressão nos estudos. Famílias pobres tendem a ver os seus membros, muitas vezes, em condições mais precárias que os que permanecem no lugar de origem, sobretudo, nas questões relativas à alimentação e na qualidade das relações sociais estabelecidas nos trechos onde se trabalha. No lugar de origem, essas pessoas têm determinadas posições sociais, tais como amigos, parentes, benzedeiros, etc., mas quando migram, passam a representar, não raro, apenas a condição de uma força de trabalho. Dificilmente essas pessoas conseguem carregar no processo migratório o *status* e o respeito que adquiriram junto aos membros de sua comunidade de origem, como exemplo, no caso dos benzedeiros.

Por fim, em uma dinâmica populacional marcada por uma intensa circularidade, sobretudo dos migrantes temporários, com idas e retornos, os migrantes e suas famílias almejam com o processo distintos resultados, dentre eles, a possibilidade de melhoria de suas condições materiais de existência e até mesmo de ascensão social.

Entretanto, como se trata de migrantes temporários despossuídos de um conjunto de capitais culturais, permanecem ao longo de suas vidas ocupando-se de atividades precárias, de

baixa remuneração e com contratos trabalhistas temporários, que abreviam consideravelmente as experiências migratórias. Trata-se de famílias pobres que não veem suas condições de vida melhorar substancialmente e muito menos uma ascensão social em decorrência da migração de seus membros. A migração como um sonho passa a configurar uma ilusão.

**PARTE II: ESTADO E SOCIEDADE: POLÍTICAS SOCIAIS E A
QUESTÃO DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL**

6. ESTADO, ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E SOCIEDADE: AS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA POBREZA EM UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

Pobreza como uma das manifestações da questão social e dessa forma, como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar e seu comportamento social, sinal de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social. Assim sendo, a pobreza, expressão direta das relações sociais, não se reduz às privações materiais. Yazbek (2012, p. 289-290).

Pobreza é a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não tem condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas. Vida digna e necessidades básicas constituem, sempre, definições sociais e históricas, variando, entretanto, no tempo e no espaço. Nascimento (2000, p.58).

Como a temática da pobreza tem ocupado um lugar de destaque nas agendas públicas nacionais e internacionais, e diferentes governos, entre eles, o brasileiro, têm ampliado programas e políticas de enfrentamento à pobreza, pelo menos nos últimos anos do século XX e, de forma mais expressiva, após a década de 1990, este capítulo tem como principal objetivo sistematizar e apresentar os conceitos relativos à pobreza e aos indicadores deste fenômeno social. Serão também discutidos conceitos que trazem em sua essência elementos promotores das desvantagens sociais, em especial a exclusão e a marginalização social. Mesmo considerando as distintas perspectivas sobre a pobreza, ao longo do texto será apresentada uma proposta de abordagem desse conceito, para o entendimento de realidades específicas no Brasil, notadamente para tratar de experiências locais no Vale do Jequitinhonha.

A pobreza econômica é um fenômeno determinado por processos sociais e econômicos interligados à inserção social e econômica dos indivíduos, que ocorre distintamente e de forma dinâmica ao longo das trajetórias de vida (MARQUES, 2010).

É considerável a literatura que trata do fenômeno da pobreza e de suas mais diversas expressões. Estudos com foco em aspectos gerais ou em realidades locais estão presentes, sobretudo na Sociologia e Economia. Estes dois campos do conhecimento científico

contemplam um ramo denominado “sociologia da pobreza e economia da pobreza”, no âmbito do qual se trava um largo debate, principalmente tratando das suas múltiplas expressões no mundo urbano, pois, como afirma Lavinias (2003, p. 26),

[...] a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano de condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre sociedade civil, o Estado e o mercado [...] Ela também é urbana porque desafia a governabilidade urbana, exige dos governos locais soluções rápidas e efetivas, inscreve no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento [...] É urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. [...] A pobreza no campo e nas áreas rurais reflete a urbanidade ao ser mensurada e estimada⁸⁹.

No âmbito geral, são expressivos, na América Latina, os estudos centrados na temática da pobreza, sobretudo retratando a dimensão econômica e o mercado de trabalho, tidos como dois pontos essenciais para o entendimento do referido fenômeno. Ainda que haja uma diversidade nas expressões da pobreza nas escalas locais, há quase sempre uma relação direta entre ela e os processos econômicos gerais, o mercado de trabalho e os rendimentos particulares/familiares ou domiciliares⁹⁰. Esta tríade não explica o fenômeno em sua totalidade, mas são pontos essenciais nos estudos sobre as experiências da pobreza.

O debate sobre a pobreza econômica como importante questão social surge na Europa e na América Latina ao mesmo tempo em que crescem as grandes cidades, com um novo cenário de concentrações populacionais inseridas em condições de vida extremamente precárias. Mesmo que, com características locais próprias, o surgimento das grandes cidades, tanto no contexto europeu quanto na América Latina, é resultado de um contínuo fluxo migratório do campo para a cidade.

O fenômeno social da migração representou, portanto, o deslocamento de um grande contingente de mão de obra de origem rural (indivíduos ou famílias) para as cidades, em busca de trabalho e melhores condições de vida, ou seja, a mobilidade espacial como experiência que poderia ampliar o campo de possibilidades para a mobilidade social. No

⁸⁹ Os indicadores de pobreza para os universos rurais e urbanos são comuns, ainda que o custo de vida no mundo rural tende a ser menor, considerando a redução de despesas individuais e familiares com transportes, alugueis etc. Entretanto, os pobres rurais têm, em circunstâncias específicas, demandas distintas das dos urbanos, entre elas, a necessidade de incentivos à produção agrícola (produção animal e vegetal) ou meios para mitigar o isolamento geográfico, para ficarmos em apenas dois exemplos.

⁹⁰ Estes elementos nos dão uma ideia geral do fenômeno da pobreza. Entretanto, nas três dimensões escalares, nação, região e local, há outros elementos que compõem o problema da pobreza. Como um dos vários exemplos, Milton Santos (2009) trata da crise urbana resultante da explosão demográfica devido às migrações, entre elas, a do tipo campo-cidade, de que resultaram pressão demográfica e falta de empregos, tendo como consequência a ampliação da pobreza urbana e a precarização das condições de vida, dentre as quais se destaca a questão da moradia, largamente estudada por Mike Davis (2006) em sua obra “Planeta Favela”.

âmbito desse processo, porém, encontram-se, de um lado, a apropriação do espaço urbano e a necessidade de moradia, trabalho e rendimentos e, de outro, a ausência de emprego, de condições dignas de moradia, de equipamentos públicos de saúde e educação etc.

A dificuldade de acesso a esses elementos significava (e permanece significando) precariedade das condições de vida e exclusão social, ainda que esta seja um fenômeno mais amplo que a pobreza econômica. Nesse sentido, as intervenções públicas e a necessidade de regulação eficaz surgem como demandas, para a instituição de uma nova ordem social em ambientes sociais consideravelmente distintos, primeiro na Europa e, um pouco depois, na América Latina.

Pobreza e exclusão social, dois importantes fenômenos sociais nas sociedades contemporâneas, expressam um problema estrutural com que se deparam tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento (DAVIS, 2006), com uma generalização da pobreza na escala mundial, mas com singularidades na história das sociedades periféricas, entre elas, o Brasil (SANTOS, 2009).

Em diferentes épocas e lugares, dependendo dos sistemas políticos, econômicos e sociais, da cultura e tradições, ou tecnologias disponíveis, o processo de diferenciação social, econômica e espacial tem se materializado de formas distintas ao longo da história. Entretanto, a pobreza é um fenômeno presente em todas as sociedades, ainda que tenha maior expressão em determinados lugares do/no mundo, entre eles, novamente o Brasil. Mesmo considerando que no Brasil, em termos absolutos, a pobreza concentra-se nas áreas urbanas, em termos relativos, sua incidência é maior nas áreas rurais. Em 2007, havia no país 58 milhões de pobres (30% da pobreza latino-americana), cuja concentração nas áreas rurais era 1,7 vezes maior que nas áreas urbanas (Leite *et alii*, 2013).

A existência das desigualdades sociais e espaciais é tão evidente, que não são necessárias análises tão refinadas para percebê-las. Se nos ativermos a certos indicadores sociais e econômicos de uma determinada sociedade, como por exemplo, renda, escolaridade e posse de bens materiais, será fácil observar as diferenças entre as pessoas e as expressões de níveis diferenciados de pobreza.

A permanência dos fenômenos pobreza, marginalidade, exclusão e vulnerabilidade social nas experiências dos países tem provocado uma crescente sensibilização no campo acadêmico, nos meios políticos e na sociedade em geral⁹¹, em torno dessas questões sociais.

⁹¹ Pobreza econômica, exclusão social e precariedade humana são fenômenos que estão na ordem do dia, na medida em que, em grau maior ou menor, estão presentes no universo de distintas sociedades. De forma mais profunda, esses fenômenos interferem nos direitos fundamentais dos seres humanos e os excluem ou os colocam

Este fato exigiu um aprofundamento dos conceitos e dos modelos interpretativos (causalidades, formas e conteúdos), por parte do campo acadêmico, do político e da sociedade civil organizada⁹², no que se refere à pobreza e suas expressões, sobretudo a econômica e a carência social e material. Essa afirmação tem sua relevância, visto que o debate sobre pobreza não era preocupação central nem na política, nem na academia. A pobreza era entendida como uma espécie de anomalia no âmbito de uma sociedade moderna. Nesse sentido, não haveria necessidade de uma sistemática intervenção, fosse do Estado, da sociedade civil organizada, ou das ONGs, muito menos da proposição de teorias específicas para o entendimento do fenômeno.

A visão vigente era de que o crescimento econômico ligado à ideia de desenvolvimento social seria um caminho inevitável para a redução da pobreza. Esta era a proposta para a redução da pobreza nas sociedades industriais e que permaneceu ao longo dos últimos 200 anos (séculos XIX-XX)⁹³. A redução da pobreza se daria mediante maiores oportunidades de emprego, consumo e crescimento da riqueza que seriam criadas nas distintas sociedades. A ideia de pobreza estava então associada à ausência de riqueza e ao efeito imediato das privações sociais. A possibilidade de diminuir as privações se daria pelo crescimento econômico e por intervenções compensatórias pontuais de caráter assistencialista, com ações direcionadas aos mais pobres.

Nesse contexto, os agentes políticos e técnicos dos países ricos (bloco europeu, EUA, Canadá etc.) acreditavam que a pobreza era uma questão para os países subdesenvolvidos, pois nesse universo é que se concentravam o “problema” e seus efeitos agregados (miséria, exclusão, fome etc.). Naqueles países, o fenômeno da pobreza tinha recuado a níveis civilizados, em consequência de seu processo de desenvolvimento, ou seja, o crescimento econômico de base industrial.

à margem dos circuitos de consumo, da produção e da participação na vida econômica, social, política e cultural. Os próprios objetivos das Metas do Milênio, definidos pela ONU em 2000, refletem o desafio de redução, pela metade, da pobreza extrema para o ano de 2015. Na experiência de países ricos, como no caso dos pertencentes à União Europeia, foi definida a redução da pobreza econômica como umas das questões centrais do bloco, e o enfrentamento desse problema é visto como um importante elemento da ausência de coesão social no bloco. A Organização Social do Trabalho (OIT), desenvolvendo atividades no âmbito do trabalho e da justiça social, entende que a luta contra a pobreza econômica/material e a inclusão social, política e cultural é um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas. Nesse sentido, melhores condições de trabalho, diálogo e proteção social são fatores de combate à exclusão social e constituem um desafio para os diferentes agentes sociais.

⁹² Com destaque para o terceiro setor, sobretudo as Organizações Não Governamentais (ONGs).

⁹³ O relatório “A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal: experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza”, como parte das pesquisas do *Bureau International du Travail* (2003), traz um interessante resgate sobre as visões acerca da pobreza ao longo da história. A experiência europeia possui especificidades distintas em relação à brasileira, mas muitos pontos em comum. No geral, as políticas sociais e o combate à pobreza, no caso brasileiro, apresentam similaridades com as políticas sociais europeias, entre elas, as transferências diretas de renda. Entretanto, diferente do caso europeu, o Brasil apresenta uma rede social de proteção mais frágil e com ações mais fragmentadas que as europeias.

Entretanto, os debates acadêmicos, os indicadores sociais e os relatórios de órgãos internacionais, como Banco Mundial, Comissão da União Europeia, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) etc., apontam para um constante mal-estar associado a problemas de pobreza e exclusão social, os quais têm produzido um cenário diferente, sobretudo após a década de 1970, até o século XXI. A pobreza e a exclusão social têm persistido em distintas sociedades e agravado suas expressões (foto 8), desde as formas mais tradicionais (ausência de renda, como exemplo emblemático), até o surgimento de novas modalidades, como a exclusão digital, e isso vem ocorrendo mesmo nos países ricos.

Fotografia 8: Idosa portuguesa pedindo esmolas nas ruas de Lisboa.



Fotógrafo: Elicardo Heber (2014).

Os indicadores sobre pobreza econômica e exclusão social presentes no relatório do Comitê de Proteção Social⁹⁴ que propõe estratégias para o universo da União Europeia em 2020 apresentam uma relativa dimensão do fenômeno. Um a cada cinco europeus está em risco de pobreza econômica e exclusão social e 40 milhões de pessoas encontram-se em condição de privação severa, considerando os dados disponíveis em 2010. Entre os diferentes grupos sociais, as crianças representam o de maior risco de pobreza e exclusão social: 25 milhões. Em 2010, a população da Europa a 27⁹⁵ era de 501,1 milhões de habitantes. Dessa totalidade, chamava a atenção o número expressivo de 80 milhões de cidadãos (16% da população) em condições de pobreza econômica, 20 milhões dos quais eram crianças. Da população ativa, 22 % estavam em risco de pobreza e 8% em condições de pobreza econômica.

As experiências dos países europeus em períodos de crise econômica apontam para um crescente aumento da desigualdade social e da pobreza. Em 2014, em Portugal, por exemplo, quase um quinto da população economicamente ativa estava desempregada. Esse indicador só não era mais alto em decorrência da saída anual de 100 mil portugueses que emigram para destinos diversos (sobretudo Inglaterra e Angola), em busca de inserção nos mercados de trabalho. Os postos de trabalho existentes no mesmo período eram inferiores aos registrados na década de 1990. Os portugueses que permaneciam no país, preservando os seus empregos, após 2005, passaram (e continuam passando) por um contínuo processo de perda do poder de compra (tanto trabalhadores em funções públicas quanto em empresas privadas), mediante a redução dos salários e a imposição de uma alta carga fiscal. Os rendimentos disponíveis das famílias recuaram em mais de 6%, ou seja, o país empobreceu (PERES JORG, 2014). Em 2014, os indicadores de pobreza em Portugal eram idênticos aos de 2003 e 2004, conforme os dados retirados do inquérito sobre as condições de vida e rendimento⁹⁶ das famílias

⁹⁴ The social dimension of the Europe 2020 strategy: a report of the Social Protection Committee (2011), European Commission, DGEmployment, Social Affairs and Inclusion, March 2011.

⁹⁵ **Europa a 27** representa os 27 países membros da Comunidade Europeia. Atualmente a União Europeia é integrada por: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia.

⁹⁶ A experiência portuguesa demonstra a ampliação dos indicadores de pobreza em um intervalo de três anos (2009 a 2013). Nesse período houve aumento tanto no índice de pobreza quanto no relativo aos riscos de pobreza. A questão que se põe é que o aumento do risco de pobreza foi acompanhado por um aumento da desigualdade social. Se considerarmos apenas os indicadores de desigualdade econômica (desigualdade da distribuição de rendimentos), medida através do Coeficiente de Gini, os dados indicam 33,7%, em 2009, para 34,2%, em 2012. Esses indicadores sugerem uma ampliação das desigualdades entre os mais ricos e a base da

portuguesas, divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014). Em 2013, a taxa de pobreza em Portugal era de 19,5%. Os portugueses retrocederam para 2005, considerando que a taxa de pobreza era, então, de 18,5%⁹⁷.

Os conceitos de pobreza e exclusão têm sido cada vez mais discutidos, principalmente entre os cientistas sociais, os agentes políticos e os técnicos de intervenção, sobretudo pela permanência do fenômeno. Entretanto, os elementos que caracterizam a pobreza econômica e a exclusão social, sua crescente complexidade e os fatores a serem considerados e analisados têm dificultado a compreensão e a definição das fronteiras e dos conteúdos desses fenômenos sociais.

No âmbito do discurso político e na própria formulação e avaliação de políticas sociais, são amplamente confundidos os conceitos de pobreza e exclusão social, dando-se mais importância a esta do que àquela. Embora sejam conceitos distintos, ambos pretendem apresentar um conjunto de desvantagens sociais que alguns indivíduos ou grupos sociais possuem em relação a uma norma, ou seja, a que trata da satisfação de determinadas necessidades básicas relacionadas a distintos padrões dominantes de bem-estar. O conceito de pobreza é mais antigo que o de exclusão social e esteve durante muito tempo associado à ideia de insuficiência de rendimentos e/ou de consumo (bem-estar material), tendo avançado no sentido de tentar melhor entender as distintas formas de expressão da pobreza material nas sociedades contemporâneas, para além da pobreza econômica e/ou material.

É fato que a literatura produzida no campo acadêmico europeu e latino-americano para tratar do fenômeno da pobreza e de suas mais distintas expressões abrange estudos principalmente da Sociologia e da Economia, mas a Geografia, em especial na Europa, tem contribuído consideravelmente para os debates relativos à questão da coesão social e territorial.

No contexto europeu, notadamente ao longo do século XX, o combate à pobreza econômica e suas outras expressões eram atribuições do Estado do bem-estar social, capaz de realizar a distribuição – independente de seus modelos de funcionamento – dos resultados da prosperidade econômica, ofertando proteção social em contextos de crise e instabilidade, que afetavam a integridade física, a segurança e o bem-estar dos indivíduos (ESPING-ANDERSEN, 1990). A crise desse modelo provocou a construção de um novo sistema de proteção social. Em grande medida, o combate à pobreza, e principalmente à exclusão social,

pirâmide social portuguesa. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014).

⁹⁷ Na União Europeia, considera-se que uma pessoa vive em situação de risco de pobreza quando os seus rendimentos são inferiores a 60% do rendimento médio por agregado familiar do respectivo país. No ano de 2014, o salário mínimo vigente em Portugal era de € 485,00.

é responsabilidade dos governos locais, o que leva ao surgimento local de regulação da pobreza (MINGIONE; OBERTI, 2002). Entretanto, os sistemas nacionais europeus de *welfare* tendem a caminhar para uma estratégia comum, sobretudo entre os países membros da União Europeia, através da implementação de um conjunto diversificado de programas focalizados e desenhados para situações específicas com vistas a solucionar problemas relativos à ausência de coesão social entre os países componentes do referido bloco.

O fenômeno social da pobreza na Europa⁹⁸ foi analisado sob diferentes abordagens a partir dos anos 1960. O quadro 3 tenta sintetizar como foi definida a pobreza (a evolução de suas tipologias e o seu tratamento político) em três grandes períodos, mesmo considerando que os critérios de classificação são construídos conservando elementos do período anterior.

Quadro 3: O conceito de pobreza na experiência europeia

Período	Conceito	Principais características
Década de 1960	Necessidades insatisfeitas	Define padrão mínimo de condições de vida. Pobreza absoluta/indigência: refere-se a todos os indivíduos cujo padrão de consumo situa-se abaixo de um mínimo vital em decorrência do <i>déficit</i> de renda.
Década de 1970	Pobreza relativa	Identifica a posição social dos pobres considerando o padrão médio de consumo da população como um todo. Pobres são aqueles que, relativo ao restante da população, possuem um padrão médio de consumo abaixo do restante. Considera não apenas os <i>déficits</i> de renda, como também o não acesso a um conjunto de bens e serviços existentes na sociedade. Evolução do enfoque apenas no rendimento (ou na falta dele) para uma proposta mais ampla para falta de recursos. A pobreza e a sua intensidade passam a ser calculadas considerando como base a medida de desigualdade. Objetivação da pobreza considerando determinados critérios, sobretudo ausência de rendimentos, moradia e capital humano.
Década de 1980-início do século XXI	Ampliação do conceito de exclusão social	Considera os aspectos subjetivos da pobreza: sentimento de rejeição, perda de identidade/sentimento de pertencimento, perda dos laços sociais/comunitários, frágeis relações de sociabilidade. Relações baseadas na reciprocidade/solidariedade, perda de <i>status</i> social [<i>déclassement</i> social], redução das oportunidades etc. Mudança do enfoque de carências (sobretudo monetária/material) para uma perspectiva multidimensional e multideterminada.

Fonte: THOMAS (1999); PAUGAN, (2005); EUROSTAT (2012,2013); JORGE (2014).

⁹⁸ Ao analisar o debate sobre pobreza no campo acadêmico brasileiro, em especial os estudos de Lavinias (2003), percebemos a forte influência dos estudos europeus nas pesquisas locais e nas perspectivas de abordagem sobre a temática.

Os diferentes conceitos que se atribuem à pobreza e à exclusão surgem como categorias para orientar o campo de ação e de intervenção, com a pretensão de identificar e categorizar indivíduos, famílias e grupos sociais localizados na base da hierarquia social. Visam definir *status* e condições sociais. A ideia de exclusão social, para além da ausência de rendimentos e de condições de participar do sistema produtivo e de padrões de consumo, aponta para diferentes tipos de pobreza, não necessariamente mercantilizadas, incluindo elementos como a fragilidade das relações sociais e das redes de solidariedade (sobretudo entre os imigrantes, idosos, crianças e outros grupos sociais marginalizados ou excluídos da vida comunitária), como exemplo. Nesse sentido, a noção de exclusão remete também a fracasso.

As definições apresentadas no quadro contêm elementos da realidade europeia (e das sociedades contemporâneas) que colocam no centro do debate a questão social da pobreza e suas distintas expressões. O desafio para os pesquisadores é elaborar um conjunto de indicadores, noções e conceitos que deem conta de entender os processos de vulnerabilidade social e precariedade econômica e de avaliar como esses dois fenômenos sociais ameaçam consideravelmente a coesão social.

Obviamente, a carência de bens materiais e monetários é um importante aspecto da pobreza e da vulnerabilidade social. A desqualificação social – *disqualification sociale* (PAUGAM, 2005) – remete, porém, não apenas à ausência de rendimentos monetários, mas também à imagem social de indivíduos que vivenciam uma condição/situação de desvalorização. É o caso, por exemplo, dos desempregados em decorrência da crise econômica europeia, no início do século XXI, que recebem seguro-desemprego e não têm perspectiva de nova inserção laboral: ser assistido é ser estigmatizado e, por isso, excluído. Em Portugal, esses trabalhadores representam uma parcela da população que se encontra em processo de desvalorização, haja vista a possibilidade real de constituírem os chamados “novos pobres”, uma categoria social que pode ser entendida como mutável, dinâmica e até mesmo transitória. O que está em questão não é apenas a ausência de renda ou de emprego, mas o que Paugam (2005) denomina de fracasso social, ou a degradação moral de pessoas que passam por uma mudança de seu *status* social em decorrência de contextos muito específicos, nesse caso o desemprego, em função da crise econômica.

Permanecendo na experiência portuguesa, além da ideia de exclusão, pode-se trazer à baila a noção de desfiliação social – *désaffiliation sociale* (CASTEL, 1995) –, o fenômeno social de perda de *status* e de desvalorização do indivíduo, pelo desligamento dos laços de filiação institucional em decorrência da crise e da perda dos empregos, da precarização das

relações contratuais, da instabilidade econômica, da inequação dos sistemas de proteção social, da perda de uma identidade produtiva e social etc.

Ainda que as pesquisas tenham incorporado outros indicadores para a mensuração da pobreza, tais como acesso à moradia e as condições da residência, bem como a existência, no espaço intradoméstico, de um conjunto de bens duráveis, capital humano (escolaridade/experiências profissionais), ou capital social (participação na vida comunitária/acesso a informação), o rendimento é condição inicial para que as famílias ou indivíduos possam obter esses outros bens. Mesmo que haja saúde e educação gratuitas ofertadas pelo poder público, a ausência de um capital monetário (rendimentos) obviamente impossibilitará a locomoção das pessoas por meio de transportes pagos para acessar esses serviços, o que tem como efeito a dificuldade de ampliação de outros capitais, como o cultural, por exemplo.

Os rendimentos monetários (ou a falta deles) são, portanto, importante fator de reprodução da pobreza econômica. Mesmo que se incorporem outras variáveis, tais como falta de escolaridade, condições de moradia, exclusão do mercado de trabalho, ausência de educação formal, i-mobilidade/não deslocamento espacial etc., essas expressões da pobreza são decorrentes da ausência de rendimentos. O próprio acesso ao rendimento, ao mercado de trabalho formal e informal, a escolaridade e melhores condições de vida, possibilitadas por condições muito específicas, como a mobilidade espacial (migração), pode acarretar outros tipos específicos de pobreza, como o distanciamento geográfico e a perda de contato físico com grupos de vizinhança e parentesco que permanecem na localidade de origem do migrante.

Para o caso português, em experiências específicas, há um fenômeno em que as evidências empíricas apontam para a possibilidade real de uma desfiliação social. Trata-se de jovens portugueses que detêm alta escolaridade (formação superior, mestrados e doutorados, não raro dominam dois ou mais idiomas), mas, em decorrência da crise econômica iniciada em 2007, não conseguem inserções no mercado de trabalho em suas localidades de origem. Para eles, a possibilidade de ocupação/empregabilidade só é ampliada e, muitas vezes viabilizada, mediante a imigração (com destino preferencial para o Reino Unido). Esse tipo de imigração de indivíduos com alta qualificação (*brain drain*) difere do perfil padrão dos emigrantes portugueses dos anos 1960, quando havia um tipo de mobilidade espacial mais “indiferenciado e de baixas qualificações” (BAGANHA, 2004). Essa fuga de jovens altamente escolarizados influencia diretamente no saldo migratório de Portugal e expõe

claramente a impossibilidade de permanecerem em seu país de origem, mesmo que essa permanência seja por eles desejada.

Os jovens, recém-formados em áreas e níveis distintos (licenciatura, mestrado e doutorado), com destaque para os cursos de Engenharia Elétrica, Enfermagem, Ciências Sociais, Economia, Direito etc., que imigram para a França, Reino Unido, Angola (África) ou Brasil (América do Sul), entre outros destinos, prefeririam permanecer próximo aos seus grupos sociais, inserindo-se, no máximo, num fenômeno que os estudos migratórios denominam *brain circulation*, um tipo de mobilidade espacial mais temporária, diferente do *brain drain*, que configura uma migração laboral mais permanente. A imigração desses jovens pode representar uma nova, ainda que restrita, possibilidade de empregabilidade formal, mas, ao mesmo tempo, revela-se a real privação de manter laços próximos aos seus grupos sociais de pertencimento. Nesse sentido, trata-se do drama de permanecer em Portugal, desocupados ou submetidos a empregos precários, ou imigrar e estar diante de uma possibilidade real de ruptura do contato *vis-à-vis* com seus familiares, amigos, grupos de vizinhança, parentesco etc.

Entretanto, com alguns pontos em comum, como a questão da renda e do desemprego, a experiência latino-americana é distinta da europeia. Pode-se considerar, na América Latina, a existência de um Estado do bem estar-social (inconcluso e imperfeito), dotado de um caráter não universalista (exceto experiências pontuais), em que o enfrentamento da pobreza, durante grande parte da história, foi deixado à responsabilidade da própria classe trabalhadora⁹⁹. A pobreza era regulada no âmbito privado e a própria existência de uma grande massa de pobres, excluída, marginalizada, era marcada pela ausência de direito à cidadania regulada (LAVINAS, 2002). A experiência latino-americana aponta para distintos modelos de *welfare*, inacabados, que convivem inclusive dentro das fronteiras de um mesmo país (POCHMAN, 2002).

Nos países latino-americanos, as crises fiscais, o esgotamento dos pactos corporativos e os processos de descentralização, as relações entre Estado e governos locais (marcados por elos clientelistas e fortemente verticalizados) são alguns elementos que agravam e aprofundam a segregação e a autosegregação, a degradação ambiental, a incivilidade urbana, a insegurança pública etc. Imersas nesse conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos, as sociedades latino-americanas foram progressivamente se tornando laboratórios de

⁹⁹ Se pensarmos na história brasileira, como um exemplo, não houve no âmbito nacional nenhuma política focalizada no combate à pobreza ao longo dos séculos anteriores ao XXI.

experimentação social em um ambiente marcado por expressivos indicadores de pobreza e de extrema pobreza.

6.1. Pobreza e suas expressões: algumas conceituações

O conceito de pobreza inclui aspectos mais normativos que teóricos, sujeitos a extensa gama de definições e classificações. Pobreza não é uma categoria analítica e não define sociológica ou geograficamente um grupo, mas pode ser definida como: ter menos que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta); ter menos do que os outros na sociedade (pobreza relativa); e sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva) (HAGENAARS E DE VOS, 1998; HOFFMANN E KAGEYAMA, 2007).

A pobreza é um fenômeno multidimensional que assume um caráter de privação das capacidades (SEN, 2000). Entende-se por capacidades as muitas liberdades de ter estilos de vida diversificados, implicando necessidades fundamentais, como a alimentação, até as mais complexas, como a participação na política. As liberdades estão, portanto, relacionadas às capacidades básicas e as participações políticas e instrumentais, tais como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Uma característica inerente à pobreza, sua “essência absoluta”, é expressa na fome e na inanição, pois, onde ocorre esses dois fenômenos, coexiste a pobreza (SEN, 2000; SACHS, 2006).

Embora no senso comum (imaginário social) e nos próprios estudos acadêmicos a pobreza seja entendida como resultado da ausência ou da escassez de rendimentos, definições mais rigorosas a definem como “um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria dignidade humana” (LAVINAS, 2003, p.29). A condição de pobre seria, nesse sentido, uma ameaça à própria humanidade, quando o indivíduo não consegue satisfazer suas necessidades básicas ou até mesmo mobilizar esforços e meios para garanti-las. O motivo por que muitos estudos acadêmicos tratam da pobreza sob a perspectiva dos rendimentos (ou da ausência destes) está muito relacionado ao problema de produção dos dados para o entendimento do fenômeno. Por facilitar estudos comparativos, os dados sobre rendimentos têm sido bastante utilizados para estudos deste tipo, ainda que a mensuração da pobreza por meio de outros indicadores ou outras fontes de informação seja possível.

Os rendimentos são utilizados como um indicador comum em estudos sobre distintas localidades seja uma comunidade rural, uma aldeia, uma vila, uma cidade ou uma região, por exemplo. Visto que os índices de rendimento não são suficientes para a definição de uma boa

condição de vida (essa, por si, bastante subjetiva), os pesquisadores julgaram por bem incorporar um conjunto de variáveis para o entendimento da pobreza, ainda que, em linhas gerais, o fenômeno continue sendo tratado sob o viés econômico. Não se nega, porém, que o fator rendimento monetário é um forte elemento para a definição do que se entende por pobreza, inclusive quando governos procuram definir o público-alvo na proposição de programas e políticas para o enfrentamento à pobreza. Neste sentido, o Programa Bolsa Família, do governo brasileiro, e o Rendimento Social de Inserção, do governo português, são exemplos emblemáticos. Ao classificar a pobreza como um fenômeno puramente econômico, o que está implícito é o entendimento de sua natureza transitória. Se os rendimentos monetários (ou a falta deles) constituem importante fator de reprodução da pobreza econômica, deve-se entender que, se utilizadas diferentes variáveis, distintas expressões do fenômeno podem ser encontradas.

Outra abordagem recorrente na análise do fenômeno da pobreza é o seu contraponto, expresso pelo bem-estar social, que coloca a relação Estado e Sociedade no centro da discussão, ainda que se considere que o bem-estar social nas sociedades contemporâneas é produzido, em pelo menos três esferas: os mercados, o Estado e a família/comunidade (ESPING-ANDERSEN, 2000).

Em experiências muito díspares, o Estado e um conjunto de políticas e serviços por ele oferecido em diversos países (com variações entre eles) têm representado fator importante no enfrentamento à pobreza econômica e na busca de um bem-estar social nas sociedades capitalistas contemporâneas (ESPING-ANDERSEN, 2000). A pobreza urbana (incluindo a pobreza rural) torna-se então fenômeno fortemente influenciado pela ação do Estado, por meio de um conjunto de políticas públicas desenvolvidas em contextos distintos (WACQUANT, 2001; 2008; MUSTERED; MURIE, 2002), seja na realidade francesa ou americana (WACQUANT, 2001; 2008), ou em outras experiências implantadas nos países europeus (MUSTERED; MURIE, 2002). Na própria realidade brasileira, as políticas públicas direcionadas ao combate à pobreza econômica têm tido consideráveis impactos nos processos sociais.

Se o bem-estar social pode ser promovido, em cada caso, pelas interações de três elementos (mercado, Estado e família/comunidade), a pobreza seria causada pelo “provimento de um bem-estar em qualidade ou quantidade insuficiente ao conjunto dessas esferas, mediadas por estruturas de médio alcance, como as instituições, os espaços, as redes sociais e as estratégias individuais” (MARQUES, 2010, p. 29). Ou seja, a pobreza, e um de seus efeitos agregados que é a da vulnerabilidade social e econômica, pode estar relacionada à ausência de

oportunidades ou capacidade dos indivíduos (e famílias) em acessar bens e serviços ofertados pelo mercado, pelo Estado e pela comunidade (em uma esfera microescalar).

A própria experiência em pequenas cidades mineiras no Brasil aponta que determinados postos de trabalho nas prefeituras locais, como secretários, médicos, enfermeiros e professores são, em geral, ocupados por pessoas oriundas de outras localidades. Em grande parte, isso pode ser explicado pelo nível educacional local. Ainda que na comunidade haja indivíduos dispostos a se inserir no mundo do trabalho, há um desencontro entre o mercado de trabalho e a mão de obra que, embora disponível, não possui o conhecimento técnico exigido. Tal impasse empurra os indivíduos para uma situação de permanente vulnerabilidade e os obriga a se submeter a empregos precários, seja nos locais para onde decidem migrar, seja na atividade agrícola na localidade de origem.

Voltando a discutir o seu conceito, é importante ressaltar que a pobreza, um fenômeno multidimensional, influenciado pelo ambiente social e econômico (mercado e Estado e fatores individuais e familiares), juntamente com seu oposto, o bem-estar social, é um produto e reconhecido de formas distintas. Geralmente, está relacionada a pessoas e famílias que não têm acesso aos benefícios de uma sociedade moderna urbana. Mas, suas múltiplas expressões revelam a influência de elementos econômicos e sociais, tais como faixa etária, número de componentes do grupo familiar, os tipos de inserção no mercado de trabalho (quando ela existe) e a ausência de capital monetário. A pobreza também pode estar relacionada a acontecimentos pontuais que refletem na vida do indivíduo, como doenças e desemprego/inserção precária no mercado de trabalho.

O envelhecimento é por certo um elemento que pode transformar a vulnerabilidade em privação social. Todavia, pelo menos na realidade dos mais pobres economicamente, ele tem hoje um efeito particular e consideravelmente distinto. Entre os pequenos agricultores no Vale do Jequitinhonha, por exemplo, a obtenção da aposentadoria rural tem facilitado o acesso da família a bens e serviços, tais como a compra de televisores, fogões, geladeira, motos etc., a melhoria das condições da residência, ou o envio de parentes de sangue (sobretudo os netos) ou por consideração, para a cidade, a fim de progredirem nos estudos (educação formal). Um rendimento mensal e estável tem facilitado ainda determinados arranjos de coabitação (várias gerações sob o mesmo teto) e provocado o empoderamento dos idosos, que passam a ser peça-chave nas estratégias de reprodução social de seu grupo familiar.

Em face das incertezas que marcam as trajetórias sociais largamente impactadas por carências sociais e materiais, as aposentadorias passam a ter um forte peso na definição de melhorias nas condições de vida dos grupos sociais em que há um beneficiário, favorecendo,

inclusive, a manutenção dos jovens por maior tempo vinculado a suas famílias e a suas localidades de origem. A produção agrícola instável, fortemente centrada no autoconsumo familiar, com renda variável e indivisível (trabalho familiar e renda de todo o grupo), adquirida com as vendas esporádicas da produção animal e vegetal, torna a atividade pouco atrativa para os jovens. Entretanto, a aposentadoria, ainda que seja um rendimento individual, é incorporado às estratégias de reprodução social de todo o grupo familiar e pode representar um alívio nas condições de pobreza e extrema pobreza, quando não há muitos dependentes desse rendimento. Ressalta-se aqui a forte presença do Estado na redução de certas expressões da pobreza e na provisão do bem-estar.

Retomando o debate sobre o conceito de pobreza, é apresentada a seguir uma divisão identificada nos estudos desenvolvidos tanto no campo acadêmico europeu quanto no latino-americano, que reúne em dois blocos as cinco perspectivas para explicar o fenômeno.

I- Pobreza entendida como privação fisiológica:

a) Rendimento e consumo: trata-se de uma abordagem mais tradicional, desenvolvida pela denominada “economia do bem-estar” (LANJOUW, 1997), que entende a pobreza e suas linhas de delimitação, em termos absolutos e relativos, em conformidade com determinados níveis de rendimento e/ou consumo. Esta abordagem é muito utilizada pelos países ou blocos econômicos para definir, identificar e focalizar ações e medidas de combate à pobreza no contexto de programas específicos inseridos nas respectivas políticas sociais.

b) Necessidades humanas básicas: esta abordagem considera certo nível de necessidades básicas relacionadas à alimentação, vestuário, abrigo, água potável, saneamento básico e educação, assim como um mínimo necessário para a prevenção de doenças, subnutrição e acesso à educação formal. Desenvolvida, sobretudo nos anos 1970, difere da visão centrada no rendimento e no consumo, na medida em que possibilitou ampliar o leque de necessidades básicas a serem consideradas no conceito de bem-estar (RAVALLION, 1994).

II- Pobreza entendida como privação social:

Nesta abordagem amplia-se o entendimento da natureza social da pobreza com a consequente degradação das relações sociais, aproximando-se do conceito de exclusão social. Há três (3) abordagens na perspectiva da privação social:

a) Abordagem centrada no conceito de pobreza humana: desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), baseada nas pesquisas e trabalhos do economista Amartya Sen, sobretudo no que concerne aos conceitos de capacidades (o que se pode fazer) e funções (o que se faz). Nesta perspectiva, pobreza é entendida como a

incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável e criativa, com decência, dignidade, respeito a si próprio e aos outros (SEN,1993; PNUD,1997).

b) Abordagem centrada nas consequências relativas à exclusão social: utilizada sobretudo pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), esta abordagem baseia-se nas ideias do sociólogo Peter Townsend, que considera a pobreza como resultado da indisponibilidade de recursos necessários para viver em condições de conforto (padrões de vida dominantes) e participar das atividades sociais e culturais da sociedade à qual o indivíduo pertence. Nesse sentido, o conceito de pobreza traz em sua essência a discussão dos conceitos de cidadania e de integração social (TOWNSEND, 1985).

c) Abordagem centrada na questão da participação: O que define a pobreza é o afastamento dos indivíduos das questões relativas à vida social e política, decorrente, entre outros aspectos, da ausência de dignidade humana, autoestima, segurança e justiça social, o que os impede de participar inclusive de decisões que lhes dizem respeito diretamente.

Sen (2000) propõe que ao invés dos critérios tradicionais de identificação e mensuração baseados em rendimentos, a pobreza deva ser vista como privação do que ele chama de *capabilities*. Entretanto, reconhece que a questão da renda é uma das causas principais da pobreza e um dos elementos fundamentais na privação de *capabilities* (SEN, 2000). Para ele, a renda é também fator essencial para identificar os pobres na estrutura social de uma determinada população e as características lhes são comuns, a fim de avaliar os níveis de pobreza nela presentes (SEN, 1997). Para cada sociedade ou “comunidade”, para usarmos o termo de Sen, a pobreza é definida de acordo com uma linha traçada a partir desses indicadores. O autor lembra, porém, que identificar os pobres não implica necessariamente garantir-lhes direito legal à assistência pública.

A assistência pública depende das condições ou capacidades concretas dos Estados para cumprir com os seus deveres em relação às pessoas pobres. Exemplificando esse raciocínio, Estados com elevados índices de pobreza extrema, tais como Bolívia, na América Latina, Zimbábue, na África, ou Tokelau, na Ásia, podem estar incapacitados de adotar políticas específicas de combate à pobreza. Por outro lado, Estados ricos geralmente dispõem de recursos que são direcionados ao enfrentamento à pobreza, e outros, não tão ricos, conseguem, no entanto, garantir um nível mínimo de ajuda, como ocorre na experiência brasileira, por exemplo. A capacidade e a possibilidade dos países de elaborar e implementar políticas específicas de combate à pobreza, entre elas, as transferências diretas de rendas, indicam a assimetria entre eles, havendo, num extremo, os países nórdicos, com uma

consistente rede de assistência social, e no outro, os países africanos, com maior dificuldade em implementar políticas sociais, em decorrência da ausência de recursos.

O que define a pobreza pela ausência de recursos monetários diverge de país para país, assim como as linhas que classificam os indivíduos ou famílias em situação de pobreza. Entretanto, vem aumentando a tendência de ampliar o conceito de pobreza, sob um ponto de vista multidimensional, ou seja, abordando aspectos não só de natureza econômica, mas também social, cultural, político e ambiental.

Em outra perspectiva, a pobreza também pode ser entendida tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, tendo como referência o padrão de vida dominante na sociedade (pobreza absoluta), ou sem essa referência (pobreza relativa). Há também o que é considerado pobreza subjetiva, ou seja, a avaliação que fazem os indivíduos sobre suas condições e meios de vida, como forma de identificação de quem são os pobres. Essa abordagem aproxima-se da que trata de participação, citada anteriormente.

Conforme as sociedades contemporâneas vão se tornando mais complexas, novas manifestações da pobreza são percebidas, sobretudo nas sociedades mais desenvolvidas. Isso quer dizer que, se em muitos países pobres, sobretudo na África, permanecem as faces mais duras da pobreza, como a fome, nos mais ricos, surgem novas expressões de pobreza, não necessariamente ligadas à escassez de recursos monetários, mas relacionada à exclusão de indivíduos ou famílias da participação no padrão de vida dominante na sociedade em que se inserem, em decorrência de fatores tais como escolaridade, idade (velhice), ausência de afeto (isolamento ou abandono), não domínio das novas tecnologias e da informação cibernética etc., corroborando a abordagem da exclusão social, muito presente nas regiões mais desenvolvidas em comparação à pobreza econômica.

A exclusão social aponta basicamente para a questão da desintegração social em diferentes níveis: econômico, social, cultural, ambiental e político. Refere-se também à fragilização dos laços familiares e sociais e na ausência de participação na vida comunitária, o que resulta em desfiliação social, ou no não reconhecimento de um lugar na sociedade. O conceito de exclusão social é mais abrangente que o de pobreza. Ele está relacionado à ausência ou a fragilidade de vários tipos de poder: o econômico, o de tomar decisões cotidianas, o de influenciar e participar na vida da comunidade e o de exercer plenamente os direitos e deveres do cidadão. Há também um caráter relacional, considerando que as relações sociais são um componente fundamental do bem-estar das populações e um importante fator de participação da vida na sociedade, sem a qual o acesso às oportunidades oferecidas (empregos, afetos, direitos etc.) é dificultado.

O debate sobre pobreza e exclusão social¹⁰⁰ tem convergido em diversos pontos, mas os conceitos podem ser entendidos sob enfoques distintos. A pobreza é um dos elementos que pode definir a exclusão social, ainda que esta não se restrinja àquela. Há pobres economicamente que não são excluídos socialmente em seus universos comunitários (notadamente no mundo rural), e há excluídos socialmente (por exemplo nos países ricos) que não são pobres material ou economicamente. Compreender as diferenças entre os conceitos de pobreza e exclusão é importante, na medida em que possibilita delimitar contextos relativamente parecidos de pobreza, mas que apresentam, em sua essência, níveis distintos de exclusão social, se considerar, por exemplo, a questão espacial (as diferenças entre os mundos rurais e urbanos), as diferenças culturais ou os grupos etários. Entretanto, no sentido mais operacional, é mais comum à utilização do conceito de pobreza que o de exclusão social, pelo fato de que os indicadores associados à pobreza são mais facilmente identificáveis e relativamente mais fáceis de quantificar e mensurar. O debate de exclusão social está associado também à questão da cidadania e a suas implicações no que concerne a direitos e deveres.

Costa (1998) contribui para o debate, introduzindo o critério de coesão social para operacionalizar a diferenciação entre os conceitos de pobreza e exclusão social, necessidade apontada na literatura. O autor considera que é possível haver pobreza sem a exclusão social. Como exemplo empírico, cita o *ancien régime*, quando os servos eram considerados pobres, mas estavam socialmente integrados em redes de relações sociais ou comunitárias. O mesmo fenômeno ocorre com os pobres residentes no meio rural europeu. Pobreza e exclusão social são realidades distintas e não necessariamente coexistem.

Entre os formuladores de políticas públicas de transferência direta de renda em distintos países, como, no Brasil, o Programa Bolsa Família, ou, em Portugal, o Rendimento Social de Inserção, é bastante comum a utilização do critério de renda para definir uma “dimensão da pobreza” e elaborar as medidas agregadas a essa categoria. O rendimento de um grupo familiar passa a ser um indicador sintético de uma determinada situação social e econômica. No entanto, pode haver situações em que, com rendimento familiar considerado suficiente para a sobrevivência, a família, ao mesmo tempo, viva em condições de moradia

¹⁰⁰ A criação do termo exclusão social é atribuída a René Lenoir, após a publicação do texto “Les exclus: un français sur dix”, em 1974. Os excluídos franceses representam um grupo diversificado de indivíduos. Não se restringem aos pobres econômicos, mas incluem também os deficientes, os idosos, as crianças sem laços familiares ou maltratadas, os dependentes químicos etc. O termo ganhou maior notoriedade ao longo da década de 1980, no contexto de crise econômica, do estado social e das políticas sociais, quando passou a qualificar um conjunto de desvantagens sociais relacionadas aos novos e velhos problemas sociais, tais como desemprego, isolamento social, mudança nos modos de vida das famílias etc. (EVARISTO, 2013).

inadequadas, apresente baixa escolaridade entre seus membros, tenha inseridos em trabalho precário alguns membros do grupo familiar, incluindo crianças em idade escolar. Esses exemplos corroboram a proposição de Hoffmann e Kageyama (2007), de que a mensuração da pobreza deve ser multidimensional e multissetorial, ou seja, mediante a combinação de carência e de não carência (de rendimentos, moradia, inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços de educação etc.).

Programas de transferência de renda são políticas sociais recorrentemente empregadas para, em médio prazo, combater e reduzir a pobreza e, em prazo maior, investir no capital humano, quebrando um ciclo intergeracional de pobreza (DUARTE *et alii*, 2008). Entende-se por políticas sociais um subconjunto de políticas públicas relacionadas a ações que determinam padrões de proteção social sob a forma de distribuição de benefícios, no intuito de diminuir desigualdades estruturais decorrentes da trajetória de desenvolvimento econômico (CASTRO *et alii*, 2009). Incidem, usualmente, nas áreas de educação, saúde, habitação e saneamento, entre outras, e são executadas sob a responsabilidade do Estado.

Nesse sentido, a pobreza deve ser definida em termos de renda, mas também da privação de acesso às condições básicas de existência, como energia elétrica, água encanada, instalações sanitárias, entre outras, assim como da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino formal. A educação, ressalta-se, é elemento importante para que sejam garantidas as capacidades do indivíduo de participar de atividades comunitárias e de buscar e acessar direitos. Em relação aos bens e às utilidades a eles inerentes, deve-se considerar que a falta de determinados itens considerados essenciais para a sobrevivência física do indivíduo pode dificultar ao grupo familiar a satisfação de suas necessidades básicas, o que interfere diretamente sobre suas próprias condições de vida. Nesse sentido, quanto menor for o rendimento do grupo familiar, menor será o número de bens materiais da família no espaço intrafamiliar, bem como o acesso a certas infraestruturas, tais como banheiro, água encanada, fossa séptica, energia elétrica, enfim, condições de habitação. E quanto menor o acesso dos membros do grupo à infraestrutura social de saúde e educação, mais comuns serão os relatos de fome e inanição para apontar condições de pobreza.

Há uma visão muito recorrente que avalia a condição de pobreza das famílias a partir de um padrão mínimo de subsistência definido pela ingestão diária de calorias. Como a pobreza passa a ser identificada como a restrição de acesso à alimentação, colocando em risco a própria sobrevivência física das pessoas e famílias, o acesso ao alimento, numa avaliação particular, automaticamente os retiraria de uma condição de pobreza. O critério para definir a pobreza passa então pela ideia de necessidade. Todavia, necessidade e carência são elementos

que mudam conforme a estrutura social e a condição econômica familiar, a possibilidade de acesso a serviços e bens (públicos e privados) e também o ambiente social e econômico em que os grupos sociais estão inseridos ou que podem vir a se inserir futuramente. Necessidade é fluida, mutável e passível de evolução. Em grande medida, está relacionada também as mudanças das condições materiais de existência de distintos grupos sociais. É uma ideia subjetiva e depende do contexto histórico e social concreto em que os indivíduos e famílias estão inseridos.

As características pessoais, tais como o ciclo de vida e o poder (ou não) econômico têm um papel importante na definição do que são necessidades. Sen (1992) defende a valorização de um conjunto de funcionamentos e capacidades ao alcance dos indivíduos, que lhes permite, de forma livre, assumir o modo de vida de sua preferência. É a ideia de liberdade, que se distancia da abordagem quantitativa ou monetária do que é entendido por carência. Como afirma o autor,

Um patamar de renda pode revelar-se inadequado não porque se situa abaixo de uma linha de pobreza, fixada com base em parâmetros exógenos, mas porque está abaixo do que é adequado para mobilizar um conjunto específico de capacidades ou habilidades compatíveis com a necessidade de uma determinada pessoa. (SEN, 1992, p.111)

Os recursos monetários de que famílias ou indivíduos dispõem não podem ser considerados adequados ou não, sem antes considerar as possibilidades reais de uma conversão dessa renda em capacidades de ação. Há neste ponto uma centralidade sobre a capacidade de mobilizar meios e habilidades para funcionar ou agir. Nessa direção, a pobreza deixa de ser vista como um estado de ausência do bem-estar e passa a ser entendida como a destituição de habilidades e meios de ação (agir) com o intuito de alcançá-lo. A pobreza é proposta por Sen (1992) como a ausência de capacidades básicas para que se atinjam níveis minimamente aceitáveis de qualidade de vida.

Mas, enfim, quem são os pobres? Como afirmado anteriormente, em uma visão recorrente, os pobres são determinados grupos sociais que não têm renda nem acessam saúde, educação e emprego. Indivíduos ou famílias que, em maior ou menor grau, são os despossuídos da sociedade capitalista contemporânea. A partir desses critérios, os pobres são entendidos como grupos carentes e excluídos. É importante ressaltar que os critérios e a definição do que se entende por pobre são quase sempre externos aos próprios grupos que são dessa forma classificados.

Nesse sentido, os pobres são classificados como os “outros”, os indivíduos marcados por um conjunto de carências que define, mesmo que involuntariamente, um modo de vida. Modo e condição de vida que deve ser eliminado. No geral, os pobres são definidos a partir do recorte de renda e englobados de forma homogênea a partir de dados estatísticos. As ações propositivas para combater a pobreza e a miséria geralmente partem de setores mobilizados da sociedade (como exemplo emblemático as ONGs) e dos governos, cujos agentes são geralmente elementos externos aos grupos delimitados como pobres.

Neste ponto, há pelo menos dois problemas centrais: I- os grupos definidos como pobres a partir de um recorte de renda podem possuir demandas distintas. Ainda que tenham em comum o fato de disporem de uma determinada quantia de renda para sua sobrevivência, esse indicador por si só não aponta para uma homogeneidade. Se é consideravelmente difícil definir quem são os pobres para além do critério da renda, é também difícil o entendimento de toda a heterogeneidade desse grupo e das necessidades que enfrentam nas práticas cotidianas, desde o acesso a determinadas infraestruturas sociais (sobretudo escolas e hospitais), até problemas muito locais, como o isolamento geográfico (no caso dos pobres rurais latino-americanos, asiáticos, africanos etc.); II- a delimitação do que se entende por pobre e a definição de políticas públicas específicas para esse grupo não necessariamente mudarão em profundidade as condições e os modos de vida das famílias beneficiárias, nem possibilitarão uma mudança na estrutura social (mobilidade social) Os pobres economicamente podem ter demandas distintas, pois são grupos heterogêneos.

Uma maior participação dos pobres na definição de políticas públicas pode ser uma das possibilidades de entender as deficiências em cada ambiente socioeconômico específico para que as ações de governos das mais distintas esferas ou de outros setores mobilizados da sociedade possam ser mais eficientes dependendo de cada contexto. Mais importante que localizar quem são os pobres (os grupos carentes) e suas carências (sobretudo as ligadas às condições materiais de existência) é tentar localizar quais são as potencialidades existentes nessas “regiões da pobreza”.

Os grupos sociais que estão cotidianamente inseridos em uma realidade de pobreza e /ou miséria não se sentem pertencentes a um “grupo da pobreza” ainda que sejam beneficiários de programas sociais que os classificam como tais. De acordo com Souza (2009),

Não é a renda que define o pertencimento a uma classe, como pensa o senso comum e as concepções “científicas” baseadas nos preconceitos do senso comum. Ao contrário, a renda é mero efeito de fatores não econômicos – ainda que condicionados por uma condição socioeconômica particular – aprendidos em tenra idade. O que é sempre escondido e nunca percebido nessa questão é o fato de que as

classes sociais se produzem e reproduzem, antes de tudo e “afetivamente” por herança familiar. (SOUZA, 2009, p.404).

Um elemento importante explorado por Souza (2009) é a ideia de herança, não relacionada aqui a bens materiais ou monetários, mas a valores imateriais, que são transmitidos pela família em forma de capital cultural. O pioneiro da sistematização do conceito de capital cultural foi o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983; 1997). O capital cultural é transmitido pelos agentes sociais englobando, por exemplo, a variável educacional (que não se restringe à educação formal), um exemplo sintético que demonstra de forma clara como os diferentes grupos oferecem distintas heranças aos seus membros.

Tratar de grupos sociais pobres é também retratar pessoas com poucas oportunidades, meios ou condições para uma mobilidade social. Essa afirmação remete à de Jessé de Souza (2009) sobre a classe trabalhadora brasileira, quando o autor menciona que “[...] há pessoas na sociedade brasileira que não possuem nenhuma qualificação incorporada para ingressar no mercado de trabalho qualificado, mesmo que este de alguma maneira abrisse as vagas necessárias para isso” (SOUZA, 2009, p.274).

Os filhos de membros pertencentes às elites tendem a ter acesso a uma educação formal de alto nível, privilegiadas relações sociais (futuros amigos influentes), casamentos que agregam capitais vantajosos (sobretudo o econômico e o cultural), acesso a um mercado de trabalho estável, ao crédito e a um conjunto de bens materiais e simbólicos que proporcionam uma determinada posição na estrutura social. Indivíduos de classe média e os mais pobres receberão diferentes capitais culturais. O capital cultural é um forte elemento de diferenciação social, e a relação entre ele e o capital econômico é também muito intensa.

Acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital. (BOURDIEU, 1997, p. 86)

O próprio acesso dos mais distintos grupos (ricos, classe média e pobres) à educação formal não elimina necessariamente as fronteiras existentes no mundo social. Geralmente, as posições sociais são demarcadas pelo capital cultural, que é fortemente influenciado pelo grupo de origem do indivíduo. Embora a escola seja uma importante instituição na distribuição do capital cultural, e ainda que os filhos de famílias pobres acessem a educação

formal, o capital social adquirido em seu universo de origem é um fator que vai influenciar, em grande medida, sua trajetória social.

6.2. As causas da pobreza e da exclusão social: os indicadores globais

A pobreza e a exclusão social são fenômenos que apresentam uma multidimensionalidade e uma grande variedade de expressões em distintos universos sociais, o que torna consideravelmente complexo o exercício de identificar os elementos que os constituem e as causas relacionadas aos referidos fenômenos. Ambos estão relacionados a um conjunto diverso de desvantagens sociais que, se não os explicam isoladamente, ajudam consideravelmente em sua disseminação. Associam-se também a causalidades (não lineares), que mudam conforme os distintos contextos de referência: social, econômico, institucional, territorial e simbólico. Dentre os elementos potencialmente relacionados à exclusão social e à pobreza destacam-se três fatores que se expressam em distintas sociedades, como por exemplo, na portuguesa e na brasileira: os globais, os meso (locais) e os micro (pessoais e familiares).

6.2.1. Os fatores globais

São considerados fatores macro, relacionados à pobreza, as estruturas da economia mundial e as propostas de modelos de desenvolvimento, organização e funcionamento dos sistemas econômicos mundiais que predominam em determinados recortes temporais, bem como aos valores, normas e princípios deles decorrentes. Como exemplos de fatores globais se podem citar:

- globalização econômica e financeira, ampliação dos níveis de competitividade e da agressividade comercial com altos custos sociais e ambientais;
- propostas de desenvolvimento economicistas, altamente produtivistas e consumistas que predominam no âmbito das sociedades contemporâneas mundiais e que estão presentes inclusive nos países mais pobres;
- flexibilização, precarização e instabilidade da permanência do trabalho, risco permanente de desemprego e ampliação das instabilidades sociais;
- utilização de novas tecnologias de comunicação e informação que beneficiam, mas também excluem os que não a acessam (infoexclusão);

- perda da eficiência de resposta do Estado-previdência e uma tendência à liberação das economias, tendo o mercado uma maior função de regulação econômica e social;
- degradações ambientais (desertificações, salinizações e contaminação das águas subterrâneas, esgotamento dos recursos naturais, poluição do ar, aumento dos resíduos sólidos, frágeis condições de saneamento básico etc.), que piora as condições de vida, sobretudo dos mais pobres economicamente;
- ampliação do individualismo nas sociedades, como uma orientação cultural e comportamental dominante, que implica na ruptura das relações sociais, sobretudo das redes familiares, comunitárias e sociais de ajuda mútua;
- um conjunto de valores e preconceitos predominantes de marginalização e de repulsa a grupos sociais, culturais, étnicos e políticos, incluindo os diversos fundamentalismos e fanatismos étnicos, religiosos e políticos.

A maioria desses fatores globais se expressa de formas distintas nas sociedades, mas, em grande medida, estão relacionados aos modelos de desenvolvimento existentes nas sociedades contemporâneas. Considera-se, *grosso modo*, que esses modelos oscilam entre “dois paradigmas básicos de referência externa”, ainda que tenham existido distintas modalidades no decorrer da história:

- I- paradigma do capitalismo liberal, que valoriza a competitividade e incentiva o individualismo como uma posição oposta à solidariedade e a um sentido de coletividade, o que originou (e permanece originando) um conjunto grave de injustiças e exclusões sociais;
- II- paradigma do socialismo burocrático que, em oposição ao anterior, privilegia o coletivo e a solidariedade, em detrimento da liberdade individual e da eficiência, o que originou um desrespeito pelos direitos humanos de base individual (CAPUCHA, 1998).

Ambos os paradigmas têm em comum o desprezo às interações ecológicas e condicionantes do meio ambiente, o que possibilitou a ampliação da pobreza e da exclusão social e ambiental (CAPUCHA, 1998). Como exemplos empíricos do referido fenômeno pode-se citar, como extremos, as situações altamente degradantes em que vivem os pobres da África subsaariana, marcadas pela fome e pela seca e sem acesso a uma infraestrutura social básica (sobretudo escolas e hospitais) e, no caso europeu, os portugueses residentes nos “bairros de lata”, em Lisboa, caracterizados pela pobreza e exclusão social expressa em distintos níveis: emprego, rendimento, consumo, educação, saúde, habitação, ambiente, vínculos sociais etc.

6.2.2. Os fatores meso (locais ou setoriais)

Os fatores meso também estão relacionados aos fatores macro ou um conjunto de elementos culturais que tem um expressivo impacto em nível local, dos quais são exemplos:

- políticas públicas de âmbito nacional de orientação discriminatória;
- costumes culturais, preconceitos e comportamentos sociais de discriminação de base local, como os relacionados aos migrantes e imigrantes, dependentes químicos, portadores de doenças sexualmente transmissíveis, a cor da pele, a condição de gênero (sobretudo as mulheres) e a determinados grupos sociais (homossexuais, ciganos etc.);
- políticas regionais e locais (autárquicas, por exemplo) que criam, reforçam ou amplificam situações de pobreza e exclusão social, como: as políticas de construção e modernização urbana que desalojam populações pobres na cidade do Rio de Janeiro (Brasil); as políticas de realocamento de moradores das áreas centrais, que ampliam a exclusão social e retiram pessoas dos seus locais de vida; as decisões que discriminam minorias étnicas; a ausência de decisões que visem a facilitar a acessibilidade dos serviços públicos aos deficientes etc.;
- práticas institucionais (de serviços públicos, organizações privadas, associações religiosas etc.) “que excluam, por acção ou omissão, os mais fragilizados (menos reivindicativos ou mais passivos, por exemplo), nas suas relações de atendimento, prestação de serviços, informação, etc.” (BIT, 2013, p.223);
- existência de culturas locais que favorecem ou fortalecem a existência de guetos.

Esses fatores estão consideravelmente impregnados no cotidiano da vida social e é exatamente na vida social que grande parte dos fatores meso da pobreza e da exclusão podem ser mitigados ou ampliados, como por exemplo, em relação aos preconceitos a determinados indivíduos ou grupos sociais. Em Portugal, o fato de não se aceitar a residência dos ciganos em determinados bairros é um forte elemento de exclusão ou até mesmo de empobrecimento do referido grupo (ALMEIDA, 2012).

6.2.3. Fatores micro (familiares e pessoais)

Dentro desses fatores há um conjunto de elementos presentes no espaço familiar, tais como o não acesso a saúde e educação (educação formal/analfabetismo), o desemprego, a impossibilidade de acessar oportunidades, etc., que definem as condições de vida. Determinadas condições de vida do grupo familiar de origem tendem a transmitir a pobreza

(intergeracional). Essa herança não é necessariamente material ou monetária. São valores, heranças imateriais, transmitidas pela família em forma de capital cultural.

Os baixos níveis de escolaridade e formação profissional contribuem certamente para a dificuldade de integração ao mercado de trabalho ou o acesso aos melhores postos de trabalho. A baixa escolaridade amplia consideravelmente a pobreza e a possibilidade de exclusão social.

As doenças e as despesas com hospitais e médicos podem conduzir ao empobrecimento e à exclusão social. Nesse sentido, a pobreza e a exclusão estão também relacionadas ao ciclo de vida e à idade. Os gastos em saúde comprometem sensivelmente a vida dos idosos que dependem de aposentadorias ou pensões dos sistemas nacionais de proteção social. Outro ponto importante está relacionado à exclusão social dos idosos em decorrência do abandono familiar e/ou o isolamento social, que marcam um tipo específico de pobreza.

A pobreza e a exclusão social, no âmbito da sociedade, estão relacionadas a dois grandes recortes: I- a ausência de oportunidades ou sua existência de forma limitada, o que priva parte dos grupos sociais ou indivíduos de terem acesso ao padrão de vida vigente em determinadas sociedades, como exemplo, o acesso a um conjunto de bens materiais e simbólicos; II- as trajetórias de famílias e indivíduos que não têm a capacidade ou oportunidade de participar plenamente da sociedade a que pertencem.

6.3. Medir a pobreza: critérios e indicadores globais do fenômeno

No âmbito geral, a maioria das pessoas que se encontra em situação de pobreza e miséria reside nos países subdesenvolvidos, notadamente na Ásia, na América Latina e na África, ainda que esse fenômeno social exista em todas as regiões do mundo e com expressões diferenciadas nas escalas locais, tais como os imigrantes sem-teto nas ruas de Paris (França), por exemplo. A própria denominação de países em desenvolvimento remete a uma ideia coletiva de grupos sociais, indivíduos, ou até mesmo toda uma nação, em que é expressivo o número de pobres economicamente.

Como já mencionado, dois conceitos são utilizados na mensuração da pobreza: o de pobreza absoluta e o de pobreza relativa. A pobreza absoluta está relacionada a um determinado padrão que permanece dentro da realidade social e econômica no decorrer do tempo. Um indicador para medir a pobreza absoluta pode ser o número de pessoas que ingerem diariamente uma quantia inferior a 2.000/2.500 quilocalorias (FAO, 2002). A

pobreza relativa, por sua vez, diz respeito a contextos sociais específicos e pode ser um indicador de diminuição das desigualdades. Ou seja, mesmo que os mais pobres dentro de um espaço de tempo tenham uma melhoria em seus rendimentos, isso pode ser consideravelmente menor que o aumento nos rendimentos médios da sociedade a que pertencem.

Segundo o critério do Banco Mundial, são classificadas num quadro de pobreza extrema as pessoas que sobrevivem com menos de um dólar/dia, e de pobreza moderada, entre um e dois dólares/dia. Considerando esses valores, em 2012, havia no mundo uma estimativa de 1 bilhão e 100 milhões de pessoas inseridas¹⁰¹ num contexto de pobreza extrema e 2 bilhões e 700 milhões com uma renda/dia inferior a dois dólares.

Os Estados Unidos e os países que compõem a União Europeia definem estaticamente quem são os pobres levando em consideração a renda relativa e, nesse sentido, mensuram mais as desigualdades de rendimento que propriamente as condições de vida e ou carências/materiais. Por exemplo, o censo norte americano aponta que 46% dos pobres do país têm casa própria, com média de três quartos, banheiros e garagem para carros. Na União Europeia, considera-se que uma pessoa vive em situação de risco de pobreza quando os seus rendimentos são inferiores a 60% do rendimento médio por agregado familiar do respectivo país.

Já no âmbito da América Latina, o governo brasileiro utiliza como critério um determinado recorte de renda para definir quem são as famílias pobres ou extremamente pobres e, conseqüentemente, o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria – conjunto de ações e programas de combate à pobreza e à miséria. Famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 70 são consideradas como extremamente pobres, e famílias cujo rendimento vai até R\$ 140 *per capita*/mês são classificadas como pobres. Em 2007, 30% da pobreza latino-americana encontrava-se no Brasil, ou seja, 58 milhões de pessoas (IPEA, 2013). Há no país um total de 16,27 milhões de pessoas em condição de extrema pobreza, número que percentualmente representa 8,5% da população nacional (IBGE 2012; MDS, 2013). Desse universo total de extremamente pobres (16,27 milhões), a grande maioria está localizada no Nordeste brasileiro (9,6 milhões), seguido pela região Sudeste (2,72 milhões), em terceiro lugar o Norte (2,65 milhões) e, por último, as regiões Sul (715,9 mil) e Centro-Oeste (557,4 mil). Desse total, 4,8 milhões de pessoas não possuem qualquer tipo de rendimento, e 11,4 milhões tinham um rendimento *per capita* entre R\$ 1 e R\$ 70.

¹⁰¹ Cf. Banco Mundial (2013).

Outro dado recorrentemente utilizado é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que classifica e compara os graus de desenvolvimento das nações. Os países são divididos em grupos: desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A classificação dos países é feita anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir dos seguintes critérios:

- I- expectativa de vida ao nascer (vida longa e saudável);
- II- educação (acesso ao conhecimento: anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade);
- III- PIB *per capita* (como um indicador do padrão de vida decente).

O IDH¹⁰² é o dado em que se apoiam pesquisadores do campo acadêmico, agentes de pesquisa (ligados as empresas públicas e privadas), agentes políticos etc., para mensurar o desenvolvimento em níveis nacionais e subnacionais (países, estados e municípios). No ano de 2013, o IDH do Brasil era de 0,744, valor considerado como Alto Desenvolvimento Humano.

Em regiões mais “desfavorecidas”, as pesquisas mais recentes têm comprovado a ampliação dos rendimentos das famílias brasileiras, como resultado, sobretudo de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (PBF) e da concessão de aposentadorias e pensões. Esses rendimentos têm sido um dos fatores de diminuição da pobreza a partir da disseminação de políticas sociais (RIBEIRO *et alii*, 2007).

Em determinadas experiências, o conceito de “múltiplas fontes de rendimentos” (KAGEYAMA, 2001) pode dar conta de explicar a diversidade de fontes de renda obtidas pelas famílias rurais agrícolas, tanto com a inserção de seus membros como mão de obra (rural) em múltiplas atividades (inclusive não agrícolas), quanto por meio de benefícios sociais. Mesmo entendendo os contextos e diferenças de acesso a essas diferentes rendas, o conceito proposto por Kageyama (2001) pode ser o mais indicado para o caso das famílias rurais inseridas em realidades em que há poucas oportunidades de trabalho e é bastante expressiva a incidência de benefícios sociais, principalmente as aposentadorias, pensões e outros meios de transferência direta de renda, como o Programa Bolsa Família.

Entretanto, qual é a percepção dos indivíduos e famílias que são considerados como mais pobres pelo próprio governo brasileiro? Que leitura se faz sobre pobreza e necessidades

¹⁰² O IDH foi idealizado pelos economistas Amartya Sen e Mahub ul Haq, na década de 1990, e desde 1993 é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos seus relatórios anuais.

das pessoas que estão localizadas na base da estrutura social brasileira? Há abaixo alguns relatos de entrevistados de três gerações distintas sobre esse ponto:

Hoje todo mundo é rico, não existe gente pobre mais não, hoje todo mundo tem ajuda do governo [...] já passei por tanta coisa na vida que, graças a Deus, ainda estou vivo [...] já passei fome. Fui pobre demais. Hoje não sou mais pobre, não necessito de mais nada (...) eu sou analfabeto, meu pai não teve condições de me colocar na escola, eu só sei mal assinar o nome ... mas em termos de pobre, tenho com o que sobreviver, mas já passei por tantas coisas na vida que se eu for contá pra você [...] é tanto que hoje eu não sei como estou aqui. Tudo mudou [...] hoje tem água, tem energia [luz elétrica], tem como comprar o alimento [com a aposentadoria rural], hoje eu posso até ajudar minha família e meus vizinhos com algum dinheiro. (Ramiro, 84 anos, aposentado rural, Comunidade Rural de Jacaré, analfabeto).

Acho que o Vale do Jequitinhonha é mesmo um lugar pobre [...] tinha que ter uma melhoria pra gente, né? [...] tinha que ter como trabalhar aqui [...] Se tivesse emprego pra todo mundo, aí as vezes melhorava. O que falta aqui é emprego, às vezes tem gente que sai pra fora porque não tem um emprego aqui. Não tem como ganhar mais de um salário. Só o salário dos professores, quem trabalha, né, mas assim, pra gente mesmo, é difícil que não tem estudo. O povo fala que aqui é pobre assim mesmo... Aperto já passei, mas fome, mesmo, graças a Deus nunca passei [...] mas, assim, passava aperto, né. Falta de dinheiro passo até hoje [...] às vezes o dinheiro que pai ganhava era pouco [...] não tinha emprego pra nós, nós tinha que ajudar na roça também, por isso mesmo que a gente não acabou os estudos, né, não acabamos o estudo porque tinha que ajudar. Igual te falei, nós era sete irmãos, né, aí ficava difícil pra estudar, não tinha escola perto e ficava difícil pra gente ir pra escola na cidade. Tem gente que fala que passa essas necessidades, assim [...] essa história de fome, de pobreza, porque às vezes tem aquela pessoa que não tem aquele destino pra sair procurando um emprego, e aí, às vezes assim, né, e antes do Bolsa Família, às vezes passava, mas agora, depois do Bolsa Família, melhorou. Não ouvi falar mais, não, mas falta o emprego. (Lourdes, 45 anos, agricultora, Comunidade Rural do Planalto, ensino fundamental incompleto).

O Jequitinhonha é pobre. Falta universidade aqui [em Itinga-MG]. Tem que mudar de cidade pra estudar e é caro [...] falta emprego pros jovens. Quero comprar uma coisa e não tem, né? Não tem o dinheiro [...] Eu queria financiar uma moto, mas não tenho renda. Queria me formar também, mas não posso mudar de cidade. Pai é pobre, não tem como me ajudar. Eu necessito das coisas, mas não tem como. Se aqui é pobre? Eu acho que é miserável demais. Se quiser juntar uma coisinha tem que ir embora [...] se ficar aqui, morre pobre. (Manuel, 24 anos, Comunidade Rural da Gangorra, ensino médio completo).

Os três relatos, representantes de três gerações distintas, residentes em uma região caracterizada pelos altos índices de carências sociais e materiais apresentam distintas opiniões sobre pobreza e necessidade. Para os mais idosos, a riqueza é um contraponto à condição de pobreza do grupo familiar exteriorizado no universo do consumo privado: a alimentação, o vestuário, a posse de alguns móveis e o acesso aos serviços essenciais ofertados pelo poder público, tais como água encanada e energia elétrica.

Em uma avaliação particular, a existência desses elementos retiraria o grupo de uma condição de pobreza. Entretanto, a pobreza é marcada pela ausência de um dinamismo no

mercado de trabalho na escala local e pela dificuldade de acessar determinados capitais monetários e culturais (sobretudo renda e educação) e determinados bens financiados (como a moto). A ideia de necessidade muda conforme as gerações/trajetórias de vida e, de certa forma, está relacionada ao grau de desenvolvimento social e econômico de um país. Para as novas gerações, a existência de políticas sociais tem tido o papel de suprir suas necessidades básicas, como a alimentação, em decorrência dos programas de transferência direta como o Bolsa Família. Entretanto, ao longo da vida, as necessidades desses jovens foram se alterando, com um forte apelo em relação à progressão nos estudos (inclusive cursos superiores), à inserção no mercado de trabalho formal (emprego e carteira assinada) e ao acesso a determinados bens materiais (as motos).

No nível local, a palavra “ajuda” exprime um conjunto de significados definidos nas relações entre famílias e vizinhança, e entre a sociedade e o Estado. As distintas formas de ajuda que os indivíduos e famílias recebem no cotidiano é resultado de um conjunto que inclui conhecimento social (conhecimento entre os membros da sociedade), a confiabilidade, os custos (e a possibilidade de ajudar) e os diversos tipos de reciprocidade (com dinheiro, alimentos, sementes, trocas de trabalho etc.). As ajudas entre membros de uma sociedade marcada pela incerteza (de acesso ao alimento, à renda, ao trabalho, entre outros) é uma tentativa de contornar problemas cotidianos comuns que são parte constitutiva do drama de famílias pobres economicamente.

A intensidade ou a possibilidade de trocas de trabalho, alimento ou sementes e diferentes reciprocidades envolvem distintos contornos presentes em cada ajuda. O que se ganha ajudando, seja com a força de trabalho do outro na atividade agrícola, com dinheiro (menos comum) ou com parte da produção agrícola, envolve prestígio pessoal (o que pode ajudar), afetividade (não se ajuda indiscriminadamente), uma expectativa de retribuição e até mesmo dinheiro, ainda que as relações sejam mais mediadas pela não monetarização. A proximidade geográfica possibilita uma forte relação de vizinhança, que é, porém, quebrada facilmente, se não há uma ajuda mútua, baseada na ideia de reciprocidade. A ajuda do Estado é mais presente no sentido de possibilitar o acesso a um conjunto de bens e serviços. As ajudas tendem a ser mediatizadas e de baixo custo, como relata Lourdes, uma agricultora local:

E. Há trabalho de homem e trabalho de mulher? É diferente o trabalho?

L. Tem trabalho que só homem faz, mas todo mundo ajuda. No caso que o mais difícil é fazer as covas para plantar os mantimentos [...] os homens abrem as covas pra gente ir plantando [...] na hora de limpar a terra com a enxada, todo mundo ajuda [...] quando o trabalho é muito, os vizinhos ajudam.

- E. Os vizinhos recebem dinheiro para ajudar?
 L. Tem a troca. O vizinho me ajuda, depois, quando ele precisa, vamos ajudar eles plantarem.
 E. Na hora de colher, tem a ajuda do vizinho?
 L. Se precisar, tem. Nós ajudamos os vizinhos. Agora eles vêm nos ajudar.
 E. Só o esposo, ou vem à família toda do vizinho?

Entrevistada: Todo mundo vem, porque é o braço que a gente tem pra colher [...] pagar em dinheiro não dá... Não temos dinheiro. (Nhorinhá, 45 anos, agricultora, comunidade rural de Jacaré, ensino fundamental incompleto).

Circunstâncias específicas possibilitam a ajuda. Pelo ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, em que há mais membros em idade produtiva, é mais possível a realização da ajuda entre vizinhos na atividade agrícola. Ela ocorre entre conhecidos, ainda que o trabalho na atividade agrícola não necessite de um profundo grau de confiança ou intimidade. Em grande medida, as famílias se ajudam, pois há problemas cotidianos que lhes são comuns. A ausência de braços para o trabalho na lavoura, sobretudo em decorrência da migração (temporária ou definitiva dos jovens), amplia esse tipo de ajuda baseado na troca de dia. Nos espaços de convívio, a grande proximidade social amplifica o conhecimento das famílias sobre seus problemas cotidianos e a necessidade de trocas de distinta natureza.

Entretanto, o elemento novo no contexto é a ajuda por parte do poder público, mormente com os programas de transferência de renda do tipo Bolsa Família, conforme o relato de Nhorinhá:

- E. Como era vida sem o dinheiro do Bolsa Família?
 L. Ficava mais difícil pra gente [...] porque o Bolsa Família ajuda muito.
 E. Ajuda muito?
 L.É. Já que não tem um emprego assim pra todo mundo [...] acho que o Bolsa Família ajuda bastante [...] depois do Bolsa Família mudou muita coisa aqui na roça.
 E. E essa história de fome, de pobreza aqui no Jequitinhonha? A senhora já viu essa situação?
 L.Tem gente que fala que passa essas necessidades [...] porque às vezes tem aquela pessoa que não tem aquele destino pra sair procurando um emprego e também não tem quem ajuda [...] antes do Bolsa Família, às vezes passava muita necessidade, mas meus irmãos ajudavam quando dava. Aperto já passei, fome, mesmo, graças a Deus, nunca.
 E. Como que era a vida antes do Bolsa Família, Nhorinhá? Você lembra?
 L. Apareceu essa oportunidade dessa bolsa, mas só que eu acho assim, se fosse um emprego pra gente, seria melhor, né, que aí a gente ganhava mais, ajudava mais. Eu acho isso, minha opinião eu acho assim.

E. Então entre ter o Bolsa família e ter um emprego, você preferiria ter um emprego?

L.: É porque aí dava mais pra gente, ganhava mais.

E. Mas e os 102 reais, geralmente você consegue fazer o quê com esse dinheiro?

L. Hoje, no momento eu estou ganhando 102, aí dá pra eu comprar o material da escola, só isso que eu compro.

E. Não compra alimento?

L. É às vezes assim que se precisar, né, a gente ajuda, mas o material hoje está muito caro, a menina estuda e eu também voltei a estudar, aí eu compro material mesmo, tem hora assim que nem dá direito assim pra comprar, antes assim eu ajudava na alimentação também, agora que teve uma vez que eu recebi 132, parece. Agora tá 102. Diminui por causa da minha filha que saiu do programa, foi pra 102.

E.E tem quantos anos que você recebe o benefício?

L. Foi assim quando saiu, mais ou menos, que eu comecei a receber. (Nhorinhá, 45 anos, agricultora, comunidade rural de Gangorra)

Simmel (1998), considerado o fundador da sociologia da pobreza, no início do século XX, em uma perspectiva institucionalista, entende que pobre são todos aqueles que são assistidos.

Os pobres, enquanto uma categoria social, não são aqueles que sofrem de déficits ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras existentes. Por isso mesmo, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica. (SIMMEL, 1998, p.96)

Considerando a multiplicidade de critérios para a definição de categorias analíticas ou de metodologias para o entendimento (e enfrentamento) do fenômeno da pobreza, há pelo menos três pontos recorrentemente nos apontamentos de Simmel (1988) que possibilitam a utilização de alguns elementos para a definição do que se entende por pobre:

I-pobreza como construção social – trata-se de uma categoria social específica que carrega um conjunto de critérios de identificação, entre os quais há os orçamentos familiares como forma de identificar, mensurar, medir, estimar e analisar a pobreza. Diferentes pesquisas e países utilizam distintos recortes para definir o que se entende por pobre. Geralmente, a pobreza está relacionada aos padrões mínimos de sobrevivência – considerando um salário minimamente necessário para a reprodução de uma força de trabalho ou como um benefício em que é possível a garantia de tal sobrevivência sempre que a renda do trabalho for inexistente ou insuficiente. Nessa perspectiva, pobres são aqueles que não possuem os meios de atender determinadas necessidades, sobretudo alimentação, vestimentas e moradias. São as

necessidades entendidas como parte vital que variam conforme o grau de desenvolvimento e de níveis de riqueza de uma determinada comunidade ou sociedade. Pobreza, dessa forma, pode ser entendida como um fenômeno relativo;

II- pobreza expressa relações de interdependência e a existência de vínculos entre os que são definidos como pobres e os demais. Os pobres não são apenas aqueles que se encontram excluídos da sociedade ou marcados pela marginalidade, mas os que sendo parte desse todo orgânico, são beneficiados por medidas assistenciais. Ou seja, dar assistência aos pobres ou o combate à pobreza seria um fator de equilíbrio e de coesão social em benefício de uma comunidade ou de uma sociedade pensada em sua totalidade. Nesse sentido, os mecanismos de proteção social seriam um benefício para toda a sociedade, e a pobreza e o seu combate, um benefício para a prosperidade pública.

III- natureza de uma relação mediada por direitos e deveres. Sendo o combate à pobreza um dever da sociedade, receber assistência é um direito dos pobres. Entretanto, há uma limitação no direito e na própria responsabilidade social de assistir. A assistência, ainda que seja um direito tão legítimo como o direito à vida, não visa à promoção de igualdades, mas, sim, a assegurar elos sociais.

Em grande medida, este ponto ajuda a explicar o fato que:

(...) tradicionalmente as políticas assistenciais de combate à pobreza adotam níveis distintos de patamares mínimos, onde o que está em jogo é a definição ótima desse mínimo necessário à manutenção dessa relação em condições aceitáveis, pois conceder mais que o mínimo seria ética e moralmente indesejável, indo além do que implica o dever de assistir. Por outro lado, não assegurar o mínimo poderia ameaçar a estrutura social. Direitos e deveres são, assim, regulados, em torno a um mínimo vital, que varia segundo o modelo de solidariedade nacional e de harmonia social. Nesse modelo de solidariedade, a assistência é um dever da comunidade e um direito do pobre. (LAVINAS, 2002, p. 34)

A perspectiva da pobreza pelo viés da assistência de Simmel, a centralidade da ideia das necessidades básicas insatisfeitas, de Sen, que considera pobre aquele que, por não ter um conjunto específico de capacidades ou habilidades [*capabilities*], não tem também condições de agir com o intuito de obter um nível aceitável de bem-estar, são algumas grandes correntes contemporâneas do pensamento sobre a temática da pobreza. O conceito de pobreza tem usos diversificados, mas dois deles são muito recorrentes em realidades sociais, econômicas e culturais bem distintas, como a Europa ocidental ou a América Latina: um, no plano teórico (mais acadêmico), e outro, mais operacional, sobretudo no processo de elaboração e implementação de políticas públicas/sociais.

7. ESTADO E SOCIEDADE: POLÍTICAS SOCIAIS E SUAS INCIDÊNCIAS NOS LUGARES DE VIDA

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e igualitária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Constituição federal do Brasil, 1998, Artigo 3º.

No início do século XXI, uma das propostas centrais das políticas públicas no Brasil, notadamente as políticas sociais, diz respeito à eliminação da pobreza econômica, da miséria e da exclusão social. A referida proposta parte de um cenário brasileiro marcado por consideráveis assimetrias regionais, carências distintas e até mesmo a falta de infraestruturas sociais (sobretudo de atendimento à saúde e à educação), além de um número expressivo de brasileiros pobres ou extremamente pobres.

Este capítulo tem como objetivo apresentar um debate sobre o sistema de proteção social brasileiro e, a partir da experiência da pobreza cotidiana, tratar da relação entre sociedade e Estado, mormente a implantação de políticas sociais e suas incidências nos lugares e condições de vida, tendo como recorte as famílias residentes nas comunidades rurais selecionadas na pesquisa empírica de Itinga.

7.1 Estado e sociedade: o sistema de proteção social no Brasil

O Sistema de Proteção Social brasileiro, sobretudo com ações governamentais concentradas nas áreas relativas à saúde, educação, assistência social, suplementação alimentar e programas habitacionais, começou a ser construído no período pós-guerra, ganhando maior relevância no ano de 1964 (MATTEI, 2003). No cenário nacional, as políticas sociais sempre receberam menos ênfase, em relação às estratégias de desenvolvimento econômico do país. Ao longo do período militar, por exemplo, mesmo tendo havido expansão nos gastos de recursos públicos na esfera social em comparação aos anos anteriores, o sistema de proteção social permaneceu ligado às lógicas da política econômica nacional (HENRIQUES, 1999).

O período entre 1964 e 1988 foi conhecido como a época de aplicação de uma estratégia conservadora que “combinava a expansão da oferta de serviços com a centralização do processo decisório e com a regressividade dos mecanismos de financiamento, processo esse assentado no uso quase exclusivo de recursos de natureza fiscal” (MATTEI, 2003, p. 107). Dessa forma, o caráter redistributivo do Sistema de Proteção Social no Brasil foi consideravelmente limitado, e este é um dos fatores responsáveis pelos indicadores de concentração de renda no referido período¹⁰³.

Estando o poder de decisão concentrado na esfera do governo federal, sob um regime de exceção, a ausência do controle social e da participação popular ou de representantes da sociedade no processo de elaboração e condução das políticas sociais “possibilitaram ao Estado a adoção de um sistema que, com o passar do tempo, foi sendo tomado por interesses particulares e clientelistas, com impactos negativos sobre o próprio resultado das políticas sociais” (MATTEI, p. 107, 2003). Esse modelo de intervenção estatal começou a esgotar-se na década de 1980. A crise financeira internacional, seus reflexos no Brasil e o colapso do regime militar contribuíram para esse esgotamento.

Com os reflexos da crise financeira da década 1980 e o fim do regime militar, houve no país o aumento, ou maior visibilidade, das demandas sociais, entre elas a questão da pobreza e da pobreza extrema. Como em outras experiências, a exemplo do que ocorreu em Portugal com o fim do Estado Novo, no Brasil, após o retorno à normalidade institucional e com a eleição de governos não ditatoriais, as demandas sociais começaram a entrar nas agendas nacionais, entre elas as discussões relativas ao Sistema Nacional de Proteção Social, as assimetrias sociais e a questão da pobreza econômica.

Um dos reflexos desse fenômeno social e político está na própria Constituição Federal de 1988, que contém um capítulo específico sobre seguridade social e as questões relativas à saúde, previdência e assistência social, direcionando ao Estado a responsabilidade de organizar o Sistema Nacional de Proteção Social (FAGNANI, 1999; MATTEI, 2013).

Entre os princípios norteadores desse sistema, o texto legal estabelecia a universalidade da cobertura, a equivalência dos benefícios e dos serviços às populações rurais e urbanas, as distintas formas de beneficiamento e mecanismos democráticos de gestão.

¹⁰³ Em 1960, os 10% mais ricos da população brasileira detinham 39% da renda nacional. Em 1980, esse indicador subiu para 51%. Com algumas pequenas variações, essa alta concentração de renda permanece como parte da realidade brasileira. Em 1960, 20% dos brasileiros mais pobres tinham 3,9% da renda nacional. Em 1980, os mesmos 20% concentravam apenas 2,8% da renda que era produzida no Brasil. Em 1990, o Brasil chegou a deter a pior distribuição de renda em todo o mundo, pois enquanto os 10% dos mais ricos ficavam com mais da metade da riqueza nacional, os 10% mais pobres ficavam com apenas 0,6% (HOFMANN, 2002).

Relativo à esfera financeira, foram definidas como fontes de financiamento do referido sistema “as contribuições dos empregados e dos empregadores, o Fundo Nacional de Investimento Social (Finsocial), a parcela dos lucros líquidos das empresas, a receita percentual de jogos e as parcelas dos impostos arrecadados pelo governo” (MATTEI, p.108, 2013).

Entretanto, como afirma Mattei (2013), o processo de implementação do novo sistema de seguridade social foi caracterizado por uma fragmentação política da aliança democrática, pelo clientelismo político e pela corrupção, elementos que contribuíram para a pouca eficácia das ações sociais adotadas nos períodos posteriores à Constituição de 1988, o que significou uma estrutura social brasileira permanentemente marcada por altíssimos índices de pobreza econômica e miséria.

Em 1980, no Brasil, com uma população total de 118,2 milhões de pessoas, 54,5 milhões (46,1%) tinham rendimento *per capita* que não ultrapassava 0,5 salário mínimo, considerando os valores referentes a outubro de 1981 (ou 0,5 SM), e 26,6 milhões (22,5%) tinham um rendimento *per capita* que não ultrapassava um quarto daquele salário mínimo, ou seja, eram pessoas classificadas como extremamente pobres, conforme o critério do rendimento familiar *per capita*. Em termos percentuais, os valores para 1990 não eram tão diferentes. De uma população total de 144,4 milhões de pessoas, 63,2 milhões (43,8%) tinham rendimento *per capita* igual ou inferior a 0,5 salário mínimo, enquanto o rendimento *per capita* de 32,9 milhões (22,8%) não ultrapassava um quarto daquele salário mínimo, ou seja, estavam em contexto de pobreza extrema.

Entretanto, mesmo com este cenário, tanto no governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) quanto no de Itamar Franco (1993-1994) o foco das ações se concentrou na redução da presença do Estado na vida econômica e social. Trata-se de um período chamado de neoliberalismo “à moda brasileira”, implementado por forças políticas conservadoras e com falsas promessas direcionadas aos brasileiros excluídos socialmente¹⁰⁴. No âmbito das políticas sociais, criaram-se dificuldades para o funcionamento dos direitos sociais explicitados na Constituição de 1988, principalmente devido ao adiamento da implementação de uma legislação complementar que os viabilizasse (IVO, 2008).

Entre 1995 e 2002, o governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por uma estabilidade econômica baseada nos preceitos do ajuste econômico proposto pelo Consenso de Washington, tendo como elementos centrais a desregulamentação dos mercados, a

¹⁰⁴ Mattei (2013) lembra que um dos *slogans* da campanha do Governo Collor era baseado na promessa de defesa dos descamisados, ou seja, os pobres.

liberalização comercial e a reforma do Estado. Devido a essas circunstâncias, foi possível realizar reformas nos programas de seguridade social. A retomada do crescimento econômico e as mudanças no papel do Estado foram entendidos como aspectos essenciais para a obtenção de melhorias na esfera social (MATTEI, 2013). Entretanto, o governo FHC encontrava-se diante de um impasse: por um lado, havia a Constituição, que estabelecia o direito do cidadão a saúde, educação, previdência e assistência das políticas sociais e o dever do Estado em prover esses serviços; por outro, a perspectiva neoliberal sob a qual os gastos públicos para atender as camadas mais carentes da população deveriam ser focalizados e selecionados.

Na perspectiva de focalização e seletividade nos gastos sociais, o governo FHC lança o Programa Brasileiro de Desenvolvimento Social (PBDS) com um conjunto de políticas focalizadas no combate à pobreza extrema/miséria e à fome aguda. Essas políticas de combate à pobreza focalizam suas ações em critérios técnicos baseados em princípios de necessidades e eficácias, visando a descentralizar competências entre as distintas esferas do poder público (União, estados e municípios). No cenário nacional, porém, o baixo crescimento econômico e a fragilidade acerca das fontes de recursos contribuíram para a permanência das desigualdades sociais e de renda na estrutura populacional brasileira.

No entanto, como fruto de uma discussão que se estabeleceu no campo técnico, com ênfase na diminuição das desigualdades de renda no Brasil, ao longo da década de 1990, mesmo que o período fosse caracterizado pelo desencontro e pela incompatibilidade entre os programas de ajuste macroeconômico em decurso e as estratégias de desenvolvimento social do governo (FAGNANI, 1999), agravados pelas restrições relativas ao crescimento econômico que impactava o financiamento do sistema social de proteção, começam a ocorrer, em determinadas localidades do Brasil, algumas experiências pontuais de transferência direta de renda¹⁰⁵.

Experimentos pioneiros foram realizados nos municípios paulistas de Campinas, Santos e Ribeirão Preto com programas de transferências de renda orientados a garantir uma Renda Básica de Cidadania (RBC), como uma tentativa de erradicar a pobreza e a miséria (SILVA & SILVA, 2007). No Distrito Federal, entre 1995-1998, foi implantado um programa de transferência direta de renda condicionada, o “Bolsa para Educação”, que exigia das famílias beneficiárias a matrícula e a permanência dos filhos nas escolas. Entretanto, essas

¹⁰⁵ No Brasil, o debate sobre a instituição de programas de transferência de renda começou a fazer parte da agenda pública em 1991, quando o Senador Federal Eduardo Suplicy apresentou o projeto de lei nº 80/1991, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Com essa proposta, todos os brasileiros residentes no país e com mais de 25 anos teriam renda correspondente a 2,25 SM, em valores de 2005 (SILVA & SILVA, 2007).

experiências careciam de condições técnicas, operacionais ou financeiras (LAVINAS, 1998; ROCHA, 2008). Para se ter uma ideia, entre 1995 e 1998, as despesas financeiras da União (juros, encargos e amortização da dívida externa e interna) aumentaram de 37% para 58%, e os gastos sociais, de 25,5% para 26% (FAGNANI, 1999; MATTEI, 2013).

O que houve no cenário nacional foram ações muito pontuais e frágeis no combate à pobreza e à miséria. Utilizando o critério de salário mínimo, na década de 1990, os índices de pobreza e miséria eram consideravelmente altos, e o que estava em questão, entre tantos outros elementos agregados à pobreza, era a insegurança alimentar e uma das expressões mais basilares da pobreza, a fome. Fome que não era e não deve ser entendida como uma ausência global de alimentos, mas relacionada à pobreza de grande parte da população brasileira (HOFFMANN, 1995).

Na esfera federal, os primeiros programas de transferência direta de renda surgiram no âmbito do Programa Comunidade Solidária, com a proposta de reformular as políticas sociais (saúde, educação, previdência, habitação e assistência social), com o objetivo de focalizar os gastos públicos e aumentar sua eficiência em um cenário de ajustes macroeconômicos que marcavam uma oposição aos gastos do governo nas áreas sociais, como já afirmado anteriormente.

Com a permanência da pobreza, da miséria e do fenômeno da fome, no ano de 2001 são criados os programas Bolsa Escola (vinculado ao Ministério da Educação), Bolsa Alimentação (vinculado ao Ministério da Saúde) e o Vale Gás (vinculado ao Ministério das Minas e Energia), este último, um benefício direcionado a famílias com rendimento inferior a meio salário mínimo¹⁰⁶, mas sem condicionalidades. Os dois primeiros benefícios eram condicionados: as famílias beneficiárias deveriam matricular seus filhos em escolas e sua frequência mínima deveria ser de 85%. Outros condicionantes eram a vacinação das crianças e a frequência das mães em postos de saúde para exames e tratamentos (MATTEI, 2013).

No início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) que, através de um cartão alimentação, transferia renda às famílias que estavam inseridas em contextos de extrema vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. O país ainda apresenta expressivos índices de desigualdades de renda. Em 2000, o Brasil, estava localizado entre os dez países mais desiguais do mundo (tabela 15), num total de 95, conforme os dados contidos no relatório do Banco Mundial (2000).

¹⁰⁶ Em 2001, o salário mínimo vigente no Brasil era de R\$ 180,00.

Tabela 15: Países com maior desigualdade de renda no ano 2000

Países	Índice de Gini	Participação dos 10% mais ricos na renda nacional	Participação dos 10% mais pobres na renda nacional	Quantas vezes os mais ricos são mais ricos que os pobres
África do Sul	0,65	54	1,1	49
Namíbia	0,61	52	1,5	35
Zâmbia	0,57	47	1,5	32
Honduras	0,55	46	0,8	57
Colômbia	0,54	42	1,1	38
Lesoto	0,54	41	1,0	41
Brasil	0,53	42	1,0	42
Guatemala	0,52	42	1,3	32
Panamá	0,52	40	1,0	40
Suazilândia	0,52	40	1,7	24

O índice de Gini mede as desigualdades, entre elas, a desigual (ou não) destruição de renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo à zero, maior é a igualdade.

Fonte: Relatórios do Banco Mundial (2000).

No Brasil, os dados relativos à distribuição de renda presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013), mostra a permanência de uma profunda desigualdade no país, mesmo após uma distribuição de renda, mas que foi consideravelmente tímida. No início do século XXI, a apropriação da renda por parte da faixa dos 10 % mais ricos passou de 47,44% em 2001 para 41,55% em 2013. Por outro lado, entre os que estão nas faixas 50% mais baixas passaram de 12,6% para 16,41%. Em 2013, 15,09% da população brasileira era considerada pobre. Em 2001, essa taxa representava 35,09%.

No ano de 2003, a gestão dos programas de transferência de renda era deficitária e este ponto se refletia na inclusão e/ou exclusão das famílias nos programas sociais. Com problemas de comunicação entre os diferentes órgãos e desencontros entre um conjunto de programas, mas com mesmo foco, famílias em uma mesma condição de precariedade poderiam receber um benefício, todos os benefícios ou mesmo ser excluída da rede brasileira de proteção social. Nesse sentido, foi instituído no ano de 2003, o Programa Bolsa Família, que unificava todos os programas sociais de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás). Surgiu com a proposta de melhorar a identificação dos beneficiários, agilizar a liberação de recursos, reduzir os entraves burocráticos e facilitar a transparência no destino dos recursos públicos. Com uma proposta mais ambiciosa, esta política social, além de integrar o Fome Zero e um conjunto de

benefícios sociais, surge com a ambição de combater a fome e a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres (BRASIL, 2013).

Há na experiência brasileira, a mobilização de um conjunto de setores, tais como o empresariado brasileiro, a mídia impressa e televisionada, o terceiro setor (que não faz parte do mercado e do Estado) e a própria sociedade civil, para o enfrentamento da pobreza econômica. Entretanto, é o Estado, em suas diferentes esferas (União, estados e municípios), que tem apresentado experiências mais relevantes para o enfrentamento da pobreza¹⁰⁷. O papel do Estado tem aparecido como um elemento central de diferenciação na proposição e implementação de um conjunto de políticas no enfrentamento da pobreza.

Na segunda metade dos anos 2000, ocorreu no país um período de relevante dinamismo econômico e ao mesmo tempo expressiva redução da pobreza e no crescimento dos rendimentos per capita dos domicílios (tabela 16). Entre 2003 e 2009, o número de pobres caiu de 36 para 23 milhões de pessoas. No meio rural, onde a pobreza relativamente é mais expressiva, houve uma redução de 13 para 9 milhões, ou seja, uma queda de 31 % no número de pobres (IBGE/POF, 2003;2009).

Tabela 16: População pobre e não pobre e local de residência - Brasil 2003 e 2009.

Ano	2003 (em milhões)	2003 (porcentagem)	2009 (em milhões)	2009 (porcentagem)
Pobres urbanos	23	13 %	14	7 %
Pobres rurais	13	8 %	9	5 %
Não pobre urbanos	123	70 %	144	76 %
Não pobres	17	9 %	23	12 %

¹⁰⁷ Se analisarmos os processos existentes nos municípios mais pobres do Norte e Nordeste do Estado de Minas, por exemplo, Ubaí, Itinga, São Joao das Missões, Patis, Ponto Chique, Divisa Alegre, Cristália, Padre Carvalho, São Francisco etc., percebe-se com maior clareza o peso do poder público nas melhorias das condições de vida dos mais pobres, de suas condições materiais de existência, por meio de programas como o Bolsa Família, o Minas Sem Fome (projetos de infraestrutura, entre eles, os relativos ao abastecimento de água), bem como ações das prefeituras locais, a construção de banheiros e fossas sépticas. Para as famílias mais pobres residentes nesses municípios, a presença do poder público tem sido um dos principais fatores de mudança, ainda que tênue, em suas condições de vida. Com o mercado de trabalho formal ofertado apenas por prefeituras locais, empregos pontuais no estado (sobretudo na educação) e forte peso da agricultura (principalmente para autoconsumo), essas pessoas mais pobres ou se apoiam nos bens e serviços ofertados pelo Estado ou dificilmente conseguem em seus lugares de origem melhorar suas condições materiais de existência pelo trabalho, em decorrência das limitações nas ofertas de emprego e renda (BATISTA, 2010).

rurais

Fonte: POF/IBGE, 2003; 2009.

A redução da pobreza foi resultado de uma variação positiva dos rendimentos em todos os segmentos sociais. Relativamente, a renda *per capita* das famílias mais pobres foi o que mais cresceu entre 2003 a 2009, de R\$ 230 para R\$ 326/mês, um crescimento 42 %, índice superior ao crescimento de 20 % da renda *per capita* urbana.

O crescimento da renda *per capita* mais expressiva entre os mais pobres é reflexo não apenas da distribuição direta de renda. É resultado também de uma expressiva valorização do salário mínimo para o referido período (Barros *et al.*, 2007). Entre 2003 e 2009, a renda *per capita* cresceu 39 % entre os mais pobres urbanos e apenas 14 % entre os 10 % mais ricos urbanos. No meio rural, o crescimento foi de 63% para os 40% mais pobres e de 32% para os 10% mais ricos.

Os indicadores apontam que as famílias pobres passaram por maior crescimento de seus rendimentos *per capita*. Entretanto, as desigualdades permanecem na medida em que o rendimento *per capita* dos 10 % mais ricos é quase 20 vezes superior aos dos 40 % mais pobres nos domicílios urbanos e 18 vezes superior aos domicílios rurais (IBGE,2009).

Ao longo da década de 1990 e, sobretudo no início do século XXI, o que ocorreu e está em decurso no Brasil é a focalização de um conjunto de políticas¹⁰⁸ e programas voltado a um público muito bem determinado, os mais pobres economicamente. A persistência da pobreza econômica tem sido, em grande medida, resultado da ineficiência de políticas governamentais e da própria limitação do poder público em ampliar os programas devido à carência de verbas. Outro ponto que a experiência brasileira de combate à pobreza mostra é a ineficácia do assistencialismo.

As práticas assistencialistas não têm eliminado a pobreza, nem criado condições para que os pobres possam superar sua condição material de existência. Não raro, o assistencialismo brasileiro, além de se caracterizar pela submissão dos mais pobres, fomenta práticas consideravelmente perniciosas, das quais o clientelismo é exemplo emblemático.

¹⁰⁸ Nesse sentido, o Programa Brasil Sem Miséria, do Governo Federal brasileiro, focado na base da estrutura social nacional, surge com o objetivo central de retirar 16,2 milhões de pessoas (6% da população) de uma condição de miséria/pobreza extrema (MDS, 2011). A identificação de quem são esses pobres foi baseada no recorte de renda, ou seja, pessoas que vivem com menos de R\$ 70 / mês. Basicamente, o Programa Brasil sem Miséria é focado nos seguintes eixos: inclusão produtiva (cursos profissionalizantes e direcionamento dos beneficiários ao mercado de trabalho formal) e acesso às infraestruturas sociais que ofertam serviços públicos, como por exemplo, educação, saneamento básico e transferências diretas de renda, com valores variáveis conforme as características das famílias: as com filhos em idade escolar e frequentando escolas tendem a receber um maior valor de tal transferência. Com a abertura de contas para recebimento do referido benefício, a família pode também ter a possibilidade de acessar microcréditos, a partir de sua situação financeira.

Nesse sentido, a pobreza econômica de determinados grupos foi largamente utilizada para o fortalecimento político de indivíduos que se aproveitavam das condições de carência social e econômica.

A pobreza, no caso, serviu como um instrumento de ampliação e/ou fortalecimento de determinados indivíduos, sobretudo políticos locais, ou seja, como a base para o poder.

Na nova realidade brasileira, porém, uma sociedade com acesso aos meios de comunicação de massa, mais escolarizada e que até mesmo acessam determinadas políticas sociais, como exemplo, as transferências diretas de renda, são alguns elementos que têm promovido a perda ou o enfraquecimento das relações clientelistas (REGO & PINZANI, 2013).

Na mesma direção, tem ocorrido um afrouxamento do assistencialismo, uma vez que se entende que suas práticas têm mais propriamente produzido ou mantido famílias e indivíduos em uma condição de pobreza, que combatido o referido fenômeno.

Os pobres, enquanto uma categoria social transitória, diversificada e multifacetada são grupos sociais que, em grande medida, não têm uma renda regular e acessam de forma precária as infraestruturas sociais, sobretudo relativas a saúde e educação, como é o caso das famílias rurais residentes em comunidades rurais isoladas em Itinga, no Vale do Jequitinhonha. São indivíduos ou famílias que, em maior ou menor grau, são os despossuídos da sociedade capitalista contemporânea. A partir desses critérios, os pobres são entendidos como carentes e excluídos¹⁰⁹.

É importante ressaltar que os critérios e a definição do que se entende por pobre são quase sempre externos aos próprios grupos que são dessa forma classificados. Nesse sentido, os pobres são classificados como os “outros”, os indivíduos marcados por um conjunto de carências que definem, mesmo que involuntariamente, um modo de vida. Modo e condição de vida que, em parte, deve ser eliminado, como por exemplo, no que respeita à alimentação precária ou ao acesso rudimentar à água.

Se é legítima a importância de programas de combate a pobreza, a eliminação das desigualdades ou um conjunto de ações específicas direcionados aos grupos pobres, não parece para esses indivíduos ser muito confortável a posição de serem os pobres do país.

¹⁰⁹ Exclusão pode remeter tanto ao mercado consumidor quanto à vida social/comunitária, como dois exemplos. Entretanto, as evidências empíricas para o caso do Vale do Jequitinhonha mostram que grupos sociais carentes materialmente mantêm uma forte relação com parentes e vizinhos. Essas relações sociais contínuas, seja para o trabalho coletivo nas roças, nas construções das casas, ou para a realização de festas (religiosas ou não), apontam para a inclusão social e uma forte relação entre as pessoas e famílias pertencentes a essas sociedades, exceto em circunstâncias muito específicas, como por exemplo, os seguidores de religiões de matriz afro ou os homossexuais.

Como afirmado anteriormente, o critério mais utilizado para a definição da pobreza é a faixa de renda em que se encontram as pessoas, de forma que os considerados pobres são reunidos em categorias, a partir de dados estatísticos, o que não permite observar a diversidade de situações que os envolve. As ações propositivas para a pobreza e a miséria geralmente partem de setores mobilizados da sociedade (como exemplo emblemático as ONGs) e ações governamentais. Esses agentes sociopolíticos geralmente são elementos externos aos grupos delimitados como pobres. Neste ponto, há pelo menos dois problemas centrais.

O primeiro é que os grupos definidos como pobres a partir de um recorte de renda podem possuir demandas distintas. Ainda que tenham em comum o fato de disporem de uma determinada quantia de renda para sua sobrevivência, esse indicador por si só não aponta para uma homogeneidade. Se é consideravelmente difícil definir quem são os pobres sob o prisma de outro critério que não seja a renda, é também difícil o entendimento de toda a heterogeneidade desse grupo e as necessidades que enfrentam nas práticas cotidianas. A ideia de necessidade perpassa os distintos níveis de desenvolvimento das sociedades, mas ela se torna algo muito particular quando se trata de um indivíduo ou uma família, ainda que haja necessidades e dificuldades comuns às famílias rurais pobres, a exemplo da carência de determinadas infraestruturas sociais (sobretudo escolas e hospitais) e até de problemas muito locais, como o isolamento geográfico e a dificuldade de deslocamento até as cidades para a comercialização dos produtos agrícolas cultivados na propriedade familiar.

O segundo problema, intrinsecamente ligado ao primeiro, diz respeito ao fato de que políticas públicas propostas ou elaboradas com base na divisão por categorias de renda não serão necessariamente eficazes para mudar profundamente as condições e os modos de vida das famílias beneficiárias, nem poderão eventualmente promover uma mudança de indivíduos ou de famílias na estrutura social (mobilidade social). Um exemplo é o caso do Programa Bolsa Família. Com essa política social de transferência de renda, houve uma considerável inserção de seus beneficiários no mercado consumidor. É fato que para os mais pobres, o acesso a uma renda que possibilite a compra de alimentos, materiais escolares e roupas têm ajudado a superar a fome e a miséria. Entretanto, famílias pobres residentes em comunidades rurais isoladas enfrentam também outros tipos de problemas, como os de comunicação (redes de telecomunicações), deslocamento (redes de transporte) e comercialização de determinados produtos (o artesanato).

Transferências de renda têm tido um importante papel na redução da miséria rural. Entretanto, “a ajuda do governo” não resolve um conjunto de problemas diários que afetam a

autoestima, a capacidade de empoderamento, a facilidade da comunicação, ou até mesmo a confiança das famílias em realizarem práticas cotidianas intergeracionais, como o trabalho na produção animal e vegetal. Outros programas, criados especificamente visando às famílias rurais e suas atividades agrícolas, não tem contribuído consideravelmente para a sua mobilidade social. O baixo acesso dos agricultores descapitalizados a determinadas políticas creditícias como o PRONAF B, e a quase inexistente adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), resultado de um conjunto de elementos (estruturais e conjunturais) que contribuem anualmente para perda de grande parte das safras dos cultivos agrícolas. Dentre esses fatores, a inexistência de redes de irrigação, as longas estiagens/secas, os rios intermitentes, a ausência, ou o pouco uso, de insumos agrícolas são elementos que muito contribuem para a baixa produção/produktividade na agricultura familiar.

A instalação de cisternas em propriedades rurais é um paliativo que resolve o problema da sede, mas tem pouco impacto ou limita consideravelmente o trabalho da família na atividade agrícola. O Programa Mais Cisternas é mais um exemplo de como as ações públicas pontuais resolvem problemas localizados, mas trata-se de ações pontuais que têm pouca capacidade de mudar determinadas realidades sociais. Nesse ambiente social e econômico, as transferências diretas de renda acabam por ter um maior peso nas estratégias de reprodução social dessas famílias. Em Itinga, dentre as políticas sociais de combate à pobreza, a que mais se destaca é o Programa Bolsa Família. São 2.426 beneficiários¹¹⁰, por meio dos quais são atingidas diretamente 7.520 pessoas, ou seja, mais da metade da população total do município, que é de 15.012 habitantes (IBGE, 2010).

Reiterando o já afirmado, os pobres economicamente têm demandas distintas, pois constituem um grupo heterogêneo. Por isso, uma maior participação desses grupos na definição de políticas públicas pode ser um meio de entender as deficiências em cada ambiente socioeconômico específico, a fim de que as ações de governos (em seus diferentes níveis) ou de outros setores mobilizados da sociedade possam ser mais eficientes, dependendo de cada contexto. Mais importante que localizar quem são os pobres (os grupos carentes) e suas carências (sobretudo as ligadas às condições materiais de existência) é tentar localizar quais são as potencialidades existentes nessas “regiões da pobreza”. A identificação e a seleção dos que são considerados os mais pobres na estrutura social brasileira são evidentemente importantes para que os programas sociais atinjam seu público. Entretanto, programas de transferência de renda condicionada (Estado) ou de distribuição de alimentos,

¹¹⁰ Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), disponíveis no site <http://mds.gov.br/>

em especial cestas básicas, por ONGS, ou grupos ligados às igrejas católicas, ou neopentecostais, têm tido efeito paliativo e pouco impacto no afastamento das famílias das condições de pobreza econômica e até mesmo miséria/indigência.

7.2 Políticas sociais e intervenção no combate à pobreza e as rendas não agrícolas: o enfoque nas experiências do Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família, no contexto de combate à pobreza, surge com a proposição de articular pelo menos três pontos considerados basilares na tentativa de eliminação da fome e da pobreza: promoção de redução imediata da pobreza através da transferência direta de renda; ampliação ou reforço dos direitos sociais básicos no âmbito da saúde e da educação; e coordenação de um conjunto de programas complementares, focalizado em famílias inseridas num contexto de vulnerabilidade social e/ou pobreza. Entre esses programas complementares, há os relacionados à geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos, fornecimento de registro civil etc. (BRASIL, 2004). A articulação da transferência direta de rendimento com programas estruturantes, principalmente voltados à educação, saúde e trabalho (SILVA & SILVA, 2007), representa, portanto, uma possibilidade de ruptura com um ciclo geracional de pobreza (SIQUEIRA, 2007).

Ao ser incorporado ao Programa Fome Zero, o PBF, pelo menos no âmbito das propostas, busca assegurar à população brasileira mais vulnerável à fome e localizada na base da estrutura social nacional, o acesso à alimentação, a erradicação da extrema pobreza/miséria e a conquista da cidadania. De forma geral, o combate à fome, à pobreza e às assimetrias sociais mediante transferências diretas de renda, acompanhado de um conjunto de serviços sociais basilares, sobretudo saúde, educação e assistência social, são proposições governamentais para a inclusão social dos mais pobres. De forma mais audaciosa, o PBF intenta possibilitar a emancipação social das famílias beneficiárias e a construção de oportunidades para que essas pessoas saiam de uma condição de miséria/extrema pobreza ou até mesmo de um contexto de vulnerabilidade social.

Ainda que a pobreza, como já mencionado, seja um fenômeno multideterminado que necessita de respostas ou aparatos complexos, o Programa Bolsa Família, ao transferir renda aos mais pobres, enfrenta diretamente pelo menos uma das faces da pobreza, a ausência de rendimentos para a compra de alimentos, situação em que seu impacto é direto. No entanto, por se tratar de um programa condicionado, as famílias beneficiárias precisam cumprir

determinadas exigências, entre elas: a matrícula e a permanência de jovens e crianças em idade escolar em estabelecimentos de ensino; cuidados básicos com a saúde, por exemplo, frequentando postos de saúde, respeitando o calendário de vacinação de crianças entre zero e seis anos, ou realizando exames pré e pós-natais, o que, entre outros efeitos, pode impactar na queda dos índices de mortalidade infantil.

Fotografia 9: Crianças em momento de sociabilidade num campo de futebol precário localizado à margem esquerda do Rio Jequitinhonha, na Comunidade Rural dos Hermógenes.



Fotógrafo: Elicardo Heber, janeiro de 2013.

A análise das condicionalidades do PBF permite perceber uma forte centralidade do programa nas crianças e nos jovens. Tanto nas sociedades mais ricas quanto nas demais, as crianças estão entre os grupos mais vulneráveis à pobreza e à miséria. Os programas de transferências direta de renda, como o Bolsa Família, propõem combater ou reduzir a pobreza em um médio e longo prazo, centrando suas ações na tentativa de favorecer a quebra de um ciclo intergeracional de pobreza, por exemplo, o trabalho infantil e o analfabetismo (ausência de educação formal).

O fato de estar condicionado à permanência das crianças, dos jovens e dos adultos na educação formal visa à superação da pobreza material/econômica e da miséria e aponta para a construção de uma sociedade mais igualitária.

O Programa Bolsa Família é uma das maiores iniciativas de combate à pobreza e à miséria no mundo. Tendo como público-alvo famílias com rendimento *per capita* mensal de R\$ 154,00 reais, o programa complementa a renda de 13,9 milhões de domicílios com valor

médio de R\$ 164,86 por família, atingindo diretamente ¼ dos brasileiros (MDS, 2015)¹¹¹. Seus principais objetivos são: 1) alívio imediato da miséria e da pobreza (transferência direta de renda), e certamente o objetivo mais conhecido do referido programa; 2) reforço ao exercício de direitos sociais basilares, com o intuito de contribuir para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza (acesso à educação, à saúde e à assistência social); 3) apoio à geração de oportunidades para o desenvolvimento das famílias (ações complementares).

O benefício, com uma variação de valor que vai do mínimo de R\$ 32,00 até o máximo de R\$ 306,00, tem três modalidades: I) o Benefício Básico, no valor de R\$ 70,00, é destinado a famílias com renda *per capita* de até R\$ 70,00; II) o Benefício Variável, destinado a famílias que tenham crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, disponibiliza R\$ 35,00 por criança/adolescente, podendo cada família ter, no máximo, três beneficiários (valor máximo de R\$ 160,00); III) o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, direcionado a famílias com adolescentes entre 16 e 17 anos, atribui um valor de R\$ 38,00 por adolescente, somando, no máximo, dois beneficiários (R\$ 76,00). Há ainda o Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE), que é pago às famílias antes beneficiárias dos programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, inseridas no Bolsa Família. Com o objetivo de não causar perdas financeiras, o benefício varia conforme cada caso. Famílias com filhos em idade escolar (ensino fundamental e médio) e matriculados em instituições de ensino tendem a receber os maiores valores.

Em seus anos de existência, o PBF possibilitou retirar 36 milhões de pessoas da extrema pobreza mediante essas transferências diretas de renda. Entretanto, são consideravelmente altos os índices de pobreza e extrema pobreza no país, ainda que seja muito baixo¹¹² o recorte de renda utilizado pelo governo brasileiro para identificar os pobres e

¹¹¹ No mês de abril de 2014, o Programa Bolsa Família (PBF) atingiu diretamente 50 milhões de brasileiros.

¹¹² São universos distintos, mas é importante apresentar a experiência portuguesa que, em alguns pontos, é parecida com a brasileira de combate à pobreza. Entre os dois sistemas de proteção social, o brasileiro e o português, há diferenças nos recortes de renda do que se entende por pobre e nos valores das transferências diretas de renda. No caso português, há o **Rendimento Social de Inserção** (uma espécie de Programa Bolsa Família nacional português) que é componente da segurança social portuguesa e é também um mecanismo de combate à pobreza. Objetiva a inserção empregatícia, social e comunitária (combate à exclusão social) dos indivíduos e famílias beneficiárias. Pessoas com rendimentos mensais iguais ou menores a 178,15€/mês têm direito ao benefício. Se viverem com mais pessoas (grupo familiar), o rendimento de todos os elementos do agregado familiar não pode ser igual ou superior ao rendimento máximo pago pelo Rendimento Social de Inserção, que corresponde a uma soma do conjunto de valores para cada elemento do grupo familiar (ESI, 2013): pelo titular, 178,15€ (100% do valor do RSI); por cada indivíduo maior de idade, 89,07€ (50% do valor do RSI); por cada indivíduo menor de idade, 53,44€ (30% do valor do RSI). Ou seja, em uma família carente composta por pai, mãe e um filho, o valor máximo do RSI será de 320,66 € para essa situação específica. Seguindo o critério da União Europeia, em Portugal trabalha-se com o conceito de **risco de pobreza**, ou seja, pessoas que têm rendimento inferior a 60% do rendimento médio do país (JORGE, 2014). Entre 2009 e 2013, a taxa de pobreza portuguesa aumentou de 17,9% para 19,5% (INE, 2014), e esse aumento está muito associado às políticas de austeridade no contexto de crise econômica. Em 2011, o **risco de pobreza** era de 18% e, em 2013,

focalizar políticas sociais a eles direcionadas. Enquanto em determinados países, como os componentes da União Europeia, a discussão maior gira em torno da exclusão social, no Brasil, uma das questões centrais continua sendo a necessidade de combate à miséria (extrema pobreza) e à fome, ou seja, as expressões mais basilares e mais cruéis da pobreza.

A fome, como fenômeno social, pode ser compreendida em pelo menos três níveis: estrutural, específico e local (BATISTA, 2010). No nível estrutural, não é entendida necessariamente pela ausência de alimentos nos mercados globais, nacionais ou locais, mas como resultado direto da distribuição assimétrica de riquezas, notadamente, a concentração de renda e o desemprego. No nível específico, ela é decorrência de determinadas catástrofes naturais (secas/desertificações) ou sociais e políticas, tais como as guerras, que afetam diretamente o acesso das populações mais vulneráveis aos alimentos. No nível local, certas especificidades, tais como a baixa produção da agricultura para o autoconsumo, podem contribuir para a insegurança alimentar e a fome no âmbito micro.

Os resultados do Programa Bolsa Família, no Brasil (REGO & PINZANI, 2013), ou do Rendimento Social de Inserção, em Portugal (JORGE, 2014), apontam para o fato de que a luta pelo combate à fome e pelo acesso aos alimentos por parte dos mais pobres é também uma decisão política, e esse combate passa igualmente, mas não apenas, pela ação do poder público, através de programas específicos dentro das redes de proteção social dos países.

No entanto, a avaliação do programa não é consensual, seja na sociedade brasileira em geral, no âmbito do campo acadêmico, ou no corpo técnico especializado – os assistentes sociais, por exemplo. Uma das principais críticas que a ele se faz diz respeito aos problemas que impedem a inclusão social dos beneficiários (SIQUEIRA, 2007), em especial a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, que poderia ser a porta de saída da situação de pobreza e, conseqüentemente, da condição de beneficiário do programa, bem como a baixa qualidade dos serviços públicos, principalmente nas áreas da educação e da saúde. Entretanto, essa carência de qualidade dos serviços públicos é parte da própria rede de proteção brasileira que extrapola até mesmo as competências do PBF.

Estudos locais no Brasil (SIQUEIRA, 2007; BATISTA, 2010) apontam, por exemplo, que a chegada do PBF em regiões empobrecidas, tais como o Nordeste do Brasil ou a Mesorregião Norte do Estado de Minas Gerais, contribuiu para o aumento do número de matrículas de jovens e crianças pobres em estabelecimentos de ensino, a diminuição da

de 19,5%. A **intensidade da pobreza** era de 24,1% em 2011 e, 30,3%, em 2013. A pobreza portuguesa concentra-se em quatro perfis: idosos/reformados, jovens desempregados, crianças e imigrantes ilegais (EUROSTAT, 2012; JORGE, 2014).

evasão escolar e a ampliação dos índices de vacinação, mas os serviços ofertados e acessados por essas pessoas são, em grande medida, consideravelmente precários, como ocorre em experiências locais, a exemplo de Itinga, conforme demonstra o assistente social entrevistado, em sua fala que trata da relação entre as contrapartidas do PBF e os serviços públicos ofertados pelo Estado:

D: Com o Programa Bolsa Família, as pessoas têm permanecido na escola, mas não sei se isso melhora o capital social dos pobres. [...] Creio que melhora muito pouco. Essas contrapartidas são muito complicadas, porque, por exemplo, o governo dá R\$ 102,00 e exige o menino na escola, mas material escolar é um absurdo e a escola não dá material escolar [...] Se a pessoa ganha o Bolsa Família quer dizer que ela é pobre ou extremamente pobre, ou que está abaixo da linha da pobreza. A família prioriza comprar comida, e o menino vai para escola de forma precária. Às vezes, não tem calçado, não tem material escolar e uma alimentação adequada. Como a família vai nutrir um menino com R\$ 102,00? Isso é impossível, mas o menino está matriculado e vai à escola, e isso é importante. A família tem medo de perder o benefício. Tira o menino do trabalho pesado e manda pra escola. O problema é que as coisas são precárias. Não tem hospital, e a educação é ruim [...] A melhoria mais importante é que o povo tem o dinheiro e não passa fome. Como os serviços públicos são ruins, não sei se o menino na escola consegue aprender muito, mas pelo menos frequenta. [...] O povo daqui é muito sofrido [...] É muito sofrido, mesmo. Essa questão de educação é um problema. [...] Toda hora atendo menino de oito, dez anos e peço pra ler e não sabe ler nada. Não tem uma alimentação adequada. Com a Bolsa, tem um mínimo. Mas um mínimo que é alimentação razoável e financiar uns bens. Para quem está vivendo na miséria, isso às vezes já é muito.

E: Qual a melhora mais expressiva que o BF traz para as pessoas pobres?

D: Com o Bolsa Família, vejo que melhorou muito a alimentação do povo e a moradia também [...] tem família que tira uns R\$ 400,00 e podem melhorar as casas, construir casas de alvenaria e comprar móveis financiados. Antigamente não. Minha época, mesmo, lembro das pessoas morando em casas de pau a pique. Era pobreza demais. Casas bem pobres. A renda do Bolsa Família ajudou a melhorar isso [...] A alimentação e a moradia, mesmo precária, já é bem melhor que antes do PBF. Tem família que ganha Bolsa Família e pode melhorar essas casas [...] uma parte ela paga conta de luz, e com outra parte, ela compra o alimento e outras coisas, se sobrar.

(Fabiano, 32 anos, filho de agricultor, assistente social da prefeitura de Itinga, residente na Comunidade Rural do Taquaral, ensino fundamental incompleto)

Em sociedades rurais mais isoladas, como exemplo, no Vale do Jequitinhonha, a inexistência de infraestruturas próximas às comunidades rurais, como exemplo as escolas, dificulta a progressão dos estudos. Se por um lado se discute a questão da qualidade dos serviços públicos ofertados na sede urbana, por outro, o problema é a inexistência desses serviços nas comunidades isoladas e dispersas, como a falta de escolas no Vale do Jequitinhonha, o que dificulta a progressão dos estudos. Há casos pontuais, como a Escola Família Agrícola (EFA), baseada na pedagogia da alternância, isto é, parte do mês os filhos permanecem na escola, e parte, em suas comunidades de origem, o que facilita às crianças e aos mais jovens ter acesso à educação formal, mas os adultos e idosos permanecem afastados

da educação formal e de instituições de ensino. Não por acaso, em todas as 35 famílias pesquisadas, pessoas com mais de 30 anos têm em média dois anos de escolaridade, ou seja, baixo nível de instrução formal. Pessoas com mais de 40 anos, geralmente não frequentaram a escola, devido à ausência dessa infraestrutura social em seus lugares de vida¹¹³.

A condicionalidade da permanência de jovens e crianças em instituições escolares para a obtenção e a manutenção do benefício é passível de críticas na medida em que essa permanência é entendida pelo beneficiário como meio para o recebimento de uma renda e não necessariamente como o reconhecimento do papel e da importância da educação (SIQUEIRA, 2007). Mas, entre as famílias mais pobres, um dos reflexos do PBF, com a exigência de matrícula dos filhos em instituições de ensino, é que as crianças são afastadas de trabalhos pesados. Há autores que veem nisso uma inversão de valores, pois o que na essência é um direito, passa a ser uma obrigatoriedade (SOARES, 2007), mas com o PBF, é possível às famílias retirarem seus filhos do trabalho na atividade agrícola (na roça) para se dedicarem aos estudos. E as evidências apontam que os índices de evasão são muito baixos.

Nessa perspectiva, o Programa Bolsa Família tem em seu âmbito a proposta de investimento no capital humano, teoria desenvolvida na Escola de Economia de Chicago (onde estão os grandes teóricos do neoliberalismo), que defende a necessidade de investimentos em saúde e educação como condição para o desenvolvimento de um país e a saída das pessoas da condição de pobreza (SCHULTZ, 1973). Em grande medida, essa teoria trata da ideia de investimento em capital humano como parte do processo de desenvolvimento de um país.

Experiências locais no Vale do Jequitinhonha apontam que um dos principais impactos do programa está na percepção das famílias sobre a importância da matrícula e da permanência dos filhos na escola. Ainda que seja uma das principais condicionalidades do programa, as famílias mais pobres entendem que uma possível mudança na estrutura social só ocorre com o acúmulo de um conjunto de capitais, entre eles, o capital cultural, sintetizado na educação formal.

Outra crítica que se faz ao PBF é que, ao selecionar os beneficiários a partir de níveis de renda muito baixos, restringe a inclusão de pessoas e/ou famílias vulneráveis no programa (SENNA *et alii*, 2007), representantes de estratos da sociedade que se encontram em distintas situações de vulnerabilidade. Retoma-se, assim, a questão do critério adotado para a seleção do público-alvo do programa, o qual, para muitos, não deveria ser rígido. Outra face do

¹¹³ Dados do questionário socioeconômico aplicados no decurso da pesquisa de campo.

problema é que, num país marcado pela informalidade do mercado de trabalho, também pode ocorrer que famílias com renda acima do critério de inclusão sejam indevidamente incluídas no programa, visto não terem seus rendimentos contabilizados. Neste caso, porém, os valores transferidos geralmente são tão baixos que pouco alteram as condições das famílias pobres (SILVA & SILVA, 2007). O impacto dos recursos é maior mesmo na redução da condição de miserabilidade de pessoas e famílias e da vulnerabilidade à insegurança alimentar.

Para grande parte da população brasileira, o PBF é visto como uma ação assistencialista, que teria como reflexo negativo a acomodação do beneficiário, para quem os recursos obtidos com o programa seriam suficientes, afastando-o da inserção no mundo do trabalho, por “preguiça” (CASTRO *et alii*, 2009). Entretanto, a maior parte dos brasileiros apoia o programa e o entende como meio para proporcionar melhores condições de vida às pessoas e famílias beneficiárias.

Outro ponto que chama a atenção quando se avalia o PBF é o fato de ser considerado um “assunto de mulher”. Direcionado à família, com condicionalidades que são distribuídas entre seus distintos membros, o programa traz implícito o reconhecimento do papel central desempenhado pelas mulheres na esfera doméstica. Isso se expressa na opção por ter a mulher (sobretudo as mães) como titular do cartão para o recebimento dos recursos, e também como maior responsável pelas condicionalidades impostas pelo programa (MARIANO & CARLOTO, 2009). Dessa escolha decorrem duas visões distintas. Por um lado, entende-se que privilegiar a mulher numa questão tão importante, alçando-a ao papel de representante de seu grupo familiar, pode significar, no âmbito doméstico, o seu empoderamento, assim como o reforço da materialização simbólica da família centrada na figura feminina. Por outro lado, as feministas entendem que o PBF aumenta a responsabilidade das mulheres com os jovens e crianças, reforça a cristalização dos papéis relativos a gênero e o lugar da mulher dentro da sociedade e, principalmente, em seu próprio lar: os cuidados com a casa, com o grupo familiar e com a reprodução biológica.

Independente de como é avaliado, o PBF, um rendimento extrafamiliar, originário das transferências diretas de renda, é incorporado na economia doméstica e passa a ser parte das estratégias familiares de reprodução social. Seus recursos alteram a economia doméstica e, como primeiro impacto, refletem no aumento quantitativo de alimento e, depois, na compra de eletrodomésticos e móveis financiados, movimentando as economias locais, sobretudo em Itinga e Araçuaí. Na realidade das 35 famílias envolvidas na pesquisa, exceto uma família em que uma das residentes era aposentada, para todas as outras o recurso do Programa Bolsa

Família era a única renda certa todos os meses, ou seja, há um forte peso dos benefícios sociais na possibilidade dessas famílias terem o acesso aos rendimentos.

Além disso, o acesso a determinados bens, tais como roupas e sapatos, assim como melhorias nas residências, com a troca do telhado, pintura e o chão cimentado são algumas modificações pontuais que contribuem para uma percepção de que estão ocorrendo transformações em suas condições de vida, viabilizadas pelas transferências diretas de renda. Se, nos lugares de vida, há uma incerteza dos rendimentos, vivendo as pessoas permanentemente por um “fio”, dedicando-se a uma agricultura para o autoconsumo, com baixa capitalização, elas dependem consideravelmente dos benefícios sociais que são parte essencial de suas estratégias de reprodução social.

Para as famílias rurais agrícolas, organizando o trabalho a partir da unidade familiar que é simultaneamente unidade de produção agrícola e de consumo, na incerteza dos recursos monetários advindos da comercialização dos produtos agrícolas resultante das atividades na roça e no roçado, adotam involuntariamente novas estratégias de sobrevivência, ampliando o peso dos rendimentos dos benefícios sociais.

Em grande medida, a centralidade do trabalho nas atividades agrícolas deve ser entendida a partir da ausência de alternativas de trabalho nos lugares de vida.

Mesmo que existam nas proximidades ou nas próprias comunidades rurais outras atividades não necessariamente ligadas diretamente à produção animal e vegetal, tais como consertador de cercas, pedreiros, marceneiros etc., dificilmente as famílias irão contratar mão de obra extrafamiliar. Entre as famílias extremamente pobres, as atividades agrícolas e não agrícolas, quando praticadas fora da unidade de produção familiar, tem um forte caráter de ajuda e reciprocidade. Essas relações de trabalho tendem a não ser mediadas pelo dinheiro.

Na comunidade rural da Gangorra, área de cerrado e com menor problema relativo a escassez de água a ser utilizada na atividade agrícola e no consumo dos animais, há uma diferenciação social entre os pequenos agricultores policultores e os fazendeiros especializados nos cultivos de café. Em determinadas fases dos cultivos no café, quando os fazendeiros locais necessitam de um número maior de empregados, sobretudo durante a colheita, a mão de obra é paga, diferente da solidariedade existente entre as famílias de agricultores pobres.

A solidariedade entre as famílias de agricultores pobres é também uma estratégia de sobrevivência em um contexto de poucos recursos. O trabalho dos camaradas na atividade agrícola baseado em relações não capitalistas irá produzir alimentos para o consumo. Quando são gerados excedentes agrícolas, eles são comercializados pela família nas feiras, sob uma

lógica e dinâmica predominantemente capitalista, desde o pagamento para o transporte dos produtos agrícolas das comunidades à sede da feira, até a venda dos referidos produtos.

Os vizinhos trocam produtos agrícolas entre si, mas na feira, o objetivo primordial é a comercialização de tais produtos. Com o resultado da venda, os agricultores compram nos mercadinhos locais alimentos industrializados, roupas, remédios ou outros produtos entendidos como necessidade da família. Entretanto, a geração desses excedentes agrícolas depende do esforço do trabalho familiar, ajuda esporádica da vizinhança e um fator essencial: a chuva. A atividade agrícola concentrada nos tempos das águas¹¹⁴ (entre outubro e dezembro) e uma menor produtividade ao longo das estiagens (restante do ano) são alguns dos fatores que contribuem para uma agricultura descapitalizada.

Em comunidades rurais localizadas no cerrado, na caatinga, na mata atlântica, ou no *mix* desses três biomas (áreas de transição), a organização da produção agrícola e a criação de animais, principalmente porcos e galinhas, são consideravelmente orientadas pelas necessidades de consumo familiar e para a comercialização nas feiras locais.

Não é possível restringir o significado das famílias apenas a um conjunto de produtores agrícolas e consumidores (unidades de força de trabalho e consumo), mas esses dois pontos tem uma grande centralidade nas dinâmicas cotidianas dessas famílias rurais que são também agrícolas, como o caso da família do Sr. Luís Bezerra (relato abaixo). Mas, quando a produção agrícola é prejudicada, principalmente nas áreas mais impactadas pelas secas, as necessidades do grupo são atendidas pelo Programa Bolsa Família.

LB. Moço, vou falar para você, que esse ano foi triste. Plantei uns 10 pratos de feijão e uns 7 de milho. Era o tempo das águas [...] Esperei a chuva chegar e não vinha. Pensei que ia perder tudo. Começou chover que foi uma beleza. O feijão estava cheio de flor e o milho, bonito. De dezembro pra frente, saiu um sol forte. A quentura veio e perdi tudo. Esse ano [2013] foi ruim demais para roça. Aqui na comunidade, foi perda total. Se você for à feira vai ver como está fraco o movimento. Não escapou nada.

E. Se pudesse, o senhor gostaria de trabalhar como outra coisa que não a roça?

LB. Eu gosto da roça. Gosto desse trabalhinho sossegado. Mas é sofrido demais. Tem vez que a gente planta e espera colher, e a coisa não vinga. Já pensei em ir embora. Mudar da comunidade, mas ir para onde? Nós não temos estudos. Queria mesmo era ter um jeitinho de ficar aqui mesmo [...] ter um ganho certo para viver melhor.

E. E quando não colhe para vender na feira, como ficam as coisas?

¹¹⁴ Os tempos das águas é também chamado de tempo da fartura quando se plantam e colhem os produtos agrícolas na roça e no roçadinho. Entretanto, não há uma regularidade nos tempos das águas. Pode haver escassez de chuvas entre os meses de outubro e dezembro e essa falta resulta diretamente na perda da produção e do trabalho da família e dos vizinhos nos espaços de produção (agrícola).

LB. Fica difícil demais [...] Tem o Bolsa Família que ajuda muito. Deus mandou esse benefício que quebra um galho [...] se não tem a colheita, dá para ir ao mercadinho e comprar a comida [...] comprar um feijão, um óleo, uma misturinha. (Sr. Luís Bezerra, 38 anos, Comunidade rural Ponte dos Pasmados, ensino fundamental incompleto)

Comumente ao fato de serem famílias agrícolas, com a incerteza das rendas nos lares, a “ajuda” do governo passa a ter um forte peso na definição das estratégias de reprodução social das famílias. O PBF tem tanto um papel complementar ou suplementar no contexto dos rendimentos do grupo. Com o insucesso na atividade agrícola, o PBF passa a ser o principal rendimento monetário do grupo familiar. Em geral, nos anos de “safra” boa, grande parte da produção de farinha, feijão, milho, rapadura e gordura de porco é estocada pelas famílias. Mas, anos seguidos com longas estiagens e um menor tempo das águas diminuem os estoques que as famílias possuem em suas dispensas. Na impossibilidade de trocar ou doar alimentos entre os vizinhos, recorrem aos mercadinhos com a renda dos benefícios sociais.

A dependência do Programa Bolsa Família entre famílias pobres também é ampliada quando não há idosos residindo em seus lares. Como já demonstrado em outra oportunidade, as aposentadorias rurais e as pensões, por terem o seu valor atrelado ao salário mínimo vigente no país, além de estabilizar a renda familiar, viabilizam também a melhoria das condições de vida e a compra de bens materiais duráveis (carros, móveis e motos) e de consumo imediato (alimentos, roupas, calçados, entre outros), sendo que os principais gastos do benefício são com o consumo de alimentos, seguido do pagamento de tarifas de água e luz (BATISTA, 2010).

Em lugares com limitadas possibilidades de mobilidade social mediante o trabalho (agrícola e não agrícola), a presença de um aposentado rural em lares com poucos dependentes dessa renda é até mesmo um elemento de diferenciação social e interfere indiretamente nos arranjos familiares, com a valorização do idoso que, de dependente a provedor, passa a ser disputado pelas famílias. Ter um idoso aposentado no lar é uma forma de ter também um rendimento regular ao longo dos meses do ano (BELTRÃO *et alii*, 2005).

Geralmente, as crianças e os idosos são duas categorias vulneráveis à pobreza, mas, com as aposentarias rurais, os mais velhos conseguem influenciar diretamente nas condições de vida dos membros de sua casa e até mesmo ampliar o investimento na atividade agrícola, com a compra de maquinários que serão operados pelos membros da família em idade ativa. Os idosos saudáveis tendem também a continuar na atividade agrícola, mesmo após a

obtenção do seu benefício, pois a permanência no trabalho na roça é que dá sentido à existência dessas pessoas.

Entretanto, em comunidades rurais muito pobres e com limitadas possibilidades de ter acesso a uma renda monetária certa, os idosos não conseguem proporcionar uma considerável melhoria nas condições de vida de suas famílias, como exemplo, nas residências, nas compras de móveis e eletrodomésticos, quando há muitos dependentes a uma única fonte certa de renda.

Por outro lado, se são muitos os dependentes em relação ao aposentado, a renda monetária acaba se pulverizando e tem pouca influência na redução da pobreza e da miséria do grupo familiar. De fato, a estabilização dos ganhos monetários não contributivos tem maior poder para efetivar essa mudança em contextos em que há um menor número de dependentes dos idosos. Não se trata, porém, de profundas alterações ocupacionais. São famílias de agricultores, descapitalizados e marginalizados, que conseguem estabilização da renda mediante a presença do Estado no espaço intradoméstico, com o recebimento dos benefícios sociais. Ainda assim, considerando que a maior parte das pessoas é dependente da atividade agrícola, esses benefícios tendem a ter um impacto indireto em sua retenção nos seus lugares de vida e em melhores condições materiais de existência.

A diversificação das fontes de renda, com o trabalho das famílias em atividades agrícolas e não agrícolas, é parte de uma estratégia que visa a diminuir os impactos das crises da atividade agrícola no orçamento familiar, mas, para que isso ocorra, é imprescindível que haja nas proximidades das comunidades rurais ou lares desses agricultores, um mercado de trabalho que absorva os membros das famílias, o que, no caso de Itinga não é possível, devido ao ambiente social e econômico em que essas pessoas estão inseridas. Nesse sentido, uma possibilidade de permanência no meio rural, mas com melhores condições de vida, é visualizada a partir da coresidência em uma mesma casa. Entende-se que as estratégias são adotadas como opções dos indivíduos em relação a suas famílias e de famílias em relação aos indivíduos, considerando os fatores sociais, econômicos, étnico-culturais e espaciais:

Embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas. (SCHNEIDER, 1999, p.135)

Um dos problemas relativos às comunidades rurais de Itinga é que os rendimentos monetários não relacionados à atividade agrícola são, em sua maioria, decorrentes de transferências diretas de renda dirigidas aos mais pobres, aos idosos ou a portadores de deficiências físicas e mentais (aposentadorias, pensões e benefícios de prestação continuada), visto que o mercado de trabalho representa uma contingência que limita consideravelmente as opções nos locais de origem. Os trabalhos não agrícolas, restritos aos escassos postos de trabalho no funcionalismo público, ou a pequenos negócios que comercializam alimentos, dos quais se ocupam geralmente pessoas do próprio núcleo familiar, não dão às pessoas do lugar possibilidades de escolha. Ou seja, é muito raro haver residentes das comunidades rurais em idade ativa, ocupados em atividades não agrícolas, seja em tempo integral, seja em tempo parcial.

Se o mercado de trabalho no entorno das pequenas propriedades rurais pudesse absorver alguns membros da família, sobretudo os jovens rurais, haveria como solucionar o desencontro entre os membros em idade ativa presentes nos lares e a pouca demanda para o trabalho da atividade agrícola ao longo do ano, principalmente, mas não apenas, durante os períodos de seca, quando diminui o trabalho familiar na roça e no roçado. Entretanto, para que isso se concretizasse seriam necessárias a ampliação do fenômeno das ocupações em atividades não agrícolas nas proximidades das comunidades, ocorrendo alterações nos mercados de trabalho rurais, o que de fato, não ocorre, ou ocorre pontual e insatisfatoriamente, como já mencionado. Como afirma Kageyama (2003, p.58), as rendas não agrícolas são importantes, na medida em que “podem viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar no capitalismo, contribuir para a fixação da população no campo e aliviar a pobreza rural”.

A combinação de múltiplas inserções ocupacionais dos membros pertencentes a uma mesma família é dificultada pelo ambiente social e econômico em que se inserem, em virtude da inexistência de postos de trabalho, visto não haver ali indústrias, grandes construções ou estabelecimentos de prestação de serviços, etc. A possibilidade de a família ter uma ou mais fontes de renda (combinação de uma ou mais inserções laborais) depende, portanto, de um conjunto de variáveis e fatores existentes tanto no espaço intradoméstico (número de trabalhadores disponíveis), quanto no espaço circundante (oferta de empregos). Como consequência, em famílias compostas por muitos jovens, cuja atividade agrícola não os absorve satisfatoriamente, essa diversificação das fontes de renda só é possível e, muitas vezes viabilizada, pela migração temporária ou definitiva de alguns dos membros dos grupos familiares.

E é aí que os jovens do lugar enfrentam o dilema entre ficar ou sair. De fato, as comunidades rurais são compostas por unidades familiares que são também unidades de produção agrícola (alimentos e matérias primas). Mais que isso, são lugares de vida dessas pessoas, onde se relacionam com a natureza, com vizinhos e parentes, onde têm seu lazer, sua identidade cultural, enfim, um conjunto de elementos até mesmo imateriais que pesam fortemente no desejo da permanência, mas que esbarram com um campo de limitadas possibilidades ocupacionais.

Para as pessoas do lugar, o principal problema não está na pobreza, na miséria ou na falta de infraestrutura social, mas na ausência de empregos que estabilizem a renda e que, no imaginário social, representaria uma possibilidade de melhorar suas condições de vida. Essa visão é reforçada pelos próprios beneficiários do PBF, que entendem o caráter transitório do programa e, também, que o baixo valor do benefício, visto como uma ajuda, não resolve satisfatoriamente as necessidades das famílias. A inserção de membros das famílias em atividades não agrícolas, configurando novos modos de ocupação da força de trabalho, poderia diminuir a vulnerabilidade social a que estão expostas.

A permanência desses pequenos agricultores na atividade agrícola tem papel fundamental no abastecimento das feiras locais, mas famílias exclusivamente agrícolas que não combinam um ou mais tipos de trabalho tendem a permanecer numa condição de pobreza. Não optam pela inserção em atividades não agrícolas porque o ambiente social não possibilita tais escolhas, e as tomadas de decisões relativas à organização do trabalho familiar, aos investimentos dos poucos recursos monetários na atividade agrícola e as necessidades são definidas dentro de um contexto de limitadas possibilidades. Nesse sentido, a renda dos excedentes da produção agrícola comercializados nas feiras locais, acrescida das transferências de renda do PBF e das aposentadorias rurais e pensões têm uma forte centralidade na reprodução social dessas famílias.

Embora alguns membros das famílias assumam a migração como forma de obter emprego e renda, a fim de ajudar os que ficaram no lugar de origem, os custos nos lugares de destino (aluguéis, contas de água, luz, alimentação, transporte etc.) acabam por reduzir muito essa ajuda. Consequentemente, os recursos dos benefícios sociais restam como a única certeza de renda para dar conta das necessidades cotidianas.

No Vale do Jequitinhonha, as principais mudanças nas condições de vida das famílias tendem a vir “de fora”, sobretudo com as aposentadorias rurais que, atreladas ao salário mínimo vigente, injetam dinheiro no espaço intradoméstico e na própria economia local. De forma mais ampla, a existência de um ambiente social e econômico marcado pela inexistência

de um mercado de trabalho dinâmico, a concentração da prefeitura local como o principal empregador com carteira assinada, a inexistência de universidades ou centros técnicos de educação formal, são alguns elementos, que, em conjunto, criam um universo social onde é pouco provável que os problemas relativos à pobreza econômica e à miséria tenham soluções tipicamente locais, ou com ajudas externas materializadas em pequenas transferências monetárias ou em doações de roupas e alimentos, seja por parte de ONGs ou de instituições religiosas.

Por isso, o Programa Bolsa Família tem representado uma forte injeção de dinheiro nas economias locais. No município de Itinga, por exemplo, houve a abertura de três mercadinhos (denominados localmente de supermercados) e duas lojas que vendem produtos de consumo destinados às necessidades diárias (sobretudo alimentos) após o ano de 2003, o que temporalmente representa a implantação dessa política. O programa tem desempenhado um importante papel no sentido de viabilizar o consumo privado para as massas mais pobres do país e, com isso, impulsar novas dinâmicas locais com a existência de um maior mercado consumidor.

Entre as famílias pesquisadas, 20 tornaram-se beneficiárias no ano de 2003, ou seja, na primeira experiência do programa, e 15, entre os anos de 2005 e 2007. Em todos os casos, não há uma previsão sobre a devolução dos cartões, o que deve ser entendido como uma falta de perspectiva para a “saída” da situação de pobreza. Isoladas e com dificuldades de acesso ao também escasso mercado de trabalho na sede urbana do município de Itinga, essas famílias dependem do recurso do PBF que, geralmente, é incorporado no orçamento familiar para a resolução de problemas do cotidiano, sobretudo, mas não apenas, para a compra de alimentos e o pagamento da conta de energia elétrica.

Com valores que variam entre R\$ 112,00 (valor mais baixo) e R\$ 360,00, (valor mais alto) são as mulheres que administram o rendimento. O fato de o cartão do Bolsa Família estar em nome das mulheres tem em si um forte peso simbólico. Em outras experiências locais no Brasil, as mulheres são consideradas as melhores gestoras da economia doméstica, diferente dos seus maridos que, acredita-se, ou não sabem realizar as compras adequadas às necessidades da família, ou provavelmente gastariam os recursos com bebidas (REGO & PINZANI, 2013).

Nas comunidades rurais de Itinga, ter um cartão bancário no próprio nome aponta para outros fatores, além da gestão da economia doméstica. Mulheres analfabetas ou semiescolarizadas, com média de três anos de estudos, têm pela primeira vez a condição de, após a contração do matrimônio, acessarem uma renda que elas administram. As mulheres,

invisíveis, recolhidas em grande parte do ano nas suas comunidades rurais, pois em geral não migram, e o seu trabalho se restringe às lides domésticas e/ou ao trabalho na roça, começam a circular por espaços públicos, sobretudo nos bancos e nos pequenos mercadinhos locais. Dessa forma, adquirem visibilidade. Com um significado mais importante e profundo, administrar a renda familiar é papel apontado pela literatura como condição de empoderamento dessas mulheres pobres (REGO & PINZANI,2013).

A norma estabelecida pelo PBF que imputa às mulheres a responsabilidade legal pelo recebimento do benefício, parte da compreensão de que elas podem administrar melhor o recurso, por serem conhecedoras das necessidades do lar. Além disso, no cenário da pesquisa, é muito comum a ausência do marido, que migra temporariamente para trabalhos precários, permanecendo um tempo considerável fora do lar. Por isso, muitos dos entrevistados comentaram que o Bolsa Família é “assunto de mulher”. Como já mencionado, a posse de um cartão magnético passa a ter efeitos não apenas monetários, mas também simbólicos. Na realidade do Nordeste do Estado de Minas Gerais, ser titular do cartão do PBF favorece, por exemplo, que as mulheres circulem mais pela cidade para o recebimento do benefício, o que, em determinados casos, é uma oportunidade rara para que elas saiam da “roça”. Além disso, por comprar os produtos e bens que serão consumidos pelo grupo familiar, a mulher passa a ter maior visibilidade em suas localidades de origem.

Com o PBF, elas têm uma maior liberdade nas escolhas dos bens de consumo familiar. Entretanto, ao mesmo tempo em que há um recurso que é complementar a renda familiar, este consumo é limitado pelos valores do Programa Bolsa Família. Com a ausência de salários regulares, é no PBF que elas se apoiam na certeza de ter uma renda que podem contar para garantir o suprimento das necessidades básicas do grupo familiar.

Quando a gente era menina, vivia descalça. Quando tinha um sapato, era de couro de vaca. O primeiro sapato que tive, quando mocinha, era desses de couro de vaca. Pai cortava o couro e fazia os sapatos para nós. Tudo era de couro. O colchão que eu dormia era de couro também. Não era muito bom. Era duro e doíam as costas, mas era o que tinha. Quando não tinha o couro, fazia as esteiras de palha de banana para dormir. Roupas também era coisa que não tinha. Não podia comprar roupa, porque não tinha como comprar. Éramos muito pobres. Eu não tenho vergonha de contar, porque eu vivi aquilo. [...] Quando tinha roupa, era a que mainha fazia. Era roupa de saco de estopa. O fazendeiro usava o saco de estopa para carregar mantimento. Quando não servia mais, mainha pegava e costurava para nós usarmos. [...] Tinha short, suspensório, camiseta, tudo de saco de estopa. [...] hoje, graças a Deus, consigo comprar a roupinha dos meninos. Compro fiado, mas vou pagando direitinho. Todo mês pego meu dinheirinho e pago um pouco [...] dá pra comprar comida, remédio, roupa para os meninos. [...]. Se você ver como era antes, hoje a vida na roça está muito melhor. Ninguém passa fome, tem luz, tem água. Comparado com antes, todo mundo é rico [...] Graças a Deus que a vida anda muito

boa. (Dôra, 39 anos, agricultora, beneficiária do Programa Bolsa Família, Comunidade Rural Santo Antônio das Pindobas, analfabeta)

Em situações de extrema miséria e pobreza dos bens mais elementares da vida, com um círculo viciosa da pobreza, em que há uma quase impossibilidade de viver outro modo de vida no lugar, com menor precariedade, os recursos oriundos de “fora”, ou seja, das transferências de renda de políticas sociais, possibilita uma condição de vida menos precária que é visível principalmente no que se põe a mesa, ou seja, a comida.

O relato da família Ferreira, residente da comunidade rural do Itiguinha, traz evidências empíricas que possibilitam entender as mudanças que o Programa Bolsa Família viabiliza no espaço intradoméstico, mormente em relação a compra de bens para o lar (móveis) e a alimentação. Em uma casa próxima a um rio intermitente, o Itiguinha, residem Luísa, a esposa, 35 anos, analfabeta, Ribeiro, esposo, 42 anos, analfabeto, e seis filhos com idades entre 6 e 17 anos. Ambos são filhos de ex-agregados, expulsos de suas casas quando jovens. Ao longo de sua trajetória de vida, Ribeiro foi migrante temporário, trabalhando ora no corte da cana no interior paulista, ora como vaqueiro no Sul de Minas, sem deixar também sua atividade na comunidade rural de origem. Com os recursos da migração, adquiriu cinco hectares de terra numa área marcada por longas estiagens/secas ao longo do ano. Juntamente com vizinhos e parentes, construíram uma residência de pau a pique que foi sendo melhorada de pouco em pouco e, desde a contração do matrimônio, é o lar da família. Com o Programa Luz para Todos, conseguiram acesso à energia elétrica e, com o Programa de Cisternas, conseguiram minorar o problema das secas, estocando água, sobretudo para o consumo doméstico.

Em uma casa de cinco cômodos, residem com os filhos. Parte do dia, dedicam-se às atividades agrícolas. Cultivam milho, mandioca, hortaliças e feijão catador¹¹⁵. Luísa tem uma trajetória de vida marcada pela imobilidade. Na infância e em parte da juventude, residiu com a família na “terra dos outros”, até o momento em que tiveram que sair de seus lares e morar numa vila, onde sua família recebeu um lote do fazendeiro, como indenização. Sua antiga casa deu lugar ao cultivo de capim. O mesmo processo ocorreu com a família do Ribeiro: de agregados a residentes nas vilas do município de Itinga. Com a migração e a compra de um pedaço de terra, foi possível retornar à condição de agricultor, mas descapitalizado. Em pequena área, cultiva para o consumo familiar e a venda de excedentes nas feiras de sábado na

¹¹⁵ Feijão catador é também denominado de feijão-de-corda, feijão-macaçar ou caupi. No Brasil, esse tipo de feijão é mais comum na região Nordeste e no Estado de Minas Gerais.

sede urbana do município. Vivendo diariamente com a incerteza sobre as fontes de renda, ao longo da primeira parte do ano 2000, a família pôde acrescentar ao orçamento familiar à renda oriunda do Programa Bolsa Família.

E. A senhora recebe o Bolsa Família?

L. Recebo. Tem mais de oitos anos.

E. O Bolsa Família ajuda?

L. A gente não tem serviço aqui. Não tem um dinheirinho certo. Quando tem uma coisinha da roça pra vender na feira, até tem, mas não é certo. Certo mesmo, é só o Bolsa Família e graças a Deus tem ajudado demais. [...] a gente não tem estudo e é muito difícil [...] a gente acaba trabalhando nas roças mexendo com lavoura. É muito pouco o dinheiro de roça. A gente pejeja, mas às vezes não colhe nem pra comer. [...] O lugar é pobre e não tem muito jeito de tocar a vida. Certo mesmo só esse dinheiro que o governo manda [...] com esse dinheiro dá pra comprar o material escolar e ajuda na feira [...] Sem o Bolsa Família, tudo ficava mais difícil pra gente [...] Deus ajudou que apareceu essa oportunidade dessa bolsa. Eu acho assim, se fosse um emprego pra gente, seria melhor [...] a gente ganhava mais, ajudava mais, mas emprego é difícil.

E. Melhorou a vida depois do Bolsa Família?

L. Melhorou. Ajuda manter os meninos na escola [...] De primeiro, a gente não tinha nem como mandar os meninos estudar em Itinga. Em Itinga usa uniforme, tem que ter uniforme, mas não tínhamos dinheiro para comprar o uniforme. Quando não tinha Bolsa Família, os meninos iam com uma bolsa rasgada ou com saco plástico, agora vão mais ajeitadinho. [...] Geladeira é uma coisa que a gente precisa bastante [...] sem uma geladeira é difícil demais, aí, com o dinheiro do Bolsa Família, já dá pra gente comprar. Pensava que nunca ia ter uma geladeira em casa, e agora eu tenho, graças a Deus.

E. É importante os meninos irem para escolar?

L. É importante. Eu estudei pouco. Escola era longe e tinha que ir a pé. Hoje, a gente fica atado porque mal sabe escrever. Ter escola é bom, porque pode depois buscar coisa melhor. Sair desse sofrimento de roça [...] eu queria ter estudado, mas Deus quis assim. Agora o governo ajuda demais, e estão mais fáceis as coisas.

E. Com os R\$ 320,00 reais, dá pra uma família viver?

L. Vive com aperto. Igual a gente, que paga luz, compra comida, roupa, sapato, é uma ajuda que dá pra um tanto de coisa, mas aperta. Mas deu uma melhorada [...] Consegui até comprar uns móveis, dividido no boleto.

E. Você é quem compra os móveis?

L. É, eu mesmo, porque eu vou receber o dinheiro e aproveito para comprar um calçado, uma roupa, aí eu vou lá e pago, vou pagando [...] comprar um móvel, lá na Eletrozema, e eles dividem em 15 vezes pra gente. [...] comprei televisão, geladeira, com o dinheiro do Bolsa Família [...] é importante pra gente dentro de casa ter uma geladeira [...] agora, a gente tem condição de comprar, mesmo que aperta um pouquinho, mas o dinheiro do Bolsa Família é certo, você sabe que todo mês você tem ele, e pode comprar dividido. Aí vai lá e pode comprar.

E. Na feira, o que você compra com o Bolsa Família?

L. A gente compra óleo, açúcar, arroz, frutas, iogurte, bolacha recheada. [...] quando eu era mais nova, bolacha recheada era comida de rico. Hoje, todo mundo compra bolacha recheada. (Luisa, agricultora, casada, Comunidade rural do Itinguinha, ensino fundamental incompleto)

No caso dos beneficiários do PBF, o uso do dinheiro na compra de bens considerados essenciais à vida traz a percepção de aumento do conforto e melhoria das condições de vida no lugar de origem, como ter energia elétrica e uma geladeira, por exemplo. A compra de roupas, sapatos, produtos de higiene e alimentos e de produtos que as famílias beneficiárias conseguem acessar nos mercadinhos locais permite às pessoas pobres das comunidades rurais afirmarem que o PBF mudou sua vida positivamente. É um dinheiro que dá mais liberdade de escolhas, mesmo que sejam limitadas, devido ao valor do benefício que varia conforme o número de filhos. Mas para pessoas com rendimentos incertos e não raro até mesmo inexistentes, o Programa Bolsa Família representa poder escolher determinados produtos, como por exemplo, iogurte e bolacha recheada.

Certamente, o impacto mais visível do Programa Bolsa Família é a inclusão desses estratos sociais na sociedade do consumo. O acesso a um determinado rendimento somado a facilidades creditícias possibilitam aos pobres a aquisição de determinados bens, como televisão, geladeira e telefone celular. Os modos, os meios e condições de vida e até novas formas de sociabilidade (com o uso de celulares) são fortemente influenciados pela relação entre Estado (e suas políticas específicas para os pobres) e a sociedade (neste caso os mais pobres). O aumento do nível de educação formal, todavia, é seguramente a parte mais difícil e invisível das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Além do considerável aumento no poder de compra dos pobres, com o Programa Bolsa Família, as mudanças geradas pelo fornecimento de energia elétrica – Programa Luz para Todos – e de água – Programa Mais Cisternas – são alguns indicativos que os próprios grupos sociais classificados como os pobres do Jequitinhonha (e do país) acionam, para avaliarem uma melhora significativa em suas condições de vida. No próprio imaginário social das pessoas do lugar, tal situação tem tido peso considerável na decisão de permanecerem em seu local de origem, desistindo da migração temporária ou até mesmo definitiva. Dessa forma, a presença do Estado desempenha um importante papel na reconfiguração das dinâmicas populacionais.

Fotografia 10: Parte externa de uma residência de família beneficiária do Programa Bolsa Família. Comunidade rural do Jenipapo.



Fotógrafo: Elicardo Heber, junho de 2015.

Sendo a pobreza (econômica) um fenômeno multidimensional, seu enfrentamento requer uma articulação de diferentes tipos de políticas, mas o PBF é a principal delas e com maior expressão no combate à pobreza. Nos relatos das famílias do Vale do Jequitinhonha, a descrição de suas condições de vida contemplam sempre dois momentos, o anterior e o posterior à chegada do Programa Bolsa Família. Antes de 2003, quando não havia o repasse de dinheiro a essas famílias como tentativa de eliminação da pobreza, as privações relativas ao acesso a alimentos eram uma constante e, não raro, estava presente o próprio fenômeno da fome. Nem sempre era possível obter o alimento por meio do trabalho na terra, da produção animal e vegetal para o autoconsumo. O próprio abastecimento familiar a partir da produção destinada ao autoconsumo limitou, historicamente, o acesso das famílias rurais ao alimento.

A diversidade produtiva como tentativa de mitigar a vulnerabilidade não raro esbarra na baixa produção/produtividade agrícola. A relação da tríade natureza, sociedade e trabalho fortaleceu uma identidade social de agricultor (ou famílias de agricultores), mas o pouco controle sobre o processo produtivo (ausência da modernização tecnológica e baixíssima

capitalização das famílias) impacta a própria reprodução social do grupo, em decorrência da baixa produção que, muitas vezes, não satisfaz minimamente o próprio consumo doméstico. Agricultura, terra e força de trabalho familiar como únicos meios de garantir o alimento para as famílias pode fortalecer a vulnerabilidade alimentar.

Se o cenário descrito ainda permanece no cotidiano das famílias rurais proprietárias de um pequeno patrimônio fundiário, o que há de novo é que a compra de alimentos passa a ser viabilizada por um elemento externo ao próprio grupo, ou seja, pelas transferências monetárias do Programa Bolsa Família. E se a escassez de recursos financeiros também permanece, com o programa há a possibilidade de obter os mínimos vitais, que não raro são inviabilizados pelo trabalho do grupo familiar nas atividades agrícolas.

Os repasses do Programa Bolsa Família apresentaram uma expressividade maior para as economias de grupos familiares em que não havia nenhum aposentado e/ou de cujo pequeno patrimônio territorial fundiário não conseguiam retirar o necessário para o autoconsumo. É importante ressaltar, todavia, que juntamente com o PBF, a produção para o autoconsumo (produção não monetária) desempenha papel relevante na redução da vulnerabilidade alimentar do grupo familiar (plantar para comer).

A presença de aposentados rurais no espaço intradoméstico, como já mencionado, é elemento importante para as estratégias de reprodução social dessas famílias. Visto ser o valor da aposentadoria atrelado ao salário mínimo vigente no país, ele permite, principalmente quando não há muitos dependentes, melhorar a infraestrutura das residências e adquirir determinados bens, como geladeira, fogões e móveis, entre outros, o que proporciona certo conforto ao grupo familiar. Esse exemplo remete à relação existente entre ciclo de vida e condições de vida. Os indivíduos, ao avançarem na idade (em etapas inerentes ao ciclo biológico – da infância à velhice), mudam também suas posições sociais dentro da estrutura do grupo familiar. Da infância à velhice, no aspecto do trabalho, o indivíduo passa da vida inativa à ativa e, posteriormente, da vida ativa à aposentadoria. Os modos e condições de vida dos mais pobres economicamente estão também atrelados à idade das pessoas. Com isso, a própria trajetória do grupo social passa a ser influenciada pela idade dos que o compõem. Se os indivíduos ocupam distintas posições sociais ao longo de seu ciclo de vida, as crianças têm um alto grau de dependência em relação aos membros ativos ou aposentados de seu grupo familiar (de sangue ou consideração).

A natureza do ciclo familiar favorece (ou não) o acesso a um conjunto de rendimentos que são importantes para a própria estratégia de reprodução social do grupo:

I- Famílias compostas por um maior número de crianças e jovens tendem a ser beneficiárias do Programa Bolsa Família. Entretanto, ainda que os recursos sejam proporcionais ao número de dependentes, há uma grande pulverização dos rendimentos, o que mantém as difíceis condições materiais de existência desse grupo. Nas famílias com muitas crianças em relação aos adultos em idade produtiva, há, portanto, uma possibilidade maior de o grupo familiar estar vulnerável a uma condição de pobreza (econômica e material). Com isso, percebe-se que a natureza do ciclo de vida interfere consideravelmente nas trajetórias e condições de vida das famílias.

II- Famílias com idosos tendem a ter, no espaço intradoméstico, benefícios da previdência rural. De qualquer modo, a vulnerabilidade é maior entre famílias com muitas crianças, que entre famílias com idosos. Estas conseguem proporcionar melhores condições de vida aos seus membros que aquelas, com muitos membros dependentes e beneficiária apenas do Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo. É comum, entre as famílias pobres, o acúmulo de benefícios sociais (aposentadorias rurais e o Bolsa Família). Entretanto, diferente de outras experiências locais, como no norte do Estado de Minas Gerais (BATISTA, 2010), as aposentadorias rurais em Itinga têm peso menor na melhoria das condições de vida das famílias do lugar, de que é exemplo a de dona Antônia, uma agricultora de 75 anos, da Comunidade Rural dos Hermógenes, matriarca de uma família cujos 26 membros dependem da renda do PBF e de sua aposentadoria.

III- Famílias compostas por um número expressivo de jovens, mas que não recebem benefícios sociais, tendem a contar, no espaço intradoméstico, apenas com a renda advinda do trabalho na atividade agrícola e, por isso, mais propensas a uma condição de miserabilidade. Seu rendimento, resultante ou das vendas esporádicas da produção agrícola, ou de trabalhos temporários fora da unidade familiar de produção, como camaradas, para os fazendeiros locais, não é garantido todo o tempo ao longo do ano, o que afeta, diretamente as condições materiais de existência do grupo familiar.

Fotografia 11: Parte externa de uma residência de família exclusivamente agrícola localizada na Comunidade Rural dos Hermógenes.



Fotógrafo: Elicardo Heber, (janeiro de 2014, tempos das águas no lugar).

Ainda que não haja uma grande diferença entre as residências nas comunidades, no que concerne à parte física, as casas das famílias exclusivamente agrícolas e que não podem contar com outra fonte de rendimento são as mais precárias. Como há forte relação entre acesso a benefícios sociais e ciclo de vida familiar, as pessoas do lugar almejam atingir a idade para a obtenção da aposentadoria, vista como uma possibilidade de melhoria nas condições de vidas.

Em síntese, analisando as fases do ciclo familiar, percebe-se que, ao contrário de famílias com muitas crianças (7 a 12 por exemplo), aquelas compostas por poucos membros (média de 5 pessoas), com indivíduos em idade ativa e/ou com idosos aposentados, tendem a melhorar sua condição de vida. O ciclo de vida familiar e poucos dependentes apontam para diferenciações nas condições de vida e até mesmo para distinções sociais entre as residências de uma mesma comunidade rural.

Com o envelhecimento da população rural e com a extensão dos direitos previdenciários, a literatura mostra que os idosos tiveram, mediante benefícios não contributivos, um aumento na sua renda, o que influencia consideravelmente na redução da pobreza, com impacto significativo na vida de seus familiares, na qualidade das casas que habitam, na qualidade e quantidade da alimentação, bem como na dinamização de economias locais, na produção agrícola (quando se trata de famílias proprietárias de terra), enfim, nas

condições de vida das famílias (SABOIA 2004; DELGADO E CARDOSO JR., 2004; BELTRÃO *et alii*, 2005; BATISTA & HESPANHOL, 2015).

As aposentadorias rurais e pensões garantem uma estabilização da renda familiar, possibilitando que as famílias melhorem suas residências, comprem bens materiais duráveis (carros e motos) e de consumo imediato (alimentos, roupas, calçados, entre outros), sendo que os principais gastos do benefício são com a compra de alimentos, seguidos dos custos da tarifa de energia. Além dos melhoramentos materiais que esses benefícios sociais proporcionam, eles acabam também por promover a composição de novos arranjos familiares, como por exemplo, a mudança do papel do idoso no seu próprio grupo, passando de “dependente a provedor” (BELTRÃO *et alii*, 2005) e a ser pessoa altamente desejada nos lares das famílias pobres. À medida que as aposentadorias e pensões influenciam na melhora da renda do indivíduo, ela também afeta as condições de vida dos corresidentes do beneficiário.

A reprodução social dessas famílias passa a ser consideravelmente influenciada pelo acesso às políticas públicas, que têm como efeito direto ou indireto a redução da pobreza. No geral, são esses os elementos centrais que interferem nos meios e condições de vida dessas famílias rurais. Ou seja, a reprodução social é um processo em que determinada sociedade, mediante diversos mecanismos a partir do ambiente social e econômico na qual está inserida, reproduz suas mais diversas estruturas, mas fundamentalmente baseada em elementos externos aos grupos, como são os benefícios sociais.

Em um universo social em que há altos índices de pobreza, tanto a melhora nas condições de vida quanto uma possível mudança na estrutura social (sobretudo pela saída da situação de miséria) são mais plausíveis no horizonte das famílias quando há no espaço familiar a presença do Estado, através principalmente de políticas públicas (particularmente as de caráter social). A satisfação das necessidades básicas dessas famílias (sobretudo no acesso aos alimentos), a posse de determinados bens (a garantia de certo nível de conforto) e o acesso a uma infraestrutura social (como educação e saúde) são atingidos principalmente em decorrência da presença do poder público nessas localidades. As políticas sociais (com forte expressão da política de aposentadoria rural e o Programa Bolsa Família) tem desempenhado um importante papel no sentido de redução da miséria no meio rural em questão.

Políticas focalizadas, como os programas de transferência de renda (Bolsa Família) e a aposentadoria rural, têm um impacto maior na redução da miséria. Ambas têm em comum o efeito imediato de inserir as famílias no mercado de consumo, ao possibilitar aos estratos mais pobres da sociedade o acesso a um determinado rendimento monetário. Por esse fato, nas

regiões brasileiras em que há altos índices de pobreza econômica, o que se percebe com a chegada de políticas de transferências direta de renda (sobretudo o Programa Bolsa Família) e o acesso de um público (os pobres) a esses rendimentos, é o surgimento de mercados e lojas que comercializam eletrodomésticos. Mas, experiências locais no Brasil têm mostrado que o impacto da elevação do salário mínimo sobre a pobreza é maior que o de programas do tipo Bolsa Família, sobretudo para as pessoas com um campo de possibilidades limitado, entre outros motivos, pela pouca opção de trabalho ou de novas formas de ocupação.

Um dos principais dramas das pessoas que vivem em condições de miséria e pobreza no Vale do Jequitinhonha é a ausência de uma educação formal ou os conhecimentos técnicos que ampliem a possibilidade de inserção em distintos campos existentes no mercado de trabalho, sobretudo os empregados com carteira assinada. A baixa educação formal dificulta que as famílias mais pobres consigam trabalho que exija um conhecimento mais especializado.

Para as famílias proprietárias de terra, que produzem grande parte do que consomem, mas em pequenas quantidades, o Bolsa Família ajuda a “complementar a feira”. O feijão, a farinha, as hortaliças, as frutas, o milho (para manter a criação de galinhas, porcos e o gado) raramente são comprados nas mercearias, pois são retirados da propriedade, ainda que sem muita regularidade. Produtos de limpeza e higiene pessoal, açúcar, arroz e outros itens industrializados são adquiridos com o benefício do PBF. No entanto, para as famílias que não possuem terra para o cultivo, residentes nas vilas e povoados, é o Bolsa Família que possibilita o acesso aos alimentos e a ajuda esporádica das famílias (nucleares e estendidas) e dos grupos de vizinhança.

Para as famílias rurais agrícolas, a renda do Bolsa Família é amplamente reconhecida como um complemento à produção para o autoconsumo, inclusive quando o trabalho na agricultura é praticado pelos jovens, como o exemplo do Paulo:

P. Produzo mandioca, cana, milho, abóbora, quiabo [...] O que não produzo aqui, eu compro com o Bolsa Família. [...] porque nem sempre sobra pra levar para o comércio [feira de sábado], daí só tem o Bolsa Família.

E. Como é separado o que é para o comércio e o que é para o consumo da família?

P: O que tiver necessidade e tiver na produção é consumo, o que sobra eu vendo [...] minha colheita vai pra alimentação e pra consumo. O que vai pro comércio [pequenas feiras locais] é o que sobra [...] O que não consumimos em casa. (Paulo, 28 anos, agricultor, solteiro, comunidade rural de Gangorra, ensino médio incompleto)

Outro efeito da presença das transferências de renda em localidades tradicionalmente desassistidas pelo Estado é a nova configuração que se desenha nas relações de trabalho.

Para os pequenos proprietários de terra, sem acesso a uma renda fixa, era comum aceitar trabalhos precários, com baixa remuneração e, muitas vezes, apenas em troca de alimentos. O trabalho prestado aos fazendeiros pelos agregados implicava a ética do favor: uma retribuição por ter um lugar para viver e um pedaço de chão para trabalhar em seus roçados. Quando esse arranjo deixou de existir, ganhou força o trabalho do camarada, uma categoria de trabalhadores rurais diaristas, residentes nas vilas, povoados ou em suas pequenas propriedades, que prestam serviços aos fazendeiros locais, recebendo pagamento em dinheiro ou alimento. Trata-se de uma relação assimétrica, diferente das ajudas entre iguais nos trabalhos do roçado e roçadinho. Sem muito poder de barganha, os camaradas aceitavam o trabalho mediante acerto verbal sobre o pagamento que constituía, às vezes, a oferta de almoço e jantar.

Entretanto, a chegada do PBF, que para muitas pessoas representou a primeira experiência de uma renda fixa, possibilitou aos trabalhadores locais negociar com os patrões o pagamento pelo trabalho de camarada. Como efeito positivo indireto do PBF, a mão de obra dos mais pobres tornou-se mais cara, pelo menos em determinadas localidades do país. Garantido o rendimento para a compra de alimentos, os trabalhadores passam a exigir remuneração melhor pelos trabalhos mais degradantes, como por exemplo, nas carvoarias. Se o contratante não paga bem pela diária é possível recusar a empreitada até que surja, ainda que temporário e pesado, um trabalho melhor remunerado.

Mesmo nesse ambiente econômico, a posse do dinheiro dilui “obrigações costumeiras vinculadas ao caráter privado da relação pessoal: obrigação e prestação de serviços constitutivos da dependência pessoal entre pessoas que interagem, mas investidas de poder muito desigual” (REGO & PINZANI, p.219, 2013).

Os agricultores locais capitalizados, após a chegada do PBF, passaram a encontrar maior dificuldade para contratar trabalhadores fixos ou temporários. Conforme o Sr. Joaquim, um desses proprietários de terra, o que ocorre é que as pessoas “não querem mais trabalhar na roça” e estão “mais preguiçosas”. Acreditam que ao assistir as famílias, o PBF estaria causando a acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho, uma espécie de “efeito preguiça”. Ironicamente, os próprios grupos que criticam os pobres pela indolência/preguiça, são os mesmos que em geral tentam explorar essa mão de obra, não assinam suas carteiras de trabalho, pagam valores simbólicos pelas diárias e não querem, na ausência dessa mão de

obra, realizar os serviços que os trabalhadores pobres realizam. Tanto nos trabalhos esporádicos como nos fixos, a carga horária e os valores pagos são definidos oralmente.

Na região, um trabalhador recebe em média R\$ 15,00 por dia para “roçar a manga”, utilizando a foice, ou R\$ 8,00 para “descarregar” um forno de carvão. Esses valores variam conforme a demanda e, geralmente, são combinados previamente entre contratador e contratado. Um “tirador de leite” trabalha meio período, porém de domingo a domingo, recebendo menos que um salário mínimo, como é o caso de um jovem de 19 anos cujo ganho mensal é de R\$ 235,00. Outro exemplo é o de Eugênia, de 27 anos, que trabalha como empregada doméstica de segunda a sábado em uma comunidade rural, recebendo mensalmente R\$ 80,00. Segunda ela, aceita essa situação devido à impossibilidade de ter outra fonte de rendimento, mas planeja, tornando-se beneficiária do PBF, deixar o emprego de doméstica, pois “trabalha e sofre muito, mas ganha pouco”.

O relato do Sr. José, da Comunidade Rural Santo Antônio das Pimbodas, explicita melhor o fenômeno da valorização da mão de obra, do dinheiro e da autonomia.

J. Itinga mudou muito de uns tempos para cá. Antes tinha muita fome [...] era muita miséria [...] Em todo lugar tem miséria, mas eu acho que nessa região nossa aqui, ela é muito maior, entendeu? [...] agora tem esse Bolsa Família [...] quase todo mundo tem, e ajuda bastante, porque tem como não passar fome, e o povo não é mais tão explorado[...].

E. O Bolsa família ajuda diminuir a exploração do povo?

J. Demais. Antes, o povo trabalhava em troca de um prato de comida ou cinco reais, hoje, às vezes, o fazendeiro reclama que não tem mais o camarada. Que o povo ficou vagabundo [...] mas é porque tem o Bolsa Família [...] antigamente não tinha escolha [...] pega qualquer serviço, e às vezes, não tinha preço, você tinha que trabalhar por qualquer coisa, ou morria de fome, [...] se o fazendeiro não pagar melhor pro camarada, ele não vai fazer o serviço. Meu dia de serviço vale 40 reais. Quando o fazendeiro diz que não vai me dar esse meu valor, eu não vou. Se ele acha que eu não mereço os 40, então eu não trabalho. [...] tenho o Bolsa Família e dá pra eu comer, entendeu? (Sr. José da Comunidade Rural Santo Antonio das Pimbodas, ensino fundamental incompleto)

Entre as diversas privações decorrentes da pobreza econômica, é consenso, entre os estudiosos desse fenômeno socioeconômico, que a fome é uma de suas faces mais duras. A partir dos relatos dos entrevistados, cujas trajetórias sociais são marcadas por privações diversas, incluindo a escassez de alimentos, é possível inferir que atualmente encontram-se em situação mais confortável, conformando um novo tempo. O “tempo da fome” e da “necessidade” corresponde ao período em que as famílias eram compostas por muitos dependentes e os benefícios sociais não existiam. Para os beneficiários do PBF, a vida é dividida entre o “antes” e o “depois” do acesso a essa política social. Ainda que o programa

seja um complemento temporário, insuficiente para suprir todas as necessidades da família, permite ao menos mitigar o problema da insegurança alimentar.

Dessa forma, percebe-se que as políticas sociais possibilitam que as famílias em condições de miséria e pobreza tenham pelo menos um nível digno de vida, podendo inclusive ser mais seletivos na escolha de trabalhos temporários ou deter maior poder de negociação para obter pagamentos melhores.

Essa mesma seletividade ocorre com as migrações temporárias. Com uma possibilidade de ter uma renda nos lugares de vida, as pessoas tendem a evitar a migração para inserção em trabalhos precários, como por exemplo, nos fornos de carvão vegetal. Entretanto, mesmo exigindo um maior pagamento pelo seu trabalho, muitos desses beneficiários do Bolsa Família permanecem inseridos no mercado de trabalho informal. A tendência a permanecer mais tempo no lugar de vida, ao invés de optar pela migração, ainda que temporária, aponta que os rendimentos dos benefícios sociais interferem nas dinâmicas de mobilidade espacial, condicionando inclusive a permanência de populações rurais com fortes tendências migratórias em suas localidades de origem.

Entretanto, nessas localidades, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino formal têm sido um dos grandes entraves à eliminação da pobreza econômica no Brasil, um fenômeno socioeconômico multideterminado e multifacetado, ainda bastante expressivo no cotidiano das famílias residentes nas comunidades rurais. Nos últimos anos¹¹⁶, porém, a diminuição da miséria e da pobreza (fenômeno socioeconômico ainda persistente) e uma relativa melhora nas condições de vida das famílias pobres foram viabilizadas em decorrência da atuação do poder público, mediante políticas estruturais que possibilitaram às famílias o acesso a energia elétrica, água encanada e tratada, a melhoria nas condições de moradia, inclusive com a construção de banheiros privativos, bem como a “injeção” de dinheiro por meio de benefícios sociais, o que promoveu aumento quantitativo de bens das famílias e de itens relativos à alimentação. Entre as famílias pobres, quanto maior o “braço” do Estado no interior de seus lares, mais expressiva foi a melhora em suas condições de vida, seja através do Programa Bolsa Família ou de outras fontes de rendimento como a aposentadoria rural (baseada no salário mínimo nacional). A diversificação das fontes de rendimento não diretamente ligadas à produção animal e vegetal (atividades não agrícolas) certamente interfere nas condições de vida das famílias, constituindo um importante mecanismo de redução da pobreza. Apesar do amplo grau de cobertura do Programa Bolsa

¹¹⁶ Entende-se por últimos anos o período posterior à década de 1990.

Família, a previdência rural e as pensões têm um efeito maior em termos de valores, por serem calculadas com base no salário mínimo, e a renda por elas obtida pode ser ainda mais significativa dependendo das características familiares, principalmente o número de dependentes que as compõem.

Em síntese, para finalizar este capítulo, são apresentadas algumas afirmações que resumem a discussão até aqui desenvolvida. Ainda que o Programa Bolsa Família não tenha provocado imediata melhora significativa nas condições de vida das famílias, certamente tem permitido a elas melhorar expressivamente sua alimentação. A existência de serviços públicos de saúde e educação tem possibilitado que as famílias cumpram as condicionalidades do programa, ainda que a permanência de crianças e jovens na escola seja compreendida por grande parte das famílias apenas como condição importante para a obtenção de benefícios sociais.

Além de atender uma grande porcentagem de famílias em condições de pobreza ou extrema pobreza, o PBF agrega maior volume de recursos às economias locais e possibilita uma dinamização econômica dos municípios do Vale do Jequitinhonha. E mais, viabilizando uma vida melhor, por pouco que seja, tem repercutido no condicionamento da permanência dessas pessoas em suas localidades rurais de origem, provocando mudanças sociais relevantes na parte nordeste do Estado de Minas Gerais, onde a migração é um fenômeno cultural local.

A ampliação de políticas sociais em certas regiões carentes no Brasil tem, portanto, forte impacto nas dinâmicas econômicas das famílias rurais. Com a implantação de políticas estruturais (Luz para Todos e Mais Cisternas) e a injeção de recursos por meio do Programa Bolsa Família e das aposentadorias rurais e pensões, tem sido possível às famílias sair da situação de pobreza e ascender pelo menos a um nível de vida menos miserável e minimamente digno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a travessia, percorrendo os sertões de Minas, conhecendo pessoas, lugares, cenas, cenários e histórias de vida, não parece ser um exercício profícuo tecer conclusões, sobretudo, por tratar de processos sociais em decurso.

Em uma tese que trata de famílias que estão na base da estrutura social brasileira, o primeiro ponto a ser destacado é que são grupos que enfrentam problemas que são parte da história do Vale do Jequitinhonha: a precariedade da vida, a pobreza, o processo progressivo e permanente de expropriação, com a perda das terras e a saída das pessoas dos seus lugares de vida, sobretudo pós década de 1970. Os intensos deslocamentos, parte da dinâmica populacional do Vale do Jequitinhonha, foi um fenômeno que se intensificou nos últimos anos do século XX, em grande medida, como resultado da chegada das grandes empresas de eucaliptais, das fazendas de pecuária extensiva, das mineradoras e concomitante, o que representou uma expulsão compulsória de parte dessas pessoas. Como resposta, deslocaram precariamente para as sedes urbanas dos municípios, para as vilas, povoados e distritos (pequenos aglomerados populacionais) ou realizaram migrações de longas distâncias para distintos destinos no país, como os deserdados da terra, de forma temporária ou definitiva. Entretanto, mesmo com o processo de expropriação, intensificação da migração campo-cidade, campo-campo e ampliação dos índices de pobreza, os indicadores mostram uma permanência de famílias residindo no meio rural, sendo inclusive, superior ao número de residentes em área consideradas urbanas. Os indicadores apontam para uma forte migração do campo para a cidade, mas não necessariamente um processo de esvaziamento do meio rural.

A permanência dessas famílias em seus lugares de vida foi consideravelmente sustentada pelos recursos dos migrantes temporários do trabalho precário. As migrações temporárias de trabalhadores locais também não apontam para um esvaziamento populacional nos lugares de vida desses migrantes, na medida em que, a própria permanência teve grande peso na sustentação, sobretudo antes da chegada das transferências diretas de renda direcionadas as famílias mais pobres no Brasil.

A intensificação da migração temporária do trabalho precário é, em grande medida, uma resposta a constante expropriação dessas pessoas, forçando-as a buscarem outras alternativas de vida, ou de forma mais profunda, outras estratégias de reprodução social. Para as famílias residentes no meio rural, em seus lugares de vida, rodeados por grandes plantações de capim ou de *pinus* e eucaliptais, houve e permanece ocorrendo uma resistência. Resistir

para permanecer. Resistir para ficar em seus lugares de vida. A própria migração temporária do trabalho precário tem como um dos objetivos a possibilidade de retorno e permanência (ainda que transitória) no lugar de origem.

Essa transitoriedade do estar nos trechos (lugares de destino) está intrinsecamente ligada aos processos que ocorrem no lugar de origem. A expropriação, intensificação da pobreza e falta de oportunidades no lugar, os forçam a migrar para buscar a ampliação do campo de possibilidade, notadamente, em relação ao trabalho.

A intensa fragmentação (herança igualitária) ou a expulsão da terra, a dificuldade de viver exclusivamente da atividade agrícola, o limitado campo de possibilidades de ocupação (agrícola e não agrícola) e o tamanho das famílias (grande número de trabalhadores disponíveis) são alguns elementos que contribuem para a escolha pela partida transitória, mas pensada como um projeto coletivo: migrar para adquirir recursos para o grupo familiar. Entretanto, entre as famílias extremamente pobres, o fator econômico é fundamental na conformação do fenômeno da permanência e há até mesmo uma imobilidade espacial, exceto, quanto há uma rede empresarial que financia a migração temporária de trabalhadores precários. Entre os mais pobres, mesmo quando desejam partir em busca de melhorias de vida, este fenômeno não ocorre, devido à impossibilidade de arcar com os custos do deslocamento e de vida no lugar de destino (moradias/aluguéis, transportes, alimentação, etc.). A permanência e/ou a migração de apenas alguns membros do grupo familiar, especialmente os jovens, mas não apenas, é consideravelmente influenciada pela pobreza.

A migração dos mais pobres ocorre como dito, sobretudo, quando há o apoio de redes empresariais que necessitam de pessoas dispostas ao trabalho precário, antes as usinas de cana, atualmente, as carvoarias e as empresas da construção civil. Nesse sentido, a pobreza é um elemento fundamental que contribui para a permanência em um contexto de pessoas que têm limitadas suas escolhas entre ficar ou partir. Nas comunidades rurais, marcadas por uma dinâmica populacional com intensa circularidade de pessoas, há indivíduos com trajetória social de imobilidade, residindo sempre no mesmo lugar, como resultado de sua pobreza econômica, exceto quando são retirados de seus lugares de vida e se deslocam precariamente para a sede urbana, ou para pequenos aglomerados populacionais no meio rural. Se a permanência no meio rural pode ser, em alguns casos, decorrente da falta de oportunidade de sair, existe, por outro lado, uma imobilidade que retém as pessoas no lugar, motivada, em grande medida, pela falta de recursos para partida.

Entre as famílias mais pobres, a migração tende a ser de curta distância. Geralmente, dos sítios para os pequenos aglomerados urbanos (vilas, distritos e povoados) e em situações

mais extremas, seja pelas secas ou pela expropriação. Em deslocamentos de curtas distâncias, prevalece a migração da família e em deslocamentos de longas distâncias prevalece a migração de indivíduos.

A migração e seus diversos tipos (mais longos, mais curtos, de média e longa distância) e a expulsão das terras são dois pontos comuns entre as famílias, que dentre outros fatores, contribuíram para distintos tipos de pobreza, seja a material ou pela ausência de membros da família que tiveram que partir em busca dos recursos para os que permanecem no lugar de origem. Para as famílias que permaneceram em suas pequenas propriedades, a chegada das grandes empresas e ocupações das chapadas, sobretudo pelos eucaliptais, houve uma limitação dos usos desses lugares para a retirada de ervas medicinais, frutos, animais de caça e lenha. Por um lado, há a restrição da circulação das pessoas por esses lugares, por outro, houve uma diminuição da diversidade da fauna e flora com a substituição de uma biodiversidade pelos “desertos verdes”.

Com a expropriação de suas terras, limitação de uso das terras comuns (as chapadas) e um limitado campo de possibilidades profissionais, a migração surgiu com uma possibilidade de melhoria nas condições de vida para as pessoas do lugar. Nesse sentido, com a migração dos trabalhadores, principalmente para o trabalho precário, a ausência passou a fazer parte da dinâmica das famílias. Sobretudo os homens chefes de família e os jovens homens que migraram para diversos destinos com intuito de enviar dinheiro aos que ficaram. Cortadores de cana, pedreiros, vaqueiros, enfim, distintos trabalhos precários eram realizados como parte das estratégias de reprodução social das famílias.

Até mesmo entre os jovens, que a literatura sempre apontou a saída de casa e a migração com forte significado de ruptura com a posição de dependência econômica e subordinação à família e não raro, a migração como um projeto individual, o que se percebe entre as famílias rurais em Itinga, é uma saída com forte intuito de ajudar a família. A migração como um compromisso com a família. Entre os jovens com maiores índices de escolaridade, a frequências nas escolas locais e a progressão nos estudos aponta para novas redes de sociabilidade, que ampliam o debate sobre o futuro que passa por projetos de vida nas grandes cidades e a tentativa de saída da atividade agrícola.

A própria saída da atividade agrícola, por parte de jovens, é até mesmo apoiada pelas famílias que veem a migração como uma forma de mobilidade social e profissional, ou seja, “serem alguém na vida”. Como uma fase de transição, a migração dos jovens é importante na medida em que são eles que deveriam dar continuidade à propriedade familiar. Entretanto, os jovens desejam o melhor dos dois mundos: as possibilidades de melhoria que as cidades

teoricamente podem oferecer (maiores opções de empregos, bens, serviços e lazer) e as relações sociais (amizade, vizinhança e parentesco) que são estabelecidas nas comunidades de origem, inclusive com um apego ao lugar que é parte de sua experiência de vida.

As representações negativas sobre o rural em que vivem, o baixo ou incertos rendimentos monetários, produção para o autoconsumo, excessiva fragmentação da terra, penosidade do trabalho, pobreza e duras condições de vida e falta de autonomia, contribuem para o desejo de saída do rural e da atividade agrícola, mas há uma valorização do rural como lugar de morada, baseada principalmente em elementos imateriais/simbólicos: os amigos, os colegas, as festas, enfim, um conjunto de relações e sociabilidades que apontam para a riqueza do/no lugar. Esses últimos elementos, podem auxiliar no entendimento das razões pela não migração dos jovens, que optam por permanecer nas comunidades, mesmo em contextos, em que há a possibilidade da saída. A opção pela permanência também está muito atrelada aos processos que ocorrem nos possíveis lugares de destinos. Através de informações de amigos, parentes ou notícias televisionadas, esses jovens têm informações sobre a exclusão social, o preconceito, o desemprego e a pobreza existentes nas grandes cidades. Esses processos sociais que ocorrem nas cidades também influenciam na opção pela permanência. Com a possibilidade de exclusão social, pobreza e marginalização, permanece em seus lugares de origem trabalhando a terra.

Esta terra não consiste necessariamente em meio de obter mercadorias ou bens que serão comercializados. É antes de tudo, o local de trabalho de onde a família tira o seu próprio sustento, ou seja, produz para o consumo. A comercialização esporádica de um excedente de produção agrícola não é prioridade. A prioridade é o consumo familiar em um contexto de famílias rurais com trajetória de vida marcadas pela insegurança alimentar. Produz para o consumo e comercializa-se o excedente, caso exista. Entre os não proprietários da terra, pela expulsão de seus lugares de vida ou pela não herança, residentes nos pequenos aglomerados de casas, as opções tornam-se mais limitadas. Ou trabalham como camaradas, diaristas, nas grandes fazendas, migram temporariamente ou ajudam os amigos e parentes nos trabalhos na roça. As relações entre vizinhos, amigos e famílias estão baseadas em princípios de ajuda mútua (mutirões e trocas do dia no trabalho agrícola) e configuram uma estratégia de sobrevivência. A troca de sementes e de alimentos entre unidades de produção nos períodos da seca aponta para o fato que a fome nunca é um fenômeno individual, mas coletivo. Vizinhos não comercializam alimentos entre si, vizinhos trocam alimentos. Quando a troca não é possível, o fenômeno da fome se estabelecia, fenômeno mais raro após a chegada do Programa Bolsa Família.

Pelo próprio ambiente social e econômico em que essas famílias estão inseridas, grande parte marcado por um isolamento social, econômico e um mercado de trabalho pouco dinâmico, há a dificuldade de diversificação das ocupações e das fontes de rendas (agrícola e não agrícola) nas comunidades rurais. Se há nas famílias, membros disponíveis para o mercado de trabalho, sobretudo, porque a atividade agrícola não os absorve satisfatoriamente, uma diversificação das fontes de renda e dos ingressos só é, muitas vezes viabilizada, pela migração temporária ou definitiva. Para os que ficam, a permanência na atividade agrícola passa a ser o principal ocupação no contexto de um limitado campo de possibilidades.

Um campo de possibilidades limitado no lugar passa a ser considerado pelos jovens no dilema entre ficar ou sair. Entretanto, as comunidades rurais são compostas por unidades familiares que são também unidades de produção agrícola (alimentos e matérias primas). Mais que isso, são lugares de vida dessas pessoas, onde se relacionam com a natureza, com vizinhos e parentes, onde têm seu lazer, sua identidade cultural, ou seja, um conjunto de elementos até mesmo imateriais que pesam fortemente no desejo pela permanência, mas que esbarram nestas limitadas possibilidades ocupacionais, sobretudo no caso dos jovens escolarizados.

A matrícula dos jovens nas escolas está muito atrelada ao Programa Bolsa Família. Contudo, o acesso às escolas e a valoração positiva dos estudos é transmitida pelos mais velhos para os mais jovens. Há uma percepção entre as familiares que a educação formal é a melhor escolha para uma mudança na estrutura social, ou seja, estudar para sair da pobreza. Um elemento importante, entre as famílias, é a valorização da possibilidade de frequentar as escolas como uma oportunidade que os mais velhos não a tiveram.

Os migrantes mais escolarizados tendem a ter melhores salários e serem mais seletivos nas escolhas das ocupações que os migrantes analfabetos. A progressão nos estudos, por fim, é um forte elemento que impulsiona a migração dos jovens, mesmo em situações em que há um desejo dos pais que permaneçam no meio rural e nas atividades agrícolas. A migração, ao mesmo tempo em que surge como uma possibilidade de mobilidade social é percebida também como algo negativo. Por um lado, são pessoas se deslocando e se distanciando de seus parentes, amigos e vizinhos, por outro, mesmo entre os mais escolarizados, há ocupações nas cidades que não trazem um considerável retorno financeiro. Com os gastos nas cidades, a violência, a pobreza e a exclusão social, a migração passa a representar uma ilusão. Ilusão de uma mobilidade social. No insucesso da empreitada migratória, os jovens tendem a retornar as suas comunidades rurais.

Para os migrantes temporários, chefes de famílias, as migrações, mesmo as de longa distância, tendem a ser mais curtas temporalmente. Não há entre os chefes de família uma migração planejada por um longo tempo. Trabalham nas safras agrícolas, nas empreitadas da construção civil, nas vendas nas praias baianas e após a temporada, retornam aos seus lares. Entretanto, são cada vez mais raras, as “viúvas de marido vivo”, uma vez que, com fim da migração dos cortadores de cana e a possibilidade de ter uma renda dos programas de transferência direta de renda, os esposos tendem a migrar cada vez menos de forma temporária. As migrações temporárias, com as permanências transitórias e os trânsitos permanentes, são um dos elementos que possibilitam afirmar que para este universo não está ocorrendo um esvaziamento do meio rural. Inclusive, a permanência no meio rural se apoia nas passagens, ainda que precária, desses trabalhadores pelo mercado de trabalho precário urbano.

O próprio migrante do trabalho precário, ao se deslocar em tempos e espaços distintos não necessariamente encontra no local de origem uma integração ao mercado de trabalho formal, a cultura e na economia. Dessa forma, o indivíduo migrante insere-se em uma condição de exclusão social. A precariedade das condições de vida no local de destino, a ausência de empregos ou os subempregos (em grande medida em decorrência da ausência de educação formal/capital cultural) empurra os migrantes pobres para a exclusão social, reforçando a importância do retorno às localidades de origem e a transitoriedade nas localidades de destino. A migração nem sempre representa um processo de integração social. Em um universo social com poucas oportunidades de inserções laborais, a migração passa a ser percebida como uma possibilidade para a ascensão social, tanto para os que partem, quanto para os que permanecem, principalmente pelas remessas em dinheiro. Entretanto, entende-se que a migração é um aspecto constitutivo da cultura local, mesmo que a partida possa representar uma intensa exclusão social.

A exclusão social remete a uma desintegração em distintos níveis (econômico, social, político, cultural e ambiental). Para as famílias pobres do Vale do Jequitinhonha, com um cotidiano baseado em uma intensa vida em/na comunidade, com as ajudas nos trabalhos na agricultura, nas construções coletivas das casas ou nas festas (religiosas ou não), são alguns elementos que apontam para fortes laços familiares e sociais e na participação dos indivíduos (inclusive os idosos) na vida comunitária, o que implica em uma não “desafiliação” e um reconhecimento do lugar na sociedade. Ou seja, há um contexto de pobreza, mas não de exclusão social. Dessa forma, as pessoas ao mesmo tempo em que estão inseridas em contextos de pobreza, do ponto de vista material, excluída participação em determinados

padrões de vida dominante (como exemplo a informação cibernética), não estão excluídos socialmente dos seus contextos comunitários, como ocorre com os migrantes temporários.

As necessidades de sobrevivência da família orientavam este tipo de mobilidade espacial, ou seja, a migração como uma tentativa de melhora nas condições de vida. Em parte, essa migração é resultado da dificuldade de aquisição de bens de consumo considerados necessários para as despesas da casa e da família como resultado do trabalho na atividade agrícola ou como camarada para os não proprietários da terra. Entretanto, há a atividade agrícola (produção animal e vegetal) que é um dos elementos centrais nos modos de vida das famílias do lugar.

São pequenos agricultores, que transitavam, como um ser híbrido, ora coletor de cana nas grandes usinas ou pedreiro na construção civil, trabalhador na agricultura em seus lugares de vida. Entretanto, mesmo entre os migrantes temporários de trabalho precário, geralmente, ocorre uma baixa mobilidade ocupacional e social. Entre os migrantes precarizados, suas ocupações estão interligadas a dinâmica estrutural do emprego e a natureza das transformações estruturais que têm ocorrido na base produtiva nacional. Em grande medida, migram a partir das poucas possibilidades ou processos que ocorrem em suas comunidades de origem, seus lugares de vida, mas a partida é também orientada pelas demandas existentes nos lugares de destino. A diminuição da migração de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha para o interior paulista, como um exemplo, é resultado de um progressivo processo de mecanização da cana de açúcar.

Entretanto, os trânsitos permanentes e as permanências transitórias, não são apenas importantes elementos que contribuem para a dinâmica populacional das famílias. São também parte constitutivas das estratégias de reprodução social. Mesmo com a intensa saída de pessoas do meio rural, no caso específico de Itinga, os dados oficiais apontam que não há para aquela realidade brasileira um processo de esvaziamento rural, inclusive com a população ali residente superior à urbana. Inclusive, as principais festas locais (sobretudo as religiosas) ocorrem nas comunidades rurais. O que se percebe é que não há um processo de esvaziamento social, cultural, demográfico e econômico, e o fenômeno da desruralização, de fato não se sustenta. Esses indicadores, de uma maioria da população residente no meio rural, também é resultado de uma resistência ao processo de expropriação, mas passa dentre outros pontos, pela presença do poder público nas comunidades rurais. A existência das políticas públicas, sobretudo as estruturais e de forma mais abrangente, as sociais, como as transferências diretas de renda, têm sido um dos principais elementos que tem impactado os meios, modos, ritmos e condições de vida.

Em uma trajetória marcada pelas precariedades e incertezas, a presença do poder público no espaço doméstico tem sido uns dos principais fatores de impacto, ainda tênue, na melhoria das condições de vida das famílias. Entretanto, há uma permanência de situações de pobreza, o que aponta para uma baixa ou até mesmo inexistente mobilidade social das pessoas do lugar. Entretanto, ter acesso a determinados Programas, como o Luz para Todos (energia) ou Minas sem Fome (água) possibilitam uma ampliação dos níveis de conforto e uma avaliação de melhoria nas condições de vida no lugar.

Entre essas famílias, localizadas na base da estrutura social que tem em seu cotidiano, os dramas das incertezas, sobretudo relativo à renda monetária, a universalização e o crescimento exponencial (ainda que extremamente insuficiente) das políticas sociais, são percebidas como um dos elementos fundamentais para avaliar essa melhoria de suas condições de vida. Entende-se que as políticas sociais, inclusive do governo Lula, quando houve a maior saída das pessoas de uma condição de pobreza e extrema pobreza, tem tido um importante papel na dinamização das economias das famílias mais pobres, mesmo não tendo um efeito de impactar processos de mobilidade ascendente.

As políticas sociais, ao apropriar de uma pequena parcela dos recursos do Estado em benefícios dos mais pobres, com as transferências diretas de renda, têm impacto nos modos, meios e condições de vida dessas famílias, sobretudo, mas não apenas nos aspectos relativos aos alimentos e compra de certos bens que dão certo conforto, o que geralmente os tiram de uma condição de miséria, mas não necessariamente de pobreza.

Rendimentos originários das transferências diretas de renda são incorporados às economias das famílias e passam a ser parte das estratégias familiares de reprodução social. A obtenção do PBF impacta diretamente na economia familiar (fonte de rendimento estável) e nas condições materiais de vida, com a possibilidade de melhorias na residência e nas vestimentas, e de aquisição de bens de consumo, como geladeira e fogão. Com trajetórias sociais marcadas pela pobreza econômica, pela marginalidade e exclusão social nas experiências dos migrantes do trabalho precário, os rendimentos oriundos dos programas sociais aparecem como uma possibilidade de ter uma renda no lugar de vida, o que dentre outros efeitos, contribui para uma relativização da necessidade de migrar para se inserir em mercados de trabalho extremamente precários. Ao mesmo tempo em que há um forte peso dos benefícios sociais na possibilidade dessas famílias terem o acesso aos rendimentos, este fenômeno é um forte fator de peso na opção pela não migração e até mesmo na realização da migração de retorno.

Para as pessoas do lugar, o principal problema não está na pobreza, na miséria ou na falta de infraestrutura social, mas na ausência de empregos que estabilizem a renda e que, no imaginário social, representaria uma possibilidade de melhorar suas condições de vida. Essa visão é reforçada pelos próprios beneficiários do PBF, que entendem o caráter transitório¹¹⁷ do programa e, também, que o baixo valor do benefício, visto como uma ajuda, não resolve satisfatoriamente as necessidades das famílias. A inserção de membros das famílias em atividades não agrícolas, configurando novos modos de ocupação da força de trabalho, poderia diminuir a vulnerabilidade social a que estão expostas.

Os pobres como consumidores permanecem mais tempo em suas localidades e conseguem com os benefícios sociais injetar dinheiro na economia local. Contudo, esse processo é, em grande medida, amparado por programas sociais de transferência de renda. Nesse sentido, as mudanças mais significativas no âmbito local se dão no contexto de uma forte presença do Estado com seus programas sociais, sobretudo o Programa Bolsa Família (PBF).

Por certa melhoria nas condições de vida no campo resultante da implantação de um conjunto de políticas públicas nessas regiões, como os programas Minas sem Fome e “Luz para Todos”, do governo federal, favoreceram e continuam favorecendo o acesso de famílias rurais à água encanada e energia elétrica, respectivamente. Esses serviços são apenas dois exemplos dos diversos benefícios que a “chegada do poder público” permite às famílias acessar. Pode-se dizer que os processos sociais, econômicos e até mesmo culturais são reconfigurados a partir do momento em que há a “presença” do poder público nos “mundos rurais” com altos índices de pobreza.

Entre as famílias, localizadas na base da estrutura social que tem em seu cotidiano, os dramas das incertezas, sobretudo relativo à renda monetária, a universalização e o crescimento exponencial (ainda que extremamente insuficiente) das políticas sociais, são percebidas como um dos elementos fundamentais para avaliar essa melhoria de suas condições de vida. Entende-se que as políticas sociais, inclusive do governo Luiz Inácio Lula Da Silva, quando houve a maior saída das pessoas de uma condição de pobreza e extrema pobreza, tem tido um importante papel na dinamização das economias das famílias mais pobres, mesmo não tendo um efeito de impactar processos de mobilidade ascendente.

¹¹⁷ Em um contexto de crise, alta da inflação, perda do poder de compra da moeda, ausência de reajuste nos valores do PBF, há uma iminente possibilidade de um corte de R\$ 10 bilhões no Programa Bolsa Família como tentativa de cumprir a meta do governo de superávit. Esse corte, se concretizado, atingirá diretamente cerca de 23 milhões de brasileiros, o que de forma imediata, impactará nas economias familiares dos mais pobres e o retorno à miserabilidade e, em muitos casos, à insegurança alimentar.

As políticas sociais, ao apropriar de uma pequena parcela dos recursos do Estado em benefícios dos mais pobres, com as transferências diretas de renda, têm impacto nos modos, meios e condições de vida dessas famílias, sobretudo, mas não apenas nos aspectos relativos aos alimentos e compra de certos bens que dão certo conforto e saída da condição de miséria, o que geralmente os tiram de uma condição de miséria, mas não necessariamente de pobreza.

Rendimentos originários das transferências diretas de renda são incorporados às economias das famílias e passam a ser parte das estratégias familiares de reprodução social. A obtenção do PBF impacta diretamente na economia familiar (fonte de rendimento estável) e nas condições materiais de vida, com a possibilidade de melhorias na residência e nas vestimentas, e de aquisição de bens de consumo, como geladeira e fogão. Com trajetórias sociais marcadas pela pobreza econômica, pela marginalidade e exclusão social nas experiências dos migrantes do trabalho precário, os rendimentos oriundos dos programas sociais aparecem como uma possibilidade de ter uma renda no lugar de vida, o que dentre outros efeitos, contribui para uma relativização da necessidade de migrar para se inserir em mercados de trabalho extremamente precários. Ao mesmo tempo em que há um forte peso dos benefícios sociais na possibilidade dessas famílias terem o acesso aos rendimentos, este fenômeno é um forte fator de peso na opção pela não migração e até mesmo na realização da migração de retorno, em uma região fortemente marcada pelas migrações, sobretudo, mas não apenas, a do tipo temporária.

Os pobres, como consumidores, permanecem mais tempo em suas localidades e conseguem com os benefícios sociais injetar dinheiro na economia local. Contudo, esse processo é, em grande medida, amparado por programas sociais de transferência de renda. Nesse sentido, as mudanças mais significativas no âmbito local se dão no contexto de uma forte presença do Estado com seus programas sociais, sobretudo o Programa Bolsa Família (PBF). Pode-se dizer que os processos sociais, econômicos e até mesmo culturais são reconfigurados a partir do momento em que há a “presença” do poder público nos “mundos rurais” com altos índices de pobreza.

Por fim, após quatro anos de doutoramento, escreve-se as últimas linhas desta tese. Em três oportunidades, janeiro de 2013, janeiro de 2015 e julho de 2015, transitando pelo Vale do Jequitinhonha, foi possível conhecer uma porção do Estado de Minas, que de certa forma, expressa as desigualdades existentes no país. Desde a primeira ida ao Vale até a última etapa do trabalho de campo, as percepções sobre os lugares foram se modificando. Durante essas travessias pelo sertão, andando por estradas e em carros precários, conhecendo famílias

isoladas, que vivem nas grotas e nas chapadas, longe dos hospitais, das escolas ou instituições de ensino superior, pode se perceber algumas dimensões dramáticas expressas nos cotidianos dessas pessoas: a pobreza, expressa nas casas, nos rostos magros, morenos e negros, nas roupas simples e na alimentação. Entretanto, ao ter se hospedado nas casas dessas pessoas durante parte desta experiência, pode-se perceber uma das maiores riquezas do lugar: as relações sociais. O acolhimento, a preparação dos almoços, dos cafés, dos biscoitos da roça, o prazer de receber o “estranho” e mostrar a roça, o roçadinho, apresentar a vizinhança o “de fora”, enfim, um conjunto de elementos que deixa uma sensação que de a pobreza econômica e a carência material contrastam com uma rica e intensa rede de relações que são estabelecidas entre as pessoas do lugar.

As casinhas de barro, as roseiras, as mangueiras, a pequena criação de galinhas, de porcos e vacas, as mulheres com pano na cabeça, os homens com chapéus de couro, as festas religiosas, as rodas de conversa, mostram lugares com vida. O trabalho na roça, as incertezas da colheita, a ausência dos migrantes, o acesso precário a água, destoa do discurso que a vida tem mudado para melhor. Ter luz elétrica, água encanada, a possibilidade de comprar nos mercadinhos, mostra uma realidade que é nova para essas pessoas.

Particularmente nas conversas com os jovens, sobre seus desejos, perspectivas e projetos de futuro, sobretudo, relativos à vontade de progressão nos estudos, mostra-se um aspecto fundamental para as pessoas que são mais carentes: a falta de oportunidades. Ao mesmo tempo em que estávamos próximos, nas conversas, as falas apresentavam uma realidade muito diferente. Entre os jovens de famílias pobres, as possibilidades são consideravelmente mais restritas. Dividindo o quarto com outras pessoas, se ocupando parte do dia com as atividades agrícolas, sem acesso a livros, internet ou bibliotecas, sonham com a possibilidade de serem aceitos em uma universidade, progredirem nos estudos e ter um futuro melhor. Um acontecimento que pode parecer corriqueiro, para essas pessoas pode significar uma revolução. Um aspecto positivo se apresenta na medida em que a “geração Bolsa Família” é mais escolarizada que seus pais e avós¹¹⁸.

¹¹⁸ Crianças e jovens com idades entre 6 e 30 anos permaneceram e permanecem mais anos nos bancos escolares que seus pais e avós. O Programa Bolsa Família tem uma influência direta neste fenômeno: é condição para a continuidade de sua família no programa. Há jovens rurais oriundos de famílias beneficiárias do PFB matriculados em cursos superiores (Letras e História na modalidade à distância) ou em cursos tecnólogos (Informática e Gestão Ambiental) no Instituto federal do norte de Minas (IFNMG) no campus de Araçuaí. Netos de analfabetos, filhos de pais analfabetos funcionais, esses jovens começam a atingir posições sociais que seus ascendentes jamais almejavam. A presença da Escola Família Agrícola (EFA), sediada na Comunidade Rural do Jacaré, baseada na pedagogia da alternância, de escolas estaduais nas comunidades e ônibus escolares que facilitam o deslocamento diário de jovens e crianças das comunidades rurais para a sede urbana do município, favorecem o acesso dessas pessoas a educação formal e a conclusão do ensino fundamental e médio. Jovens mais

No geral, nas conversas com os jovens do lugar, era recorrente a palavra esperança, “tenho esperança de conseguir”, “tenho esperança que dê certo”, “tenho esperança que as coisas vão melhorar”. Se o presente era de incertezas e medo, o futuro aparece como a possibilidade de uma vida melhor, seja em seus lugares de vida ou em outros lugares após a concretização do desejo pela migração.

escolarizados além de ter mais oportunidades, como exemplo, de acessar o ensino superior e/ou tecnológico, também tendem a ser mais seletivos nas escolhas dos tipos de ocupações caso migrem, excluindo de suas opções os trabalhos em carvoarias ou fazendas e optando por empregos que possibilitem maiores ganhos e a possibilidade de conciliar trabalho e estudo, como exemplo, nos supermercados, auxiliares de escritório ou siderurgia. No geral, tanto entre os que migram ou os que desejam permanecer em seus lugares de vida, há uma compreensão que a educação formal é o caminho mais seguro de acesso ao mercado formal de trabalho, para uma mudança de condições de vida e até mesmo de uma forma mais profunda uma mobilidade social com a saída da pobreza.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALEDO, A, SULAIMAN, S. La incuestionabilidad del riesgo. **Ambiente & Sociedade**: São Paulo, v. 17, n. 4, p. 9-16, 2014.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimdo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: São Paulo, n. 1, v.1, p. 66-83, 1986.
- ALMEIDA, J. F. de. **Desigualdades e Perspectivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa**. 1ª ed. Lisboa : Editora Mundos Sociais, 2013.
- ANDRADE, M. C. de Trajetória e compromissos da Geografia Brasileira. . In: CARLOS, A. F. A. **A Geografia na Sala de Aula**, São Paulo: Contexto, 2010, p. 9-13..
- BAGANHA, M. I. Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal. In: PINTO. A.C. (org.). **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- BATISTA, E. H. A. **“Povos” de Santana**: condições de vida e mobilidade espacial no norte do Estado de Minas Gerais. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Curso do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.
- BATISTA, E. H. A.; HESPANHOL, R. A. M.. Política sociais e pobreza econômica na experiência brasileira: o caso do norte do estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 11, p. 51-66, 2014.
- BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; LEITÃO e MELLO, J. Mudanças nas Condições de vida dos Idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural. **Textos para Discussão N°1066**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005, p. 1- 16.
- BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. **Études Rurales**. Paris, n. 5-6, v. 113 1962, p.32-136.
- _____. **Questões de Sociologia**. Tradução : Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Stratégies de reproduction et modes de domination. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 105, 1994, p. 253-267.

_____. **Capital Cultural Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.

_____. Compreender. In: **A Miséria do Mundo**. Tradução: Mateus S. Soares. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Contrafogos: táticas para resistir à invasão neoliberal**. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Coisas ditas**. Tradução: Cassia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9 ed, 2006.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maristela de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 8ª ed, 2006.

_____. **Meditações Pascalianas**. Tradução: Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed, 2007.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, Colher, Comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. Tempos e Espaços nos mundos rurais do Brasil. *Revista do Centro de Estudos Rurais – Ruris*, Campinas, v. 1, p. 37-64, 2007.

BRASIL. Presidência da República Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento : os jovens do Brasil**. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília. , 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Normas Operacionais Básicas NOB/SUAS**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Programa **Bolsa Família: gestão e responsabilidades compartilhadas**. Brasília: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Brasília, 2010.

BRITO, F. R. A.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, n. 22, p. 441-455, jun. 2006.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Textos Para Discussão**, Belo Horizonte UFMG/Cedeplar, 2009.

_____. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1996.

_____. Brasil, Final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 2000, **Anais ...**, Caxambú, 2000.

BRUMER, A. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. D. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 35-52.

BRUMER, A.; ANJOS, G dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, nº12, 2008, p. 1-12.

BRUN, A. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. **Economie rurale**, Paris, França, vol. 194, nº1, 1989, p. 3-8.

CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no alto Jequitinhonha, MG**. 2005. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. In: **Texto para discussão nº 621**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CRAPAZANO, V. **Waiting: The Whites in South Africa**. Nova Iorque: Random House, 1985.

CAPUCHA, L. Pobreza, exclusão social e marginalidades. In: VIEGAS, J. M; COSTA, A. F. da (Orgs.). Portugal, **que modernidade?**. Oeiras, Celta, 1998.

CARLEIAL, L. M da. Integração internacional e (I)mobilidade da força de trabalho. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da.; NABUCO, M. R. (Orgs.). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

CASTEL, R. **Les metamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. Paris: Fayard. 1995.

_____. As armadilhas da exclusão. In: **Desigualdade e a questão social**. BELFIORE, W. M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). São Paulo: EDUC, 2000.

_____. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução: Iraci D. Poleti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 5ª Edição, 2005.

CASTRO, I, E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, C. H. O. de.; TELLES, M. I. M. W.; SANTANA, C. M. B. de.; STEPHANOU, M. C., Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas,, vol.15, n.2, Nov. 2009.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. **Os Jovens estão indo embora?**: Juventude rural e a construção de um ator político. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/ EDUR, 2009.

CASTRO, E. G.; CARNEIRO, M. J.(Orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CAVACO, C. Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos. In: SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (Orgs.). **Turismo em Espaços Rurais e Naturais**. Coimbra: Ed. IPC, 2003. p. 25-38.

_____. Habitares dos espaços rurais. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Porto, vol. 1, série1, 2003.

_____. Os espaços rurais como espaços de vida: Mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In: **Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança**. In: BAPTISTA, F. O.; JACINTO, R.; MENDES, T. (Orgs). Proença Nova - Portugal: Centro de Ciência Viva da Floresta, 2009.

CHAMPAGNE, P. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du “troisième âge”. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris, v. 26, n.º 1, mars/avril, 1979, p. 83-107.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

COLOGNESE, S. A. ; MÉLO, J. L. B. de. A Técnica de Entrevista na Pesquisa Social. **Cadernos de Sociologia**, v. 9, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, 1998.

COMERFORD, J. Comunidade Rural. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, A. B. da. **Minorias Étnicas Pobres em Lisboa**. Lisboa: Centro de Reflexão Cristã. 1991.

_____. Exclusões Sociais. **Cadernos Democráticos**: Lisboa - Portugal, v. 2. n.º 2. , 1998 .

COSTA, J. B. A.; LUZ, A.; FERREIRA, A. C.; DAYRELL, C. A. Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas. **Revista Desenvolvimento Social**, v.1, n. 1, p. 63-78, 2008.

CUNHA, A. S. Migração de retorno num contexto de crises, mudanças e novos desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12. 2.000, Caxambu, **Anais...** Caxambu, 2000.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEL GROSSI, M. E. A redução da pobreza: de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas. In: GRAZIANO DA SILVA, J. ; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G da. (Orgs.). **Fome Zero: a experiência brasileira** NEAD, Brasília, v.1, série NEAD especial 12. p 301-3016, 2010.

DEL GROSSI, M. E. ; GRAZIANO DA SILVA, J.; SOUZA, M. Ocupação e Renda nas Famílias Rurais: Brasil, 1992-98. **Economia Em Revista**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 5-22, 1999.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Evolução da pobreza no Brasil, 1995/99. **Texto para Discussão**: Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, v. I, p. 1-35, 2001.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 1, n.5, p. 201-216, 2006.

DELGADO, C. G.; CARDOSO, JR., J. C. O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização In: CAMARANO, A. A. et al. (Orgs.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 293 – 319.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone, 1985.

DELORD, B; LACOMBE, P. Dynamique des structure agricoles: exploitation ou famille?. **Économie Rurale**, Paris, v. 199, n.1.

DE PAULA, A. M. N. **Travessias destinos migratórios em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais. 2009**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia.

DESCONSI, C. A **marcha dos “pequenos” proprietários rurais no mato grosso: um estudo a partir das trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires. 2009**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - CPDA – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n.33, 2005, p. 59-77.

DUARTE, G.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. S. B. Impactos do Programa Bolsa Família sobre os gastos com alimentos de famílias rurais. **Revista da ABET**, v. 7, n. 1., 2008.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo. Perspectiva, 1978.

DURSTON, J. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa. In: **Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano**. IICA/EMATER/RS (Orgs.) - Série Documentos Temáticos. Junho 1994.

EDHOLM, F.; HARRIS, O.; YOUNG, K.. **Conceptualising women. Critique of Anthropology**, Londres, v.3, n.9-10, p. 101-30, 1977.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n°. 24, 1991.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Arquivo da Internet. 2000.

FAGNANI, E. A. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/1998. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.13, n. 2, p. 155-178, dez, 1999.

FAZITO, D. Análise de redes sociais dos sistemas de migração: dois aspectos fundamentais do retorno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo**, v. 25, n. 72, p. 89-176, fev. 2010.

FELIX, G. A. **O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental**. 1.ed.Niterói - RJ: Eduff, 2008. 251 p.

FIBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística, vários anos.

_____.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1980** – Minas Gerais. Volume I, Tomo 4, Número 16. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1983.

_____. **Censo Demográfico de 1991** – Minas Gerais. Número 18. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1996.

_____.FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

_____.FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**: manual do supervisor, Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

_____.FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: manual do agente de pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____.**Censo Demográfico 2010**: manual do recenseador. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2010.

_____. **Censo Demográfico 2010: notas metodológicas**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2010b. CD-Room.

FORTES, M. Introduction. In: GOODY, J. (Ed.). **The Development Cycles In Domestic Groups**. 1 ed. New York: Cambridge University Press, 1958.

FOUCAULT, M. l'amitié comme mode de vie. **Jornal Gai Pied**, France, nº 25, abril de 1981, **Notre histoire**, pp. 38-39.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. Ede; GOMES, P. C. da C. e CORRÊA. R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165 - 276.

_____. **O mito da desterritorialização: do “Fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAGENAARS A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, v. 23, n. 2, 1988, p. 211-221.

HALL, M. História oral: os riscos da inocência. O direito à memória. **Artigo da internet**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 157-160.

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª. ed.. São Paulo: DP&A, 2006.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. (Org.) **Migração Interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 173 – 209.

HENRIQUES, W. **O capitalismo selvagem: um estudo sobre a desigualdade no Brasil**. 1999. Tese (Doutorado em Economia)- Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 81-93.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 29, p. 9-35, jul/dez de 2007.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo/SP, v. 9, n. 24, p. 159-172, mai/agos de 1995.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas/SP, v. 11, n.2, p. 213-235, jul/dez de 2002.

_____. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: Análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n.1, p. 49-61, 2008.

_____. Mensuração da Desigualdade e da Pobreza no Brasil, In R. HENRIQUES (Org.), **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOLZER, W. O conceito de lugar na Geografia Cultural Humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia**, Niterói/ RJ, V 5, n. 10, p. 113-123, 2003.

GALIZONI, F. M.. **A terra construída**: família, ambiente e trabalho no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Fortaleza: Editora do Banco do Nordeste, 2007.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E.M. **Comunidades rurais e o problema da água**. Estado de Minas/Agropecuário, Belo Horizonte, p. 2 - 2, 20 dez. 2004.

GARCIA JR., A. R. **O sul, caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Editora Marco Zero e Editora da Universidade de Brasília - . MCT-CNPq, 1989.

GAUDEMAR, J. P de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1997.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

CASTRO, E. G de; CARNEIRO, M. J. (Orgs). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GUIMARÃES ROSA, J. Minas Gerais. In: **Ave, Palavra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. **Noites do Sertão**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. **Corpo de Baile**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GOMES, P.C. O conceito de região e sua discussão. In: Castro, I. E de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e temas**. 10ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 49 –76.

GRAZIANO DA SILVA, E.; GRAZIANO NETO, F. As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, 1983, p. 6 - 85.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar Pro Gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia**, Brasília, v.46, n.2, 2008.

GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

JELIN, E. Familia y género: notas para el debate. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n.1, p. 394-413, 1995.

JORGE, R. P. **Os 10 erros da Troika em Portugal - Austeridade, sacrifícios e empobrecimento**: as reformas que abalaram o país. Lisboa: Esfera, 2014.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, jan/jun. 2006.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, Campinas, IEA,, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001. (versão impressa).

_____. Diversificação das Rendas nos Domicílios Agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 12, , n.1, p. 65-86, jan/jun. 2003.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza rural no Brasil em 2003. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2005, Campinas. **Anais - Sociedade Brasileira de Economia Política** . Campinas, SP, 2005.

LANJOUW, J. **Behind the line: demystifying poverty lines**. In: Poverty reduction – Poverty measurement: Behind and beyond the poverty line. Nova Iorque: PNUD,1997.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LAVINAS, L.; MANÃO, D.; GARCIA, E. H.; AMARAL, M. R do. Acessibilidade Alimentar e Estabilização Econômica nos Anos 90. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 8, n.2, p. 59-83, 1998.

LAVINAS, L. O Barato da Pobreza. *Revista Insight/Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4 , p. 40-46, 1998. (versão impressa).

_____. Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 25-59, junho. 2002. (versão impressa)

_____. Políticas Sociales en América Latina en el Siglo XXI. Los programas de transferencias monetárias condicionadas. **Instituto de Desarrollo Económico y Social** Buenos Aires, v. 54, p. 45-74, 2014.

LEE, E. S. A theory of migration. **Demography**, v. 3, n.1, p.47-57, 1966.

LEITE, S. P.; (Coord.) **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 19. Brasília: IICA, agosto de 2013..

LENOIR, R. Les exclus. **Un Français sur 10**. Paris, v. 30, n.1 , 1974.

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labor. **The Manchester School of Economic and Social Studies**.22: 139-91, 1954.

LEVY, J. Os novos espaços da mobilidade. **GEOGRAPHIA**. Niterói/ RJ,. V 3, n. 6. , 2002.

LOPES, J. R. B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.

LUXEMBURG, R. **The Accumulation of Capital**. London; New York: Routledge, 2003, 512 p.

MALHEIROS, J. S. M. **Tendências recentes na Geografia social: o estudo dos grupos sociais desfavorecidos**. Lisboa: Inforgeo, 1995.

MAIA, C. J. **Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. 1. ed. Montes Claros: Unimontes, 2004.

MAIA A. G. **Estrutura de classes e desigualdades**. São Paulo: LTR,. Debates contemporâneos- Economia Social e do Trabalho, 5, 2009.

MARIANO, S. A; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: programa Bolsa Família. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v.17 n.3, sept./dec. 2009.

MARQUES, E. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MARTINE, G. **Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil**. Comunicação Simpósio sobre Crescimento Demográfico na base da pirâmide social. SBPC. 1982. Campinas, São Paulo.

_____. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.1, n.3, p.3-44, jun. 1990.(Versão impressa)

MASSEY, D. S. Social Structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, v.56, n1, p. 3-26, 1990.

MASSEY, D. S. et al_____. **Western Mexico**. Los Angeles: University of California Press, 1987. 335p.

MATTEI, L. A. Redução da pobreza na América Latina num contexto de crise econômica mundial. In: MODENESI, A. M, et al. (Orgs.). **Sistema financeiro e política econômica em uma era de instabilidade: tendências mundiais e perspectivas para a economia brasileira**. 1.ed. Campus/Elsevier - Rio de Janeiro - RJ 2012.

_____. Pobreza e Política de Desenvolvimento Territorial: noções, metodologias de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs. da Série); Leite, S. P. (Org. dos Textos). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Série Desenvolvimento Sustentável, v.19. Brasília: IICA, agosto de 2013. p. 89-103.

MATOS, R.; GARCIA, R. A. A população do Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A. de.; HENRIQUES, M. S. (Orgs.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. p.

SILVA, N. M.; SILVA, L. M. Vale do Jequitinhonha: invasão de capital versus evasão da população. **Indicadores de conjuntura**. v.2, n.8, 1986. p. 194-213. (versão impressa).

MEDEIROS, N. S. O Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais. In: NABUCO, R. M.; MENDES, A. G. (Orgs.). **Contradições do desenvolvimento agrícola em Minas Gerais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 4ª. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 246 p.

_____. História Oral e Identidade caipira, espelho, espelho meu?. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** Ministério da Cultura - Brasília. n. 34. 2012. p. 411-426.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos na trilha dos migrantes**: um estudo de famílias de camponês-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. IN: TEIXEIRA, P. E; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MILLS, W. C. **A imaginação sociológica**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MINCER, J. Family Migrations Decisions. **Journal of Political Economy**. New York, n.199. October de 1978, p. 749-773.

MOURA, H. A. **Migração Interna: textos selecionados**. Série estudos econômicos e sociais (Banco do Nordeste). Fortaleza: 1980.

MOURA, M. M. **Os Deserdados da Terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MORGULIUS, S. **Fasting and Under-Nutrition**. Nova Iorque: Dutton, 1923.

MULLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

MUSTERED, S; MURIE, A. The spatial dimensions of urban social exclusion and integration. In: MUSTERD, A.; MURIE, A.; KESTELOOT, C. (Orgs.) **Neighbourhoods of Poverty: Urban Social Exclusion and Integration in Europe**. Basingstoke: Palgrave. 2002 .

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessário. In: BURSTYN, M. . **No meio da rua**: nômades excluídos e virados. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo vol.15, no.43. Sept./Dec. 2001.

NEVES, D. P. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico?. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. 20, , 2004.

NISBET, R. A. **The Sociological Tradicion**. Tradução: Richard Paul Neto. Londres: Heinemann, 1973.

NOGUEIRA JUNIOR, R. P. N. As desigualdades interregionais no Estado, com enfoque no setor industrial. In: OLIVEIRA, F. A. de; SIQUEIRA, W. B. (Orgs.). **As muitas Minas**:

ensaios sobre a economia mineira. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, 2010. p. 137-157.

OLIVEIRA, F. **Elegia Para uma Re(li)gião:** Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, L. O Sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PAIN, R.; BARKE, M.; GOUGH, J.; FULLER, D.; MACFARLANE, R.; MOWL, G. **Introducing Social Geographies.** London: Arnold, 2001.

PAUGAN,S. **Les formes élémentaires de la pauvreté.** Paris: PUF, 2005.

PAULA, A. M. N. R.; BRANDÃO, C. R. Travessia no Sertão dos Gerais: Tradição e Modernidade nas margens do São Francisco. In: FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JUNIOR, J. (Orgs.). **DEBAIXO DE LONA:** Tendências e Desafios Regionais da Luta pela Posse da Terra e da Reforma Agrária no Brasil. 1 ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1.p.229-252, jan/abr. 2004. (Versão impressa):

POCHMANN, M.; AMORIM, R. G.. **Atlas da Exclusão Social no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1. 221p .

POCHMANN, M. **Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade:** Novos Caminhos para a Inclusão Social. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Balanço de Duas Décadas do Emprego no Brasil. **Formação.** Brasília - DF, v. 2, n.6, p. 05-14, 2003. (Versão impressa).

_____.**Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTES, A. **Migrações internacionais:** origens, tipos e modelos de incorporação. Oeiras: Editora Celta, 1999.

_____. Migration and Social Change: some conceptual reflection. Arquivos da internet. Distinguished Lecture Series, Carnegie Mellon University, Qatar campus, 2008.

QUEIROZ, R. **O quinze.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

QUEIROZ, B. L.; GOLGHER, A. B.; AMARAL, E. F. L. Mudanças demográficas e condições econômicas e sociais em Minas Gerais. In: OLIVEIRA, F. A. de; SIQUEIRA, W. B. (Orgs.). **As muitas Minas: ensaios sobre a economia mineira.** Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, 2010.

RABINOVICH ,E. P. **Vitrinespelhos Transicionais da Identidade: Um Estudo de Moradias e do Ornamental em Espaços Sociais Liminares Brasileiros.** 1997. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo.

RAMOS, G. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 1991.

RAVALLION, R. **Poverty Comparisons**. Fundamentals of pure and applied Economics. Chur, Suíça: Harwood Academic Publishers, 1994.

RAVENSTEIN, E. G. (1885). As leis da migração. Traduzido de RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. Journal of the statistical society, 47(1): 167-227. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise**. Tomo 1: 19-88. Fortaleza: BNB, 1980.

RELPH, E. C. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: Torres, Haroldo e Costa, Heloísa. (Org.). **População e Meio Ambiente**. 1.ed. São Paulo: SENAC, 2000, p. 163-190.

ROCHEFORT, R. **Réflexions liminaires sur la géographie sociale**. Colloque géographie sociale, Lyon, ed. D. NOIN, , 1983.

RIBEIRO, E. M.; **Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e do Jequitinhonha**. 1. ed. Belo Horizonte: CEDEFES/ Belo Horizonte, 1996. v. 1. 235p .

_____. A formação de sucessores no rural brasileiro: trajetória histórica, pesquisas e perspectivas. Revista de História **Saeculum**, João Pessoa, v. 4/5, p. 271-285, 1999.

_____. Migrações e retornos: breve história das viagens, lutas, vitórias e sofrimentos de camponeses do Nordeste Mineiro. **Travessia**, São Paulo, v. 15, n.39, p. 31-34, 2002. (Versão impressa).

_____. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. 1. ed. Fortaleza: Etene/Banco do Nordeste do Brasil, 2007. v. 1. 188p.

_____. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. v. 1. 348p.

_____. Para repensar a história e o desenvolvimento rural do Jequitinhonha. In: Ribeiro, E. M. (Org.) **Feiras do Jequitinhonha: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais**. Lavras – UFLA (Coleção BNB Projetos Sociais), 2007.

ROCHA S. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e pobreza no Brasil. **Textos para discussão N°0720**. Brasília, IPEA, , 2000.

_____. O declínio recente da pobreza e os programas de transferência de renda. In: SCHWARTZMAN, L. F. et al (Orgs.). **O sociólogo e as políticas públicas: ensaios em homenagem a Simon Schwartzman**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Crescimento, Renda e Pobreza. Como ficam os pobres?. In: **XXII Fórum Nacional - Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna (Sociedade do Diálogo, da Tolerância, da Negociação), “Programa Nacional de Direitos Humanos.” E Novos Temas**. Rio de Janeiro 2010.

ROMERO, G., J.; P. E., J. **Pobreza y desigualdad en los países en desarrollo**. Madrid: Síntesis, 1992.

SABOIA, J. **Benefícios não-contributivos e combate à pobreza de idosos no Brasil**. In: CAMARANO, A. A. (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Relatório de pesquisa. IPEA, 2004.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.

_____. Agricultura Familiar, Pluriatividad y desarrollo rural en el Sur de Brasil. **Revista Internacional de Sociología**. Espanha, n. 28, p. 173-205, jan./abr de 2001.

_____. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2003. 374 p.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e Ruralidade: Falsas Premissas e Falsos Dilemas. In: CAMPAGNOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília: EMBRAPA, 2004, v. 7, p. 71-105.

SACCO DOS ANJOS, F. ; DEL GROSSI, M. E.; CALDAS, N. V. La seguridad alimentaria bajo otra mirada: análisis sobre la evolución de la población brasileña ocupada en actividades de autoconsumo. **Investigaciones Geográficas**: boletim del instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, v. 73, p. 103-118, 2010.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SALAMA, P. Luchas contra la pobreza en América Latina: el caso de la pobreza rural. **Revista Problemas Del Desarrollo**, v. 42, n. 165, , abr./jun. 2011, p. 7-34.

SAMPAIO JR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo:HUCITEC,1999.

_____.**Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAYAD, A. **A imigração: ou paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco, São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v.13, N. Esp., p.7-32, jan. 2000. (Versão impressa).

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura familiar**. 1^a.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. v. 1. 256p.

_____. **Os colonos da Indústria Calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio grande do Sul**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas.

_____. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, p.164- 84, abr. 2001.

_____. **A pluriatividade na agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. **A Diversidade na Agricultura familiar**. 2^a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 256p .

SCHNEIDER, S. *et alii*. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 137-165.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995.

SEN, A. **Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford, Oxford University Press, 1983.

_____. **Capability and well-being**. The quality of life. Oxford: Clarendon Press, 1993.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNA, M. C. M. et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, n.1, p.86-94, 2007.

SERVILHA, M. M.; Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. In: NOGUEIRA, M. D. P (Org.). **Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento**. 1ed. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012, v. 1, p. 22-50.

_____. **Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SHANIN, T. **The Awkward Class: Political Sociology of Peasantry in Developing Society**: Russia 1910 – 1925.. London: OUP, 1972. 253 p.

SILVA, M. A. M. A Migração de Mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo. **Revista Travessia**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 9-15, 1988. (Versão impressa).

_____. Como expulsar o camponês do proletário. **Travessia Revista do migrante**, São Paulo, v.3, n.8, set./dez.de 1990.

_____. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: EDUNESP-Editora da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M. ; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do Nead**, Brasília/DF, v. 1, p. 1-14, 2007. (Versão Impressa).

_____. Migrações temporárias: Fim dos narradores. **Núcleo de Estudos de História Oral História**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 11-33, 1999. (Versão impressa).

_____. Migrantes temporales: resignificación de las narrativas. **Historia, Voces y Memória**, v. 3, p. 60-86, 2010. (versão impressa)

SILVEIRA, E. S. . História oral e memória: a construção de um perfil de historiador-etnográfico. **Ciência e Conhecimento**, v. 1, p. 1-7, 2007.

SIMMEL,G. **El cruce de los círculos sociales**. In: sociologia, 2. Estudios sobre las formas de socialización. Alianza Universidad, 1972. (versão impressa).

_____. Metrôpole e vida mental. In: Velho. GUILHERME, O (Org.). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Les pauvres**. Paris: Quadrige,1998.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. (Org.) **Migração Interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1980.

SIQUEIRA, L. **Programa Bolsa-Família: Política Pública de Ruptura ou Continuidade?**. IF 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rj.

SIQUEIRA, L. B. O. **Uma análise do fluxo migratório brasileiro: migração para regiões pobres e migração de retorno**. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife.

SJAASTAD, L. A. The Costs and Returns of Human Migration. **The Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, Part 2: Investment in Human Beings, out, 1962.

SOARES, W .**Da Metáfora à Substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. Tese (Doutorado em Demografia) Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

SOARES, S. S. D. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda da desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1, jun. 2007. p. 83-115.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SMZRECSANY, I.; QUEDA, A. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo. ed. Nacional, 1979, p. 03 – 14.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**, Belo Horizonte, UFMG, 2009.

_____. **Os batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**.1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 356p.

SOUZA, J. V. A. **Igreja, Escola e Comunidade: elementos para a história cultural do município de Turmalina**. 1. ed. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2005.

STARK, O.; BLOOM, D. E. The New Economics of Labour Migration. **American Economic Review**, v.75, n.2: 173-178, may de 1985.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, v. 26, n. 1, fev/1989, p 1-14.

STOCK, M. **Théorie de l'habiter**. Paris: La découverte. 2007.

THOMAS. P. **Les exclus**. Paris, PUF 1999.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, V. (Org.). **Immigration reconsidered: history, sociology, and politics**. London: Oxford University, 1990. 342p.

TODARO, M. P. A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. **The American Economic Review**, v. 59, n.1,1969.

_____. **Internal Migration. Developing Countries: A Review of Theory, Evidence, Methodology and Research Priorities**. Geneva : International Labour Office, 1976.

TOWNSEND, T. **A sociological approach to the measurment of poverty: A Rejoinder to Professor Amartya sen**. Oxford Economic Papers. Oxford: v. 37, n.4,1985.

TUAN, Y.F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. Geografia Humanística. In.: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. (Versão impressa).

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. 2008. 516 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT, Human development Report. **The real wealth nations: pathways to human development United Nations Development Report.** (UNDP), 2010.

VAINER, C. B. Deslocamentos Compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: CARLEIAL, A. N. (org.) **Transições Migratórias.** Fortaleza, Edições Iplance, 2002.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar , 2001.

_____. **Os condenados da cidade** – estudos sobre a marginalidade avançada. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Renavan, 2008.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família:** autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo, Editora da Unesp, 2013.

YAZBEK, M. C. **A Associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social (ABEPSS).** Brasília: Cortez, 2001.

WIRTH, L . El urbanismo como modo de vida. **Bifurcaciones: revista de estudios culturales urbanos,** n.2, 2005.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População,** n. 1, p. 35-53, 1990. (versão impressa).

ANEXOS

Anexo A: Cultura popular no Vale do Jequitinhonha: a arte no barro

O Vale do Jequitinhonha é uma mesorregião reconhecida pela riqueza da cultura popular local. Arte popular é um termo utilizado para designar a produção artística de pessoas que não frequentaram escolas especializadas, mas criam obras (escrituras/literatura, gravuras, pinturas, peças em madeira/barro, etc.) que contem um relevante valor estético e artístico. A arte popular expressa a arte de um povo.

No Vale do Jequitinhonha, o Sr. Ulisses Mendes é considerado um dos principais e mais representativos artista do Vale. Filho de agricultores artesãos, 60 anos, sem ter uma educação formal, aprendeu com a mãe a arte de trabalhar com o barro. Filho de agregados foi forçado a deslocar com a família para a sede urbana do município de Itinga onde reside desde os 13 anos. No início, quando criança, dedicava-se apenas as tarefas consideradas masculinas no trabalho com o barro: extração da matéria prima, preparação do forno a lenha (para queimar as peças), pegar a lenha nas chapadas, preparação da massa e o comércio das peças. Modelar o barro era considerado uma atividade feminina e os homens se concentravam no trabalho com obras em madeira. Mesmo enfrentando o preconceito das pessoas do lugar e, sobretudo dentro de sua própria família, Ulisses foi o primeiro homem de Itinga a trabalhar com peças em barro. Conforme o Sr. Ulisses, ainda predomina ceramistas mulheres e ele é o único homem de Itinga a se dedicar a tal arte. Há uma predominância de homens trabalhando com peças em madeira. No geral, as obras de Ulisses retratam as pessoas, os modos, os meios e condições de vida no lugar. A migração/ a partida, as ausências, a pobreza/miséria e a exploração, são os principais temas que orientam o processo de elaboração de suas obras de arte. Abaixo serão apresentadas algumas de suas obras, sendo elas: **O retirante, a viúva das secas, a agricultora crucificada e o tropeiro.**



Anexo B: Roteiro norteador das entrevistas: o processo de incursão no “mundo rural” a ser pesquisado.

1 - Modos, meios e condições de vida das famílias rurais.

Quem são os povos rurais de Itinga (MG)? Como vivem? Quais são suas práticas cotidianas? Qual (is) os Local(is) de residência da(s) família(s) e /ou grupos domésticos, quantos membros há nessas famílias (qual a natureza do ciclo de vida familiar?); como são as moradias e os tipos de materiais de construção das casas (alvenaria, madeira, pau a pique, mista)? (qual é o tamanho dessas casas?). Há quantos anos foram construídas? Por quem? Com quais recursos econômicos (advindos das atividades agrícolas, das migrações e/ou de outras fontes – Quais?)

Há membros desses grupos sociais que vivem em outras regiões do norte do estado de Minas Gerais, em outras cidades de Minas Gerais ou em outras regiões do país? Quais são os significados e a temporalidade dessas saídas? São apenas os jovens (entre estes mais os homens ou as mulheres?) que migram ou há também pessoas (homens ou mulheres) com mais idade? Se são casados e têm filhos, estes permanecem? Por que?

Como se dão os trânsitos dos povos rurais pobres no estado de Minas Gerais?. (Tempo e Locais onde morou, tempo que permanece fora da casa, quais as causas da saída, quais os destinos, por que os trânsitos permanentes , idas-retornos – idas - retornos),

Qual é o sentido de sair temporariamente e retornar para o lugar de origem? Qual o sentido de algumas pessoas permanecerem no campo (ainda que transitoriamente), enquanto outras estão indo, migrando temporariamente? Por que determinadas pessoas permanecem no lugar de origem (por que a sua família continua no campo como lugar de moradia e trabalho), outras migram por períodos longos, outras por períodos mais curtos? Quais os significados da temporalidade da saída?

2 - Renda familiar, organização do trabalho familiar/doméstico e benefícios sociais

Quais são as principais fontes de renda da família? O que a família produz na atividade agrícola (produção animal e vegetal)? Qual é a estimativa da renda oriunda da atividade agrícola? É suficiente para toda a família viver? Quem trabalha apenas na atividade agrícola? Os jovens querem ou trabalham na atividade agrícola? Quem trabalha na agropecuária e em outra atividade? Qual é essa atividade? As pessoas da família que trabalham em atividades

não-agrícolas: o que fazem com o que ganham? (gastam com si mesmo, gastam com a família ou com as atividades agrícolas, guardam ou depositam no banco?).

A família recebe bolsa – família? Qual é o valor do benefício? O que é feito com esse recurso? Há aposentados ou pensionistas no grupo? O que é feito com o dinheiro desse(s) benefício(s)?

3 – Condições de vida e políticas públicas

A família foi atendida por algum programa do governo federal, estadual ou municipal? A família foi atendida pelo Programa Luz para Todos? A família recebe apoio de algum órgão público, como, por exemplo, a EMATER? De que forma esses órgãos tem ajudado a família? Ou as atividades agropecuárias?

Quais são as condições de vida desses povos rurais? Como é o acesso a água, energia elétrica, transporte e estradas? Para a família, qual é a principal forma de acesso à informação? Quais equipamentos, maquinários ou veículos automotores a família possui?

4 – Modos de vida na “roça”

Por que residem no meio rural? Morar na roça é uma opção de um modo de vida ou se tivesse outra escolha sairia da roça? Iria para onde: a cidade ou outra roça? Por que?

Quais são os principais fatores que influenciam na “permanência” dessas famílias no meio rural? E a saída e retorno de parte dos membros?

Anexo B: Questionário socioeconômico

Número do questionário:

Nome e posição no grupo familiar:

Nome da comunidade rural:

Nome do estabelecimento rural (sítio):

Data de aplicação do questionário:

I – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS

Idade	Estado Civil	Escolaridade	Ocupação e local de trabalho e/ou estudo	Qual é o seu ganho Monetário?	Posição na estrutura familiar? (Pai, mãe, filho, etc)	Local de residência	Quem não está casa porque migrou temporariamente e os que nunca migraram

1- Número de membros do grupo familiar :

2- Moradia e tipo de construção

Casa	Sim	Não
Própria		
Cedida/alugada		
Alvenaria		
Madeira		
Barro		
Mista		
Outro material		

3 - Membros da família:

4 – Há membros da família que vivem fora de casa? Se sim, onde, por que e quanto tempo permanece fora de casa?

5 - Quanto tempo a família reside na comunidade?

- () - Menos de 10 anos
 () - 20 anos
 () - 30 anos
 () - 40 anos

6 – Quais as fontes de renda monetária familiar?

6.1 – Há uma renda monetária que vem da lavoura? Quanto? _____

6.2 – Há uma renda monetária que vem de pensão ou aposentadoria rural? Quanto? _____

6.3 – Há uma renda monetária que vem do trabalho fora da roça? Quanto e qual trabalho?_____

6.4 – Há uma renda monetária que vem do programa Bolsa Família? Quanto?_____

6.5 – Há uma renda monetária enviada por pessoas de fora (os migrantes)? Se sim, quanto? Onde estão e em que trabalham?_____

7 – Quais bens e acesso a infraestrutura e/ou serviços a família possui:

- Energia elétrica

- Água encanada

- Água tratada

- Fossa séptica

- Máquina de lavar

- Chuveiro elétrico

- Geladeira

- Televisão

- Rádio

- computador

- Computador com internet

- Telefone

- Telefone celular

- Carro

- moto

- Bicicleta

- Fogão a gás

- Antena parabólica

- Aparelho de DVD

() -

Outros?

Quais?_____

II – ESTRUTURA FUNDIÁRIA, PROCESSO PRODUTIVO E COMERCIALIZAÇÃO DOS GÊNEROS AGRÍCOLAS

8 – É proprietário da terra?

- Sim

() - Não. Nesse caso, explicitar a forma de acesso a terra (posseiro, rendeiro, agregado etc.)

9 – Área total (em ha): _____

10 – Área utiliza (em ha) _____

11 –Quais trabalhadores trabalham na lavoura? (separar por laços de parentesco ou empregados contratados por empreita, dia etc.) _____

12- Como é realizado o trabalho na roça? Quais técnicas utilizam? _____

13 - Quais gêneros agrícolas a família cultiva na propriedade? Em que quantidade? Para consumo ou para vender? Como e onde é feita a comercialização dessa produção? participam do PAA??) _____

IV- RESIDÊNCIA NO CAMPO

14 - O senhor (a) gosta de morar na comunidade? Por quê? Gostaria de morar em outro lugar? Se sim, onde e por quê? Tem intenção de mudar? Por quê? Quais os pontos positivos e negativos da vida na e em comunidade?

15 - Por que o senhor e a família residem no meio rural? Morar na comunidade é uma opção ou se tivesse a oportunidade sairiam? Se sim, iriam para onde? Para a cidade? Por quê?

16 - Quais são os principais fatores que influenciam na “permanência” da família no meio rural?

17_ de que forma a governo ajuda a família? O que tem mudado em sua vida ao longo dos anos?
